



BRASIL, PRESENTE!

Organizadoras:
Ana Fani Alessandri Carlos
Rita de Cássia Ariza da Cruz



DOI: 10.11606/9786587621432

BRASIL, PRESENTE!

Organizadoras:

Ana Fani Alessandri Carlos

Rita de Cássia Ariza da Cruz



São Paulo, 2021

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



Comissão Editorial

Sonia Maria Vanzella Castellar (FEUSP)
Reinaldo Paul Perez Machado (DG/FFLCH/USP)
Rita de Cássia Ariza da Cruz (DG/FFLCH/USP)
Wanderley Messias da Costa (DG/FFLCH/USP)
Ângelo Serpa (IG/UFBA)
Iná Elias de Castro (DG/UFRJ)
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior (NAEA/UFPA)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria, sendo proibido seu uso para fins comerciais.



REITOR
Vahan Agopyan

VICE-REITOR
Antonio Carlos
Hernandes



DIRETOR
Paulo Martins

VICE-DIRETOR
Ana Paula Torres
Megiani

Produção Editorial: Tikinet

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

B823 Brasil, presente! [recurso eletrônico] / Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (organizadoras). -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020.
10.682Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87621-43-2
DOI 10.11606/9786587621432

1. Geografia urbana. 2. Desigualdades sociais – Brasil. I. Carlos, Ana Fani Alessandri. II. Cruz, Rita de Cássia Ariza da.

CDD 918

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução.....	11

PARTE I – REFLEXÕES TEÓRICAS, METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS

O urbano “desigual e combinado”: uma interpretação, possível, da urbanização brasileira	19
<i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	

Periferia e fronteira: o governo dos pobres nos confins da urbanização	47
<i>César Simoni</i>	

Brasil: desigualdade territorial sob uma perspectiva regional	71
<i>Rita de Cássia Ariza da Cruz</i>	

Capitalismo, sociedade civil e totalitarismo. Século XXI, crise e a versão brasileira do totalitarismo mundial	89
<i>Anselmo Alfredo</i>	

A financeirização recente do território brasileiro: dos bancos comerciais às fintechs	117
<i>Fábio Betioli Contel</i>	

Brasil, país de desigualdades	143
<i>Herué Théry</i>	

Gestão da água no Brasil: longe do Direito Humano à Água e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável..... 163
Wagner Costa Ribeiro

A reterritorialização da cultura no Brasil (2016-2020)..... 179
Rodrigo R.H.F. Valverde

A geografia social do Brasil: breve reflexão 197
Élvio Martins Rodrigues

Propriedade da terra, Estado, relações capitalistas e formação territorial brasileira 215
Marta Inez Medeiros Marques

Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro 237
Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Amazônia, presente?..... 255
Valeria de Marcos

Políticas públicas e estratégias territoriais..... 275
Neli Aparecida de Mello-Théry

Covid-19 e a segregação socioespacial a partir do ensino de Geografia..... 295
Glória da Anunciação Alves

PARTE II – ESTUDOS DE CASO

A contrarrevolução urbana e o novo papel da China: questões para a urbanização brasileira 313
Rubens M. de Campos Pinto

A liderança regional brasileira em questão: implicações para a integração sul-americana.....	333
<i>Tales Henrique Nascimento Simões</i>	
Os “invisíveis” do Estado: pobreza, transferência de renda e segregação socioespacial no Brasil.....	353
<i>Elisa Favaro Verdi</i>	
Heterogeneidade, centralidade e tendências da vida de relações das grandes periferias fluminenses no início do século XXI	373
<i>Daniel Pereira Rosa</i>	
Geografias do anticapital: uma discussão sobre os movimentos da fronteira no leste Mato-Grossense.....	393
<i>Andrei Cornetta</i>	
Mercado imobiliário e vida cotidiana nas cidades mato-grossenses que têm donos	415
<i>Lívia Maschio Fioravanti</i>	
O uso dos smartphones no Brasil: o papel dos provedores regionais na capilarização da informação no território.....	435
<i>Mait Bertollo</i>	
A expansão territorial da mineração capitalista em terras públicas federais no Sudeste Paraense	457
<i>Marcelo Terence</i>	
A maldição dos recursos minerais na Amazônia brasileira: desindustrialização e o Projeto Grande Carajás.....	479
<i>Tiago Soares Barcelos</i>	
Políticas públicas, circulação e ações governamentais retrógradas: desafios à Amazônia.....	499
<i>Ivan Gomes da Silva Viana</i>	

Avaliação prospectiva e modelização gráfica na Bacias Itacaiúnas e baixo curso da Bacia do Tocantins.....	519
<i>Abraão Levi Mascarenhas</i>	
Periferias urbanas e socialização negativa	533
<i>Rinaldo Gomes Pinho</i>	
As geografias dos excedentes do capitalismo em David Harvey	554
<i>Raimundo Jucier Sousa de Assis</i>	
Da promessa da região ao seu colapso: debate sobre o conceito de região a partir da obra de Pasquale Petrone.....	581
<i>Cecília Cruz Vecina</i>	
Aspectos políticos e geográficos da crise do livro no Brasil	599
<i>Felipe Cabañas Silva</i>	
Sobre os autores	621
Anexo Fotográfico	631

Apresentação

Produzir um conhecimento fundamentado sobre um país de dimensões continentais, com uma população de mais de 200 milhões de pessoas e com as contradições que o caracterizam é um desafio que ousamos enfrentar e do qual resulta este livro.

“Brasil, presente!” começou a ser gestado no final do ano de 2019, ocasião em que o projeto do livro foi apresentado, pela primeira vez, a um grupo de professores, os quais foram também chamados a indicar atuais ou ex-orientandos de Mestrado ou Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-PPGH para participarem do projeto.

Com o advento da pandemia e o enorme impacto causado pela mesma na vida cotidiana de docentes e alunos, diante da necessidade de reformulação de práticas de pesquisa, com bibliotecas fechadas e aulas remotas, o projeto do livro sofreu atrasos. Consequentemente, foi graças a um enorme esforço de cada um dos envolvidos que o registro do livro no *International Standard Book Number - ISBN* pode ser feito ainda no ano de 2020, embora seu lançamento oficial ocorra somente agora, no início de 2021.

Nesse interregno de tempo, fomos abatidos pela triste notícia do falecimento de uma das autoras, nossa colega no PPGH e docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, Profa. Dra. Neli Aparecida de Mello-Théry cuja vida profissional fora dedicada à Geografia e a um pensamento crítico sobre o Brasil e suas idiossincrasias, com destaque para os estudos sobre a Amazônia, sobre políticas territoriais e também sobre políticas ambientais. Por tudo isso, dedicamos este livro à Neli que, com sua capacidade e competência profissional conquistou o respeito de colegas no Brasil e no exterior; e com suas polidez, afabilidade e gentileza conquistou amigos por onde passou.

À Neli (*in memoriam*)
São Paulo, abril de 2021

Introdução

Palco de debate e *carrefour*¹ de encontros, o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (DG/FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) tem, ao longo de sua história, possibilitado e estimulado o intercâmbio de ideias e de pesquisa com integral respeito às diferenças teórica, metodológica e temática.

O DG tem, também, uma tradição de trabalhos coletivos dos quais podemos citar a obra *A cidade de São Paulo*, coordenada por Aroldo de Azevedo, na ocasião do seu 4º centenário; a coleção “As geografias da metrópole”, sobre o modo como os professores, a partir de suas pesquisas, se debruçaram na compreensão da metrópole paulistana na ocasião de seus 450 anos; e, mais recentemente, em 2018, o livro *A Necessidade da Geografia*, reunindo reflexões sobre categorias e conceitos centrais da ciência geográfica. Todos esses organizados (e realizados) por docentes do DG/FFLCH-USP.

No cotidiano do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, o debate sobre a construção do conhecimento geográfico, assim como sobre nosso lugar e papel nessa construção, tem, igualmente, um lastro profundo. Este livro que o leitor tem em mãos segue, portanto, uma tradição longa e respeitável: uma obra coletiva, que reúne resultados de pesquisas que expressam a necessidade da Geografia na busca pela compreensão do Brasil e que tem como objetivo trazer elementos teóricos, metodológicos e conceituais que contribuam para uma melhor compreensão das contradições do momento contemporâneo.

Há alguns anos, o Brasil tem experimentado uma grave crise econômica, política, social e ética no interior da qual têm sido escancaradas contradições históricas que se revelam, dialeticamente, no e pelo espaço

¹ Em tradução livre, adotamos o sentido de centro da confluência de múltiplos para a palavra *carrefour*.

brasileiro. Para uns, esta crise se inicia em 2014, a partir das eleições para a Presidência da República. Para outros, em 2015, com as sucessivas quedas no Produto Interno Bruto e uma ruptura na curva descendente da taxa de desemprego. O fato é que a pandemia de Covid-19 incide sobre uma nação que já vinha atravessando um dos momentos mais turbulentos de sua existência.

O título do livro é uma alusão a um bordão, inúmeras vezes replicado – após a brutal execução da vereadora Marielle Franco em 18 de março de 2018 – por distintos movimentos sociais na sua luta cotidiana por se fazerem ouvir². Mas também alude a um momento da história, o momento presente, de um país de dimensões continentais e profundamente marcado por desigualdades de todo tipo.

Uma infinidade de livros foi e tem sido dedicada a pensar o Brasil. Então, qual seria a contribuição dessa obra, especificamente?

O livro *Brasil, presente!* foi escrito por geógrafos, que evidenciam a centralidade que tem o conceito de espaço enquanto chave interpretativa imprescindível para se compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais do passado e do presente, embora seja importante demarcarmos que não temos a pretensão de abordar todas as possibilidades de compreensão da realidade brasileira.

Organizado em duas partes, a primeira delas, de autoria de professores-pesquisadores do DG, tem a escala nacional como um pressuposto. Todos os 14 capítulos são dedicados a pensar o Brasil na contemporaneidade, iluminando questões que atravessam a nossa vida cotidiana e desafiam a nossa compreensão.

Em um país em que mais de 80% da população vive em áreas consideradas urbanas e profundamente diferenciadas, decifrar os conteúdos da urbanização brasileira na sua relação com a desigualdade social e territorial, manifesta em diferentes escalas, é condição *sine qua non*.

Ana Fani A. Carlos abre o livro com uma proposta de interpretação da urbanização brasileira, onde o processo de produção do espaço aparece como momento necessário ao processo de acumulação sob a

² Sua origem remeteria a uma sessão ocorrida na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, na qual Marielle Franco cita os nomes de algumas mulheres vítimas de violência e a que mulheres no plenário respondem “presente”.

lógica neoliberal, orientada pelo capital financeiro. Já **Cesar Simoni** analisa a dinâmica territorial através da expansão da mancha metropolitana como uma poderosa frente de negócios que mobiliza os conteúdos de uma violência que assume formas específicas nas franjas periféricas do ambiente construído.

No capítulo 3, **Rita de Cássia A. da Cruz** aborda, a partir de uma perspectiva regional, o aparente paradoxo entre a riqueza natural do país e o quadro crônico de desigualdade territorial. Para tanto, fundamenta-se em regionalizações do Brasil produzidas a partir de meados do séc. XIX até o momento presente.

Anselmo Alfredo, na sequência, centra sua análise na relação estrutural entre capitalismo e autoritarismo, de modo a observar a especificidade desta situação na passagem do século XX ao século XXI, especialmente no caso brasileiro. Enquanto isso, avançam os neoliberalismos de todo tipo, pelos quais o território brasileiro torna-se estratégico para a disseminação de uma nova divisão do trabalho financeiro, em que se evidencia o poder dos bancos comerciais, mas também no interior do qual emergem novos atores como as chamadas *fintechs*, segundo análise feita por **Fábio Betioli Contel**.

Hérve Théry se debruça, em seu capítulo, sobre o tema da desigualdade brasileira apoiada em ampla e sofisticada representação cartográfica como expressão visível da diferenciação espacial que comporta a escala nacional, prioritariamente, até chegar a escala local ao tratar da desigualdade urbana no caso de São Paulo.

Wagner Costa Ribeiro analisa, por sua vez, ações promovidas pelo governo Federal, por meio de Decretos e outros instrumentos jurídicos desde janeiro de 2019, sobre gestão da água no Brasil, as quais levam o país para longe do Direito Humano à Água, bem como às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. As transformações em curso invadem, ainda, o campo das políticas culturais, objeto da análise de **Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde**, que se propõe investigar os padrões geográficos de fechamento de instituições, redução na distribuição de financiamento de projetos culturais privados e cancelamento de políticas públicas com impacto territorial.

Já **Elvio Martins Rodrigues** aborda a importância das denominadas lutas identitárias no Brasil com o propósito de estabelecer uma

reflexão sobre a relação entre lutas sociais e a Geografia, que caracteriza a realidade brasileira.

Por outro lado, o protagonismo econômico assumido pelo chamado agronegócio evidencia a profunda imbricação entre campo e cidade, esconde conflitos no campo, que se arrastam e se ressignificam por décadas, e denotam escolhas políticas feitas pelo Estado brasileiro cujos efeitos são profundamente sentidos no presente.

Nesse contexto, o capítulo de **Marta Inez Medeiros Marques** traz uma reflexão sobre a formação da propriedade privada da terra no Brasil e a relação deste processo com a constituição do Estado e das relações capitalistas no país, bem como com a nossa formação territorial.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira analisa a crise em que mergulhou o capitalismo a partir de 2008. A crise que o mundo vive após um ano de Covid-19. A crise que o Brasil atravessa em decorrência do endividamento interno. E a crise provocada pelos conflitos no campo em 2019.

Nesse contexto histórico, a Amazônia brasileira desponta como exemplo didático das contradições entre interesse público e privado, entre conservação e destruição do patrimônio ambiental, uma tragédia, como se sabe, não restrita ao avanço da fronteira agrícola e tampouco a essa região. Com o intuito de trazer elementos para uma melhor compreensão dos impasses vividos pela Amazônia na atualidade, **Valéria de Marcos** reconstitui seu processo de ocupação para, a partir daí, refletir criticamente sobre a implantação de uma geopolítica de ocupação, inaugurada nos governos militares, que nunca teria deixado de ser praticada na região.

A hegemonia do capitalismo financeiro, como se sabe, não elimina as crises. Pelo contrário, essa hegemonia é geradora de crise e a reprodução do capital financeiro pode estar na base da ascensão de governos com vieses totalitários, tal como ocorrido no Brasil nas eleições de 2018.

Neli Aparecida de Mello-Théry analisa as políticas públicas brasileiras de meio ambiente e de mudanças climáticas, examinando como as mesmas se articulam e incorporam fatores e estratégias territoriais específicos, fundamentada na idéia de que os problemas ambientais e de mudanças climáticas transcendem fronteiras.

Fechando a primeira parte do livro, a Covid-19, que compõe as reflexões de alguns dos autores, é analisada por **Glória da Anunciação Alves** a partir das consequências da pandemia no fechamento das

escolas e o impedimento da ida de crianças e jovens do ensino básico presencial, tanto de instituições públicas como de instituições privadas.

Já na segunda parte do livro, composta por capítulos escritos por jovens pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, o viés é outro. Enquanto na primeira parte o esforço é apresentar uma leitura sobre o Brasil, a segunda parte objetiva, através de estudos de caso realizados por meio da análise criteriosa, enfatizar alguns temas e, assim, verticalizar algumas questões que nos permitem entender melhor o Brasil de hoje.

Citando os capítulos na ordem em que aparecem no livro temos, **Rubens Marcelo de Campos Pinto**, em “A contrarrevolução urbana e o novo papel da China: questões para a urbanização brasileira”, o qual problematiza a expansão da fronteira urbana no Brasil a partir dos investimentos chineses em infraestrutura no país a partir da crise de 2008 e sua relação com a entrada de países da América Latina na Iniciativa Cinturão e Rota. Já **Tales Henrique Nascimento Simões**, em “A liderança regional brasileira em questão: implicações para a integração sul-americana”, analisa como a pretensão brasileira de liderar e influenciar seu entorno geopolítico encontrou resistências por parte de países como Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela.

No capítulo “Os ‘invisíveis’ do Estado: pobreza, transferência de renda e segregação socioespacial no Brasil”, **Elisa Favaro Verdi** aborda as políticas públicas de assistência social no Brasil – especificamente o Programa Bolsa Família – enquanto “política de gestão da pobreza”, focando a segregação socioespacial (constitutiva da urbanização capitalista) como expressão dessa lógica. **Daniel Pereira Rosa**, em “Heterogeneidade, centralidade e tendências da vida de relações das grandes periferias fluminenses no início do século XXI”, debate, por sua vez, as transformações na economia da cidade à luz dos processos de modernização do território e da teoria dos circuitos da economia urbana, com base nos estudos de caso das cidades de São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

No capítulo “Geografias do anticapital: uma discussão sobre os movimentos da fronteira no leste Mato-Grossense”, **Andrei Cornetta** analisa o avanço da fronteira agrícola na porção Sul da Amazônia brasileira, particularmente na região do Alto Xingu, estado do Mato Grosso,

considerando processos de territorialização do capital que vêm tomando forma nas últimas duas décadas. Já **Livia Maschio Fioravanti**, em “Mercado imobiliário e vida cotidiana nas cidades mato-grossenses que têm donos”, analisa as estratégias fundiárias e os mecanismos de controle da vida cotidiana de espaços do agronegócio – a partir dos casos de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste.

No capítulo seguinte, “O uso dos smartphones no Brasil: o papel dos provedores regionais na capilarização da informação no território”, **Mait Bertollo** discute a capilarização da informação no território brasileiro pelo *smartphone* e as implicações espaciais dessa rede fundamentadas em lógicas, intenções e investimentos, voltadas para a produção e o consumo desses objetos, e das informações que por eles fluem de forma banalizada.

Quatro capítulos são dedicados aqui à Amazônia brasileira. Em “A expansão territorial da mineração capitalista em terras públicas federais no Sudeste Paraense”, **Marcelo Terence** aborda os processos de expansão territorial de projetos de mineração com vistas a demonstrar o potencial de crescimento dessa atividade econômica bem como o agravamento de conflitos sociais e ambientais.

No capítulo “A maldição dos recursos minerais na Amazônia brasileira: desindustrialização e o Projeto Grande Carajás”, **Tiago Soares Barcelos** analisa os efeitos colaterais latentes da mineração no território buscando englobar todos os elementos espaciais relacionados à indústria extrativa de minério, compreendendo suas limitações, desafios, visões e tensionamentos entre os agentes políticos do desenvolvimento da mineração e suas relações de poder.

Em “Políticas públicas, circulação e ações governamentais retrógradas: desafios à Amazônia”, capítulo escrito por **Ivan Gomes da Silva Viana**, é apresentada uma análise sobre políticas públicas que visam o aumento da circulação, em especial de grãos, pela Amazônia, ao comércio globalizado a partir da configuração de corredores logísticos multimodais, direcionados ao Arco Norte.

Abraão Levi Mascarenhas no capítulo “Avaliação prospectiva e modelização gráfica na Bacia Itacaúnas e baixo curso da Bacia do Tocantins”, analisa a dinâmica territorial da unidade hidrográfica de planejamento do rio Itacaúnas e médio curso do rio Tocantins, no estado do Pará, Brasil, considerando suas contradições e dinamismos revelados

pelos agentes que condicionam as leis e as estruturas do espaço, por meio da metodologia dos coremas e de modelos gráficos capazes de auxiliar a gestão das águas.

Em “Periferias urbanas e socialização negativa”, **Rinaldo Gomes Pinho** discute as transformações na relação centro-periferia na metrópole paulistana no período atual, a partir do processo de “democratização” das formas creditícias entre as populações pauperizadas da metrópole, colocando as periferias urbanas no centro da reprodução ficcionalizada e crítica do capital.

Dois capítulos trazem um debate com autores da geografia. **Raimundo J. S. de Assis**, em “As geografias dos excedentes do capitalismo em David Harvey”, analisa como David Harvey centraliza e mapeia as teorias dos excedentes de capital e de trabalho como bases para a sua interpretação das relações espaciais e das reestruturações territoriais envolvidas no processo de absorção da sobre-acumulação, sobretudo, em períodos de crises.

Já no capítulo “Da promessa da região ao seu colapso: debate sobre o conceito de região a partir da obra de Pasquale Petrone”, **Cecília Cruz Vecina** correlaciona a formulação do conceito de região na obra de Pasquale Petrone para, a partir daí, analisar as possibilidades de debate em torno deste conceito na atualidade diante do processo de modernização retardatária de Kurz.

Por fim, o capítulo de **Felipe Cabañas da Silva**, “Aspectos políticos e geográficos da crise do livro no Brasil”, se propõe analisar as dimensões geográficas da crise envolvendo o setor da produção e da comercialização de livros no Brasil considerando as políticas de desmonte da ciência, da cultura e da educação que apontam para a destruição da educação como projeto.

Se é possível concluir, afirmamos que o que o leitor tem em mãos é um livro onde a diversidade teórica e a escolha do método que orienta a compreensão o desafiam ao enfrentamento com o diferente e o diverso.

Necessário também se faz acrescentar que este livro não esgota os temas e questões que elucidam a complexidade da realidade brasileira, mas é um bom ponto de partida, bem como possibilidade de abertura para esta compreensão. Fica aqui o convite.

PARTE I
REFLEXÕES TEÓRICAS,
METODOLÓGICAS E
CONCEITUAIS

O URBANO “DESIGUAL E COMBINADO”: UMA INTERPRETAÇÃO, POSSÍVEL, DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Ana Fani Alessandri Carlos

A elaboração deste capítulo partiu de uma questão: como superar as análises tradicionais do processo de urbanização associadas às escalas de tamanho, à estrutura das redes e às representações formais do fenômeno urbano em direção aos conteúdos que o fundamentam?

Se partirmos das formas, nos deparamos com a diversidade presente no território nacional: áreas de concentração e vazios. Uma rede de circulação une muitos, mas não todos os pontos com a mesma densidade e qualidade. No plano do local, independentemente da escala, o urbano aparece através da segregação. A extrema diferenciação convoca à investigação.

Um ponto de partida é pensar que processo de urbanização, no Brasil, repousa na desigualdade socioespacial advinda da existência da propriedade privada da riqueza social em suas variadas formas, bem como de sua concentração em poucas mãos. Uma classe que, porque detém a riqueza, controla o poder, orienta o processo de valorização que comanda a lógica da acumulação capitalista. Uma situação cuja fundamentação se encontra no tempo histórico.

Na impossibilidade de tratar em profundidade o tema no âmbito de um pequeno capítulo, apenas esboço, aqui, os momentos/movimentos reveladores dos conteúdos da produção do urbano no Brasil de modo a orientar a análise crítica da realidade que tem por especificidade a desigualdade que acompanha a história periférica-dependente do país e a violência do processo de acumulação que se faz em detrimento da vida. Trata-se de uma violência que é inerente à sociedade capitalista,

implícita nos contratos sociais ou explícita, por sua letalidade, e que, no plano do cotidiano, se expressa pelo racismo e pelo preconceito que destitui “o diferente” de direito. Desigualdade e violência são, portanto, estruturantes do processo de produção-reprodução do espaço urbano no seio do processo de urbanização brasileira.

Um parêntese necessário: definindo o espaço e o território

Dois conceitos basilares da Geografia permeiam o raciocínio aqui apresentado. O “espaço” é mais abrangente e se desdobra da história de relação entre o homem e a natureza produtora da história civilizatória. Como produção social o conceito ilumina as condições da realização da história universal em sua desigualdade.

Guarda em si o sentido da totalidade do conceito de modo de produção, onde as fronteiras e os limites materiais (administrativos, políticos e regionais) se esboroam diante da extensão e da potência do capitalismo (que, hoje, tomou o mundo sob a forma neoliberal), mas cuja articulação é desigual e simultânea, englobando todo o planeta sob uma lógica hegemônica: aquela que norteia a acumulação capitalista.

O conceito de território, recorte do primeiro, é uma criação do Estado, sem o qual seu poder não se realiza. Portanto, explicita-se como forma de dominação política definida por um limite espacial de atuação. Todo Estado produz/associa-se a um território onde se afirma.

O processo de mundialização representa o domínio do espaço (de sua produção-reprodução) como totalidade do modo de produção capitalista, marcando o domínio do espaço sobre o tempo. Enquanto o espaço é produto do social – obra humana em sua totalidade –, o território revela a dominação do político em sua violência, como particularidade.

1. Para além dos mapas, números e modelos

Não nos causa nenhuma surpresa que os mapas das áreas urbanizadas (IBGE, 2015) se traduzam em áreas de concentração-densidades e áreas de dispersão/vazios distribuídas desigualmente no território brasileiro a partir da (e na) faixa litorânea. Por outro lado, muitas análises têm abordado aquilo que ganha maior ênfase na forma

do urbano materializada – as grandes cidades mundiais, as extensões conturbadas etc – ou focando naquilo que é hegemônico – o setor financeiro no movimento do processo de valorização. O desafio é como compreender a “totalidade” do fenômeno urbano que caracteriza nosso tempo como “totalidade social”. Ou, parafraseando Lefebvre (1991), a problemática urbana como problemática espacial caracterizando a sociedade urbana (burocrática de consumo dirigido) em que vivemos (como realidade e como tendência).

O que os mapas não revelam, porque são momentos iniciais e essenciais da análise, é o conteúdo dos processos que a justificam, exigindo um mergulho para além (e a partir) das representações, o que nem sempre ocorre – a tentativa da criação de modelos (seguidos de dados) é muito grande.

Num primeiro momento podemos dizer que a urbanização brasileira, em suas formas diferenciadas de cheios e vazios, tem uma origem na colonização que insere o território na divisão social, espacial e técnica do trabalho, como forma real de dominação do Estado no espaço. Não existe Estado sem sua projeção no espaço criando territórios de sua dominação. De outro lado, essa dominação é real e permeia a vida estruturando-a. Isto é, produto da concentração produtiva e da centralização do capital, a estrutura atual do território, comandando a política, domina a vida. A produção do território como momentos diferenciais da reprodução da acumulação do capital tem uma existência humana prática, real e concreta dos indivíduos, generalizando-se, em seus conflitos.

Nesse caminho, a urbanização capitalista traz em si a violência com que se ocupam as porções do território, se abrem fronteiras de acumulação, se dizima grupos sociais e a natureza, se distribui a terra e o solo urbano. Esse movimento que produz o espaço e dá conteúdo ao território tem concretude na vida e no lugar (onde as escalas espaço-temporais se imbricam contraditoriamente). O cotidiano é estruturado pela imposição do valor de troca que pesa sobre a vida e delimita as formas de apropriação sobre as quais esta repousa, atravessada pelos valores e pelas representações do urbano.

Pontuada pela violência, inerente ao processo de valorização, a construção do território nacional é acompanhada pela desapropriação do indivíduo não só da riqueza social, mas também dos espaços

públicos de manifestação de sua vontade e desejo, bem como de seu próprio corpo. A violência que persiste alienando o humano do seu corpo foi exercida ao longo da história como forma de dominação do branco sobre o escravo como propriedade e, nesta condição, produtor direto de mais-valia, localizando-o diferencialmente no seio da sociedade e no espaço de realização da vida. É deste modo que a história da desapropriação do indivíduo de seu próprio corpo (como momento de sua humanidade) sustenta o racismo em nossa sociedade, diferenciando o interior das classes por gênero e raça, construídas ao longo da história do capitalismo. Portanto, o traço definidor de nossa sociedade – a desigualdade – se associa à violência de sua realização.

Nesse sentido, como demonstra Renata Sampaio (2017), a violência urbana não se explica pela criminalidade, mas pelos conteúdos contraditórios da acumulação capitalista ao longo de sua história, bem como do momento em que o Brasil situa-se na divisão espaço-territorial do trabalho na condição de colônia de Portugal. Tal assertiva permite, também, deslocar a análise da violência “da cidade” constituidora de um novo vocábulo (urbicídio, enfatizando a mortalidade ocasionada pelo urbanismo militar - Graham, 2016) para o processo de “produção social e desigual da cidade” aprofundada pelo neoliberalismo, apesar de a letalidade ser uma decorrência não menos importante. A violência – implícita-explicita – é intrínseca às contradições que fundamentam a nossa sociedade em suas alianças econômicas-políticas (de classe). Esse movimento, em sua violência estruturante, ganha concretude no cotidiano como o lugar das contradições, e se desdobra, praticamente, nas lutas questionadoras da lógica, que aprofundam a desigualdade social.

A diferenciação explica-se, portanto, pela desigualdade que se realiza dominando a vida, impondo valores, direitos e uma moral. Nessa perspectiva, pensar na desigualdade que sustenta a urbanização envolve refletir sobre as mais diversas condições onde o indivíduo se confronta com o inumano – decorrência, no plano do imediato, da dominação do capital sob orientação do Estado. Deste modo, a urbanização, antes de significar o crescimento das cidades e a extensão e tamanho da mancha urbana, é um processo profundo de transformação assentado nas formas que assume o processo de valorização do capital como fundamento da acumulação no tempo-espaço.

Nessa perspectiva, é mister considerar que os problemas postos pela urbanização devem se entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da sociedade. É assim que o conceito de reprodução ganha sentido, iluminando contradições velhas e novas definidas pelo movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro.

2. Sob o capital financeiro

O neoliberalismo é marcado pela financeirização, momento em que a esfera financeira passa a dominar e a orientar o processo de acumulação enquanto processo de valorização, associado ao grau de mobilidade do fluxo do capital. Aqui se faz necessário explicitar que se o capital fictício ganha importância na movimentação do capital em busca de "lucro", a acumulação exige a produção real e concreta de mais-valia em processos reais de produção, como momentos necessários de sua valorização. Deste modo, a acumulação tem uma dimensão real e prática onde o financeiro vai assumindo formas diversas de acumulação que se realizam através da produção do espaço tendo o imobiliário como predominante. Nesse movimento produtor de processos de valorização, encontra-se a propriedade fundiária da terra urbana e rural definindo novos processos de apropriação.

Nossa investigação tem apontado (Carlos, 2004) que o processo de reprodução do urbano em todo o território nacional se funda na realização de três setores básicos, subsumidos à lógica do capital financeiro que sustenta a acumulação na contemporaneidade sob a bandeira neoliberal num espaço mundializado como realização do capitalismo.

Do ponto de vista do processo de produção do espaço como nível da realidade, podemos assinalar três momentos que explicitam os conteúdos da urbanização contemporânea onde o espaço aparece como condição necessária ao processo de reprodução do capital: imobiliário, turismo e narcotráfico. Deste modo, na fase atual da hegemonia do capital financeiro há um deslocamento significativo do processo de valorização das esferas tradicionais – de produção de mercadorias clássicas para o processo onde a migração do capital das esferas específicas da produção clássica se dirigem para outros nichos onde o processo de valorização é possível.

Num momento de crise do regime fordista, como o delineado a partir dos anos 80, constata-se a migração de capitais das esferas manufatureiras provocada pelo movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro. Como decorrência mais evidente, as transformações na localização dos estabelecimentos industriais mudam as formas espaciais cedendo lugar para outras atividades que se expandem a partir da metrópole inserindo novas áreas no processo de acumulação. O apontado crescimento das cidades médias e o crescimento das áreas de expansão do agronegócio têm nesse movimento sua explicação. A centralização do capital e a desconcentração da indústria redefinem novas articulações territoriais, como é o caso do desenvolvimento do turismo e do narcotráfico na expansão de suas fronteiras.

A produção do espaço, submetido, cada vez mais, à forma mercadoria, serve às necessidades da acumulação, através das metamorfoses dos usos e das funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reprodutível. Inaugura-se, assim, um novo papel para o espaço pelo movimento que vai de sua produção enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que, aliado a esse processo, o espaço, ele próprio, entra na realização do processo de valorização.

Como apontado por Lefebvre, o movimento do capital deixa de estar centrado na produção de mercadorias “clássicas” como mesas e cadeiras e se volta para outras produções em busca de rentabilidade. Portanto, decorrente das contradições internas do capitalismo em relação à tendência de baixa da taxa de lucro, a busca da realização da mais-valia desloca-se, fundamentalmente, para a produção do espaço.

A dinâmica da urbanização brasileira como totalidade do fenômeno articula esses três setores diferencialmente no território. Desse modo, a urbanização aparece como momento estratégico da reprodução do capital em função da abertura de novas possibilidades de valorização.

Do ponto de vista da materialidade espacial do processo, o espaço se hierarquiza no território articulando-se através: a) da divisão espacial do trabalho como movimento do processo de produção-reprodução das novas atividades econômicas que atuam diretamente na produção do espaço apoiadas em políticas públicas e direcionamento dos orçamentos, articulando várias escalas

territoriais – indústria, comércio, serviços, turismo, lazer, narcotráfico e rede de infraestrutura. Aqui, as

“diferenciações geográficas são um alimento para o capital, pois através delas se operam migrações de capital de um país, região, cidade (ou de um fragmento da cidade) para outro, representando um capital excedente num espaço determinado que se desloca para ramos/setores (por exemplo a indústria) que sejam mais obsoletos ou que apresentem uma composição orgânica média (relação entre o capital constante e o capital variável) do capital diferente em outro espaço” (Volochno, 2013 p. 23)

E também através: b) do acesso ao espaço marcado pela mediação da propriedade privada da riqueza social. Nessa nova fase abrem-se novas possibilidades de ocupação do espaço, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz, ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Com isso a acumulação afirma-se através da extensão espacial onde o urbano é consumido produtivamente reestabelecendo funções específicas às parcelas do espaço a partir do desenvolvimento das forças produtivas, em suas novas modalidades de produção, incluindo a urbanização (que se processa sob a pressão do mercado mundial).

No amplo processo de acumulação, o capital estende-se à produção do espaço englobando e articulando novas áreas pela necessidade de criação de novas esferas produtivas.

2.1 O setor imobiliário e os negócios urbanos

A reprodução do capital sinaliza um movimento real e concreto, que transforma os conteúdos da urbanização, em que a metrópole – acentuando seu papel histórico – aparece como o lugar da realização de uma nova fase da acumulação do capital: a produção do urbano “**como negócio**” (isto é, como fonte de lucro) sob a égide do capital financeiro e

aparece em várias táticas de valorização no momento da reestruturação produtiva, um momento em que o capital sobranante do processo industrial vai ser aplicado no setor imobiliário apoiado em ações políticas que abrem perspectiva para o setor privado da economia se reproduzir.

Um traço fundamental da nova dinâmica urbana brasileira é debatido por Simoni Santos (2013) a partir da tese do deslocamento espacial da fronteira de expansão urbana no processo de acumulação. Escreve o autor:

“Até os anos 1980 o Estado produziu o urbano como condição da acumulação do capital em território brasileiro. Com a emergência de excedentes que rumavam para os mercados financeiros, seja na economia brasileira, seja na escala mundial, novos dispositivos para a absorção desses excedentes foram criados fora da esfera produtiva-manufatureira do capital. Nesse processo, com cada vez mais força os mercados imobiliários urbanos começaram a despontar como importantes fontes de investimento numa economia mundial em transformação. No Brasil com a crise fiscal, entra em crise também um padrão extensivo de disponibilização do território para fins de valorização do capital exigindo transformações na dinâmica geográfica da acumulação. Além disso o conteúdo dos processos urbanos já consolidados nas grandes metrópoles apresentava um universo de possibilidades para investimentos de parte do capital excedente” (p.3)

A potência do mercado imobiliário urbano como novo centro de atividade é uma estratégia de emprego do capital excedente realizando-se através da reprodução do espaço urbano como central à acumulação. Nesse sentido, “a dinâmica da produção (expandida) do urbano perde posição para a reprodução do espaço metropolitano como dinâmica prioritária ligada à realização da acumulação” (Simoni Santos, 2013 p. 3). O autor também chama atenção para o fato de que a dinâmica de

acumulação desloca a estratégia voltando-se com maior intensidade à reprodução do espaço urbano – preferencialmente metropolitano.

Tal situação não elimina que a lógica da produção do espaço como mercadoria e a cidade como negócio se restrinja à metrópole. Essa nova dinâmica urbana, através do mecanismo de produção-reprodução do espaço, expandindo as atividades pela extensão das áreas urbanas tocadas pela constituição do “urbano como negócio” –guardando, todavia, a centralidade do capital na metrópole (nas bolsas e nas mãos dos empreendedores imobiliários) –, se expande por todo o território nacional através de novas formas:

a) No plano intraurbano temos as ações de renovação-revitalização de áreas classificadas como deterioradas-degradadas que passaram a ser reproduzidas através da mediação de políticas públicas numa nova relação Estado-espaço (construindo parcerias e coalizões locais para tocar o empreendimento), sinalizando a migração do capital para a produção direta do espaço (Carlos, 2001). Para Alvarez (2014, p. 74),

“As políticas de intervenção no espaço, desde a década de 1980, na metrópole de São Paulo, apontam para a necessidade de viabilizar o processo de valorização do espaço e os ganhos advindos da propriedade, articulando-a ao mercado financeiro. Entendemos que a materialidade e a própria distribuição das atividades e usos, constituída no período anterior do processo de produção da metrópole, tornou-se diferencialmente obsoleta, tornando a reprodução do espaço não apenas um produto das novas relações e do novo momento do capitalismo, mas uma condição de sua realização”.

Essa ação – imersa no movimento da reprodução da cidade – se faz impondo novos usos e funções bem como mudanças no seu acesso. Nesse sentido, as pessoas que ocupam essas áreas são expulsas como decorrência do processo de valorização que se impõe. A visibilidade desse processo de reprodução do urbano marca metrópoles como São Paulo (Carlos, 2011; Alvarez, 2018, dentre outros) e Rio de Janeiro, através das operações urbanas em áreas centrais e áreas portuárias.

As políticas de renovação urbana – como momento da reprodução do espaço – se propõem como nova dinâmica urbana para todo o país. É o caso, por exemplo, das renovações ocorridas em Belém (Trindade e Amaral, 2006), Recife (Torres, 2006), o Cais Mauá em Porto Alegre, investigada por Contassot e Moraes (2015), Rio Branco (Allis, 2009), Aracaju (Pinheiro e Santos, 2012) dentre outros. Quando não se faz intervenções formais diretas, a tática é construir novos alibis, como a criação de eventos que criam possibilidades de mudanças temporárias nos usos visando valorizações intermitentes. Em sua pesquisa, Ferreira (2018) aponta que, em tempos de festivais, a Garanhuns se metamorfoseia e os negócios que daí decorrerem expandem o espaço-mercadoria onde o Estado, em suas esferas, principalmente municipal, mas também estadual e federal, se constitui em poderoso agente da produção da cidade e do urbano (Ferreira, 2018 p.124). Nas cidades industriais, como São Paulo, as áreas de desindustrialização aparecem como lugares propícios a esta reprodução, marcando a dinâmica urbana do imobiliário, como mostra Pádua (2008) para o caso de São Paulo.

b) A expansão da mancha urbana e a reprodução da periferia. O plano do local revela a contradição centro-periferia (surgida no processo de industrialização iluminando o processo de produção espacial que produziu as grandes metrópoles a partir dos anos 70 do século XX) que ganha em complexidade pelo movimento do capital financeiro diante da escassez do solo urbano (caso da metrópole superedificada de São Paulo é debatido em Carlos, 2001, através do conceito de raridade do espaço).

A expansão do tecido urbano se faz sentir através do movimento do mercado imobiliário em direção à periferia, criando edifícios administrativos e de serviços, bairros planejados (como a construção de Águas Claras, na periferia de Brasília, feita por Albuquerque, 2009), condomínios de luxo ou conjuntos habitacionais numa dinâmica acumulativa como tática imobiliária que produz o urbano como negócio. Esse movimento não é homogêneo e também há casos de hibridismo na expansão da periferia, como demonstra Braga (2019) para Manaus:

“Além das políticas habitacionais estatais como o MCMV atuarem enquanto dispositivos que promovem a expansão e reprodução da metrópole manauara,

outros produtos imobiliários, como os condomínios de luxo e o projeto de construção de um shopping center podem ser considerados e inseridos nessa perspectiva. Tal fato contribui para o caráter particular e híbrido da relação centro-periferia (p.59).

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que se realiza por todo o território nacional, pontua a expansão periférica em todo o território nacional – em cidades de todos os tipos ou tamanhos. Silva (2020), em sua pesquisa sobre o programa na periferia de Marabá, atesta essa lógica hegemônica que vai atravessando todo o território, apontando a disseminação da lógica da acumulação através da produção da forma do urbano como negócio. Nesse caminho analítico, Ferreira (2014) acentua que o programa tinha a intenção declarada de aquecer a atividade da construção civil, e por isso foi moldado para atender preferencialmente as construtoras privadas do mercado “popular”. Ainda, para o autor,

“o PMCMV era na verdade tão somente uma linha de financiamento, que usava o aquecimento da indústria da construção civil pela produção de moradias sociais como ferramenta “anticíclica” contra a crise econômica mundial. A atividade da construção é endógena, usa insumos e mão de obra essencialmente locais, sem depender tanto da economia internacional. Em um quadro de recessão mundial, é uma alavanca potente da atividade econômica“. (p.5).

c) No terceiro ponto dessa análise sobre a ação do imobiliário produtor do espaço, citamos uma terceira forma que se efetiva articulando novas áreas de produção globalizada do território nacional através do agronegócio, na região prevalecente da agropecuária modernizada. Aqui, o rural significa uma extensão da dinâmica urbana como extensão da dinâmica rural com sua produção e seus cultivos, voltados para atender a lógica do mercado globalizado. As novas áreas do agronegócio em Mato Grosso (marcada pelo uso intenso da ciência e da tecnologia) que

articulam justapondo os espaços-rurais-urbanos é analisada por Arruda (2007, p.11). A base da atividade produtiva do agronegócio encontra-se no campo, na propriedade da terra, nos meios de produção, mas é na cidade que se localiza a condição de circulação dos fluxos materiais e imateriais decorrentes da circulação do circuito produtivo e efetivação dos negócios dos agropecuários. Na mesma direção, Fioravante (2018), estudando Primavera do Leste – ligada à agricultura capitalista mecanizada –, ao analisar o avanço da fronteira em Mato Grosso localiza-o no movimento da reprodução do capital baseado na propriedade privada da terra, apontando para o fato de que a cidade no contexto regional não é produto da expansão da fronteira agrícola, posto que as cidades não são suportes e infraestrutura do agronegócio. Para a autora, Primavera do Leste guarda como particularidade fundante o fato de que “foram os negócios fundiários consolidados com a configuração e monopolização da propriedade privada da terra que constituíram a cidade-mercadoria”.

Esse processo vai na direção do analisado por Alvarez (2018) para São Paulo como momento da explicação do movimento geral do capital. Escreve a autora:

“A propriedade imobiliária, no capitalismo, não é em si capital, mas pelo monopólio de sua posse, através da forma jurídica da propriedade, possibilita a capitalização de parte da mais valia geral, o que confere aos seus detentores não apenas a possibilidade do uso, mas a de absorver parte da riqueza social através da troca, liberando este capital imobilizado para entrar no circuito geral de valorização do capital. Ainda por permitir ganhos atuais e futuros derivados de seu monopólio, a propriedade é patrimônio capaz de ser garantia de empréstimos e crédito e, portanto, se insere no empenho do trabalho futuro”. (p. 72)

Tanto Fioravante, estudando Primavera do Leste, quanto Volochko (2013), estudando Mutum, na franja da fronteira produzida sob a égide da lógica da reprodução do capital, nos informam sobre a importância do capital financeiro na criação-reprodução das cidades da

fronteira na produção de espaços homogêneos de uma urbanização e as atividades ligadas ao agronegócio:

“A intensificação de cadeias produtivas financeirizadas por capitais nacionais e internacionais nas regiões dominadas pelo agronegócio dinamiza a produção do espaço em cidades que vão se configurando como importantes centros de execução de processos, normas e estratégias ligadas às atividades agrícolas modernas, mas cuja centralidade encontra-se fora dessa região. (Volochnko, 2013, p. 43)

Os elementos desenvolvidos nesse item são as marcas da urbanização contemporânea onde o capital financeiro se realiza através da produção do espaço enquanto exigência da acumulação continuada do capital, sob novas modalidades, articuladas ao plano do mundial. Neste movimento, uma articulação profunda entre o Estado e os setores privados da economia se revela através de políticas urbanas que direcionam o orçamento público para a construção de uma infra-estrutura necessária para que esse processo econômico se realize sem sobressaltos, ao mesmo tempo em que cria infraestrutura e modifica leis e normas. Como consequência temos o aprofundamento do processo desigual de produção do território.

2.2 A atividade turística – espaço como consumo produtivo

Com o turismo vende-se, literalmente, a particularidade de um lugar (real ou simplesmente inventada) para criar e atrair consumidores objetivando o crescimento da economia por parte do Estado indutor do processo e da produção de lucro dos setores envolvidos através da produção do espaço.

Assim, o desenvolvimento do turismo se refere à possibilidade de transformar características particulares de determinados lugares em fontes geradoras de renda, momento no qual os lugares passam a ser vendidos num novo mercado a partir de suas particularidades, transformadas em valor de troca. Deste modo, o turismo aparece enquanto

atividade econômica lucrativa no momento de crise da economia industrial. Todavia, o desenvolvimento do turismo se realiza através da produção de um espaço não só para a venda mas como infraestrutura mobilizadora para o consumo dos lugares, articulando vastas áreas do território, o que se faz com a mediação do Estado.

A intervenção visando estimular as atividades turísticas como fonte de acumulação traz com ela renovações urbanas importantes tendo por alibi as heranças culturais materializadas nos lugares – geralmente nas áreas centrais que lhe dão identidade.

A atividade turística como momento necessário à acumulação envolve mudanças intra e interurbana, articulando vastas áreas em sua lógica. Cruz (1999), em sua investigação, aponta a clara relação entre o turismo e a produção do espaço urbano centralizado na orla litorânea do NE associados ao Prodetur no início dos anos 90. Para a autora, o Prodetur-NE traduz o

“objetivo comum dos poderes públicos estaduais (dos estados que compõem a Região) e do poder público federal de promover o desenvolvimento regional, minimizando desigualdades econômicas inter-regionais, através do turismo. Os “recursos naturais turísticos” da Região, que correspondem a expectativas de parte significativa dos fluxos turísticos contemporâneos, associadas ao binómio sol-mar, são tomados como estratégias do discurso e da ação política nesse sentido (p. 7).

Esse programa se dissemina em sua lógica atravessando as escalas espaciais e serve de motivo de atração em cidades como Salvador e Recife, mas também referem-se a possibilidades de inserção de pequenas cidades litorâneas, como Gericoacara (Nogueira, 2016). Pinheiro e Santos (2018) chamam atenção para o PAC Cidades Históricas, um programa de abrangência nacional que tem como objetivo a integração do patrimônio às políticas de desenvolvimento econômico e regional com ênfase no turismo, citando o caso, desde o ano de 2009, da cidade de Aracaju, junto com as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras. Verri

Santana (2008, p.10), por sua vez, chama atenção para os espaços considerados ecológica e ambientalmente qualitativos, que são consumidos como produtos ecoturísticos.

Em todos os casos a reprodução dos lugares envoltos pelo turismo se realiza contraditoriamente: permite a realização econômica, ao mesmo tempo em que o faz em detrimento das comunidades locais, esvaziando os conteúdos da história local pela espetacularização de sua cultura e expulsando-os de seu lugar pelo movimento do mercado imobiliário.

Portanto, turismo como álibi do crescimento movimenta a economia não só através da recepção de turistas, mas, fundamentalmente, na reprodução do espaço urbano. Mudanças no centro de várias cidades (de tamanhos diversos em todo o território nacional), sob o discurso recorrente da valorização do patrimônio reinventando identidade, congelando o patrimônio, expulsam grupos sociais e atividades pela mudança de usos – função dos lugares. Para Cruz (1999, p. 4),

“a crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. A valorização da atividade turística no Brasil, a partir da década de 1990, resulta de diversos fatores conjugados, como o crescente significado econômico do setor serviços no mundo e, inserido neste bem como a disponibilização de capitais estrangeiros para financiamento de projetos e os posicionamentos público e privado favoráveis ao desenvolvimento da atividade”.

Nesse sentido, o turismo e o lazer entram como momento de realização da acumulação, enquanto momento da reprodução do espaço – suscitadas pela extensão do capitalismo. Como todos os produtos do capitalismo se realizam como mercadoria e os lugares do turismo são produzidos movimentando o setor imobiliário e de construção, mas também colocando no mercado o próprio espaço produzido como mercadoria a ser consumida produtivamente, o turismo representa o valor de troca do espaço – nessa condição a atividade do turismo entra no processo de produção do valor.

Deste modo, o turismo é um dos elementos constitutivos do processo de reprodução do espaço que expressa um movimento inerente ao processo de acumulação capitalista envolvendo a reprodução das relações sociais em seu sentido amplo – refiro-me à constituição da sociedade urbana em sua constituição mundializada num cotidiano subsumido a essa nova lógica.

As pesquisas interdisciplinares que se voltam a desvendar esse momento atestam a complexidade do turismo que mescla setores econômicos que fogem da tradicional classificação proposta por Colin Clark nos anos 40. Os exemplos são inúmeros, mas podemos citar a criação do Polo Gastronômico, Cultural e de Entretenimento em Porto Alegre (Silva, 2016), com o objetivo de acelerar o ritmo de melhoramentos e da requalificação do bairro Cidade Baixa, como um cenário articulando mercado imobiliário, comércio e serviços e cultura num único projeto.

Apesar de disseminado no território, Cruz (2008) demonstra que a acumulação se concentra de acordo com o ‘Mapa do Turismo Brasileiro’ elaborado com dados de 3.285 municípios. A autora constata que 740 municípios concentram 93% do fluxo do turismo doméstico e 100% do fluxo do turismo internacional e cerca de 80% desses municípios estão distribuídos por estados litorâneos e Minas Gerais,

“todos localizados na porção mais oriental do território, aquela que também concentra pessoas, riqueza, renda e infraestruturas, uma geografia reveladora de processos de concentração e centralização do capital, dos quais o turismo é também um tributário” (p. 32).

2.3 O narcotráfico (e as milícias)

As relações centro-periferia se redefinem no final do século XX, ganhando maior complexidade. Longe de serem “áreas marginalizadas”, são a expressão mais bem acabada das contradições do processo de produção do espaço sob a urbanização contemporânea promovida pela industrialização. Constituem-se, fundamentalmente, como os espaços da proletarianização imposta pelo modelo de industrialização poupador de

mão de obra realizado com altas taxas de exploração do trabalho e forjada na produção de mais-valia que cria a força de trabalho excedente que se abriga no trabalho informal. Parafraseando Barbosa (2018), parte significativa das periferias urbanas se constituíram e continuam existindo como expressões legítimas das lutas de homens e mulheres para habitar a cidade.

No final do século XX, a escassez do solo urbano vai impondo novas táticas ao setor imobiliário e da construção civil, momento em que em algumas cidades o espaço se torna raro e a periferia aparece como o lugar da construção de grandes condomínios residenciais voltados à classe média que se isola “intramuros” (Carlos, 1994). Também apontamos acima que a periferia é o lugar de expansão necessária à acumulação. Mas, é também na periferia que se localiza a atividade do narcotráfico, que impõe sua presença, reestruturando a vida de comunidades que toma como escudo para sua produção.

Barbosa (2018, p. 25) chama atenção para o fato de que o jogo de localização-distribuição da geografia do tráfico que

“passa a configurar uma extensa e capilarizada rede de pontos em favelas que, além de operar na venda a varejo, também abastecem outros pontos em outras favelas da mesma facção ou de favelas de “amigos”. Cria-se, inclusive, uma particular divisão técnica do trabalho, através da qual algumas favelas são inseridas em funções para além da recepção, preparação e venda de drogas. Referimo-nos às que recebem o papel de “paiol”, cuja função é guardar o estoque de armas e munições da facção, funcionando como uma espécie de *quartel general* para operações de defesa de territórios ou para a invasão de favelas ocupadas por força rivais.

O narcotráfico, para além do domínio do lugar e dos habitantes dos lugares de sua dominação, constroe um imbricamento complexo de atividades que “Incluem o setor de transportes, o comércio, os serviços, propriedades agrícolas, o setor do turismo, o setor imobiliário, a exploração de madeira etc.” (Barbosa, 2018, p. 27).

Referindo-se especificamente a Belém, Couto (2014, p. 76) afirma que

“A evolução urbana de Belém acompanha um intenso processo de favelização de sua orla, inicialmente, e de suas áreas de baixadas posteriormente. A organização intraurbana de Belém, de fato, reflete as contradições do urbano por meio de um espaço fragmentado por diversos atores sociais que compõem o cenário da cidade. As estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos se enquadram em diversas atividades econômicas, muitas delas ligadas às atividades ilegais, entre elas o tráfico de drogas, seja de forma direta ou indireta com o sistema... Assim, a periferia da metrópole está envolvida na trama das redes como subterfúgio para a territorialidade e comércio/varejo da droga em escala local, mas diretamente articulada com a escala regional e global do circuito do narcotráfico”.

Além de reproduzir as periferias sob sua dominação, o narcotráfico, que domina o mercado local de construção bem como o modo de circular e viver nestas áreas, também articula vastas áreas do território como momento necessário à realização do comércio da droga:

“Nesse sentido, a própria região amazônica convive com imensas áreas que de certa forma estão abandonadas” pelo Estado e esta “ausência” se manifesta com a disseminação da pobreza, da miséria e da precariedade de algumas cidades amazônicas, e por isso, tornam-se alvos fáceis para que o narcotráfico se organize em rede. É a manifestação do território-rede na Amazônia”. (p. 68)

A circulação da droga conecta várias partes do território nacional. Peralva (2012) aponta a chamada “rota caipira”, mostrando a interconexão dos territórios que a constituem, nos quais se incluem cidades como Atibaia e Marília, no estado de São Paulo, Mirassol d’Oeste, no Mato

Grosso, e Londrina, Maringá e Paranaguá, no Paraná. Para a autora, cada cidade ocupa na rota diferentes funções – manutenção e maquiagem de aviões, carregamento e descarregamento de drogas, transações com roubo de cargas ou tráfico de produtos eletroeletrônicos contrabandeados.

Numa outra escala, Couto (2014) aponta que as redes ilegais hoje se aproveitam da expansão da globalização de duas formas: uma relacionada com a expansão da tecnologia, o que facilita o contato e as transações internacionais do narcotráfico, e a outra diz respeito ao intenso processo de fragmentação e desintegração do território que a globalização impulsiona.

No plano do lugar, a economia do narcotráfico refuncionaliza as áreas periféricas, interferindo nas relações sociais, dominando o movimento do processo de produção do urbano. As relações centro-periferia se atualizam e se expandem espacialmente, ganhando em complexidade. Hoje, as atividades ilegais e letais do narcotráfico na periferia ainda convivem com as milícias, que têm ganhado destaque no noticiário nacional com sua face empreendedora quando do desmoronamento de edifícios produzidos por ela na zona oeste do Rio de Janeiro.

Thys (2020), em reportagem recente, destaca que está em curso na zona oeste do Rio de Janeiro o maior programa habitacional do país realizado pela milícia, com lançamentos, em série, de imóveis

“que variam de quatro a doze pavimentos, unidades de sala e dois quartos, construídos e vendidos pela milícia tanto em zonas de proteção ambiental quanto áreas legais mais fora do gabarito. Quem acompanha o mercado não vê paralelos com o frenesi da atividade da “milícia incorporações e vendas”, a estrela da construção civil do Rio, a pleno vapor mesmo em tempos de pandemia”. (...) Em Rio das Pedras, área 100% comandada pela milícia, no Rio de Janeiro, as construções, segundo o capítulo, são de prédios de até quatro pavimentos com lojas no térreo.

A atuação das milícias e do narcotráfico nas periferias de grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Manaus, dentre outras

idades, muda os termos com os quais se realiza a violência do processo de produção do território. Agora, à violência imposta pelo processo de urbanização se soma a violência “letal” do narcotráfico e das milícias na vida cotidiana. Ao domínio do Estado se justapõe, agora, o domínio do narcotráfico e das milícias numa aliança estreita entre a “legalidade e a ilegalidade”. Esse domínio se exerce através da produção do espaço redesenhando lugares e esboçando novas redes no território.

Em sua reunião, esses três setores, em sua articulação espaço-temporal, expõem a dinâmica e o sentido do processo. Nesse sentido, cabe a observação de Simoni Santos (2015, p. 34) para quem

“Não se trata, portanto, de observar processos, as dinâmicas, os objetos e as ações que ocorrem no espaço para qualificá-lo atualmente, mas de reconhecer a pertinência do processo mesmo de produção e reprodução do espaço urbano no centro das estratégias da acumulação contemporâneas. É nesse sentido que a cidade não é tomada meramente como lugar dos negócios, mas é ela mesma o próprio negócio que se realiza através da produção do espaço urbano”.

3. Considerações finais

Queremos, aqui, para finalizar, destacar dois pontos: o primeiro lugar diz respeito à produção do território brasileiro, que encontra na produção do urbano, hoje, um ponto de inflexão. O urbano é a forma concreta da acumulação e, portanto, articuladora da dinâmica espacial onde a hierarquia se tece no território marcado pelos espaços dominantes e dominados. Os espaços dominantes são aqueles que ganham centralidade na acumulação do capital definido no plano do mundial onde as fronteiras do urbano se expandem dominando e articulando pontos diferenciados do território, anunciando estruturas espaciais mais complexas. Necessário também acrescentar que a expansão territorial e a extensão do tecido urbano da metrópole (englobando um conjunto de cidades) hierarquiza e articula espaços urbanos e rurais, através da

divisão espacial (social e técnica) do trabalho sob a lógica de novos processos de valorização, definidas pelo financeiro. Portanto, da articulação-justaposição dos “setores econômicos” acima esboçados, num movimento que, em sua articulação, hierarquizam-se os lugares.

A expansão da acumulação agora se faz produzindo-reproduzindo espaços, criando e recriando novas funções e redefinindo os usos, como movimento renovado do capital no âmbito da reprodução das relações sociais de produção. Nesse contexto, como apontamos, o “urbano” se torna, em si mesmo, lugar de investimento e fonte de realização da mais-valia. Nesse momento, um “Estado máximo” Oliveira (2018 p.75) orienta a ação que liga cada vez mais a reprodução do território à lógica mundial.

Uma segunda consideração diz respeito ao fato de que a lógica do processo global subsumida à lógica da acumulação que ganha expressão no território nacional através de processos (desiguais) de valorização tem sua expressão real no plano do local e do cotidiano. Nesse plano, se leem e se contatam os movimentos da urbanização como realidade.

Nesse plano, se esclarece uma contradição: ao mesmo tempo em que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade como urbana, acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço (pelo desenvolvimento da propriedade privada) quanto do indivíduo.

Atravessada pela necessidade e pelo ritmo do processo de valorização, o mundo da mercadoria invade a vida. O mundo do trabalho – modo como se estrutura o tempo social articulando as atividades e definindo, através dos contratos que se estabelecem a partir da existência da propriedade privada (salário), os modos de habitar e de acessar a cidade, e os lugares que constituem a realização necessária da vida em planos claramente fragmentados e hierarquizados. O modo como e onde se habita expõe a segregação como forma da propriedade e do poder que ela aufere aos grupos sociais diferenciados da sociedade. O cotidiano programado pelo crescimento e burocratizado pelo político cria um conjunto de valores – hedonismo de massa (Horkheimer, 1976), um de seus produtos é acompanhado pelo individualismo – enquanto a ideologia vem da propriedade e do poder que ela efetiva.

O processo de valorização do capital traz dialeticamente a desvalorização da vida como característica central da sociedade urbana

sob o capital: empobrecimento do sentido do habitar; determinação do acesso aos lugares de realização cotidiana; normatização exacerbada dos espaços públicos e de lazer; eliminação tendencial do sentido e conteúdo do trabalho; definhamento das relações de vizinhança; aumento da distância casa-trabalho-lazer, imobilizando grupos sociais em áreas periféricas; e aumento da letalidade que vem da violência da dominação legal-ilegal dos poderes estabelecidos.

Deste modo, a reprodução das relações sociais de produção amplia-se no nível do território, ganhando novas formas de realização pela cooptação quase total dos níveis da realidade, apropriando-se dos espaços-tempo da vida cotidiana em lugares normatizados e indiferenciados onde a contradição centro-periferia ganha em complexidade, agravando-se. Essa contradição traz, em si, conflitos que nascem da resistência – outro traço importante da dinâmica urbana. Os conflitos nomeados “jornadas de junho” (Carlos, 2017) em 2013 expõem essa contradição.

A produção do urbano “desigual e combinado” como concentração-centralização-dispersão, que marca a constituição da sociedade urbana, dando particularidade ao território, é, assim, uma possibilidade para compreender o Brasil de hoje.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ALLIS, Thiago. Notas sobre projetos urbanos e turismo: o caso de Rio Branco, AC. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 2, Out/2009, p. 144-165.

ALVAREZ, Isabel P. A produção e reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A. et al (Orgs), **A cidade como negócio**, São Paulo: Contexto, 2018, p 65-80.

ARRUDA, Zuleika A. de. **Onde está o AGRO desse NEGÓCIO? Transformações sociospaciais em Mato Grosso decorrentes do Agronegócio.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al (Orgs). **Um olhar territorial,** BNDES, 2018.

BARBOSA, Jorge L. A geografia dos negócios do narcotráfico. In: CARLOS, Ana Fani A. et al (Orgs). **A cidade como negócio.** São Paulo: Contexto, 2018 p 247-266.

BRAGA, Eduardo H. F. **A reprodução da metrópole na Amazônia: Manaus a cidade que atravessa o Rio.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001. 368p.

_____. A reprodução da cidade como "negócio". In: Carlos, A.F.A.; Carreras, C. (Orgs). **Urbanização e mundialização.** Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani A. et al (Org). **Justiça espacial e o direito à cidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2017, p 33-62.

CONTASSOT, Pedro T. P.; MORAES, Meriane S. de. Polêmicas sobre a revitalização do Cais Mauá, Porto Alegre: apontamentos recentes. In: **Anais do XI SEUR e V Colóquio Internacional Sobre Comércio e Consumo Urbano,** Eixo temático ANPUR, 2015.

COUTO, Aiala C. de O. **A Geografia do crime na Metrópole**: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém. Belém: EDUEPA, 2014.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

_____. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Revista Confinis** [On line], N. 34, jun/2018.

FERREIRA, João Sette W. Minha Casa, Minha Vida: notas sobre a responsabilidade coletiva de um desastre urbano. **Revista Contraste**, N. 1, pp. 110-119. Disponível em <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2371/2350>. Acesso em: 15 Nov 2020.

FERREIRA, Genovan P. **Da cidade das flores   cidade dos eventos**: a produ o do espaço urbano em Garanhuns-PE. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

FIORAVANTE, Lívia. **Do negócio   cidade como negócio**: a urbaniza o de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produ o do espaço. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas**. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

IBGE.  reas urbanizadas do Brasil – 2015. Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 28 p.

JESUS, Patricia & Denaldi, Rosana. Experiências de regulação urbana e suas possibilidades: análise a partir do caso do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC (São Paulo). **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, 2018, 44(132), Santiago do Chile, pp. 91-111.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, Metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista Geografia Norte Grande** [online]. 2008, n.39, pp.7-20.

MOURA, Rosa . dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, 38(115), Santiago do Chile: setembro de 2012, pp. 5-31.

NOGUEIRA, Denys .S. **A produção do espaço do espetáculo em Jericoacoara (CE)** Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. **Era da indeterminação**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

PÁDUA, Rafael F. Produção estratégica do espaço e os novos produtos imobiliários. In: CARLOS, Ana F. A. et al. (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 145-164.

_____. Desindustrialização e reestruturação do espaço em São Paulo. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, vol. 7, N. 14, 2008, pp. 41-48.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização e espaços urbanos não-metropolitanos. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 441-465, jul/dez 2010.

PERALVA, Angelina. Questão de drogas e de mercados. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 19-36.

SANFELICI, Daniel S. As escalas da acumulação na produção das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A. et al (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018, p 121-144.

SANTANA, Paola V. **Ecoturismo**: uma indústria sem chaminé? São Paulo: Labur Edições, 2008.

SILVA, Michelle N. da. As iniciativas de requalificação urbana e suas intenções no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre (RS). **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 12, n. 1, págs. 43-61, jan/jun. 2016.

SILVA, S. **Programa minha casa Minha vida e a produção do espaço urbano em Marabá**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

SIMONI-SANTOS, Cesar. **A nova centralidade da metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana**. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

SIMONI-SANTOS, Cesar. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, Ana Fani A. et al (Orgs), **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 13-41.

PINHEIRO, Rafaelle dos S.; SANTOS, Cristiane Alcântara de J. Revitalização urbana e turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 275-294, abril de 2012.

THERY, Hervé & Mello-THÉRY, Neli Ap. de. **Atlas do Brasil, Disparidades e dinâmicas do Território**. São Paulo: EDUSP, 2008.

THYS, Bruno. O maior programa habitacional do país esta nas mãos da milícia. Observatório da Imprensa, Edição 1096, 14/07/ 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/espaco-urbano/o-maior-programa-habitacional-do-pais-esta-nas-maos-das-milicias/>. Acesso em 29 dez 2020.

TRINDADE Jr, Saint-Cair; Amaral, Márcio D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém, Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.111, jul./dez. 2006, 73-103.

TÔRRES, Edvânia A. G. Um passeio temático pela cidade do Recife: o processo de revitalização, êxitos e fracassos. **Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, Universidad del Norte Barranquilla, Colômbia, N. 6, noviembre, 2007.

VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, Ana F. A. et al. (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018, pp 97-120.

_____. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá - N. 16, jan/jun 2013, pp. 18 – 38.

PERIFERIA E FRONTEIRA: O GOVERNO DOS POBRES NOS CONFINES DA URBANIZAÇÃO¹

César Simoni

O emprego da noção de fronteira para a caracterização de processos e eventos que ganham materialidade na escala metropolitana recebe um importante impulso a partir do trabalho de Neil Smith (1996). O deslizamento conceitual teve o mérito, dentre outros, de ter avançado para um uso de natureza menos metafórica da noção no contexto dos estudos de geografia urbana. Mas ajudou a traçar também algumas linhas de continuidade entre os fenômenos da fronteira que operou na escala territorial dos países do Novo Mundo e aqueles que eram identificados nos processos de produção e reprodução do espaço urbano.

No Brasil, além de fenômenos correspondentes àqueles descritos por Neil Smith (1996, 2007) para cidades dos Estado Unidos, sinais de conexão entre a fronteira que se expande na escala territorial e as dinâmicas de avanço de processos de capitalização na escala metropolitana podem ser capturados também na dimensão morfológica. Tais eventos foram restaurados e continuam a ocorrer a partir da expansão geográfica absoluta do ambiente construído que ocorre nas margens ou nas brechas do tecido urbano. A própria noção de fronteira urbana, utilizada igualmente para identificar processos de transformação nas formas de

¹ Agradeço a professora Isabel Alvarez e os membros do Grupo Limiares pelas inestimáveis contribuições (nominalmente: Bruno Sampaio; Dárcio Argentio; Gabriel Alvarez; Gabriella De Biaggi; Gilcimar de Campos; Rodrigo Altair; Thais Bueno da Silva).

uso do território na escala nacional ou continental (BECKER, 1985; SIMONI-SANTOS, 2015; WADE, 1996), tem assumido posição também na explicação de fenômenos relativos à produção e reprodução do espaço urbano que ocorrem e são analisados na escala metropolitana (KING & BURT, 2019; RANDOLPH, 2012).²

Se nos anos 1970 o crescimento da mancha urbana das metrópoles brasileiras manteve relação evidente com os processos que animaram a expansão da fronteira na escala territorial, a própria forma como se dava esse crescimento trazia semelhanças com o fenômeno do avanço da ocupação e da exploração econômica do território. A dilatação do ambiente construído, tal como observado pelas cartografias e levantamentos aerofotogramétricos, era resultado direto de um processo de produção do espaço urbano em primeira instância, ou seja: produção mais do que reprodução. Urbanizavam-se simultaneamente a população imigrante, normalmente originada do campo, e algumas áreas nas margens de grandes cidades. Essa urbanização de natureza demográfica e territorial ativava dinâmicas expansionistas na escala urbano-metropolitana, dando origem aos assentamentos precários nos quais se instalavam os novos habitantes da metrópole. A informalidade dos assentamentos contrariava a imagem que se difundia sobre a grande metrópole tanto quanto as relações de trabalho contrastavam com o ideal de modernização.

Atualmente, os elementos que permitiam uma aproximação entre as duas escalas do fenômeno expansionista não somente se firmaram como também aumentaram em número e em espécie. Isso correu, contudo, num momento de profundas transformações da dinâmica social. Um indicativo dessas mudanças se assenta no fato de que, hoje, a população que ocupa as franjas da metrópole não tem mais origem rural: ela é composta de pessoas que foram expulsas de condições de moradia já estabelecida em áreas urbanas, muitas vezes na mesma

² Em uma pesquisa em andamento, Bruno Sampaio trabalha com a hipótese de que a reprodução do espaço metropolitano se dá, também, ainda, por meio do redimensionamento escalar do fato urbano, que por sua vez se realiza a partir das dinâmicas da fronteira, com uma tônica que, por isso, se destaca em relação à abordagem sobre a conformação da escala urbano-metropolitana, também trabalhada por Anselmo Alfredo (1999) e Flávia Martins (2011).

cidade da qual atualmente estão nas bordas.³ Isso reforça a premissa de que a chave de compreensão da realidade contemporânea não está mais na relação rural-urbano, mas sim na relação centro-periferia, o que redefine, portanto, os conteúdos daquilo que outrora foi chamado de periferia. Conjuga-se, assim, a reprodução de uma população já anteriormente urbana com as dinâmicas de expansão geográfica absoluta do ambiente construído.

Em função dessa confluência, é possível estabelecer mais uma relação da fronteira smithiana com o que ocorre nas franjas do ambiente construído: muito do fluxo demográfico que abastece a expansão geográfica absoluta da mancha urbana é produzido a partir da expulsão, por determinação judicial ou pelo custo de vida, em áreas que passam por processos análogos aos da gentrificação (CARLOS, 2001; FIX, 2001). Dessa forma, pode-se entender que a natureza das novas fronteiras que se elaboram nessas condições é inteiramente urbana.

1. Faixa de acumulação primitiva

Em 1972, Francisco de Oliveira escrevia que “quando o capitalismo cresce por meio da elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 1975, p. 16). Na ocasião, ele falava do fenômeno tomado tanto na escala do território nacional, a partir do papel desempenhado por uma agricultura mantida sob condições não propriamente capitalistas, quanto na escala da consolidação do fato metropolitano, a partir do papel que a chamada “autoconstrução” desempenhava simultaneamente na produção das periferias urbanas e no equilíbrio da relação entre trabalho necessário e trabalho pago. Contudo, não é descabido pensar que essa formulação

³ Trabalhos de campo realizados em 2019 revelaram que parcela significativa dos habitantes (com exceção de um, todo o restante dos entrevistados) que chegam a essas áreas de expansão absoluta da mancha urbana tem origem em áreas de urbanização já consolidada e estabelecidas no interior do mesmo complexo metropolitano dentro do qual operam o deslocamento de residência. Maura Pardini Bicudo Vêras e Suzana Pasternak Taschener (1990) já haviam reconhecido essa tendência na década de 1980 ao observar a mudança na composição demográfica das favelas paulistanas.

tem validade também na produção atual das vastas periferias urbanas das grandes metrópoles brasileiras.

No momento em que a segregação se expressa por meio da expulsão de moradores das áreas centrais (ou mais bem atendidas pelos serviços urbanos) e se encarna na abertura de periferias, o movimento de expansão nas franjas da metrópole ganha continuidade. E aqui, tanto pelo que ocorre nas áreas de onde originalmente essa massa demográfica foi removida, quanto pelas próprias formas que a reprodução social assume nos novos assentamentos, os mecanismos de acumulação deixam de se resolver no âmbito das relações uma vez definidas como “especificamente capitalistas”. O recurso à violência, ao roubo, à chantagem e a outros expedientes da espoliação que não ganharam estatuto jurídico definido em nossa sociedade assume posição de destaque e tende a se perpetuar nessas áreas de expansão absoluta do ambiente construído.

Na transição do que havia nos anos 1970 para o que temos hoje, é importante destacar a dissolução da relação salarial fordista como amalgama e princípio de ordenação social. Como decorrência, dissolvem-se também o horizonte da família operária (FELTRAN, 2008), a perspectiva do trabalho formal (ABÍLIO, 2017 e 2019) e a luta por direitos (TELLES, 2007). Além do aprofundamento da exploração própria das novas formas de engajamento laboral, o endividamento familiar reaparece no fim dessa segunda década do século como mais um dispositivo de captura do excedente social.⁴ Associadamente, os negócios ilegais e toda sorte

⁴ Índícios coletados em trabalhos de campo realizados em 2019 em áreas de expansão absoluta do ambiente construído na metrópole de São Paulo corroboraram a hipótese de que os índices de endividamento encontram também dentre os habitantes dessas áreas parte de seu substrato social. Numa pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em janeiro de 2020, constatou-se o maior índice de endividamento registrado desde 2010, quando a série teve início: 65% das famílias estavam endividadas. No decorrer de 2019, 48% dos brasileiros ficaram com ‘nome sujo’ em algum momento, de acordo com levantamento feito pelo Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC) em parceria com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Em agosto de 2020, de acordo com dados da CNC, novo recorde foi registrado: o índice de famílias com dívidas subiu para 67,5%, sendo que, dentre estas, aumentou para 26,7% a porcentagem de famílias com contas em atraso. De acordo com dados do

de ilegalismos ganham terreno fértil nas áreas devotadas à expansão da mancha urbana: ela mesma, nessas condições, um grande negócio.

A tendência à aproximação, por metáfora ou por transposição conceitual, do contexto vivido nas franjas da metrópole durante os anos 1970 e 80 aos sentidos da fronteira econômica e demográfica observada na escala territorial ganhou reforço ao se considerar o que vem ocorrendo nas bordas da metrópole contemporânea. Um universo de cruzamentos define os contornos “jurisdicionais” que demarcam uma parte daquilo que se chama hoje de periferia. Em muitas áreas de expansão geográfica absoluta nota-se a presença de intensa atividade imobiliária ilegal. A fuga do aluguel ou o horizonte de expansão patrimonial, que mobilizam muitas famílias, se cruza com os fenômenos altamente imbricados do endividamento e da intensificação precarizada das jornadas de trabalho. Nessas áreas da metrópole, o endividamento e o crime se articulam a uma dinâmica territorial expansionista, reproduzindo, a partir da produção do espaço, as condições primitivas de acumulação do capital. As áreas de expansão geográfica absoluta do ambiente construído urbano têm, por isso, agregado em diversidade, intensidade e conexões os novos elementos capazes de circunscrever espaços com características muito particulares.

Daqui a importância do recurso à dimensão conceitual da fronteira, que particulariza essas manifestações no interior daquilo que, de forma geral, é chamado de periferia. A atividade em uma faixa territorial dinâmica dos espaços circundantes da mancha urbana de grandes metrópoles conta com uma margem de manobra no estoque de terrenos para operações futuras e com um contínuo abastecimento demográfico. É a partir da articulação de elementos como o expansionismo geográfico-horizonta, a contínua elaboração e o deslocamento do excedente populacional, as formas precarizadas e intensificadas do trabalho, a dívida e o crime, que os nexos entre essas zonas de expansão e a economia mundial vão se tecendo. Nessas condições, a segregação se torna fundamento de um grande negócio.

Serasa Experian, a tendência já podia ser apontada bem antes do quadro esboçado: em 2018, a Classe D, com 61,1% do total, já concentrava a maior fatia percentual da inadimplência entre pessoas físicas, sendo seguida pela Classe C (22,8%) e, depois, pela Classe E (12,5%), ficando as classes A e B somente com 0,9% e 2,6% do total, respectivamente.

2. Fragmentação do espaço como dimensão tática de governo

A verificação de uma faixa territorial na qual a norma não coincide com a lei e em que processos de acumulação são arranjados a partir da apropriação direta do excedente ou por meio da monopolização da natureza, estando esses dois fatores associados à dinâmica geograficamente expansionista da mancha urbana, aproxima muito mais a realidade das bordas do espaço metropolitano da realidade da fronteira do que outras situações. Os recursos de natureza extraeconômica implicados nos processos de acumulação do capital que buscam refúgio ou sustentação nas atividades desenvolvidas nessas zonas de expansão encontram respaldo nas formas de governo que se aplicam diferentemente nessas áreas.

Além da mobilização do excedente populacional relativo, da reanimação do mercado imobiliário ilegal, da criminalidade, da informalidade do mercado de trabalho, do endividamento familiar e do conflito de interesses manifesto no movimento de avanço dos lotes, do arruamento e do casario, a violência não deixa de estar presente nessas áreas. Os nexos que permitem estabelecer a conexão, no entanto, não são ainda claros. Apesar da frequente associação entre o universo das práticas ilegais e o crescimento esperado dos homicídios, por exemplo, o que já se demonstrou não ter correspondência unilateral, tendo, inclusive, algumas vezes, correlação inversa (BIDERMAN *et. al.*, 2014; NERY *et. al.*, 2012; NERY *et. al.*, 2014; WILLIS, 2015), é preciso levar em conta que tanto os loteamentos ilegais quanto muitos crimes envolvendo homicídios encontram nas margens do ambiente construído seus refúgios naturais.

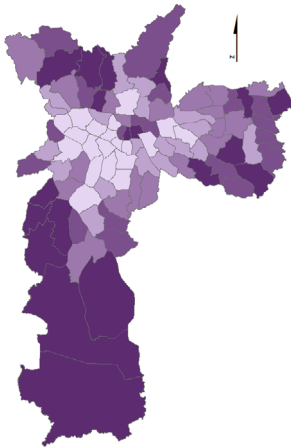
Os custos sistêmicos relativos de reprodução da vida e os arranjos para o governo dos pobres constituem fatores imbricados no comportamento diferencial dos índices de morte (natural e não natural) nessas áreas de expansão. Primeiramente porque o princípio que lastreia o funcionamento do mercado de habitações (a saber, o instituto da propriedade privada), ao mesmo tempo em que cria o estoque de demanda que assegura a troca de moradia por dinheiro nas transações formais, também é responsável pela emergência dos negócios informais. Isso ocorre na justa medida em que a privação do acesso ao

espaço de moradia, como fundamento dos negócios formais, se aplica também para aqueles não vão constituir parte da demanda solvável e terão, por isso, de resolver por fora do mercado formal o problema da habitação, criando também aí um mercado muito lucrativo. Com isso se quer chamar a atenção para o fato de que a formação de zonas de informalidade não constitui, em primeiro lugar, um fenômeno díspar em relação aos princípios que estruturam o funcionamento do mecanismo formal de distribuição de moradias, que carrega em si mesmo o fundamento da separação, da exclusão e da segregação. Em segundo lugar, plasmados no tecido urbano, a segregação, a exclusão e a separação pressupostas no princípio fundamental da propriedade se manifestam a partir de uma morfologia urbana que revela as fragmentações do espaço. Funda-se aqui uma forma espacial mais adequada à clivagem social que está inscrita na história de nossas sociedades. Esse mecanismo de segregação está, no caso das cidades brasileiras, na base da configuração espacial urbana que tem permitido ao poder tratar os “bairros como grupos geodemográficos”, para usar a sugestiva formulação de Stephen Graham (2016, p. 162).

Uma das condições de aplicação das técnicas de governo diferenciais está justamente na possibilidade de separação da população em segmentos discerníveis. Foucault (2012) apresenta o racismo como um dos elementos nos quais a reprodução do poder soberano do Estado se apoia. Segundo o argumento foucaultiano, é a partir da cesura criada com o racismo que o poder de matar pode se efetivar justamente porque se aplica, de forma desigual, exclusivamente sobre uma parte da população. Desse ponto de vista, ainda que desviando a noção de racismo mobilizada por Foucault, a coincidência entre os distritos de população predominantemente negra, das áreas reconhecidas como periferias e dos espaços onde se registram os maiores índices de Anos Potenciais de Vidas Perdidos (APVP) não é fortuita e traz consigo o emaranhado de conexões implicadas nas formas de governo mais atuais.

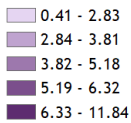
Cruzando os dados trabalhados na pesquisa de Thaís Bueno da Silva (2020) com dados do Censo Demográfico sobre a distribuição da população negra no município de São Paulo, evidencia-se a relação sugerida.

Média de APVPs por homicídio e por distrito administrativo residencial em São Paulo, entre 2006 e 2017



Legenda:

Média de APVPs entre 2006 e 2017



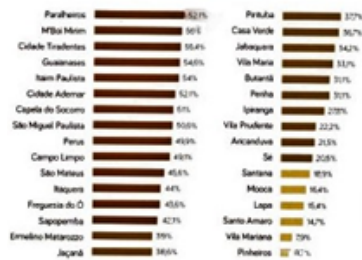
Fonte dos dados: Malha com distritos e limites administrativos de São Paulo - Geosampa; APVPs - PRO-AIM/DATASUS.

Concepção do mapa: César Simoni Santos e Thais Rodrigues Bueno da Silva
Elaboração do mapa: Thais Rodrigues Bueno da Silva

Distribuição do percentual da população negra por subprefeitura a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE (Projeção adaptada de material divulgado pelo portal G1, em 16/09/2015)



Percentual de negros por subprefeitura



**Adota-se como população negra os autodeclarados pretos e pardos de acordo com critério utilizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo e pelo portal G1, de onde a projeção foi extraída. Os dados apresentados da projeção de APVPs trazem a média dos dados disponíveis de todos os anos desde que foram disponibilizados na plataforma DATASUS.*

O direito soberano de matar, que ao longo da história buscou legitimidade e se efetivou na racialização de seus alvos, operou taticamente sempre, também, a partir de geografias fragmentárias. Tais geografias, após adentrarem à imaginação social, se impunham como elemento tático e fundamento da experiência de mobilidade nas mais diversas escalas.⁵ O racismo de Estado encontra na segregação espacial, outra dimensão da cesura social prática, o seu dispositivo tático. Atualmente, o que a fragmentação do espaço urbano ilumina é a possibilidade de compreender que esse dispositivo, empregado como fundamento do exercício do poder de matar, está sendo aplicado na escala metropolitana. A segregação urbana se transforma, assim, num mecanismo de governamentalidade que separa a parcela da população sobre a qual se aplica a escolha soberana entre fazer morrer e deixar viver.

No governo das periferias a lei é um recurso eventual, mas sempre mobilizado como instrumento da soberania. Isso ilumina os vínculos do que se chama de Estado de direito com um regime normativo que escapa às determinações do próprio direito. A não coincidência entre a norma e a lei é arrematada com um universo de fidelidades entrecruzadas e poderes incompletos, sobrepostos e assimétricos. A inconstância das respostas de entidades públicas, a falta de unidade no sistema normativo e a inexistência de parâmetros institucionais estáveis constituem o fundamento de um Estado de terror que, por esses meios, não somente se faz presente em todas essas áreas como se infiltra com capilaridade nos

⁵ Os Estados, mesmo e, diria, principalmente, após o reconhecimento e respeito recíproco do estatuto legal e da soberania entre os entes concorrentes, tiveram sempre de produzir espaços nos quais não somente se podia, mas se devia, atuar fora da lei e desconsiderar os direitos operantes em seus territórios originários. A plantation, as colônias, a fronteira, o campo de concentração, as zonas de guerra etc. são exemplos desses espaços de exceção que acompanharam a formação dos modernos Estados de direito (MBEMBE, 2018). A fragmentação do espaço faz assim as suas mais eloquentes aparições na história como dispositivo de governo e de soberania. A fronteira que, ao transpor os limites de seus territórios originais, encarnou no novo mundo toda violência contida na colonização e a reproduziu como dinâmica própria no interior de territórios afastados, permitiu a consolidação e estabilização da moderna armadura territorial dos Estados europeus. A hipótese perseguida aqui procura o encontro dessa premissa social com aspectos da morfologia espacial dinâmica das metrópoles brasileiras.

mais recônditos âmbitos das relações interpessoais e cotidianas. O poder de matar não respeita nesses espaços segregados os limites normativos institucionais ou legais. Como na guerra colonial, o expurgo de toda forma de violência operante para além da codificação legal cria nesses espaços de exceção uma situação na qual “a distinção entre guerra e paz não é pertinente” (MBEMBE, 2018, p. 37). Desde suas manifestações originárias, “o espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo” (MBEMBE, 2018, p. 39), e continua a sê-lo.

No caso brasileiro, isso se esclarece com relativa facilidade diante do fato de que, apesar de alguns episódios nos quais se recorreu explicitamente à intervenção militar em áreas urbanas, o estado de sítio, condição na qual a camuflagem de uma política da morte sob ingerência do Estado se ampara na supressão da diferença entre a ameaça externa e o inimigo interno, foi poucas vezes declarado. No entanto, a ocorrência de óbitos em operações policiais ou com a participação de agentes, dentro ou fora de serviço, borram os contornos de um estado de paz. Ademais, a participação de organizações frequentemente chamadas de criminosas na contenção do avanço dos índices de homicídio e no controle da guerra entre facções armadas e entre estas e a polícia, especialmente em São Paulo (BIDERMAN, 2014; WILLIS, 2015), tem evidenciado formas de governo não coincidentes com aquelas supostas na superfície de um Estado de direito. A eclosão de um estado de guerra no interior de um suposto Estado de direito esclarece a tese benjaminiana do estado de exceção.⁶

3. Pandemia: do experimento à escalada do terror

Uma hipótese sobre o alinhamento das formas de reprodução do poder no Brasil à orientação geral da readequação das forças de segurança em escala mundial pode ser extraída de alguns dados relativos ao comportamento do número de mortes durante a pandemia de

⁶ A apresentação a respeito da violência e do poder instituinte e mantenedor do direito como fundamento do estado de paz é feita magistralmente em um ensaio de 1921 intitulado *Zur Kritik der Gewalt*, utilizado aqui em sua versão em português “Crítica da violência – Crítica do poder” (BENJAMIN, 1986).

Covid-19. Em meio à escalada da doença e das ações concertadas para conter o avanço do vírus, presenciou-se um fenômeno que se resolve no emprego combinado de três técnicas destinadas ao controle, à submissão e à neutralização da população.

No início do período de intensificação das medidas sanitárias para a contenção do avanço do novo coronavírus, um dado surpreendeu qualquer estimativa que apostasse em correlações autoevidentes. A redução do número de pessoas nas ruas (ainda que registrado em índices muito aquém do desejado) e o cumprimento de diretivas de ordem pública que pareciam colocar todas as pastas dos governos, em uníssono, a favor de medidas que pudessem aliviar o sistema público de saúde poderiam sugerir uma redução do número de mortes em decorrência de intervenções policiais. Contudo, não foi bem assim. Logo nos dois primeiros meses, no acumulado total para o país, de março e abril, registrou-se um aumento de 26% de ocorrências em relação ao mesmo período de um ano antes. E o aumento foi puxado pelo mês de abril, que registrou, justamente, os melhores resultados efetivos em relação às políticas de redução de aglomerações e a maior adesão às orientações de autoconfinamento.⁷ Considerando somente abril, o aumento superou

⁷ Considerando os índices de “isolamento social” medidos para todo o Brasil, o período de maior alta fica entre 22/03 e 26/04, respectivamente, o primeiro e último picos recorrentes acima dos 50% de toda a série organizada pela Inloco. Considerando exclusivamente a cidade de São Paulo, o período que sustenta os mais altos índices (59% e 58%) se estende de 29/03 a 03/05 (segundo o Sistema de Monitoramento Inteligente do Governo de São Paulo). No município de São Paulo, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo (SSP-SP), o mês de maio de 2020 registra o recorde de participação das mortes provocadas por agentes estatais ligados à segurança pública dos últimos 4 anos, quando a categoria começa a aparecer na série. Ela foi responsável, somente neste mês, por 3,9% do total de homicídios, tendo atingido 3,1% em 2018 e 2,2% em 2019 e 2017. Em março, a participação da categoria foi ainda maior, com 6,3% do total, repetindo a marca de 4 anos antes e quebrando a tendência de queda para o mês, sendo que 2018 havia registrado 1,7% e 2019 0,0%. Em agosto de 2020, tivemos novo recorde histórico de participação da modalidade para o mês desde o início da série. No estado do Amazonas, onde a evolução da doença pintou um dos piores quadros da pandemia no Brasil, o aumento do número de ocorrências na categoria foi da ordem de 425%. No Rio de Janeiro, a tendência de aumento nas mortes por intervenção policial seguiu o comportamento geral. Enquanto a correlação esperada em função das medidas de

os 50%. Segundo matéria do jornal O Globo, de 28 de junho de 2020, “o volume expressivo de mortes por ações da polícia em abril fez com que o primeiro quadrimestre do ano superasse o do ano passado — até março, os dados indicavam uma queda em 2020”.

Apesar de contrariar as expectativas no que diz respeito ao comportamento dos números, o perfil das ocorrências foi mantido com precisão impressionante. A maior parte das mortes continuou a recair sobre a parcela negra da população,⁸ tendo como seus locais de registro principais as mesmas áreas periféricas onde já se tornou possível antecipar ocorrências desse tipo.

controle sanitário pode ser verificada para os casos de crimes contra o patrimônio, que, em abril de 2020, apresentaram em média redução de 38% em todo o Estado, as mortes por intervenção policial registraram um aumento de 43% em relação ao mesmo período de 2019. Contudo, a prova real da correlação é oferecida com os resultados da determinação do STF que proibiu as operações policiais nas favelas e comunidades do Rio de Janeiro. Após a proibição, decretada no dia 05 de junho, registrou-se uma redução de 153 para 34 óbitos na categoria para o mês, e de 195 para 50 na comparação entre os meses de julho de 2019 e 2020. Houve, assim, uma redução, em números absolutos, de 264 óbitos para o período, representando uma queda de 76% em relação ao ano anterior. A última vez que a marca atingiu níveis inferiores a este foi em 2015. Na capital, na comparação dos meses de junho, entre 2019 e 2020, a queda foi de 64 óbitos para 2, e dos meses de julho de 92 para 20, o que significa uma queda de 96% no comparativo de junho e de 85% para o período em relação a 2019 (dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro).


⁸ Os dados, seguindo metodologia empregada pelo levantamento elaborado pela Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de São Paulo em 2015, agregam as categorias “pretos” e “pardos” na categoria “população negra”. No caso do município de São Paulo, a média dos sete primeiros meses de 2020 já apresenta um salto na porcentagem de negros no total das vítimas de homicídio em relação à média dos anos anteriores, nos quais não se verificou tendência significativa ao arrefecimento da participação do grupo nos meses finais. Em alguns casos, inclusive, observa-se algum aumento nos meses finais. Até julho de 2020, 62% das vítimas de homicídios na capital paulista eram negros. Em 2016 53,3%, em 2017 56,6%, em 2018 57,1% e em 2019 57,2%, de acordo com dados da SSP-SP. Segundo os dados fornecidos pela SSP-SP sobre a ocorrência de mortes com envolvimento de agentes policiais no município de São Paulo, nos meses de restrição do contato social físico (de março a agosto), a porcentagem de vítimas “pardas” e “pretas” no acumulado foi de 65%. Em março e junho, as porcentagens atingiram 72,7% e 87,5% respectivamente. Ainda que não desprezando o debate em torno dos limites do uso da classificação por cor da pele nos registros aqui mobilizados, considera-se o dado expressivo.

Concentração de mortes decorrentes de intervenções policiais no município de São Paulo (março-agosto de 2020)

Legenda:

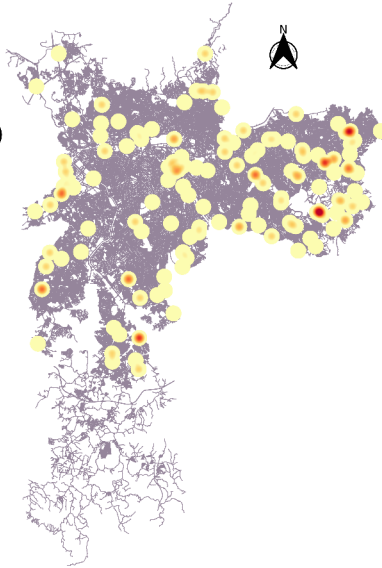
- Base de ruas do MSP
- Num. de mortes decorrentes de intervenções policiais
- 1
- 2.25
- 3.5
- 4.75
- 6

0 5 10 15 20 25 30 km



Fonte das informações:
Base de ruas do MSP - Centro de Estudos da Metrópole (CEM); Dados de mortalidade por intervenção policial - Portal da Transparência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP).

Concepção do Mapa: César Simoni Santos e
Thais Rodrigues Bueno da Silva
Elaboração do Mapa: Thais Rodrigues Bueno da Silva



*Considerando exclusivamente as mortes decorrentes de intervenções policiais no município de São Paulo durante os meses de enfrentamento da pandemia (opção feita também por questões relativas à disponibilidade de dados), o padrão de distribuição espacial reitera um comportamento persistente. Reforçam essa projeção, por exemplo, as ocorrências em Cidade Tiradentes, Guaianazes, Sapobemba, Itaim Paulista e Vila Jacuí, na Zona Leste, e no Grajaú e Capão Redondo, na Zona Sul. Além das ocorrências em áreas consideradas periféricas que se misturam aos bairros consolidados e se reproduzem em meio ao tecido urbano, nota-se também um número de ocorrências significativo em áreas de expansão ou que se situam nos limites da mancha viária oficial.

Essa recorrência, que conjuga racismo e periferização, envolve o artifício da estigmatização (WACQUANT, 2007) como dimensão de “uma rasteira criminalização de massa” que desestabiliza normas legais já, há muito, precárias (GRAHAM, 2016, p. 163). Enquanto nos Estados Unidos é o terrorismo e na Europa a imigração, no Brasil é o crime que preenche o imaginário que autoriza e fornece o elemento retórico das justificativas do poder nas ações que ocorrem contrariando os princípios legais (SOUZA, 2012). O crime será, assim, o predicado que arremata as “geografias imaginativas” (GREGORY, 1995) que dão sustentação à fragmentação efetiva do espaço, constituindo a alma e o corpo de uma geopolítica urbana inquietantemente violenta. “O resultado previsível é um seletivo e já pronunciado enrijecimento dos contornos de enclaves étnicos” (GRAY & WYLY, 2006, p. 336).

Uma segunda técnica que passou a ser suportada pela ampla difusão dos princípios neoliberais tem a ver com a mobilização das insuficiências programadas do Estado na gestão do número de mortes cotidianas nas periferias. “O clima neoliberal é tal que se tornou uma política urbana aceitável não resolver os problemas dos bairros e populações pobres” (GRAHAM, 2016, p. 164). Aqui, contudo, longe da ideia da ausência de Estado (JESSOP, 2002), estamos diante de uma forma de ser do Estado contemporâneo (PECK, 2010): a forma de ser do Estado nas margens (DAS & POOLE, 2008).

Enquanto, num determinado estrato do funcionamento econômico, ficamos com o resultado de uma contabilidade que tem na centralização do capital não só uma alternativa aos limites do processo de acumulação, mas o fundamento de uma política de Estado, no outro extremo, técnicas de governo dos pobres vêm sendo aprimoradas não somente na redefinição das formas de engajamento do excedente populacional relativo, mas na pilhagem que o desmonte das instituições, dos serviços e da infraestrutura de atendimento social, a ela relacionado, representa. Entram em operação aqui também, na privatização e na realocação de recursos, os fundamentos daquilo que David Harvey (2003) chamou de “acumulação por espoliação”. A contabilidade da acumulação neoliberal se viabiliza, nesses termos, a partir do reconhecimento e da reiterada reprodução de um contingente dispensável e geograficamente circunscrito.

Pode-se entender que durante a pandemia a aplicação dessa tecnologia de poder operou com alta performance. Ao observar o impressionante crescimento do número de óbitos por Covid-19 nas periferias de São Paulo (ver SIMONI, 2020), mesmo sendo esta uma doença vetorizada pelos estratos médios e altos da sociedade, entende-se que o papel da clivagem social opera por meio da fragmentação do espaço. Há registro de hospitais em áreas da periferia de São Paulo em que a taxa de mortes entre pacientes internados por Covid-19 ultrapassou os 90%, índice muito superior à taxa de 27,4% registrada em um dos hospitais públicos de referência na mesma cidade (Folha de São Paulo, 03 de agosto de 2020). Na semântica neoliberal, o fazer morrer aparece como deixar morrer. Mas quando deixar morrer se torna um elemento ativo da política de Estado, é o fazer morrer que se apresenta como premissa do velho direito soberano de matar.

Em terceiro lugar, a deterioração das condições materiais de vida que acompanha a perda de direitos, a aniquilação de relações duradouras e a desestabilização de um horizonte de estabilidade mínima (nos quais os códigos são ao menos parcialmente decifráveis e as linhas de conduta relativamente conhecidas) é uma das estratégias que bloqueia a emergência de formas de organização alternativas que podem, por isso, contrariar a soberania e o sistema de correlações entre poderes. Em situações de guerra, “capacidades letais espantosas podem ser criadas simplesmente sabotando os usos cotidianos’ de uma série de infraestruturas urbanas comuns” (GRAHAM, 2016, p. 348). Como em países como o Brasil, a falta d’água, o corte da energia e a interrupção das comunicações não chegam a ser um problema excepcional para boa parte da população, os ataques de desestabilização que atingem a população mais pobre ganham corpo nas remoções, normalmente acompanhadas da destruição de suas casas.

Dados do Observatório de Remoções, do Labcidade, mostram que, apesar das recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o número de remoções na Região Metropolitana de São Paulo dobrou entre abril e junho em relação aos números do primeiro trimestre de 2020, atingindo pelo menos 1.300 famílias no período em que a taxa de transmissão do vírus atingiu o seu pico (2,81 em 26/04). Além da criminalização e da espoliação, não mais como eventos, mas como registros continuados e permanentes das formas de governo que pesam sobre os mais pobres, é preciso considerar que as remoções levadas a cabo nas mais diversas áreas da metrópole são responsáveis por parcela significativa do abastecimento demográfico das franjas do ambiente construído urbano. Esse fator aparece como um dado adicional para a compreensão da situação de vulnerabilidade dessas populações.

Seguramente, essas três técnicas de poder recorrem a parâmetros de clivagem territorial simultaneamente sustentados por processos reais de segregação socioespacial e legitimados por “geografia imaginárias” (GREGORY, 1995) como instrumentos ideológicos. A reunião desses dois dispositivos está na base daquilo que Loïc Wacquant (2007) chamou de “estigmatização territorial”. Se em países do chamado norte global, ao “separar as pessoas e circulações consideradas de risco ou malignas daquelas consideradas livres de riscos ou dignas de proteção”,

“Estados-nação estão se afastando de seu papel como fiadores de uma comunidade de cidadãos” (GRAHAM, 2016, p. 158), em países como o Brasil a mobilização esclarecida de tais dispositivos no repertório da política de segurança pública implica no abandono do horizonte que se vinha construindo por meio da luta por direitos. A segregação socioespacial, quando passa a figurar majoritariamente no universo de dispositivos de exercício do poder, também passa a explicar por que “as noções de leis, direitos, cidadania e espaço público foram esvaziadas de sua potência crítica” (TELLES, 2007, p. 201). A periferia, de lugar da luta e da utopia, transforma-se cada vez mais em espaço exclusivo do terror.

4. Fronteira e a produção da periferia

Nas circunstâncias atuais, uma cena se repete: ao mesmo tempo em que as populações das periferias vão sendo exauridas pelo trabalho e pela retirada de vidas, reiteradas levadas chegam aos espaços que vão se definindo como novas faixas dos cinturões periféricos. Essa situação constitui o fundamento demográfico da dinâmica de expansão periférica. Aqui, ao contrário do encontro idílico entre a vocação de um povo e a conquista de um território novo, como chegou a ser pensado nas origens do papel da fronteira (TURNER, 1975), a extensão do horizonte da faixa de expansão é o avesso da utopia.

Existe aqui também, nos arranjos primevos e extrajudiciais desses espaços de exceção, um traço de continuidade entre o papel da formação territorial brasileira na era da internacionalização do capitalismo e a produção marginal do espaço urbano nos tempos da globalização neoliberal. Quando a segregação encontra termo na fronteira de expansão da mancha urbana, estamos diante da produção de novas periferias. Está aqui o seu particular interesse para a compreensão da ordem socio-metabólica da elaboração e da captura de excedentes em tempos como os nossos. Descobre-se, assim, no cerne das fontes de alimentação do estoque mundial de riquezas uma dinâmica de reprodução ampliada das periferias urbanas.

Nessas circunstâncias, no entanto, a produção da periferia não é mero resultado ou rejeito de uma acomodação social às novas modalidades e configurações da economia. Os espaços marginais são um elemento

ativo no processo de produção do espaço urbano contemporâneo porque são justamente essas condições de exceção que constituem a base da acumulação que tem na reprodução da periferia um de seus fundamentos. A violência e o exercício de atividades não regulamentadas são integrados ao núcleo da reprodução social mais geral e se conectam com essa forma de produção do urbano a partir dos negócios imobiliários ilegais que ampliam as margens do espaço construído. O mercado ilegal de terras nas franjas do tecido urbano articula uma miríade de ilegalismos que vão desde as formas mais elementares ligadas à sobrevivência, passando pelo trabalho precário e pela dívida, até os sistemas de controle e gestão dos diversos negócios do crime. O abastecimento demográfico contínuo das franjas é uma condição para essa modalidade de negócios e a segregação se torna, assim, um instrumento da acumulação.

Para que o ordenamento social que mantém ativas as premissas desse complexo de negócios siga funcionando, é preciso considerar a emergência de formas de governo diferenciais nessas áreas. Essas formas de governo lidam simultaneamente com as questões pertinentes ao racismo e com o inchaço da superpopulação relativa, que não podem ser encarados aqui meramente como figurações de pontos de vista e matrizes teóricas diferentes na abordagem de um mesmo problema. Eles se completam na realidade. A racialização como princípio dessa forma de governo empiriciza o excedente populacional relativo, que deixa de ser, nessa personificação, categoria abstrata ou manifestação amorfa da sorte entre os subalternos. E como as questões demográficas se reportam ao âmbito do espaço, a segregação espacial surge como dimensão operatória. Seguindo a sugestão de Vladimir Safatle (2020), a condição que coloca alguns indivíduos entre a “espoliação econômica máxima” e o “medo diante do extermínio do Estado” conta com esses “marcadores evidentes de racialização” para a atuação eficiente do “braço armado da luta de classes”.

Essa combinação está na base da violência que atravessa as formas de governo atuais. Desde a origem, o racismo operou em profunda relação com as estratégias geopolíticas. Da empresa colonial europeia à inviabilização e dilapidação do direito à autonomia política de povos como os curdos, os palestinos ou os aimarás, o racismo foi simultaneamente instrumento de dominação territorial e de sujeição de segmentos

demográficos. A “neoliberalização” trouxe mudanças profundas no universo das políticas sociais e urbanas (PECK, 2010), o que, sem dúvida, contribuiu para o aperto dos laços entre a segmentação demográfica e a segmentação geográfica: a morfologia urbana entra na análise e na prática do governo.

Soberania, disciplina e segurança sempre tiveram suas formas de lidar com a dimensão operatória do espaço, e, no caso das duas últimas, foi a “repartição espacial” que possibilitou o emprego das técnicas de poder.⁹ Contudo, “as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em inscrevê-los (...) na ordem da economia máxima, agora representada pelo ‘massacre’” (MBEMBE, 2018, p. 59). A produção da periferia como lugar da violência é também, agora, um fator de redefinição do significado da pobreza.

Loïc Wacquant (2007, pp. 71-72) já havia dito que “a marginalidade avançada também difere das anteriores formas de pobreza urbana pelo fato de a estigmatização territorial que a atinge se desenvolver num contexto de decomposição (...) mais do que no de consolidação de classe”. Por si próprio, socialmente, “o precariado é uma espécie de grupo natimorto” (WACQUANT, 2007, p. 73). Contudo a própria indefinição fenomênica de classe que está na base da noção de pobreza conta. Bruno Lautier (2013, p. 183) retoma uma consideração de Simmel a respeito dos pobres, lembrando o fato de que, mesmo no âmbito das políticas públicas, “os pobres nada são ‘além’ de pobres”. Desse modo, dirá Simmel, “por causa dessa falta de qualificação positiva, a classe dos pobres não engendra, apesar de sua posição comum, forças sociologicamente unificadoras” (apud. LAUTIER, 2013, p. 183). Nesse contexto os agrupamentos espaciais fazem ainda mais sentido e a estigmatização das áreas de pobreza não somente é facilitada como funciona melhor, servindo como recurso da própria violência como tecnologia de poder. É dessa forma que o extermínio pode operar sobre “indivíduos isolados

⁹ “Os problemas de espaço são igualmente comuns a todas as três. No caso da soberania, é óbvio, pois é antes de mais nada como uma coisa que se exerce no interior do território que a soberania aparece. Mas a disciplina implica uma repartição espacial, e creio que a segurança também” (FOUCAULT, 2008, p. 17).

em conjunto”, para retomar a expressão de Guy Debord (1997, p. 114). O grau de dissolução da classe é complementar à segregação e fragmentação espacial urbanas como dispositivos de governo.

No governo dos espaços segregados mobiliza-se o princípio da “vida-nua” (AGAMBEN, 2002), que, ao rebaixar a existência de determinados corpos no interior da comunidade política e dos direitos, des-criminaliza a morte de vidas que se tornam, assim, matáveis. A mobilização do aparato de segurança opera, no exercício do poder sobre algumas áreas da metrópole, a partir de uma geografia que não difere tanto assim em relação àquela que “serve em primeiro lugar para fazer a guerra”.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, L.C. “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Passa Palavra, 2017. <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Consultado em 10/09/2020.

ABILIO, L. C. “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.” *Psicoperspectivas*, 18(3), 2019. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674>.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ALFREDO, A. *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo. Do projeto à construção da avenida Água Espraiada*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (FFLCH), Universidade de São Paulo, 1999.

BECKER, B. “Fronteira e urbanização repensadas”. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 47, Rio de Janeiro: IBGE, Jul-Dez 1985. pp. 357-371.

BENJAMIN, W. “Crítica da violência – Crítica do poder”. In BOLLE, W. (org.) *Documentos de cultura, documentos de barbárie (escritos escolhidos)*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986. pp. 160-175.

BIDERMAN, C.; DE LIMA, R.S.; DE MELLO, J.M.P.; SCHNEIDER, A. "Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo," *Research Department working papers 712*, CAF Development Bank Of Latinamerica, 2014.

BUENO da SILVA, T.R. *A violência e a especulação imobiliária na produção de territórios reserva: um estudo de caso sobre a Cracolândia paulistana*. Trabalho de Graduação. Departamento de Geografia: Universidade de São Paulo, 2020.

Carlos, A.F.A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Unicamp, 2008.

FIX, M. *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma nova cidade em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo : Boitempo, 2001.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Édition établie, dans le cadre de l'Association pour le Centre Michel Foucault, sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Mauro Bertani et Alessandro Fontana. Édition numérique réalisée à partir de l'édition CD-ROM, Le Foucault Électronique (ed. 2001), 2012.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRAHAM, S. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. London: Verso, 2011.

GRAY, M.; WYLY, E. "The terror city hypothesis". In: Derek Gregory and Allan Pred (ed.) *Violent Geographies*. New York: Taylor & Francis Group, 2007. pp. 329-348.

GREGORY, Derek. "Imaginative Geographies". *Progress in Human Geography*, n. 19, 1995, pp. 447-485.

JESSOP, B. "Liberalism, Neo-Liberalism and Urban Governance: A State Theoretical Perspective". *Antipode*, vol. 34, no. 3, 2002. pp. 452-472.

KING, C.R.; BURT, S. Urban Frontier. In *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*, A.M. Orum (Ed.), 2019. doi:10.1002/9781118568446.eurs0365

LAUTIER, B. "Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine". *Revue Tiers Monde*, n°214, 2013. <https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2013-2-page-169.htm> pp. 169 à 186.

MARTINS, F.E.S. *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.8.2011.tde-25052011-123730. Acesso em: 2019-10-07.

NERY, M.B.; DE SOUZA, A.A.L.; PERES, M.F.T.; CARDIA, N.; ADORNO, S. "Homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 2, 2014. pp. 32-47, Ago/Set.

NERY, M.B.; PERES, M.F.T.; CARDIA, N.; VICENTIN, D.; ADORNO, S. "Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008". *Revista Panamericana de Salud Publica*; 32(6): 2012. pp. 405-12.

PECK, J. *Construction of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RANDOLPH, R. “Avanços da metropolização e formação de novas fronteiras: investigações sobre trajetórias da urbanização em torno das metrópoles”. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. XVI, núm. 418 (43), 1 de noviembre de 2012. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-43.htm>.

SAFATLE, V. *Para além da necropolítica*. São Paulo: N1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/191> (Acesso em: 17/10/2020).

SIMONI-SANTOS, C. *A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2015.

SIMONI-SANTOS, C. “A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil”. In: CARLOS, A.F.A. (ed.) *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. pp. 25-34. <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/471/423/1648-1>

SMITH, N. *The New Urban Frontier*. Gentrification and the Revanchist City. London/New York: Routledge, 1996.

SMITH, N. “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, Nº 21. São Paulo. 2007. pp. 15-31.

TELLES, V.S. “Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade”. In: OLIVEIRA; RIZEK (orgs.) *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 195-219.

TURNER, F.J. “The Significance of the Frontier in American History”. In: *The Frontier in American History*. Huntington, New York: Robert E. Krieger Publishing Company. 1976. pp. 01-38.

VÉRAS, M.P.B.; TASCHNER, S.P. “Evolução e mudança das favelas paulistanas”. *Espaço e Debates: Estado, Mercado e habitação*. N. 31, ano 10, 1990. pp. 52-71.

WACQUANT, L , 2007, “Territorial stigmatization in the age of advanced marginality” Thesis Eleven 91(1), 2007. pp. 66–77.

WADE, R. *The urban frontier: The rise of western cities, 1790–1830*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

WILLIS, G.D. *The Killing Consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Oakland: University of California Press, 2015.

WYLY, E.; MOOS, M.; HAMMEL, D. “Race, Class, and Rent in America’s Subprime Cities.” In Aalbers, Manuel. (ed.) *Subprime Cities: The Political Economy of Mortgage Markets*. Malden, MA: Blackwell, 2012. pp. 242-289.

Periódicos citados:

O Globo. “Mortes pela polícia crescem 26% no país durante pandemia de Covid-19”, matéria de Marco Grillo e Paula Ferreira, em 28/06/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/mortes-pela-policia-crescem-26-no-pais-durante-pandemia-de-covid-19-1-24503733>

Folha de São Paulo. “Em UTI de hospital da zona leste de SP, maioria não sobrevive à Covid”, matéria de Patrícia Campos Mello e Eduardo Anizelli, em 03/08/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/em-uti-de-hospital-da-zona-leste-de-sp-maioria-nao-sobrevive-a-covid.shtml>

BRASIL: DESIGUALDADE TERRITORIAL SOB UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Nos anos 1960, o geógrafo Aziz Ab'Saber identificou e mapeou o que ele chamou de “domínios morfoclimáticos do Brasil”, mais tarde também nominados pelo autor de “domínios de natureza”. Esses domínios seriam: o Amazônico (das terras baixas florestadas equatoriais), o Cerrado (com seus chapadões tropicais interiores com cerrados e florestas-galeria), os Mares de Morros (formado por áreas mamelonares tropical-atlânticas florestadas), as Caatingas (com depressões intermontanas e interplanálticas semi-áridas), as Araucárias (correspondentes aos Planaltos subtropicais com araucárias), as Pradarias (coxilhas subtropicais com pradarias mistas) e as faixas de transição entre esses grandes domínios. Entre outros legados da obra do Prof. Ab'Saber encontra-se, sem nenhum ufanismo, o reconhecimento das grandes potencialidades naturais presentes no território nacional.

Para além do conhecimento científico sobre o potencial natural do Brasil, regionalmente expresso na forma dos grandes domínios morfoclimáticos, é marcante, ao longo de nossa história, o uso político que se fez dessa característica intrínseca. A título de exemplo, no livro de sua autoria, intitulado “Brasil, mito fundador e sociedade autoritária”, diz Marilena Chauí (2000, p. 2):

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul

estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus [...].

À bandeira do Brasil, oficializada em 1889, logo após a Proclamação da República, um divisor de águas para a história social e política da nação, soma-se o Hino Nacional¹, segundo o qual o país seria um “Gigante pela própria natureza”, belo, forte e impávido colosso.

O ufanismo sobre o patrimônio natural brasileiro é uma construção histórica, que remonta, em verdade, ao início do processo colonial, quando o Brasil ainda não era o Brasil. E, ao longo dos últimos cinco séculos, a natureza, tão rica e exuberante presente no território nacional, foi sendo usada (em todos os sentidos, incluindo o político), transformada e ressignificada. Neste momento, por exemplo, a Amazônia, símbolo da exuberância do patrimônio natural nacional, encontra-se no epicentro de uma disputa narrativa internacional, no interior da qual reverbera o nacionalismo do atual governo brasileiro, em franco conflito com o que se tem chamado de uma “nova ordem ambiental global”.

Por outro lado, a história territorial brasileira revela que, na passagem de uma natureza natural original para o espaço produzido, essa natureza rica e diversa fora convertida, no decurso do tempo, em profundas desigualdades socioespaciais, manifestas em todas as escalas geográficas.

Se, por um lado, durante séculos, a pobreza praticamente generalizada, com poucas exceções relativas às vilas que prosperaram e suas respectivas “regiões coloniais” (Moraes, 2008), foi a marca registrada do território colonial, com o passar do tempo e o avanço do modo de produção capitalista pelo território, a “relativa igualdade na pobreza” (Arretche, 2015) foi sendo substituída pela desigualdade na opulência concentrada, particularmente com a industrialização espacialmente restrita, que marcou e ainda marca o território nacional.

Mudanças no padrão de acumulação tornaram a indústria o principal motor do desenvolvimento econômico, o que, no caso brasileiro, se deu a partir do final do século XIX. Como afirma Moreira (2014, p. 250),

¹ Letra de Joaquim Osório Duque-Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. A junção entre a música, composta por Silva (1831), e a letra, de Duque-Estrada, deu-se em 1909.

“de certo modo, a década de 1880 exprime uma ruptura na forma histórica de relação sociedade-espço no Brasil até então existente, mercê a presença daí em diante de um modo de produção e de trocas próprio de uma sociedade de economia industrial”.

Essas mudanças penderam, como amplamente sabido, a favor de estados da região Sudeste, que acumularam riqueza e economias externas durante o chamado ciclo do café. Neste sentido, continua Moreira (2014, p. 257):

[...] a revolução industrial brasileira desigualiza a estrutura industrial a favor de São Paulo, subsidiariamente dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, vindo o parque industrial dos estados do Sudeste a diferenciar-se agora [a partir dos anos 1950] quantitativa e qualitativamente daquele dos demais estados e regiões.

Este é o pano de fundo sobre o qual se assenta nossa busca por elementos que iluminem uma reflexão crítica sobre a desigualdade territorial brasileira no decurso do tempo, especialmente a partir de meados do século XIX. Para tanto, fundamos nossa análise nas regionalizações do espaço brasileiro propostas a partir daquele momento.

Iniciamos esse percurso em 1843, quando foi publicado o capítulo “Como se deve escrever a história do Brasil”, do naturalista alemão Phillip Von Martius (1794-1868), no qual o autor sugere a primeira regionalização do espaço brasileiro de que se tem notícia. A partir de Von Martius, uma série de propostas de divisão regional do imenso território nacional vai revelando, à luz dos paradigmas teóricos e metodológicos dominantes, não apenas o processo concreto de produção das desigualdades socioterritoriais, mas também os caminhos percorridos, no plano das ideias, para apreendê-lo e explicá-lo.

1. Brasil, gigante pela própria natureza

As regionalizações do Brasil empreendidas a partir de meados do século XIX trazem diferentes revelações sobre o espaço brasileiro e

também sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico no tempo. Por um lado, sugerem que a desigualdade territorial, ainda que produzida desde os primórdios da formação socioespacial brasileira, traduzira-se, na prática, por uma relativa “igualdade na pobreza”, conforme aponta Arretche (2015), que perdurou durante séculos. Essa igualdade fora contradita apenas por algumas poucas ilhas de prosperidade econômica, tal como vilas litorâneas nordestinas fundadas ao longo do século XVI em torno da atividade produtiva da cana-de-açúcar, e também outras que prosperaram em torno da economia extrativa de ouro nas “Minas Geraes”, na passagem do século XVII para o XVIII, que beneficiou, por exemplo, a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A regionalização do território brasileiro sugerida por Von Martius (1843) – não cartografada – derivou de uma experiência sua de viagem às terras do então Brasil colônia de Portugal, entre 1817 e 1820, feita na companhia do zoólogo Johann Baptist Von Spix. Anos mais tarde, atendendo a uma chamada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Von Martius escreveu o capítulo a que fizemos menção anteriormente, no interior do qual ele sugere uma regionalização do espaço brasileiro em que, segundo o autor, “...devem ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras” (p. 52)². Para Von Martius:

... segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-

² http://www.cartografia.org.br/cbc/2017/trabalhos/3/fullpaper/CT03-45_1506432582.pdf. Von Martius sugere o “agrupamento”, para fins de melhor entendimento da história do Império do Brasil, das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso, compondo, portanto, uma região histórica; outra região seria formada por Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; e, por fim, Alagoas, Sergipe, Bahia e Porto Seguro.

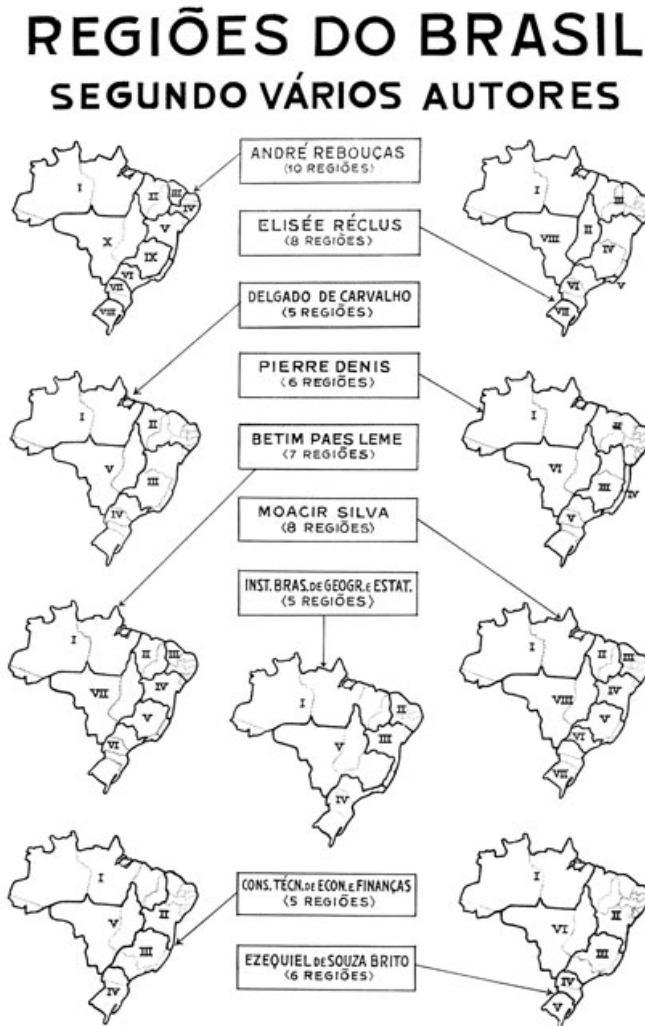
los em um verdadeiro nexu pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas. (Von Martius, 1843, p. 53)

O capítulo de Von Martius aponta, de um lado, para a natureza como chave interpretativa central da história de uma nação, e, por outro, sugere um caminho analítico centrado em uma regionalização. O pequeno excerto acima é ilustrativo de sua filiação metodológica ao positivismo comteano, o que corrobora a centralidade atribuída a características naturais para a explicação da história e, ao mesmo tempo, o ofuscamento de questões relativas à desigualdade territorial. Este, aliás, foi o fio condutor das regionalizações do espaço brasileiro que abundaram entre o final do século XIX e meados do XX, período marcado por profundas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas no mundo e no Brasil.

Ao ineditismo do naturalista alemão seguiu-se, a partir final do século XIX, uma série de propostas de divisão regional do Brasil. Segundo a historiografia desse período (Bezzi, 1995), diferentes regionalizações foram feitas por intelectuais, professores, engenheiros, um filólogo e um padre, como André Rebouças, (1889), Élisée Reclus (1893), Said Ali (1905), Delgado de Carvalho (1913), Honório Silvestre (1922), Padre Geraldo Pawels (1926), Roy Nash (1926), Pierre Denis (1927), Betim Paes Leme (1937) e Moacir Silva (1939), algumas entre estas retratadas na Figura 1, a seguir.

Essas regionalizações expressam um “viés epistemológico” (Haesbaert, 2014), segundo o qual a região é um construto, um instrumento metodológico, para responder ao objetivo desses homens de compreender melhor e também contribuir para que os outros compreendessem melhor o território brasileiro. São, também, fruto de seu tempo, um tempo em que a influência do positivismo e, principalmente, do chamado possibilismo geográfico lablacheano marcaram a forma de pensar e de regionalizar o Brasil. E, por isso mesmo, encontram-se nas intersecções entre a região como “evidência empírica externa ao sujeito conhecedor” e a região como um construto (Haesbaert, 2014, p. 95).

Figura 1 – Regionalizações do Brasil (entre final do séc. XIX e Início do XX)



Fonte: GUIMARÃES, Fábio Soares Macêdo (1941)

Reclus, por exemplo, utilizou como critério para sua regionalização do Brasil as bacias hidrográficas³ e a estrutura geológica esteve na

³ O mesmo critério foi utilizado por Honório Silvestre, cuja regionalização data de 1922 (Bezzi, 1995).

base da proposta de Betim Paes Leme⁴. Já a regionalização de André Rebouças traz uma maior carga humana, fundada na identificação de regiões agrícolas (Macedo, 1941; Bezzi, 1995).

Entre as regionalizações desse período (final do século XIX e início do XX) ganhara destaque aquela proposta por Delgado de Carvalho, a qual exerceu considerável influência no ensino de Geografia nas primeiras décadas do século XX (Barros, 2008) e que retrata fielmente a influência do chamado possibilismo geográfico lablacheano. De acordo com Bezzi (1995), a divisão regional do Brasil proposta por Delgado de Carvalho baseou-se em regiões naturais “pela reunião dos Estados que apresentavam certa unidade de identificação” (p.98), além de expressar o “predomínio da Geografia Física para explicar os aspectos humanos” (p. 91).

Na passagem do século XIX para o XX, as regionalizações do Brasil ativeram-se muito mais a descrever que a explicar a realidade; fundamentaram-se, basicamente, em aspectos naturais do território, de modo geral exultando sua magnanimidade, e excluíram de sua perspectiva a desigualdade territorial que começava a se aprofundar a partir desse momento da história do país e com nítido recorte regional.

Em que pese o fato de a desigualdade social e territorial brasileira vir sendo edificada desde os primórdios da colonização, esta foi, em verdade, invisibilizada nas regionalizações do Brasil desse período mediante uma abordagem reduzida a meras diferenças naturais, históricas e econômicas.

Considerando que a produção de ideias sobre o espaço encontra-se em uma relação dialética com a produção social e histórica do espaço, a análise de regionalizações do Brasil dos últimos 170 anos nos permite afirmar, por um lado, que o processo histórico movido pelo avanço do modo de produção capitalista pelo território brasileiro escancarou, de forma paulatina e lenta, a desigual distribuição espacial da riqueza e da renda na escala regional, chamando assim a atenção de forma mais consistente, apenas a partir de meados do século XX, daqueles que se ocuparam de

⁴ Outros autores desse período cujas regionalizações fundamentam-se em critérios predominantemente naturais são Padre Geraldo Pauwels, que toma como critério a cobertura vegetal associada ao relevo e Roy Nash, que se baseia nas “províncias fisiográficas” (Bezzi, 1995).

regionalizar o Brasil; por outro lado, paradigmas teóricos e metodológicos dominantes durante décadas fomentaram, nesses analistas, interpretações em grande medida restritas a descrições de aspectos empíricos e norteadas por uma sobrevalorização de aspectos naturais do território.

A evidência lançada sobre as desigualdades ao invés da simples reconhecimento de diferenças entre regiões aparecerá de forma recorrente somente na segunda metade do século XX, momento a partir do qual a natureza vai perdendo força explicativa nas caracterizações do território nacional para dar lugar ao reconhecimento da importância das relações sociais, econômicas e políticas na conformação de novos e mutantes arranjos regionais. As regionalizações do Brasil a partir desse momento passam a reconhecer e a destacar a extensão e a profundidade da desigualdade territorial, acompanhadas por novos olhares, calibrados por novos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, entre os quais o marxismo e o materialismo histórico e dialético.

2. No caminho da desigualdade territorial

Jacques Lambert é aquele que primeiro vislumbrou uma regionalização fundamentada na desigualdade social e territorial brasileira. Lambert foi um cientista francês formado em Direito, que participou de uma das missões francesas ao Brasil, tendo lecionado no Rio Grande do Sul e na cidade do Rio de Janeiro. O livro de sua autoria, traduzido para o português e publicado pela primeira vez no Brasil em 1957, com o título “Os dois Brasis”, foi originalmente editado na França, sob o título “Le Brésil: structures sociales et institutions politiques”, em 1953. Pautado no reconhecimento da profunda desigualdade existente entre as porções Sul-Sudeste (economicamente mais dinâmica e com melhores indicadores sociais) e Norte-Nordeste (mais “atrasada” em relação à porção meridional do território nacional, considerando indicadores econômicos e sociais), o autor considerou a existência de uma fragmentação do território nacional naquelas duas porções, de onde decorreu a denominação “dois Brasis” (Cruz, 2019)⁵.

⁵ Lambert não se ocupa de precisar os limites entre uma e outra região – certamente porosos – e tampouco esboça uma representação cartográfica de sua proposta de regionalização.

O Brasil conhecido por Lambert, na década de 1940, embora permanecesse com uma base econômica essencialmente agrária, experimentava um processo de consolidação e expansão da industrialização, pelo qual se desenhou uma nova Divisão Territorial do Trabalho, em que “a indústria substituiu a agricultura como o motor da acumulação” (Fernandes e Negreiros, 2004, p. 30). Nesse contexto, a desigualdade territorial brasileira evidenciava os processos de concentração social e centralização espacial do capital em benefício das regiões Sudeste e Sul, aumentando o fosso econômico entre estas e as outras regiões do país, do que resultou, conjuntamente, a estupenda evolução demográfica de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre em um lapso de poucas décadas.

Tabela 1 – Evolução populacional em algumas cidades selecionadas, 1872-1940, segundo IBGE

	População em milhares					Variação (%)
	1872	1890	1900	1920	1940	
Belo Horizonte	—	—	13.472	55.563	211.377	+1469
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141	+541
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261	+4.125
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	272.232	+518

Fonte: IBGE (2010).

Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>.

Organização: Rita de C. A. Cruz (2020)

A partir dos anos 1960, com os legados do Plano de Metas de JK, com a expansão relativa da industrialização pelo território e com o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste por meio da promoção de uma agricultura técnica e científica, a desigualdade interregional a que se referiu Lambert não apenas se aprofundou como também foi reelaborada e ressignificada.

É nesse contexto – 1964 – que Pedro Pinchas Geiger propôs regionalizar o Brasil em três grandes *complexos regionais*, formados por regiões, segundo o autor, com semelhanças econômicas, históricas e culturais: o *Centro-Sul* reunindo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina Rio Grande do Sul e partes de Goiás e Mato Grosso (ainda não subdividido em Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul); *Nordeste*, agregando os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e parte do Maranhão e norte de Minas Gerais); e *Amazônia*, com os estados do Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso, de Goiás e do Maranhão.

A despeito de não fundamentar sua argumentação no conceito de desigualdade, Geiger evidencia a desigualdade inter-regional no Brasil reconhecendo a existência de uma “organização regional” decorrente da relação entre centros e periferias, hierarquicamente produzidos ao longo do tempo histórico. Segundo o autor, “o conjunto é comandado pela região Centro-Sul, à qual se sujeitam o Nordeste e a Amazônia” (1964, p. 37). Esta sujeição Geiger atribuiu à industrialização concentrada no Centro-Sul, região a que o mesmo se refere como uma “espécie de Brasil Metropolitano”, que respondia, naquele momento, por cerca de *85% da renda nacional* e onde a população vivia “em padrões mais elevados do que os existentes em outras partes do território” (Geiger, 1964, p. 38).

Duas décadas e meia mais tarde, em 1989, partindo de diferentes critérios metodológicos, Roberto Lobato Corrêa regionalizou o Brasil de forma basicamente idêntica a Geiger, com a diferença de que a regionalização de Corrêa “está apoiada em limites formais” (Corrêa, 1999, p. 198)⁶. Além disso a regionalização de Corrêa assume a desigualdade regional como mote central da proposta. Conforme o autor:

As três grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova divisão territorial do trabalho vinculada à dinâmica da acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe. Ambos, por sua vez, impactaram sobre a natureza e a organização espacial prévia que já se caracterizava por enorme desigualdade (Corrêa, 1999, p. 199).

Milton Santos também figura entre os intelectuais geógrafos brasileiros que elaboraram uma regionalização do Brasil, neste caso,

⁶ A proposta de divisão regional de Lobato Corrêa foi originalmente publicada na Revista Geosul, 4(8), p. 7-16, 1989.

baseada nas noções de Divisão Territorial do Trabalho e de meio técnico-científico-informacional, uma proposta conceitual e metodológica sua. A noção de desigualdade territorial é explicitada na argumentação do autor, como ilustra o excerto a seguir:

A noção de desigualdade territorial persiste nas condições atuais. [...] As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação. (Santos e Silveira, 2000, p. 259).

No caminho percorrido para chegar aos “Quatro Brasis” (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Região Concentrada), Santos parte da divisão regional oficial do IBGE, do que decorrem as semelhanças entre aquela e sua proposta regionalização. Importante destacar, para os propósitos de nossa análise, que Milton Santos aponta para um crescimento econômico “desigual e combinado”, não apenas inter, mas também intrarregional, sobretudo ao referir-se à chamada região concentrada, a mais rica e desenvolvida da nação.

Outro geógrafo contemporâneo já citado neste capítulo, Ruy Moreira, regionalizou o Brasil com base na relação entre Divisão Territorial do Trabalho e configurações espaciais, no nosso entendimento, a regionalização mais criativa de todas em se considerando seus aspectos metodológicos. Moreira rompe com vários paradigmas ao mesmo tempo: sua divisão regional do Brasil supera os limites dos estados, inclui uma região descontínua e, ainda, sobrepõe regiões umas às outras. A desigualdade territorial como produto das sucessivas divisões do trabalho está no cerne da regionalização de Moreira.

O desenvolvimento intenso de *softwares* cartográficos somado à produção sistemática de imagens de satélite, cada vez mais acessíveis a estudantes e docentes/pesquisadores, possibilitou a estes produzirem, a partir dos anos 1990, uma rica cartografia temática sobre o território brasileiro. Por outro lado, paralelamente a esse movimento, derivado de progressos técnicos e científicos, a desigualdade social e territorial, no Brasil e no mundo, é reelaborada sob o comando de uma modernização conservadora, que mantém os pobres em grande parte alijados das benesses dessas conquistas.

Mais recentemente, têm se multiplicado os trabalhos acadêmico-científicos voltados à análise das desigualdades territoriais no Brasil, o que indica, de certo modo, seu agravamento ou sua ressignificação, tanto sob uma perspectiva quantitativa (renda per capita, número de pobres e miseráveis x número de ricos etc) quanto qualitativa (acesso a infraestruturas básicas, inclusão digital, possibilidades concretas de ascensão social etc). Nesse contexto, inúmeros trabalhos a têm evidenciado, entre os quais o “Atlas do Brasil – disparidades e dinâmicas do território”, dos geógrafos Hervé Théry e Neli Ap. Mello-Théry (primeira edição baseada no Censo Demográfico 2000 e a segunda no Censo Demográfico 2010), o Atlas da Exclusão Social no Brasil, do economista Márcio Pochmann et al, igualmente baseado em dados do Censo de 2000 (primeira versão) e de 2010 (versão revista e atualizada) e a obra organizada por Marta Arretche, intitulada “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos” (2015). Destaca-se, no capítulo de autoria de Arretche, as considerações finais marcantes da autora, segundo a qual, a despeito da diminuição das desigualdades sociais no Brasil no período analisado (1970-2010), teriam aumentado as desigualdades territoriais em favor das regiões economicamente mais dinâmicas, ou seja, Sul e Sudeste.

As regionalizações de Pinchas Geiger, Lobato Corrêa, Milton Santos e Ruy Moreira e os trabalhos de Théry e Mello-Théry, Pochman et al e Arretche não apenas indicam que a desigualdade territorial tornara-se um tema importante a partir da segunda metade do século XX; eles apontam também para o fato de que a desigualdade social encontra-se em uma relação dialética com a desigualdade territorial.

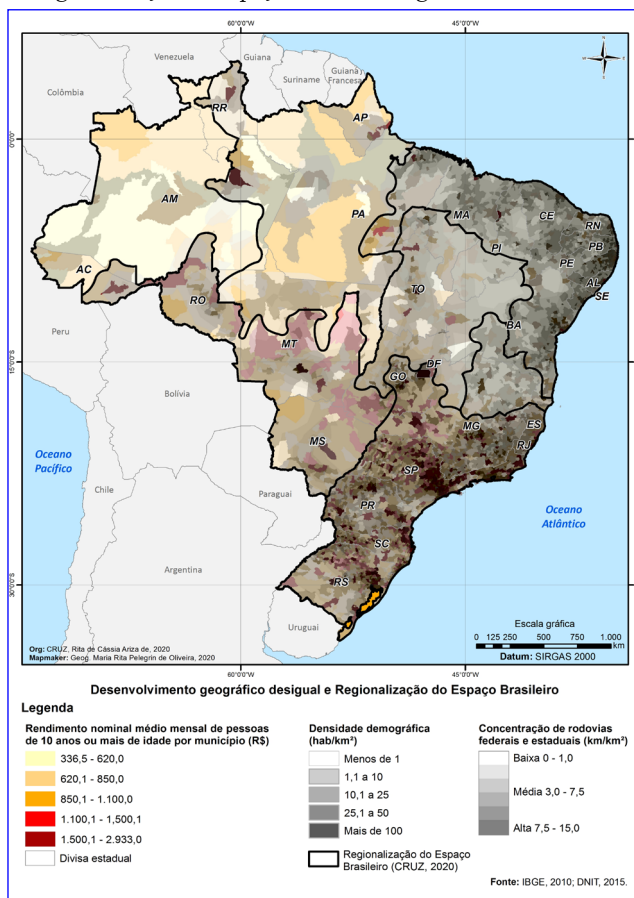
3. Sobre o aprofundamento da desigualdade territorial no Brasil contemporâneo

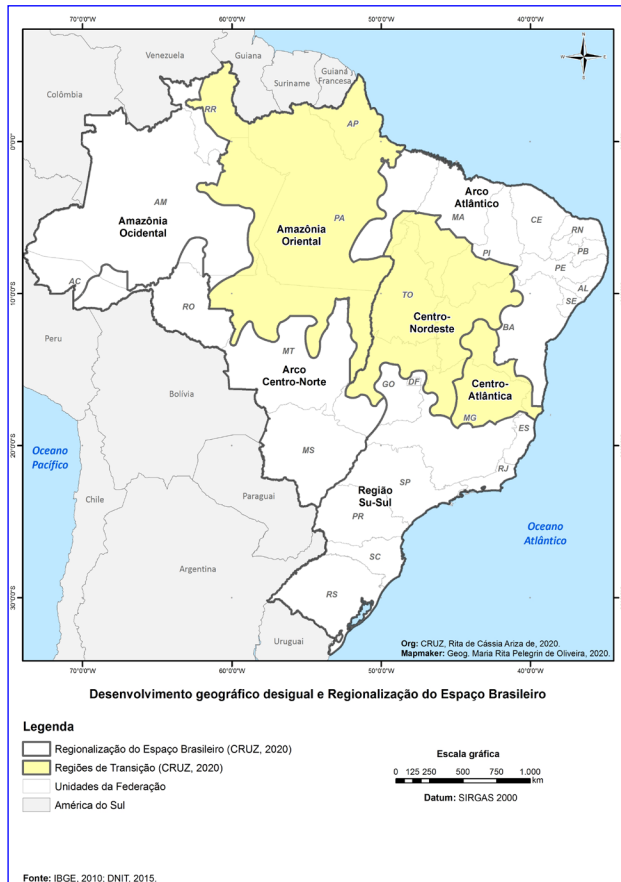
Sobretudo na passagem do século XX para o XXI, sob o aprofundamento do paradigma neoliberal e o avanço da financeirização da economia, processos de centralização espacial do capital se agudizaram, aprofundando o fosso entre regiões mais ricas e regiões mais pobres. Isto se passa em escala global e em um país em desenvolvimento como o Brasil, que acumula desigualdades históricas manifestas em todas as escalas geográficas, os efeitos são profundamente sentidos. Nesse contexto, estudos sobre a desigualdade

regional têm ganhado força. Um deles é a regionalização do Brasil, fundamentada na noção de desenvolvimento geográfico desigual (Cruz, 2019; 2020).

Partindo do pressuposto de que desigualdade social e desigualdade espacial coexistem em relação dialética, essa regionalização do espaço brasileiro analisa configurações geográficas no território, principalmente relacionadas a condições gerais de produção. Por meio da cartografia temática, cruza informações sobre demografia, renda e infra-estruturas de circulação, o que permite vislumbrar, de forma clara, uma profunda desigualdade territorial manifesta na escala regional.

Figuras 2 e 3 – Desenvolvimento Geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro, segundo Cruz (2019)





Fonte: Cruz (2019)

Como evidenciado na Figura 2, encontram-se na porção oriental do território brasileiro as maiores concentrações demográficas, de renda e dos sistemas de engenharia voltados à circulação territorial em relação a porções interioranas, à oeste. Diferenças importantes também se fazem presentes no interior de cada uma dessas grandes porções do território nacional juntamente com a clara vantagem de estados do Sudeste e Sul em relação ao conjunto do país. A concentração de riqueza e de renda somada ao acúmulo de infraestruturas de circulação e de força de trabalho opera como vantagem competitiva para uns em detrimento dos outros, colaborando para perpetuar a posição privilegiada do que denominamos região Sul-Sul no desenvolvimento econômico nacional.

Ao contrário do que nos fora ensinado na escola, portanto, o desenvolvimento econômico e social passível de ser desdobrado do gigantismo do território nacional e de sua exuberante natureza não foi e não é para todos. Tratada como mercadoria, a natureza, convertida em recurso natural e *commodities*, é dominada e apropriada por poucos enquanto, no plano da política, avançam os paradigmas neoliberais e seus fascismos sociais e territoriais (Santos, 2002) correspondentes. Enquanto o Estado brasileiro atua para o benefício de empresas e de grandes capitalistas e latifundiários, grande parte da população padece com o seu abandono. E este, como se sabe, é um processo de longa data, ainda que suavizado durante curtos intervalos de tempo por governos mais progressistas. Evidentemente, não é fruto do acaso o aprofundamento da desigualdade territorial no Brasil, nas últimas décadas, apontada por Arretche, (2015) e sim de escolhas políticas do passado e do presente.

4. Considerações finais

Se, por um lado, as desigualdades territoriais (inter e intra-regionais) que marcam o território brasileiro têm parca ou nenhuma relação com a natureza, por outro, devem ser compreendidas como resultantes de processos históricos que levaram a uma forte centralização espacial do capital no que chamamos de porção oriental do país, em grande medida atrelada ao acúmulo de capital durante o chamado ciclo do café e aos primórdios da industrialização.

Exemplo do exposto acima é a região a que nominamos Arco Centro-Norte (Figuras 2 e 3), onde predomina o domínio morfoclimático do cerrado, e cujo desenvolvimento econômico foi produzido a partir de muito investimento estatal e por meio do recurso à ciência e à tecnologia, que permitiram superar restrições naturais à expansão de uma agricultura industrializada. O mesmo se aplica a fragmentos do semi-árido nordestino abarcados por políticas públicas das quais se originaram verdadeiros “oásis” de uma agricultura moderna, técnica e científica.

A leitura fundamentada na noção de desenvolvimento geográfico desigual desmente o discurso ufanista e alienante sobre o papel da

natureza na construção da riqueza social de um povo. A despeito de “nossas matas e riquezas florestais”, do “nosso ouro e nossas riquezas minerais”, mais de 60 milhões de brasileiros (cerca de 25% da população) estão vivendo entre a linha da pobreza e da pobreza extrema, segundo Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020).

Por fim, em que pesem os efeitos gerais da “difusão das relações econômicas capitalistas homogeneizadoras” (Haesbaert, 2014, p. 51), sua tendência intrínseca à igualização espacial manifesta-se dialeticamente como uma tendência à diferenciação geográfica, ou seja, enquanto uma região se desenvolve, enriquece e concentra riqueza, renda, infraestruturas e força de trabalho, outras acumulam perdas. Como afirma Smith (1988, p. 207), “a diferenciação interna dos territórios nacionais em regiões identificáveis é a expressão geográfica da divisão do trabalho, tanto no nível de capitais individuais quanto na divisão particular de trabalho (entre setores)”.

No que concerne à desigualdade territorial, o Brasil tem sido um exemplo didático das afirmações de Haesbaert (2014) e Smith (1988). E, lamentavelmente, não há indícios no Brasil do presente de que estejamos caminhando na direção de um futuro distinto no que concerne às desigualdades regionais que, de forma tão marcante, têm caracterizado o território nacional.

Bibliografia

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das Desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. UNESP, CEM, 2015.

ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajetórias das Desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Ed. UNESP, CEM, 2015, pp. 193-222.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.22, n. 62, p.317-333, Apr.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100021&lng=en&nrm=iso>.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma revisão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** (Tese) Doutorado em Geografia. UNESP. Rio Claro, 1995.

CHAUI, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbxub-3ZvcnVtb3NvY2lhbHxneDpjMDExYzA3YzY1YjJlZWQ>.

CORREIA, Roberto Lobato. A organização regional do espaço brasileiro. In: CORREA, Roberto Lobato. **Trajétoérias geográficas.** RJ: Bertrand Brasil, 2001, pp. 197-209.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. **Geoup – espaço e tempo**, Online, V. 24, N. 1, p. 27-50, 2020.

_____. **A economia política do turismo e a dialética do desenvolvimento geográfico desigual no Brasil.** (Tese) Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. (mimeo)

FERNANDES, Ana Cristina & NEGREIROS, Rovená. Desenvolvimento econômico, Divisão de Trabalho e Mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, Edesio & VALENÇA, Márcio (Orgs). **Brasil Urbano**, RJ: Mauad, 2004, pp. 25-56.

GEIGER, Pedro Pinchas. Organização Regional do Brasil. **Revista Geográfica**, T. 33, N. 61, 1964, pp. 25-57.

GUIMARÃES, Fábio. Soares M. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 2, p. 318-373.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. 2020. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de->

imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao. Consulta em 28/12/2020.

HAESBART, Rogério. **Regional-global**. RJ: Bertrand Brasil, 2014.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. Rio de Janeiro: INEP-MEC, 1959.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 3ª ed. SP: AnnaBlume, 2008.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual** – natureza, capital e a produção do espaço. São Paulo: Nobel, 1988.

VON MARTIUS, Karl F. P. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1843 (mimeo). Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/5851709/von-martius-karl-como-se-deve-escrever-a-historia-do-brasil>.

CAPITALISMO, SOCIEDADE CIVIL E TOTALITARISMO SÉCULO XXI, CRISE E A VERSÃO BRASILEIRA DO TOTALITARISMO MUNDIAL

Anselmo Alfredo

A desgermanização do totalitarismo é tema já desdobrado na crítica social. Seria suficiente lembrarmos de Hannah Arendt (1997) e Adorno (1975) em que, guardadas diferenças importantes entre tais leituras, o holocausto não se limitaria a determinado tempo e espaço, mas seria forma política e de consciência identitária do capitalismo. Se a noção de totalitarismo se funda na eliminação física de seu oponente, recorramos à concorrência interindividual que, na igualdade formal jurídica, é a prescindibilidade do outro como mediação social. Nisto, o império da morte sistêmica é a mala de viagem de uma história recente, mas não menos intensa, chamada capitalismo... Caberia mencionar que a maior capacidade produtiva de toda a existência social é, ao mesmo tempo, a sua maior capacidade destrutiva, sendo a fome, dentre outras formas, o holocausto de 3/4 do planeta Terra.

A isto ligam-se as contradições da sociedade civil, já há muito destacadas por Marx, em sua Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, onde o Estado garante sua reposição, desde que repostas as contradições que ele se propõe, como vontade geral, ilusoriamente superar. Aqui, a liberdade política democrática é a ilusão do totalitarismo econômico, da forma mercadoria como totalidade, para além da qual a morte é a chantagem subordinante de toda a sociedade, isto é, ou se repõe a forma mercantil ou se lhe oferece a morte. Esta, assim, forma da totalidade mercantil, ainda que apareça naturalizada como atributo desta ou daquela

condição específica (do negro, do pobre, do africano, etc.) Nesta medida, o totalitarismo não nos resguardaria nenhuma novidade não fosse sua forma crítica específica da passagem do século XX para o XXI em que a liberdade política não mais se colocaria como ilusão libertária suficiente para a reposição do modo.

A crise que define a forma do capitalismo desde os anos 1970 aos dias atuais (Mandel, 1990 e Kurz, 1993), fundada na revolução industrial microeletrônica, amplia as características totalitárias do capitalismo em todo o mundo. O neonazismo na Europa contra os migrantes, os camisas amarelas na França, a eleição da face direita do capital nos EUA com a promessa realizada da muralha contra os mexicanos, dentre outros, expressam significativamente a insuficiência da liberdade política do voto como ilusão do totalitarismo econômico acima mencionado. O golpe de Estado de 2016, contra Dilma Rousseff, foi a versão brasileira do totalitarismo necessário para a reposição crítica do capitalismo após a revolução da microeletrônica, cuja crise ganha novos contornos a partir de 2008. A partir daqui não se trata mais da crise do capital produtivo, mas especialmente da impossibilidade da reprodução sem crise do próprio capital fictício.

Do ponto de vista econômico, a necessidade da reprodução é a redução do que se coloca como custos sociais ao capital. No mundo, os anos de 1980 impuseram a crise personificada, na América, pelo fim da guerra intergaláctica no governo Reagan. Na Europa, a expressão menos disfarçada de tudo isso se deu pela crise do Estado de bem-estar social personificada pela então apelidada dama de ferro, a Sra. Thatcher.

Se no Brasil esse processo se dá 40 anos depois, não é menos importante destacar que ele se faz antes mesmo de sua realização, onde, sob imposição das instituições civis (supremo tribunal, congressos federal e estaduais e o próprio executivo) e sem interlocução com a sociedade civil, desdobram-se políticas restritivas e definitivas do acesso da sociedade aos resultados da produção capitalista.

Do ponto de vista da democracia, retomemos o impedimento da disputa eleitoral do candidato — independentemente de considerar os méritos e os deméritos do governo Lula — que detinha 80% das chances de vencer a disputa eleitoral que se daria em 2018. Aqui, esta menção é apenas para situar que a eleição de 2018 se deu articulada

por procedimentos processuais que transformaram o voto popular numa mentira de segundo grau. Mentira, aliás, que é o fundamento do fascismo e que, no governo forjadamente eleito, aparece sob a égide das *fake news*.

Isto constituído, o candidato da preferência popular, cassado, revela a criminalização judicial, cujo resultado foi o impedimento de sua participação na disputa eleitoral. Aqui o *impeachment* desdobra o seu golpe como segundo impedimento. A eleição constituída a partir da articulação golpista de 2016, em verdade, escapa das mãos de seus articuladores, porque a dimensão do populismo que se exige para as novas ondas de restrição de direitos não havia sido prevista.

O governo tampão, entre 2016 e 2018, teve como marca a redução de gastos sociais com a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) dos gastos e com a reforma trabalhista que diminuiu ainda mais os direitos trabalhistas em favor de empresas. Tais votações nos estados se deram com os congressos a portas fechadas e com a polícia reprimindo violentamente as manifestações populares. A ausência de diálogos com sindicatos e com a sociedade civil organizada desdobra-se na criminalização de todo movimento popular sob a pecha de esquerdismo. A crise econômica, assim, demonstraria a crise da própria institucionalidade civil que amalgamava esta mesma economia sob a ilusão de igualdade...

Perante maiores necessidades de reduções a *manu militari*, a escalada autoritária de 2018 aferra-se no cavalo do populismo fascista juntamente com a proposta de retorno passadista e caricatural da história superada das instituições do capitalismo produtivo: a família, a raça, o capitalismo, a heterossexualidade, mais uma vez naturalizados e, assim, contra os quais não se pode, por natureza, se colocar. Aqui, o novo é o que se busca esconder, a crise de tudo isso.

1. A crise do capital financeiro e a ruptura do totalitarismo econômico democrático. Uma pequena história econômica crítica até 2008. Uma história às avessas, não pelo começo, mas sim pelo princípio.

A assim chamada “crise do setor imobiliário” de 2008 foi a concepção fetichista da crise do capitalismo financeiro. A exacerbação da

dimensão monetária em relação a quaisquer processos produtivos levou ao lastreamento do capitalismo mundial em ativos falsos que foram os negócios imobiliários nos EUA. Como se sabe, o excedente de capitais mundiais, especialmente petrodólares, investidos na dívida pública norte-americana, sobrepujaram o máximo aceitável para uma taxa de juros promissora de boa remuneração a tais capitais. O capital excedente não investido aí migra para negócios menos seguros como foi a conhecida super afetação dos *subprimes* (ALFREDO, 2010).

Aqui, não se tratou do desdobramento da crise do setor imobiliário, mas fundamentalmente que a expansão deste setor nesta situação mencionada – aparecendo como crescimento positivo do capital – é oriunda da ficcionalização (crítica) do capitalismo que se expressa fetichistamente como crise imobiliária, assim como a terceira revolução industrial dos anos 1970 foi naturalizada como “crise do petróleo”. A fisiocracia¹, portanto, é constitutiva do capitalismo como forma do sujeito da razão e a redução do valor, invertidamente, aparece como crescimento do capital.

A ascensão dos preços das casas de segunda residência, portanto, está fundada na autonomia do capital monetário em relação ao capital produtivo que se desdobra desde a terceira revolução industrial baseada na microeletrônica, a partir da assim chamada “crise do petróleo”, de 1973. Sob tal crise revolucionária econômica, do ponto de vista do capital, as restrições orçamentárias são determinantes para a reposição da circulação financeira... Os arrochos e as políticas restritivas com explícito segmento totalitário demonstram a condução política e social a que tudo isso leva. De acordo com nossa menção acima, Thatcher e Reagan, na América e Europa, e, no Brasil, trinta anos de ditadura militar para se tornar mobilizável enquanto nação ao capitalismo financeiro, fictício, que se constituía mundialmente.

Na expressão de Marx, nos Grundrisse, este seria o capital da “grande indústria”, que n’O Capital denominou de “fictício”. A identidade categorial entre ambos seria o capitalismo que não mais produziria valor.

¹ A crítica de Marx à economia política, ao que pese suas diferenças, tem de unidade a crítica à noção de que o valor devém da natureza, da *physis*, o que Marx chamou de fisiocracia.

Nisto, temos a ficcionalização de sua reprodução pelo capital financeiro que a terceira revolução da microeletrônica teria desvelado.

Suzanne de Brunhof (1998), ao que pese a saída keynesiana, nos explicita as determinações da circulação financeira para a ruptura do padrão ouro e para a curta vida do padrão dólar, constituindo-se o que é hoje a guerra cambial entre os grandes produtores do capitalismo mundial, através da taxa cambial flutuante. Nesta nova determinação financeira fictícia o controle do excedente monetário através da taxa de juros e do preço do dinheiro seria a marca econométrica do capitalismo atual.

O capital excedente — não só pela sua acumulação, como pela redução absoluta e relativa do trabalho — circula se a dívida dos Estados nacionais não o sugar em benefícios sociais, estes crescentes justamente devido à dispensa do trabalho do processo produtivo. A contradição é que a dispensa de trabalho, que aumenta a carência dos benefícios, produz o excedente financeiro que, justamente por essa dispensa, não admite tais carências e exige as políticas restritivas, pois a exploração do trabalho não compensa, do ponto de vista do capital, os seus custos. Quando os salários já se tornam custos inadmissíveis para a lógica do capital, os benefícios sociais tendem a desaparecer.

A ascensão das políticas liberais vem à existência no confronto identitário entre aumento das carências sociais, fundado na crise do trabalho, e a ascensão do autoritarismo do Estado liberal, sem entrar em questão nas diferenças nacionais e históricas destes liberalismos.

No Brasil, a década de 1970, com sua crise, desdobrou-se em políticas de restrições de direito na medida em que os próprios benefícios sociais se formaram a conduzir a mobilização financeira internacional. Nisto, por exemplo, os fundos públicos sociais como as carteiras de aposentadorias já seriam disputados pelo capital financeiro na ruptura do Estado de bem-estar social. Os negócios e negociatas com tais títulos já se relacionavam a tais interesses. O desmerecimento de tais carteiras como o montepio², já nos anos 1970, teria o sentido de seu descrédito para a liberalização, via governo militar, aos negócios privados nacionais e internacionais.

² Fundos trabalhistas setoriais desde a época do império, ou mesmo de antes. Cf. JARDIM, 2007, p. 38 e seg.

Para falarmos dos pressupostos no Brasil, para a ascensão militar do governo, ao final da primeira metade dos anos 1960, a questão que circundava as disputas ideológicas se fundava na industrialização do governo de Juscelino Kubitschek (JK) amplamente ancorada na exportação de excedentes das economias centrais. Do ponto de vista da periferia, a reprodução desses excedentes, também na forma de transnacionais, tornava-se questão política e ideológica, inclusive a respeito dos sentidos do nacionalismo, pela crítica ou aceitação dos *royalties* e das remessas de lucros ao estrangeiro.

A aceleração industrial do governo JK como expansão de excedentes do capitalismo externo, do ponto de vista da acumulação interna, foi a dívida externa brasileira administrada pela ditadura de 1964-1985. Em seu fundamento, a revolução do capitalismo compreendida (mal) como a “crise do petróleo” também demonstrava que a exportação do capital à periferia não pagou os custos dessa expansão do excedente mundial e não evitou a socialização mundial das perdas do capitalismo de então. Do ponto de vista da periferia do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas já se dava num nível da crise mundial e, assim, relativamente, era redução do trabalho. A urbanização que daí se dá, com moradias precárias e acesso a serviços básicos, é reveladora da seletividade desta industrialização altamente desenvolvida. Ela redundava no aumento da divisão social do trabalho em que parcela da população se faz como prestadora de serviços baratos e pessoais dada a seletividade do trabalho que tal industrialização realizava (OLIVEIRA, 1975). Nisto, o endividamento externo, ao que pese toda a transformação, será a forma de acumulação, negativa, na periferia do sistema mundial.

A década de 1970, portanto, é síntese do desenvolvimento industrial do pós-guerra, personificado na crise de superprodução do capitalismo norte americano (ALFREDO, 2013). Com a ascensão da reprodução fundada na circulação financeira do capital, as crises não são mais regionalizadas. Na expressão de Ernest Mandel (1990), tem-se a sincronização mundial das crises.

No Brasil, é expressivo desse processo a atuação do Estado ditatorial junto aos fundos sociais constituintes da poupança dos trabalhadores. Em 1977, sob a lei 6.435, de 15 de julho (JARDIM, 2007), o governo militar integra o montepio sob as estruturas de negociações

privadas da previdência social e constitui os fundos de pensão. A formação de tais fundos está, assim, amplamente justificada na necessidade de torná-los meios de fortalecer o mercado de capitais bursáteis. Aquilo que se constituía em carteira social não negociada começa a estruturar-se como alavancagem do capitalismo mundial e nacional. Aqui, desdobra-se um dos aspectos (outros são a desestatização de empresas públicas, sucateamento da saúde, sucateamento da educação, etc.) da unidade entre ascensão financeira e administração via Estado da redução dos benefícios sociais, transferindo-os à sociedade como custos em geral. Segundo a autora, tal lei:

... definiu uma data máxima para a regulamentação das entidades existentes. Aquelas que não se enquadrassem nas normas dessa lei seriam excluídas do mercado de previdência. Esse é o caso dos montepios, muitos dos quais foram cassados pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP), que alegou irregularidades nessas instituições. (JARDIM, 2007:42)

Aqui, estamos no centro da relação entre ascensão do capital financeiro pela terceira revolução industrial com sua inerente crise do trabalho e a redução de benefícios sociais, sendo esta relação inevitável do ponto de vista da reprodução fictícia do capital. Desta feita, a solução social da crise do trabalho certamente não se dará via Estado, ainda que tenhamos governos mais comprometidos com o polo social do problema. Por isso, na periferia, a crise do Estado de bem-estar social foi antecipada. Toda mobilização destes fundos públicos passam a ser políticas de governo, na medida em que disputados como propriedade, porque são ativos, para a mobilização dos negócios bursáteis. Lembremos, ainda, que tais fundos são já reservas pagas pelos trabalhadores que, por lei, descontam-se de seus salários. A reprodução do capital fictício, no entanto, não disputa exatamente cantões de mão de obra, mas o direito de produzir dívidas, aqui às custas da poupança do trabalhador. Dada a sua acumulação negativa, financeira, o sentido é deter uma condição jurídica, regulada pelo Estado, para constituir a dívida como condição e resultado do processo produtivo e, assim, como seu principal negócio.

Trata-se de administrar empresarialmente a dívida de fundos que, em sua origem, formam-se por empresas públicas e não são privados.

A nova legislação sobre previdência une a função assistencial e financeira de tais fundos trabalhistas, cujo sentido é a mobilização dos capitais produtivos de tais empresas para os negócios com ações e títulos. Assim, no ano de 1977, a nova lei que gesta o fim dos montepios, em seu capítulo III, garante que:

Parágrafo 2º - Excetuadas as que tenham como patrocinadoras empresas públicas, sociedades de economia mista ou fundações vinculadas à Administração Pública, poderão as entidades fechadas executar programas assistenciais de **natureza social e financeira**, destinados exclusivamente aos participantes das entidades, nas condições e limites estabelecidos pelo órgão normativo do Ministério da Previdência e Assistência Social. (LEI 6435 DE 15 DE JULHO DE 1977, grifo nosso)

A preparação legal, aliás, já se apresenta como mediação para incorporação de tais fundos quando da liquidação das empresas garantidoras dos mesmos. Garante-se a propriedade de tais fundos, especialmente em caso de empresas privadas. Ainda que esta seja, talvez, a primeira legislação que institui a previdência privada, juntamente com a pública, anterior e originária, o que se destaca é a relação entre a empresa produtiva e seus negócios bursáteis com a poupança do trabalhador, tornando-se isto sintomático no que diz respeito à passagem do capital produtivo para o financeiro. Daí, nas “disposições especiais”, as entidades fechadas (privadas) “terem o privilégio especial sobre fundos constituídos conforme o disposto neste capítulo.” (Seção VI, § único)

O princípio desta nova legislação, portanto, é a garantia da propriedade de tais fundos a investidores privados, de modo que se torne mobilizável como títulos na bolsa de valores. Assim, as privatizações e ou “liquidações extrajudiciais” garantem a encampação dos direitos financeiros do capital produtivo, o que, aliás, vai se constituir num dos principais objetos de disputas nas privatizações dos anos 1990. Do ponto de vista da lei temos:

Art. 73 - Decretada a intervenção ou a liquidação extrajudicial, o interventor ou o liquidante comunicará ao registro público competente e às Bolsas de Valores a indisponibilidade de bens imposta no Art. 71, bem como publicará edital para conhecimento de terceiros.

(...) c) realizar ou registrar operações e títulos de qualquer natureza;(LEI 6435 DE 15 DE JULHO DE 1977)

Observa-se a relação entre privatização e internacionalização do capital financeiro que, então, exige a circulação dos ativos das empresas estatais e ou públicas e dá nova forma à divisão internacional do trabalho a partir dos anos 1970, expressivo da nova relação capital-trabalho baseada na revolução pela microeletrônica.

Do ponto de vista do Estado e suas políticas, caberá a ele administrar a dívida do capital, como negócio e rendimento capitalistas. Tanto mais aceita como correta a política do Estado, quanto mais ela tornar a dívida do capital uma dívida socializada aos trabalhadores e pequenos negociantes, passando no custo dos salários o que antes se dava como benefício social. Neste sentido, não só não há a possibilidade de certo keynesianismo do capital financeiro como, fundamentalmente, o Estado não é o condutor da política salvacionista do mundo do capital como o melhor mundo dos mundos possíveis, expressão que cai irônica em Marx ao reproduzi-la da economia política apologética. Os enfrentamentos sociais que daí advém certamente se colocarão como embates entre grupos e estruturas, dentre elas a indústria cultural como formadora de consensos em favor da mobilização financeira antissocial (liberal/autoritária) do capitalismo³. A ascensão do liberalismo como Estado meramente administrador do capital, sem ser ele mesmo promotor de capitais estatais, devem desta impossibilidade de o capital produzir valor, a partir de sua terceira revolução industrial.

³ Nos meses antecedentes à última reforma da previdência, 2019, houve rádios de ampla difusão nacional que realizaram uma série de programas entrevistando personalidades econômicas e políticas, todas só a favor da reforma. A voz contrária a isso foi explicitamente boicotada. Assim, o recrudescimento totalitário foi veiculado como o indispensável confundido com a normalidade radiofônica à sociedade em geral.

Considere-se que, para efeito da reprodução do capital mundial, em sua reprodução financeira, a requisição para sua circulação em Estados nacionais se funda não mais na taxa de lucro, mas na taxa reguladora de juros e, assim, na expectativa de precificação do dinheiro que circula em suas diferentes assinaturas. A restrição da dívida do Estado e do que se apresenta como os custos sociais em toda a parafernália burocrática dos fundos sociais se dá na medida em que a eles tem-se o comprometimento de 10% do PIB nacional (SILVA, 2003:17). A redução desses custos sociais implica na mobilização em parte ou total desse montante para assegurar tal circulação, visto que a isenção deste preceito social do Estado o habilita a pagar os investimentos do capital internacional e financeiro.

Na observação de Granemann e Saldanha:

Ao contrário de “gerar empregos” e “crescimento econômico”, estes Fundos operam no sentido da superexploração do trabalho. Sua rentabilidade está ligada à valorização das ações e, portanto, à maior lucratividade das empresas. Por isso, os Fundos que ajudaram nas privatizações e tornaram-se sócios de empresas como a Embraer, Usiminas, Vale do Rio Doce e outras apoiaram o arrocho salarial e as demissões ali ocorridas, como fez a Previ na Embraer. Eles querem também que seus segurados trabalhem mais tempo e ganhem menos quando se aposentarem. Por isso buscam trocar os regimes de benefício definido, pelo de contribuição definida: um sistema no qual o trabalhador não sabe com quanto vai se aposentar: vai depender das condições de mercado na época da aposentadoria. (sem página)

Aqui vale acrescentar que a exploração do trabalho pelo capital financeiro amplifica esta exploração, tanto relativa como absolutamente. Contudo, a determinação do capital financeiro em relação a este aumento da exploração – que para muitos é generalizado na expressão “flexibilização

do trabalho” – está na redução dos custos do trabalho, mais do que relacionar esta redução ao aumento da produção de mais valia.

Assim, consideremos a associação entre as privatizações de empresas e a aquisição privada dos fundos sociais que alavancam o capital a partir de sua mobilização na ciranda financeira. A taxa de remuneração desses capitais dependerá de quanto as realidades nacionais terão de pagar os juros ou o preço do dinheiro, e isto está inextricavelmente relacionado com a redução dos benefícios sociais e de direitos do capitalismo democrático. Como expusemos mais acima, há intrínseca relação entre a crise da reprodução social do capital, as privatizações e a redução cada vez maior de benefícios sociais sob o encargo dos rendimentos dos capitais.

Nos anos 1980 e 1990 somam-se aos fundos de pensão de empresas estatais as privatizações como política do Estado mínimo, levado, especialmente, pelos partidos autodenominados sociais democratas. Neste procedimento, as privatizações se fizeram enredadas à privatização de tais fundos, utilizados para compra de ações de tais empresas que, assim, transformaram-se em propriedade dos que adquiriram tais empresas. Assim, parte do arremate das empresas fica a cargo de tais fundos, quando a iniciativa privada não consegue por si realizar a compra.

Neste percurso liberal específico⁴ como expressão política e ideológica do capital fictício, o erário público, o capital privado e as organizações de trabalhadores se constituíram em grupos de disputas e articulações junto ao Estado na disputa por esses fundos. A passagem dos fundos estritamente públicos para a condição de fundos de pensão, gestados na ditadura militar, portanto, se funda na mobilização, justamente, do capital financeiro, a partir da poupança constituída pela relação capital-trabalho e destinada, originalmente, ao trabalhador. As privatizações, assim, se colocam como decorrência do que a lei inicial sob a crise do capital mundial dos anos 1970 possibilitou. Relacionada à

⁴ A tese de liberdade é própria do capitalismo. Desde a assim chamada acumulação primitiva, Marx, em *O Capital*, capítulo homônimo, desvenda a formação do trabalho sob a ideologia da liberdade em relação às corporações de ofício e das guildas feudais. Aqui, estamos diante de certo liberalismo específico, onde o Estado tem de se libertar dos custos sociais para sua maior eficiência econômica.

privatização do Estado, enfim, está a atuação do capital financeiro junto a tais fundos e, concomitantemente, tem-se a redução dos gastos sociais para a utilização desta economia no pagamento de juros dos capitais financeiros investidos no país.

Evidentemente, não fazemos um histórico dos fundos de pensão, no sentido de certa explanação sistemática. Para efeito deste capítulo, cabe considerar a relação entre os ativos do trabalho e a mobilização destes para alavancar o capital financeiro internacional, como nova divisão internacional do trabalho. Isto no sentido de que expressa a contradição capital trabalho na medida em que os fundos do trabalho se tornam definitivamente trabalho futuro, isto é, trabalho que não se prescientifica dada a sua dispensabilidade crescente.

As frentes para esta realização são múltiplas, os fundos de pensão apenas uma delas, mas que se gesta no núcleo da crise que é a reprodução do trabalho produtivo, em dispensa devido à referida revolução do valor dos anos 1970. Ressalte-se que as propostas de capitalização da previdência, que se transformam em fundos de pensão, somam-se às diversas origens de capital ocioso determinado pela revolucionária composição orgânica do capital mundial. Aqui, para além de uma saída do ponto de vista da remuneração dos capitais mundiais, podemos observar que este modelo não demorou a gestar sua crise.

A ascensão do padrão monetário do capitalismo se demonstra na exacerbada importância que o controle dos juros passa a ter na mobilização destes capitais ociosos. Do ponto de vista das relações de trabalho, como procuramos expor, a reprodução fictícia do capital se dá no enfrentamento das condições e dos direitos trabalhistas, a sua dispensabilidade do processo produtivo é, assim, a formação de nova concepção a respeito de sua condição categorial, o que envolve o fetiche da liberdade de Estado atual.

2. A crise de 2008 e os limites do crescimento do capitalismo brasileiro

A primeira década dos anos 2000, entretanto, sintetiza a ascensão do capital em sua forma monetária. A crise de 2008 é, mais uma vez, fetichizada, agora, como crise do setor imobiliário ou crise de regulação

do mercado financeiro. Se o percurso nesses 30 anos (1977-2008) (aqui demonstrado pelos fundos sociais) foi o da ascensão do montante monetário, 2008 é o limite a que os ativos chegaram para constituir uma base de suporte dessa multiplicação monetária. Aqui, chegaríamos à crise da circulação financeira, não mais como nos anos 1970, expressivo da crise do capital produtivo. A de 2008 implicou a ascensão do preço dos ativos definida pelo excedente monetário, o que trouxe uma condição impagável dos mesmos e, com isso, uma deterioração mundial do preço das ações... Temos então, seguindo fio de nosso argumento, que os limites sociais a que a privatização dos fundos de pensão chegaram não mais seriam suficientes. Ou seja, haveria necessidade de maior circulação dos mesmos, o que implicaria uma nova rodada de arrochos e restrições sociais. Qualitativamente diferente, a partir de então, seria a nova articulação de Estado para tal empreitada. As restrições trabalhistas dos anos 1990 a 2003 tiveram como pressuposto fetichista a articulação de tais fundos ao capital financeiro sob o amálgama do Estado de direito ou democrático. A contradição é o Estado de direito ser justamente aquele que, pela democracia, se responsabiliza pela restrição dos direitos. Não que do ponto de vista do argumento deste capítulo haja um Estado de direito adequado a qualquer critério. O caso é que sob o preceito de direito não se fetichiza a redução e, assim, não há um fetiche político que amalgame o Estado.

A crise do capital financeiro, de regulação ou do setor imobiliário é, ao mesmo tempo, a expressão dos limites que o direito positivo detém, sob a ilusão de igualdade, em obscurecer pela sua positividade as determinações negativas do capital mundial. Nisto, a condição jurídica, da sociedade civil e, assim, da cisão entre Estado e sociedade civil, não mais possibilita a ilusão jurídica da cisão entre o legal e o ilegal. Como dissemos, a contradição está em que o Estado de direito é o que reduz os direitos sociais. Em outro lado do mesmo processo está a corrupção sistêmica se expressando pelo acirramento de investigações e punições. Ao mesmo tempo que isto se põe como o fetiche de salvaguarda do Estado de direito, tal realização atua na demonização do antípoda de modo a redefinir o estatuto mais expressivo da democracia, que são as eleições presidenciais.

A sincronização da crise mundial de 2008, na perspectiva brasileira, expressou os limites de crescimento da assim chamada “era Lula” (2003-2010). A primeira contradição deste crescimento está na conquista eleitoral do poder presidencial pelo partido comprometido com as demandas sociais, isto é, o Partido dos Trabalhadores. A ascensão do capital financeiro, assim, entra em confronto com políticas sociais que não poderão se sustentar por quatro mandatos presidenciais do partido, visto que o último deles é interrompido pelo golpe de Estado, em 2016, ao governo de Dilma Rousseff.

Do ponto de vista econômico, a socialização de fundos com programas sociais, dentre eles, o mais conhecido “bolsa família”, o aumento real do salário mínimo, “luz para todos” dentre outros, vai em descompasso com o crescimento industrial promovido pelo fortalecimento das estatais, especialmente a Petrobras. Ao que pese o desenvolvimento infraestrutural do país nesse período, não é suficiente para atender o aumento da demanda ocasionado pelos programas sociais, tornando o crescimento produtivo aquém da necessidade do consumo, de modo a mobilizar o contínuo financiamento do consumo pelo Estado. Isto exige a necessidade de controle da taxa de juros, dentre as mais altas do mundo, para, ao mesmo tempo, tornar o capital nacional atrativo aos investimentos financeiros e, ainda, não desestimular os investimentos produtivos. Com isso, a sobre-determinação do capital financeiro como forma da reprodução do capital mundial leva à manutenção da formação de divisas primordialmente assentadas na produção de primários agrícolas na forma de *commodities* de baixa remuneração, comparadas com os produtos industriais.

Com a crise de 2008 e a redução do comércio mundial, as *commodities* não mais financiaram o desenvolvimento industrial necessário para a superação da administração do capital financeiro como prenúncio de novo paradigma de crescimento nacional. A assim chamada “era Lula”, portanto, não estava fadada a um curto período devido à variação do preço das *commodities*, mas assentar-se nisto e não se desvincular desta condição de superávit primário certamente se constitui como determinação do capital financeiro. Como explicita Guerra e outros:

(...) Com isso subestimou o fato de que a diminuição da Selic impactaria negativamente os ganhos

financeiros dessas mesmas empresas que, ao fim e ao cabo, preferiram utilizar os estímulos ao investimento concedidos pelo governo não para o avanço da produção, mas para a cobertura das perdas com as finanças promovida pela política monetária desse mesmo governo. O resultado: a taxa de juros nem ficou baixa o suficiente para incentivar o investimento, nem elevada o suficiente para controlar a inflação, donde a retração no gasto e o declínio no consumo implicando novas dificuldades para a retomada do crescimento econômico. (2017:155)

Aqui, para além de compreender isto como equívoco da política econômica, caberia observar a sobredeterminação das finanças, constituindo, negativamente, o caixa positivo das empresas produtivas. A partir disto a forma democrática de administração desta reprodução não mais será capaz de amalgamar o sentido de justiça social e, conseqüentemente, um partido surgido das camadas trabalhadoras da sociedade brasileira e comprometido com sindicatos, em destaque a CUT, e movimentos sociais (moradia, luta pela terra, entre outros) não conseguiria suportar a personificação da nova rodada de arrocho que o capital financeiro dos anos 2.000 imporia à sociedade mundial e, particularmente, a brasileira. O enfrentamento da concentração de renda teria de se dar na redução dos ganhos financeiros, por uma relação por nós já explicitada neste capítulo, o que levou, com a reeleição de Dilma Rousseff, à apresentação de um programa a ser implementado a despeito da derrota desse nas urnas de 2014. A ascensão autoritária a que isto remetia exigiria uma ruptura com o sentido civil e de direito que o capital até então resguardava.

Por um lado, a articulação judicial policialesca entre política e polícia se instaura no impedimento do candidato Lula à candidatura em 2018. As ações da Lava Jato⁵ se deram pelas consecutivas ações contra o ex-presidente, com vazamentos de delações premiadas – as do

⁵ Lava Jato é uma sequência de investigações da Polícia Federal relacionada a políticos, empreiteiras e estatais, desde 2014.

ex-ministro Palocci – às vésperas das eleições de 2018 , e que foram desconsideradas pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo o jornal O Estado de São Paulo:

No documento enviado ao Ministério Público Federal, o delegado da PF Marcelo Feres Daher diz que as afirmações feitas pelo delator [Antonio Palocci] “foram desmentidas por todas testemunhas, declarantes e por outros colaboradores da Justiça” e “parecem todas terem sido encontradas em pesquisas na internet”. (18.08.2020)

Enquanto a candidatura do PT para 2018 é cassada por processos amplamente questionáveis, ao mesmo tempo em que o ex-presidente fica na prisão por mais de um ano sem ter sido plenamente julgado em segunda instância, desdobram-se os procedimentos de cassação da presidenta.

O impedimento da Presidenta Dilma tem o processo iniciado no instante mesmo em que se anuncia a sua vitória, já bafejado pelo partido do candidato derrotado. Como expõe a Gazeta do Povo de 30.10.2014:

O PSDB decidiu contestar o resultado do segundo turno da eleição presidencial em que a presidente Dilma Rousseff (PT) venceu o tucano Aécio Neves. Numa frente menos incisiva, o partido entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que seja feita uma “auditoria especial” no resultado das eleições. Nessa ação, o partido alega que o objetivo não é colocar em dúvida a lisura do resultado, mas esfriar as teorias conspiratórias que circulam na internet de que a eleição foi fraudada.

Como informa a Fundação Perseu Abramo, por trás estava a imposição liberal do PMDB que não havia passado pelo crivo eleitoral, definido em seus programas “Uma ponte para o futuro” e “Agenda Brasil”, os quais analisaremos na sequência.

No entanto, isto já se faz como percurso de morte anunciada. A manutenção de Dilma em seu segundo mandato dependeria amplamente da aceitação de programas gestados no PMDB sem ter passado pelo crivo eleitoral e que era mais afinado com o partido derrotado (PSDB) do que com a candidatura da presidenta eleita, o que funda a tese de golpe com a qual estamos de acordo, de Guerra e outros, da Fundação Perseu Abramo. Não sem motivos, José Serra, um dos patronos do PSDB, será ministro de relações exteriores do governo golpista de Temer. Aqui, a programação liberal de redução de custos sociais estava explícita e se põe como condição para a manutenção do governo Dilma. Na “Agenda Brasil”, elaborada pelo peemedebista Renan Calheiros, em 2016, consta: Aprovação em segundo turno da PEC 84/2015, que impede o Governo Federal de criar programas que gerem despesas para Estados e Municípios e DF, sem a indicação das respectivas fontes de financiamento (Fonte: Agência Senado) e em “Uma Ponte para o Futuro”, da fundação Ulysses Guimarães (PMDB) de 2015 que, dentre outras propostas recessivas, desvincula as receitas para programas sociais. Como consta:

No Brasil, a maior parte do orçamento chega ao Congresso para ser discutido e votado com a maior parte dos recursos já previamente comprometidos ou contratados, seja por meio de vinculações constitucionais, seja por indexação obrigatória dos valores. Assim, a maior parte das despesas públicas tornou-se obrigatória, quer haja recursos ou não. Daí a inevitabilidade dos déficits (...) (p. 08)

O governo tampão de Michel Temer dará início à implementação golpista das agendas recessivas. Em dois anos, duas mudanças constitucionais garantidoras de direitos universais foram implementadas. A primeira, referente à desvinculação do orçamento da União a benefícios sociais, em pleno acordo com a agenda derrotada nas eleições, como se observa abaixo:

Art. 104: prevê que as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e

desenvolvimento do ensino corresponderão, a partir de 2017 e durante a vigência do Novo Regime Fiscal, às aplicações mínimas de 2016 atualizadas pelo IPCA acumulado, e não mais a percentuais da receita, como previsto atualmente; (Comissão Especial - Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016)

Aqui, portanto, o golpe de morte no sistema de saúde se dá com a revogação do parágrafo segundo do capítulo 198 da Constituição Federal que regulamenta os recursos de saúde em 15% da arrecadação do Estado em cada exercício anual. A partir da emenda do governo, o golpe está explícito: propor uma agenda que não carece ser exposta ao debate junto à sociedade civil. Seguindo essa proposta, por 20 anos o que se destinará à educação será o montante do ano anterior (2016), sem vínculo com o possível aumento do orçamento.

Como segundo acerto de contas do Estado ao capital financeiro temos a nova regulamentação trabalhista que basicamente extingue os direitos da CLT:

Coerente com o projeto de desmonte de um Estado Social que sequer foi consolidado, a Lei 13.467/2017, objetivamente, focou três aspectos principais: a extinção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, o esvaziamento do papel dos Sindicatos e a limitação do acesso à justiça (COELHO, 2017:141).

Por motivos de espaço, apenas recordaremos que o plano de privatização seria o terceiro movimento para a instituição da agenda econômica e social golpista que só seria possível pela usurpação das eleições que a prisão política de Lula havia fundado, e se desdobra no *impeachment* de Dilma Rousseff. Para a implantação da agenda liberal nada mais adequado do que o laconismo das declarações do presidente tampão, a evidenciar que nada deveria ser explicado à sociedade, cuja impopularidade, portanto estratégica, se unia à forma explicitamente repressiva do governo. As decisões liberais recessivas impostas a *manu militari* se sintetizam na denúncia de entidades e

personalidades brasileiras do abuso contra os direitos humanos deste governo tampão, em 2017, junto à ONU, da qual transcrevemos uma breve passagem:

Ao Alto Comissariado das Nações Unidas, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e entidades defensoras de Direitos Humanos do Brasil e do mundo: (...)

(...). Este cenário de intensificação nas violações de Direitos Humanos no Brasil é de conhecimento da comunidade internacional. Em maio deste ano, durante sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, na apresentação do relatório do governo brasileiro para a Revisão Periódica Universal, 119 países fizeram mais de 200 recomendações sobre temas relacionados aos Direitos Humanos no Brasil. (...)

(...) Após a lamentável atuação dos agentes do Estado, o presidente Michel Temer editou o Decreto de 24 de maio de 2017, que instituiu a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), autorizando às Forças Armadas atuarem na repressão à liberdade de manifestação em Brasília. (VÁRIAS ENTIDADES, 2017)

3. Sob a história crítica do capital mundial, no Brasil, o golpe escapa entre os dedos de seus articuladores...

A implantação do governo impopular, fundado no autoritarismo populista, só sob o espectro fascista poderia ter suas propostas implementadas. Este aspecto, aliás, saiu do campo de visão da articulação golpista, isto é, dos partidos associados (PMDB, PSDB, especialmente), do Supremo Tribunal (ao levar o candidato de 2018 e ex-presidente

à cadeia sem se completar o julgamento em segunda instância)⁶ e da Câmara dos Deputados (que votou o *impeachment*) que pretendia manter o golpe em suas próprias mãos. Contudo, a continuidade das reformas recessivas precisou da construção do outro como o excluído para amalgamar o apoio das reformas. Para isso, o autoritarismo teria de se reunir ao populismo fascista do capitão do exército eleito. Este recebe apoio dos mais prejudicados pelas mesmas reformas, mas que teria de aparecer como a luta contra o comunismo, o homossexualismo, a raça negra, os indígenas, etc., jargões fascistas repostos no governo empossado de 2018, às escâncaras... e sob a forma fascista da publicização de mentiras e que se sintetizou no antipetismo...

Aqui, politicamente, os partidos opositores ao governo Dilma e, ao mesmo tempo golpistas, não poderiam consolidar-se como detentores do golpe, porque sua condição social democrática não sustentaria a luta contra os poderes instituídos para implementação do projeto neoliberal. Por mais liberais que fossem, a ordem de direito instituída não poderia chegar, por eles, no limite do questionamento das instituições da democracia. Do ponto de vista do Partido dos Trabalhadores, como dissemos, haveria a impossibilidade do acirramento recessivo dada sua relação genética com os movimentos sociais e com seu importante histórico de inserção das lutas sociais nas preocupações de seus governos. A pressão peemedebista, com os seus dois projetos recusados nas eleições – como já comentamos – demonstra esta contrariedade entre o Partido dos Trabalhadores e a execução plena do projeto demandado pelo capital fictício...

Contudo, o vínculo identitário entre partidos golpistas e o que passou a ser considerado como antipetismo trouxe à banca rota de

⁶ Condenado a mais de 8 anos de prisão pelo STJ (Superior Tribunal da Justiça) no caso do triplex no Guarujá, Lula está preso desde abril de 2018 na Superintendência da Polícia Federal no Paraná. Esse processo ainda não transitou em julgado: os recursos apresentados pela defesa estão em análise no STJ.

É por isso que, com a decisão do STF nesta quinta-feira, de que a prisão em segunda instância é inconstitucional, Lula deve sair da cadeia e tem o direito de aguardar ao fim do processo em liberdade.

Lula também não foi condenado definitivamente em nenhum dos outros processos que responde na Justiça, que incluem também o caso do sítio em Atibaia, e não há um pedido de prisão preventiva contra ele. (Catraca Livre, 2019)

ambos os lados, já que a deposição de Dilma foi, ao mesmo tempo, o golpe de morte dos opositores até então conhecidos. Isto porque estes se identificaram na destituição daquele e a realização desta destituição foi o fim ideológico da oposição que fundava os partidos articuladores do golpe. Nesta passagem, a destituição de um foi a crise política de ambos e o golpe escapou das mãos de seus articuladores. Vale lembrar que, na ridícula votação do *impeachment* de Dilma, cujas justificativas dos deputados demonstraram a inexistência de fundamentos, aquele que viria a ser presidente em 2018, capitão reformado do exército, dedicou seu voto contra a presidenta a quem a torturou na ditadura de 1964. A eleição desta ignorância em 2018 é reveladora do amálgama autoritário que a sociedade brasileira exigia em seu acordo com o capital fictício. Lembremos que a reunião deste projeto só foi possível com a articulação do golpismo contra a candidatura do ex-presidente Lula que, durante as eleições, esteve impedido de disputá-las. Só aí o capitão reformado, a contragosto dos golpistas, pôde invadir a presidência, pois que havia sido esvaziada pelos procedimentos golpistas por nós aqui discutidos.

As eleições de 2018, portanto, se dariam sob o amálgama ideológico neonazista da demonização do outro que se personificou em todo e qualquer segmento opositor ao projeto recessivo, sob a pecha de comunista, de doutrinação e sob o ditado da doutrina que deveria ser aceita porque só ela não doutrinava. A exemplo, a lei sobre a “escola sem partido”, que criminalizou toda discussão política em sala de aula, mobilizando milícias antes latentes contra professores vulgarizados como de esquerda. A discussão de gênero em sala de aula, por exemplo, foi rotulada como pedofilia. Em contraparte, tem-se o projeto federal em execução de militarização das escolas públicas. Ainda, a demissão de professores e funcionários públicos somou-se à situação de medo que o projeto exigira. Cabe ainda lembrar que, antes mesmo da posse, a pressão sobre o Congresso era que se aprovasse a reforma da previdência, o que contribui no embasamento de nosso argumento a respeito da relação entre capital financeiro e projetos recessivos.

No plano institucional federal, o que se deu como a luta entre os poderes, em verdade, foi a explicitação da crise da sociedade civil, da passagem da forma democrática do totalitarismo capitalista para a coincidência entre totalitarismo político e econômico. A crise do capital,

demandada pela ascensão do capital financeiro, exigiria a ruptura da sociedade civil como condição de sua reposição. Aqui, a institucionalidade – sem fazer a crítica a isso – teria de ser objeto de ataques sob o ditado do messianismo evangélico. Este, aliás, o apoio ideológico, através das igrejas evangélicas, da milicialização da sociedade (o exemplo da educação já comentado está neste invólucro). Aqui, tudo que é contra o governo pós 2018 se colocaria contra Deus.

O ataque explícito às instituições nacionais, contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, nas manifestações de rua e pelo próprio presidente, capitão reformado do exército, mostrava, enfim, a pressa da implementação de privatizações, da reforma da previdência, finalmente votada, da liberação de terras indígenas ao agronegócio e ao garimpo, etc., que demonstrava o desmonte institucional necessário para a reposição do capital sob sua crise atual. Desde a campanha e depois, estende-se como forma de governo o bafejamento de mentiras a respeito de grupos, entidades e pessoas como o tom discursivo do governo, a ponto de mobilizar, a partir do Supremo Tribunal Federal – que esteve sob a ameaça de invasão militar pelo governo do capitão –, a investigação sobre as *fake news*⁷ e a cassação de várias contas das redes sociais dos apoiadores do governo, atualmente ainda sob investigação. O último episódio desta cena autoritária está nas listas produzidas pelo próprio ministro da justiça contra opositores do governo – antifascistas –, como se a luta contra o fascismo fosse fora da lei e o fascismo legal. No dia

⁷ O inquérito é conduzido em sigilo pela própria Corte e está sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que expediu as ordens à polícia. Os 29 mandados foram cumpridos em cinco Estados – Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina – e no Distrito Federal e têm como alvo pessoas suspeitas de envolvimento com uma rede de divulgação de ofensas, ataques e ameaças contra ministros da corte e seus familiares. Entre eles, estão apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) como o empresário Luciano Hang, fundador da Havan, o deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP), a militante Sara Winter, o empresário Edgard Corona, presidente da rede de academias Smart Fit, os blogueiros Winston Lima e Allan dos Santos, e o presidente nacional do PTB, o ex-deputado federal Roberto Jefferson. Moraes também determinou que deputados federais do PSL, pelo qual Bolsonaro se elegeu e do qual se desfilou em novembro do ano passado, sejam ouvidos nos próximos dias. In:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52824346> (visitado em 19.08.2020)

de hoje (19 de agosto de 2020), aliás, o Supremo Tribunal pronunciou seu primeiro voto contra tal prática. Ou seja, o Supremo busca repor em suas mãos aquilo que a articulação golpista retirou, a condição institucional da democracia...

Nisto, a institucionalidade civil não mais consegue amalgamar como justo a forma social do capital e o injusto, sob seu próprio critério, teria de se constituir em lei. É oportuno rememorar que o governo de 2018 promoveu, como nunca na história da democracia brasileira, desde 1985⁸, tal militarização do Estado, com nomeação de militares em seus altos escalões e ministérios, mobilizou opiniões ameaçadoras desses militares, a sugerir ditadura explícita, caso o governo tivesse investigadas as suas ações ou questionados seus projetos pelas instituições competentes. Como consta em reportagem de El País:

Em conflito aberto com o Supremo Tribunal Federal e diante de inquéritos que acoçam a ele e parte de seus mais fieis militantes, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) invocou por meio de suas redes sociais uma “intervenção militar pontual”, ou seja, um golpe contra outros poderes constituídos. Na tarde desta quinta-feira, quando em suas contas no Twitter e no Facebook, o mandatário compartilhou uma entrevista concedida pelo advogado constitucionalista Ives Gandra Martins, na qual ele defendeu que o capítulo 142 da Constituição permite uma intervenção das Forças Armadas em outros poderes para a garantia da lei e da ordem. “*Live* com Ives Gandra: A politização no STF e a aplicação pontual da 142”, escreveu o presidente.

⁸ Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765). O levantamento, encaminhado nesta sexta-feira (17) aos ministros do tribunal, foi feito a pedido do ministro Bruno Dantas. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml> (visitado em 19.08.2020)

Enquanto a realidade brasileira se debate com a inconstitucionalidade da atual gestão, os projetos recessivos e contra a sociedade em geral se amplificam sob o tripé 1) expansão do agronegócio; 2) privatizações; e 3) reformas trabalhistas e previdenciária. Para tal, como dissemos, o golpe se articulou pelos mesmos poderes que hoje se debatem pela constitucionalidade de sua própria existência, evidenciando-se que ele escapou por entre os dedos das mãos...

4. Considerações finais

A reprodução do capital fictício, a partir de 2008, impôs a ascensão de governos totalitários como forma de viabilização da reprodução de sua remuneração. No Brasil, a ruptura democrática, pela eleição ilusória do capitão reformado do exército, representa, a nosso ver, a necessidade, do ponto de vista do capital fictício, da ruptura institucional para a reposição deste capital. Isto porque a sua crise torna impeditiva, para a sobrevivência deste capital, os procedimentos institucionais constituintes do Estado de direito, ainda que estes não sejam uma superação da forma totalitária da reprodução social, inerente ao capital. Os ataques ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional evidenciam a passagem da situação democrática para a totalitária, processo inerente ao capitalismo do século XXI. Os enfrentamentos práticos e teóricos a este quadro, portanto, demandam posturas que contribuam na reflexão sobre os caminhos possíveis de embate contra esta situação que se desenhou.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Dialéctica Negativa*. Madrid: Taurus, 1975.

ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Annablume, 2013

ALFREDO, Anselmo. *Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica*. In: *Terra Livre*, n. 34, AGB Nacional, 2010, (p. 37-62).

ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: SINGER, André, et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 23-30.

BRUNHOFF, Suzane de. A instabilidade financeira internacional. In: CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998 (p. 35-60).

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: SINGER, André, et al. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 15-22

COELHO, Elaine D'Ávila. A quem interessa a extinção da justiça do trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *Campinas, SP : UNICAMP/IE/CESIT*, 2017, (p.137-160).

GUERRA, Alexandre et alli. *Brasil 2016//. Recessão e Golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GRANEMANN, Sara e SALDANHA, José Miguel Bendor. Os fundos de pensão e a acumulação capitalista. In: http://www.adur-rj.org.br/5com/previdencia/os_fundos_de_pensao.pdf (pesquisado em 16.08.2020)

JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. Universidade Federal de São Carlos. Pós graduação em Ciências Sociais (Doutorado), 2007.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da crise do socialismo de caserna à derrocada do capitalismo mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André, et al. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2016, p. 61-68.

MANDEL, Ernest. A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio Unicamp, 1990

MANDEL, Ernest. Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. 5 vols. Abril Cultural, 1988.

MARX, Karl. Grundrisse. Elementos Fundamentales para la crítica de la economia política. Siglo XXI, México, 1997.

MARX, Karl. Crítica à filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica da razão dualista. São Paulo: Cebrap, 1975.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, André, et al. Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2016, p.69-76.

SILVA, Ademir Alves da. A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 3, p. 16-32, set. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16.08.2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000300003>.

Jornais

BBC Brasil. Inquérito do STF sobre fake news: entenda as polêmicas da investigação que provoca atrito entre Bolsonaro e a Corte. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52824346> (visitado em 19.08.2020)

CATRACA LIVRE. Entenda o que significa o fim da prisão em segunda instância. In: <https://catracalivre.com.br/cidadania/entenda-o-que-significa-o-fim-da-prisao-em-segunda-instancia/>, de 7.11.2019, visitado em 24.08.2020.

EL PAÍS. Bolsonaro invoca “intervenção militar” contra o STF e flerta com golpe. In: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-29/bolsonaro-invoca-intervencao-militar-contra-o-stf-e-flerta-com-golpe.html?rel=listapoyo> (Visitado em 19.08.2020).

GAZETA DO POVO. PSDB contesta reeleição de Dilma: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/psdb-contesta-a-reeleicao-de-dilma-eflg7jua9jt04gy7xpwppffsy6/>

G1 GLOBO. Governo Bolsonaro tem 6.157 militares em cargos civis diz TCU. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml> (visitado em 19.08.2020)

O ESTADO DE SÃO PAULO. Delação ‘desmentida’ pela PF favorece Lula e pode incriminar Palocci, dizem juristas. In: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/dela%C3%A7%C3%A3o-desmentida-pela-pf-favorece-lula-e-pode-incriminar-palocci-dizem-juristas/ar-BB184ps9?ocid=msedgntp> 18.08.2020

Fontes Primárias

AGENDA BRASIL. In: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/10/a-agenda-brasil-sugerida-por-renan-calheiros>. Visitado em 25.08.2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro, 29.10.2015 Consultado em <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>, em 17.08.2020.

LEI 6435 DE 15 DE JULHO DE 1977 <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6435&ano=1977&ato=abag3ZE9UNnRVT57a>

VÁRIAS ENTIDADES. Carta denúncia ao governo Temer endereçada à ONU. In:<https://revistaforum.com.br/brasil/temer-e-denunciado-na-onu-por-reprimir-manifestacao-e-por-chacina-no-para/> (visitado em 18.08.2020)

A FINANCEIRIZAÇÃO RECENTE DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: DOS BANCOS COMERCIAIS ÀS FINTECHS

Fabio Betioli Contel

Vivemos um período histórico em que as finanças vêm se tornando um dos principais denominadores comuns da ação de todos os agentes econômicos (Estados, bancos, empresas produtivas, famílias, consumidores), assim como têm afetado as demais instâncias da sociedade (a cultura, a política e o espaço geográfico). Entender quais são as relações existentes entre as finanças e o espaço geográfico nos parece fundamental para estabelecermos uma interpretação crítica e verossímil do mundo contemporâneo.

Em uma de suas últimas obras, o geógrafo Milton Santos (2000, p. 29 e ss.) nos mostra que o mundo atualmente funciona a partir de um “motor único”, que é a “mais-valia universal”. Esta mais-valia em escala global só teria se tornado possível em função da distribuição desigual e combinada do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1996) em todo o globo terrestre, permitindo que as finanças unissem sob sua “inteligência” todos os países, seus atores produtivos, seus circuitos industriais, comerciais, assim como as respectivas populações ativas de cada quinhão do planeta.

Esta difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional teria produzido tanto uma “unicidade técnica”, quanto proporcionado uma “unicidade do comando” das atividades (SANTOS, 1996; 2000). Isto significa que as regiões são cada vez menos autônomas do ponto de vista de sua reprodução, assim como são mais difíceis as possibilidades de criação de áreas de dinamismo econômico fora do alcance da influência

dos centros da “geofinança global” (GOLDFINGER, 1986, p. 174 e ss.). A “tele-ação” permitida pelos sistemas técnicos informacionais induz um comando extremamente centralizado da economia em algumas metrópoles, sob a égide dos atores financeiros globais (grandes bancos, fundos de pensão, companhias globais de seguro, etc.) (SASSEN, 1991; VELTZ, 1996). Como teríamos chegado a este quadro? Quais os principais atores financeiros que emergiram no atual período histórico? Que sistemas técnicos e redes estão à disposição destes atores, e que aumentaram exponencialmente a eficiência de sua *performance*? Por que estas inovações podem ser definidas a partir do conceito de financeirização do espaço? De um ponto de vista mais empírico, quais variáveis podem nos ajudar nesta análise da financeirização recente do território brasileiro? O que vem ocorrendo com as agências bancárias, que podem ser consideradas como o principal fixo geográfico da topologia dos bancos?

Estas são algumas das perguntas que este capítulo pretende encaminhar respostas possíveis. Em sua primeira parte, recuperamos de forma sintética a história das finanças, para apresentarmos posteriormente o conceito de financeirização que estamos mobilizando. Na segunda parte, de caráter mais empírico, coligimos dados estatísticos para apresentar algumas das principais mudanças na financeirização recente do território brasileiro, principalmente no que diz respeito às alterações na topologia bancária, e no surgimento de um novo tipo de agente na divisão do trabalho financeiro: as *fnftechs*.

1. A história das finanças: das primeiras bolsas de mercadorias à financeirização

A história das finanças, como hoje as conhecemos, se confunde em grande parte com a história da “modernidade européia”. A atividade financeira surge no mesmo ritmo do modo de produção capitalista, quando as trocas comerciais tomam dimensões internacionais, e algumas cidades passam a abrigar as primeiras “bolsas de mercadorias” e casas bancárias, onde são desenvolvidos “instrumentos de crédito” mais complexos do que a moeda (GOTTMANN, 1957). Assim, as transações mercantis deixam paulatinamente de depender da troca de “moedas metálicas” (ADENOT e ALBERTINI, 1975), e em seu lugar são

utilizadas “moedas fiduciárias” e “escriturais”. O valor da moeda depende cada vez menos de sua constituição física, e cada vez mais da garantia de seu poder econômico por parte de um Estado ou de uma “casa bancária” (LEYSHON e THRIFT, 1997, p. 285).

Do desenvolvimento destas novas formas monetárias, e de novos meios de pagamento, é que depende a própria realização das atividades comerciais de longo curso a partir da Europa, tão bem descritas por Fernand Braudel ([1979] 1998) no segundo volume de sua *Civilização Material* (“Os Jogos das trocas”). Com a ascensão e queda de casas bancárias poderosíssimas (em Gênova, Florença, Antuérpia, Londres) é que podemos estabelecer um primeiro mapa da “fortuna do Ocidente” (BRAUDEL, ([1947] 1995, p. 552), ainda nos séculos de gênese do capitalismo (XVI-XVIII).

Como nos mostra Giovanni Arrighi, a cada mudança do centro de gravidade da economia mundial, teríamos um diferente “ciclo sistêmico de acumulação” (ARRIGHI, [1994] 2000, p. 219), que teria se desenvolvido a partir da seguinte periodização: um primeiro “ciclo genovês” (de meados do século XIV até meados do XVII); um segundo “ciclo holandês” (de meados do XVII até o início do XIX); um terceiro “ciclo britânico” (do início do XIX até o início do XX); e, finalmente, estaríamos vivendo sob um quarto ciclo sistêmico de acumulação “norte-americano”, iniciado após a primeira guerra mundial, mas que desde as crises da década de 1970 – e principalmente daquelas de 1997 (crise das dívidas asiáticas) e 2008 (crise do “sub-prime”) –, conduziram o mundo a uma “crise estrutural” sem precedentes – como também sugere I. Wallerstein (2011).

Como indica o próprio Arrighi, este ciclo sistêmico de acumulação ganha mais força com o findar da Segunda Guerra Mundial, quando são criados novos atores, assim como são definidas algumas regras centrais para o funcionamento da atual “arquitetura financeira mundial” (FARHI e CINTRA, 2009). Neste contexto, um novo arcabouço político e normativo é formado, no âmbito dos “acordos de Breton Woods”, cujo objetivo “era construir um novo padrão financeiro internacional que pudesse evitar a ocorrência de uma depressão como a dos anos 30 e promover o crescimento econômico e a prosperidade” (ROBERTS, 2000, p. 15). Além de erigir o dólar como “moeda-chave” das trocas

internacionais, seriam criadas duas instituições essenciais para o funcionamento contemporâneo do mundo das finanças: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O primeiro cuidaria da supervisão da nova “arquitetura” em construção, e o segundo banco procuraria financiar efetivamente a “reconstrução” do mundo do pós-guerra.

É importante notarmos ainda que, a partir deste período, as taxas de câmbio e de juros praticadas em cada país passam a ser cada vez mais importantes para a manutenção da hierarquia da divisão internacional do trabalho, pois são elementos de definição das “áreas de liquidez” e de “dinamismo econômico” das nações (COHEN, 2000). Manipular estas duas variáveis centrais da “macroeconomia” dos territórios passa a ser um elemento definidor da coordenação da economia interna de cada país, assim como é um mecanismo poderoso para aumentar (ou diminuir) as importações e exportações de cada nação. Não é por outro motivo que, em praticamente todos os países do mundo, são criadas/institucionalizadas suas respectivas autoridades monetárias – principalmente seus bancos centrais –, que se tornam o “coração das políticas econômicas no século XX” (OLSZAK, 1998, p. 83). São os bancos centrais que vão servir de “emprestador de última instância” para seus respectivos sistemas bancários nacionais, assim como vão trabalhar para o controle interno da inflação, das taxas de câmbio, de juros, da regulamentação dos mercados de capitais, etc. A coordenação destas políticas, por sua vez, é fundamental para a manutenção do processo de acumulação capitalista em sua forma “normal”.

Concomitantemente ao surgimento de novos atores, e de novos acordos e normas para a regulação das transações financeiras internacionais, é também alterada significativamente a base material a partir da qual agem as instituições e os atores financeiros (WARF, 1989; 2017; SANTOS, 1996). Como nota Richard O’Brien (1992, p. 8), houve uma verdadeira “computadorização da finança”, já que novas “tecnologias da informação” são introduzidas em todos os setores das atividades financeiras, e viriam a alterar a própria estrutura deste mercado, tornando-o cada vez mais poderoso, ubíquo, veloz e instável (O’BRIEN e KEITH, 2009). Ainda que a tese de O’Brien do “fim da geografia” deva ser amplamente refutada (GOTTMANN, 1993; AGNES, 2000), sua análise sobre as “tecnologias da informação” e a “desregulamentação

financeira” como elementos estruturais do atual sistema período permanecem como elementos importantes para o entendimento do fenômeno da financeirização.

Peter Dicken (2007, p. 379) propõe que se formou a partir da década de 1970 uma verdadeira “indústria de serviços financeiros”, dada a importância que ganha este conjunto de atividades, a partir da ação de diferentes tipos de instituições: Estados nacionais (através de seus bancos centrais), bancos comerciais, bancos de investimento, companhias de seguros, empresas de consultoria e contabilidade financeiras, corretoras de valores mobiliários, companhias de cartão de crédito, fundos de pensão etc.

Ron Martin (1999), por sua vez, mostra algumas das principais características destas mudanças na dinâmica financeira, em sua relação com os atores e as novas técnicas utilizadas, lembrando que esta “revolução na comunicação” e no “processamento de informações” (computação, micro-eletrônica, telemática) teve três principais reflexos no mundo das finanças: (1) foram possibilitadas novas práticas de condução das transações financeiras; (2) a moeda e os produtos financeiros tomaram novas formas, mais diversificadas, complexas e “ágeis”; (3) também as “instituições financeiras” assumiram uma nova “natureza” (MARTIN, 1999, p. 13).

No que diz respeito ao primeiro e segundo itens destacados por Martin, pode-se afirmar que as mudanças introduzidas pelas tecnologias da informação incrementaram o processo de “desmaterialização da moeda”, que vêm ocorrendo desde os albores da utilização deste instrumento como meio de pagamento (BRUNHOFF, 1978). Para Leyshon (1997, p. 386), “a materialidade da moeda é, ao invés, cada vez menos importante que sua habilidade em transportar informação entre atores sociais através do tempo e sobre o espaço”. Segundo ainda Ron Martin (1999, p. 13), na década de 1990 as manifestações desta “desmaterialização” podiam ser notadas pelas novas formas assumidas pela moeda: (1) dinheiro virtual, eletrônico ou desmaterializado; (2) “*smart cards*”; (3) telefone-banking; (4) crédito/débito diretos; (5) transferência eletrônica de fundos; (6) comércio por tela de computador (*screen-based trade*); e (7) arbitragem computadorizada.

Ainda com relação às consequências da introdução das técnicas da informação nos processos financeiros, é preciso lembrar que este fenômeno gerou uma proliferação de novos produtos financeiros e monetários, que causaram uma instabilidade muito maior do sistema financeiro mundial (STRANGE, 1986; BRUNHOFF, 1998), tornando os territórios também mais “instáveis” (SILVEIRA, 2002) e “vulneráveis” (ARROYO, 2006).

Dentre os principais novos tipos de “produtos financeiros”, típicos do período atual, poderiam ser lembrados os instrumentos “securitizados” (as *securities*, como são as operações de “*hedge*”) e os chamados “derivativos” (“opções” e “*swaps*”, principalmente). Por serem produtos que cada vez possuem menor contrapartida na chamada “economia real”, contribuem ao mesmo tempo para “autonomização da riqueza financeira” (CHESNAIS, 1997; GUTTMANN & PLIHON, 2008; BRAGA, 2009), assim como para a criação de uma “zona obscura de operações bancárias” (“*global shadow system*”), de difícil regulação, e bastante propícia a criar crises financeiras recorrentes (BOYER, 1999; LAULAJAINEN, 2002; LEE, CLARK, POLLARD e LEYSHON, 2009).

É neste contexto de maior mobilidade da moeda que novas localizações emergem como áreas privilegiadas de manipulação da “moeda informacional” ou “*cyber-moeda*” (GOLDFINGER, 1986, p. 269), e também novos atores surgem nesta divisão do trabalho financeiro em construção. Aos agentes mais “tradicionais” já existentes – como os grandes bancos comerciais, os bancos de investimentos, as bolsas de valores e mercadorias, as companhias de seguro internacionais –, vêm se somar os grandes investidores institucionais, que por sua vez são “agentes-chave da finança global” (DUPUY; LAVIGNE, 2009, p. 38/40); seriam eles, principalmente: (1) fundos de pensão; (2) fundos mútuos (*mutual funds*); (3) fundos especulativos (*hedge funds*); (4) fundos soberanos; (5) grandes investidores individuais; e (6) fundos ‘*equity*’.

O surgimento de novos atores financeiros, de novos instrumentos e ativos (cada vez mais complexos), assim como este meio técnico mais intensivo em informação, são as bases para o processo contemporâneo da financeirização da economia e do espaço geográfico.

O conceito de financeirização é um neologismo que provoca, ainda hoje, significativa controvérsia. Sua origem nos Estados Unidos

remonta ao livro *Boiling Point*, de Kevin Phillips (1993), que propôs o termo para entender o aumento da importância das dívidas e da classe “rentista” na estruturação da sociedade norte-americana do século XX. Para o autor, desde o final do século XIX, o principal fator de mudança econômica nas nações ricas foi a “emergência da finança, da dívida e de uma classe rentista ou investidora dentro de suas respectivas sociedades, ao mesmo tempo em que a ênfase no comércio e na indústria diminuíram” (PHILLIPS, 1993, p. 204).

No Brasil, o pioneiro na proposição do tema é o economista José Carlos Braga (1993, p. 39), que nos mostra que a financeirização pode ser entendida como uma transformação “na definição, na gestão e na realização de riqueza capitalista”. O processo de financeirização, para o autor, está baseado em três mudanças recentes fundamentais desta “gestão da riqueza”: (1) a “natureza da concorrência” e a “estrutura das corporações” são alteradas, acarretando em enorme dificuldades para dividir a economia em “setores”, e para separar claramente o que é “financeiro” e o que é “produtivo” (também em função de uma enorme velocidade das transformações das práticas de gestão e funcionamento das corporações) (BRAGA, 1993, p.26); (2) a “dominância financeira”, portanto, passa a ser “a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo”; e (3) todas as corporações, mesmo as tipicamente industriais, passam a ter um forte componente financeiro, e esta ação financeira ganha mais importância que a própria atividade de Pesquisa & Desenvolvimento (inovação tecnológica) nas firmas.

Outra estudiosa de destaque sobre o conceito – Greta Krippner (2005) – nos mostra que são quatro os processos básicos que a financeirização permite identificar:

1. Uma crescente dominância dos mercados de capitais (*capital market financial systems*) sobre as economias ainda baseadas em agentes bancários (*bank-based financial systems*);
2. A ascensão do chamado “valor para o acionista” como o modo de governança básico das firmas (em outros termos, ocorre uma difusão da *governança corporativa* na gestão das empresas);
3. “aumento do poder e diversificação de uma nova classe dominante, uma nova ‘classe rentista’ (*rentier class*)”;

4. A “explosão” das trocas financeiras em função da grande quantidade de inovações/novos produtos e serviços à disposição dos agentes econômicos (KRIPPNER, 2005, p. 175).

Na geografia, o tema da financeirização vem sendo trabalhado de diferentes maneiras, desde ao menos o início da década de 1990. Milton Santos (1993), em seu livro *A Urbanização Brasileira* propõe o termo “creditização do território” para identificar a difusão das variáveis financeiras em regiões e lugares ainda não abrangidos por firmas deste tipo. Nesta obra, o autor está fundamentalmente preocupado em mostrar como a modernização da agricultura no interior do território nacional altera por completo as lógicas pretéritas existentes, e instalam formas de produção e consumo completamente dependentes de “capital adiantado” (ou do capital bancário).

Em seu mais importante trabalho de síntese sobre o território brasileiro contemporâneo, Santos e Silveira (2001) utilizam explicitamente o conceito de financeirização para propor uma economia política do espaço nacional, destacando a existência de infraestruturas mais sofisticadas e redes técnicas modernas, intensivas em ciência e informação (configurando o que os autores denominaram “meio técnico-científico informativo”), que são fundamentais para se entender a difusão das finanças. Ao analisar o sistema financeiro brasileiro, utilizam o conceito de “financeirização da sociedade e do território” para se referir a esta difusão de “instrumentos financeiros” no espaço nacional – principalmente depósitos e créditos bancários –, mas também a distribuição de instituições financeiras e redes de prestação de serviços – a que denominam “topologia bancária” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 185). Compreender a importância dos bancos, das bolsas de valores, da automação bancária e do financiamento agrícola é fundamental para identificar também no espaço nacional as áreas que são pouco – ou nada – servidas por este tipo de serviço tão característico do capitalismo contemporâneo. E estas áreas “mal servidas” – ou pouco dinâmicas em termos financeiros –, por sua vez, desempenharão funções mais subordinadas na divisão territorial do trabalho. Por fim, os autores atribuem ao sistema bancário o protagonismo nesta financeirização do território: “esta expansão (dos instrumentos financeiros) foi, em grande

parte, comandada pelos bancos privados, que se alastraram pelo território em virtude das oportunidades de financiar uma produção e uma circulação altamente dependentes de capitais adiantados” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 186).

Este é o conceito de financeirização que procuramos trabalhar em obra recentemente publicada (CONTEL, 2020), e que vamos mobilizar neste capítulo¹. Ainda que as definições mais usuais do conceito – feitas principalmente por economistas dos países centrais – nos convidem a utilizar o termo apenas para a análise da “alta finança” (os mercados de capitais, os agentes e instrumentos financeiros mais complexos), utilizaremos ele aqui também para identificar a difusão da atividade bancária no território, tanto dos bancos comerciais tradicionais, quanto estes tipos de firmas que surgiram recentemente, e que convencionou-se denominar de *fintechs*.

2. Evolução recente da topologia bancária e surgimento das *fintechs*

Como todas as economias na periferia do sistema capitalista, a financeirização do território brasileiro evoluiu tanto por processos internos, quanto pela influência do motor ligado ao capitalismo internacional em expansão. A cada ciclo da economia e da política mundiais, os países periféricos têm de se adaptar aos novos ditames que vêm do centro do sistema. Esta adaptação, porém, nunca se dá de forma inexorável e direta. Pela própria existência de um conjunto de infraestruturas, densidades demográficas e técnicas, padrões culturais e sociais e conteúdos normativos próprios, cada formação socioespacial reage de forma distinta a estas determinações externas, como

¹ Neste livro, publicado em 2020, propusemos uma adjetivação do termo para diferenciar os processos básicos da financeirização nos países centrais e nos países periféricos: esta financeirização “típica”, que ocorre em países ricos (estes que possuem mercados de capitais mais desenvolvidos e hegemônicos), pode ser entendida como uma “financeirização de alta intensidade”; já nos países periféricos (ou “em desenvolvimento”), em que os sistemas bancários são hegemônicos, e a riqueza na forma monetária ainda é mais importante que a riqueza em ativos mais complexos (como “títulos” ou “*securities*”), propomos o termo “financeirização de baixa intensidade” para entender sua dinâmica financeira (CONTEL, 2020).

mostrou Milton Santos (1977) em artigo clássico (“*Society and space: social formation as theory and method*”).

No que diz respeito à financeirização do território brasileiro, esta influência externa sempre foi presente e delineou grande parte das linhas de força que estão na base de nosso sistema financeiro. Desde os impulsos dados pelos primeiros bancos hipotecários estrangeiros que se instalaram no início do século XX, até a atual internacionalização do mercado de capitais nacional, muito do que ocorreu no país é fruto de sua condição histórico-estrutural de país dependente, ou de “espaço derivado” (SANTOS, [1975] 1979).

Conforme mencionado, a financeirização do território, no sentido que procuramos utilizar aqui, pode ser definida como o processo concreto de difusão espacial das variáveis financeiras, sejam elas materiais ou imateriais. Esta difusão, por sua vez, depende de um conjunto de outros elementos que são constitutivos do espaço nacional, sejam as redes de transmissão de informações, equipamentos e centrais de processamento de dados, computadores, e mesmo os objetos que são alvo de produção, compra e venda financiada, como produtos agrícolas, imóveis, mercadorias, ou qualquer outro tipo de “ativo” concreto. Esta definição do conceito permite tratarmos de forma indissociada a ação dos agentes financeiros – e os fluxos de recursos por eles produzidos – com as infraestruturas, redes, sistemas e objetos técnicos que viabilizam a existência destas ações e fluxos.

É neste contexto que pretendemos estabelecer uma análise empírica de alguns aspectos centrais do capitalismo financeiro brasileiro, partindo dos seus cinco principais bancos comerciais/de varejo, para chegarmos na análise da difusão recente das chamadas *fintechs*. Como mostram Carvalho, De Paula e Williams (2017, p. 993), os sistemas financeiros na América Latina – incluindo obviamente o Brasil – possuem uma limitada “profundidade financeira”, isto é, são sistemas muito dependentes de bancos comerciais e de ativos monetários; são ainda características destes sistemas o fato de não possuírem mercados de capitais robustos, e o endividamento dos agentes é uma variável menos impactante na economia (em comparação com a maior parte dos países ricos, cujos Estados, firmas e população em geral são super-endividados).

Esta dependência dos bancos comerciais é muito clara no caso brasileiro, sendo que estas instituições (principalmente as cinco maiores que aqui atuam) têm enorme poder econômico e político, e interferem diretamente nas formas que assumem a dinâmica econômica e a organização do espaço nacional. Inspirando-nos nos termos de Daniel Verdier (2002), podemos dizer que o Brasil é uma “economia baseada em bancos” (*bank-based economy*) e não uma economia baseada em mercados de capitais (*Market-based economy*). Daí a viabilidade e a importância do estudo da financeirização do território brasileiro a partir de seu sistema bancário.

O sistema bancário brasileiro começou a ganhar este protagonismo no destino da nação principalmente a partir das reformas instaladas com o Golpe Militar de 1964. Desde ali, uma série de mudanças foram implementadas para que fossem formados grandes bancos comerciais nacionais, capazes de financiar as atividades econômicas que se desenvolviam nas cidades, num país em acelerada intensificação de sua urbanização (CONTEL, 2011). No que tange à financeirização do território, três resultados deste processo inicial de centralização foram fundamentais: (1) foi formado um seleto grupo de grandes bancos, públicos e privados (principalmente Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), com enorme poder para controlar o comércio de dinheiro na economia (isto é, o mercado de crédito); (2) estes bancos construíram poderosas redes de agências ao longo das últimas décadas, para captar depósitos e oferecer empréstimos para os agentes econômicos em todos os estados da federação; (3) do ponto de vista da estrutura geográfica desta centralização de capitais, houve enorme concentração do poder financeiro na Região Metropolitana de São Paulo (onde estão as sedes de todos os maiores bancos privados nacionais), em detrimento das demais capitais dos estados da federação (que possuem, quando muito, agências e/ou filiais destes bancos em seus domínios) (CONTEL, 2011; 2020).

A tabela 1 procura mensurar estas dinâmicas, revelando aspectos da evolução recente da posse dos “ativos financeiros totais”, um indicador utilizado para calcular os índices de concentração do setor bancário (ou “centralização dos capitais”, na epistemologia marxista).

Tabela 1 – Brasil: evolução recente dos ativos totais dos 5 principais bancos – em R\$ milhões (2010–2019)

Instituição financeira	Sede	2010	2015	2019
Itaú	São Paulo	720.313.868	1.285.393.163	1.566.952.569
Banco do Brasil	Brasília	728.672.865	1.398.827.788	1.473.282.136
Caixa Econômica Federal	Brasília	401.412.490	1.203.756.044	1.293.481.745
Bradesco	Osasco (RMSP)	562.601.430	905.117.499	1.145.326.904
Santander	São Paulo	376.062.156	681.734.679	850.334.928
Totais 5 maiores		2.789.062.809	5.474.829.173	6.329.378.282
		64%	66%	66,8%
Totais Brasil		4.335.030.701	8.255.680.032	9.467.178.612

Fonte: Banco Central do Brasil (vários anos). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>

Como é possível identificar, os cinco maiores bancos aumentaram – ainda que sutilmente –, sua participação no domínio dos ativos do sistema financeiro nacional: de um controle de 64,30% que detinham em 2010, passaram a 66,30% em 2015 e se encontram com 66,80% dos totais em 2019. Se lembrarmos que existem hoje (dezembro de 2019) um total de 1.310 instituições financeiras (entre bancos comerciais, cooperativas de crédito, “financeiras”, empresas de pagamento, etc.) atuando no território nacional, significa que 1.305 instituições “dividem” os demais 34% da riqueza representada pelos ativos financeiros de nosso sistema financeiro.

Um raciocínio semelhante é válido para as outras duas variáveis selecionadas para a redação deste capítulo: o *lucro* dos grandes bancos e o *número de agências* que cada um possui sob seu controle. Em relação aos lucros líquidos destas instituições financeiras nesta última década, cabe lembrar em primeiro lugar que eles simplesmente dobraram: de R\$23.089.898.000,00 em 2010, passaram para R\$ 52.529.014.000,00 em 2019. Ainda que os números não estejam deflacionados, é extremamente significativo o crescimento (da ordem de 127%). Chama atenção também o fato de que uma concentração semelhante dos “lucros” se deu na mesma proporção que a variável “ativos totais”: em 2010, os cinco

maiores bancos detiveram 62,3% dos lucros totais do sistema financeiro; em 2015 este percentual subiu para 65,7%, para chegar aos 66,9% em 2019. Também em relação ao indicador “lucros”, portanto, segue ocorrendo um processo significativo de centralização dos capitais.

Por fim, é possível identificar movimento semelhante – ainda que com algumas nuances – para o *número de agências* no sistema financeiro. A primeira característica desta topologia bancária é que a concentração de seu controle entre os cinco primeiros bancos é ainda mais expressiva: em 2010, estas cinco firmas detinham nada menos do que 86,4% dos totais das agências bancárias no território; isto significou, para a data, que elas controlavam 17.291 do total de 20.922 agências existentes, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Brasil: evolução recente da topologia bancária / número de agências dos 5 maiores bancos (2010-2019)

Instituição Financeira	2010	2015	2019
Bradesco	3.657	4.525	4.507
Banco do Brasil	5.061	5.434	4.366
Caixa Econômica Federal	2.197	3.408	3.374
Itaú	3.869	3.806	3.100
Santander	2.507	2.758	2.755
Total 5 maiores bancos	17.291	19.931	18.102
%	82,64	83,83	84,60
Demais instituições financeiras	3.631	3.842	3.294
%	17,36	16,17	15,40
Total Brasil	20.922	23.773	21.396

Fonte: Banco Central do Brasil (vários anos). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/efdada/>

Acreditamos, portanto, que outras dinâmicas importantes da financeirização do território brasileiro são passíveis de serem identificadas com os números da tabela 2. A primeira delas diz respeito ao número bruto de agências. Como mostram os dados, apesar do aumento da concentração das agências sob controle destes cinco grandes bancos, o total de agências diminuiu quando verificamos os números brutos de

2015 a 2019: de 19.931 agências, o sistema financeiro passou a contar com 19.102 em 2019, uma variação de cerca de -4,15. Para os números do sistema financeiro como um todo, este decréscimo foi ainda mais significativo no período: o número total de agências no território foi reduzido em cerca de 10%. Em outras palavras: a diminuição da rede de agências dos cinco maiores bancos se deu em menor proporção do que a da rede bancária brasileira total.

Segundo ainda informações colhidas no site do Banco Central do Brasil, o último ano em que houve crescimento da rede bancária no país foi no ano de 2014, quando ela alcançou seu maior tamanho na história, com 23.126 agências. Desde então, o número decresce em ritmo lento, mas constante. No ano de 2015 existiam 22.826 agências, em 2016 eram 22.547, em 2017 eram 21.062, 2018 com 20.850, e em 2019 chegamos a 19.964 agências compondo a rede bancária brasileira, como mostram os Relatórios de Evolução do SFN (BCB, vários anos)².

Podemos elencar várias causas para este fenômeno, todas ligadas a dois fatores principais: as *normas* impostas pelas autoridades monetárias, que regulam a expansão da topologia bancária; os *novos sistemas técnicos* que passaram a ser utilizados pelas firmas financeiras (desde principalmente a década de 2000).

Estas *normas e técnicas* são fundamentais para entendermos a recente financeirização do território pois elas permitiram a instalação de uma nova divisão do trabalho entre os agentes financeiros, divisão baseada agora em novos tipos de fixos bancários que compõe esta topologia (para além das tradicionais agências) e novos tipos de firmas, cuja ação é mais intensiva no uso das técnicas da informação.

No caso da mudança da topologia bancária, a principal figura que emergiu na década de 2000 foram os *correspondentes bancários*, conforme nos mostra Leia Dias (2009; 2017). Os correspondentes bancários são pontos de prestação de serviços financeiros que servem tanto aos bancos comerciais, mas também às cooperativas de crédito, financeiras, e ainda às próprias firmas não-financeiras (de comércio ou serviços) que oferecem em seus estabelecimentos também serviços financeiros

² Dados disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioevolucosaofnno> (Acesso em 02.01.2021)

simples, voltados principalmente para dois motivos principais: dispor crédito para a aquisição destes bens ou serviços comercializados; e aumentar o próprio fluxo de clientes no estabelecimento, com a oferta destes serviços bancários simples (como pagamentos de contas, boletos, transferências, etc.)³.

No ano de 2010, existiam no país 180.805 correspondentes bancários em funcionamento, a maior parte deles sendo contratados por grandes bancos comerciais; as principais redes de correspondentes eram as da Caixa Econômica Federal (com 31.863 unidades) e do Bradesco (com 31.630). Atualmente, existem oficialmente registrados no Banco Central nada menos que 447.137 correspondentes bancários no país, sendo que seu uso se tornou ainda mais generalizado por empresas não-bancárias (principalmente “financeiras”), que atuam para fornecer crédito de consumo para diferentes tipos de clientes/firmas.

Podemos atribuir, portanto, à difusão dos correspondentes bancários no país uma das causas da diminuição do número de agências bancárias. Os correspondentes, mais simples em seu funcionamento, com seus custos reduzidos e mais flexíveis em suas necessidades de localização, substituem com mais eficiência a prestação de serviços menos complexos, se comparados com as agências bancárias (DIAS, 2017; CONTEL, 2020).

A outra causa principal da diminuição do número de agências no território brasileiro tem relação com os novos usos que as firmas financeiras vêm fazendo das técnicas da informação, em dois sentidos principais: (1) os próprios bancos comerciais estão se utilizando delas com mais

³ Segundo a Resolução 3.954/2011, art. 8º – norma que regula os Correspondentes Bancários no país – este tipo de ponto de atendimento está autorizado a realizar os seguintes serviços: recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança mantidas pela instituição contratante; realização de recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando a movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante; recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros; execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários. (Extraído de <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Ffis%2Finfo%2Fcorrespondentes.asp> Acesso em 02.02.2021).

vigor para prestar serviços para seus clientes (em detrimento do atendimento presencial em agências e correspondentes), num processo conhecido como “digitalização bancária”; (2) surgiram em meados da década de 2010 novos tipos de firmas extremamente intensivas em informação – chamadas também de *startups* – especificamente voltadas para a prestação de serviços financeiros (como oferta de cartões de crédito, contas simples, pagamentos, transferências, etc.), as chamadas *fintechs*.

Este uso mais intensivo de sistemas técnicos informacionais permitiu que mesmo serviços mais complexos passassem a ser ofertados totalmente de forma remota – ou com menor quantidade de interações presenciais entre os envolvidos (funcionários/clientes). Para termos uma ideia de quais são, e como cresceu recentemente o uso destes novos “canais digitais” criados pelos bancos comerciais para a prestação dos serviços financeiros, disponibilizamos a Tabela 3, que traz informações compiladas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2019) sobre o tema:

Tabela 3 – Brasil: evolução recente das transações bancárias por tipo de canal – em % (2014–2018)

Ano Tipo	2014	2015	2016	2017	2018
No. total de transações (milhões)	48.800	55.700	65.400	73.200	78.900
Mobile Banking	4,7	11,2	18,6	25,3	31,3
Internet Banking	18,0	17,7	15,5	15,7	16,2
POS (Ponto de Atendimento)	7,2	7,8	9,7	10,9	12,6
ATMs	10,2	10,0	10,2	9,9	9,2
Correspondentes bancários	2,3	3,2	4,4	4,0	4,2
Agências bancárias	4,9	4,4	5,6	5,9	4,0
Contact centers	1,5	1,4	1,4	1,5	1,4

Fonte: FEBRABAN/CIAB, 2019.

Em termos brutos, o número de transações praticamente dobra no período recomposto na tabela: de um total de 48,8 bilhões de movimentações em 2014, passamos para 78,9 bilhões em 2019 (um crescimento de 61,6% em 5 anos).

Conforme pode ser ainda visto na tabela 3, outro aspecto que chama a atenção é a velocidade do crescimento do uso dos canais digitais (ou informacionais), e a proporção enorme que dois principais deles tomam, sobretudo o *mobile banking* (acesso aos serviços bancários pelo smartphone/aplicativo). As transações como um todo crescem de forma acelerada no período indicado: 14% de 2014 para 2015; 18% de 2015 para 2016; 12% de 2016 para 2017, e finalmente uma ligeira desaceleração do crescimento, com 8% entre 2017 e 2018. Segundo o diagnóstico, neste pouco tempo os canais digitais (*smartphones* e computadores pessoais) passaram a responder por mais da metade das transações bancárias (60% em 2018, mais precisamente).

Chama a atenção também o crescimento em termos proporcionais do uso do *mobile banking*, que rapidamente se torna o sistema técnico mais utilizado para as transações. Em 2014 ele representava apenas 4,7% dos totais, e era menos importante que a *internet banking* (em 1º lugar, com 18%), os ATMs (10,2%) e as agências bancárias (que respondiam então por 4,9% das transações). Em 2018, o *mobile banking* responde por 31,3% dos totais, seguido do *internet banking* (16,2%), dos pontos de atendimento – POS – (12,6%) e dos ATMs (9,2). Em relação aos demais canais, podemos dizer resumidamente que no período em tela: crescem significativamente de importância os Pontos de Atendimento e os correspondentes bancários; ficam estáveis – ou decrescem ligeiramente – a *internet banking*, os ATMs, as agências e os *contact centers*.

Segundo documento da FEBRABAN (2019, p. 6/7), estas novas formas de prestação dos serviços são extremamente interessantes para as firmas bancárias pois: (1) estes canais digitais “impulsionam crescimento das transações bancárias” (dada sua praticidade); (2) o *mobile banking* ganha força entre as “transações com movimentação financeira”; (3) pagamentos e transferências são “destaques entre as operações realizadas por celular”; (4) há um expressivo crescimento dos “pontos de venda no comércio”, o que “reforça” o comportamento do consumidor no sentido de usá-los; (5) aumentou o número de clientes que aderem às “contas digitais”, isto é, aquelas em que o correntista não possui uma agência bancária “física” para resolver problemas e/ou conversar com seu gerente.

É neste contexto que surgem também as chamadas *fintechs* no mercado financeiro brasileiro. Como definir este novo tipo de firma? Como mensurar seu surgimento no Brasil?

Do ponto de vista etimológico, o termo *fintech* é um acrônimo com base na junção de duas palavras inglesas: *financ*ial + *techn*ologies. As empresas que se utilizam intensivamente das técnicas da informação, e com elas prestam serviços financeiros, podem, portanto, ser consideradas como *fintechs*. Em outros termos: todas as *startups* voltadas à prestação de serviços financeiros podem ser chamadas de *fintechs* (VIDEIRA, 2020). Ainda que as finanças e toda sorte de técnicas financeiras tenham sempre “andado juntas” desde o surgimento dos primeiros bancos no século XV, a empresa de pagamento *Paypal* – criada no ano de 1998 na cidade de San Jose (Califórnia, EUA) –, é considerada a primeira *fintech* efetivamente digital, com grande expressão no mercado financeiro dos EUA. Ela atualmente tem mais de 325.000.000 de clientes ativos, atua em cerca de 200 países, transacionando valores em mais de 100 diferentes tipos de moedas nacionais ⁴.

O fenômeno das *fintechs* ganhou relevo no mundo desde o início deste século, e a partir da década de 2010 tem crescido de forma expressiva em todos os países. Também pelo fato de terem se tornado um motivo de preocupação das autoridades monetárias brasileiras, as *fintechs* vêm sendo seguidas de perto pelo Banco Central, que as define como “*startups* intensivas no uso de tecnologia financeira” (BCB, 2017, p.99). Para o *Financial Stability Board* (FSB) do Fundo Monetário Internacional, as *fintechs* podem ser definidas como “inovações financeiras, habilitadas por tecnologias que podem resultar em novos modelos de negócios, aplicativos, processos ou produtos com efeitos tangíveis nos mercados, nas instituições financeiras e na prestação de serviços financeiros” (BCB, 2017, p. 99).

Conforme mostram os estudos e reportagens recentes sobre o fenômeno das *fintechs*, elas não trazem apenas mudanças de caráter técnico para o setor financeiro, mas são também um elemento com enorme potencial disruptivo para o chamado “modelo de negócio” bancário. Segundo reportagem do Valor Econômico (2018)⁵, as *fintechs* podem ser consideradas como “empresas de desintermediação financeira (que excluem a intermediação das instituições tradicionais

⁴ Disponível em <https://www.paypal.com/br/webapps/mpp/about> (Acesso em 13.01.2021)

⁵ Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/4334666/mais-de-400-fintechs-disputam-mercado> (Acesso em 19.07.2019).

de financiamento)”. Elas se caracterizam principalmente por serem intensivas em tecnologias da informação, extremamente inovadoras e por prestarem serviços mais fáceis de serem utilizados pelo público. Faz parte da natureza das *fintechs* também o fato de possuírem estruturas de funcionamento “enxutas”, extremamente automatizadas e, portanto, de pequeno tamanho relativo. É justamente esta característica de alta composição orgânica do capital que permite a consecução de outra de suas principais características: tanto seus custos operacionais são baixos (o que gera elevadas economias internas), quanto são “competitivos” os preços dos produtos e serviços ofertados.

Este novo padrão de funcionamento e de preços praticados pelas *fintechs* preocupam todos os agentes financeiros considerados como “tradicionais”, principalmente os grandes bancos comerciais/de varejo. Não é possível – ou é bastante difícil – a eles competirem com as *fintechs* nos produtos e serviços que elas passam a ofertar. Para os bancos comerciais tradicionais, pesa a inércia enorme de suas imensas infraestruturas técnicas, principalmente suas redes de agências bancárias e mão-de-obra contratada (mas também as sedes, unidades de operação, segurança, etc); estas características tornam impossível “enxugá-las” e fazer frente às novas formas de organização das *fintechs*.

No Brasil o surgimento das *fintechs* é um fenômeno recente. Segundo estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2017, 17), “estima-se que 60% de todas as empresas jovens *fintechs* que operam atualmente na América Latina surgiram entre 2014 e 2016”. Para os analistas da Fintechlab (2017), o ano de 2016 foi o “divisor de águas” para o desenvolvimento das *fintechs* no Brasil: tanto pelo grande número de empresas que surgiram no ano, quanto pelo aumento da complexidade da divisão do trabalho neste “ramo” do sistema financeiro.

Segundo reportagem da Revista da Febraban de 31 de março de 2020⁶, existiam, no ano de 2015, 339 *fintechs* no país; este número subiu para 386 em 2016, depois para 436 em 2017, 469 em 2018, para chegar no ano de 2019 – última data com estatísticas disponíveis – com 510

⁶ Disponível em <https://noomis.febraban.org.br/temas/fintechs-e-startups/guia-completo-das-fintechs-brasileiras-mostra-expansao-de-investimentos-e-negocios-veja> (Acesso em 10.01.2021)

firmas deste tipo distribuídas pelo território. Esta distribuição, por sua vez, é extremamente desigual (como é a distribuição de todas as atividades capitalistas mais modernas no espaço nacional). Das 510 *fintechs* existentes no território em 2019, nada menos que 202 estavam sediadas no estado de São Paulo (39%), 49 em Minas Gerais, 34 no Rio Grande do Sul, 33 no Rio de Janeiro, 24 em Santa Catarina e 22 no Paraná. Portanto, a chamada Região Concentrada (esquemáticamente representada aqui pela soma das Regiões Sul e Sudeste do país) abrigam nada mais que 370 *fintechs* (ou 72,5% dos totais).

Este é um quadro sumário, apresentado com o intuito de explicar porque a topologia bancária brasileira vem sofrendo transformações tão significativas em seu tamanho, formas e funções. É cada vez menos necessário que os clientes/consumidores de serviços financeiros tenham que se deslocar para um ponto físico no espaço, de forma presencial, para que este serviço seja “consumido”. A difusão das *fintechs* – junto com a própria digitalização dos grandes bancos – é, portanto, outra causa central do fechamento das agências bancárias, no Brasil e no mundo. Entre tantas outras mudanças que esta nova topologia bancária trará, destacamos a enorme precarização/perda de postos de trabalho bancários, além de uma significativa alteração dos mercados imobiliários urbanos, já que os bancos comerciais são grandes “consumidores” de imóveis urbanos (seja por compra ou locação), principalmente nas áreas privilegiadas de circulação nas cidades; o fechamento de agências certamente vai trazer consequências importantes para o mercado imobiliário nas cidades que abrigam agências bancárias.

3. Considerações finais

O presente capítulo procurou trazer uma análise crítica das recentes transformações do sistema financeiro brasileiro, sob um viés geográfico. Há alguns anos vimos fazendo este esforço de identificar categorias e conceitos dinâmicos da geografia, para captar no movimento da dinâmica financeira suas componentes territoriais. No caso em tela, foi dado destaque, em primeiro lugar, para a evolução histórica das variáveis financeiras e como elas, na verdade, sempre tiveram uma “dependência” – mesmo que relativa – das variáveis geográficas (sobretudo as redes de transmissão e armazenamento de informações).

Ao analisarmos o sistema bancário brasileiro contemporâneo, uma questão importante que tem chamado a atenção da mídia, das autoridades públicas e dos estudiosos do tema é o processo de fechamento das agências bancárias. Procuramos elencar duas causas principais para este fechamento: (1) o surgimento de um “novo” tipo de fixo geográfico que cumpre com menores custos para os bancos o provimento dos serviços presenciais (os correspondentes bancários); (2) o aumento do uso das técnicas da informação, tanto pelos próprios bancos de varejo – através da “digitalização” de suas infraestruturas – assim como pela difusão no território das chamadas *fintechs*. Ressalta-se, por fim, que a difusão da pandemia de Covid-19 e a consequente necessidade de evitar contatos sociais foi um poderoso catalisador do uso dos canais digitais para o consumo e a prestação de serviços financeiros (processo que vai, certamente, acelerar ainda mais o movimento de fechamento das agências bancárias mundo afora)⁷.

Para finalizar esta reflexão, que teve um caráter empírico significativo, deixamos algumas perguntas que merecem um escrutínio posterior maior, dada sua importância para o entendimento do sistema financeiro nacional: o surgimento de novos agentes financeiros como as *fintechs* vai permitir uma diminuição do poder econômico e político dos grandes bancos comerciais (no Brasil e no mundo)? Ou a digitalização destes grandes bancos redundará na manutenção de sua hegemonia no mercado de serviços financeiros, neutralizando uma possível “ameaça” das *fintechs*? Serão as *fintechs* mais dinâmicas em breve compradas pelos bancos comerciais, tornando-se parte de seus conglomerados (e não mais competidores)? Poderão surgir *fintechs* que imprimam outras racionalidades nos mercados em que atuam, sem necessariamente estarem atreladas à racionalidade instrumental típica do capitalismo agressivo que nos preme a todos?

Estas são algumas questões que pretendemos seguir analisando nos próximos anos, tendo como base a necessidade de mobilizar conceitos dinâmicos da geografia, e oferecer para os debates acadêmicos – assim como para a comunidade mais ampla interessada – interpretações críticas e verossímeis sobre este complexo e desigual mundo que vivemos atualmente.

⁷ Disponível em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/31/idosos-aderem-aos-bancos-digitais-em-meio-a-pandemia.ghtml> (Acesso em 04.01.2021)

Bibliografia

ADENOT, J.; J-M. Albertini. *La Monnaie Et Les Banques*. Paris: Editions du Seuil, Paris. 1980.

AGNES, P. The “End of Geography” in Financial Services? Local Embeddedness and Territorialization in the Interest Rate Swaps Industry. *Economic Geography*. Vol. 76 (4). 2000. p. 347-366.

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Editora da UNESP. 1995.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In Lemos, A. G.; Silveira, M.L. e Arroyo, M. (orgs.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: São Paulo/Buenos Aires: USP/CLACSO. 2006. p. 177-190.

BCB. Banco Central do Brasil. *Relatório de Economia Bancária*. 2017 Brasília: BCB (137 p.). Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/31122017> (Acesso em 03.09.2019).

BOYER, R. Dos desafíos para el siglo XXI: Disciplinar las finanzas yorganizar la internacionalización. *Revista de la CEPAL* no. 69. 1999. p. 33-51.

BRAGA, J.C. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Economia & Sociedade* 2(1). 1993. p. 25-57.

_____. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estudos Avançados Vol. 23 (65)**. 2009. p. 89-102.

BRAUDEL, F (1947). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote. 1995.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: Vol. II. Os jogos da troca*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRUNHOFF, S. A Moeda em Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

_____. A instabilidade financeira internacional. Chesnais, F. (Coord.). A Mundialização financeira. Gênese, custo e riscos. São Paulo: Xamã. p. 35-59.

CARVALHO, F. C. C.; De Paula, L. F; Williams, J. Banking in Latin America. In Berger, A., Molyneux, P. & Wilson, J. (eds). **The Oxford Handbook of Banking** (2ª ed). New York: Oxford University Press. 2015. p. 984-1016

CHESNAIS, F. L'Émergence d'un régime d'accumulation mondiale à dominante financière. La Pensée no 309. 1997. p. 61-84.

COHEN, B. The Geography of Money. New York/London: Cornell University Press, 2000.

CONTEL, F.B. **Território e finanças. Técnicas, Normas e Topologias Bancárias no Brasil**. São Paulo: Annablume. 2011.

_____. **The Financialization of the Brazilian territory. From global forces to local dynamisms**. Berlin: Springer Verlag. 2020.

DIAS, L. C.; Lenzi, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. Cadernos CRH [online]. Vol.22 (55). 2009. p.97-117. _____. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. GEOUSP Vol. 21(2) – Dossiê Geografia e Finanças. 2017. p. 384-396.

DICKEN, P. Mudança global. Porto Alegre: Bookman. 2007.

DUPUY, C.; S. Lavigne. Les Acteurs-clés de la finance global. In Dupuy, C.; S. Lavigne (eds.). Géographies de la finance mondialisée. Paris: La Documentation Française. 2009. p. 35-47.

FEBRABAN. Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2019. São Paulo: Febraban/Delloite. 2019 (48 p.).

FARHI, M.; Cintra, M. “A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo”. *Revista de Economia Política*, v.29 (3). 2009. p. 274-294.

FINTECHLAB. Radar Fintechlab. 2017. Disponível em <https://fintechlab.com.br/index.php/2017/11/24/novo-radar-fintechlab-mostra-crescimento-de-36-no-numero-de-fintechs-do-brasil/> (Acesso em 23.02.2019).

GOLDFINGER, C. *La Géofinance: Pour Comprendre la Mutation Financière*. Paris: Seuil. 1986.

GOTTMANN, J. *Les Marchés des matières premières*. Paris, Armand Colin. 1957.

_____. Review of “The End of Geography” *GeoJournal*, no. 159 (I). 1993. p. 101.

GUTTMANN, R.; Plihon, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. ***Economia & Sociedade*** Vol. 17. 2008. p. 575-610.

KRIPPNER, G. The financialization of the American economy. *Socio-economic Review* 3 . 2005. p. 173–208.

LALAUJAINEN, R. ***Financial Geography. A Banker’s View***. New York: Routledge. 2002.

LEE, R.; Clark, G.; Pollard, J.; Leyshon, A. The Remit of Financial Geography-Before and after the Crisis. ***Journal of Economic Geography***, Vol. 9 (5), 2009. p. 723-747.

LEYSHON, A. Geographies of money and finance II. **Progress in Human Geography** Vol. 21(3). 1997 pp. 381-392

LEYSHON, A.; N. Thrift. **Money/Space. Geographies of Monetary Transformation.** London/New York: Routledge. 1997.

MARTIN, R. The new economic geography of money. In: Martin, R. (ed.). **Money and the Space Economy.** New York: Wiley and Sons. 1999. p. 1-27.

O'BRIEN, R. **Global financial integration. The end of geography.** New York: The Royal Institute for International Affairs. 1992.

O'BRIEN, R.; Keith, A. The Geography of Finance: After the Storm. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Vol. 2 (2). 2009. p. 245-265.

OSZAK, N. *Histoire des banques centrales.* Paris: PUF. 1998.

PHILLIPS, Kevin. *Boiling Point. Republicans, democrats and the decline of middle-class prosperity.* New York: Random House. 1993.

ROBERTS, R. *Por dentro das finanças internacionais: guia prático dos mercados e instituições financeiras.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

SANTOS, M. *Society and space: social formation as theory and method.* *Antipode* no. 9(1). 1977. p. :3-13

_____. (1975). *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1979.

_____. *A Urbanização Brasileira.* Hucitec, São Paulo. 1993.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.

SANTOS M.; Silveira M. L. Brasil. Sociedade e território no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SASSEN, S. *The Global City*. New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press. 1991.

SILVEIRA, M. L. Uma globalização desnecessária, um território instável. In *Ciência Geográfica (AGB/Bauru)* Vol. I. 2002. p. 43-46.

STRANGE, S. **Casino Capitalism**. Manchester/New York: Manchester University Press. 1986.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires. L'Économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.

VERDIER, D. *Moving money. Banking and finance in the industrialized world*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

VIDEIRA, S. Fintechs: novos atores das finanças contemporâneas – um olhar geográfico. **Entrelugar (UFGD)**. Vol. 11(21). 2020. p. 261-284.

WALLERSTEIN, I. *Structural Crisis in the World-System. Where Do We Go from Here?* *Monthly Review* Vol. 62 (10). 2011. Disponível em <https://monthlyreview.org/2011/03/01/structural-crisis-in-the-world-system/#en1> (Acesso em 02.10.2019).

WARF, B. Telecommunications and the globalization of financial services. **The Professional Geographer** 41 (3), 1989. p. 257-271

_____. Fiber optics: nervous system of the global economy. In: Warf, B. (ed.). **Handbook on Geographies of Technology**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar. 2017. p. 113-125.

BRASIL, PAÍS DE DESIGUALDADES

Hervé Théry

O Brasil é, para usar uma expressão banal (mas que era nova quando Roger Bastide a usou para o título de seu livro sobre o Brasil), um “país de contrastes” (Bastide, 1957. Diferenças não significam necessariamente desigualdade, e qualquer disparidade não é obrigatoriamente uma injustiça. Porém, Bernard Bret (2015a), apoiando-se sobre a Teoria da Justiça de John Rawls (Rawls, 1971), mostrou bem que (no caso do Nordeste, no qual o seu trabalho era focado) desigualdades antigas, enraizadas e nunca realmente corrigidas podem ser tão fortes e tão prejudiciais aos mais pobres que se tornam claramente uma injustiça.

De fato, as desigualdades entre entidades territoriais, aquelas que podem ser mostradas pelo mapa, ferramenta preciosa para os geógrafos, referem-se diretamente à questão da justiça espacial, da qual o próprio Bernard Bret escreveu que:

A noção de justiça espacial não deve ser entendida como justiça entre lugares, mas como a dimensão espacial da justiça entre pessoas. Como as sociedades organizam o espaço em que habitam, os territórios refletem as relações sociais. Falar de justiça espacial é, portanto, falar de socioespacial: ação do social sobre o espacial e retroalimentação do espacial sobre o social (Bret, 2015b).

A sua maneira de abordar as desigualdades, portanto, retoma a de Henri Lefebvre (Lefebvre, 1968), para quem a cidade é o *locus* da luta de classes, ou ainda – sob outra perspectiva – a de Alain Reynaud, cujo trabalho associa em seu título as três palavras Sociedade, Espaço e Justiça (Reynaud, 1981), e que já dava uma visão multiescalar do modelo

centro-periferia. Mas, para Bernard Bret, a questão fundamental era “Essas desigualdades constituem injustiças?”, e na tentativa de respondê-la ele se baseou na teoria do filósofo John Rawls.

Para Rawls, não se deve confundir justiça com igualitarismo, mas, segundo Bernard Bret, ele pensa que se deve buscar estabelecer a mais adequada organização do espaço político para o efetivo respeito à igualdade de direitos, à democracia e o melhor acesso possível aos serviços públicos, ao emprego e à mobilidade. Em outras palavras, a justiça espacial consistiria também em corrigir as injustiças sociais, em alinhar a organização do território a um projeto social mais justo, em atuar diretamente sobre os lugares para atuar indiretamente sobre as pessoas, já que a organização do território tem efeitos sobre o exercício da democracia (Bret, Gervais-Lambony, Hancock, e Landy, 2010).

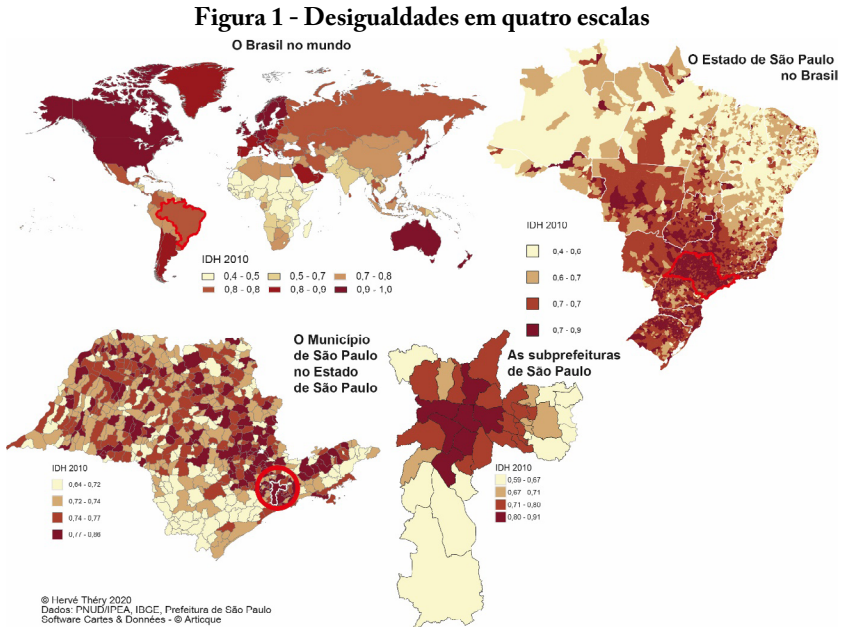
Examinaremos, portanto, nessa perspectiva as disparidades que marcam o território brasileiro em várias escalas, entre estados, entre as suas regiões e até no coração das cidades. Porque se tentarmos, para detectá-las melhor, mapear essas desigualdades, nós as encontramos por toda parte, repetindo-se de forma quase fractal à medida que mudamos a distância focal de observação. Devemos, destarte, procurá-las em várias escalas, pois mudar de escala é um dos métodos que os geógrafos usam para entender as configurações espaciais criadas pelos fenômenos sociais.

Começaremos então por identificar as desigualdades em quatro escalas, usando o mesmo indicador nos quatro níveis, antes de analisar cada um deles. Primeiro – brevemente – em nível internacional, para pôr o Brasil no contexto mundial, logo depois no nacional, para identificar as periferias do país, marginalizadas em relação ao centro e cujas fragilidades foram reveladas pela epidemia de Covid-19. Depois, as desigualdades na escala regional, que optamos por buscar no seio do “centro” nacional, o estado de São Paulo. Por fim, as desigualdades urbanas, que marcam até o coração do coração, a cidade de São Paulo, onde, mais uma vez, a epidemia evidenciou as disparidades entre centro e periferia.

1. Desigualdades em quatro escalas

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) publica anualmente um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

para todos os países do mundo, calculado para levar em conta elementos que o PIB sozinho não poderia capturar, como a educação ou a saúde.



O primeiro mapa da Figura 1 mostra que, se usarmos esse índice para classificar os países do mundo, o Brasil fica em uma posição intermediária entre os países do “centro” e os da “periferia”, atrás da América do Norte e da Europa, mas muito à frente da África e da maior parte da Ásia.

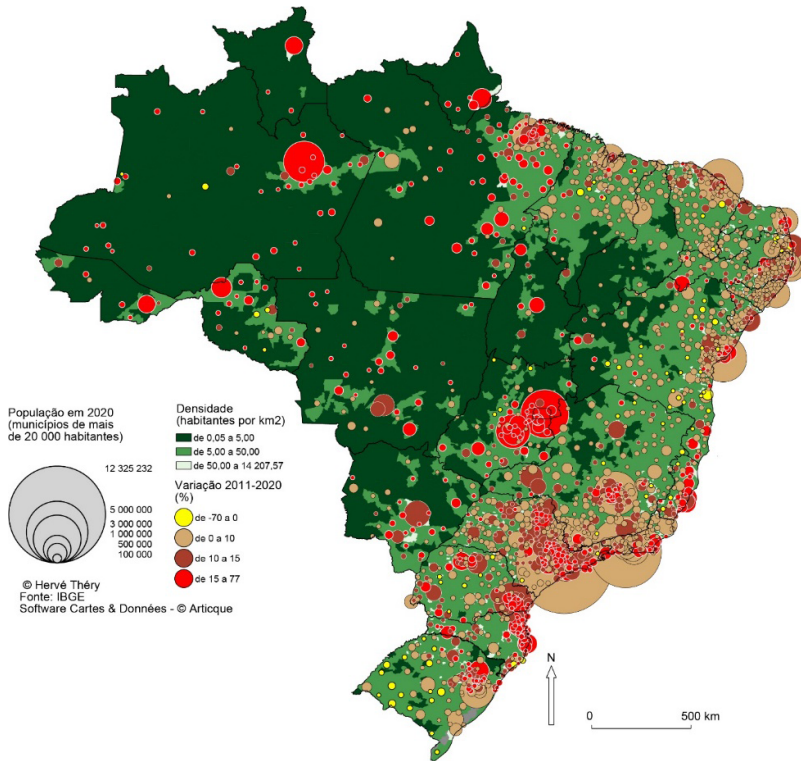
Em setembro de 1998 o PNUD publicou trabalho semelhante, realizado pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, para todos os municípios do Brasil, para os anos de 1970, 1980 e 1991 (então datas dos três últimos censos). O cálculo foi depois refeito para 2000 e 2010, e o índice de 2010 foi usado na figura 1 para os municípios de todo o país, do estado de São Paulo e os distritos de sua capital.

2. Desigualdades na escala nacional

As desigualdades na escala nacional entre “centro” e “periferias” são extremamente fortes, mas se o primeiro é de fácil identificação, as últimas

são de dois tipos. Algumas, que formam parte importante do território nacional, são formadas pela Amazônia e o Centro-Oeste, que ainda hoje são regiões em formação de baixa densidade demográfica, para as quais continuam migrando pioneiros que desmatam, criam fazendas e constroem cidades. A Figura 2 mostra essas baixas densidades da Amazônia e partes do interior do Nordeste, onde a população continua crescendo ao longo de eixos que correspondem a estradas (BR364, BR163, Transamazônica) enquanto está estabilizado ou crescendo lentamente no resto do país.

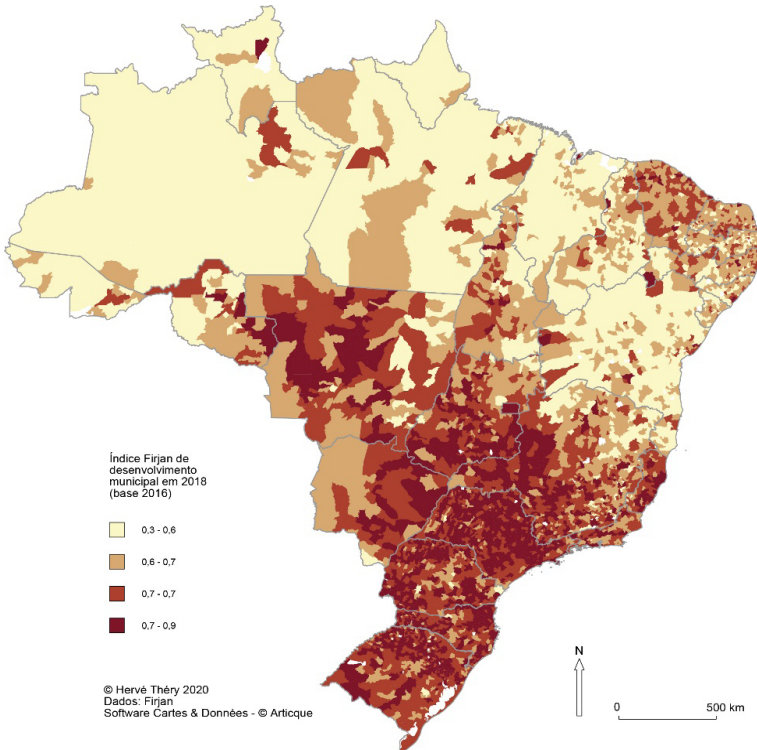
Figura 2 - Densidades demográficas e evolução populacional



Outras regiões, ao contrário, são há muito ocupadas e densamente povoadas, mas são menos desenvolvidas, o que é bem evidenciado por índices desenvolvidos para medir adequadamente as desigualdades em todos os seus componentes. Como o IDH somente é produzido a cada dez anos, na ocasião dos censos decenais, a Firjan (Federação das

Indústrias do Rio de Janeiro) se comprometeu a produzir anualmente, desde 2008, o seu índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, IFDM¹, que avalia o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde. O índice atribui peso igual aos três domínios (emprego e renda, educação e saúde) para produzir um único indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico, pela média dos resultados obtidos em cada um desses três componentes. O IFDM 2018 (calculado com base nos dados de 2016) é usado na Figura 3, que mostra uma oposição muito clara entre as periferias (marcadas por cores claras) do Nordeste e da Amazônia em relação ao “centro” (em cores escuras) do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste.

Figura 3 - Índice Firjan de desenvolvimento municipal 2018



¹ Disponível gratuitamente no site da Firjan, <https://www.firjan.com.br/ifdm>

Ao observar os mapas construídos a partir de indicadores econômicos, quase se sentiria a tentação de ressuscitar uma expressão muito antiga, que havia caído em desuso, inventada quando a revolução industrial modificou profundamente os equilíbrios internos da França. Nós a encontramos, por exemplo, citada e denunciada, na intervenção de Christian Nucci, expressando a posição do grupo socialista, na reunião de 27 de junho de 1980 da Assembleia Nacional francesa: “Em última análise, você deseja criar duas França, uma França industrial e uma França agrícola, retomando os esquemas dos antigos livros de história e geografia segundo os quais a leste de uma linha que vai de Havre a Marselha, é a França útil, e a oeste a França inútil”. Não falaríamos de um “Brasil útil” e – menos ainda – de um “Brasil inútil”, mas resultou nitidamente do processo de desenvolvimento que ocorreu no Brasil desde o *boom* do café até a industrialização e suas consequências que o sul do país se desenvolveu, concentrando a maior parte das atividades modernas, drenando para seu benefício os recursos agrícolas, minerais e humanos do país, segundo um processo de acumulação bem descrito por Celso Furtado (Furtado, 1959).

A Figura 4, construída a partir da medição do valor adicionado bruto por município em 2017, mostra claramente que é ao sul da linha Campo Grande-Belo Horizonte que a maior parte dele se localiza, com exceção do conjunto formado por Goiânia e Brasília. Mesmo as grandes capitais do Nordeste e da Amazônia dificilmente contribuem para isso, apenas Manaus, Fortaleza e Salvador se destacam um pouco, por seus círculos proporcionais (aos bilhões de reais) e sua cor (que indica o percentual do total nacional que representam). Porém, se olharmos para a área representada em conjunto pelos seus principais pontos de concentração, expressos pelo sombreado atribuído à microrregião da qual constituem o centro, vemos que representam uma proporção muito pequena do território nacional.

A desproporção é ainda maior se passarmos do valor adicionado total para setores mais estratégicos, como mostra a Figura 5: as indústrias de transformação se concentram no sul do país, com um pouco de peso maior em São Paulo, e isso vale ainda mais para as atividades de informação e comunicação, onde seu peso se torna avassalador.

Figura 4 - Valor adicionado total

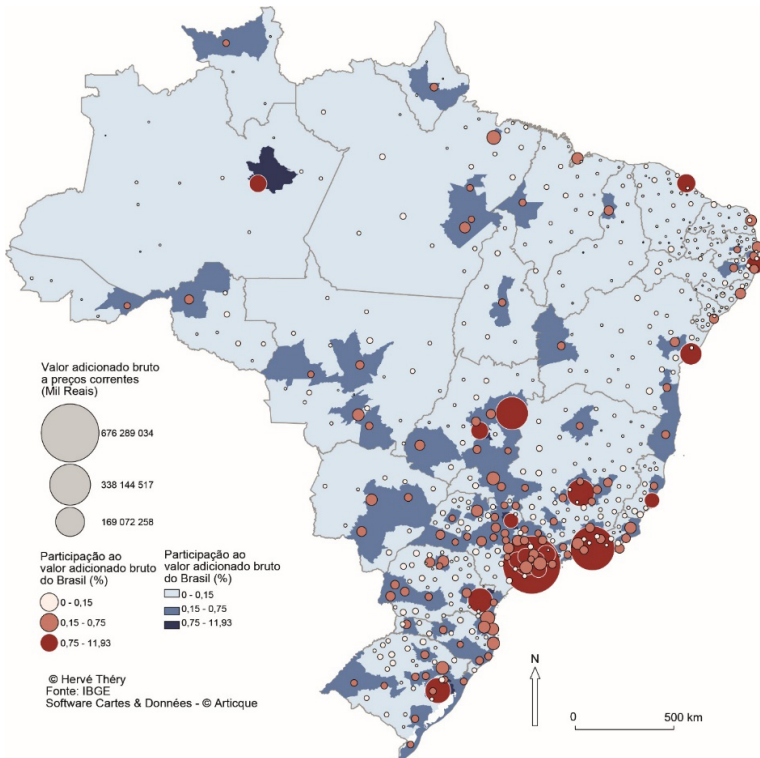


Figura 5 - Unidades locais no Cadastro Central de Empresas

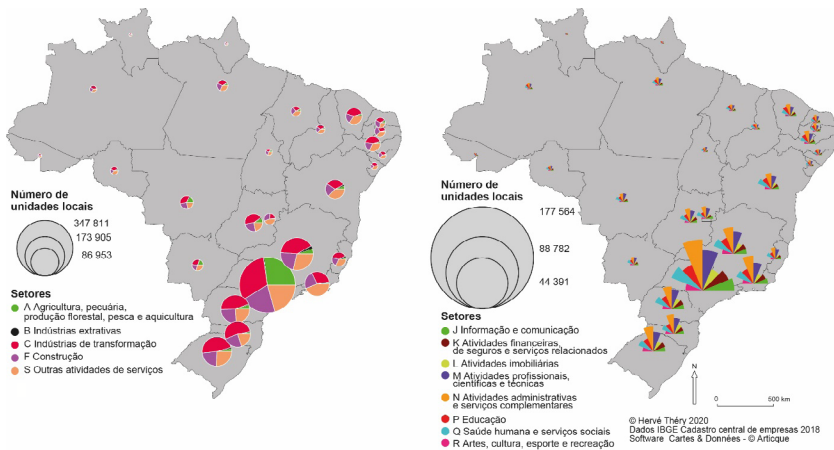
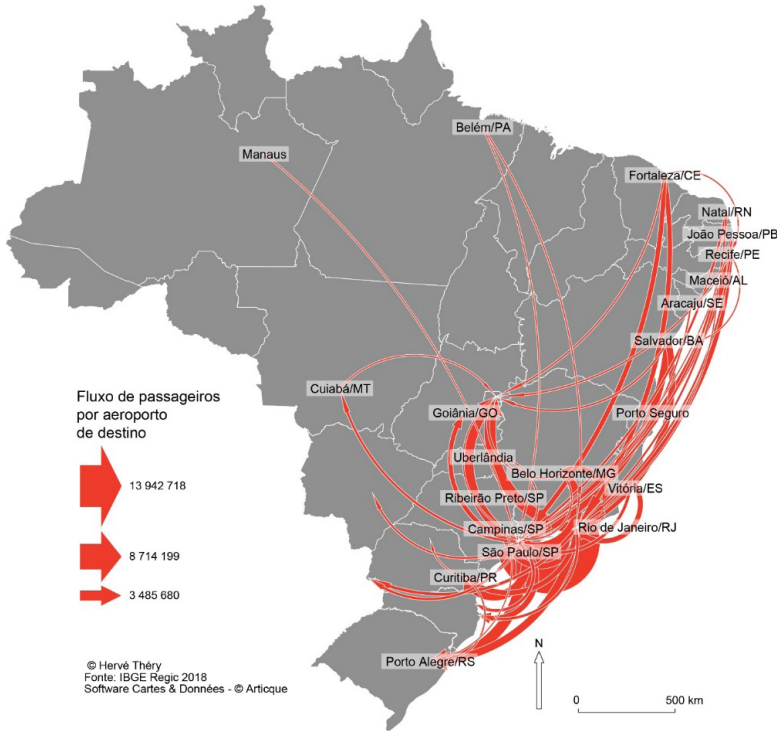


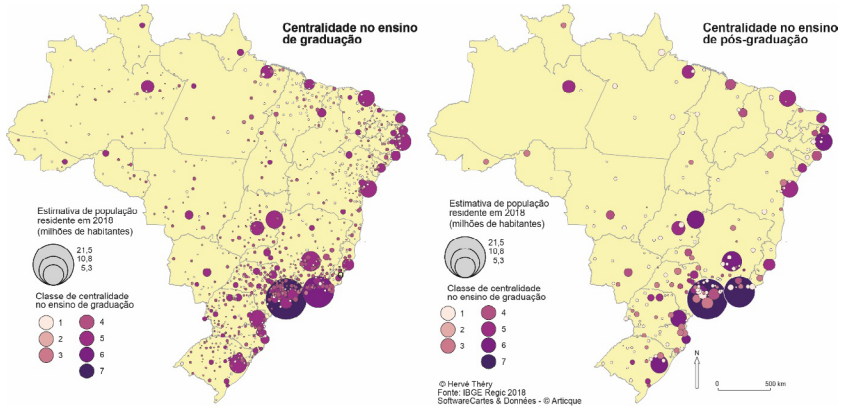
Figura 6 - Fluxo de passageiros nas companhias aéreas



Essa concentração fica ainda mais clara quando tomamos como indicador o número de passageiros de companhias aéreas com destino aos principais aeroportos do país (Figura 6): São Paulo ganha de longe, principalmente na “ponte aérea”, do Rio de Janeiro. O desenho da malha e a espessura dos traços mostram quais pontos do país são atendidos por transporte aéreo e quais ficam de fora. A maior parte do tráfego ocorre ao longo do litoral, principalmente no Sul-Sudeste e secundariamente ao Nordeste, com apenas duas direções perpendiculares, uma relativamente densa em direção à capital, Brasília, e outra, bem mais tênue, em direção às capitais amazônicas, Manaus e Belém.

A concentração de atividades raras se confirma em outro caso, o do ensino superior (Figura 7), e mais ainda na sua parte mais qualificada: se a graduação está presente em cidades médias, a pós-graduação está reservada às metrópoles, e mesmo apenas às maiores se levarmos em consideração sua área de influência (grau de centralidade).

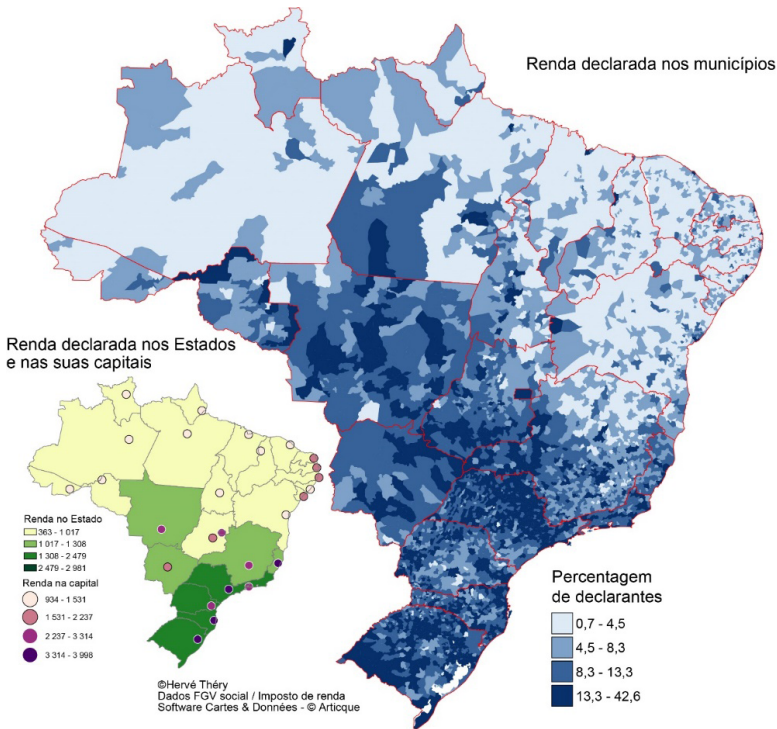
Figura 7 - Centralidade do ensino



Para responder à pergunta “onde estão os ricos?”, pesquisadores da FGV Social usaram dados da Receita Federal sobre as declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2018. Como essas declarações só são obrigatórias acima de uma determinada faixa de renda, é interessante comparar o número de declarantes de cada município com sua população total (aqui, população de 2019 estimada pelo IBGE para o TCU).

A média nacional de declarantes no IRPF era, em 2018, de 14,4 %, menos que a média latino-americana e de muitos países do sul da Europa. Mas essa média nacional esconde fortes disparidades entre as partes do território nacional, como mostra a Figura 8. No nível dos estados já aparece um nível de renda muito superior no Norte e Nordeste e notamos que ele é mais elevado nas capitais do que na média estadual. Na escala dos municípios, as disparidades são ainda maiores, áreas de fragilidade aparecem em alguns estados do Sul, como o centro do Paraná, enquanto, ao contrário, alguns municípios do Norte e do Norte têm altos níveis de declaração (e, portanto, de renda), como a região de mineração de ferro de Carajás ou o polo de agricultura irrigada de Juazeiro-Petrolina. De modo geral, porém, é o predomínio do Sudeste que se confirma, ao qual se deve somar o Centro-Oeste e em particular as regiões produtoras de soja, milho e algodão.

Figura 8 - Renda declarada nos municípios, estados e nas suas capitais



Outra ilustração da situação de marginalização do Norte e Nordeste do país foi cruelmente dada pela epidemia de Covid-19. Embora os primeiros casos de Covid-19 tenham sido relatados em grandes cidades, onde o vírus foi trazido da Europa e da Ásia por turistas com meios suficientes para viajar para lugares distantes, a epidemia atingiu rapidamente os bairros e as regiões mais pobres do país. Postulando que a cartografia tem valor heurístico e explicativo, que ela não mostra simples coincidências, ao apontar para possíveis relações causais, as Figuras 9 e 10 tentam detectar os fatores que estão associados à doença.

Uma série de mapas analíticos por município mostra primeiro semelhanças entre a distribuição dos casos de Covid-19 e a de alguns fatores socioeconômicos, escolhidos entre dezenas de outros, dependendo de sua distribuição espacial e porque há quatro décadas a pesquisa no Brasil nos ensinou que são discriminantes. Esses fatores foram então associados por uma classificação hierárquica ascendente (ACH).

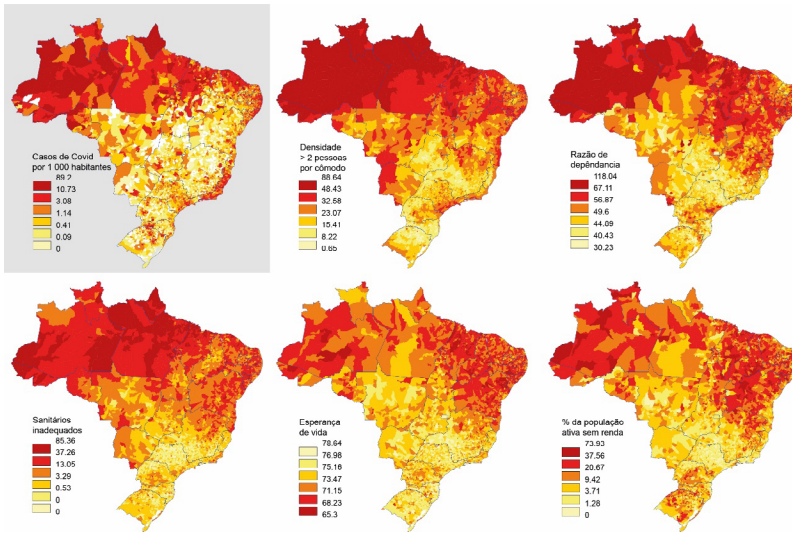
A Figura 10 compara a distribuição dos casos de Covid-19 (primeiro mapa, fundo cinza) com a de fatores socioeconômicos que pareciam estar associados a ele. De cima para baixo e da esquerda para a direita ela mostra:

- Casos de Covid-19 acumulados em 14 de junho de 2020 por 1.000 habitantes na população estimada para 2019;
- Densidade: percentual da população residente em domicílio cuja densidade seja maior que duas pessoas por cômodo;
- Razão de dependência, relação entre a população economicamente dependente e a população economicamente ativa;
- Saneamento inadequado: porcentagem de pessoas que vivem em moradias com abastecimento de água e acesso a esgoto inadequados;
- Esperança de vida ao nascer (gama de cores invertida para destacar valores baixos)
- Porcentagem das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais sem rendimento;
- Analisando esses mapas, podemos ver que a distribuição dos casos (conhecidos) de Covid-19 é semelhante à da pobreza e de seus fatores negativos concomitantes.

A Classificação Hierárquica Ascendente (CAH, também conhecida como métodos de *clusters*, ou agrupamentos) consiste em reunir indivíduos (aqui os municípios) entre si, com base em suas semelhanças para um certo número de variáveis, e associá-los em grupos cujo número pode ser variado (agrupando-os gradualmente, daí o seu nome). Sua representação mais clara é um perfil no qual podemos ver imediatamente, para cada grupo e para cada variável, se ela está acima da média (barras do histograma mais ou menos longas à direita, graduadas em desvios padrões) ou abaixo dela (barras à esquerda). Isso resulta em tipologias que representam uma parte maior ou menor da variância, que pode chegar a uma tipologia em apenas dois grupos que produz – uma vez mapeada – uma oposição muito clara.

A figura 10 é o resultado deste agrupamento em duas categorias, que tem o mérito da simplicidade, opondo os “dois Brasis”, de um lado o “Norte” (Amazônia e Nordeste) e, por outro, o “Sul” (Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Nos perfis abaixo do mapa, os dois grupos são exatamente o oposto um do outro, sempre que um está acima da média, o outro está abaixo e vice-versa, a única diferença, algumas vezes, sendo o comprimento das barras.

Figura 9 - Distribuições de fatores socioeconômicos comparáveis aos casos Covid-19



Portanto, ela mostra claramente uma forte ligação entre os casos de Covid-19 e as desigualdades, o que é lógico porque a pobreza aumenta a dificuldade de respeitar o confinamento, quase impossível quando se tem que sair todos os dias para ganhar dinheiro, para alimentar-se e alimentar os seus filhos.

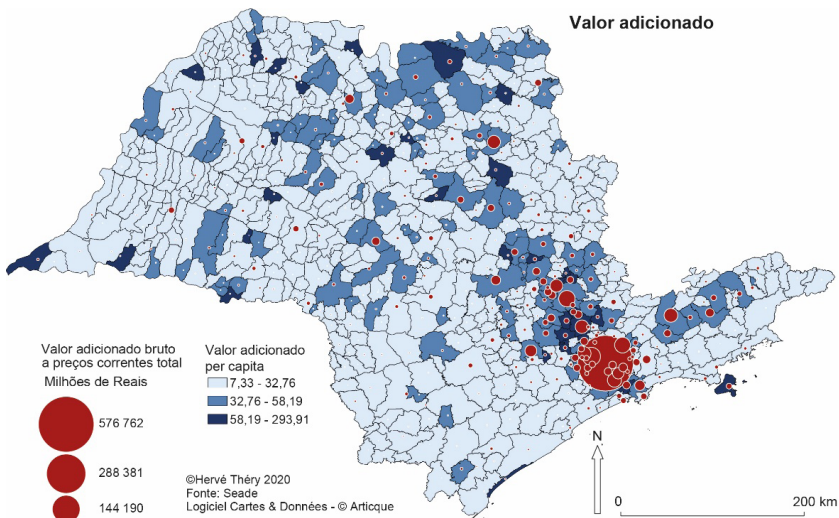
Figura 10 - Fatores associados à epidemia de Covid-19



3. Desigualdades na escala estadual

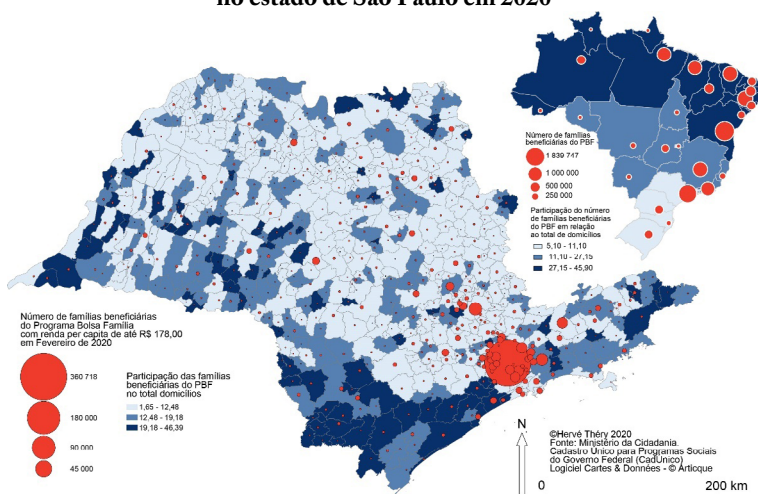
Na escala nacional, portanto, fica claro que as periferias estão nas regiões Norte e Nordeste, enquanto o centro corresponde às regiões Sul e Sudeste. No entanto, não devemos acreditar que essas regiões do Sul sejam homogêneas, como podemos ver examinando o caso do estado mais populoso e rico, São Paulo, que também tem suas desigualdades, seu “centro” e suas “periferias”.

Figura 11 – Índice de desenvolvimento e valor adicionado no estado de São Paulo



Os pontos e eixos fortes do território paulista estão bem evidenciados pelo acúmulo de valor adicionado por município (Figura 11): o estado de São Paulo contém uma parte do “centro” do país, sendo a sua capital a principal das metrópoles que configuram nacionalmente um centro multipolar, incluída em uma faixa privilegiada que vai de Santos ao triângulo mineiro. A concentração da população e da riqueza ao longo deste eixo confirma que as redes de transporte, principalmente rodoviárias, têm um papel crucial num mundo cada vez menos administrado por circunscrições bem delimitadas e cada vez mais invadido por redes de vários tipos, cada vez menos areal e mais reticular.

Figura 12 - Beneficiários do Bolsa Família no Brasil e no estado de São Paulo em 2020



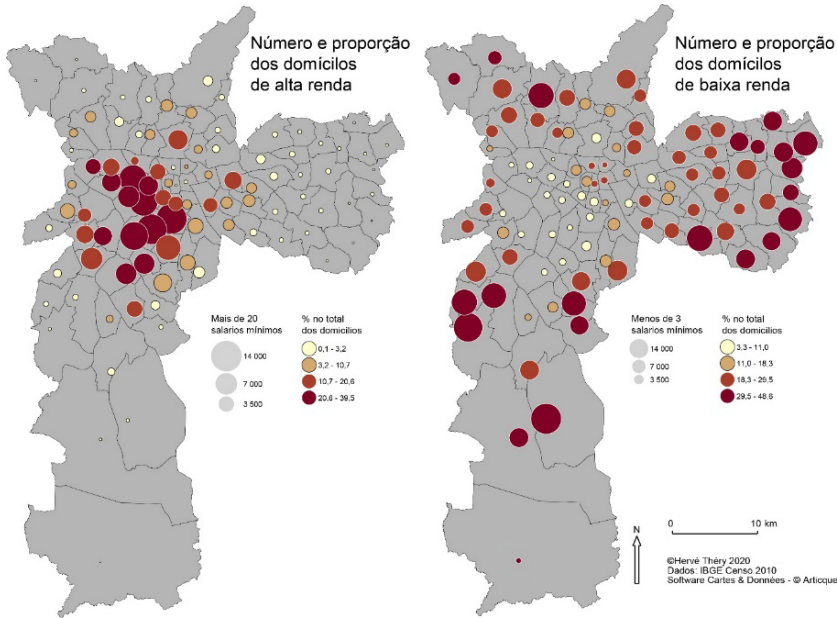
O uso deste indicador, que permite identificar as famílias mais pobres, mostra, portanto, que até o coração do país, em escala nacional, tem suas próprias periferias, e essa oposição se repete quando passamos para a escala intraurbana.

4. Desigualdades urbanas

Existem outras desigualdades em nível de cidade, o que fica bastante evidente se olharmos para o coração do coração, o município de São Paulo, a capital do estado. As populações de renda mais baixa estão fortemente concentradas na periferia da cidade, enquanto as que tem renda mais alta ocupam o centro, como mostra a figura 13, que contrasta o número e a proporção de domicílios que recebem mais de 20 vezes o salário mínimo com aqueles que têm menos de três vezes esse valor, o que os coloca abaixo da “linha da pobreza”.

Embora o valor da renda familiar seja obviamente um bom indicador das disparidades que marcam a cidade, pode ser complementado por outros que dão uma ideia do que significa viver na pobreza. Para isso, podemos usar mais uma vez os dados coletados durante a epidemia de Covid-19, neste caso, o número de mortes que causou, e compará-los com os causados por outras doenças.

Figura 13 - Alta renda e baixa renda em São Paulo

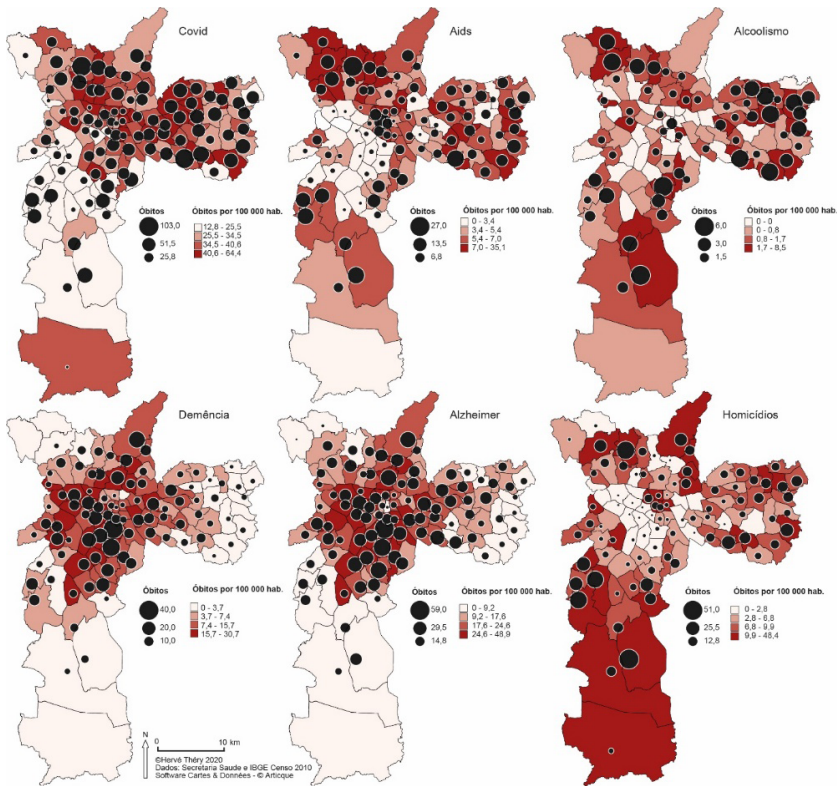


Ao adotar como critério as causas de mortalidade por 100.000 habitantes por distrito de São Paulo, a figura 14 mostra que as mortes causadas por essa epidemia têm uma distribuição que se assemelha à das causadas pela AIDS (no centro e periferia leste da cidade, Zona Leste) enquanto os causados por demência e doença de Alzheimer são típicos do centro, e os causados por alcoolismo e homicídios são típicos da periferia da cidade.

Mas quando vamos dos mapas analíticos ao tratamento estatístico por uma Classificação Hierárquica Ascendente (CAH), as considerações finais são um pouco diferentes. No agrupamento mais completo, em apenas dois grupos (pequena imagem da figura 15), vemos que os casos de morte ligados à pandemia estão associados a outras causas que caracterizam bem a oposição entre centro e periferia. Mas se passarmos de dois para quatro grupos (imagem principal da Figura 15), notamos que desta vez as mortes ligadas à pandemia contribuem para a formação de vários grupos distintos. O Grupo 2, onde desempenham o papel mais limitado, desenha uma transição entre o centro e as periferias. No grupo 1 (grande parte do centro), as mortes ligadas à pandemia estão abaixo

da média, assim como no grupo 3 (partes da periferia onde predominam os homicídios). Já o grupo 4, aquele em que mais pesam, associa as margens norte e leste da cidade ao seu centro, e mesmo aos bairros mais centrais, as áreas em torno das estações ferroviárias em torno das quais a cidade se desenvolveu na época do *boom* do café.

Figura 14 - Causas de óbito em São Paulo

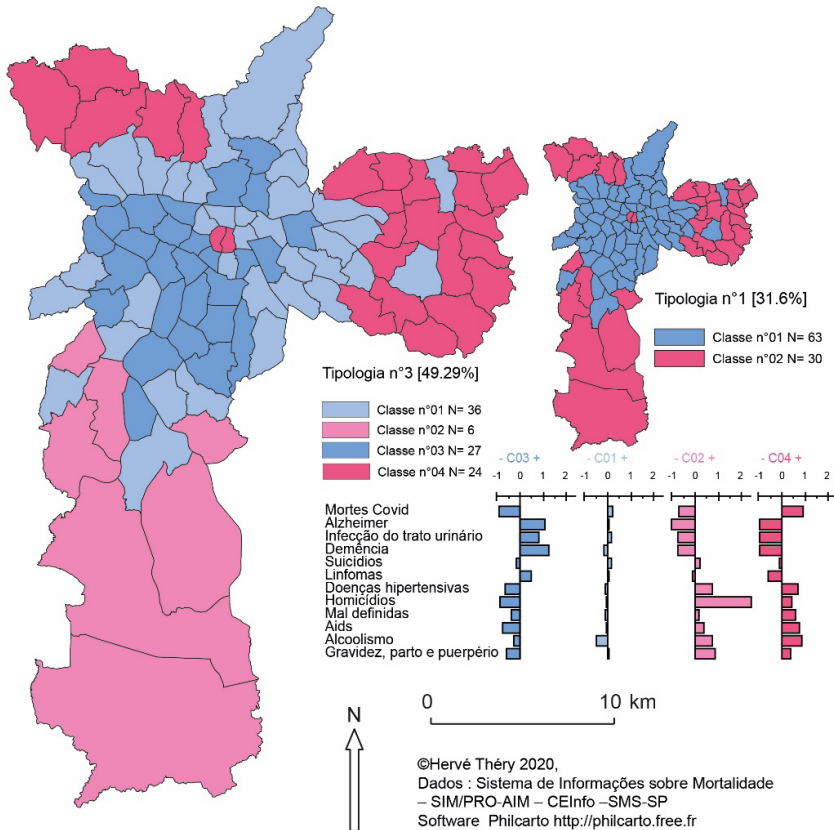


É onde está localizada a Cracolândia (por derivação de crack + lândia = terra de crack), localizada entre duas estações de trem e a antiga rodoviária da cidade de São Paulo. Segundo Bruno Gomes e Rubens Adeno (Ramos e Adeno, 2011):

“Apesar de estar no centro da cidade e de ter sua existência constantemente combatida pelo poder público, também se constitui como um local com regras informais diferentes do resto da cidade em relação

ao uso de drogas. Perto de polos comerciais especializados em diferentes setores, como a rua Santa Ifigênia (polo comercial de eletroeletrônicos) ou a rua Guaianazes (polo de oficinas e venda de peças de motos), a região delimitada pelas ruas Cleveland, Mauá, Nothman, Guaianazes e a avenida Duque de Caxias se constitui como referência importante da venda e consumo de crack, e não só para quem ali habita.”.

Figura 15 - Tipologias das causas de óbito em São Paulo



5. Considerações finais

Podemos, portanto, ver, no final deste *zoom* em busca das desigualdades, que às vezes a periferia pode estar no centro, porque como

dizem os autores de *Les mots de la géographie* (Brunet, Ferras e Théry, 1993): “Os marginalizados tendem a se reunir em lugares característicos, e em geral não nas margens, mas nos centros das cidades, especialmente as mais atraentes: no centro do “centro””. Portanto, não é tão surpreendente que, cruzando as escalas do nacional ao local, encontremos a extrema marginalidade no hipercentro. Podemos, portanto, concluir que, ao contrário do Deus de Pascal, de quem ele disse nas suas *Pensée* que “É uma esfera infinita cujo centro está em toda parte, a circunferência em lugar nenhum”, podemos manter sem – muito – paradoxo que no Brasil as desigualdades são tantas, e tão repetidas de escala em escala, que as periferias (o que Pascal chama de circunferência) estão em toda parte e o centro... também.

Bibliografia

BASTIDE, R., Brésil, terre des contrastes, Paris, Éditions L'Harmattan, 1957.

BRET, B. Pour une géographie du Juste, Lire les territoires à la lumière de la philosophie morale de John Rawls, Presses Universitaires de Paris Ouest, Paris, 2015a.

BRET, B. (2015b), « Notion à la une : justice spatiale », disponível em: <<http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-justice-spatiale>>, acesso: 5/11/2020, 15:24:00.

BRET, B., GERVAIS-LAMBONY, P., HANCOCK, C. et LANDY, F. (dir), Justice et injustices spatiales, Paris, Presses universitaires de Paris Ouest, 2010.

BRUNET, R., FERRAS, R. et THERY, H., Les mots de la géographie, dictionnaire critique, La Documentation Française/ Reclus, Paris, 1993.

FURTADO, C., Formação Econômica do Brasil, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.

PASCAL, B., *apud* Œuvres de Blaise Pascal, Brunschvicg, Boutroux et Gazier éds., Hachette, Paris, 1897-1914, XII, p. 399.

GOMES, B. R. e ADENO, R. de C. F., (), « Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo », *Etnográfica*, vol. 15 (3) | 2011, disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1076>, acesso: 5/11/2020,15:21:00.

RAWLS, J., *A theory of justice*, Harvard University Press, Cambridge, 1971.

REYNAUD, A., *Société, espace et justice*, Presses Universitaires de France, Paris, 1981.

GESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL: LONGE DO DIREITO HUMANO À ÁGUA E DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Wagner Costa Ribeiro

Uma série de ações coordenadas levaram ao caos a gestão socioambiental no Brasil nos últimos dois anos. Construída desde o período colonial, a estrutura institucional que resultou em importantes marcos legais teve apoio até na ditadura militar (1964-1985), mas está ruindo, ameaçando diretamente o patrimônio socioambiental brasileiro.

Curioso observar que esta situação é levada a cabo, sem trocadilho, por um ex-capitão do exército eleito presidente da República, em comunhão com um advogado que ocupa o Ministério de Meio Ambiente.

Para os militares, o domínio e controle do território sempre foi considerado prioritário, em especial a proteção da biodiversidade presente no país, capaz de dotar a sociedade brasileira de insumos relevantes e inovadores nos campos farmacêutico, energético, de novos materiais, nutricionais, entre outros. O controle da Amazônia Azul também é considerado fundamental pelas Forças Armadas não apenas pelas reservas de petróleo, mas, fundamentalmente, porque contém inúmeras formas de vida, base da cadeia alimentar. Em relação à sociodiversidade, os militares, com poucas exceções, nunca entenderam claramente a importância dessa singularidade da formação populacional brasileira e se perdem em arroubos nacionalistas que afetam políticas voltadas aos povos originários.

Já os advogados tiveram, e ainda têm, um papel destacado na construção do aparato jurídico socioambiental brasileiro. Sem citar nomes para evitar injustiças e esquecimentos, basta lembrar a atuação

de alguns deputados constituintes que insistiram, por meio da Frente Ambientalista, em estabelecer um capítulo ambiental na Constituição Federal de 1988. É preciso recordar também dos inúmeros operadores do Direito que atuam em órgãos públicos e privados que consolidaram o Direito Ambiental no Brasil, tanto em termos aplicados, quanto teóricos (Nazo e Mukai, 2003).

Desde sua posse, em janeiro de 2019, o governo Federal mostrou uma grande disposição em desconstruir a estrutura institucional voltada à gestão socioambiental no Brasil. Neste capítulo, são analisadas as ações voltadas a desmontar o aparato jurídico e institucional construído por décadas no país para cuidar do acesso à água. Isto posto, argumenta-se que as ações levam o país para longe do Direito Humano à Água, bem como das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que afasta o país de compromissos internacionais assumidos que podem gerar consequências junto à comunidade internacional.

Para discutir esta situação, foram analisadas alterações promovidas pelo governo Federal por meio de Decretos e outros instrumentos jurídicos, desde sua posse, relacionadas à gestão da água no Brasil.

Inicialmente, apresentam-se o Direito Humano à Água e os ODS vinculados a este tema. Depois, são expostas as estruturas institucionais de gestão da água construídas desde a década de 1930. Por fim, são apresentadas as ações do governo Federal e suas implicações.

1. Direito Humano à Água

Como costuma ocorrer, a tramitação no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) de um tema inovador passa por diversos fóruns de discussão. Neste item são destacados momentos que, de algum modo, podem ser associados à formulação tanto do Direito Humano à Água quanto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

1.1 Direito Humano à Água

Pode-se identificar uma primeira menção ao Direito Humano à Água na Convenção de Genebra, de 1949, que indicava a obrigatoriedade de dar água a prisioneiro de guerra. Este tema avançou mais em

1955, quando foram definidas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos no Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes. Neste documento foi definido que cada prisioneiro devia ter acesso à água para higiene, saúde e alimentação, um preceito básico que foi assimilado, anos mais tarde, como um Direito Humano à Água.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, sediada em Estocolmo em 1972, o tema apareceu relacionado ao controle da poluição. Já o Plano de Ação da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em Mar del Plata, em 1977, definiu que todos devem ter acesso à água na quantidade e qualidade para prover suas necessidades (Vargas, 2000). Daí surgiu uma das dificuldades que acompanhou esta discussão. Como definir a quantidade para cada ser humano? Para tal, é necessário considerar sua inserção social, que evidentemente está associada a uma cultura que envolve a água de forma específica (Ribeiro, 2008). Em outras palavras, um povo originário pode entender a água como uma divindade ou como parte de sua condição de ser no mundo, enquanto, por exemplo, para um industrial ela é um insumo usado na produção.

Em 1979, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Preconceito Contra a Mulher, que afirmava que não deve faltar água às mulheres. A preocupação era garantir o acesso à água de mulheres que viviam no campo, que caminhavam muitas vezes mais que um quilômetro para chegar a uma fonte hídrica, recolher água em um recipiente e retornar até sua moradia. Infelizmente esta situação ainda persiste em muitos países. O Brasil adotou esta convenção por meio do Decreto 4.377, de 2002.

A Década Internacional de Abastecimento de Água e Saneamento, celebrada entre 1980 e 1990, definiu que todos os povos deveriam ter acesso à água a partir da salvaguarda de seu estilo de vida. Esta ideia foi reforçada na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, quando afirmou-se que era preciso assegurar o acesso à água às crianças como uma medida de combate à desnutrição infantil. O Brasil adotou esta convenção por meio do Decreto 99.710, de 1990. Em 1990, a Conferência Global sobre Água Potável e Saneamento, realizada em Delhi, em 1990, reafirmou os princípios da Década Internacional.

Em 1992 destacam-se dois eventos relacionados à água na ordem ambiental internacional (Ribeiro, 2001): a Conferência Internacional sobre a Água e o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Dublin, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. A primeira reafirmou o direito ao acesso à água, mas acrescentou um aspecto novo: por um preço acessível. Estava aberta a possibilidade da cobrança da água e o reforço para a privatização dos serviços de água, que já existia, mas que cresceu muito na década de 1990 com apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Na reunião do Rio de Janeiro definiu-se a Agenda 21, um plano de ação que deveria ter sido implementado para preparar o planeta para o século XXI baseado no desenvolvimento sustentável. Neste documento, o mais detalhado entre os aprovados naquele evento, a água apareceu em vários momentos, mas com destaque para o item 18, que tratou da qualidade e quantidade da água.

Outras reuniões também abordaram o tema, citadas a seguir:

- Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), apontou que a água estava associada também à manutenção da família;
- Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável (Paris, 1998), reafirmou que os recursos hídricos são fundamentais para satisfazer necessidades humanas básicas, vinculadas à saúde e produção de alimentos, entre outros aspectos;
- Resolução da Assembleia Geral da ONU (Nova York, 1999), incluiu, entre o Direito ao Desenvolvimento, o direito à alimentação e acesso à água de qualidade;
- Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), relacionou a dignidade humana ao acesso à água e ao saneamento.

O termo Direito Humano à Água apareceu na reunião do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, realizada em Genebra, em 2002, um órgão do Conselho Econômico e Social da ONU. No Comentário Geral número 15, reconheceu-se que o Direito Humano à Água é fundamental para viver, bem como base para cumprir outros

Direitos Humanos. Este documento estabeleceu algumas premissas que perduraram, como a garantia de acesso à água de qualidade ao longo do tempo para atender demandas pessoais e domésticas.

Em 2005, a Sub-Comissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais definiu um guia para a implementação do Direito Humano à Água potável e ao saneamento. No ano seguinte, o Comitê de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos uma análise para implementar o Direito Humano à Água. Ainda em 2006, a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência reforçou a necessidade de garantir acesso à água limpa às pessoas com deficiência de acordo com suas especificidades.

Em 2007, o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos reafirmou a necessidade de reconhecer o acesso à água potável como um Direito Humano fundamental. Em 2008, o Conselho de Direitos Humanos indicou um perito para analisar o Direito Humano à Água e, no ano seguinte, reconheceu que os países devem combater a discriminação ao acesso à água potável, mas reconheceu, também, a participação da iniciativa privada neste processo.

Finalmente, em 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário como essencial para o exercício dos Direitos Humanos. No mesmo ano, o Conselho de Direitos Humanos assumiu o Direito Humano à Água como base para a dignidade humana e recomendou aos Estados membros atenção à garantia do acesso à água. De acordo com a resolução da Assembleia Geral da ONU, os Estados têm a responsabilidade de garantir os Direitos Humanos à população e, para tal, devem garantir o acesso à água de qualidade, base para manter a dignidade humana e exercer as diversas expressões dos Direitos Humanos. Esta aprovação passou a ser incorporada por outras agências do sistema ONU, vinculando a vários temas, como a promoção da saúde (Neves-Silva e Heller, 2016).

1.2 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os ODS resultaram de uma alteração nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), que será apresentado a seguir.

Uma das críticas mais recorrentes à ONU é a falta de resultados concretos. Talvez para dar uma resposta a estes críticos, em 2000, esta instituição multilateral definiu os ODM, que deveriam ser implementados até 2015, em sua maior parte, que foram apoiados por 191 países. Chamada de Cúpula do Milênio das Nações Unidas, este encontro realizou-se no âmbito da 55ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, que estabeleceu a resolução 55/2, chamada de Declaração do Milênio das Nações Unidas.

A partir da Declaração, que focou no combate à pobreza e em uma tentativa de voltar a globalização para o interesse da maior parte da população mundial, foram estabelecidos oito objetivos, a saber: 1 - erradicar a pobreza extrema e a fome; 2 - universalizar a educação básica; 3 - promover igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4 - reduzir a mortalidade infantil; 5 - melhorar a saúde materna; 6 - combater HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - garantir a sustentabilidade ambiental; 8 - criar uma parceria global pelo desenvolvimento. Este conjunto definiu 21 metas e 60 indicadores a serem acompanhados ao longo dos anos por meio de relatórios encaminhados pelos países.

O tema da água estava no objetivo 7. Entre as quatro metas deste objetivo estava a redução pela metade, até 2015, da quantidade da população sem acesso permanente à água potável e ao saneamento. A base utilizada era o ano de 1990.

O Brasil conseguiu melhorar alguns indicadores relacionados aos ODM:

O percentual de pessoas sem acesso à água no Brasil apresentou redução de 29,9% para 14,5% entre os anos de 1990 e 2012, o que indica que o país já havia atingido parte da respectiva meta em 2012. De 1990 a 2012, o acesso ao esgotamento sanitário cresceu de 53% para 77%, de modo que o Brasil também já havia cumprido esse componente da meta: a população sem acesso ao saneamento básico caiu de 47% para 23%, ou seja, menos da metade do nível de 1990. A população urbana em moradia inadequada no Brasil, por sua vez, caiu de

53,3%, em 1992, para 36,6% em 2012, o que representou um avanço significativo (ROMA, 2019: 37).

Ou seja, o país estava com uma condução firme que garantia o cumprimento das metas.

1.2.1 Dos ODM aos ODS

Uma das decisões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012, também chamada de Rio+20, foi o documento final “O Futuro que queremos”. Nele estava explícito o combate à pobreza, um dos itens introduzidos pela delegação brasileira ao longo das negociações anteriores ao encontro.

O relatório da Rio+20 inspirou uma série de reuniões internacionais que culminaram na 70ª Assembleia Geral da ONU de 2015, que produziu o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que tinha como síntese a frase “não deixar ninguém para trás”. Estava lançada a transição para os ODS, que também teve um grande protagonismo no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Os oito ODM foram desdobrados em dezessete: 1 - erradicação da pobreza; 2 - fome zero; 3 - saúde de qualidade; 4 - educação de qualidade; 5 - igualdade de gênero; 6 - água potável e saneamento; 7 - energias renováveis e acessíveis; 8 - trabalho decente e crescimento econômico; 9 - indústria, inovação e infraestrutura; 10 - redução de desigualdades; 11 - cidades e comunidades sustentáveis; 12 - produção e consumo sustentáveis; 13 - ação climática; 14 - proteção da vida marinha; 15 - proteção da vida terrestre; 16 - paz, justiça e instituições eficazes; 17 - parcerias para a implementação dos ODS. Este conjunto definiu 169 metas.

Contemplada no objetivo 6, a água envolveu 8 metas, a maior parte a serem alcançadas até 2030, sintetizadas a seguir: universalizar o acesso à água de qualidade; universalizar o acesso ao saneamento básico, com especial atenção às mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade; melhorar a qualidade da água, com redução da poluição e aumento da reciclagem de materiais coletados; utilizar a água com

maior eficiência para enfrentar sua escassez para pessoas vulneráveis; promover a gestão integrada dos recursos hídricos, inclusive da água transfronteiriça; proteger ambientes relacionados à água (montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos); ampliar a cooperação internacional para temas relacionados à gestão da água e saneamento; fortalecer a atuação de comunidades locais na gestão da água.

Por meio do Decreto nº 8.892, de 2016, o governo Federal estabeleceu a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), que desenvolveu estudos para avaliar o quanto as metas dos ODS estavam relacionados ao país. Esta comissão teve seu Regimento aprovado por meio da Resolução nº 3, de 6 de dezembro de 2018. Coube ao Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA) desenvolver estudos sobre o tema no Brasil (Silva, Peliano e Chaves, 2018), bem como ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desenvolveu uma matriz para acompanhar os indicadores dos ODS.

Por seu turno, a sociedade civil também se organizou para acompanhar os ODS e colaborar com a implementação de suas metas, como o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030), que produziu vários relatórios anuais (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2020) que mostram o quanto o país retrocedeu a partir de janeiro de 2019.

2. Estrutura de gestão da água no Brasil

Em 1934 surgia o Código das Águas, por meio do Decreto 24.643/34, que definiu a água pública, comum e privada, estabeleceu critérios para a navegação e para o aproveitamento energético da água, entre outros aspectos. Logo após o Código, criou-se o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, por meio do Decreto-lei nº 1.285/39, vinculado à Presidência da República. O Código de 1934 também passou para o Serviço de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral a fiscalização do uso da água, sob a égide do Ministério da Agricultura naquele momento.

A extração de água mineral, por sua vez, teve um código próprio, definido por meio do Decreto-lei 7.841/45. Por isso a gestão da água esteve durante muito tempo vinculada ao Serviço Geológico e

Mineralógico do Brasil e, depois, ao Ministério de Minas e Energia, a partir de sua criação em 1960, por meio da Lei 3.782/60.

Portanto, até a Lei 9.433/97, a regulamentação da água no Brasil estava voltada ao seu aproveitamento hidrelétrico, navegação e exploração mineral. O abastecimento humano ficou em segundo plano. A partir dela observa-se uma mudança fundamental: a água passa a ser um recurso natural limitado de domínio público com valor econômico.

Outra alteração de destaque é a prioridade de abastecimento humano e dessedentação animal em situações de escassez. O uso múltiplo da água passou a ser o modelo de gestão, o que ampliou a associação da água para além da geração de energia, relacionando-a à produção agrícola, abastecimento humano, lazer e produção pesqueira. Também nesta lei foi estabelecida a Política Nacional dos Recursos Hídricos, os planos de recursos hídricos (preferencialmente por bacia hidrográfica), o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos e a gestão por meio dos Comitês por Bacia Hidrográfica. Em termos econômicos, a lei estabeleceu a possibilidade da cobrança da água e definiu a criação de agências de água para cada Comitê, que acabaram ficando com a gestão dos recursos financeiros.

A criação da Agência Nacional de Águas (ANA) foi fundamental, por meio da Lei 9.984, de 2000, para o arranjo da governança da água no Brasil. Cabe à ANA fiscalizar o uso da água, definir outorga, monitorar a qualidade da água, entre outras atribuições.

Em relação ao saneamento básico, a Lei 11.445 de 2007 definiu os termos, metas e, em especial, o objetivo central: universalizar o acesso. Também avançou ao relacionar abastecimento hídrico, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta e destino final de resíduos sólidos urbanos como itens do saneamento básico em prol da saúde coletiva e da proteção ambiental.

Rebouças, Braga e Tundise (2002) indicam que os caminhos para a construção da estrutura de gestão da água no Brasil foi tortuosa, com avanços após a década de 1990. Ribeiro (2009) mostra que a governança da água no país era frágil por não envolver os principais agentes políticos. Mas mesmo com essas ressalvas, existia uma diretriz que ao menos permitia uma maior fiscalização das ações dos governos pela sociedade. Esta estrutura institucional foi duramente afetada, como será demonstrado.

3. Mudanças a partir de janeiro de 2019

De acordo com Gusmão e Pavão (2020), o governo empossado em janeiro de 2019 rapidamente despachou uma série de Decretos que reformaram a estrutura de gestão socioambiental no Brasil. Esta situação pode causar sérias consequências internacionais, como advertiram ex-ministros de Meio Ambiente do Brasil, reunidos em evento no Instituto de Estudos Avançados da USP realizado em 2019 (IEA, 2019), bem como por Mello-Théry (2019).

No caso da água não foi diferente e começou por meio do Decreto 9.666, de 2 de janeiro de 2019, um dia após a posse, que transferiu a ANA e o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Desenvolvimento Regional, sem justificar. Este mesmo instrumento criou também a Secretaria Nacional de Saneamento no mesmo ministério.

A ANA, por meio da Lei 14.026 de 25 de julho de 2020, passou a ter também a incumbência de estabelecer a regulação do saneamento básico, com alteração de seu nome para Agência Nacional de Águas e Saneamento. Trata-se de um percurso que começou com o governo de Michel Temer, após o golpe que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, por meio da Medida Provisória 844, de 9 de julho de 2018, que visava alterar as atribuições da ANA, que passaria a regular também as ações de tratamento de esgoto, drenagem urbana e limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos.

Cabe lembrar que no Brasil o termo saneamento básico englobou os seguintes itens: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos. A MP em questão visava levar parte dos itens definidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos para a ANA. Além disso, visava manter os contratos das empresas estatais e/ou mistas que atuam nos serviços de abastecimento hídrico e de saneamento básico nos municípios do país de modo a evitar concorrência com novos atores internacionais interessados no controle dos recursos hídricos no Brasil.

Ficou a cargo do Deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) apresentar o Projeto de Lei 10.996, em 20 de novembro de 2018, que incorporou os termos da citada MP em sua justificativa. A intenção era, em regime de urgência, alterar a Lei 9.984, de 2000. Enviado em final de

mandato, o PL não conseguiu avançar e foi apensado ao Projeto de Lei 4.162, de 2 de agosto de 2019, encaminhado pelo governo Federal à Câmara dos Deputados. Por se tratar de um projeto de Lei, foi submetido às casas legislativas do país (Câmara dos Deputados e Senado Federal), que alterou o teor inicial proposto pelo governo.

O PL caminhou de modo célere com a formação de uma Comissão Especial, que, em seu relatório final, apontava a necessidade de ampliar a participação do capital privado nos serviços de saneamento, que atuava em 6% dos municípios do Brasil. A Comissão alegava que a falta de recursos para ampliar os serviços de saneamento, estimados em 22 bilhões de reais não justificados, deveria flexibilizar o conjunto legislativo para permitir uma maior presença do capital privado. Para tal, caberia à ANA definir regras nacionais, eliminando as 49 agências reguladoras que atuavam em cerca de 2.906 municípios. Para a Comissão, 48% dos municípios brasileiros não tinham qualquer regulamentação sobre o tema, o que afugentaria o capital privado. De acordo com a Comissão, a livre concorrência por meio de processos licitatórios (que poderiam envolver ou não um grupo de municípios) aumentaria o acesso à água e à coleta de esgoto no Brasil.

Em paralelo, o Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou em 12 de junho de 2019 o PL 3.261, que tramitou no Senado. Este projeto também previa maior participação do capital privado ao flexibilizar a formação de blocos de municípios que poderiam firmar contratos com empresas públicas e privadas. Ele também previa a delegação dos titulares a qualquer entidade reguladora, sem explicitar se estadual, federal ou agência já estabelecida, bem como parâmetros gerais para a cobrança dos serviços.

A aprovação na Câmara dos Deputados encontrou oposição de partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que tentaram retirar o projeto da pauta, bem como introduzir emendas, sem sucesso. Em dezembro de 2019, o projeto foi aprovado e enviado ao Senado. Nesta casa, foi apensado ao PL 3.261. Após tramitar por Comissões internas, foi aprovado, resultando na Lei Ordinária 14.026/2020.

Não satisfeito com os termos acordados na Câmara e no Senado, o governo Federal apresentou 12 vetos, o que revela seu caráter pouco afeito ao diálogo com parlamentares e demais esferas de poder do Brasil. A maior parte dos vetos veio do Ministério da Economia, que não

queria comprometer o governo Federal com participações em indenizações e em apoio técnico e financeiro aos municípios. Além disso, um dos vetos barrou o controle do Plano Nacional de Saneamento Básico pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O mais controverso foi o do artigo 16, que retirou das empresas estatais que atuam nos serviços de saneamento a possibilidade de renovar por mais 30 anos seus contratos sem necessitar passar pelo processo de licitação preconizado na nova lei.

O conjunto de vetos gerou muita repercussão entre senadores e deputados, que alegaram que o governo não cumpria sua parte no acordo pela aprovação do PL, principalmente o veto à renovação dos contratos das estatais por mais 30 anos. Parte das críticas apontaram que esta estratégia visava desvalorizar as estatais, facilitando sua privatização. Outras combateram o fim do investimento cruzado, que obrigava empresas (públicas ou privadas) a investirem em áreas mais afastadas ao mesmo tempo em que atuam em municípios e ou regiões metropolitanas mais densas em termos populacionais, e, portanto, mais lucrativas.

Em mais uma demonstração do caráter autoritário do governo empossado em janeiro de 2019, a participação da sociedade civil foi praticamente extinta, bem como uma série de colegiados, por meio do Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019. Este Decreto afetou diretamente a CNODS, que foi extinta e até a conclusão deste texto não tinha sido reestabelecida.

Indicadores de acesso à água e ao saneamento no Brasil indicam uma desigualdade regional, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem atendida por rede de abastecimento de água e de tratamento de esgoto, por Grande Região e Brasil

	Acesso à água		Coleta de esgoto		Índice de tratamento de esgoto	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Gerado	Coletado
Centro-Oeste	89,7	97,6	57,7	63,6	56,8	93,2
Nordeste	73,9	88,2	28,3	36,7	33,7	82,7
Norte	57,5	70,4	12,3	15,8	22,0	82,8
Sudeste	91,1	95,9	79,5	83,7	55,5	73,4
Sul	90,5	98,7	46,3	53,1	47,0	94,6
Brasil	83,7	92,9	54,1	61,9	49,1	78,5

Fonte: Brasil, 2020, p. 58.

A tabela indica que a região Norte, apesar de dispor de volumes extraordinários de água, é a que apresenta menor porcentagem de acesso à água em áreas urbanas e os piores indicadores de coleta de esgoto. Apenas as regiões Centro-Oeste e Sudeste coletam mais da metade do esgoto gerado, mas tratam menos de 60% coletado. A região Norte também é a que menos coleta o esgoto gerado (22%), mas trata mais, percentualmente, que o coletado no Sudeste.

Medidas adotadas a partir de janeiro de 2019 indicam que estes indicadores dificilmente serão alterados no médio prazo. Elas apostam no movimento contrário ao verificado em muitos países, que privatizaram os serviços de água e saneamento na década de 1990 e que, depois de verificarem que os indicadores não melhoraram, retomaram a gestão pública destes serviços. Berlim, Buenos Aires e Paris estão entre importantes cidades que adotaram este caminho, que somavam, em 2015, 100 milhões de pessoas (Kishimoto; Lobina e Petitjean, 2015).

Além disso, ao diminuir a presença da sociedade civil em conselhos nacionais, reduz-se a capacidade de fiscalização de projetos, o que reafirma o caráter autoritário do governo e caminha contra a necessária transparência na gestão da água (Empinotti, Jacobi e Fracalanza, 2016).

Em um cenário de profunda crise econômica, o saneamento básico deve ser usado no Brasil como instrumento para dinamizar diversas atividades econômicas. Os quatro eixos (oferta de água de qualidade, coleta e tratamento de água, gestão de resíduos e drenagem urbana) podem gerar milhares de empregos pelo país, melhorar os indicadores de saneamento básico e ajudar a conquistar as metas dos ODS. cabe ao governo Federal promover políticas públicas que estimulem tais atividades em convênios com unidades da Federação e municípios.

4. Considerações finais

Resgatar alguns compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como convenções que fundamentaram o Direito Humano à Água e os ODS, teve por objetivo mostrar que o Brasil não está isolado do resto do mundo. Ao contrário, é um país que teve, até recentemente, destaque na ordem ambiental internacional ao propor ações e metas em prol da conservação ambiental, o que gerou um reconhecimento junto aos demais.

Porém, esta posição está ameaçada pelo conjunto de Decretos e de alterações na estrutura organizacional do acesso à água e ao saneamento no Brasil.

A gestão da água foi direcionada para o Ministério de Desenvolvimento Regional, perdendo seu caráter conservacionista de quando estava vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Uma nova lei de gestão da água foi aprovada apostando na privatização dos serviços, indo na direção contrária de muitos países. Além disso, o desmonte de conselhos nacionais, como a CNODS, esvazia a presença da sociedade civil, rompendo com uma das premissas dos ODS, que visa fortalecer a presença de lideranças de comunidades locais na gestão da água. Esta situação certamente vai impedir que o país avance nas metas dos ODS.

A população brasileira tem uma grande responsabilidade nas eleições de 2022. Mudar ou deixar o país perder-se no cenário internacional em meio ao desmatamento, à desregulamentação institucional socioambiental e ao descrédito junto à comunidade internacional.

Bibliografia

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: **25o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2019**. Brasília: SNS/MDR, 2020.

EMPINOTTI, V. L.; JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. **Transparência e a governança das águas. Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p.63-75, 2016. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880006>.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2020. https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2020/08/por_rl_2020_web-1.pdf

GUSMÃO, P.P. de e PAVÃO, B.B.M. (Des)construção da gestão ambiental no Brasil: de Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020).

AMBIENTES. Volume 2, Número 2, p. 218-277, 2020 <https://doi.org/10.48075/amb.v2i2.26588>.

KISHIMOTO, S.; LOBINA, E.; PETITJEAN, O. **Eau publique, eau d'avenir: L'expérience mondiale de la remunicipalisation**. Amsterdam, Londres, Paris, Le Cap et Bruxelles: Transnational Institute (TNI), Public Services International Research Unit (PSIRU), l'Observatoire des multinationales, Municipal Services Project (MSP), la Fédération syndicale européenne des services publics (FSESP/EPSU), France Eau Publique et Aqua Publica Europea, 2015.

MELLO-THÉRY, N. A. de. Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental. **Confins**, 501, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.21182>.

NAZO, G. N.; MUKAI, T.. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e relevância do direito internacional do meio ambiente. In: RIBEIRO, W. C.. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2003, pp. 91-121.

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência e saúde coletiva**, v. 21, n. 6, p. 1861-1870, 2016 <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.03422016>.

REBOUÇAS, A. C., BRAGA JR., B. P. F., TUNDISI, J. G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

RIBEIRO, W. C. (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROMA, J. C. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1p. 33-39, 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

SILVA, E. R. A. da, PELIANO, A. M., CHAVES, J. V. **Agenda 2030 – ODS- Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IPEA, 2018. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf.

VARGAS, E. V. Água e relações internacionais. **Revista brasileira de política internacional**, v. 43, n. 1, p. 178-182, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100010>.

A RETERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA NO BRASIL 2016-2020

Rodrigo R.H.F. Valverde

A política cultural brasileira é, há tempos, objeto de vivas polêmicas: pensadores liberais e marxistas denunciam por diferentes razões o dirigismo cultural expresso na construção da nacionalidade brasileira, visto como um vício que marginalizou diversos grupos sociais e suas representações ao longo do século XX; contraditoriamente, sob o olhar de pensadores conservadores, a fragmentação e a multiplicação dos financiamentos públicos a eventos ou produtos culturais privados se colocavam como desperdício de recursos públicos em um país com graves problemas na prestação de serviços essenciais, como os de saúde e educação. Acrescentamos ainda que a distribuição dos equipamentos culturais, dos financiamentos e dos eventos sempre foi bastante concentrada na região Sudeste do território brasileiro, a despeito de regulamentações constitucionais que sugerissem isonomia entre regiões. Tais polêmicas não são recentes, mas, a partir de 2016, posteriormente ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, demonstraram ruptura de objetivos e formas de ação. Sugerimos que o direcionamento da política cultural segue uma nova forma ideológica, de cunho conservador, em sua concepção de cultura. Por vezes sob a justificativa da contenção orçamentária, por outras vezes sob o apelo à moralidade cristã, há clara intencionalidade no acelerado processo da reterritorialização da cultura (HAESBAERT, 2003) como política nacional desde 2016.

Os governos do presidente Michel Temer (2016-2018) e do presidente Jair Bolsonaro (2019-) tiveram como ponto em comum a redução em número, em qualidade e em distribuição territorial das políticas

públicas culturais. Diante disto, propomos uma investigação dos padrões geográficos de fechamento de instituições, redução na distribuição de financiamento de projetos culturais privados e cancelamento de políticas públicas com impacto territorial. Essas análises serão concentradas nos dados públicos disponibilizados pelo sistema SALICNET (Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura, MinC), nos termos de portarias e leis referentes à cultura, como a Lei Rouanet e a Lei de Incentivo à Cultura, além dos discursos realizados por ministros, secretários especiais e agentes da cultura. Por último, de modo mais especulativo, pretendemos encontrar traços do sentido geográfico de um novo projeto cultural bancado pelo governo federal, diferenciado pelo sentido informal, mas ainda presente como força territorial.

Nesta guerra cultural (MITCHELL, 2000; VALVERDE, 2019 e 2020), coloca-se em exercício uma poderosa estratégia que tenta desviar ou relativizar as formas de sensibilização dos indivíduos de espaços mediados por valores e ideias progressistas, em instituições regidas por princípios das regras de convivência da vida em sociedade. Em substituição a estas formas de sensibilização, sugere-se aquilo que Gramsci havia classificado como restauro, ou seja, uma renovação dos valores conservadores a partir de suas concepções comunitárias, novamente projetada sobre a sociedade como um todo a partir de um conjunto de espaços que fogem aos limites da reprodução das instituições modernas. Por exemplo, seria por intermédio dos cultos religiosos cristãos, de certos sítios eletrônicos da *internet*, dos clubes de tiro e caça, dos círculos policiais, milicianos e militares e de um apelo aos símbolos ocidentais que se colocariam em curso o processo de purificação do país. Ao fazê-lo, argumenta-se pela existência de uma essência brasileira a ser defendida de um risco provido pela diversidade cultural e identitária promovida por um suposto intelectualismo e vanguardismos artísticos e acadêmicos.

Sugerimos então que a investigação da reterritorialização da cultura no Brasil não é um meio urgente e temporário para se alcançar a estabilidade financeira, mas um fim em si mesma. Sua realização contínua mobilizaria um poder político para além dos centros urbanos mais habituais, alterando os processos políticos de legitimação e construção de consensos. Esta desterritorialização/reterritorialização revelaria

claramente o sentido ideológico do governo federal nos últimos 4 anos, reconhecendo apenas uma identidade brasileira e a condicionando aos limites conservadores da nação.

1. Pistas sobre a distribuição do desaparelhamento da cultura no Brasil

O primeiro sinal de reterritorialização da cultura se projeta pela redução da estrutura pública diretamente vinculada à gestão federal. Em um plano jurídico-administrativo, pode parecer banal a redução de estatuto do antigo Ministério da Cultura para uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ligada ao Ministério do Turismo. Porém, tal redução de estatuto possui efeitos territoriais, como o desmonte de escritórios regionais da Secretaria Especial da Cultura (MinC) nos municípios do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Belém. Tais escritórios se mostravam estratégicos para uma descentralização das atividades operacionais em escala regional (inventários, gestão de bens, auxílio à prestação de contas etc.), além de facilitar o processo geral do financiamento de ações privadas por meio da Lei Rouanet. A redução do orçamento ligado à cultura também se mostra significativa, sobretudo quando é acompanhada pelo crescimento do PIB (tabela 1).

Tabela 1 - Tendência de queda do orçamento da cultura em período de crescimento do PIB (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Orçamento Cultura (bilhões de reais)	2,34	2,18	2,1	1,98	1,87
PIB (trilhões de reais)	6,3	6,6	6,8	7,3	7*

* Estimativa do Banco Central. Fontes: IBGE e Portal da Transparência.

O fechamento dos escritórios é acompanhado pela diminuição do quadro de funcionários e de sua capilaridade no território. Kátia Bogéa, ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2017-2019), revelou, em audiência da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados em novembro de 2017, que a instituição

possuía 516 cargos vagos. O número seria próximo aos dos cargos efetivos quando da audiência (678 servidores), sem cumprimento do Plano Especial de Cargos da Cultura, Lei 11.233/2005). Situação semelhante viveria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), outra autarquia vinculada à Secretaria Especial de Cultura. Apesar de sua extinção ter sido revertida após o incêndio do Museu Nacional em Setembro de 2018, seu ex-presidente, Paulo Amaral (2019-2020), chamava atenção na reunião da Comissão de Cultura de Agosto de 2019 que contava apenas com 435 servidores efetivos dos 800 cargos previstos pela Lei 11.960/2019. A Fundação Rui Barbosa e seus 113 servidores efetivos lotados na cidade do Rio de Janeiro passam, em 2020, por um processo de extinção e transferência de parte de seu patrimônio para o IBRAM.

Em Julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro defendia explicitamente que a reterritorialização e a redefinição da cultura eram partes das suas preocupações. Ao mesmo tempo em que tentava justificar a exoneração do presidente da Ancine (Agência Nacional de Cinema), sugeria que os principais escritórios, sedes, autarquias e departamentos vinculados à Secretaria Especial de Cultura deveriam ser realocados em Brasília. Ainda que as leis confirmem autonomia e normas para os seus processos, Bolsonaro revelava sua intenção de interferência no financiamento do cinema e do setor cultural em geral ao afirmar que “A cultura vem para Brasília e vai ter um filtro sim, já que é um órgão federal. Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine” (Jornal Nacional, 2019). Se os números da redução de quadros se mostram maiores em grandes centros como aqueles notados no Rio de Janeiro, tradicional polo da política cultural brasileira, os efeitos são observados no Brasil como um todo.

Nota-se ainda tendência ao fechamento, suspensão e cancelamento de políticas culturais, como os Pontos de Cultura. A chancela “às atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura” foi reduzida pelo atraso dos novos editais e repasses, mesmo com a capilaridade territorial que atingiram até 2016. A partir de auditorias do Ministério Público estadual e/ou federal, foram apontados problemas na prestação de contas e na

documentação que o antigo Ministério da Cultura havia avaliado como relativos à inexperiência. Porém, a partir de 2018, as cobranças judiciais apresentam, como consequência, menor impacto do Programa Cultura Viva da Secretaria Especial de Cultura. Com a diminuição de funcionários e do orçamento da cultura, o processo de orientação dificulta as novas propostas trazidas pelos agentes culturais. A transição de um modelo de convênio para um modelo de prêmio nas transferências de recursos facilitava o controle por parte do poder federal, mas estabelecia uma dependência do interesse na abertura de editais, sempre limitados pelo calendário eleitoral. Apesar do aumento registrado no número de agentes cadastrados, que chegou a mais 4.200 agentes em 2020 via autodeclaração, muitos não haviam jamais recebido auxílio por parte do governo federal. A realização do Cadastro para Certificação de Ponto de Cultura foi constituída em plano digital, sem materialização de apoio financeiro, na expectativa de que isso interferisse na concessão dos prêmios previstos em editais no futuro.

Notam-se duas tendências gerais. A primeira é de ordem burocrático-administrativa e se projeta pela estabilização do orçamento em uma faixa abaixo do 0,2% da Lei Orçamentária Anual (variou entre 0,19% e 0,13%, no período de 2016 e 2020), contrariamente à tendência observada na década anterior e muito distante dos pleitos jamais atingidos de 0,5% que animavam os debates da cultura no passado recente. Para sustentar esse novo patamar orçamentário, confia-se na diminuição dos custos fixos, sobretudo pelo fechamento de escritórios regionais, limitação dos novos concursos e redução e cancelamento de políticas públicas como a Cultura Viva. A segunda tendência é de virtualização de atendimentos, reduzindo os escritórios regionais e promovendo estímulos à redução do quadro de servidores via Plano de Demissão Voluntária (PDV).

2. Efeitos territoriais das reduções de projetos e investimentos via Lei Rouanet

Entre 1993 e 2016, o aumento em número de projetos, de valores contemplados e dos tipos de atividades garantiram um momento de expansão de atividades culturais no território nacional por intermédio da

Lei 8313/1991, conhecida como Lei Rouanet. Por intermédio da renúncia fiscal, a Lei Rouanet ampliava as condições de mecenato no Brasil, formalizando e regularizando-as, sob os limites das reformas políticas do Estado realizadas durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992). As tentativas de contenção da inflação envolveram privatizações e cortes orçamentários que tiveram particular expressão no que tange à política cultural: o Ministério da Cultura foi reduzido ao estatuto de uma Secretaria vinculada à presidência e boa parte de suas políticas foram descontinuadas. Defendia-se igualmente que as políticas culturais até então vinham associadas a uma tentativa de produção de uma identidade nacional necessariamente contaminada pelo ufanismo do Regime Militar (1964-1985). Como substituta, a Lei Rouanet sugeria então uma forma de captação de recursos por parte de agentes culturais junto a agentes privados que, pela mediação financeira do Estado, direcionaria recursos de até 6% do imposto de renda devido para pessoas físicas e 4% do imposto de renda para pessoas jurídicas. Até 2016, a ampliação que se observou no financiamento privado legitimado e estimulado pelo Estado foi, grosso modo, contínua, tendo alcançado cerca de 1 bilhão de reais distribuídos em cerca de 6.200 projetos por ano. No século XXI, os valores da renúncia fiscal alcançaram projetos em todas as unidades da federação, ainda que desigualmente distribuídos: de um modo geral, quatro unidades da federação (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Minas Gerais) reuniam, em média, 80% dos valores captados e número próximo a 66% dos projetos aprovados (tabela 2, tabela 3 e tabela 4).

Tabela 2 - Média anual de projetos aprovados pela Lei Rouanet por Unidade Federativa, 2010-2020

	2010-12	%	2013-15	%	2016-18	%	2019-20	%
TOTAL	7.153	100	5.958	100	5.114	100	3.731	100
CENTRO OESTE	348	4,86	242	4,06	196	3,83	196	5,25
DF	174	2,43	118	1,98	94	1,83	74	1,98
GO	111	1,55	80	1,34	61	1,19	85	2,27
MT	41	0,57	29	0,48	22	0,43	21	0,56
MS	21	0,29	15	0,25	18	0,35	16	0,42

continua

Tabela 2 - Média anual de projetos aprovados pela Lei Rouanet por Unidade Federativa, 2010-2020 (continuação)

	2010-12	%	2013-15	%	2016-18	%	2019-20	%
NORDESTE	620	8,66	499	8,37	369	7,21	326	8,73
AL	8	0,11	5	0,08	4	0,07	5	0,13
BA	252	3,52	185	3,1	92	1,79	71	1,9
CE	137	1,91	115	1,93	89	1,74	75	2,01
MA	20	0,27	18	0,3	17	0,33	17	0,45
PB	29	0,4	18	0,3	25	0,48	29	0,77
PE	128	1,78	105	1,76	102	1,99	81	2,17
PI	12	0,16	16	0,26	10	0,19	19	0,5
RN	16	0,22	26	0,43	21	0,41	15	0,4
SE	15	0,2	8	0,13	6	0,11	11	0,29
NORTE	79	1,1	59	0,99	85	1,66	84	2,25
AC	3	0,04	2	0,03	1	0,01	1	0,02
AP	3	0,04	2	0,03	1	0,01	1	0,02
AM	18	0,25	14	0,23	24	0,46	18	0,48
PA	40	0,55	31	0,52	39	0,76	40	1,07
RO	6	0,08	4	0,06	4	0,07	12	0,32
RR	1	0,01	0	0	2	0,03	2	0,05
TO	6	0,08	4	0,06	13	0,25	9	0,24
SUDESTE	4.919	68,7	3.948	66,26	3.245	63,45	2.186	58,59
ES	60	0,83	48	0,8	55	1,07	51	1,36
MG	776	10,84	756	12,68	636	12,43	446	11,95
RJ	1729	24,17	1209	20,29	944	18,45	599	16,05
SP	2353	32,89	1933	32,44	1608	31,44	1090	29,21
SUL	1.187	16,59	1.211	20,32	1.220	23,85	940	25,19
PR	364	5,08	407	6,83	389	7,6	304	8,14
RS	508	7,1	505	8,47	538	10,52	406	10,88
SC	314	4,38	298	5	292	4,47	229	6,13

Fonte: Autoria própria a partir de dados dispostos no Salicnet, disponível em

<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>.

Tabela 3 - Média anual de valores captados pela Lei Rouanet por Unidade Federativa, 2010-2020, em milhões de reais

	2010-12	%	2013-15	%	2016-18	%	2019-20	%
TOTAL	1.256,35	100,00	1.267,13	100,00	1.211,99	100,00	923,91	100,00
CENTRO OESTE	33,18	2,64	23,93	1,88	22,42	1,84	18,48	2,00
DF	21,01	1,67	16,65	1,31	14,21	1,17	12,10	1,3
GO	7,23	0,57	4,12	0,32	3,99	0,32	3,09	0,33
MT	2,69	0,21	2,01	0,15	2,13	0,17	1,74	0,18
MS	2,23	0,17	1,14	0,08	2,08	0,17	1,53	0,16
NORDESTE	65,67	5,22	59,52	4,69	56,74	4,68	38,32	4,14
AL	1,14	0,09	0,35	0,02	0,50	0,04	0,61	0,06
BA	16,51	1,31	16,43	1,29	14,04	1,15	4,07	0,44
CE	15,67	1,24	12,80	1,01	16,61	1,37	14,07	1,52
MA	5,37	0,42	2,17	0,17	3,11	0,25	4,01	0,43
PB	1,20	0,1	0,55	0,04	1,70	0,14	1,10	0,11
PE	19,95	1,58	18,13	1,43	15,82	1,30	11,76	1,27
PI	2,47	0,19	1,21	0,09	1,28	0,1	0,73	0,07
RN	2,40	0,19	7,20	0,56	2,75	0,22	0,91	0,09
SE	0,92	0,07	0,64	0,05	0,88	0,07	1,01	0,1
NORTE	14,87	1,18	8,19	0,64	9,80	0,80	11,63	1,25
AC	0,15	0,01	0,04	0*	0,00	0	0,01	0*
AP	0,05	0*	0,02	0*	0,09	0*	0,00	0
AM	2,33	0,18	2,37	0,18	2,33	0,19	2,19	0,23
PA	11,36	0,90	3,94	0,31	5,37	0,44	8,14	0,88
RO	0,78	0,06	1,28	0,1	1,37	0,11	0,60	0,06
RR	0,03	0*	0,00	0	0,02	0*	0,11	0,01
TO	0,14	0,01	0,52	0,04	0,60	0,04	0,54	0,05
SUDESTE	997,26	79,00	1.008,78	79,61	955,14	78,80	723,31	78,28
ES	8,97	0,71	8,23	0,64	10,08	0,83	12,78	1,38
MG	126,98	10,10	128,06	10,10	125,68	10,36	124,15	13,43
RJ	318,65	25,36	310,46	24,5	260,40	21,48	162,07	17,54
SP	542,65	43,19	562,01	44,35	558,96	46,11	424,29	45,92
SUL	145,35	11,56	166,70	13,15	167,87	13,85	132,15	14,30
PR	44,59	3,54	51,10	4,03	53,01	4,37	43,19	4,67
RS	68,99	5,49	79,36	6,26	76,73	6,33	61,01	6,6
SC	31,75	2,52	36,23	2,85	38,11	3,14	27,94	3,02

Fonte: Autoria própria a partir de dados dispostos no Salicnet, disponível em <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>. * Valor inferior a 0,01%.

Porém, o crescimento em números tem estimulado críticas nos últimos anos sobre o interesse público dessa renúncia fiscal. De um modo geral, tal argumento apontaria para a imoralidade e para a impossibilidade das perdas de recursos públicos para novos financiamentos. Desde 2016, os dois presidentes têm demandado Comissões Parlamentares de Inquérito contra os gastos do setor cultural, sugerindo necessidade de contenção da expansão da renúncia fiscal. Os resultados dessas ações têm se observado de diferentes modos: as alterações na Lei Rouanet, doravante chamada de Lei de Incentivo à Cultura a partir da Instrução Normativa 1 de 2019, definiu uma redução no valor máximo para concessão por projeto para 1 milhão de reais, ao invés dos 60 milhões que vigoravam até então. Nesta referida Instrução Normativa, definiu-se que um mesmo agente não poderia financiar mais de 10 milhões em todos os projetos, o que limitava a ação de grandes financiadores como os Bancos Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Também foi estabelecido um suposto critério de regionalização, que estabelecia estímulo ao aumento em número de projetos e valores concedidos nas Regiões Norte e Nordeste e Centro Oeste (Ministério da Cidadania, 2020).

Em teoria, a limitação em número e valor dos projetos e o critério de regionalização poderiam estabelecer uma pulverização dos investimentos, evitando assim a tendência de superconcentração da captação nas unidades federativas do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, os novos critérios das propostas, tetos de quantidade e aumento de rigores para prestação de contas têm mantido as mesmas tendências observadas entre 2013-2015, período antecedente àquele destacado nesta pesquisa. Desde 2013-2015, nota-se tendência de lenta e contínua diminuição no número de projetos, que girou em torno dos 5.000 entre 2016 e 2018 e o valor total das captações teve média de 1,2 bilhão de reais no período (Tabela 2 e Tabela 3). Os anos de 2020 se apresentaram, até o mês de Outubro, com registros atípicos, duplamente afetados pela Instrução Normativa 1/2019 e pela crise econômica derivada da pandemia de Covid-19: apenas 3.558 projetos foram registrados no sistema SALICNET em 2020 e 360 milhões foram captados, um terço do que foi reunido uma década antes. Nesse momento, impossibilitada uma análise mais aprofundada

do ano de 2020 sob os limites da captação pela excepcionalidade de suas circunstâncias, mostrou-se preferível observar o padrão territorial das concessões, que de fato se alterou entre os registros obtidos dos períodos 2013-2015, 2016-2018 e 2019-2020. Apesar dos números de projetos e valores captados não terem alterações significativas, a localização da captação tem se alterado.

As leis mais liberais e menos burocráticas da Lei Rouanet estabeleceram um longo período de crescimento na captação de recursos, mas envoltos em um padrão superconcentrado territorialmente, que potencializou a acumulação de capital para além até mesmo do padrão da atividade industrial brasileira. Ainda assim, a renúncia fiscal comportava certa representatividade em todas as unidades da federação, como pode ser observado continuamente no período entre 2003 e 2015. A Norma Instrutiva 1/2019 tem, como efeito direto, a manutenção de padrões semelhantes de captação nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas elimina possibilidades de financiamento em áreas periféricas, uma vez que as grandes fontes de recurso (instituições financeiras e indústrias) privilegiam a maior visibilidade das metrópoles brasileiras. Limitadas as pessoas jurídicas aos novos tetos e normas, a tendência é que seus recursos sejam direcionados às Unidades Federativas mais importantes dentro da economia da cultura brasileira. Nota-se, de modo complementar, um crescimento em número do financiamento junto às pessoas físicas, o que significa que o leve aumento do número de projetos se construiu sobre as bases do aproveitamento do imposto pago por pessoas que, muito provavelmente, mobilizam menos recursos, estão condicionadas pelo lugar de residência e não garantem regularidade de uma política cultural de uma empresa. No que tange às Unidades Federativas da região Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, aumentou a dependência do financiamento de projetos a partir de recursos de pessoas físicas.

A mudança das Instrução Normativa 1/2019 também apresentou efeito territorial pela redução do número total de municípios envolvidos na captação de recursos via Lei Rouanet/Lei de Incentivo à Cultura. A redução em cerca de 50% no número de municípios com captação de recursos via Lei de Incentivo à Cultura quando comparados com o triênio anterior exprime uma tendência de reforço à

concentração territorial, mesmo que os valores e o número de projetos tenham permanecido semelhantes. De acordo com a tabela 4, no ano de 2010, foram envolvidos 1.228 municípios, o que significa uma queda de 62% no registro observado no ano de 2020. Se os equipamentos e eventos culturais em parte refletem a desigualdade econômica e distribuição demográfica, suas ações não necessitam as mesmas estruturas do que aquelas observadas para atividades industriais ou comerciais. Isso significa que, em tese, as possibilidades para a promoção territorial da cultura seriam mais flexíveis. Porém, é a procura do *marketing* como principal motivação para a renúncia fiscal por parte das grandes empresas que financiam a Lei de Incentivo à Cultura, o que tende a afastá-las dos pequenos centros urbanos e seus projetos culturais. As novas restrições de investimento não tiveram, até o momento, o efeito de promoção da regionalização do investimento em cultura, pois induziram maior seletividade na procura pela visibilidade dos grandes centros.

Nesse sentido, não houve alteração significativa da porcentagem de projetos financiados em unidades federativas de menor expressão para o setor cultural. Por exemplo, os números de projetos, o valor captado e de municípios envolvidos diminuíram entre 2013 e 2020 nas unidades federativas da região Centro-Oeste e se mantiveram estáveis na região Norte do Brasil, ainda que a concentração relativa por região (%) tenha aumentado levemente ou se mantido estáveis. Se é possível observar uma relativa tendência de queda nos números absolutos de municípios envolvidos, de valores captados e de projetos aprovados da região Sudeste, esta ainda é amplamente predominante e estável quando observadas as concentrações (%) de projetos aprovados e valores captados, ainda que tenha perdido parte de sua capilaridade territorial. Assim, as flutuações observadas na região Norte, Sul e Centro-Oeste foram construídas em paralelo aos registros decrescentes da região Nordeste. Os resultados obtidos de reterritorialização são mais claros nos registros absolutos e relativos observados na região Sul; porém, a tendência a esse movimento é mais antiga, sendo observada desde 2010, e se expressa em área já consolidada como parte importante do território do setor cultural brasileiro.

Tabela 4 - Média anual de municípios que receberam projetos financiados pela Lei Rouanet, por Unidade Federativa, 2010-2020

	2010-12	%	2013-15	%	2016-18	%	2019-20	%
TOTAL	1182,3	100	852,6	100	934,6	100	721	100
CENTRO OESTE	61,2	5,17	56,3	6,6	62,6	6,69	47	6,51
DF	1	0,08	1	0,11	1	0,1	1	0,13
GO	33,3	2,81	24,3	2,85	31	3,31	19,5	2,7
MT	17,3	1,46	21	2,46	17,3	1,85	16,5	2,28
MS	9,6	0,81	10	1,17	13,3	1,42	10	1,38
NORDESTE	177,9	15,04	102,1	11,91	115,4	12,34	81,5	11,3
AL	7,6	0,64	5	0,58	4	0,42	3,5	0,48
BA	58	4,9	30	3,51	33,6	3,59	19	2,63
CE	23	1,94	19,6	2,29	23,3	2,49	21	2,91
MA	23	1,94	10	1,17	10,3	1,1	7	0,97
PB	9,3	0,78	5,6	0,65	8,3	8,88	5	0,69
PE	32	2,7	17	1,99	20,3	2,17	14	1,94
PI	8	0,67	6,3	0,73	4	0,42	4	0,55
RN	13	1,09	6	0,7	9	0,96	6	0,83
SE	4	0,33	2,6	3,04	2,6	0,27	2	0,27
NORTE	41,8	3,53	28,8	3,37	34,8	3,72	23,5	3,25
AC	5	0,42	2	0,23	2,3	0,24	1	0,13
AP	2	0,16	2,3	0,26	3,3	0,35	2	0,27
AM	3,6	0,3	2	0,23	2,6	0,27	2	0,27
PA	12	1,01	10,3	1,2	11	1,17	8	1,1
RO	11,3	0,95	7	0,82	7,6	0,81	7,5	1,04
RR	2,3	0,19	1,6	0,18	2	0,21	0,5	0,06
TO	5,6	0,47	3,6	0,42	6	0,64	2,5	0,34
SUDESTE	553,3	46,79	360,9	42,32	414,8	44,38	286,5	39,73
ES	41	3,46	17	1,99	21,6	2,31	13,5	1,87
MG	191	16,15	121	14,19	156,6	16,75	97,5	13,52
RJ	64	5,41	33,3	3,9	35,3	3,77	21,5	2,98
SP	257,3	21,76	189,6	22,23	201,3	21,53	154	21,35
SUL	347,6	29,4	303,8	35,63	306,3	35,92	282,5	39,18
PR	95,3	8,06	81,6	9,57	79,3	8,48	76	10,54
RS	164,3	13,89	140,6	16,49	143	15,3	125	17,33
SC	88	7,44	81,6	9,57	84	8,98	81,5	11,3

Fonte: Autoria própria a partir de dados dispostos no Salicnet, disponível em <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>.

Tal efeito não é surpreendente, uma vez que o próprio governo federal manifestou em diferentes momentos o seu desinteresse pela representação da diversidade e o desprezo que tinha pela cultura. Como consequência, notam-se aumento no fechamento de instituições privadas, como já havíamos destacado pelo intermédio da suspensão de atividades, transferências de acervos e fechamento de museus (VALVERDE, 2020). Se diminuem a estrutura pública para mobilizar equipamentos, projetos e eventos da cultura ao mesmo tempo em que se reduzem as ações de grandes agentes financiadores, produtores privados e suas instituições, a pergunta que resta a ser abordada é quais seriam os espaços de sensibilização social e de contato com a diversidade, os espaços de encontros entre indivíduos diferentes em prol da construção de uma visão coletiva.

3. Os “novos” espaços da cultura: restauros dos territórios conservadores

O apelo aos valores conservadores tem resultado em uma série de novos filtros para a política cultural no Brasil, com efeitos territoriais. O presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, manifestou ódio à esquerda, repúdio às religiões afro-brasileiras e ojeriza ao movimento negro. Por sua vez, o presidente da Funarte, Dante Mantovani, sugeriu associação direta entre rock, satanismo, vício em drogas e aborto. A ex-secretária especial de cultura, Regina Duarte, afirmou que a cultura seria apolítica e a ideológica (sic) e a comparou a uma manifestação popular e vulgar do “pum produzido com talco espirrando do traseiro do palhaço” em sua cerimônia de posse. Apesar das mudanças nos nomes à frente da Secretaria Especial de Cultura e de suas autarquias, todas sugerem filtros familiares, religiosos, nacionalistas e conservadores à cultura, em substituição ao vanguardismo. Por vanguardismo, entendem-se as representações e performances sobre corpo e sexualidade, as formas artísticas não-figurativas e as ligações destas formas com elementos políticos liberais ou marxistas. De acordo com as palavras do ex-secretário especial de cultura, Roberto Alvim, parafraseando Joseph Goebbels (trecho em destaque) no anúncio do Prêmio Nacional de Artes, revelava as intenções de um restauro de uma cultura tradicional no Contexto da política pública de cultura:

A cultura é a base da pátria. Quando a cultura adoece, o povo adoece junto. (...) queremos uma cultura enraizada na nobreza de nossos mitos fundantes. A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da fé, da lealdade, do auto-sacrifício e da luta contra o mal serão alçadas ao território sagrado das obras de arte. Nossos valores culturais também conferem grande importância à harmonia dos brasileiros com sua terra e sua natureza, assim como enfatizam a elevação da nação e do povo (...). A cultura não pode ficar alheia às imensas transformações intelectuais e políticas que estamos vivendo. **A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada.** Ao país em que servimos, só interessa uma arte que cria a sua própria qualidade a partir da nacionalidade plena e que tem significado constitutivo para o povo para o qual foi criada. Portanto, almejamos uma nova Arte nacional, capaz de encarnar simbolicamente os anseios desta imensa maioria da população brasileira (...). São estas formas estéticas (...) que terão o poder de nos conferir, a todos, energia e impulso para avançarmos na direção da construção de uma nova e pujante civilização brasileira (ALVIM, 2020).

O caráter conservador desta restauração sugerida por Alvim pode ser observado no exemplo desta referida premiação, tanto pelas categorias definidas (ópera, teatro, pintura, escultura e literatura), quanto por intermédio do apelo à civilização brasileira e sua conexão monorreligiosa. Sua perspectiva remete aos dirigismos da cultura nacional observados nos primórdios da república brasileira, mas especificando que a diversidade se apresenta como aspecto negativo, supostamente diminuindo a força da nacionalidade (sic). O desprezo dessa política

cultural por formas e representações vanguardistas e de grupos sociais minoritários é reflexo de uma naturalização da concepção de cultura que pacifique o exercício do poder sobre o território. Para Alvim, caberia então a Secretaria Especial da Cultura entre 2016 e 2020 promover uma concepção restrita de nacionalidade, em sintonia com o patriotismo e conservadorismo manifesto pela presidência.

A alternância entre diferentes secretários especiais de cultura e dos presidentes de suas autarquias, com perfis diferentes ideológicos ligados à ala militar, aos líderes religiosos, à influência do astrólogo Olavo de Carvalho ou a artistas conservadores, não tem transformado o sentido geral da desterritorialização. Enquanto os gestores da política cultural brasileira sugerem diferentes caminhos para a purificação do território, seja pela construção nacional da alta cultura sugerida por Roberto Alvim e Dante Mantovani, seja pela cultura “sem ideologia” defendida por Regina Duarte ou pelo Brasil “sem racismo” (sic) de Sérgio Camargo, os efeitos de suas ações apresentam sentidos semelhantes: a redução dos investimentos, cargos, escritórios, políticas e renúncias fiscais.

As forças que deveriam agir pela sensibilização da cultura seriam, antes de tudo, reconhecedoras da precedência de outros espaços para além de museus, teatros, cinemas, entre outros, com mensagens conservadoras. Fala-se de uma política cultural que exprima a visão dominante do *status quo*, medida pela própria relação de proximidade vista em uma vizinhança. Os ambientes de culto religioso são citados como importantes focos para a promoção cultural, redescobertos como elemento de política pública. O repúdio ao vanguardismo artístico, político e intelectual é elemento decisivo na composição dessa nova leitura que defende um filtro que censure a suposta imoralidade na diversidade cultural. Nesse sentido, o secretário especial de cultura, Mário Frias (2020-), em entrevista ao deputado federal Eduardo Bolsonaro, defendia a força e a importância de uma política cultural para os rodeios e sugeria que “(...) o Brasil não é só o litoral, o Brasil não é só Rio e São Paulo. O Brasil é o interior gigantesco, é a cultura do Brasil. A maioria dos brasileiros não conhece a cultura do Brasil. (...) Cultura não é o que você decide, cultura não é o que está escrito nos livros” (FRIAS, 2020).

Atribui-se ao poder federal a tarefa de promover o restauro da cultura conservadora de um Brasil profundo, em um quadro estanque e pré-definido do que merece o qualitativo cultural. Em entrevistas,

o secretário Mário Frias salientava que os ribeirinhos, os indígenas e os sertanejos possuiriam culturas distintas das nossas, entendidas aqui pelas áreas mais urbanizadas e de maior concentração do capital, e que, para serem contemplados pela política cultural, seria preciso reduzir os auxílios de áreas já contempladas. Ao fazê-lo, argumenta-se que a dependência dos vanguardistas dos auxílios federais seja substituída pela repercussão de uma cultura com maior capacidade de interiorização a partir do respeito de aspectos mais próximos à moralidade brasileira. Por essa concepção, a cultura não seria uma forma de sensibilização e provocação associada ao *marketing* empresarial que a financia, mas um modo de contenção de conflitos e de comemoração dos seus modos de vida dominantes no território por intermédio de uma chancela estatal. A cultura fomentada pelo Estado é então entendida como estratégia de pacificação, de deslocamento de conflitos. Ao limitar tais representações e performances vanguardistas, a ação conservadora em curso no poder federal usa do moralismo médio da população brasileira como instrumento de mobilização política dentro do território. Isso significa que, nos limites desse entendimento conservador, a produção cultural e seus eventos, em si, são consideradas secundárias.

4. Considerações finais

Pelos elementos jurídicos, legislativos e políticos em geral dispostos neste capítulo, entendemos que a desterritorialização/reterritorialização da cultura se apresenta como um projeto conservador vinculado ao governo federal. O deslocamento da definição da cultura estabelece um novo padrão de localização da produção cultural, em ruptura com as formas anteriores. Não é possível, hoje, afirmar, via base de dados de SALICNET, que as alterações de intensidade nos registros de dados sejam expressivas de uma redução dos gastos com cultura como um todo. Até o ano de 2019, o número de projetos e valor captado pela Lei Rouanet e pela Lei de Incentivo à Cultura obteve registros semelhantes, dentro de uma pequena faixa de variação. A crise econômica derivada da pandemia de Covid-19 impede uma leitura mais conclusiva sobre a diminuição dos gastos com o setor cultural no ano de 2020.

Como abordamos no capítulo, os valores captados crescem quase que continuamente entre 1993 e 2014, estabilizando-se na magnitude

de R\$ 1,2 bilhões entre 2015 e 2019. Apenas em 2020 é possível notar uma grande redução dos valores captados. O total de projetos agraciados com a renúncia fiscal se modifica, passando da média de 6.785 entre 2010 e 2014 para 4.907 entre 2015 e 2019. Até o presente momento, 3.678 projetos obtiveram recursos, o que aponta para uma tendência de queda, ainda que afetada por parte da crise econômica. Porém, a localização e proporção dos projetos e de seus incentivadores distribuídos no território nacional são indicativos mais confiáveis de uma tendência à concentração ainda superior àquela observada até 2019.

Entendemos que, até 2019, as normas da renúncia fiscal alcançaram projetos em todas as unidades da federação, ainda que com enorme desigualdade na distribuição. O número de municípios contemplados entre 2015 e 2019 esteve na média de 962. Em 2020, até o momento, foram registrados apenas projetos e incentivadores em 478 municípios. Ao somar o número de municípios contemplados nas unidades federativas de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, recordistas da capilaridade da cultura entre 2010 e 2020, vimos a proporção aumentar de 55% em 2016 para 75% em 2020. Podemos entender então que o discurso da regionalização do setor cultural financiado pela renúncia fiscal tem sido utilizado como elemento de contenção da diversidade cultural, sobretudo quando esta se exprime sobre bases vanguardistas.

Ao contrário do discurso oficial da Secretaria Especial de Cultura, os efeitos observados das reformas administrativas e jurídicas até o momento são o de aumento no padrão de concentração e de sobre-representação do incentivo à cultura na área Centro-Sul. Discursos e ações realizadas apontam para a redução total da cultura no território e para uma valorização de uma cultura não-oficial, supostamente popular e conservadora, presente no interior e materializada fora dos aparelhos do Estado, ainda que em reforço ideológico a este. A desterritorialização da cultura financiada pela renúncia fiscal seria sucedida por uma superestrutura mais informal e flexível, reterritorializada, com uma nova forma de organização.

Bibliografia

ALVIM, R. Secretário de Bolsonaro copia ministro de Hitler. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jv92Pm02BgE>, acessado em: 30/01/2020.

FRIAS, M. O Brasil precisa saber: Mario Frias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eoz8jGEWAW8> , acessado em: 26/10/2020.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 29, pp. 11--24, 2003.

CONGRESSO NACIONAL. Lei 8313 de 23 de Dezembro de 1991 (Lei Rouanet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm . Acessado em: 13/10/2020.

JORNAL NACIONAL. 'Se não puder ter filtro, extinguiremos a Ancine', declara Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-extinguiremos-a-ancine-declara-bolsonaro.ghtml> . Acessado em: 01/10/2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797> . Acessado em: 14/10/2020.

MITCHELL, D. **Cultural Geography: A Critical Introduction**. Malden: Blackwell, 2000.

VALVERDE, R.R.H.F. Guerra cultural nos museus brasileiros: distribuição, abertura e fechamento de instituições. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, p. 142-157, 2020.

VALVERDE, R.R.H.F. Guerra cultural e multiterritorialidade. In: CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. (Org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Concapitulo, 2019, v., p. 215-226.

A GEOGRAFIA SOCIAL DO BRASIL: BREVE REFLEXÃO

Elvio Rodrigues Martins

Se considerarmos a necessidade de incorporar, no âmbito da ciência geográfica, determinados movimentos de grupos específicos da sociedade, onde o recorte não se dá exclusivamente pelo viés de classe, novos desafios teóricos devem se apresentar. Me refiro àquilo que hoje denomina-se movimentos identitários, normalmente relacionados a gênero, sexualidade e raça. A luta contra o racismo estrutural, e a consequente necessidade do reconhecimento da dignidade e respeito às tradições afro-brasileiras; o feminismo nas suas diferentes vertentes, mas que em seu denominador comum apresenta a condição subalterna e a decorrente inferiorização da mulher no contexto de uma sociedade patriarcal; e, finalmente, a necessidade do respeito na opção de gênero apresentado pelos movimentos LGBTQIA+ e suas diferentes manifestações como, por exemplo, a cultura Queer. Cada um desses três grupos/movimentos identificados possui já longa tradição, e tem merecido atenção nos diferentes recortes das chamadas humanidades. E aqui, portanto, surge a necessidade de saber qual seria o entendimento que a ciência geográfica faz dessa realidade. Da geografia do mundo trata o geógrafo, e a questão, portanto, é observar se essa matéria observa uma dimensão geográfica e qual sua importância e relevância.

Com esse propósito em vista, retomamos aqui um horizonte específico da ciência geográfica que foi sempre sensível a especificidades marcantes da sociedade. Reportamos à geografia social, onde, numa tradição por vezes pouco conhecida, encontramos a sensibilidade dos geógrafos quanto às características de ordem sociológica. Armando Corrêa da Silva foi um dos poucos geógrafos brasileiros a se ocupar

em apresentar contribuições no âmbito da geografia social. No seu livro “Geografia e Lugar Social”, em suas páginas finais define que “a geografia social tem por objeto de estudo o lugar social e sua população, como manifestações da formação social” e linhas a frente acrescenta que o “o lugar social se põe como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais, que contém a contradição necessidade-liberdade”¹.

Antes do brasileiro Armando Corrêa da Silva, a título de comparação, G.W. Hoke, em 1907, definiu a geografia social como a “distribuição no espaço dos fenômenos sociais e a descrição da sequência e importância relativa aos fatores cuja influência resultam na localização no espaço da série de fenômenos que foram selecionados para investigação.”²

As citações acima listadas tentam definir os horizontes da geografia social. Porém, sob certa perspectiva, a necessidade de firmar uma geografia social pode soar uma gratuidade. E talvez seja mesmo. Isso se considerarmos sua relação com a geografia humana, induzindo a indagar qual seria a singularidade daquela diante desta. Talvez fosse mero preciosismo disciplinar estabelecer diferenças entre ambas. Isso se somarmos o desenvolvimento recente da geografia humana no Brasil, tal esforço pode se mostrar fútil, uma vez que o conteúdo social dos estudos em geografia humana tomou tal vulto que, em certa medida, pode ter dado mais ênfase ao conteúdo social em detrimento do geográfico. O melhor exemplo, possivelmente, são os trabalhos desenvolvidos pela geografia agrária. E, por fim, bastaria dizer que todo o conteúdo abordado pela ciência geográfica tem, em alguma medida, caráter social, e, com isso, selaríamos as considerações finais de que distinguir geografia social da geografia humana no Brasil seria uma gratuidade.

Porém, gostaríamos de posicionar esse debate sob outra ótica. E de saída afirmar que esse esforço não seria uma tentativa de assegurar a existência de ramos e sub-ramos específicos da ciência geográfica. Por paradoxal que seja, nosso esforço será em sentido contrário. Isso em função de três conceitos: social, humano e geografia. E agregue-se ao fato de o esforço ser motivado pelo contexto da atual realidade social brasileira.

¹ SILVA, Armando Corrêa da. *Geografia e Lugar Social*. São Paulo: Contexto, 1991.

² BROWN, E. H. (org.). *geografia pasado y futuro*, México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

A distinção preliminar e fundamental estaria entre o que entendemos por social e aquilo que entendemos por humano. *Todo o conteúdo humano tem por base o fundamento social, porém nem toda a geografia social é uma geografia humana.* A explicação desta afirmação nos levará a posicionarmos os debates de gênero, sexualidade e raça, por exemplo, dentro de uma perspectiva onde, para além do aspecto social, há um fundamento humano a ser identificado em sua natureza e, sobretudo, na sua exteriorização e realização. Passemos aos esclarecimentos.

Se observarmos a posição de Armando Corrêa da Silva, citada anteriormente, encontramos um esforço em fundamentar a geografia social. Destacamos a assertiva de que o lugar social e sua população são manifestações da formação social, considerando que o lugar social se põe como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais. Nosso autor aponta aqui para o horizonte geográfico do problema, todavia, vamos nos ater preliminarmente à noção de *formação social*. A ideia de formação, parece pressupor a ideia de forma, o que, talvez, não fosse o intento do autor, uma vez que *forma*, nesse sentido, parece apontar para uma sociologia formal constituída de tipos-ideais ao estilo weberiano. Deve-se supor que, para o autor, a ideia de formação social signifique um processo de constituição histórica, envolvendo o conjunto de *todos* os segmentos sociais característicos e fundamentais e suas recíprocas relações. Supõe-se, também, que a identificação de quais seriam estes seguimentos e suas respectivas naturezas dependerá de uma prévia compreensão teórica do que entendemos por sociedade. De qualquer sorte, podemos admitir que a observação de um segmento determinado é possível mediante a identificação da natureza de suas relações. Ou seja, cada segmento, ou cada grupo, ou subgrupo, se caracteriza a partir de suas relações determinadas. Observar as diferentes relações representa identificar o conjunto social envolvido. Mediante isso, podemos concluir que formação social seria a totalidade destas relações do conjunto de segmentos diversos que compõe a sociedade.

Na esteira destas diferentes relações se inscrevem diferentes abordagens e distintas disciplinas. Relações de poder, relações econômicas, relações de identidade, de pertencimento, de exclusão, de discriminação, de afetividade, entre outras mais, fazem emergir grupos e segmentos determinados, constituindo em suas interações uma sociedade

determinada. No conjunto destas diferentes relações e seus respectivos protagonistas, todas elas se inter cruzam e se determinam reciprocamente, fazendo da teoria social uma empreitada complexa e difícil.

No que diz respeito à realidade brasileira, a tematização de certos tipos de relações vem ganhando destaque tanto na teoria social quanto na luta política. Trata-se das relações geradoras de discriminação, preconceito, opressão e violência, identificando os sujeitos envolvidos, opressores e oprimidos, tanto quanto a análise da natureza das relações em questão. Em muitos casos, a luta contra estes tipos de relações tem tradição mais longínqua, e não é propósito, e nem seria prudente, abordar essa história neste pequeno ensaio. Precisamente chamamos atenção para aquilo que em parte Francisco Bosco identificou no Brasil contemporâneo. O autor identifica três fatores que levariam à emergência das chamadas lutas identitárias. Seriam eles as manifestações de junho de 2013, momento que ele considera como sendo de instauração de uma nova cultura política da sociedade, acrescido a isso o chamado “colapso do lulismo” e, finalmente, a emergência das redes digitais³.

Dos três, o último consideramos de fato relevante. Quanto às manifestações de 2013 e ao tal “colapso do lulismo”, não nos ateremos na merecida análise que isso implica. Basta dizer, em relação às manifestações de 2013, que estas podem ser interpretadas com a perspectiva que denota tanto uma percepção confusa e superficial dos problemas conjunturais, quanto atestam a incapacidade das políticas públicas em realmente dirimir as injustiças sociais, mostrando que a despeito de uma orientação algo sensível a certas demandas sociais, a gestão do Estado, via políticas de governo, não alcança a supressão da essência das contradições sociais. Os sucedâneos são analgésicos e temporários. Quanto ao “colapso do lulismo”, preferimos ver como o título do capítulo final de uma história de sucessivos momentos de decadência de um projeto de ação política cunhado no surgimento do Partido dos Trabalhadores. Não foi “colapso do lulismo” motivo para o surgimento dos movimentos identitários, e sim a história da falência de um partido e de seu projeto, que ou se afasta dos movimentos sociais ou os coopta em nome de uma

³ BOSCO, Francisco. *A Vítima Sempre tem Razão?*, Todavia: São Paulo, 2017.

base eleitoral, lhe roubando a autonomia necessária de ação e consequente amadurecimento político dos seus integrantes.

Porém, talvez devêssemos ver as razões do crescimento destes movimentos identitários como algo que passa a ter importância para além da história recente do Brasil, ou da falência do projeto originário do Partido dos Trabalhadores. Tais movimentos talvez tenham aumentado em importância exatamente na esfera daquilo que chamamos de vida fática, ou existência, ou vida cotidiana. Nos referimos à perda progressiva da importância da perspectiva de classe na orientação das lutas sociais, como se problemas de gênero, por exemplo, fossem muito mais presentes no cotidiano do que os problemas relacionados diretamente à luta de classes. Trata-se de uma percepção do imediato, da vida diária e cotidiana. No quadro das lutas sociais e seus projetos políticos, houve sempre uma predominância do conteúdo de classe. No Brasil essa tradição classista ficou a cargo do sindicalismo, dos partidos socialistas e comunistas, ou, na versão populista, o trabalhismo. Porém, na vida fática, seu cotidiano fez emergir outra sensibilidade, outro amadurecimento, somado também de uma mudança no próprio conteúdo da sociedade. A discriminação, o preconceito e o não reconhecimento identitário invadem o cotidiano atingindo os indivíduos de forma direta. A sensibilidade neste caso é imediata e, portanto, muito mais efetiva na identificação das precariedades sociais.

Para que isso ocorra no Brasil, há uma dimensão urbana a ser considerada, aspecto que nos trará mais uma vez a dimensão geográfica do problema. Porém, é necessário enfatizar o papel das mídias sociais destacada por Bosco. Nisso concordamos integralmente com o autor e ainda aditamos com aquilo que chamamos de Difusão Geográfica da Informação. Em outra ocasião aprofundamos essa ideia⁴, e aqui retomamos Jonh B. Thompson com o propósito de auxiliar na compreensão deste fenômeno. Para Thompson, três aspectos estão relacionados na transmissão cultural e na comunicação. São eles o *meio técnico*, que são os veículos com os quais se dá a difusão (aquilo que denominamos de mídia); os *aparatos institucionais* envolvidos na difusão (de instituições privadas e estatais); e

⁴ MARTINS, Elvio Rodrigues. *O Fundamento Geográfico do Homem: geografia e filosofia*, Tese de Livre Docência: São Paulo, 2017.

o *distanciamento espaço-temporal*. Ações simultâneas em lugares distintos no mesmo momento são, por exemplo, situações em que o meio técnico está em jogo juntamente com os aparatos institucionais.

Thompson, a este respeito, pondera o seguinte:

Com o desenvolvimento das telecomunicações, contudo, grande distanciamento espacial pode ser conseguido sem transporte físico das formas simbólicas, dando origem a novas possibilidades de transmissão cultural, e, com isso, ao exercício do poder através de distâncias espaciais.” (Thompson, 1999, p.226)

Essas ideias de Thompson foram escritas antes da atual importância, enquanto recurso técnico, das denominadas “redes sociais”. De qualquer sorte, a ideia desenvolvida não se torna ultrapassada. Ao contrário, se vê potencializada. Ou seja, nada mais a acrescentar se não concluir que, no quadro das diferentes relações sociais, a mediação técnica toma uma centralidade determinante. Diluem-se as fronteiras, encurtam-se distâncias no âmbito da informação. No conteúdo do ato informativo, veiculam-se elementos que darão possibilidade de aproximação entre semelhantes difundindo ideias e perspectivas. Um horizonte até certo ponto novo, tanto quanto ingovernável. Para o bem ou para o mal. E o vivido no cotidiano ganha a mídia necessária.

Chegamos a um ponto importante. O que veio à tona significa uma tomada de consciência (ou a formação de uma) que passa a balizar as relações sociais, muitas vezes definindo a pauta das lutas políticas. Nessa direção a imagem de si e do outro é pautada para além da questão de classe, e uma dimensão ôntica do ente social é definida. Ou seja, cada indivíduo vê sua individualidade, ou, em princípio, o seu ser, definido por predicados que passam a representar sua integridade, diferença, identidade e, por vezes, luta política. Trata-se da emergência dos diferentes *modos de ser*. Uma pessoa é em função dos predicados que a definem. Surge uma ética e uma moral sedimentada neste quadro. A predicação de cada ente deve ser buscada como sinal do pleno exercício da integridade pessoal, isso dentro do quadro do contrato social. O que cada indivíduo é se estabelece por esses distintos predicados, os

quais representam uma condição social desenvolvida no transcorrer do processo de formação social. E assim, é tempo da ciência geográfica incorporar tais elementos em sua análise.

Algumas iniciativas já foram feitas nesse sentido. Porém, cabe a pergunta: qual a geografia das lutas identitárias e qual sua importância? Armando Corrêa mencionava que o lugar social era “uma totalidade de relações e formas espaço-sociais”. Ou seja, por este caminho nosso autor sugere atingirmos a dimensão geográfica de tais fenômenos sociais. Quanto à “totalidade das relações”, o que consideramos até aqui pode oferecer subsídios para tanto. Quanto às “formas socio-espaciais”, necessitamos avançar um pouco mais.

Cada luta identitária deve colocar a questão. Deve buscar sua dimensão geográfica. Tanto numa territorialidade específica, ou mesmo na geografia da realidade em sua totalidade. Na geografia do campo ou na geografia da cidade, esse fundamento da existência e reprodução de uma sociedade deve ser sempre o desdobramento de uma história determinada, o que remete, em nosso caso, à história da sociedade brasileira. Por sua natureza, ela é descontínua, o que significa a necessidade da abordagem de uma geografia regional. Na dinâmica da relação campo/cidade, no desenvolvimento e hegemonia progressiva da geografia urbana, vão se configurando as formas socio-espaciais das diferentes lutas identitárias no Brasil. Nem sempre visíveis, nem sempre reconhecidas e, quando não, tem na geografia construída sua negação.

Portanto, cabem as perguntas: onde estaria a geografia da questão negra no Brasil? Nas comunidades quilombolas, ou no Cais do Valongo, ou em reminiscências de uma triste e criminosa história, como o Pelourinho em Salvador. Ou seria na geografia urbana de uma maneira geral, onde a maioria da população negra é segregada aos lugares onde a insuficiência é regra. Em verdade, não seria exagero dizer que a geografia do Brasil contemporâneo é racista no sentido estrutural (na perspectiva mais exata do termo). Aquilo que de forma precisa Silvio de Almeida⁵, por exemplo, viu na economia, tem na geografia um contexto mais totalizante. Queremos dizer que a geografia tem fundamento ôntico, ou seja, as pessoas são em função de onde estão, onde elas existem. Nossa

⁵ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*, Editora Jandaíra, São Paulo, 2020.

existência não é possível sem sua dimensão geográfica, e como acreditamos no dito existencialista, que a existência precede a essência, toda nossa atenção se volta para essa geografia e o que ela fundamenta em termos predicativos a cada indivíduo. E sem dúvida a história das cidades brasileiras mostra como a geografia é estrutural no racismo. Penso no aqui do Brasil de hoje, mas não esqueço que a evolução da geografia do Brasil traz essa característica de longa data. A diferença entre passado e presente talvez esteja no fato de que, no passado, a geografia era explícita nesse sentido, e hoje ela busca se legitimar numa geografia cidadã. O apelo à cidadania significa um apelo à institucionalização das relações por parte do Estado, o que, em si, pode criar um simulacro da superação do problema. Racismo, homofobia e violência contra a mulher podem e devem ser tomados como crime, mas isso é o Estado quem arbitra, como fez o mesmo com as relações de classe, e isso não eliminou a exploração do trabalho, nem a luta de classes. Acreditar numa justiça cidadã implica supor que é o Estado que funda a sociedade, quando na verdade é a sociedade que cria, ou não, o Estado. E quando cria, o faz pela necessidade de arbitrar sua essência conflitiva.

E quanto à questão de gênero e sexualidade? Quais são os territórios de sua luta identitária? Onde está a mulher na geografia contemporânea? Como a geografia que caracteriza o urbano e o rural revelam seu conteúdo de gênero? O mesmo se aplica aos segmentos no movimento LGBTQIA+?

Respostas podem ser dadas em algum sentido. Órgãos de repressão especialmente voltados ao combate à violência contra a mulher. A necessária infraestrutura atendendo a condição da mãe trabalhadora, ou, então, instituições de acolhimento das mulheres trans. Áreas de embarque e vagões exclusivamente femininos. Ou a segregação territorial dos travestis. Mas há muito mais. Observemos essa passagem:

El espacio da de la sustitución que reemplaza la naturaleza por una abstracción fría, por la ausencia de placer, es el espacio mental de la castración (a la vez ficticia y real, simbólica y concreta). Es el espacio de la *metaforización* en el que la imagen de la mujer suplanta a la mujer, donde su cuerpo se fragmenta, donde el deseo

se quiebra y la vida se deshace. En el espacio abstracto imperan la sociedad fálica y la audestrucción del deseo. (...) En el espacio abstracto, dondequiera se sienta su influencia, la muerte del cuerpo se cumple de dos maneras: una simbólica y otra concreta. Concretamente, por efecto de las violencias; simbólicamente, mediante a fragmentación de lo vivido. Esto es particularmente el caso del cuerpo femenino, transformado en valor de cambio, signo de mercancías y en mercancías misma. (Lefebvre, p.345-6, 2013)

Quando pensarmos o caso da rebelião de Stonewall em Nova Iorque, em 1969, ou bairro de Castro em San Francisco, temos exemplos para considerar a questão de gênero e sua condição de existência em meio à geografia de hoje. Da resistência contra a opressão à conquista de uma territorialidade reconhecida. Pode-se argumentar que tais lutas representam a dominação e a apropriação de lugares, como muitas vezes ocorre, em diferentes cidades brasileiras, por convenção definida pelos seus integrantes. Apropriação que talvez seja muito mais simbólica do que de fato efetiva, pois esse simbolismo meio que se sobrepõe à realidade descrita acima por Lefebvre. Pois, todo grupo que reivindica a integridade do corpo não pode prescindir de uma geografia para existir. Uma geografia marginal é um sucedâneo que mais revela sua condição de opressão do que a possibilidade da existência em sua integridade. Nessas condições, para as lutas identitárias só resta a busca por uma geografia do refúgio.

Uma análise mais detalhada mostraria diferentes facetas do movimento negro, tanto quanto daria conta de distinguir o feminismo das especificidades presentes nos movimentos LGBTQIA+. Para tanto, estamos preparando uma análise mais pormenorizada a ser apresentada no futuro.

E, assim, por tudo que consideramos aqui, podemos nos aproximar da sentença firmada anteriormente em que *todo o conteúdo do humano tem por base o fundamento social, porém nem toda a geografia social é uma geografia humana.*

O social e o humano agora são acrescidos de seu fundamento e sua dimensão geográfica. Dimensão no sentido de observarmos a existência do social e do humano em sua fundamentação geográfica. Pertence ao social, enquanto social, sua dimensão geográfica, tanto quanto é do humano, em sua constituição, o fundamento geográfico.

Tendo isso em consideração, nos baseamos na sugestão de Armando Corrêa, buscando identificar a dimensão geográfica das diferentes lutas identitárias. E, assim, entendemos o lugar social e sua população como manifestações da formação social. O lugar social se põe como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais, que contém a contradição necessidade-liberdade. Mas a liberdade se faz pelo reconhecimento da necessidade, sendo a necessidade um carecimento característico do humano. E esse reconhecimento equivale ao reconhecimento das forças essenciais do homem, ou seja, a identidade entre a vida fática e o *modo do ser* do homem. Existência precedendo a essência. Esse carecimento, ou essa necessidade, se vê contemplado na objetivação do modo do ser, pela via da atividade vital consciente. Uma objetivação que possui um simultâneo ato de subjetivação, que em sua unidade funda o humano. Na atividade, na apropriação, na relação, no trabalho o homem se torna livre, no objeto do trabalho ele realiza livremente a si mesmo.

Na medida em que (...) para o homem na sociedade a realidade objetiva se torna realidade das *forças essenciais do homem*, realidade humana e, por isso, realidade de suas próprias forças essenciais, todos os objetos se tornam para ele a objetivação de si mesmo, objetos que afirmam e realizam sua individualidade, seus objetos, isto é, ele mesmo se torna objeto (Marx, p.125, 2008)

Mas, deve-se ter cuidado nessa passagem com a afirmação “se torna objeto”. Se consideramos o homem enquanto objeto, fica em aberto a questão do sujeito e da subjetividade. Espreita o perigo da dicotomia, tão comum em designações **do tipo** o homem é um “animal racional” ou, **então**, que ele seria “a natureza tomando consciência de si mesmo”. Em cada uma temos dois em um: animal/natureza de um lado e razão/consciência de outro, formas de apresentar a dicotomia cultura/

natureza. O humano não se define assim. Ele se estabelece, como estamos tentando fundamentar aqui, pela superação desta dicotomia. E se a dicotomia insiste na maioria das definições ontológicas do homem, devemos investigar o porquê.

Veja-se, linhas atrás mencionamos que a perspectiva de classe se mostrou muito menos efetiva no cotidiano dos indivíduos. Em princípio (mas não necessariamente), essa perspectiva põe em destaque a necessidade exclusivamente no plano do econômico, reduzindo o sentido de produção, e mesmo a noção de trabalho, a condição estrita do econômico. Trilhar esse caminho é um reducionismo do conteúdo do humano. Ainda que *insuprimível*, o econômico não pode se colocar como sendo a essência estrita. Nada é somente essencialmente econômico. O econômico responde pela dimensão objetiva do humano, como o corpo. Porém, o corpo não deve a ele (o econômico) ser reduzido, ou seja, a condição humana do corpo faz do corpo uma prerrogativa do humano, não se reduzindo nem ao objetivo e nem ao subjetivo. O que antecipa o fato da questão de gênero não poder ser reduzida à condição biológica. Sobre esse último aspecto, encontramos, por parte de alguns, um esforço sincero em dar legitimidade à homossexualidade, alegando a existência desse mesmo comportamento em outras espécies de animais. O esforço é sincero, mas é desnecessário e insuficiente em si. Primeiro, porque a homossexualidade e outras manifestações de gênero não necessitam de justificativas para a sua legitimidade. A homossexualidade é o que é por ser humana, ou ser manifestação do humano, e como expressão do humano deve ser entendida. Fora disso recaímos em relacionamentos desumanos, os quais desgraçadamente verificamos no cotidiano, e, como o racismo, devem ser entendidos no contexto da alienação, da ruptura entre vida fáctica e as forças essências do homem, o modo do ser. O que é do humano só ao homem pertence, dado que faz dele o que é, é seu *modo do ser* que se realiza de forma particular em diferentes *modos de ser*. Nada no *modo do ser* deve se restringir ao objetivo ou ao subjetivo. Se a homossexualidade não necessita de justificativas biológicas, tampouco necessita de justificativas ético-morais, ou de uma normatividade institucional por parte do Estado.

Essas afirmações colocam a necessidade de precisarmos melhor a posição aqui apresentada. E por essa via faremos o trânsito entre a condição

ôntica do homem (modos de ser) para sua condição ontológica (modo do ser). Resgatemos resumidamente o que foi considerado até aqui.

Temos duas dimensões complementares a serem identificadas. De um lado a condição ôntica do homem, que se estabelece na existência, no cotidiano, que é sua vida fáctica. Nessas circunstâncias, se faz vigente os diferentes modos de ser do homem. Por aqui passam todos os predicados adquiridos historicamente e é dentro deles, entre outros elementos, que se constroem as lutas identitárias. Aqui a imagem de si e do outro se sobrepõe à dimensão de classe, fazendo com que essa última submergisse sem encontrar importância maior na definição das relações entre os indivíduos. Raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, e mesmo nacionalismo, tem sua dinâmica intersubjetiva nesse contexto. Enfim, uma dimensão ôntica do ente social é aqui definida. E aqui está a passagem necessária: qual é o ser deste ente social? *Passamos dos modos de ser para o modo do ser*. Vamos do ôntico ao ontológico. Vamos da existência para essência. E aqui encontramos dois aspectos que resumem a condição ontológica do homem: a condição humano-genérica e a atividade vital consciente. A condição vital responde pela necessidade, pelo carecimento, que encontra sua realização mediante a condição humano-genérica. E o humano-genérico agora tomado pelo viés ontológico, ou seja, gênero agora é aquilo que este ente é segundo sua “raiz” e “origem”, o principio comum a todas as determinações especiais de um ente, o aspecto universal necessário que se mantém o mesmo em todas as particularidades, enfim, a essência universal deste ente. Os modos de ser são desdobramentos particulares desta essência universal. Agnes Heller a este respeito se pronunciou da seguinte maneira:

Tratando de la esencia humana, Marx indica como rasgos característicos fundamentalísimos el trabajo, la socialidad (historicidad), la consciencia, la universalidad y la libertad. Estas características (...) son inherentes al hombre desde que ha llegado a ser hombre: sin embargo, su desarrollo concreto se verifica solamente en el curso de la historia. En el curso de la historia el hombre ha podido llegar a ser (...) cada vez más productivo, cada vez más social(histórico),

cada vez más consciente y libre: es decir, podemos hablar de un desarrollo de la esencia humana solo si y en la medida en que el hombre desarrolla estas características. (Heller, p. 49, 1987)

A universalidade diz respeito à possibilidade do homem se relacionar com a essencialidade presente nos demais entes, além de poder se relacionar com o próprio gênero, dando origem à liberdade humana, ou seja, ao autoproduzir-se, à autorrealização. O humano em seu devir é a própria história, a sua origem. O humano que se faz diferente em realizações singulares, a origem da alteridade em relação a si próprio. O humano é exteriorizar-se em criações, se recriando a partir disso, construindo o novo. A criatividade, traço característico da imanência do homem. Devemos encontrar correspondência entre existência e essência, já que a existência é a realização da essência. Porém, esse ato de criar e se recriar, de se autoproduzir, levando à autorrealização, firmando a individualidade, só ocorrerá se coincidir com o desenvolvimento do humano genérico. A suposição do desenvolvimento do homem sem o correspondente desenvolvimento social leva a individualidade a se deturpar no individualismo. E para que isso ocorra deve haver uma ruptura na identidade entre vida fática e o modo do ser, e isso ocorre em função da alienação. Realidade, hoje, experimentada por todos nós, sem exceção. Enquanto os modos de ser fundam os diferentes movimentos identitários, tornando conscientes os predicados que são matrizes dos relacionamentos sociais, os modos do ser são as condições prévias do surgimento de determinados tipos de predicados e suas respectivas consciências, são as condições essenciais instauradoras da subjetividade. *Alienação não é um estado de consciência, mas um estado da condição do humano, configurando que as condições de reprodução social levam a um estado de desumanidade, razão pela qual foi possível afirmar que toda a geografia é social, mas em condições da alienação a geografia se revelará desumana. Vamos do fundamento estrutural do racismo à uma geografia distópica. A territorialidade dos movimentos identitários busca ser uma cunha nesta geografia distópica. Porém, a rigor, a condição de gênero traz à tona a angústia de uma existência que se vê amputada como realização do modo do ser. A luta identitária que envolve o gênero e sexualidade deve ser emancipatória do humano para além do gênero na direção da*

reconquista do humano-genérico. Aquilo que os movimentos identitários devem buscar é um ultrapassamento na direção da realização do indivíduo enquanto mandato da individualidade. A identidade deve ser portadora da diferença, a singularidade que se emancipa pela conquista da universalidade, dando lugar a um indivíduo pleno, ou seja, o homem particular. A singularidade de cada um é uma resposta contingente a uma imposição necessária da universalidade que o gênero no sentido ontológico traz. A perda da humanidade genérica em tudo bloqueia esta realização.

A condição de classe aponta para essa perspectiva instauradora da alienação, portanto, ela é fundamento da construção da subjetividade, é a matriz de sua formação. Todavia, levar a perspectiva de classe à condição de consciência é uma expectativa generosa nos termos das relações cotidianas, uma vez que o capitalismo, em termos estruturais, estimula todo o tipo de discriminação, a opressão e a exploração de um indivíduo em relação a outro.

[...] uma consequência imediata disto, de o homem estar alienado⁶ do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é a alienação do homem pelo próprio homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto de trabalho de outro homem. (...) Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro *segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador*. – grifo nosso- (Marx, p.85, 2008)

E o critério é o valor de troca, nas condições de hoje. Com isso, perdemos a solidariedade *objetiva* que nos funda. Perdemos nossa

⁶ Na versão consultada, a palavra que consta não é “alienação” e, sim, “estranhamento”. Em função dos propósitos deste trabalho, tomamos a liberdade de usar “alienação”.

condição humano-genérica. Perdemos a centralidade objetiva que nos une enquanto ser genérico. Rumamos para o individualismo.

Nas relações diárias, a alienação fermenta toda sorte de discriminação e opressão. Pois, como dito, na cotidianidade do capitalismo a alienação também representa alienação de um homem em relação ao outro, tanto quanto a perda de si mesmo. Isso porque quando o sujeito não reconhece o objeto, esse último torna-se coisa algo estranho a ele, e por consequência o sujeito perde a si mesmo. Observe-se essa passagem:

[...], a coisificação inumana é rompida lá mesmo onde mais profunda e perigosamente tinha se enraizada: no conceito de propriedade. O homem não mais se ‘perde’ no mundo objetivo, sua objetivação não é mais uma coisificação quando se retira aos objetos o ser tido e possuído ‘unilateral’ e permanecem como obra e realidade daquele que os ‘produziu’ e ‘produziu’ (realizou) a si mesmo neles. Aquele que se realiza neles, contudo, não é o indivíduo isolado ou uma multiplicidade abstrata de indivíduos, e sim o homem social, o homem como social. O retorno do homem à sua propriedade verdadeira é o retorno a sua essência social, à libertação da sociedade. (Marcuse, 1971, p.40)

Porém, isso não ocorre e é exato o que vivemos.

Lorenzo Kom’boa Ervin, Huey P. Newton, Bobby Seale, Stokely Carmichael, Kathleen Cleaver, Asad Haider, entre tantos outros, ligados ou não ao movimento negro, cada um a seu modo, aproximam-se dessas ideias. Ou o brasileiro Hebert Daniel, um “gay revolucionário”, John Henry Mackay, Adolf Brand, esses últimos dois inspiradores daquilo que posteriormente surgirá como movimento anarquismo queer. Ou, Lucía Sánchez Saornil criadora do coletivo Mujeres Libres em plena guerra civil espanhola. Maria Lacerda de Moura, feminista brasileira pioneira na causa.

Imersa numa sociedade que parece se esvaziar de uma ética de respeito à alteridade, o individualismo parece ser a característica principal, possivelmente muito amparado pelo liberalismo, aspecto esse muito

mais que econômico, possui raiz ontológica. A autoprodução do homem representa a emergência da singularidade de cada um por meio da condição humano-genérica. É o surgimento do indivíduo. Porém, uma vez essa condição sendo rompida, o individualismo remete o homem à perda da singularidade, convertendo em massa homogênea carregada de psicopatologias. A luta pela individualidade e integridade ancora-se nesses predicados anteriormente pontuados relativos aos modos de ser, e esses são uma decorrência da efetividade, ou não, do modo do ser em se realizar enquanto essência. A condição da vida factiva do homem, ou seja, sua existência, será a expressão da realização. A luta contra a heteronormatividade, por exemplo, representa um ato de realização do humano. Trata-se do resgate do corpo dentro da condição do humano e isso representa a ruptura com a divisão social do trabalho instauradora secular do regime patriarcal. A fragmentação da sociedade nos termos desta divisão do trabalho, especialmente entre trabalho intelectual e trabalho material, remete ao conflito entre seus membros, pois esses são segmentados segundo as necessidades da re-produção material, que por sua vez põe um homem em oposição ao outro. No conjunto da sociedade, quando parte significativa é tomada como custo, como mercadoria a ser comprada, e como tal devem ser, enquanto custo, comprada o mais barato possível, o que esperar da construção da subjetividade a partir disso?

A citação de Lefebvre que aqui fizemos uso exige um poder de compreensão para além de uma experimentação imediata. Porém, uma descrição da geografia do mundo contemporâneo, especialmente nas cidades, seria suficiente para observar o divórcio entre corpo e a geografia de sua existência. Deveríamos explorar mais esse aspecto aqui tanto quanto, e por evidência mais explícita ainda, o racismo está perfeitamente objetivado na geografia que vivemos.

Bibliografia

COOPER, David. **Dialética da Libertação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

ERVIN, Lorenzo Kom'boa. **Anarquismo e Revolução Negra**. Coletivo Editorial São Paulo: Singuiar: 2015.

GREEN, James N. **Revolucionário e gay**: a extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade**. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

HELLER, A. **Sociologia de la Vida Cotidiana**. 2. ed. Barcelona: Ediciones península, 1987.

LEFEBVRE, Henry. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEMONS, Thiago. O livro, síntese do homem por Lucía Sánchez Saornil. **Revista da Biblioteca Terra Livre**, ano II, n. 3, p. 111-117. Disponível em: https://www.academia.edu/16968733/O_livro_s%C3%ADntese_do_homem_por_Luc%C3%ADa_Sánchez_Saornil. Acesso em: 28 dez 2020.

MARCUSE, Herbert. **Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETO, Miguel de Sousa; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs.). **História e Teoria Queer**. Salvador: Editora Devires, 2017.

NEWTON, Huey P. **Revolutionary Suicide**. New York: Penguin Edition, 2009.

MIGUEL, Giulina et al. **Lucía Sánchez Saornil: Introducción a la vida y obra de una “Mujer Libre”**. Disponível em: https://www.academia.edu/30312846/LUCÍA_SÁNCHEZ_SAORNIL_Introducción_a_la_vida_y_obra_de_una_Mujer_Libre_. Acesso em : 28 dez 2020.

RAGO, Margareth et al. **Ética, Anarquia e Revolução em Maria Lacerda de Moura**: As esquerdas no Brasil, vol. 1, A Formação das Tradições, 1889-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SEALE, Bobby. **Seize The Time** - the story of the Black Panthers Party and Huey Newton. Baltimore: Black Classic Press: 1991.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade** – uma teoria social da mídia, Petrópolis: Vozes, 1998.

PROPRIEDADE DA TERRA, ESTADO, RELAÇÕES CAPITALISTAS E FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

Marta Inez Medeiros Marques

Esse capítulo visa refletir sobre a formação da propriedade privada da terra no Brasil e a sua relação com a constituição do Estado e das relações capitalistas e a nossa formação territorial.

Segundo Moraes (2006), o nosso país, bem como outros na América do Sul, possuía vastas zonas ainda não plenamente incorporadas à economia colonial quando da conquista de sua autonomia política, ou seja, “fundos territoriais” a serem ocupados. Assim, a nossa formação territorial tem sido marcada pelo movimento continuado da fronteira interna¹ e a incorporação desses fundos por meio da expansão da propriedade privada a partir da expropriação ou subordinação dos povos e comunidades que aí se encontram vivendo com base em territorialidades ou formas sociais da terra distintas².

A violência que caracteriza esse processo tem sido tanto explícita, erigindo-se como uma constante ameaça à integridade física e à vida daqueles que se interpuserem no caminho da apropriação privada de terras públicas por membros das elites dominantes, como latente e

¹ Entende-se a fronteira como um espaço marcado por múltiplos conflitos decorrentes do encontro entre povos, culturas, naturezas e territorialidades distintas relacionado direta ou indiretamente ao processo de expansão do capital

² Esse processo está na origem de contradições importantes que marcam o nosso campo como a que opõe a propriedade privada a formas de apropriação coletivas ou comunais.

estrutural, permeando de diversas maneiras o conjunto de relações e instituições que configuram a formação socioeconômica e política brasileira. A constituição e a generalização da propriedade privada da terra têm transitado entre o legal e o ilegal, como se verá, contando com a complacência e a conivência do Estado. Como se caracterizam os diferentes momentos desse processo e qual a sua relação com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo e a configuração de nossa estrutura fundiária?

Além da introdução e das considerações finais, esse capítulo está dividido em quatro partes, nas quais são tratados aspectos teóricos e históricos fundamentais para a compreensão do processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil.

1. Pressupostos: relações de propriedade, capitalismo e Estado

As relações de propriedade privada e a ordem legal que a sustenta são centrais para a estruturação e a manutenção das relações de produção capitalistas. O conceito de acumulação primitiva de Marx (2017) e a interpretação de Wood (2006 e 2014) sobre esse processo, bem como na teoria geral do direito de Pachukanis (2017), nos ajudam a compreender esse fato. Pachukanis ressalta o papel do Estado para a consagração da propriedade privada na sociedade capitalista por meio do estabelecimento do fetichismo jurídico³.

Wood destaca a importância atribuída por Marx (2017) ao surgimento e à generalização de novas relações sociais de propriedade da terra, iniciadas no campo inglês no séc. XVI, para o processo de acumulação primitiva. Segundo a autora, esse seria o “ponto de viragem crítico” para a emergência do capitalismo, embora a sua origem pressuponha a preexistência de uma rede comercial não capitalista (WOOD, 2014, p. 131-133). Desta forma, ela se distancia da visão da economia política clássica, que considera o processo de acumulação primitiva como

³ O autor lembra que a categoria de *sujeito de direito* é abstraída do ato da troca mercantil. “A esfera do domínio que envolve a forma do direito subjetivo é um fenômeno social atribuído ao indivíduo do mesmo modo que o valor, também um fenômeno social, é atribuído à coisa como produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico.” (PACHUKANIS, 2017, p. 124)

um movimento geral relacionado à acumulação de riqueza em volume suficiente para servir como fundamento para a expansão das transações motivadas pela busca do lucro.⁴

A constituição do capitalismo agrário na Inglaterra baseou-se na expropriação do camponês, ou sua separação dos meios de produção e meios de subsistência, e na disseminação do trabalho assalariado. Esse processo implicou a criação de novas relações sociais entre produtores e apropriadores, tornando-os, ambos, dependentes do mercado para a sua autorreprodução. Assim, a mudança nas relações de propriedade estabeleceu as condições para a imposição de imperativos de mercado como a competição e a busca pela maximização do lucro, com a compulsão crescente para o reinvestimento dos excedentes com vistas a tal maximização, o que levou, em particular, à busca do incremento da produtividade do trabalho por meio do desenvolvimento das forças produtivas. Esse conjunto de transformações reúne o que é particular ao capitalismo, mas a sua lógica específica de reprodução pode conviver e interagir com outras formas de produção e de apropriação do excedente, submetendo-as aos seus desígnios.

É por causa dessa nova dinâmica que faz sentido falar em capitalismo agrário antes mesmo da proletarização em massa da força de trabalho: mas mesmo aqueles que preferem reservar o termo “capitalista” para a relação madura entre capital e trabalho assalariado devem ter em mente que a completa desapropriação de produtores diretos – o que criou um proletariado em massa – veio como resultado, não como causa, dessa dinâmica econômica. (WOOD, 2014, p. 134)

Fontes (2010) parece fazer eco ao pensamento de Wood quando enfatiza a importância do movimento de expropriação e privatização para a dinâmica geral do capital até os dias atuais. Entendemos que esse processo pode assumir formas diversas, alimentando de modo

⁴ Wood critica o alinhamento de Harvey (2004) a essa concepção.

continuado e contraditório a expansão capitalista no espaço e no tempo. Talvez possamos pensar na tríade expropriação-privatização-valorização como momentos relacionados do processo de produção e reprodução do capital. O capital avança em várias frentes, definindo e redefinindo mercados e escalas diferenciadas de atuação. Novas relações sociais se impõem, na medida em que o capital investe na abertura de novas frentes de acumulação por meio de processos de expropriação-privatização-valorização, cada vez mais ancorados na destituição de direitos legalmente instituídos e na violência jurídica; e por meio do avanço de relações imperialistas, que submetem as formações socioterritoriais sob o domínio do capital financeiro.

A concepção de Estado territorial, embora esteja inspirada na noção de propriedade definida pelo direito romano⁵ e apoiada no princípio de soberania mutuamente excludente consagrado com o Tratado de Westfália (1648)⁶, ganha um fundamento propriamente capitalista com a consagração do instituto da propriedade privada da terra. Pachukanis (2017) identifica o Estado burguês com a imposição da forma jurídica da propriedade privada, que dá sustentação às relações de troca. “A sociedade capitalista é antes de tudo uma sociedade de proprietários de mercadorias.” (Pachukanis, 2017, p. 119)

A propriedade como apropriação é a consequência natural de qualquer modo de produção; mas apenas no interior de uma determinada formação social a propriedade adquire a sua forma lógica mais simples e universal de propriedade privada, na qual é determinada como a condição básica de circulação contínua de valores pela fórmula M-D, D-M. (PACHUKANIS, 2017, p. 65)

⁵ O direito romano produziu uma concepção de propriedade individual absoluta (*dominium*) e também uma abordagem de soberania (*imperium*) (Wood, 2014, p. 37).

⁶ O Tratado de Westfália é um marco do direito internacional e está na origem do sistema de Estados.

A propriedade privada é fundamental para a sociedade de produção mercantil capitalista, estruturada a partir da generalização das transações privadas, lastreadas a partir da relação de equivalência e da mediação do dinheiro.

(...) o surgimento e a consolidação da propriedade privada, sua universalização nas relações tanto dos sujeitos quanto de todos os objetos possíveis, a libertação da terra das relações de domínio e servidão, a conversão de qualquer propriedade em *propriedade mobiliária*, o desenvolvimento e a supremacia das relações obrigacionais e, finalmente, dos poderes políticos distintos como forças especiais, ao lado do que aparece o dinheiro como poder puramente econômico e resulta mais ou menos nitidamente a separação entre as esferas das relações públicas e privadas, o direito público e o privado. (PACHUKANIS, 2017, p. 62, grifo nosso)

A propriedade capitalista é, em sua essência, a liberdade de transformar o capital de uma forma em outra e de transferi-lo de uma esfera para outra com o objetivo de obter o máximo lucro fácil. Essa liberdade de dispor da propriedade capitalista é impensável sem a presença de indivíduos desprovidos de propriedade, ou seja, de proletários. A forma jurídica da propriedade não está de modo nenhum em contradição com a expropriação de um grande número de cidadãos. (PACHUKANIS, 2017, p. 132)

A propriedade privada tem sobretudo a função de assegurar ampla liberdade para a mobilidade do capital. Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e a emergência do capital monopolista e do capital financeiro, a empresa de capital aberto, cuja propriedade circula por meio de ações, expressa a realização dessa função de forma paradigmática.

O Estado moderno capitalista assegura a sustentação das relações de propriedade por meio da forma jurídica e expressa a separação entre o poder político e o poder econômico, contribuindo para a redução deste último ao poder do dinheiro. Propriedade privada, capitalismo e Estado moderno capitalista estão relacionados no nível das formas e das estruturas e não por uma captura eventual do poder pela classe burguesa (MASCARO, 2013). A constituição do Estado capitalista como forma política autônoma, sustentada na forma jurídica e separada da forma econômica, contribui para a dominação do valor como abstração concreta e dá origem à sociedade civil, composta por indivíduos, sujeitos de direito.⁷ Neste contexto, o controle sobre os meios de produção e o poder da propriedade privada podem se desvincular de formas extraeconômicas como o poder militar, e a dependência econômica aparece como o principal imperativo social e modo de coerção próprio do modo de produção capitalista.

A consequência disso é que a propriedade burguesa capitalista deixa de ser uma posse frágil, instável, puramente factual, que a qualquer momento pode ser alvo de disputa e que deve ser protegida de arma em punho. Ela se transforma em um direito absoluto, inalienável, que cerca a coisa por todos os lados e que, enquanto a civilização burguesa conservar seu domínio do globo terrestre, será protegido no mundo inteiro pela lei, pela polícia e pelos tribunais. (PACHUKANIS, 2017, p. 122-123)

É à luz do entendimento do caráter estrutural da relação entre a propriedade privada e o Estado sob o capitalismo que examinaremos a seguir o processo de constituição da propriedade privada da terra, suas formas de regulação e as bases a partir das quais se configuram as classes sociais no campo e a formação territorial brasileira.

⁷ Apenas com o completo desenvolvimento das relações burguesas o direito adquiriu um caráter abstrato. Todo homem torna-se um homem em geral, todo trabalho torna-se um trabalho social útil em geral, todo indivíduo torna-se um sujeito de direito abstrato. Ao mesmo tempo, também a norma toma a forma lógica acabada da lei abstrata geral (Pachukanis, 2017, p. 127).

2. Elementos para uma história dos primórdios da propriedade da terra no Brasil

Segundo Silva (1997), a prática do apossamento se consagra no período colonial e permanece tolerada até hoje, desempenhando um papel fundamental no modo como a propriedade privada da terra se estabelece no Brasil.

O empreendimento colonial português se realizou num período marcado pela expansão de relações comerciais, em que alguns reinos da Europa como Espanha, Holanda, França e Inglaterra buscaram novos territórios com riquezas a serem exploradas. Dois princípios que orientaram as conquistas territoriais na época também serviram de base para a ação da metrópole portuguesa na colônias: (1) terra deixada sem uso ou estéril (sem cultivo) não era considerada propriedade e poderia ser ocupada por quem fosse capaz de cultivá-la, à semelhança do princípio legal romano de *res nullius*⁸, o que explica o tratamento dado a grande parte dos territórios dos povos nativos americanos; e (2) guerra realizada por autoridade apropriada e com o objetivo de autopreservação era “guerra justa” e os prisioneiros apreendidos no conflito poderiam ser submetidos ao trabalho forçado.⁹

As terras “estéreis” apropriadas pela coroa portuguesa foram doadas em *regime de sesmaria* aos interessados que possuíssem recursos para explorá-las, com a exigência de que fosse feita a ocupação e o cultivo da mesma, bem como a sua devida demarcação. Vencido o tempo definido na carta de concessão, que era em média de cinco anos, caso a terra estivesse sem uso, deveria retornar ao rei, constituindo-se *terra devoluta*¹⁰.

⁸ Esse princípio romano decretava que toda “coisa vazia” ou terra não ocupada era terra comum até que fosse posta em uso. (WOOD, 2014, p. 63)

⁹ Ambos os princípios foram defendidos por Hugo Grócio (1583-1645), grande pensador das relações internacionais que elaborou argumentos a serviço dos interesses de supremacia comercial dos holandeses. Ele desenvolveu uma teoria política baseada no princípio da autopreservação, como a lei natural mais fundamental, e no direito de fazer guerra e apropriar territórios. (WOOD, 2014, p. 61).

¹⁰ Esse termo passou ao vocabulário jurídico brasileiro como sinônimo de terra vaga e, finalmente, terra pública. (SILVA, 1997, p. 16)

Segundo Motta (2012), a noção de posse imemorial juntamente com a de uso comum constituíam os pilares do costume relacionados à apropriação da terra em Portugal no séc. XVIII. Mas as mudanças em curso já apon-tavam no sentido da subordinação da propriedade fundiária aos contratos, o que, com a difusão de novas relações sociais, iria contribuir para a natura-lização da noção de propriedade territorial como um bem inviolável. Essas formas de relação com a terra foram contrapostas e acionadas de maneiras distintas pelos lavradores pobres e pelos fazendeiros ricos, num conflito que, à semelhança do que ocorreu previamente no campo inglês, com o tempo iria submeter a terra e o trabalhador às relações de produção mediadas pela propriedade privada, constituindo a classe dos proprietários. Enquanto isso, na Colônia, a Coroa Portuguesa enfrentava dificuldades para disciplinar o acesso à terra pelos fazendeiros e os colonos lavradores. Foi frequente o descumprimento da lei quanto à exigência de ocupação produtiva e demar-cação das terras, assim como os casos de superposição de cartas de sesmaria sobre uma mesma área, ocasionando disputas judiciais.

Como prevaleceu na Colônia um padrão de exploração agrícola bastante predatório, muitas fazendas incorporavam extensões de terras ociosas, a serem utilizadas no futuro na medida em que o solo cultivado se esgotasse. A incapacidade da metrópole de exercer o controle sobre o que acontecia na Colônia favoreceu a formação de grandes latifúndios improdutivos, bem como a ampla adoção de outro modo de apropriação, o apossamento, que finda reconhecido pelas autoridades coloniais.¹¹ Por permitir a mobilidade da agricultura predatória, a posse se tornou a principal forma de apropriação de terras. Com a independência e o fim do regime de sesmarias, a posse seguiu como a única forma de apropriação até a lei de terras de 1850. (SILVA, 1997)

Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo

¹¹ Consagrou-se a prática da solicitação de sesmaria para legitimar uma situação de ocupação de fato de parcelas de terras na colônia, em “posse mansa e pacífica”. (MOTTA, 2012)

de aquisição do domínio, paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso tão desvirtuado regime de sesmarias. (LIMA, 2002, p. 51)

Além da formação de grandes fazendas, o apossamento também permitiu a instalação do trabalhador livre e sem recursos, desde que em áreas distantes e pouco valorizadas, ou às margens das fazendas. Porém, sempre que a pequena posse se encontrava no caminho da expansão da grande fazenda, esta última se impunha sobre a primeira expulsando o lavrador, que em geral migrava para áreas ainda mais distantes, ou submetendo-o à condição de agregado¹².

3. A constituição da moderna propriedade da terra e a formação das relações capitalistas no campo

O regime de propriedade que sucede o regime de sesmarias foi concebido após a nossa independência da condição colonial, com o objetivo de assegurar ao Estado imperial o controle sobre a passagem das terras do domínio público para o privado, o que vinha se dando livremente desde o fim do sistema de concessões. Isso ocorreu num contexto marcado por importantes transformações econômicas e políticas verificadas na Europa na primeira metade do séc. XIX, caracterizadas pela expansão das relações de produção capitalistas.

A definição do novo regime de propriedade foi antecedida por um intenso debate sobre diferentes propostas de distribuição e regulamentação das terras e o seu impacto para o processo de colonização e o desenvolvimento econômico nacional. Esse debate influenciou a Constituição de 1824, que não determinou limites ao direito de propriedade territorial, nem o condicionou à obrigatoriedade do cultivo, resultando numa noção de propriedade condizente com uma economia de mercado (MOTTA, 2012, p. 264).

¹² A supremacia de poder do grande possessor sobre o pequeno e a sua íntima relação com o Estado têm contribuído historicamente para a legitimação de suas práticas e a associação no senso comum da noção de possessor à figura do ocupante de uma pequena porção de terra, que a utiliza para o seu próprio sustento sem possuir o título de propriedade e que apresenta por isso uma relação frágil e vulnerável com a terra.

O crescimento da economia cafeeira e a consolidação da base de apoio ao regime monárquico então instaurado proporcionaram condições favoráveis à estabilização do Estado nacional, no entanto a efetiva regularização das terras mostrou-se ser um tema bastante controverso. Tal situação pode ser explicada pela contradição existente entre, de um lado, os possíveis benefícios de uma regulamentação da propriedade das terras; e, de outro, a prática dominante de uma agricultura predatória, que demandava continuamente a abertura de novas áreas de cultivo, associada à liberdade de que gozavam as oligarquias rurais em relação à apropriação privada das terras públicas. A negociação de uma solução jurídico-política para a questão da terra só ocorreu em 1850, com a Lei nº. 601, quando a pressão inglesa para a abolição do tráfico de escravos e a transição para o trabalho livre se mostrou incontornável e se impôs a necessidade de definição de uma estratégia de colonização para fazer frente à demanda de mão-de-obra das fazendas. A aludida lei, conhecida como Lei de Terras por tratar da regularização fundiária, foi também uma lei de colonização, voltada para acomodar a mudança de regime de trabalho em curso.

A Lei de Terras determinou: o fim do sistema de apossamento com a proibição da aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra¹³; a demarcação e o registro por seus possuidores das terras adquiridas por posse ou sesmarias dentro de prazos a serem definidos pelo governo; a medição e a demarcação pelo governo das terras devolutas; a organização por freguesia do registro das terras possuídas; a criação de uma Repartição Geral de Terras Públicas para administrar e fiscalizar a venda e a distribuição das terras devolutas. Ainda menciona a obrigação da titulação das terras possuídas por particulares, sem o que estes estariam impedidos de realizar hipoteca ou qualquer forma de alienação das mesmas.

Inspirando-se em aspectos do “sistema autossustentável de colonização” proposto por Edward Gibbon Wakefield (1796-1862), a Lei de

¹³ A posse foi contemplada, no Capítulo 5º da Lei 601, nos seguintes termos: “Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro.”

Terras transforma a terra em mercadoria e prevê a utilização de recursos obtidos com a venda de terras devolutas para o financiamento da imigração de trabalhadores livres para substituir o trabalho escravo.

A lei permitia ao Tesouro utilizar os fundos gerados pelas vendas de terras e sua regulamentação para financiar o levantamento nacional de terras e para trazer anualmente certo número de imigrantes livres para o Brasil. Determinava também que esses imigrantes subsidiados pelo Estado tinham de trabalhar como empregados por períodos previamente especificados e em empregos que o governo houvesse preestabelecido, tanto na agricultura como em trabalhos públicos ou privados geridos por administração pública, ou na criação de assentamentos ou colônias independentes de imigrantes. (HOLSTON, 2013, p. 179)

A Lei nº. 601 também define que sejam reservadas terras para a “colonização dos indígenas”, dando continuidade ao sistema de aldeamento e buscando situá-los em seu território original. Na prática, essa lei permitiu a redução das áreas indígenas aos territórios dos aldeamentos, sendo negados direitos territoriais reconhecidos desde o período colonial¹⁴, com o esbulho das terras indígenas e sua incorporação ao patrimônio nacional. Uma vez transformadas em terras devolutas, as terras indígenas estavam, em princípio, abertas à colonização¹⁵. O Brasil-Império teve como projeto a formação de uma só nação a partir da integração dos indígenas à sociedade brasileira. (LIMA, 2016, p. 49)

¹⁴ O Alvará de 1680 reconheceu os índios como “primários e senhores naturais” de suas terras e que nenhum outro título poderia valer nestas terras. Enquanto esse princípio permaneceu em vigor, uma das estratégias adotadas para contorná-lo foi o questionamento da identidade indígena de povos “civilizados” pelo colonizador, pois, caso não fossem mais considerados índios, perdiam esse direito.

¹⁵ A posse indígena de suas terras passa a ser considerada como inalienável a partir da Constituição de 1934 e as constituições posteriores mantiveram e desenvolveram esse direito, que assume a sua expressão mais detalhada em 1988. (CUNHA, 2009, p. 265).

Silva (2008) ressalta que a determinação de demarcar as terras devolutas após o registro das terras particulares foi um ponto crítico que impediu a concretização dos objetivos da Lei 601, uma vez que a maioria dos posseiros se negaram a legalizar as suas terras. Com isso, não se efetuou a organização de um cadastro geral de terras devolutas e se instaurou uma situação de grande insegurança jurídica, reforçada inclusive por transações envolvendo terras públicas, realizadas pelo Império sem a devida escritura e registro, o que dificultou em muito a obtenção de recursos previstos na lei. Também não foram implementados projetos de colonização com pequenas propriedades conforme o previsto. Ainda assim, a imigração de mão-de-obra para atender à demanda das fazendas foi subsidiada com recursos públicos.

O federalismo instaurado com a República deu plenos poderes às oligarquias agrárias. A Constituição de 1891 transferiu as terras devolutas para os governos estaduais, o que representava à época mais de 80% do território nacional (HOLSTON, 2013, p. 182). Como os governos estaduais reiteraram os termos gerais da Lei de Terras, ela continuou a balizar as relações de propriedade no país, mesmo não sendo executada em sua íntegra. Assim, a regulação da apropriação territorial foi acomodada aos interesses das elites agrárias, num contexto em que se verificou simultaneamente a consolidação do Estado nacional e a formação da classe dos proprietários de terras.

Com a promulgação do Código Civil em 1916, teve início uma nova polêmica em torno da regularização da propriedade da terra. Questionou-se a emissão de títulos de domínio pelo Estado e o registro das terras no âmbito administrativo, uma vez que essa prática entrava em conflito com as regras definidas pelo código para a transmissão da propriedade entre particulares, que obrigava a transcrição dos títulos no Registro de Imóveis. Essa exigência já havia sido estabelecida por lei de 1865, com o objetivo de regular as hipotecas.¹⁶

Apesar de desvios e controvérsias, a Lei de Terras cumpriu o seu principal papel ao definir os marcos legais para o reconhecimento da propriedade privada da terra como uma mercadoria e com isso dificultar

¹⁶ Regulamento hipotecário de 1865, capítulo 21: “As aquisições estão sujeitas à transcrição para poderem valer contra terceiros.” (SILVA, 2008, p. 344)

o acesso à terra para o trabalhador livre, seja imigrante, seja ex-escravo, dentre outros. Os preços fixados pelo governo para a venda de terras se revelaram uma grande barreira para a maioria dos trabalhadores rurais e camponeses, que se viam obrigados a se submeterem ao trabalho nas fazendas por muitos anos, caso desejassem reunir recursos para a aquisição de terras. Restou, contudo, a opção de migrar para áreas remotas, onde podiam se instalar por meio da posse.

A disponibilidade de amplos fundos territoriais, em que pese o fato de estes serem habitados por povos originários, serviu de base para o deslocamento contínuo da “fronteira interna”. Segundo Silva (2008), apesar de proscrito com a Lei de Terras, o apossamento continuou sendo o principal meio de apropriação e incorporação das terras devolutas.

A continuidade do apossamento, defendida por fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e permitiu a ocupação da terra pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária. Nesse sentido, seria possível, talvez (só um estudo específico poderia confirmar), falar no exercício de uma hegemonia por parte dos grandes fazendeiros, organizada em torno do acesso continuado às terras devolutas e integrando de modo subordinado os pequenos posseiros. (SILVA, 2008, p. 368)

O apossamento se constituiu historicamente como um meio para assegurar o acesso à terra pelo trabalhador familiar camponês. No entanto, o campesinato continuou sendo sucessivamente expulso e forçado a migrar para terras mais distantes na medida em que vai perdendo as suas terras para a grilagem¹⁷. É preciso distinguir a posse realizada pelo camponês daquela que tem como objetivo a formação de latifúndios.

¹⁷ A grilagem assegura a apropriação indevida de grandes extensões de terras por meio do uso da violência direta e de estratégias de burla e produção de documentos fraudulentos, que envolvem representantes de cartórios, técnicos de órgãos de terra estaduais e do INCRA, juízes, dentre outros, configurando verdadeiras quadrilhas.

4. Propriedade da terra, Estado e capital monopolista

Na virada dos anos 1950/60, em face de mudanças observadas nas relações de trabalho nas grandes fazendas, os conflitos no campo se intensificaram, a organização dos trabalhadores rurais avançou, e as reivindicações trabalhistas e a defesa da reforma agrária alcançaram grande projeção no debate público. Em 1963 foi promulgada a Lei 4.214 ou Estatuto do Trabalhador Rural, que assegurou aos trabalhadores do campo direitos equivalentes aos dos trabalhadores urbanos. Porém, no ano seguinte ocorreu um golpe militar, dando início a três décadas de regime autoritário e a uma maior centralização do poder do Estado, o que resultou no estabelecimento de um novo padrão de relação com as oligarquias agrárias.

No primeiro ano da ditadura militar foi promulgada a Lei 4.504 ou Estatuto da Terra¹⁸, definindo as diretrizes para as políticas de reforma agrária, colonização rural, modernização agrícola e tributação da terra com o propósito declarado de atender aos princípios de justiça social, aumento de produtividade e adequação da produção agrícola às demandas da economia nacional. Essa legislação condicionou a propriedade da terra ao cumprimento de sua função social¹⁹, expressa no atendimento a quatro exigências: (a) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam; (b) manter níveis satisfatórios de produtividade; (c) assegurar a conservação dos recursos naturais; (d) observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho. E previu a desapropriação por interesse social,

¹⁸ Essa lei foi seguida de outras medidas que geraram forte impacto sobre a estrutura fundiária, tais como: a Emenda Constitucional n.18 de 1965, que estende à Amazônia os incentivos fiscais e favores creditícios concedidos ao Nordeste; a concessão de incentivos fiscais aos empreendimentos “florestais” em todo o país em 1966; a criação do INCRA em 1970 e sua subordinação ao Ministério da Agricultura, com o tratamento da questão agrária como problema setorial; o Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970; e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971.

¹⁹ No Brasil, o direito de propriedade é condicionado pela primeira vez ao respeito aos interesses da coletividade na Constituição de 1934, no capítulo dos direitos e das garantias individuais.

com o objetivo de adequar o uso da terra à sua função social, bem como para atender a outras demandas gerais da sociedade. Além disso, definiu um novo recorte da realidade ao criar categorias normativas para o uso do Estado como as de imóvel rural, propriedade familiar, módulo rural, minifúndio, latifúndio (por dimensão e por exploração) e empresa rural.

No entanto, apesar de dispor dos instrumentos que possibilitariam a democratização do acesso à terra e a promoção de mudanças nas relações de produção no campo, os governos militares priorizaram o fomento à modernização agrícola e à colonização rural em detrimento da reforma agrária. Essa estratégia favoreceu a manutenção de formas de dominação tradicionais e, aliada aos incentivos fiscais e subsídios concedidos no contexto de políticas territoriais, atraiu capitais de diferentes origens para negócios envolvendo a propriedade da terra e promoveu a consolidação do capital monopolista no campo. Assim, foi firmada uma aliança entre a classe dos capitalistas e a dos proprietários de terras sob a orquestração do Estado, com grandes consequências para os processos sociais no campo e para a política nacional em geral (MARTINS, 1994)²⁰. Neste contexto, a apropriação privada das terras devolutas por meio do apossamento e da grilagem segue com a complacência do Estado.

Esse processo aprofundou a concentração de terras no campo e está na origem da ampla integração da Amazônia e da área dos cerrados ao movimento de expansão da propriedade privada da terra e aos circuitos de reprodução do capital em detrimento de outras formas sociais da terra, constituindo-se em mais um capítulo do processo de acumulação por despossessão. Para isso, contou-se com a ação repressiva do Estado contra os movimentos sociais e o consequente esvaziamento da força política que havia surgido no campo nos anos 1950 com a organização de sindicatos combativos e das ligas camponesas.

Somente em 1985, com a restauração do regime civil e a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apoiadores, o

²⁰ Essa aliança está na origem da ampla expressão alcançada hoje pelos interesses da grande propriedade da terra no Congresso Nacional, representados pela “bandada ruralista”.

Governo Sarney assume o compromisso de realizar a reforma agrária. Mas, apesar das esperanças geradas com a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), as ações do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) foram muito tímidas, evidenciando o poder das elites agrárias junto ao Estado, redefinido sob o regime militar.

A Constituição de 1988 representou um novo marco nos embates em torno da questão agrária, adotando o conceito de “propriedade produtiva” e assegurando a esta um tratamento especial, o que dificultou a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária e favoreceu os interesses do latifúndio. Entretanto, os movimentos sociais do campo também registraram conquistas significativas, como a aprovação da função social da terra como preceito constitucional e o reconhecimento do direito dos remanescentes de quilombo à propriedade definitiva das terras que ocupam²¹. Ainda houve avanços importantes em relação à questão indígena, com o reconhecimento de seu direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam e do direito à proteção de sua organização social, costumes e tradições.

Mas, desde então, muitas têm sido as barreiras interpostas para a concretização desses direitos, a começar pelas inúmeras disputas travadas no próprio campo legal. A regulação dos dispositivos constitucionais sobre a reforma agrária ocorreu após muito debate em 1993, com a Lei nº. 8.629, que foi seguidamente alterada por medidas provisórias e lei posteriores com o objetivo de dificultar a sua aplicação (LEITE et al., 2020). A regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, por sua vez, ocorreu somente em 2003, com o Decreto nº. 4.887, quando é atribuído a esses povos o direito de autoidentificação²². No que diz respeito ao direito territorial indígena,

²¹ Conforme Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Capítulo 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

²² O referido decreto acolhe o critério de autoidentificação para os remanescentes de quilombo, em conformidade com o que estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo país em 2002. Por se referir “aos povos interessados em direitos de propriedade e de posse sobre as terras

têm surgido nas últimas décadas propostas de emendas constitucionais e ações judiciais que visam dificultar a sua aplicação²³.

Nos anos 1980, dificuldades econômicas debilitaram a capacidade de financiamento das atividades agrícolas pelo Estado. Porém, nos anos 2000, já sob o domínio de políticas neoliberais, essa capacidade foi recuperada²⁴ e o pacto de economia política que dá sustentação ao agronegócio, relançado. Além disso, a alta do preço das *commodities* no mercado mundial atraiu novos investimentos, nacionais e estrangeiros, para o setor e contribuiu para o forte crescimento apresentado pelas cadeias agroindustriais sucroenergética e de soja, carnes e celulose, impulsionando a reprimarização de nossa pauta de exportações (DELGADO, 2012). Tal crescimento verificou-se no contexto de uma economia mundial financeirizada e foi acompanhado por um intenso processo de concentração e centralização de capitais, realizado por meio de fusões e aquisições, que deram origem a grandes empresas transnacionais²⁵. Essas transformações observadas a partir do ano 2000 contribuíram para a dinamização do mercado de terras rurais, com um forte aumento dos preços praticados em todas as regiões do país (MARQUES, 2018).

que tradicionalmente ocupam”, a Convenção 169 abre a possibilidade para que outros povos tradicionais reivindiquem o reconhecimento do direito sobre seus territórios.

²³ Como a PEC 215 de 2000, que propõe a transferência da atribuição de demarcação das terras indígenas do Executivo para o Congresso Nacional; e a Ação Cível Originária 1.100 (ACO), que trata de um pedido de anulação da demarcação da Terra Indígena Ibirama Laklaño, do povo Xokleng, baseado na tese do “marco temporal”, que defende que os povos indígenas só podem reivindicar as terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição Federal (5/10/1988).

²⁴ Ao longo da década dos anos 2000, o volume de crédito concedido a partir de fundos públicos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) mais do que dobrou. (DELGADO, 2012, p. 104).

²⁵ Muitas empresas formadas no período resultaram da junção de capitais nacionais e estrangeiros. Outras empresas, de capital majoritariamente nacional, contaram com o apoio do Estado para a sua transformação em grandes *players* mundiais, por meio de aportes financeiros significativos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A propriedade da terra tornou-se ainda mais objeto de grandes negócios e especulações²⁶, destacando-se na função de ativo financeiro²⁷. São criadas grandes empresas imobiliárias rurais que passam a atrair investidores no mercado financeiro mundial, intensificando a corrida por terras com base nas velhas práticas de apropriação ilegal de terras públicas e de expropriação de comunidades tradicionais e indígenas. Mas, contraditoriamente, o grande capital, embora se alimente de formas de espoliação diversas, tem demandado crescentemente a regularização da propriedade da terra no país em nome da segurança jurídica, para que possa operar mais livremente. Assim, avolumam-se as pressões para que o Estado legalize extensas áreas griladas, em nome dos “benefícios coletivos” gerados pela regularização das terras. A edição de medidas provisórias como as MP 458/2009 do Governo Lula, MP 759/2016 do Governo Temer e a MP 910/2019 do Governo Bolsonaro, posteriormente transformadas nas leis 11.952/2009 e 13.465/2017 e no Projeto de Lei 2.633/2020, respectivamente, são exemplos de como o Estado tem atendido a essas demandas, com a flexibilização da lei, o perdão das infrações e a premiação da prática do saque das terras públicas com a legalização das terras griladas.

5. Considerações finais

O que aparece como uma hipótese em Silva (2008), “o exercício de uma hegemonia por parte dos grandes fazendeiros” na prática do apossamento de terras devolutas, tem ocorrido de fato e se baseia no emprego

²⁶ Além disso, têm surgido novos investimentos no âmbito da economia verde que também pressionam a propriedade da terra, tais como o mercado de cotas de reservas ambientais e as compensações financeiras relacionadas à redução de emissão de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento evitado e do manejo sustentável de florestas. Esses negócios têm estimulado o avanço da grilagem, até mesmo sobre áreas situadas no interior de unidades de conservação.

²⁷ Entre a maioria dos proprietários de terra, independentemente dos interesses econômicos que estes representam, observa-se uma tendência crescente para considerar a renda da terra como juros relativos ao capital investido na compra da terra. A propriedade da terra tem se tornado uma forma de ativo financeiro (HARVEY, 2006, p.347).

continuado de violência e no domínio sobre o território nacional. As denúncias sobre a grilagem de terras veiculadas com frequência pela mídia e pelas inúmeras pesquisas sobre o tema²⁸ revelam a permanência e atualidade do uso da violência pela classe dos proprietários de terras contra povos e comunidades rurais que apresentam territorialidades distintas.

Embora a constituição da propriedade privada seja um processo essencial para a formação do capitalismo e a sua consagração como um direito seja a razão de ser do Estado burguês, ela apresenta uma trajetória própria em cada formação territorial. No Brasil, na medida em que o apossamento e a prática da grilagem se mantiveram como estratégias importantes de acesso à terra, a propriedade privada se consolidou apoiada em meios extraeconômicos aliados às trocas econômicas, simultaneamente negando e afirmando o fetichismo jurídico. Esse processo tem fragilizado a afirmação do Estado enquanto poder político separado do poder econômico e a distinção entre as esferas pública e privada. É assim que tem se formado no país uma classe proprietária e uma elite agrária, cuja relação com a lei se põe abertamente a serviço de seus interesses imediatos, naturalizando-se o roubo das terras públicas como um mecanismo permanente e forma legítima de acumulação no campo.

Bibliografia

CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2 ed., Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

_____. **The limits to capital**. New York: Verso, 2006.

²⁸ Ver Oliveira, 2010. Destacamos ainda as pesquisas desenvolvidas no Dep. de Geografia da Universidade de São Paulo sobre grilagem e capitalismo rentista sob a orientação de Ariovaldo U. de Oliveira.

LEITE, A. Z. et al. **Mudanças atuais das Leis de Terras**: do golpe político ao golpe fundiário. Goiânia: CPT, 2020. (Caderno de Estudos)

LIMA, L. G. B. **Os Akwẽ-Xerente no Tocantins**: território indígena e as questões socioambientais. São Paulo: FFLCH/ USP, 2016. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 5 ed., Goiânia: Editora da UFG, 2002.

MARQUES, M. I. M. A propriedade da terra no Centro-Norte do Brasil: agricultura e “valorização” imobiliária em tempos de financeirização da economia. In: ALCÁNTARA, M. et al. (coords.). **Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas**. Salamanca, vol.10: Estudios económicos, 2018.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARX, K. **O capital**: Livro I. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, A. C. R. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. In: LEMOS, A. I. G. et al. (orgs.), **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires/ São Paulo: CLACSO/USP, 2006.

MOTTA, M. M. M. **Direito à terra no Brasil**: a gestação do conflito 1795-1824. 2 ed., São Paulo: Alameda, 2012.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária** (Online), São Paulo, v. 12, p. 3-113, 2010.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, L. O. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva** (Online), São Paulo, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2 ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

WOOD, E. M. Logics of power: a conversation with David Harvey. **Historical Materialism**, Londres, v. 14, n. 4, p. 9-34, jan. 2006.

_____. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LEI No 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Brasil-Império. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>, acesso em 10/11/2020.

Convenção 169 da OIT de junho de 1989. Sobre povos indígenas e tribais. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>, acesso em 15/11/2020.

Constituição da República Federativa do Brasil de outubro de 1988. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>, acesso em 2/10/2020.

CAMPONESES, QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E GRILEIROS EM CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

O mundo continua a viver, plenamente, a crise em que o capitalismo mergulhou a partir de 2008. E não há sinais de superação, muito pelo contrário, o mundo assiste dia a dia um processo de engolimento solene de todas as medidas de superação da mesma. O mundo não encontrou a saída da crise, e crise e mais crise vão se acumulando dia a dia. Se a crise econômica não bastasse, soma-se a ela a grave situação da saúde com a pandemia de Covid-19.

No Brasil, já não se fala que a crise não tenha atingido o país, mas sim como sair dela. Como superá-la, de modo a garantir no futuro um lugar decente para o país. Assim, o país vai sendo tragado pelo avanço descomunal da dívida pública interna, que não apresenta sequer pequenos números que indiquem uma diminuição de seu tamanho. Em 2017, a dívida pública interna no país era de R\$ 3,559 trilhões. O endividamento interno do Brasil atingiu R\$ 3,877 trilhões, em 2018, e, em 2019, o montante foi de R\$ 4,248 trilhões. O que equivale a dizer que atingiu, em 2018, um percentual de 87,3% do produzido, e, em 2019, o percentual de 90,2% do total. Assim, a previsão para 2023 será de 96,3%, ou seja, atingir por volta de 2025 o total dos 100% do total produzido. Os sinais do futuro são negros para todos os brasileiros.

Também, soma-se a essa questão do endividamento interno a questão dos dados cifrados do Censo Agropecuário de 2017, que teve seus resultados divulgados em 2019. Este censo indicou que há no país 5.073.324 estabelecimentos contra um total de 5.175.636 que havia em 2006, período do último censo. Uma diminuição de 102.312 estabelecimentos, ou seja, de

menos de 1,98%. Esta diminuição no número de estabelecimentos não significa que esteja diminuindo o número dos proprietários, pois estes aumentaram de 4.135.604, em 2006, para 4.366.948 proprietários, em 2017, ou seja, um total de 231.344 estabelecimentos a mais que 2006, ou 5,6% de aumento. Lembre-se que a diminuição ocorreu entre aqueles estabelecimentos que não possuíam a propriedade da terra, ou seja, entre os arrendatários, parceiros, comandatários, os ocupantes e os produtores sem área. Portanto, o país diminuiu, ainda que pouco, o total dos estabelecimentos, e aumentou o número de proprietários capitalistas (não familiar), e diminuiu o número de proprietários camponeses (familiar). Eles, os proprietários camponeses (familiar), eram, em 2006, um total de 4.366.267 estabelecimentos, sendo administrados por proprietários camponeses (familiar) 3.432.679 estabelecimentos; já em 2017, eles diminuíram, passando para 3.897.408 estabelecimentos, dos quais havia um total de 3.376.179 estabelecimentos administrados pelos proprietários camponeses (familiar). Portanto, o país teve entre 2006 e 2017, entre aqueles proprietários camponeses (familiar), uma diminuição de 56.500 estabelecimentos (1,7%).

Já os proprietários capitalistas (não familiar) eram, em 2006, um total de 809.369 estabelecimentos, sendo administrados por proprietários capitalistas (não familiar) 702.925, enquanto que, em 2017, eles aumentaram, passando para 1.175.916 estabelecimentos, dos quais havia um total de 990.769 administrados pelos proprietários capitalistas (não familiar). Portanto, o país teve entre 2006 e 2017, entre aqueles empreendimentos capitalistas (não familiar), um aumento de 287.844 estabelecimentos (40,9%).

Enquanto que a área ocupada total foi de 351.289.816 hectares, em 2017, contra um total de 333.680.037 hectares em 2006. Ou seja, um aumento da área ocupada total de 17.609.779 hectares, ou 5,28%. Em 2006, havia um total de 253.577.343 hectares para os estabelecimentos capitalistas (não familiares) enquanto que, em 2017, o número foi de 270.398.732 hectares, portanto, um aumento de 16.821.389 hectares, ou seja, de 6,6%. Os números apresentados para aqueles que adotaram somente os proprietários capitalistas (não familiares) foi de 246.441.673 hectares, em 2017, contra os 242.009.679 hectares, em 2006, ou seja, mais 4.431.994 hectares, o que quer dizer um aumento de 1%.

O mesmo fato ocorreu com os dados referentes aos camponeses (familiares). Em 2017, eles alcançaram o total de 80.891.084 hectares,

sendo que, em 2006, atingiam um total de 80.102.694 hectares, portanto, uma diferença de 788.390 hectares a mais, ou seja, um total de 0,98% a mais. Com relação ao aumento dos proprietários camponeses (familiares), apresentaram em 2017 um total de 75.619.598 hectares contra o total de 74.263.920 hectares em 2006, ou seja, uma diferença a mais de 1.355.678 hectares, o que equivale a dizer que apresentou 1,8% a mais.

Chamo a atenção daqueles que se interessam pelos estudos da estrutura fundiária brasileira, para mostrar o escárnio que representa seus dados. Principalmente, depois que o Incra divulgou os dados relativos a Estatísticas Cadastrais de 2.014, revelando a todos a existência de 159,2 milhões de hectares de estoque das terras públicas. Esse número, associado a estrutura violentamente concentrada da terra no país, mostrou de que lado estão os muitos funcionários públicos que lá trabalham. Estão do lado dos grileiros e dos homens mais ricos de nossa sociedade.

Aliás, ao lado dos grileiros, pois, no curto período em que se fez Presidente, o então vice-presidente de Dilma Rousseff enviou ao Congresso a MP 759 que tratou de resolver juridicamente o problema da grilagem de terras no país. Este documento virou a Lei nº 13.465, em 11 de julho de 2017, que teve como Decreto nº 9.310 em 15 de março de 2018. Dessa forma, via legal, os grileiros de terras vão regularizando seus grilos até 2.500 hectares. Aquelas propriedades griladas que excediam esta dimensão vão aguardando outra “oportunidade”. É dessa maneira que os políticos vão, via grilagem, regularizando as áreas sarrupiadadas ao arrepio da lei.

Depois que passou este curto governo de dois anos, foi iniciado outro em 2019, este eleito para quatro anos, que tratou de empossar no cargo de secretário especial da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA ninguém mais ninguém menos do que Luiz Antônio Nabhan Garcia, que se apresentou com um currículo onde encontrava-se o cargo que ocupava antes de assumir a Secretaria: “*Presidente da União Democrática Ruralista – UDR – Brasília – DF - período: 30 de março de 2013 a 31 de dezembro de 2018.*”¹ Esta pessoa é o responsável pelas ações do governo federal atual com relação às medidas fundiárias. É uma espécie de uma “raposa tomando conta do galinheiro”.

¹ <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretari>

Assim, cabe a esta pessoa encaminhar as medidas que lhe são de ofício: resolver os problemas da grilagem de terra no país, por isso, em primeiro lugar, o encaminhamento da Medida Provisória 910/19 feita no final do ano de 2019. Mas a MP 910/19 não foi sequer discutida e caiu, pois não foi votada pelo Congresso Nacional, e, em seu lugar, veio o PL 2633/2020, um “irmão da outra”.

É por isso que no governo federal atual não se fala mais em reforma agrária, é como se *Capítulo III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA*, e os *capítulos 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191 da Constituição Federal* estivessem desaparecidos, não existissem mais.

Dessa maneira, a paciência já se esgotou faz muito tempo, só há um rumo a seguir, aquele da contestação, do grito sem parar. É por isso que se precisa de lemas como este a seguir: *REFORMA AGRÁRIA, DEVER DO ESTADO, DIREITO DO CIDADÃO*. Ou este outro, por exemplo: *REFORMA AGRÁRIA é o instrumento de POLÍTICA PÚBLICA para se fazer CUMPRIR a FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA*. É como não se pudesse ser dito mais, mas tudo o que estão fazendo contra a Reforma Agrária não merece esse silêncio maldito imposto pelos meios de comunicação de massa, pelos órgãos governamentais, e por muita gente mesmo. Por isso é necessário dar um basta nesse silêncio sepulcral instalado por todos os lados no país. Chega de tanta hipocrisia e silêncio, abramos nosso peito e gritemos bem alto: *o governo atual está cometendo um crime contra a Constituição Federal de 1988, particularmente, porque não faz mais a REFORMA AGRÁRIA*. É isso mesmo, que necessita ser dito e bem alto.

Foi por todos estes atos e fatos que, como consequência do processo em que o Brasil entrou, os conflitos no campo e sua companheira inseparável, a violência, não pararam de aumentar. E ela vem acompanhada do número de pessoas assassinadas, que vão pintando com cores vermelhas esses conflitos no campo brasileiro.

1. Os conflitos no campo no Brasil

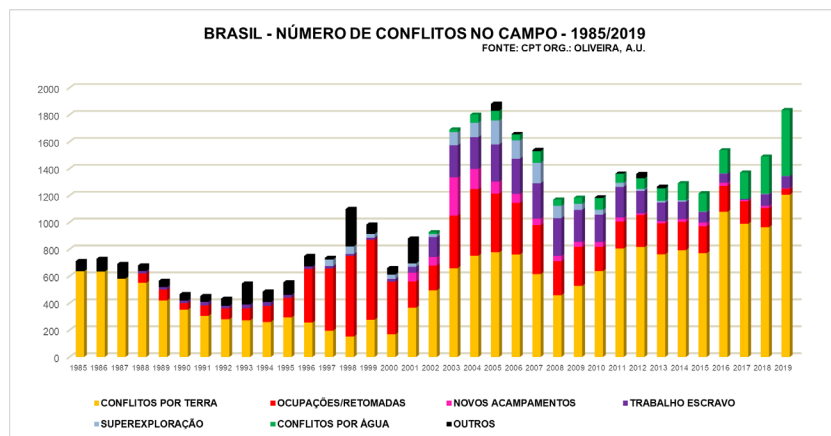
Os conflitos no campo, no Brasil, alcançaram o número de 1.834 em 2019, mais de cinco conflitos por dia. Trata-se do segundo maior

número já ocorrido no país, sendo superado pelo dado de 2005, que foi de 1.881. Mas é o primeiro lugar em conflitos por terra já registrado no Brasil, que foi de 1.207 em 2019, mais de 3,3 conflitos por dia. Assim, foi um número superado pelos dados do primeiro mandato do governo Lula, que chegou, em 2003, a 1.335 conflitos por terra, e 2004 foi o mais alto, com 1.398. No ano de 2005 alcançou o número de 1.304 conflitos, e, em 2006, atingiu 1.212. Depois, 2016, quando atingiu o número de 1.295.

Entretanto, o indicador do número de conflitos por terra teve o número máximo alcançado em 2019, aquele de 1.207, uma vez que os demais dados somente foram alcançados porque os números de ocupação/retomada e acampamento somados juntos deram números maiores. Assim, o dado atingido em 2019 é o maior número já alcançado de conflitos por terra desde 1985.

Outros dados são importantes e estão presentes no *gráfico 01* e são relativos à presença do trabalho escravo e da superexploração, e revelaram que o trabalho escravo foi expressivo de 2002 a 2014, quando atingiu, em 2008, o número de 280 pessoas escravizadas. A superexploração foi mais frequente no mesmo período (2002/2014), mas teve em 2005 o ano de maior intensidade, quando foram libertas 178 pessoas. Já os conflitos por água também apresentaram o maior indicador no ano de 2019, quando atingiram o total de 489 pessoas. Entretanto, o período de 2014/2019 foi o de maior intensidade.

Gráfico 01



Já levando-se em consideração o número de famílias envolvidas nos conflitos no campo, os dados se apresentaram um pouco diferente, pois traziam o período do primeiro governo pós-período governado pelos militares, ou seja, o governo Sarney, quando apresentou dados expressivos (133.435 famílias em 1987) entre 1985 e 1988. É bom lembrar que este foi o período do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e um dos mais violentos conflitos no campo. Depois, foi no primeiro período do governo de Fernando Henrique, entre 1996 e 1999, quando chegou a envolver um total de 132.518 famílias no ano de 1998. Cabe lembrar que este foi um período que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra gozou do maior apreço por parte da população brasileira. Foi, inclusive, um período em que o número de famílias que se envolveram diretamente com a reforma agrária no país foi maior do que aquelas que se envolveram com os conflitos por terra (76.482 famílias contra 56.036 famílias). Depois, o período do primeiro mandato de Lula na presidência da república, ou seja, entre 2003 e 2006, foi o tempo mais significativo dos conflitos no campo. Neste período, foi quando, em 2003, chegou-se à presença de 229.517 famílias envolvidas em conflitos no campo no Brasil, o maior índice já alcançado. No ano seguinte, 2004, o índice alcançou 193.142 famílias; em 2005, foram 160.770 famílias; e, em 2006, chegou-se a 140.660 famílias. Foi neste período que, pela segunda vez, o país conheceu o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Mas quis a verdade que o país conhecesse a derrocada da reforma agrária, pois foi no segundo governo de Lula e nos dois de Dilma que o país conheceu “o final da reforma agrária”. Entretanto, não foi somente do governo do Partido dos Trabalhadores que partiu este lema antirreformista, mas foi também do principal movimento popular de luta pela reforma agrária que veio a segunda derrota. Sim, foi do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que havia mudado sua orientação política no ano de 2007. E trocou seu histórico lema de luta pela reforma agrária já, pelo lema da luta pela reforma socialista no futuro. Foi o que sucedeu deste período até hoje, despençou o número de ocupação/retomada e de novos acampamentos, e, no inverso, aumentou o número de conflitos por terra no Brasil. Foram os seguintes dados em 2008: o número de famílias envolvidas em conflitos por terra foi de 42.531, sendo que aquelas envolvidas nas ocupações/

retomadas foram de 25.559 famílias, e aquelas relacionadas nos novos acampamentos foram apenas 2.755 famílias. E, comparando-se com os dados de 2019, ocorreu o total de 144.537 famílias envolvidas em conflitos por terra, e somente 3.476 famílias entre aquelas das ocupações/retomadas, e apenas 1.064 entre aquelas dos novos acampamentos. Era o final de um tempo em que se lutava pela reforma agrária tendo como esteio o Movimento dos Sem Terra. Agora, segue-se a luta pela reforma agrária, mas sem um movimento que dê o norte ao processo geral. Mas, uma coisa é certa, a luta pela reforma agrária continua cada dia mais forte.

Visando melhor mostrar esta mudança na orientação política que o MST conheceu nos últimos treze anos, vou apresentar, agora, os dados sobre conflitos em um gráfico de curvas sobre cada um dos três dados básicos.

Observando-se o *gráfico 02*, verifica-se que a curva dos conflitos por terra tem uma trajetória completamente diferente das duas outras: ocupações/retomadas e novos acampamentos. Esta trajetória se inicia com o destaque dos 636 conflitos por terra em 1985. Este período foi aquele do início do governo Sarney após mais de 20 anos do governo militar. Naqueles tempos, o Brasil conheceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, e, junto com ele, a fundação da União Democrática Ruralista – UDR, liderada pelo médico de Goiás, Ronaldo Caiado. Foi um tempo dos maiores números de assassinatos no campo brasileiro. Depois deste período, veio os anos noventa e a eleição de Fernando Henrique e, com ele, o início da alavancagem do crescimento do MST como movimento de massa na luta pela reforma agrária. Cabe salientar que neste período ocorreram as repercussões em nível nacional e internacional provocadas pelos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, que desencadearam uma grande onda de protestos contra a impunidade das forças policiais envolvidas e a necessidade de se fazer a reforma agrária urgentemente. Isso sem falar da tensão crescente no Pontal do Paranapanema, em decorrência da violência dos latifundiários, e a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que reuniu 100 mil pessoas até Brasília em 1997.

É curioso observar que de 1996 a 2000 foi um período de domínio do MST no campo brasileiro, pois ele atingiu no primeiro ano (1996)

o total de 653 conflitos no campo com 255 conflitos por terra e 398 ocupações/retomadas. Essa hegemonia do MST no campo, no país, continuou em 1997 com 658 conflitos no campo, sendo 195 conflitos por terra e 463 ocupações/retomadas; em 1998 os números foram 751 conflitos no campo e 152 conflitos por terra e 599 ocupações/retomadas; em 1999 foram 870 conflitos no campo, sendo que foram 277 conflitos por terra e 593 ocupações/retomadas; e, no ano 2000, foram 558 conflitos no campo, sendo que foram 168 conflitos por terra e 390 ocupações/retomadas.

Depois, veio dois anos de baixa geral motivada pelas medidas anti-movimentos feita nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique, a saber, aumentou a criminalização das ocupações de terra proibindo que as mesmas fossem vistoriadas por dois anos, suspendendo qualquer negociação em caso de ocupação de prédios públicos pelos envolvidos no processo de desapropriação. Além dessa medida, o governo de Fernando Henrique fez o projeto de reforma agrária sem reformar nada: a famosa “reforma agrária” pelos Correios, que não fez reforma alguma.

Em seguida veio o primeiro mandato de Lula e, com ele, a esperança de finalmente se fazer a reforma agrária no país. Ledo engano, pois o desejo de se fazer a reforma agrária morreu no ninho, pois o presidente Lula matou a reforma, fazendo com que a equipe liderada por Plínio de Arruda Sampaio tivesse o plano da reforma feito, porém não seria seguido. Fez uma meia reforma, e chegou ao final do primeiro mandato com um número de pouco mais de 155 mil novos assentamentos. Mas foi o período que mais se fez reforma agrária nos quatorze anos dos governos petistas no país.

No ano de 2007, o MST fez seu 5º Congresso Nacional em Brasília, e neste evento iniciou o processo de mudança na sua história. Abandonou sua trajetória de mais de 20 anos de luta pela reforma agrária, e passou a lutar para se constituir em um “partido político”. Por isso, passou a lutar por “reforma agrária popular”, que seria correspondente a uma reforma agrária socialista. Esse processo culminou em 2019, com um total de 28 ações de luta pela reforma agrária com o envolvimento de apenas e tão somente 2.353 famílias.

Gráfico 02

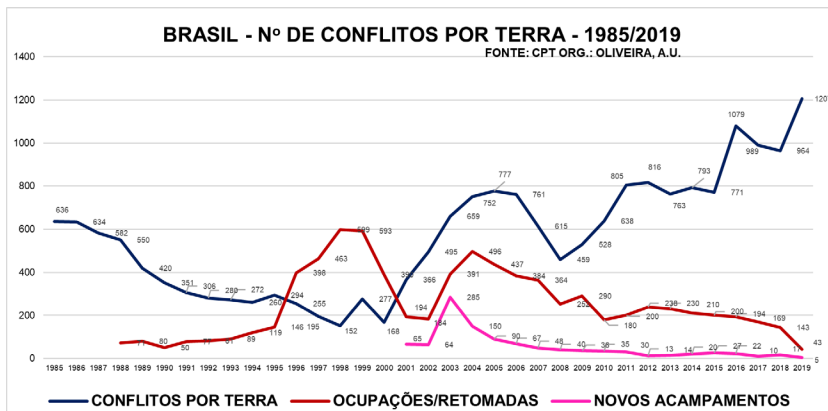
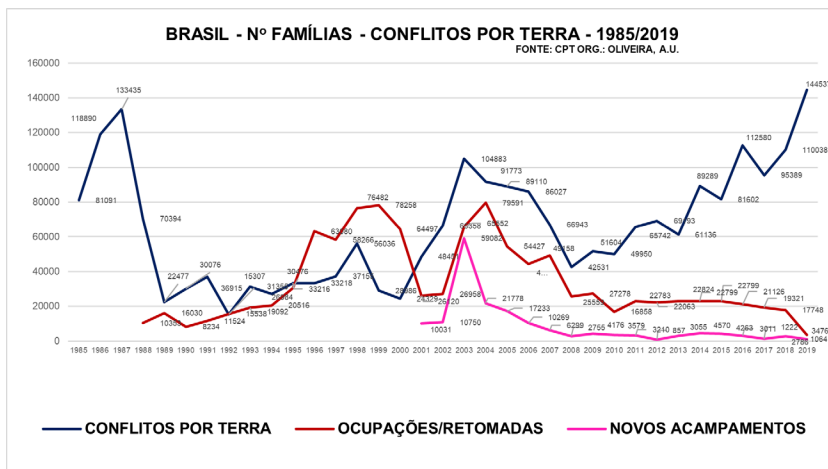


Gráfico 03



Este processo de retirada do MST da luta pela reforma agrária, iniciado em 2007, ocasionou uma mudança na curva de conflitos por terra no campo brasileiro, pois os dois gráficos, 02 e 03, apresentaram um comportamento conjunto das duas outras curvas: a de ocupações/retomadas e a de novos acampamentos que passaram a cair rapidamente. Mas quis a verdade que os conflitos por terra seguiram a mesma tendência até 2008, para depois, em 2009, iniciarem uma descolagem das duas outras curvas, ou seja, da de ocupações/retomadas e de novos acampamentos.

E, a partir daí, a curva de conflitos por terra ganhou projeção e atingiu em 2019 o total de 1.207 conflitos, com um número de famílias envolvidas de 565.992, constituindo-se no maior número de conflitos e de famílias envolvidas nos conflitos por terra até hoje no país. Esse aumento do número de conflitos por terra entre 2008 e 2019 foi de 163%, e no número de famílias foi de 166%. Ou seja, um aumento de mais de uma vez e meia, quer no número, quer no número de famílias envolvidas. Cabe ressaltar que o número de famílias envolvidas em conflitos por terra apresentou os maiores índices em 1986, quando chegou a mobilizar 594.448 famílias, e particularmente em 1987, quando atingiu o total de 667.177 famílias. Em 2019, o resultado foi de 565.992 famílias envolvidas em conflitos por terra. Destaque-se, também, que o número total de ocorrências de conflitos por terra, no ano 2018, foi de 964; em 2017, foi de 989; e, de 2016, foi de 1.079. E envolveu um total de 487.830 famílias em 2018; o número de 428.785 em 2017; e, em 2016, foram 566.050 pessoas.

2. Os assassinatos no campo

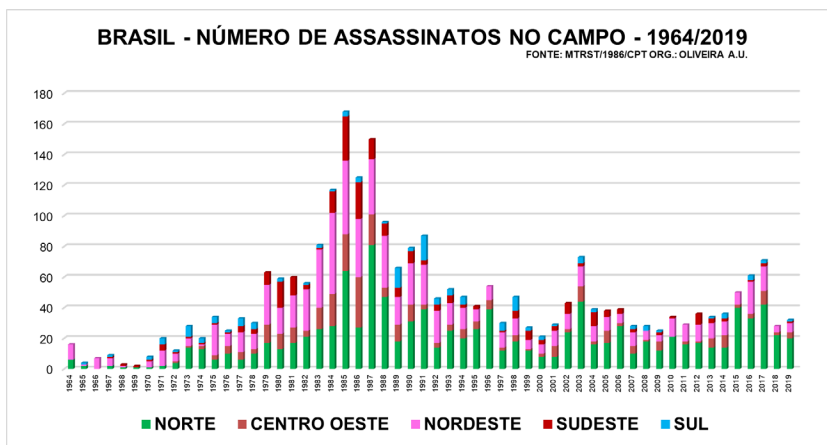
Um dos pontos mais trágicos dos acontecimentos envolvendo os movimentos socioterritoriais no campo brasileiro são os assassinatos. Eles têm ocorrido em grande quantidade e por isso apresentaram o dado de 2.576 assassinatos em conflitos no campo de 1964 a 2019. Desse total, ocorreram durante o período da ditadura militar 687 assassinatos em conflitos no campo brasileiro. Durante o governo Sarney foram 605 assassinatos; no governo Collor/Itamar foram outros 311 assassinatos; no governo FHC foram 292 assassinatos; no governo Lula foram 304 assassinatos; no governo Dilma foram 246 assassinatos; no governo Temer foram 99 assassinatos; e, no primeiro ano (2019) do governo Bolsonaro foram 32 assassinatos em conflitos no campo. Estes números demonstram a violência com que os conflitos se dão no campo brasileiro.

O número total dos assassinatos em conflitos no campo, entre 1964 e 2019, tem os dados presentes no *gráfico 04*.

Dessa forma, o número total de assassinados/as no período foi de 2.576 pessoas, sendo que a distribuição regional apresentou os seguintes

dados: região Norte 1.097 pessoas ou 42,6%; região Centro Oeste 312 pessoas ou 12,1%; região Nordeste 793 pessoas ou 30,8%; região Sudeste 243 pessoas ou 9,4%; e região Sul 131 pessoas ou 5,1%.

Gráfico 04



3. A luta pela terra e pelo território: os sujeitos sociais em marcha

Já o olhar sobre o *mapa 01*, a seguir, que contém a distribuição territorial dos 1.206 conflitos por terra no país. E, dessa forma, não se pode continuar afirmando que os conflitos por terra são uma especificidade das áreas de fronteiras, porque os conflitos estão esparramados por todo o país. Logo, essa é mais uma tese que se esboroa na realidade, e temos que afirmar com segurança que no Brasil os conflitos por terra ocorrem por todo o país no ano de 2019.

A distribuição regional apontou a região Norte com 39,2%, a região Nordeste com 34,4%, a região Centro-Oeste com 12,1%, a região Sudeste com 6,7%, e a região Sul com 7,5%. Ainda, no plano da distribuição pode-se destacar a concentração dos conflitos nos seguintes estados que apresentam 62,9% dos conflitos: Maranhão 14,3%, Pará 11,8%, Bahia 10,8%, Acre 7,0%, Rondônia 6,7%, Mato Grosso 6,5% e Paraná com 5,8%.

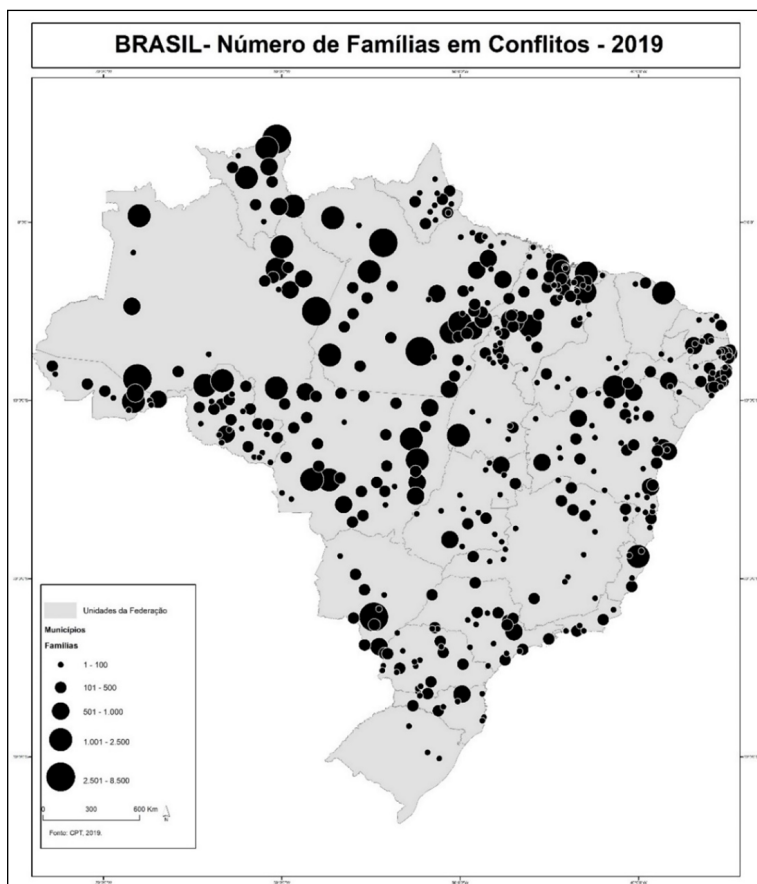
Quando se analisa a distribuição territorial do número de famílias, que são 144.537 presentes no *mapa 02*, verifica-se que de certo

modo ocorreu uma concentração na região da Amazônia, que concentrou os números da região Norte mais Mato Grosso e Maranhão com 59,9%. As regiões geográficas do IBGE, ao contrário, apresentaram os seguintes dados: região Norte 50,0%, Nordeste 24,4%, Centro Oeste 17,2%, Sudeste 5,5%, e o Sul com 2,9%. Porém, pelos estados, aqueles que detiam os maiores contingentes foram os estados do Pará 21,0%, Maranhão 17,8%, Mato Grosso 10,8%, Roraima 8,7%, Amazonas 7,9%, Bahia 6,5%, Rondônia 4,9% e Acre com 4,7%. Cabe esclarecer que, neste item, apareceu a presença da população indígena, que somou ao todo 51.219 famílias de muitas etnias.

MAPA 01



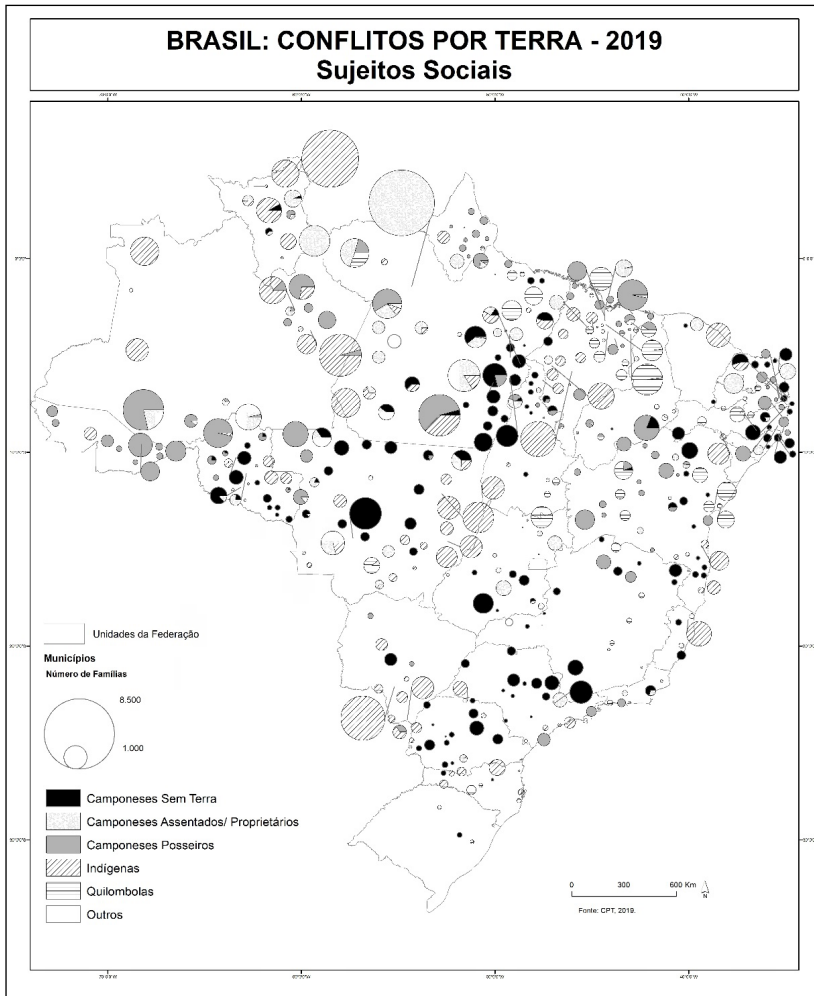
MAPA 02



A observação dos dados dos sujeitos sociais e sua distribuição pelo país apontou o envolvimento de 144.537 famílias em conflitos por terra no ano de 2019 (*mapa 03*).

Desse total, teve-se a presença em primeiro lugar dos camponeses, com 79.154 famílias, com destaque para as famílias de camponeses posseiros, que somaram 29.734 famílias; depois, os 25.614 dos camponeses proprietários; depois, os 24.283 dos camponeses sem terra; e, por fim, a presença dos indígenas, com 51.219 famílias, e os quilombolas, com 13.687 famílias. Assim, os povos indígenas ganharam destaque nas lutas dos sujeitos sociais por terra no ano passado, quando alcançaram, individualmente, o primeiro lugar nos números de famílias.

MAPA 03



O *mapa 03* mostra a distribuição dos contingentes de sujeitos sociais pelo território brasileiro no ano de 2019. Essa distribuição indicou que o envolvimento dos conflitos dos indígenas marcou, de forma expressiva, os dados de 2019. Vem, em segundo lugar, a luta dos camponeses possesores; em terceiro, aqueles dos camponeses sem terra; em quarto, dos camponeses proprietários; e, em quinto lugar, dos quilombolas. Em todos não ocorreu uma concentração expressiva a se destacar, mas sim a distribuição por todo o território brasileiro dos conflitos por terra.

O aumento significativo dos conflitos no campo no Brasil sinaliza que camponeses, indígenas e quilombolas não ficaram calados diante do processo de desmonte do país que está sendo feito pelo bolsonarismo. Seus gritos já ecoam por todos os cantos do país, como pode-se ver pelos dados de 2019, no mapa 03 dos sujeitos sociais. Assim, urge que todos tenham consciência desse momento histórico que se está vivendo: de um lado, o aumento dos conflitos no campo, e, do outro, a mídia e o governo fazendo de conta que nada acontece no país. É que estão admirando a invenção deste século: os celulares. Por isto estão todos muito informados, mas permanecem mudos.

Assim, o processo histórico vai sendo escrito por aqueles que lutam e buscam no futuro um lugar para que possam produzir, e, de outro, aqueles que nunca fizeram nada, buscam indicar o caminho da reação e do conformismo. Portanto, antes que seja tarde demais, à luta companheiros, *porque ela está se ampliando no campo brasileiro!*

Bibliografia

ANDRADE, M. C. A Terra e o Homem no Nordeste, Editora da UFPE, Recife, 1998.

CÂNDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1975.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina - Ed. Nueva Visión - Buenos Aires - 1974.

ENGELS, F. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1987. (<http://www.marxismo.org.br/uploads/205092007112811.pdf>)

FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

FERNANDES, B. M. et al. (org) Geografia Agrária – teoria e poder, Expressão Popular, São Paulo, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. - A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. UNICAMP – São Paulo - 1996.

IEA/USP, Desenvolvimento Rural (dossiê) - EDUSP, São Paulo 2001.

KAUTSKY K. A Questão Agrária - Proposta Editorial - São Paulo 1980.

LENIN, V. I. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia - Abril Cultural - São Paulo, 1982.

MARTINS, J. S. O Cativo da Terra, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

_____. Os Camponeses e a Política no Brasil - Vozes, Petrópolis, 1981.

_____. O Poder do Atraso - Hucitec - São Paulo, 1996.

MARX, K, “O Capital” - Col. Os Economistas - Nova Cultural, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura Camponesa no Brasil, Contexto, São Paulo, 2001.

_____. Modo capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária, Labor Edições, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf.

_____. Geografia das lutas no campo, Contexto, São Paulo, 1996.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI in “O Campo no Século XXI”, Ed. Casa Amarela/Paz e Terra, São Paulo, 2004, p. 29-70.

_____. BR-163 – Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização, in AMAZÔNIA REVELADA, CNPQ, Brasília, 2005, p. 67 a 184.

_____. O Campo no Século XXI, Ed. Casa Amarela/Paz e Terra, São Paulo, 2004.

_____. A Amazônia e a nova Geografia da produção da Soja, Terra Livre, nº 26, AGB, São Paulo, 2006, p.13-43.

_____. A Questão Agrária no Brasil: Não Reforma e Contra-Reforma Agrária no governo LULA, in Os Anos LULA contribuições para um balanço crítico 2003-2010”, Rio de Janeiro, Garamond, 2010, p.287/328.

_____. Os Possesiros voltam a assumir o Protagonismo da Luta Camponesa pela Terra no Brasil, in CPT Comissão Pastoral da Terra. (Org.). Conflitos no Campo Brasil 2010. 18 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. A Mundialização da Agricultura Brasileira, Iãnde Editorial, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>.

_____. A Fronteira Amazônica Matogrossense: grilagem, corrupção e violência, Iãnde Editorial, São Paulo, 2016. Disponível em: (<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>)

_____. Crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen: contribuição para o estudo da geografia agrária, Iãnde Editorial, São Paulo, 2016.

_____. Terras de estrangeiros no Brasil. 1. ed. São Paulo: Iandé Editorial, 2018. v. 1. 267p. Disponível em: agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/upload/paginas... Arquivo PDF.

PAULINO, E.T. et alli (org.) Campesinato e Territórios em disputa, Expressão Popular, São Paulo, 2008.

PRADO JR, C A Questão Agrária no Brasil - Ed. Brasiliense - São Paulo - 1979.

SHANIN, T. La classe incomoda - Alianza Editorial - Madrid - 1993.

STÉDILE, J. P. (Org) A Questão Agrária Hoje, Editora da URGs/
ANCA - 1994.

WOLF, E. R. Guerras Camponesas do Século XX, Global, São Paulo, 1984.

AMAZÔNIA, PRESENTE?

Valeria de Marcos

A Amazônia brasileira tem sido alvo de atenções redobradas nos últimos tempos, principalmente a partir das ações do governo Bolsonaro que possibilitaram a radicalização de um processo de destruição e pilhagem em curso desde o período da ditadura civil-militar instalada com o golpe militar em 1964. Medidas de extinção de órgãos de controle; pronunciamentos indicando liberalização do avanço sobre áreas protegidas – Terras Indígenas e Unidades de Conservação; e incentivo ao uso da força, legalizada com a liberalização do uso de armas de fogo, são a ponta de um *iceberg* que se ancora em uma política de implantação de projetos de “desenvolvimento” para a região que atendem a interesses geopolíticos e de classe externos a ela. Para compreender os impasses vividos pela Amazônia na atualidade, partimos da reconstrução de seu processo de ocupação para, em seguida, nos debruçarmos sobre a implantação de uma geopolítica de ocupação que, inaugurada nos governos militares, nunca deixou de ser praticada para a região.

1. Primeiro ato: a invenção da Amazônia

Para que possamos compreender o que ocorre na Amazônia hoje é importante entendermos o que foi chamado por Porto-Gonçalves (2001) de “invenção da Amazônia”. Tomamos como ponto de partida a nova regionalização brasileira¹, decorrente das transformações

¹ As bases para a nova regionalização foram as distintas especializações produtivas observadas pelo país e infraestruturas construídas para atender aos interesses do capital ali inserido, bem como os distintos modos e intensidade de circulação, consumo e gestão das atividades e níveis de articulação interna, inter-regional e internacional (Correa, 2001).

econômicas e sociais pelas quais o país passou ao longo do início do século XX, em especial a partir dos anos 1950. Embora não tenha substituído a divisão regional do IBGE, esta nova regionalização (as três regiões geoeconômicas, Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – e as imagens delas construídas – respectivamente, área *core* do país, região das perdas e *última fronteira para o capital*) imprimiu nova orientação para as políticas territoriais e de desenvolvimento formuladas a partir de então.

No que se refere à Amazônia, a imagem de *última fronteira para o capital* decorre de um imaginário criado sobre ela que, de acordo com Arbex Jr (2005), em muito se assemelha àquele que os colonizadores portugueses tinham do Brasil e que se encontra presente nos quadros e relatos de viagem da época: um território de natureza “virgem e inculta”, lugar de riquezas infundáveis, habitada por selvagens nus e não civilizados, consolidada no mito da “Ilha Brasil”. Em tempos mais recentes, tais representações continuam sendo reproduzidas pela mídia, por meio de documentários e programas de caráter ambiental/ecológico que, ao realizarem manipulações cromáticas e inserirem efeitos especiais no material bruto (DUTRA, 2009), criam uma leitura da Amazônia, uma visão romantizada e idealizada, que não só não corresponde à realidade como serve a ocultá-la.

Como ressalta Arbex Jr (2005, p. 22), essa “percepção naturalista da história, explorada à exaustão pelos sucessivos governos da era republicana, particularmente pela ditadura militar, é hoje um dos principais obstáculos à compreensão do que está em jogo na Amazônia”. Para desvendar tal questão passaremos a tratar a seguir da *Amazônia Legal* e de sua incorporação à economia nacional e mundial.

2. Segundo ato: a ocupação econômica da Amazônia

De acordo com Porto-Gonçalves (2001), é possível encontrar duas lógicas de ocupação na Amazônia, uma caracterizada pelo que denominou de padrão *rio-várzea-floresta*, outra pelo padrão *estrada-terra firme-subsolo*. Fruto de interesses e conflitos de classe latentes na região e, sobretudo, fora dela, elas deixaram marcar profundas em seu território.

2.1 A Amazônia antes dos militares

De acordo com o Porto-Gonçalves (2001), a primeira lógica de ocupação – *rio-várzea-floresta* – orientou a ocupação da Amazônia do período colonial, marcada por disputas geopolíticas de controle do território, até por volta dos anos 1960.

O período de exploração da borracha determinou importantes transformações no território. Foi quando se conformaram os seringais, controlados pelos seringalistas, normalmente articulados a uma casa aviadora situada em Belém ou Manaus; quando ocorreu o maior fluxo migratório para a região, em especial de nordestinos, que se transformaram na força de trabalho usada nos seringais para a extração do látex, os seringueiros. Foi neste período também que o aviamento se consolidou como forma de exploração econômica das casas aviadoras em relação aos seringalistas e dos seringalistas em relação aos seringueiros, dando origem a uma relação de trabalho caracterizada pela peonagem da dívida, e quando a borracha ganhou importância no mercado internacional, chegando a rivalizar com o café, sem que, porém, a oligarquia da borracha fosse capaz de traduzir seu poder econômico em poder político (Porto-Gonçalves, 2001).

Com a crise da borracha, devido à concorrência asiática e a queda das taxas de lucro das casas aviadoras, o sistema de aviamento entrou em colapso. Em alguns seringais, os seringueiros foram abandonados à própria sorte. Em outros, as casas aviadoras assumiram a condução, sendo obrigadas a introduzir mudanças importantes, como a permissão ao seringueiro de constituir família e dedicar-se ao cultivo de gêneros agrícolas e/ou de criação animal, até então proibidos. Nos dois casos, os seringueiros, ao conseguirem combinar a atividade extrativista com aquela agrícola e de criação animal, conseguiram melhorar as condições de sua reprodução, ainda que subordinados à casa aviadora ou ao regatão – comerciante que adquiria a produção de borracha dos seringueiros e vendia a ele gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho, munição para caça, entre outros gêneros de que necessitava –, que continuou atuando na região. Nos anos 1960, a chegada dos grandes projetos na região marcou a entrada em cena de outro sujeito social, o grileiro, responsável por impor profundas

transformações nas diferentes formas de ocupação da floresta então existente, ao avançar sobre as áreas ocupadas pelos seringueiros, povos indígenas, comunidades quilombolas e camponeses posseiros e, por meio da violência, delas se apropriar. O conflito então instaurado levou os seringueiros e demais camponeses a organizarem-se em sindicatos e, junto com os demais povos da floresta, em movimentos sociais em defesa da permanência na terra de trabalho, da reprodução de seus diversos modos de produzir a vida e, sobretudo, na defesa da floresta. Estas transformações marcaram a passagem para a lógica de ocupação *estrada-terra firme-subsolo*, sobre a qual trataremos a seguir.

2.2 A Amazônia (d)os militares: as fronteiras ideológicas e os grandes projetos

O golpe militar de 1964 instaurou a ditadura civil-militar e inaugurou a lógica de ocupação denominada por Porto-Gonçalves de *estrada-terra firme-subsolo*. Mas a ideia de inserir a Amazônia na pauta nacional e de integrá-la, junto às demais regiões, ao Estado nacional data do Governo Vargas, nos anos 1950. A criação de uma divisão regional promovida pelo IBGE com base nos critérios de “regiões naturais”, ainda hoje em uso, bem como de um aparato burocrático-administrativo foram procedimentos adotados para implementar seu plano (Arbex Jr, 2005).

Ao longo dos anos 1970 o governo passou a criar as condições para que o “desenvolvimento com segurança” e a internacionalização da economia brasileira, produto da ideologia das “fronteiras ideológicas” (OLIVEIRA, 1987), pudesse se efetivar. O I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o POLOAMAZÔNIA incentivavam a criação dos *projetos agroflorestais*, a exemplo do Projeto Jari, um dos maiores latifúndios da humanidade destinado ao monocultivo do eucalipto (Camargo, 2015); dos *projetos agrominerais*, a exemplo do Projeto Grande Carajás, na Serra dos Carajás, jazida de ferro com o maior teor de pureza do mundo (Almeida, 1995; Valverde, 1989) e dos *projetos agropecuários*, consolidando a apropriação de grandes extensões de terra, na maior parte por meio de grilagem de terras e uso de violência para expulsar os grupos ali presentes, dando origem aos maiores latifúndios do país, como é o

caso da Suiá-Missu, do Grupo Agip-Liquifarm; da Fazenda Cristalino, do Grupo Volkswagen; da Fazenda Bradesco, do Banco Bradesco S/A, entre tantos outros (Oliveira, 1987, 1988). Em todos os casos, a marca foi a forte presença do capital internacional, muitas vezes com testas de ferro brasileiros para driblar as limitações de apropriação de terras estabelecidas pela Constituição Federal (Oliveira, 1987, 1988).

Assim, o destino do campesinato na Amazônia, como também em outras partes do país, foi o de defender sua permanência na terra resistindo ao uso da violência por parte de jagunços a mando dos latifundiários ou mesmo do próprio Estado (Martins, 1991). A chegada do capital instaurava o conflito e forçava, muitas vezes, os camponeses posseiros a abandonarem suas terras em busca de outra área onde reconstruir sua existência. Esse movimento colocava os camponeses em conflitos com os povos indígenas ali situados e “abria” a área para a chegada do capital, dando início a novos episódios de conflitos, violência e expulsão da área.

O resultado desta política de “desenvolvimento” para a Amazônia, feita a partir de uma lógica externa a ela, foi, como destacado por Oliveira (1987, 1988), Martins (1991), Porto-Gonçalves (2001) entre outros autores, a apropriação, pelo capital internacional, de uma porção importante do território nacional, dos recursos minerais e florestais nele contido, o aumento da grilagem de terras e, com ela, o número de conflitos e da violência no campo. A implantação dos projetos agropecuários, quando se efetivava no território, muitas vezes se dava por meio da superexploração da força de trabalho, dando origem a inúmeros casos de escravidão temporária/condições análogas ao trabalho escravo², a exemplo do ocorrido na Fazenda Cristalino, retratado por Martins (2003).

Por outro lado, a situação de aumento dos conflitos e da violência permitiu a articulação entre os diferentes sujeitos sociais em luta pela terra e pela floresta na Amazônia, como foi o caso da Aliança dos Povos da Floresta, que articulou povos indígenas e camponeses em defesa da floresta e mostrou para a sociedade nacional e internacional

² Tal prática, que se configura como relação não-capitalista de produção no campo, se dá, como salienta o autor, no seio do capitalismo, como estratégia encontrada pelos capitalistas nos setores de baixa composição orgânica do capital para conseguirem competir no mercado (Martins, 2003).

as consequências da política “desenvolvimentista” colocada em ato pela ditadura civil-militar, evidenciando a luta de classes e a questão agrária e ambiental ali presente. Foi neste quadro de tensão social que o país saiu da ditadura na direção da redemocratização.

2.3 A redemocratização e a Amazônia

O período de redemocratização que pôs fim à ditadura civil-militar e inaugurou a Nova República, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, e deu à sociedade a esperança de reconstrução do país em novas bases. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para redação da nova Constituição Federal alimentava tal esperança, ainda que a morte de Tancredo Neves antes mesmo de assumir o cargo, a transferência do cargo a seu vice, José Sarney, e a composição do Congresso responsável pela redação da nova Carta Magna deixasse claro que não seriam poucos os obstáculos rumo à tal reconstrução.

Se de um lado a forte organização dos movimentos sociais conseguiu assegurar na redação da constituição alguns direitos – como o reconhecimento do direito ao território para os povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, e à terra por meio da reforma agrária aos camponeses sem terra – de outro, a organização da bancada ruralista, por meio de forte articulação, *lobbies* e campanha publicitária tendenciosa, colocou vários entraves para a efetivação dos mesmos. Assim, a presença de tais direitos no capítulo constitucional não garantiu sua efetivação, e os movimentos sociais continuaram em luta na defesa de sua implantação.

É neste quadro que deve ser entendida a mobilização dos povos indígenas na luta pela demarcação de suas terras³, a mobilização do

³ Para a *demarcação das terras indígenas* nove etapas devem ser cumpridas até a demarcação efetiva das terras. O processo segue o seguinte percurso: estudos de identificação e delimitação a cargo da Funai; contraditório administrativo; declaração dos limites, a cargo do Ministério da Justiça; demarcação física, a cargo da Funai; levantamento de benfeitorias implantadas pelos ocupantes não-índios, a cargo da Funai, realizado em conjunto com o cadastro dos ocupantes não-índios a cargo do Incra; homologação da demarcação, a cargo da Presidência da República; retirada dos ocupantes não-índios com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, a cargo da Funai; registro das terras na Secretaria de Patrimônio da União, a cargo da Funai; interdição de áreas para a proteção de povos indígenas isolados, a

movimento negro e da comunidade intelectual na busca da superação da visão congelada no Quilombo de Palmares e que exigia a presença na área pleiteada no ato da abolição da escravidão (como inicialmente proposto) e da garantia aos descendentes da população negra escravizada o direito à autodeterminação (com a possibilidade de autoidentificação)⁴, bem como a mobilização dos camponeses sem terra, boa parte organizados no Movimento Sem Terra, por meio da ocupação dos latifúndios improdutivos, exigindo a realização da reforma agrária⁵.

cargo da Funai (<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53> - data de acesso: 20.11.2020). O sucateamento da instituição ou sua condução por alguém não sensível à demanda, retarda e muito o processo. O golpe final vem com a necessidade de homologação da demarcação por parte da Presidência da República. Se o processo já era lento em governos progressistas, o que não esperar de governos reacionários como o de Bolsonaro, sobre o qual trataremos adiante.

⁴ O processo de *reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas* tem início com a autodefinição da comunidade e solicitação da Certidão de Auto Reconhecimento emitida pela Fundação Palmares (permitida a partir do Decreto 88/2003). Na sequência, tem início a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) com informações cartográficas, fundiárias, antropológicas e outras, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas; a publicação do RTID, com 90 dias de tempo para contestação; a emissão da portaria de reconhecimento com publicação pelo Incra em Diário Oficial da União e estados; a imissão do Decreto de Desapropriação nos casos em que há imóveis privados incidentes no território, sendo neste caso necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social, seguida de vistoria e avaliação a preço de mercado dos imóveis desapropriados; por fim, a titulação mediante outorga de título coletivo, imprescritível e pro-indiviso, emitida pelo Incra em nome da Associação (http://www.incra.gov.br/pt/passo_a_passo_quilombolas - data de acesso: 20.11.2020). Esse procedimento só passou a valer a partir do Decreto 4887/2003, do Governo Lula, 15 anos após o reconhecimento do direito ao território às comunidades quilombolas ter sido garantido na Constituição Federal.

⁵ Dois capítulos da Constituição Federal regem os procedimentos para a realização da *reforma agrária*: o Art. 184, que estabelece que será passível de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade que não estiver cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, sendo apenas as benfeitorias úteis e necessárias indenizadas em dinheiro; e o Art. 185 que isenta da possibilidade de desapropriação: 1. as pequenas e médias propriedades desde que seu proprietário não possua outro imóvel e 2. as propriedades produtivas. Os índices usados ainda hoje para certificar a produtividade das terras datam

Na Amazônia a situação de conflito e violência era potencializada pelo amplo interesse nas riquezas minerais e florestais ali presentes, pela farta disponibilidade de terra da qual apropriar-se – legal e ilegalmente –, na maior parte dos casos para fins especulativos, bem como pelo interesse por parte do Estado e de grupos nacionais e internacionais no controle dos rios para fins de produção energética. A ampliação da luta pelo território e pela terra gerou também a ampliação do uso da violência por parte de jagunços e, desde o governo FHC, por parte da polícia. Datam do período FHC os dois massacres mais sangrentos da história recente do país, Corumbiara e Eldorado dos Carajás, cuja novidade passou a ser a violência praticada pelas mãos do Estado.

Assim, durante os primeiros vinte anos da Nova República – governos Sarney, Collor/Itamar e nos dois mandatos FHC – a Amazônia continuou sendo vista como a *última fronteira do capital*, em que pese a presença de um movimento ambientalista que aumentava sua presença oscilando entre um discurso conservacionista e preservacionista. Cessaram os discursos nacionalistas, mas permaneceu a mesma lógica de ocupação externa à região (Porto-Gonçalves, 2001). Em meio ao avanço do capital na Amazônia, povos indígenas, quilombolas e o campesinato seguiram em luta na defesa de seu território, da floresta, da conquista da terra de trabalho. É esta a origem das Terras Indígenas demarcadas, da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), da criação das Reservas Extrativistas, resultado da luta dos seringueiros iniciada sob a liderança de Chico Mendes nos anos 1980, e da criação dos assentamentos de reforma agrária na região.

2.4 Os Governos PT e a Amazônia

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, que vai da vitória de Lula nas eleições de 2002 até o golpe que resultou no *impeachment*

dos anos 1970. Durante o Governo Lula se tentou uma atualização desses índices, barrada pelo MAPA com apoio da bancada ruralista, o que permite compreender o quão fácil é contestar a alegação de improdutividade. Além disso, todos os óbices, vistas ao processo e recursos possíveis são impetrados para tornar a desapropriação ainda mais demorada, o que explica o longo tempo que os acampados têm que aguardar antes de conseguirem ter o direito à terra reconhecido.

da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, deu à sociedade, sobretudo nos primeiros anos do Governo Lula, a esperança de uma mudança radical em relação às questões ambientais, fundiárias e econômicas no país, com especial atenção à Amazônia. Porém, como bem ponderou Leroy (2005), considerando a forma como o capital se acumula no país e em específico na Amazônia, foi ingenuidade acreditar na possibilidade de um pacto entre setores com interesses diametralmente opostos – capital e povos indígenas/comunidades tradicionais/campesinato – na construção de uma política que fosse, ao mesmo tempo, de conservação e uso da biodiversidade amazônica, bem como de resgate e fortalecimento dos que nela habitam.

É preciso reconhecer que, com a vitória de Lula em 2003, e com ele a chegada de Marina Silva, ex-seringueira, ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), passos dados tanto pelo MMA na direção de uma ocupação menos predatória para a região, a exemplo da elaboração do Plano Amazônia Sustentável; do combate ao fogo no arco do desmatamento; da homologação de Terras Indígenas, Reservas Extrativistas (Resex), da criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), da Lei de Gestão de Florestas Públicas, entre outros, quanto pelo Incra, a exemplo do levantamento de terras públicas para reordenamento e regularização fundiária, puderam ser vistos. Todavia, como observa Leroy (2005), também é preciso reconhecer que o quadro por ele herdado de uma ocupação destrutiva da Amazônia brasileira, de uma burocracia parcialmente corrompida e de uma política macroeconômica com a qual era impossível romper drasticamente frutificou por meio de suas ações. A opção por um crescimento econômico centrado numa política macroeconômica que priorizava a exportação assentada na reprimarização da economia – na qual a soja, no início do Governo Lula, aparecia como carro-chefe – teve custos altos para o país e para a Amazônia em particular. A aplicação de tal política gerou, de um lado, uma contenção de gastos públicos e, de outro, uma desigual distribuição do pouco recurso destinado a estes gastos, o que acabou inviabilizando a implantação dos programas destinados à proteção ambiental na Amazônia. Esse foi o tom do Governo Lula em seus dois mandatos: a busca de uma *política conciliatória*, denominada “*Lulismo*” (SINGER, 2012), buscando agradar os dois lados da contenda, numa típica política “*toma lá, dá cá*” que não tardou a pender para o lado mais forte.

No que se refere à política agrária, outra tentativa de conciliar o inconciliável: de um lado, a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a implantação, ainda que parcial, das metas iniciais; de outro, um discurso que cada vez mais foi pendendo para a defesa da regularização fundiária e titulação de lotes nos assentamentos, num movimento que facilitava a (re)concentração e grilagem de terras, possibilitadas pela MP 422/2008 e pela MP 458/2009 que, com pequenas alterações, resultaram na Lei 11.952/09. “A partir dessa base legal o MDA criou o Programa Terra Legal, visando a regularização fundiária na Amazônia Legal, com dispensa de licitação, em áreas de até 1.500 hectares, para ocupantes de terras públicas federais que comprovassem posse “mansa pacífica” pelo menos desde o ano de 2004” (TERENCE, 2018, p. 104).

Embora o governo defendesse a tese de que a Lei 11.952/09 tinha por objetivo combater a grilagem e legitimar as posses, na prática o que ela fazia era, ao ampliar a área passível de regularização fundiária, justamente o seu oposto. A Lei previa que caberia ao detentor da “posse” solicitar a regularização da área por ele ocupada, mas não previa nenhum tipo de punição para aqueles que não o fizessem. Terence (2018), estudando a ação do Programa Terra Legal no sudeste do Pará, identificou dois processos: de um lado o que chamou de “*grilagem familiar*”, caracterizada pelo fracionamento, no papel, de glebas contíguas, sempre com área declarada próxima ao limite passível de regularização, entre membros da mesma família; de outro, na certeza de que não haverá nenhum movimento de retomada das terras por parte do Estado, ou os grileiros não completam o perímetro total da fazenda com os pedidos fracionados de regularização fundiária⁶, ou sequer solicitam a regularização, permanecendo na área grilada sem nenhum tipo de penalidade⁷. Tais medidas tiveram como consequência o aumento da violência e do número de conflitos por terra na região.

⁶ Caso em que deixam áreas no interior da área pretendida sem solicitação de regularização.

⁷ Terence (2018) chegou a essa consideração final ao sobrepor os pedidos de regularização fundiária junto ao Programa Terra Legal às áreas declaradas como propriedade junto ao CAR.

O saldo do Governo PT (Lula-Dilma, 2003-2016) foi a regularização de áreas griladas de até 1500ha (sem recuperação das áreas griladas sem pedido de regularização); o aumento do número de conflitos e violência no campo; o incentivo à reprimarização da economia, com amplo apoio para o agronegócio espalhado por todo o país, com destaque para a pecuária de corte na Amazônia (que atualmente concentra o maior rebanho bovino do país); a ampliação da exploração mineral da Vale, com a implantação do projeto S11D no município de Canaã dos Carajás-PA, com forte impacto ambiental e sobre as comunidades ali inseridas⁸; a construção da UHE de Belo Monte, no Rio Xingu, em Vitória do Xingu/Altamira, e as UHE de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, todas elas com forte impacto sobre as comunidades camponesas e ribeirinhas e também ambientais. Mais uma vez a lógica que imperou em relação aos projetos de desenvolvimento para a região foi aquela externa, em nada destoando dos governos anteriores e, sobretudo, do período militar.

2.5 O golpe, a vitória da extrema direita e a Amazônia

A chegada ao poder de Michel Temer, uma vez consolidado o golpe que gerou o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, marcou uma guinada conservadora no que se refere à política econômica e agrária, com reflexos diretos na Amazônia. O Acórdão nº. 000.775/2016-0 do TCU sobre os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, a MP 759/2016 – transformada na Lei 13.465 de 2017 – e o relatório da CPI FUNAI/INCRA de 2017 tornaram evidente a força acumulada pela bancada ruralista no segundo mandato do Governo Dilma, importante peça para o *impeachment*. Na mira a desqualificação e posterior interrupção da reforma agrária no país.

Conforme analisado por Terence (2018), o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre projetos de Assentamentos de Reforma Agrária teve por objetivo criar as justificativas para a interrupção da Política de Reforma Agrária no país, e em especial na Amazônia, onde boa parte

⁸ Maiores detalhes sobre o impacto da mineração sobre áreas de ocupação camponesa e sobre áreas de assentamentos rurais consolidados podem ser vistos no capítulo de Terence neste volume.

dos assentamentos estavam localizados. De acordo com o autor, em 2015 o TCU decidiu fiscalizar o II PNRA, priorizando a seleção e inclusão das famílias na Relação de Beneficiárias do Incra, servindo-se para a análise dos dados do Sistema de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do Incra, cruzados com bancos de dados de outros órgãos como o TSE, o Inss e a Receita Federal. Foram analisados dados de 972.298 famílias assentadas em todo o Brasil e, do cruzamento realizado, chegou-se ao número de 479.695 famílias, ou seja, quase metade das famílias assentadas no país, com algum *indício* de irregularidade, considerando a legislação que rege a seleção das famílias pelo Incra. Sem nenhum tipo de confirmação dos dados em campo, o TCU apontou um possível prejuízo de R\$ 2,5 bilhões usados para a destinação de terras e fornecimento de créditos para as famílias consideradas “irregulares”. Com base nesses dados, o órgão “atestava” a ineficiência da reforma agrária, conseguindo a suspensão temporária da seleção de novos beneficiários pelo Incra. Entre os estados com maiores “irregularidades” estavam o Pará (79,4 mil famílias) e o Mato Grosso (66,5 mil famílias), ambos importantes áreas de expansão do agronegócio na Amazônia (Terence, 2018).

Outro golpe à reforma agrária e à ação dos movimentos sociais de luta pela terra foi dado pela MP 759/2016 transformada na Lei 13.465/2017 que, em seu Art. 19, determina que qualquer família em situação de vulnerabilidade, se enquadrada em um número maior de critérios classificatórios estabelecidos, pode ter prioridade em relação às famílias acampadas⁹. Porém, o objetivo central da MP era garantir a titulação e a regularização fundiária, como indicado em seu enunciado¹⁰.

⁹ É importante ter claro que apenas no final do mandato do Governo Dilma, já em meio à crise que culminou no processo de *impeachment*, é que, por meio da edição do Decreto 8738, de maio/2016, foi inserido em seu Art. 9 capítulo explicitando que as famílias acampadas teriam prioridade na seleção das famílias a serem assentadas, quando da desapropriação da área. A inserção desta observação dava legitimidade à luta pela terra, sendo reivindicada tanto pelos movimentos sociais como forma de fortalecer sua ação, quanto pelos servidores do Incra que acatavam as listas apresentadas pelos movimentos sociais, mas sem respaldo jurídico para fazê-la (Terence, 2018).

¹⁰ “A Medida Provisória atualiza as Leis n.º. 8.629/1993 e n.º. 11.952/2009 que tratam da reforma agrária e regularização das ocupações em estados da Amazônia no Programa Terra Legal. A Medida institui, por fim, mecanismos *para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União*”. BRASIL. Medida provisória no. 759 de 22 de dezembro de 2016, convertida na Lei 13.465, de 11

A MP transformada na Lei 13.465/2017, como destacou Terence (2018), foi mais um golpe na tentativa de democratização do acesso à terra ao permitir a regularização de concentração de terra em áreas de assentamento por meio da emissão de títulos em áreas de até 4 Módulos Fiscais (MF), desconsiderando todo o trabalho realizado pelo Incra nos anos anteriores, em especial os Estudos de Geração de Renda que serviam a indicar o tamanho mínimo das parcelas para que a distribuição de terras pudesse ter alguma eficácia¹¹.

A questão dos critérios utilizados para a seleção dos assentados de reforma agrária voltou à discussão com o Relatório da CPI FUNAI/ INCRA. Ponderando que apesar da realização da reforma agrária os conflitos agrários não se reduziram, o relatório atribuía às irregularidades no interior de alguns PAs, tomadas de forma generalizada como se estivessem presentes em todos, a causa de tais conflitos. Após várias acusações infundadas aos movimentos sociais de luta pela terra, conclui, sugerindo com base em supostos estudos geradores de critérios para escolhas das áreas para serem criados os PAs “[...] ‘1º. Assentar em áreas desmatadas, preferencialmente nos 30 milhões de hectares de pastos degradados’ [...]” (CPI¹² apud TERENCE, 2018, p. 151/152). Desnecessário dizer que a situação de conflitos no campo só aumentou no período.

de julho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Data de acesso: 28.11.2020. Grifo nosso.

¹¹ Se é fato que em alguns assentamentos é possível encontrar famílias que, tendo acumulado alguma renda, compram lotes visando garantir a terra de trabalho para os filhos, na maior parte dos casos as concentrações ocorrem pela compra de terras por parte de profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros, pessoas que não possuem perfil para figurar como beneficiários de Reforma Agrária e que, a partir da MP 759/2016, passariam a ter direito a regularizar a documentação das terras adquiridas irregularmente em áreas de reforma agrária. Outro fato destacado por Terence é que, com a titulação dos lotes, as terras voltam para o mercado de terras, sendo grande a pressão para reconcentração em áreas reformadas, sobretudo nos municípios onde o avanço do agronegócio (pecuária de corte) faz elevar o preço da terra.

¹² CAMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Funai Incra 2**. Brasília, 2017. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoes-especiais/CPI/RELAT%C3%93RIO%20CPI%20FUNAI-IN CRA%202.pdf>. Data de acesso: 28.11.2020. Obviamente,

Por fim, mas não menos trágico, a chegada de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República em 2019 marcou mais um passo na legitimação da barbárie em ato na Amazônia. Bolsonaro se apresentou às eleições como um candidato de ruptura, como o símbolo do novo na política¹³, de refundação do país. Em campanha, serviu-se de uma linguagem nova, feroz, vulgar, direta – presente ainda hoje em seus pronunciamentos –, com um discurso religioso radical e conservador de cunho evangélico neopentecostal, onde a moral e a família ocupam um lugar central. Racista, antifeminista e antiminorias, a sua vitória foi uma vitória da extrema direita, antipetista. Autodefinindo-se como um liberal, entregou a Paulo Guedes¹⁴ a condução da política econômica do país. Neste ponto, é possível dizer que não há ruptura de continuidade com aquela iniciada pelo governo golpista de Michel Temer. Tal política se alicerça nos seguintes eixos: redução do orçamento do Estado; reforma e nova precarização do mundo do trabalho; independência para o Banco Central; reforma da administração pública; privatização, extinção ou esvaziamento das empresas públicas; reforma tributária anunciada mas não iniciada. Em suma, um governo liberal na economia, conservador nos costumes, atrasado no que se refere aos direitos humanos.

A tentativa de revitalização da economia do governo Bolsonaro baseia-se exclusivamente na redução dos impostos, do custo do trabalho e da despesa social. Não há uma política de investimento em infraestrutura, de criação de postos de trabalho ou apoio à população de baixa renda¹⁵. Sua política reforça a reprimarização da economia iniciada nos governos PT, de forma ainda mais predatória. Bolsonaro é o presidente

para além do absurdo contido como sugestão no documento oficial, o Estado deveria pagar aos grileiros pela terra degradada.

¹³ Em que pese sua presença na política, de forma anônima, desde 1991, sempre se alternando em partidos pequenos, e a de seus filhos Flavio Bolsonaro (01), Carlos Bolsonaro (02) e Eduardo Bolsonaro (03).

¹⁴ Um economista ultraliberal, da escola de Chicago, que possui em seu currículo, ainda que não com um papel de primeira linha, a colaboração no programa econômico do Chile de Pinochet.

¹⁵ Com uma pequena exceção para o auxílio emergencial devido à pandemia de Covid-19, que está longe de ter a capilaridade necessária.

que vai em viagem vender a Amazônia a investidores internacionais, como fizeram seus antecessores militares, mas sem a bandeira nacionalista dos mesmos. Ao contrário, busca consolidar a posição do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho como fornecedor de matéria-prima, de onde o importante papel do setor agroextrativista (do agronegócio produtor de *commodities* e da mineração) com o capital nacional e internacional ora disputando mercado, ora atuando em aliança e colaboração. Para este setor, e para a consolidação do país como exportador de gêneros primários, a Amazônia tem lugar de destaque.

Bolsonaro chegou mostrando a que veio. Em sua reforma ministerial, uniu o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura, mas recuou por solicitação do agronegócio receoso de perder a credibilidade no mercado internacional. Colocou à frente do Ministério da Agricultura Tereza Cristina, representante do agronegócio, ferrenha defensora da liberação do uso de agrotóxicos, responsável pelo recorde de liberação de novos produtos nesta primeira metade de mandato¹⁶. Também entregou ao MAPA a responsabilidade sobre a demarcação das Terras Indígenas, o que equivale a dizer sua interrupção.

Outra característica de seu o governo é o amplo recurso à expedição de Medidas Provisórias (48 em 2019). Merecem atenção duas delas, ambas elaboradas para cumprir compromissos de campanha com a bancada ruralista¹⁷, a MP 910/2019, conhecida como *MP da Grilagem*, que visava estabelecer novas regras para regularização fundiária em terras situadas em área da União, baseada em autodeclaração de imóveis com até 15MF cuja posse retroagisse até maio de 2014. A MP estabelecia que os imóveis seriam vistoriados apenas em caso de documentos dúbios, infração ambiental, área declarada superior a 15MF ou conflito declarado. Embora tenha perdido a validade antes de ser votada, foi

¹⁶ Desde o início do Governo Bolsonaro até agosto 2020, 745 novos agrotóxicos foram liberados, muitos dos quais banidos em outras partes do mundo. Ver: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2020/08/10/governo-bolsonaro-ja-registrou-745-novos-agrotoxicos--numero-e-o-maior-em-15-anos.html>. Data de acesso: 24.11.2020.

¹⁷ Que no mandato 2019-2022 soma 285 parlamentares, dos quais 247 deputados federais e 38 senadores (Mitidiero Jr et al, 2019).

substituída pelo PL 2.633/2020 atualmente em tramitação no Senado¹⁸. Outra MP destinada ao agronegócio foi a *MP do Agro*, transformada na Lei 13.986/2020, que cria o Fundo Garantidor Solidário e amplia o acesso ao crédito rural, estimulando financiamentos com recursos livres e a concorrência no mercado¹⁹.

Se não bastasse o reflexo que tudo isso possui na Amazônia, para ela o Governo Bolsonaro tem dedicado atenção especial. Suspendeu a demarcação das Terras Indígenas, declarou que irá reduzir a área ocupada pelos povos indígenas e segue atacando as comunidades indígenas (a exemplo do PL que regulamenta a exploração de terras indígenas com regras para garimpo, mineração e outras atividades²⁰) e quilombolas. À pressão nacional e internacional sobre a política ambiental destinada à Amazônia, respondeu desqualificando publicamente os dados de desmatamento do Inpe, esvaziando os órgãos de controle como Ibama e ICMBio, ao mesmo tempo em que segue batendo os recordes de desmatamento e degradação florestal na Amazônia, que já estavam longe de serem baixos. De acordo com dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon, de janeiro a outubro de 2020 a Amazônia perdeu 6.920 km² de área verde, 23% a mais do que o mesmo período de 2019. Se somarmos a esta cifra mais 2.351 km² de floresta degradada, em decorrência de incêndios florestais, corte ilegal de madeira etc., chegamos a 8.641 km² de área perdida/comprometida de floresta, 5,7 vezes a área da cidade de São Paulo (1.521km²)²¹. No *ranking* dos estados com maior desmatamento destaca-se o Pará (53%), estado que também possui o maior número de municípios com maior destruição da floresta (nove dos 10 municípios

¹⁸ Conforme <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei> e <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589>. Data de acesso 24.11.2020.

¹⁹ Conforme <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/medida-provisoria-do-agro-e-sancionada>. Data de acesso: 24.11.2020.

²⁰ Conforme <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-02/bolsonaro-envia-projeto-que-regulamenta-exploracao-de-terras-indigenas>. Data de acesso: 24.11.2020.

²¹ Ver <https://amazonia.org.br/2020/05/total-da-area-desmatada-na-amazonia-em-2020-ja-e-maior-que-cidade-de-sao-paulo/>. Data de acesso: 26.11.2020.

que mais desmataram na Amazônia estão no Pará) e que tem se configurado como a mais recente fronteira para o capital. Entre os estados que mais degradaram suas florestas encontra-se o Mato Grosso (55%), outro grande produtor de *commodities* na Amazônia.

Para além dos danos ambientais e do favorecimento ao setor agroextrativista, na região estão os camponeses, quilombolas e indígenas que seguem sua luta em defesa da terra conquistada ou pela conquista da terra de trabalho para garantir sua recriação com autonomia, em defesa do território e da floresta. Várias são as investidas do capital: avanço sobre áreas demarcadas ou em fase de demarcação de comunidades indígenas e quilombolas para extração de madeira, garimpo, ou expansão das áreas de pasto; avanço sobre áreas de assentamento, adquirindo lotes de modo irregular e concentrando terra, ou, o que tem se tornado cada vez mais frequente nos últimos anos, comprando lotes, também de modo irregular, para exploração mineral. Como demonstrado por Terence (2018), esta tem sido a nova frente de conflitos em áreas de assentamento, feitas à revelia do próprio Incra. Os casos por ele estudados em sua tese de doutorado, e aqueles tratados em capítulo presente neste livro, mostram os novos desafios aos quais os camponeses estão sendo submetidos para garantir a sua recriação e a defesa de um outro modo (de produzir) a vida.

3. Considerações finais

Como procuramos tratar, a imagem de Amazônia que foi sendo construída ao longo dos anos teve sempre como pano de fundo uma ideia criada *sobre* ela e não *por* ela ou *a partir* dela. Essa imagem sempre esteve ligada a representações de Eldorado, de uma fonte inesgotável de riqueza, de última fronteira do capital. Foi esta imagem que orientou as políticas de desenvolvimento para a Amazônia nos governos militares e que, como buscamos demonstrar, continuou a orientar as políticas nos governos eleitos da Nova República, sem exceção. A guinada dada para a reprimarização da economia iniciada nos governos PT intensificou o avanço do capital na região, seja das madeireiras interessadas na exploração ilegal da floresta, seja dos grileiros interessados na apropriação de terras como reserva de valor, seja das mineradoras interessadas na apropriação

das riquezas presentes no subsolo. Esse avanço não se dá apenas sobre a mata virgem – em si já um grande problema – mas também sobre áreas ocupadas por povos indígenas, comunidades tradicionais e pelo campesinato amazônico que, por séculos, ocupou a floresta combinando atividade agrícola, extrativa, caça e pesca, garantindo que a floresta permanecesse viva. A chegada do capital na região foi imprimindo outra lógica de apropriação das riquezas ali presentes, outro modo de ver a floresta e (de não ver) aqueles que a habitavam. De lugar de reprodução da vida a lugar de reprodução do capital, a floresta foi recuando na mesma velocidade em que sobre ela foi avançando o capital. A estrada para tal avanço foi sendo aberta pelos sucessivos programas de governo dos quais os dois últimos – Temer e Bolsonaro – representam o ápice de um projeto entreguista que teve início na segunda metade do século passado.

A escalada dos conflitos no campo – que vão além dos conflitos por terra e se manifestam nos conflitos por território, por água, em casos de superexploração da força de trabalho – revelam que esse avanço não se faz sem resistência. A enfrentá-lo, teimosa e corajosamente, estão aqueles cuja existência está embrenhada àquela da floresta, em uma unidade indissociável. As forças em jogo são extremamente desiguais, mas se entendermos que também nós temos parte nesta luta, e nos somarmos na defesa do direito à vida na floresta dos povos que a habitam, com autonomia e autodeterminação, poderemos transformar a pergunta que o título deste capítulo coloca em uma afirmação. Só assim poderemos responder à chamada Amazônia, Presente!

Bibliografia

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás, a guerra dos mapas**. 2ª ed. Belém, Seminário Consulta, 1995.

ARBEX JR, J. “Terra sem povo”, crime sem castigo. In: TORRES, M. (Org) **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília, CNPq, 2005. p. 21-66.

CAMARGO, M. L. G. de. **O latifúndio do projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana FFLCH USP, 2015.

CORRÊA, R. L. Organização regional do espaço brasileiro. In: _____ . **Trajetórias Geográficas**. 2^a. ed. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 53-80.

DUTRA, M. S. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo, Annablume, 2009.

LEROY, J-P. Política ambiental do Governo Lula para a Amazônia. In: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **Direitos Humanos no Brasil 2005**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (<https://www.social.org.br/index.php/livros-books/livros-direitos-humanos-no-brasil/52-direitos-humanos-no-brasil-2005.html>). Data de acesso: 22.11.2020)

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2003.

MITIDIERO JR, et al. O parlamento e o executivo na luta contra a reforma agrária e a preservação da natureza. In: CPT. **Caderno de Conflitos no Campo 2019**. Goiânia, CPT Nacional, 2020.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP, Papyrus, 1987.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP, Papyrus, 1988.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo, Concapitulo, 2001.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.

TERENCE, M. F. **A acumulação capitalista entre o sangue e a imundice: processos de privatização de terras públicas federais no sudeste paraense.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana FFLCH USP, 2018.

VALVERDE, O. **Grande Carajás, planejamento da destruição.** São Paulo: Edusp/Forense Universitária/Fundação Universidade de Brasília, 1989.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS

Neli Aparecida de Mello-Théry

Ao escolher esse tema considerou-se necessário historiar os avanços anteriores e a permanência dessas políticas antes de analisar os retrocessos e a velocidade na qual estão sendo realizados nos últimos dois anos.

Em termos de tempo de presença na agenda pública, a política agrícola é a mais antiga no país. As questões ambientais somente integraram-na há quase meio século e a preocupação com as mudanças climáticas somente na última década. São temas recentes, globais, cuja gravidade pressionou as decisões dos governos nacionais e locais.

Sua análise pressupõe compreender o entrelaçamento de múltiplas escalas e dimensões e decisões internacionais e nacionais. Assim, é importante resgatar as principais ideias sobre estas teorias e orientações visando entender o nacional *versus* as relações globais e, em especial, as construções locais relacionadas à governança ambiental, considerando Brenner (2001), Claval (2006), McCarthy (2005) e Swyngedouw (1997, 2004).

O nível internacional tem se manifestado por meio das convenções, acordos e protocolos negociados na Organização das Nações Unidas. A partir do resgate das origens da ONU, Claval (2006) relembra a Sociedade das Nações – sua matriz – originária da ideia de um sistema institucionalizado de regulação entre Estados – e não a criação de um superestado. Embora com muitas críticas na atualidade, esse sistema de regulação tem funcionado via negociações de acordos globais e por meio da formulação de estudos científicos que respaldam proposições e recomendações amplas e genéricas – que tem servido como uma agenda do futuro – no tratamento das questões ambientais, climáticas, de saúde, de segurança alimentar assim como outros temas emergentes.

Claval destaca que geógrafos se interessam nas relações entre o que aconteceu nas escalas nacional, regional e local pautando-se nos argumentos de MacLeod e Goodwin (1999) e Amin e Thrift (2002). Agnew e Corbridge (1995) e Agnew (1999, 2001) foram quem analisaram processos políticos dentro e fora das fronteiras do Estado. Para eles, geógrafos mostram que o enfraquecimento do Estado era mais aparente do que real desde que os novos poderes das regiões foram desenvolvidos em cooperação com os governos centrais como uma resposta à globalização (BRENNER, 1997; MACLEOD e GOODWIN, 1999 e SWYNGEDOUW, 1997) enquanto O’Thuatail (1999) afirma que a globalização foi favorável ao mesmo tempo à desterritorialização e à reterritorialização e expressa essa ideia através da noção de glocalização.

Swyngedouw (2004) ressalta os vínculos econômicos nas configurações escalares como ordens regulatórias as quais se referem a arranjos geográficos institucionais (como Estados, formas regionais/locais de governança ou organizações transnacionais). Ele considera sobretudo que as questões de governança vinculadas ao surgimento de novas escalas territoriais e a redefinição das escalas existentes (como o Estado-nação) mudam a regulamentação e a organização da vida social, política e relações de poder econômico.

1. As políticas públicas de meio ambiente e suas estratégias territoriais

A estratégia adotada pelo governo do período 2019-2022 é completamente distinta das anteriores. Está em curso um processo veloz para desmontagem de todo o arcabouço da política ambiental brasileira. O presidente do país, eleito pelos três “B”, especialmente a “bancada do boi”, critica e desautoriza as instituições ambientais, especialmente o Ibama em sua atuação fiscalizatória, considera excessivo o número de terras indígenas e unidades de conservação. Incentivou, em numerosas ocasiões, a invasão de terras públicas e das áreas protegidas, especialmente na Amazônia, cuja ilegalidade dos atos teve aumento imediato. Apesar dos elevados índices de desmatamento e focos de fogo, em 2019, seu discurso incentivou a realização do “dia do fogo” quando, chamados

por grupos de *Whatsapp*, fazendeiros, madeireiros e empresários locais no estado do Pará atearam fogo na floresta.

Segundo o Greenpeace¹, o desmatamento nas terras indígenas aumentou 64% nos primeiros quatro meses de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019 (pesquisa DataFolha realizada entre 6 e 18 de outubro de 2020). Em 2019, a perda da vegetação nativa alcançou 1,2 milhão de hectares em todos os biomas, segundo o Observatório do Clima/MapBiomas.

Seu ministro do meio ambiente, além de usar de atos infr legais para desmontar toda a política construída ao longo de quase cinco décadas, assume para a pasta ambiental atribuições e competências que não lhe são próprias, como priorizar o saneamento urbano enquanto fala em extinguir o ICMBIO e não combate os incêndios na Amazônia e no Pantanal. Propôs ao presidente e ao governo “passar a boiada” enquanto a imprensa e o país estavam envolvidos com as questões da pandemia de Covid-19.

Mas, a história não foi sempre assim. Houve um longo período de avanços, lentos, mas continuados. Em destaque algumas de suas fases principais:

A atribuição da responsabilidade ao Estado brasileiro para a conservação ambiental em 1988 ocorreu simultaneamente à redução de sua estrutura, na formulação de um novo pacto federativo (CAMARGO, 1999). Esse descompasso é um aspecto fundamental quando se trata da análise de políticas ambientais. Ainda que a Constituição defina como “patrimônio nacional” todos os biomas brasileiros, sua conservação e sua proteção são extremamente frágeis diante das dinâmicas dos processos econômicos. Apesar de numerosos exemplos de implantação da Agenda XXI (nas décadas de 1990 e primeira dos anos 2000) e da explicitação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em muitos planos e programas assim como nos discursos de segmentos governamentais e produtivos, ainda é possível identificar posicionamentos visando escolhas entre conservação ou produção. Implantar ações sustentáveis “custa caro”, no dizer destes setores. Estamos ainda engatinhando pois predominam

¹ Dados oficiais do INPE (PRODES, DETER) não puderam ser utilizados para essa confirmação pois seu site esteve fora do ar.

as políticas setoriais, e muitos segmentos veem os biomas/regiões como suporte físico das políticas e contrastam com a visão articuladora que a PNMA (e alterações posteriores) procurou manter.

No entanto, não se pode dispensar uma ação organizada em qualquer forma de governo e, segundo Swyngedouw (2004), na ausência de arranjos políticos ou institucionais territorialmente organizados (como o Estado ou outras formas de governo) que regulam os mercados, dinheiro e propriedade e organizam a segurança e as partes da entrega do serviço, a economia e a ordem poderiam ser irrevogavelmente quebradas. O Estado sempre foi o terreno do político onde essas tensões estavam, as quais mediou e negociou, resultando em constante mudança de organização geográfica e o surgimento de formas de deslocamento territorial de governança. Há muito tempo, e ainda hoje, o Estado nacional foi apontado como o *locus* preeminente para a cristalização e a resolução destas tensões e conflitos. Esta foi e ainda é uma escala importante para a regulação e a negociação da vida social, econômica e cultural e para a articulação dos referidos processos de desterritorialização/reterritorialização”. Podemos aplicar tais ensinamentos à política ambiental.

Pode-se considerar que as políticas ambientais territorializadas envolvem, especialmente, a proteção de ecossistemas, a conservação da biodiversidade e a gestão dos recursos hídricos, todas elas, de maneira geral, consolidadas. Dentre elas, a mais antiga, de preservação de parques nacionais, no âmbito do Código Florestal de 1934², criou o Parque Nacional de Itatiaia, que é considerado a primeira unidade de conservação federal e data de 1937. A partir dos anos 1970 começa a

² Inicialmente considerada como de proteção dos ambientes naturais ecossistemas. Segundo Pádua (1997), o primeiro parque criado no Brasil visando explicitamente a proteção da natureza foi estadual – o Parque Estadual da Cidade, atualmente Parque Estadual da Capital, criado em 10 de fevereiro de 1896, pelo decreto 335, na cidade de São Paulo. A pluralidade de categorias de áreas de proteção permite identificar outros tipos de unidades criadas ainda no século XIX com a denominação de estações biológicas. Maior aprofundamento quanto à história ambiental brasileira ver Pádua (1997) e Drummond e Barros-Platiau, (2006). O Parque Nacional da Tijuca, cuja origem data de 1861 por decreto de D. Pedro II, resulta das florestas da Tijuca e das Paineiras que foram denominadas de Florestas Protetoras, pode ser vista como outro exemplo.

aumentar o número de unidades de conservação (UC). No entanto, a lei que as regem foi aprovada somente em 2000 (Lei 9985 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC) em razão de controvérsias, entre outras, sobre a possibilidade de se ter habitantes vivendo nelas. Praticamente uma década para sua tramitação. Uma das vantagens é que agora o sistema brasileiro corresponde às categorias internacionais, permitindo desenvolvimento de cooperações internacionais para pesquisa, financiamento, etc., adequando-se também à Convenção da Biodiversidade. Em todos os biomas, as UC são essenciais para a conservação da biodiversidade, destacando-se a Amazônia e suas populações tradicionais.

A estratégia territorial de interiorização desta política pode ser, segundo Drummond, Franco e Oliveira (2010), identificada a partir de 1979 quando a interiorização se tornou um princípio orientador da política de criação de UCs federais, por causa da adoção de critérios novos para a escolha dos seus sítios. Foram priorizados três aspectos: proteger áreas com ecossistemas e fisionomias pouco alterados, contemplar a variabilidade ecossistêmica do país e considerar a raridade relativa das paisagens. Visavam adiantar-se ao processo de ocupação do território brasileiro. Paulo Nogueira Neto³, responsável pela criação de 26 unidades de conservação no país, no entanto, acrescentava à tal preocupação a compensação, via proteção, pela implantação dos grandes projetos de desenvolvimento do período militar.

As áreas protegidas, incluindo-se terras indígenas e unidades de conservação, são vistas como parte de um movimento de reação ao modelo de ocupação territorial (MELLO, 2006). Elas são fundamentais para a estratégia de conservação, mas não pode prescindir de monitoramento (CHAPE et al., 2005; MELLO-THÉRY, 2011, FERRARO et al., 2011; PFAFF et al., 2015). Embora não devesse haver desmatamento em UC, Ferreira, Venticinque e Almeida (2005) apontam que o mesmo representou menos de 5% da área total desmatada na Amazônia Legal, entre 2000 e 2010, enquanto em outras áreas

³ Secretário da Secretaria Especial de Meio Ambiente (atual MMA) entre 1974 e 1986.

de cada município o índice foi de 7 a 11 vezes maior do que dentro delas (RICKETTS et al., 2010).

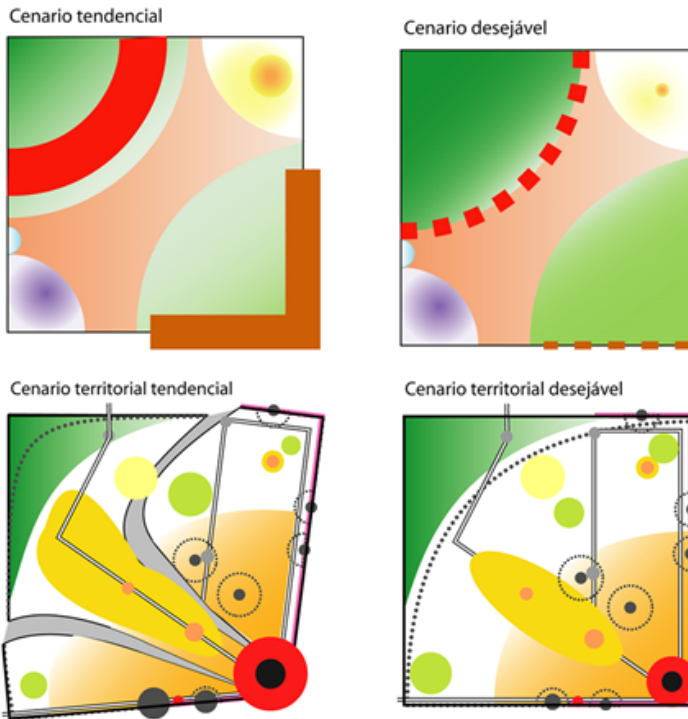
O país tem a quarta maior superfície coberta por unidades de conservação no mundo, se colocando atrás dos EUA (2.607.132 Km²), Rússia (1.543.466 Km²) e China (1.452.693 Km²), porém a efetividade desta política implica tanto a continuidade de criação de novas áreas como sua gestão. Medeiros et al (2011) e Mello-Théry (2011, 2018) mencionam os vários desafios na gestão e implantação do SNUC, especialmente no que se refere à regularização fundiária, elaboração e atualização dos planos de manejo e infraestrutura básica.

Nesta estratégia territorial, o modelo atual está claramente ameaçado pelo desmatamento, queimadas e grilagem de terras públicas, processo que já existia mas que se acirrou nos últimos dois anos. Théry e Mello-Théry (2018) apresentaram um mapa conceitual dos problemas brasileiros e seus modelos correspondentes. Em outro estudo, Cenários territoriais prospectivos, Théry (2006)⁴ apresenta quatro cenários, dois ambientais e dois territoriais – tendencial e desejável, de acordo com o mosaico de figuras 1.

A política atual corrobora os cenários tendenciais existentes e exclui as possibilidades de se chegar ao cenário desejado.

Além destes cenários, as propostas para a criação de UC visando atender os compromissos da Política Nacional e da Convenção da Biodiversidade previam cerca de 900 áreas e ações prioritárias baseadas na metodologia planejamento sistemático da conservação (MMA, 2004), posteriormente ajustada segundo a Deliberação CONABIO n° 39, de 14 de dezembro de 2005. A figura 2 destaca as propostas e a territorialização no bioma amazônico, em 1999, reunindo UC e terras indígenas, o que, se implantado, cobriria grandes extensões.

⁴ Estudo realizado para o projeto Brasil Três Tempos, não publicado.



Fonte: Théry, H. 2006.

Legenda para os modelos ambientais: Biomas Amazônia (verde escuro), Cerrados (bege), Mata Atlântica (verde claro), Pantanal (azul), Campos (lilás), Arco do desmatamento (faixa vermelha), Arco dos desabamentos (marrom), Desertificação (amarelo).

Para os modelos territoriais: Amazônia (verde escuro), agronegócio (amarelo e laranja), Arco do desmatamento (pontilhado preto), unidades de conservação (verde claro), centro econômico do país (vermelho), mineração (amarelo), produção de energia (verde claro), metrópoles regionais (preto), risco de ruptura (cinza).

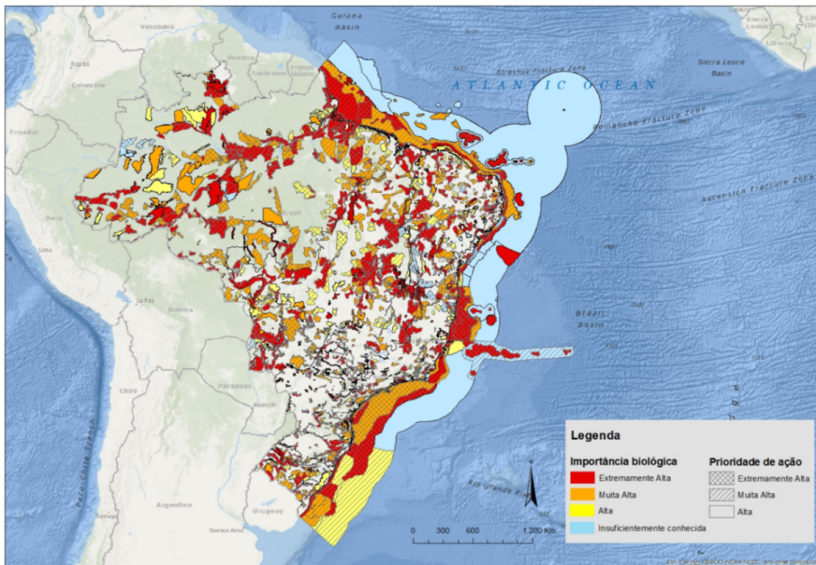
Em 2004 foi realizado o 1º processo de avaliação e identificação das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, focando os diferentes biomas e o mar territorial brasileiro. Em 2006, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) introduz as principais deliberações internacionais e nacionais⁵. Em 2007, a atualização

⁵ Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Summit for the Sustainable Development - WSSD); Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (proteção de pelo menos 10% de cada ecorregião até 2010) e Conferências Nacionais do Meio Ambiente/CNMAs (2003 a 2005).

das áreas prioritárias (figura 4) ainda mostra grandes conjuntos na Amazônia e pequenas áreas no restante do país.



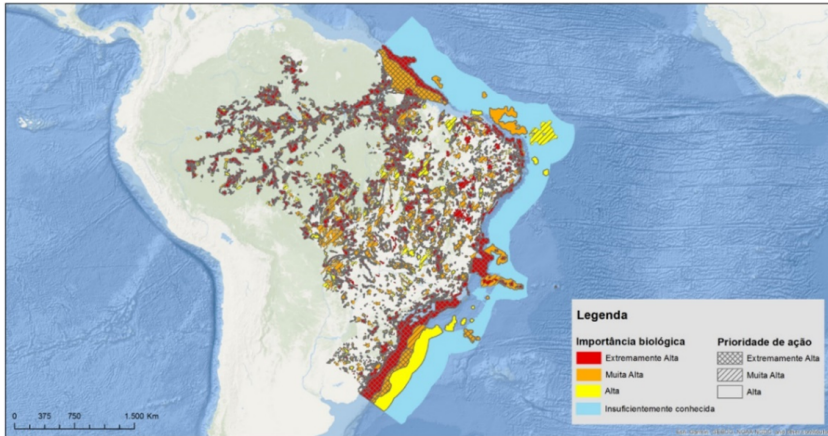
Fonte: https://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/maparea.pdf



Fonte: http://areasprioritarias.mma.gov.br/imagens/arquivos/mapa_2007.jpg

Com a segunda atualização, de 2018, revogam-se as prioridades da primeira e observa-se um esfacelamento das grandes unidades em um elevado número de pequenas, especialmente acompanhando os percursos dos rios amazônicos, alterando a estratégia territorial anterior e reproduzindo na Amazônia o mesmo processo que ocorreu em outros

biomas brasileiros. Ocorreram também mudanças em todo o litoral brasileiro, seja pelo nível de prioridade, seja pelo tamanho das superfícies definidas, conforme figura 4.



http://areasprioritarias.mma.gov.br/images/Mapa_com_legenda.bmp

Logo no início (abril de 2019) do mandato ministerial de Ricardo Salles, muitas informações sobre as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade (areasprioritarias.mma.gov.br) do ministério foram retiradas do site com o argumento de erros. Atualmente, a primeira e a segunda atualizações estão disponíveis.

Embora outras políticas ambientais, dentre elas a política de recursos hídricos e a de energia, tenham definidas suas estratégias territoriais ao usar a área ocupada por uma bacia hidrográfica para fazer o planejamento e implantar ações ou de construir 12 novas hidrelétricas nas bacias do Tapajós, Aripuanã, Trombetas, Juruena, Araguaia, Sucunduri, Branco, Jari, Itacaiunas e Jatapu, todas na Amazônia brasileira, sua análise não será objeto deste capítulo.

2. Políticas de mudanças climáticas e estratégias territoriais

Também a política de mudanças climáticas vem sendo desmontada pelas estratégias adotadas pelo governo do período 2019-2022. Não apenas o Itamaraty assumiu o posicionamento que destruiu a imagem

de bom negociador que tinha, como o chanceler é notadamente um negacionista. Além do Itamaraty, a primeira das ações do MMA foi a alteração do modelo de gestão do Fundo Clima⁶ usando o discurso de que o país não necessitava de recursos externos, já disponíveis para reduzir a emissões de gases de efeito estufa (GEE) como, contraditoriamente mais tarde, o próprio ministro compareceu à reunião da COP-25 em Madri com a intenção de cobrar recursos para combate ao desmatamento. Capobianco⁷, na Tribuna da *Folha de S. Paulo* de 31 de outubro (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/salles-e-a-retorica-como-cortina-de-fumaca.shtml>) desmonta os argumentos do ministro quanto ao repasse de valores do Fundo Clima para o BNDES usar em saneamento. Esses representam apenas 0,09% do que o próprio ministro informa que o setor necessitaria e que representam apenas 2,3% do total das emissões de GEE produzidas pelo país.

O ministro também não se preocupou com as emissões produzidas pelos elevados índices de desmatamento e queimadas no Pantanal e na Amazônia. Para o Pantanal, argumenta que foi o não uso da queima controlada e da redução do rebanho bovino (que ele e a ministra da agricultura chamam de “boi bombeiro”) por pressão dos ambientalistas que contribuíram para o descontrole das queimadas. Ainda segundo Capobianco, a investigação da Polícia Federal mostra que não houve diminuição do rebanho no bioma.

São estratégias muito bem pensadas no sentido do desmonte das políticas, as quais se somam às diretrizes estabelecidas pelo presidente e pelo ministro das relações exteriores, pois em 2020 é extinto o CIM (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima) pelo decreto nº 10.223.

Embora mais recente nas preocupações dos decisores políticos, há uma história na construção da política de mudanças climáticas, da mesma maneira da política anterior.

⁶ Este mecanismo foi criado antes da própria política, na expectativa de inclusão de diversos setores nas ações de minimização de emissões via financiamento de projetos locais. O estado que mais apresentou projetos foi São Paulo.

⁷ João Paulo Capobianco foi secretário nacional de Florestas e Biodiversidade e secretário-executivo do ministério do Meio Ambiente (2003 a 2008), na gestão de ministra Marina Silva.

Muitos estudiosos de políticas públicas têm se debruçado sobre o tema nos últimos anos. No Brasil dos anos 1990 foi assunto quase exclusivo de meteorologistas e cientistas de áreas das ciências exatas, como Carlos Nobre, por exemplo. Aos poucos, no século XXI, o tópico passou a ser estudado pelos pesquisadores das ciências humanas e sociais aplicadas (RAMIRES, 2018; CALDAS e MASSARDIER, 2020; MELLO-THÉRY, 2017).

Ainda que a política nacional de mudança climática tenha sido aprovada em 2009 (lei 12.187), o assunto entrou mais cedo na agenda brasileira, em consonância com as discussões e a agenda internacional. Em termos de mecanismos para a ação pública o país avançava e o assunto, tratado pelo Itamaraty, teve respaldo técnico do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em síntese o quadro 1 mostra as comissões específicas criadas, destacando-se entre elas a Comissão Interministerial sobre Alterações Climáticas (CIAC, decreto 98352/89), um ano após a constituição do IPCC (Internacional Panel Climate Change), extinta no ano seguinte; a Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA). Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento criou-se a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES) que atuou até 1997.

Analisado por Mello-Théry (2017), a atuação da diplomacia brasileira nas reuniões das Conferências das Partes (COP) mostra uma época na qual tinha posição importante ou mesmo liderava as negociações, tendo sido um dos atores mais atuantes para a proposição do Protocolo de Kyoto e no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estimulando, internamente, instâncias para a implementação da política como a Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima (CIMGC, Decreto nº 8.200/99) ou o Fórum Brasileiro de Mudança Climática (FBMC, Decreto nº 3.515/2000). Áureos tempos comparados com a atualidade.

O avanço na constituição de instrumentos da ação pública continuou, conforme Colonna (2020), no *Quadro 1 – Primeiros órgãos nacionais criados para lidar com as questões das mudanças climáticas*

Órgão	Função	Data de criação	Liderança
Comissão Interministerial sobre Alterações Climáticas (CIAC)	Elaborar estudos, subsídios e contribuições às negociações internacionais	31 de outubro de 1989	Secretário Geral das Relações Exteriores
Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA)	Similar à Comissão anterior, com maior foco à preparação da Conferência citada.	25 de abril de 1990	Ministro MREx (Ministério das Relações Exteriores)
Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES)	Foco em proposição de ações, instrumentos, captação de recursos (entre outros) e avaliação das suas próprias atividades para implementação da Agenda XXI no país.	21 de junho de 1994	Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República
Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda XXI Nacional	Objetivos mais genéricos em relação à CIDES, focados na proposição exclusivamente à Câmara de Políticas dos Recursos Naturais ⁸	26 de fevereiro de 1997	Ministério do Meio Ambiente
Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima (CIMGC)	Certificadora oficial brasileira, reconhecida pela UNFCCC, para validar projetos de redução certificada de emissões de gases de efeito estufa.	7 de julho de 1999	MCT
Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC)	Conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa	20 de junho de 2000	Presidente da República, normalmente exercida pela Secretário-executivo
Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda XXI Nacional	Objetivos mais específicos focados na implementação da Agenda 21 mas com interlocução com diversos órgãos do governo	28 de novembro de 2003	Ministério do Meio Ambiente
Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM	Elaborar por meio do Grupo Executivo o Plano Nacional de Mudança do Clima	21 de novembro 2007	Casa Civil

Fonte: Colonna, 2020.

⁸ Decreto nº 1.696, de 13 de novembro de 1995, tinha como objetivo formular as políticas públicas e diretrizes relacionadas com os recursos naturais e coordenar sua implementação. Extinta pelo Decreto nº 9.784 de 7 de maio de 2019.

A sociedade organizada e pesquisadores se fazem presentes tanto por meio do Observatório do Clima (OC) e da Rede Clima criados em 2003 e 2007, respectivamente constituídos com o objetivo de monitorar a pauta climática nacional, realizar estudos, pressionar governos federal, estaduais e locais com relação à temática e dar apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, produzir e disseminar conhecimento. Esse plano foi complementado pelos setoriais nas áreas agrícola, industrial, de mineração, transportes e saúde assim como pelos planos de prevenção e controle do desmatamento nos diferentes biomas (Amazônia e Cerrados). Também foram previstos 18 mecanismos de caráter jurídico, financeiro, processual, de governança na perspectiva de estabelecer alianças e acordos. Apesar do esforço dos planos setoriais abordarem a temática em si, não há articulações entre eles, cada um voltado ao seu próprio campo.

Durante uma primeira fase – até o AR4 do IPCC, as políticas voltaram-se para a minimização do fenômeno com o foco na redução do desmatamento em função das emissões produzidas. Após o 5º relatório do IPCC o foco priorizou a adaptação.

No caso das políticas para a agricultura, o plano ABC (Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura) aprovado em 2010 foi anunciado na COP15 e publicado um ano depois. Segundo Checci e Grisa (2020)

[...] o Plano ABC envolveu certa “tradução antecipada” das ideias do contexto internacional para o nacional. Interpretada como uma oportunidade de ressignificação da agricultura brasileira, os atores do agronegócio definiram antecipadamente uma estratégia e participaram da COP15 com uma proposta estruturada de política pública para a agricultura de baixa emissão de carbono.

Quanto às políticas de adaptação, Mello-Théry (2020) consideram a percepção dos atores em vários municípios no estado do Mato Grosso e mostram que, embora o governo local afirme que sua missão é econômica, social e de desenvolvimento sustentável e as instituições

públicas e partes interessadas repitam protocolos e acordos internacionalmente reconhecidos em suas comunicações, estes não são refletidos por qualquer mudança no comportamento institucional.

Caldas e Massardier (2020) descrevem o processo político de setorialização do fenômeno e analisam os instrumentos especialmente dedicados a esse setor no contexto paulista (o protocolo de transição, os planos agroecológicos, o seguro rural – adaptado – aos riscos climáticos).

Do ponto de vista das estratégias territoriais, a política em si não as apresenta, embora possam ser encontradas nos planos setoriais. Ainda que não seja uma estratégia territorial, o presidente Lula estabeleceu uma clara estratégia ao se comprometer, voluntariamente, na COP-15 com índices de redução de 80% no desmatamento e entre 36,1% e 38,9% sobre as estimativas de emissões previstas para 2020, por sermos o sexto país em emissões globais. Metas que já estavam sendo atingidas, no entanto, se constituiu como uma novidade, pois o Itamaraty jamais se comprometeu publicamente em períodos anteriores.

De tal modo, além de alguns planos setoriais, programas internacionais o fazem, a exemplo do REDD (Reduzindo as Emissões geradas com Desmatamento e Degradação Florestal nos Países em Desenvolvimento) e REDD+. Inicialmente o REDD visou financiar projetos voltados para a conservação e a restauração de florestas para serem apresentados nas negociações de clima entre os países, mas ao inserir a questão de conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e manejo sustentável de florestas transformou-se em REDD+, com foco especialmente na Amazônia (RICKETTS et al., 2010).

3. Considerações finais

O Brasil defendeu durante décadas o multilateralismo e atuou fortemente no âmbito das negociações no seio das Nações Unidas, assim como em seus organismos específicos. Liderou a Conferência do Rio em 1992 visando mostrar que havia assumido compromissos nacionais de reduzir/combater o desmatamento e, conseqüentemente, suas emissões de GEE; criou numerosas UC antes e depois da referida conferência; fortaleceu instituições nacionais responsáveis pela política ambiental; fez acordos regionais com os países vizinhos para cooperação e política

amazônica; inseriu em sua agenda questões estreitamente ligadas com os problemas ambientais globais, ainda que sempre mantendo o discurso da soberania nacional, das responsabilidades compartilhadas mas diferenciadas em todas as suas participações. Construiu uma imagem respeitável e comprometida com os problemas ambientais globais.

Internamente desenvolveu um conjunto de políticas e mecanismos específicos relacionados a problemas ambientais nacionais, mantendo e, aos poucos, ampliando tais preocupações na agenda pública.

Assim, a valorização das ações públicas voltadas ao meio ambiente e às mudanças climáticas aumentou muito e, evidentemente, as críticas também. Recebeu recursos externos, mantendo-se na gestão e definição do que lhe era aceitável. Procuramos evidenciar esse conjunto de ações e as influências dos compromissos internacionais, nacionalizados.

No entanto, em menos de dois anos, destruiu sua imagem internacional assim como os mecanismos jurídicos, financeiros e técnicos que suportam as políticas nacionais ambientais. Quanto às políticas de mudanças climáticas, até o momento, extinguiu a comissão de sua implantação. Além disso, o estrago está feito à medida em que mostram à sociedade brasileira que não devem se preocupar com as mesmas por não existirem.

Apesar disso, procurou-se evidenciar as estratégias territoriais das políticas analisadas: na ambiental elas são explícitas, na de mudanças climáticas, nem tanto, mas é possível identificar direcionamentos implícitos nos planos setoriais que a complementam.

Bibliografia

AGNEW, J. Mapping Political Power Beyond State Boundaries: Territory, Identity and Movement in World Politics. **Millennium, Journal of International Studies**, n. 28, pp. 499–521, 1999.

AGNEW, J. **Reinventing Geopolitics: Geographies of Modern Statehood**. Heidelberg: University of Heidelberg (Department of Geography). 2001.

AGNEW, J. CORBRIDGE, S. **Mastering Space. Hegemony, Territory and International Political Economy**. London: Routledge. 1995.

BRENNER, N. State Territorial Restructuring and the Production of Spatial Scale. **Political Geography**, n. 16, pp. 273–306, 1997.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, n. 25, pp. 591–614, 2001.

CALDAS, E. L., MASSARDIER G. La climatisation des politiques dans un contexte de fragmentation et sectorialisation des agendas et de la mise en œuvre des instruments, **Confins**, Paris [En ligne], n. 46, 2020, mis en ligne le 30 juin 2020. <<http://journals.openedition.org/confins/31691>>. Acessado 01 nov 2020.

CAMARGO, A. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In: PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 39–50.

CAPOBIANCO, João Paulo. Salles e a retórica como cortina de fumaça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de outubro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/salles-e-a-retorica-como-cortina-de-fumaca.shtml>>. Acesso em 31 out 2020.

CHAPE, S., HARRISON, J., SPALDING, M., LYSENKO, I. Measuring the extent and effectiveness of protected areas as an indicator for meeting global biodiversity targets. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, v. 360, n. February 2005, p. 443–455, 2005.

CHECHI, L.; GRISA, C. Dos acordos globais às interpretações locais sobre agricultura sustentável: tradução e implementação do Plano e do Programa ABC, **Confins**, Paris [En ligne], n. 46, 2020. <<http://journals.openedition.org/confins/31291>> Acessado em 01 nov 2020.

CHECCO, G. B., CALDAS, E. L. Governos subnacionais e a Política de Mudanças Climáticas de São Paulo: uma análise a partir da multiposição dos atores na cidade de São Paulo. **Confins**, Paris, n. 39, 2019. <<https://journals.openedition.org/confins/18818>>. Acesso em 15 out 2020.

CLAVAL, P. The scale of political geography: an historic introduction. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Vol. 97, No. 3, pp. 209–221. 2006.

CLAVAL, P. **La Géographie du XXIe Siècle**. Paris: L'Harmattan. 2003.

COLONNA, Julianna Valevski Cardial. **Instrumentos de ação pública – uma análise da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas e o Fundo Clima**. Mestrado. Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental-PROCAM, Universidade de São Paulo. 2020.

DRUMMOND, J. A. L.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil.. In: Roseli Senna Ganem. (Org.). **Conservação da biodiversidade - legislação e políticas públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, v. 1, p. 341-386, 2010.

DRUMMOND, J. A., BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies: 1934–2002: a critical overview. **Law & Policy**, v. 28, n. 1, Jan. 2006.

FERREIRA, L.; VENCTICINQUE, E., ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Revista de Estudos Avançados (IEA)**, v. 19, n. 53, 2005.

FERRARO, P. J.; HANAUER, M. M.; SIMS, K. R. E. Conditions associated with protected area success in conservation and poverty reduction. **PNAS**, v. 108, n. 34, p. 13913-13918, 2011.

MACLEOD, G. GOODWIN, M. Space, Scale and State Strategy: Rethinking Urban and Regional Governance. **Progress in Human Geography**, 23, pp. 503–527. 1999,

MCCARTHY, J. Scale, Sovereignty, and Strategy in Environmental Governance. **Antipode**, n. 37, v 4, pp. 731-753. 2005.

MEDEIROS, R., YOUNG, C. E. F., PAVESE, H. B., ARAUJO, F. F. S. (Eds.). **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MELLO, N. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MELLO-THÉRY, N. A. de. **Território e gestão ambiental na Amazônia. Terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume Editora, 2011.

MELLO-THÉRY, N. A. de. Politiques environnementales brésiliennes : intentions et réalités. **EchoGéo**, Paris, v. 41, 2017. <<http://echogeo.revues.org/15011>>. Acesso 15 out 2020.

MELLO-Thery, Neli Aparecida de. Ambiente, desenvolvimento e políticas de biodiversidade (Brasil). **Finisterra**, LIII, 109, pp. 133-148. 2018. <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra>>. Acessado em 01 out 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 1º Processo de Avaliação e Identificação das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade. 2004. <<http://areasprioritarias.mma.gov.br/processo-de-avaliacao-2004>>. Acessado em 25 out 2020.

O'THUATAIL, G. (1999), Borderless Worlds? Problematising Discourses of Deterritorialization. **Geopolitics**, n. 4, pp. 139–154.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA/MapBiomias. <<https://plataforma.mapbiomas.org>>. Acesso em 30 out 2020.

PFAFF, A.; ROBALINO, J.; HERRERA, D.; SANDOVAL, C. Protected areas? impacts on Brazilian Amazon deforestation: Examining conservation-Development interactionsto inform planning. **PLoS ONE**, n.7, v.10, p. 1–17, 2015.

RAMIRES, J. Z. S.; MELLO-THÉRY, NELI APARECIDA DE. São Paulo: avanços e recuos, após quase uma década da política de mudança do clima. *CONFINS (PARIS)*, n. 38, 2018. <<https://journals.openedition.org/confins/17041>>. Acessado 10 out 2020.

RICKETTS, TH; SOARES-FILHO, B.. DA FONSECA, GAB.; NEPSTAD, D.; PFAFF, A.; PETSONK, A. Indigenous Lands, Protected Areas, and Slowing Climate Change. *PLoS Biol*, n. 8, v. 3. 2010. <<https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1000331>>. Acesso 12 out 2020.

SWYNGEDOUW, E. 1997. Neither global nor local: “Globalization” and the politics of scale. In: Cox, K.R. (Ed.). **Spaces of globalization**. New York, London, Guilford Press, pp. 137-166, 1997.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or ‘Glocalisation’? Networks, Territories and Rescaling. **Review of International Affairs**, n. 1, v. 17, April 2004.

THÉRY, H.; MELLO-THÉRY, N. A. de. **Atlas do Brasil, Disparidades e dinâmicas do território**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

WATANABE, Phillippe. Para 46%, gestão de Bolsonaro em combate ao desmantamento na Amazônia é ruim ou péssima. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 de outubro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/bolsonaro-tem-a-pior-avaliacao-no-brasil-em-combate-ao-desmatamento.shtml>>. Acesso em 31 out 2020.

COVID-19 E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL A PARTIR DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Glória da Anunciação Alves

A análise da pandemia mundial da Covid-19 no Brasil nos leva ao escancaramento e aprofundamento de situações de desigualdade socioespacial que, no limite, se apresentam como segregação socioespacial. Mas o que entendemos por segregação socioespacial?

Segregação socioespacial, a nosso ver, é o impedimento coercitivo de acesso aos bens públicos que, na teoria, em uma democracia, todos deveriam ter o direito de acessar e usufruir dos mesmos. Em suma, poderíamos dizer que se trata da privação, no sistema capitalista, aos chamados “direitos” do cidadão que se materializam no espaço por meio da existência e acesso ao que seria mais elementar ao ser humano: infraestrutura básica (água tratada, energia, esgoto), mobilidade espacial (principalmente ao transporte público coletivo de qualidade), educação pública, saúde pública, moradia, trabalho, alimentação e cultura.

Hoje, segunda década do século XXI, acrescentaríamos a esses direitos, pois também são fundamentais à reprodução da vida (como a pandemia exigiu), os meios de comunicação, principalmente o acesso à internet, como desenvolveremos mais adiante.

Afirmamos que a pandemia da Covid-19 aprofunda as desigualdades e a segregação socioespacial no Brasil como um todo, mas de forma desigual. Nada de novo foi criado, mas sim deixou mais às claras processos que já ocorriam e que, como a pandemia, ficaram mais expostos e exigiram respostas urgentes, ainda que paliativas, à situação. Para discorrer sobre a questão faz-se necessário brevemente chamar a atenção para o desenvolvimento desigual e combinado que é base para a criação e manutenção das desigualdades em diversos níveis.

1. O desenvolvimento desigual e combinado

Como fundamento do capitalismo, a desigualdade socioespacial aparece na sociedade como se fosse natural, afinal, em um discurso recorrente e simplista, riqueza e pobreza existem e, como “naturalizadas”, as explicações de sua existência se dão, em geral, como resultado do trabalho diferenciado das pessoas na sociedade: os que se esforçam, que trabalham muito e conseguem se diferenciar dos que, aparentemente, se esforçam menos e por isso vivem em situações mais precárias.

Ideias como as relatadas acima, infelizmente, caíram no senso comum e continuam a ser dadas e incorporadas como explicações razoáveis da desigualdade existente. Entretanto, desde Marx (1988), passando por Mandel (1992) e Soja (1993), as desigualdades, como nos mostram essas obras, e em especial as geográficas, são fundamentais para a continuidade da reprodução capitalista.

O desenvolvimento desigual e combinado é um dos princípios gerais da reprodução do capitalismo. No nível global da divisão internacional do trabalho, como há décadas apontava Lipietz (1989) para o mundo, Seabra e Goldenstein (1982) e Oliveira (1981) mais especificamente em relação ao Brasil, os papéis de cada estado nação estavam bem definidos e cabia, até início dos anos 70, aos na época chamados países subdesenvolvidos, a exportação das matérias-primas necessárias à produção das indústrias de base e de bens de consumo duráveis e não duráveis concentradas nos países desenvolvidos, o que fazia com que a balança comercial fosse, em geral, deficitária aos países subdesenvolvidos.

Ainda que a partir dos 70 (séc. XX) os “países subdesenvolvidos e os em vias de desenvolvimento” passassem a ter mais papéis produtivos, a base comercial principal continuava a ser a exploração e a produção das matérias-primas de exportação. Mantinha-se assim a base desequilibrada da troca de mercadorias e garantindo o desenvolvimento desigual e combinado necessário à reprodução do capital. Hoje, segunda década do século XXI, como aponta Harvey (2017), o desenvolvimento geográfico desigual continua fundamental à reprodução do capital, principalmente quando de suas crises.

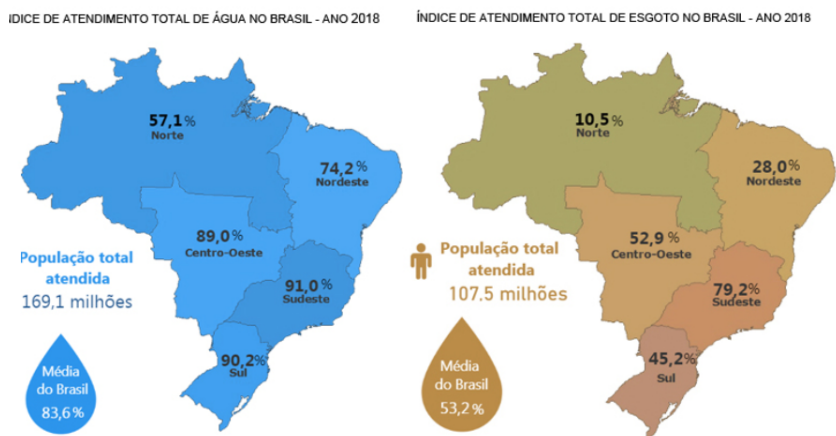
No nível nacional, o desenvolvimento geográfico combinado e desigual também se manifesta regionalmente. Tomaremos também essa

escala, pois discutir a segregação a partir do ensino básico, e principalmente à luz dos problemas expostos durante a pandemia, auxilia na análise do processo. A articulação das escalas mundial, regional e local será fundamental para melhor entender as dinâmicas ligadas à segregação socioespacial.

A desigualdade regional existente é resultado de um processo que vem desde a colonização, mas que se ampliou principalmente a partir dos 70 (séc. XX), quando do processo de industrialização nacional que manteve a concentração do capital (inicialmente agrário industrial e hoje financeiro) no centro sul do país, ou, pela regionalização de SANTOS e SILVEIRA (2001), na região concentrada do Brasil que corresponde ao Sudeste, Sul e parte do Centro Oeste.

Essa desigualdade econômica se manifesta dramaticamente durante a pandemia de Covid-19. Uma das formas de evitar o contágio se dá pela higienização das mãos e objetos. O apelo feito no Brasil e no mundo é de lavar bem as mãos com água e sabão de modo a matar o vírus. Mas como fazê-lo se a água tratada e o sistema de coleta de esgoto não chegam a todos os habitantes do país? A imagem 1 mostra a diferença regional de acesso à água e ao esgoto.

Imagem 1



Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2020/05/06/agua-e-saneamento-covid-19-teria-tido-menos-impacto-no-brasil-se-a-agenda-2030-tivesse-avancado/> acessado em 13.10.20

Ainda que sejam visualmente claras as diferenças de acesso à água e ao esgoto, e mesmo revelando as contradições regionais de acesso a esse serviço básico no Brasil, os dados apresentados acabam por não possibilitar a leitura das desigualdades existentes dentro de uma mesma região e muito menos as desigualdades em cada uma das cidades dessas regiões. Por isso também é importante discutir o desenvolvimento desigual e combinado em outras escalas geográficas, como o faremos agora a partir dos impactos da Covid-19 no ensino básico.

As desigualdades socioespaciais existem e podem ser analisadas a partir de diversas escalas de análise (global, nacional, regional, local). É comum a divulgação da ideia, principalmente pelos meios de comunicação, mas também nas falas cotidianas, de que as desigualdades são resultado da ausência do Estado em um determinado espaço, como se fosse a falta de ação do Estado (em seus diversos níveis) que promovesse ou enfatizasse a desigualdade. Partimos aqui de outra proposição, a partir de Lefebvre (1983), do que ele chama de presença/ausência do Estado para discutir a questão.

No nível nacional as desigualdades regionais são fruto de uma estratégia do Estado, ou seja, a sua ausência, como nos mostra OLIVEIRA (1982), e o discurso da desigualdade justificou a “presença” do Estado por meio de criação de estratégias e políticas públicas de desenvolvimento que, ao invés de reduzir a desigualdade, a aprofundou, o que ajuda a explicar em pleno século XXI que ainda a totalidade da população não tenha acesso a água tratada e sistema de coleta de esgoto, tão necessário ao combate à pandemia e manutenção da vida.

Se tomamos a escala urbana, nas cidades, temos a reprodução dessas desigualdades com o mesmo tipo de argumento: a ausência do Estado. Pouco se discute que essa aparente ausência do Estado, principalmente nas periferias com maior precariedade, onde falta ou existe de modo muito insipiente a infraestrutura urbana necessária à reprodução da vida do cidadão, é uma opção política do Estado, e que, portanto, sua aparente ausência é fruto de sua presença, pois a não ação do Estado nessas áreas faz parte de uma opção estatal de privilegiar com infraestrutura, serviços, lazer e criação de sistemas de mobilidade urbana outros espaços da cidade, em geral centralidades ligadas mais diretamente à reprodução do capital, a partir da reprodução do espaço. Por isso recorreremos a Lefebvre (1983) a partir de seu debate sobre a presença/ausência, e em nosso caso, do Estado.

2. A Covid-19 e os impactos da pandemia no ensino básico

Com a chegada da Covid-19 ao Brasil e o reconhecimento da existência da pandemia, uma das primeiras atividades paralisadas, com o impedimento da ida de crianças e jovens às escolas, foi o ensino¹ básico presencial, tanto de instituições públicas como de instituições privadas.

Não discutiremos aqui a qualidade de ensino, apenas a questão do acesso às alternativas de ensino diante do isolamento social exigido para a prevenção à pandemia. O impedimento de “ir à escola” teve desdobramentos diferenciados em diversas escalas de análise. A primeira é a diferenciação entre as ações decorrentes do tipo de instituição de ensino existente.

No país, boa parte das escolas privadas de ensino básico, voltada ao atendimento de uma gama variável populacional, mas que, em comum, optaram por escolher escolas privadas e podem arcar com o pagamento mensal pelo ensino e serviços prestados, rapidamente (menos de quinze dias) direcionavam o ensino para a forma remota, tendo como certo que seus alunos/clientes possuíam acesso à internet e que poderiam receber aulas e atividades de modo digital, bem como fazer a devolutiva da mesma forma.

Aparentemente se resolvia o problema, mas com os efeitos econômicos da pandemia, principalmente durante o primeiro semestre de 2020, quando parte das atividades econômicas ficaram paralisadas, parcela dessa população perdeu todo ou parte dos rendimentos mensais, o que fez com que uma porcentagem² dos alunos pedisse transferência para o ensino público.

¹ Destacamos aqui o ensino básico, mas todos os estabelecimento de ensino tiveram suas atividades paralisadas: creches, ensino infantil, ensino básico e ensino superior.

² Esses números variam muito de estado para estado da Federação. De acordo com levantamento feito pela imprensa, por exemplo, no estado de São Paulo as transferências para a escola pública cresceu 10 vezes (fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/transferencia-para-escola-publica-em-sp-e-10-vezes-maior-do-que-em-2019.shtml> acesso em 09.10.2020; já no estado do Paraná esse crescimento foi de 88,2% (fonte: <https://www.bemparana.com.br/noticia/transferencias-de-alunos-de-escolas-particulares-para-rede-publica-sobem-882-no-parana#.X67NsshKiyI> acesso em 09.10.2020). Esse fenômeno foi detectado em todo o país, com números diferenciados em cada estado.

Já no ensino público, por todo o país, em um primeiro momento ocorreu apenas a suspensão de aulas, com a antecipação, em muitos estados e municípios da federação, das férias escolares. O problema é que as escolas públicas de ensino básico, além de oferecerem educação, são ainda os locais onde boa parcela de seus alunos faz ao menos uma refeição, muitas vezes a única diária.

Com o fechamento das escolas, inicialmente, a falta de alimento para os alunos tornou-se mais um problema decorrente da pandemia: além da perda do contato com outros alunos, de atividades de estudo, cultura e recreação, a falta de alimentação agravou a situação das famílias que tinham na escola uma alternativa também para amenizar a questão da alimentação de seus filhos.

Esse problema da falta de alimentação foi minimizado ao longo da pandemia, a partir da apresentação de políticas públicas em alguns estados e municípios. Nos que propuseram alguma ação política, tivemos desde abertura de escolas apenas para o oferecimento de merendas aos alunos matriculados até, como na rede estadual de São Paulo, a criação de um auxílio de 50 reais por mês para as crianças de famílias mais vulneráveis economicamente.

Como não houve uma ação pública coordenada pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), a dramaticidade dessa situação só não foi pior graças ao movimento de solidariedade³ da sociedade, que proporcionou a distribuição de cestas básicas aos mais necessitados por todo o país.

Mas e quanto ao ensino propriamente dito nas escolas de base públicas de todo o Brasil? Ainda que com muitas diferenças, em nossa análise encontramos uma situação comum a todas elas: as alternativas dos poderes públicos para a continuidade dos estudos dos alunos passavam, necessariamente, pela criação de atividades educacionais em situações não presenciais.

³ Como já abordado no capítulo “A resistência cotidiana no capitalismo com (e sem) a Covid-19” disponível em <https://diplomatique.org.br/a-resistencia-cotidiana-no-capitalismo-com-e-sem-a-covid-19/> a solidariedade, necessária no momento da pandemia, auxiliou também a manter o sistema: de um lado, minimizando a ascensão de conflitos por alimentos e, por outro, ampliando a propaganda das empresas que aparecem como benfeitoras, a exemplo do quadro Solidariedade S/A, apresentado no auge da pandemia pela Rede Globo de televisão, mas tendo em outras emissoras também suas versões.

Em geral, as saídas apresentadas pela maior parte das redes de ensino público municipais e estaduais foi a mesma das escolas privadas: o uso das mídias comunicacionais, em especial as virtuais, com auxílio da internet.

Mas enquanto, segundo dados⁴ da pesquisa encomendada pelo Senado brasileiro⁵, cerca de 4% dos alunos matriculados em escolas privadas não têm acesso a internet, esse número sobe para 26% entre os alunos da rede pública, com diferenças de acesso, velocidade, além dos modelos, principalmente de celulares, que permitem ou não que alguns aplicativos possam ser usados .

Segundo dados do IBGE (2018), 20,9% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet. Já 79,1% dos domicílios brasileiros têm acesso a internet, mas a maior parte o faz a partir do celular (99,2%) (imagem 2) para, prioritariamente, receber mensagens por meio do WhatsApp⁶, ou mesmo conversar por vídeo, ou seja, manter contatos com pessoas e/ou grupos cotidianamente. De acordo com os dados TIC- Domicílios (Cetic-Br 2019), dentre a população com renda inferior a 1 salário mínimo, 78% tem acesso à internet exclusivamente pelo celular.

Os estados e municípios procuram alternativas para a manutenção de atividades de ensino durante a pandemia e, na urgência,⁷ opta-se pelo ensino remoto, tendo como principal meio de comunicação com os alunos e responsáveis o uso da internet. Essa alternativa expôs ainda mais as diferenças entre o acesso dos alunos das escolas públicas comparados aos das escolas privadas.

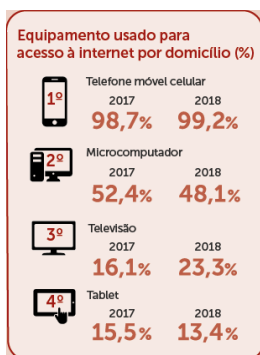
⁴ Esse levantamento foi feito por amostragem e por telefone, logo quem não possui telefone fixo ou celular foi excluído da amostra.

⁵ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia> , acesso em 12.10.2020

⁶ No Brasil a maior parte dos pacotes para uso de celulares, ou mesmo a recarga de crédito nos celulares, tem como ilimitado o uso de Whatsapp, o que faz com que o mesmo seja usado como um grande canal de comunicação.

⁷ No Brasil houve grandes diferenças quando da continuidade de ensino: parte dos estados do centro-sul após dois meses de pandemia é que iniciam atividades remotas, enquanto em outras regiões do país como Norte e Nordeste a retomada das atividades se dá, em geral, quatro meses após o início da crise sanitária.

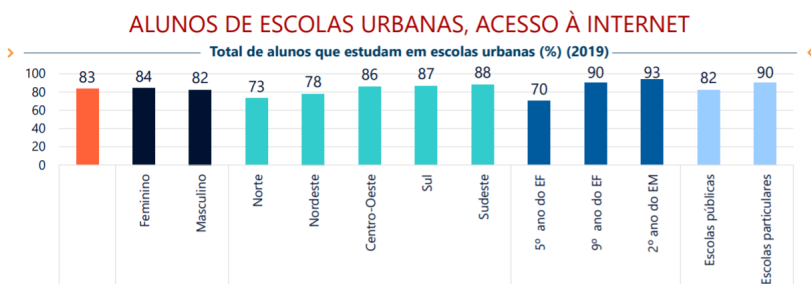
Imagem 2



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional Por amostra de domicílios contínua, 2017-2018, disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-1>, acessado em 15.10.2020

Antes da pandemia, mesmo que cerca de 70% das escolas no Brasil tivesse algum tipo de acesso à internet, segundo o levantamento Cetic-Br (2019), boa parte dos professores entrevistados relatou dificuldades no uso de materiais digitais na escola presencialmente por muitos fatores, tais como: equipamentos obsoletos e em quantidade pequena diante do número de alunos da classe, baixa velocidade de internet na escola, ausência de suporte técnico e de cursos específicos de uso de tecnologias para os docentes. Já no que diz respeito ao acesso à internet pelos alunos temos a seguinte situação (Imagem 3).

Imagem 3



Fonte: https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf acesso em 15.10.20

Esse era o quadro que tínhamos no início de 2020, ou seja, antes da pandemia, indicando já diferenças regionais e do tipo de escola analisada (se pública ou privada).

Com a pandemia e a opção pela retomada das atividades de forma remota, os professores de um dia para o outro tiveram que se reinventar, ou seja, necessitaram se adaptar forçosamente aos meios virtuais, passando a procurar formas de trabalhar com os conteúdos de modo remoto, aprendendo também com outros professores, às vezes com apoio institucional, mas na maior parte das vezes sendo criativo, na medida do possível.

Mesmo se desdobrando para criar aulas virtuais, procurando a interação com os alunos, segundo relatos de professores⁸ de redes públicas de ensino e informações coletadas na mídia, no ensino fundamental II, por exemplo, em salas com 30 alunos, em média cerca de 5 entravam mais regularmente, realizavam as atividades e faziam algum contato com os professores. Isso corresponde a aproximadamente 17% dos alunos. Por que da baixa participação dos alunos?

Vários são os motivos, mas nos concentraremos aqui, partindo do pressuposto de que todos querem aprender, das limitações ao acesso à tecnologia que é diferenciada segundo, principalmente, a classe social a que os alunos pertencem e a região e localidade onde residem. Talvez o desenvolvimento geográfico desigual e combinado possa ajudar a explicar, ao menos em parte, essa situação.

A necessidade do uso de aulas remotas, na maior parte das vezes virtuais, deixou mais às claras as diferenças que já existiam antes da pandemia de desigualdade de acesso aos bens públicos que todos os cidadãos deveriam ter como direito. Privados da ida à escola, que possibilitava ao menos algum tipo de acesso à educação formal, bem como o contato com outros, permitindo troca de relações, o isolamento social aprofundou, no que diz respeito ao ensino, as formas de desigualdade:

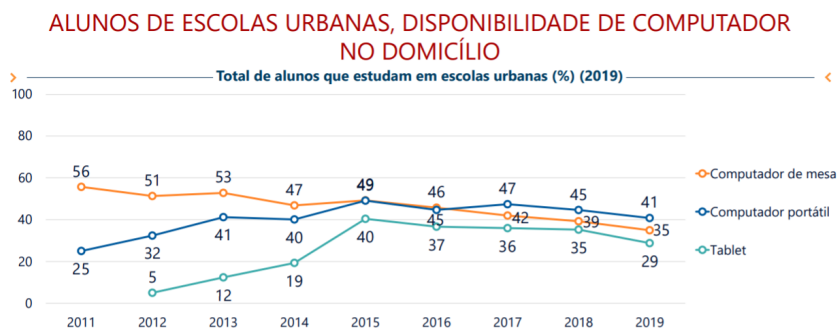
⁸ Relatos durante os meses de setembro e outubro de 2020 de professores participantes das reuniões de formação virtuais da XVII Semana de Geografia intitulada: Resistências e Possibilidade para Estágio Supervisionado de Ensino de Geografia e Material Didático em Tempos de Pandemia (professores das redes públicas de São Paulo, Pará, Pernambuco que participam das atividades que ocorrem, devido à pandemia, de forma virtual. Disponível em:- <https://www.facebook.com/semana.geousp/>).

quem pode e quem não consegue ter acesso às atividades educacionais propostas, dentre os que possuem acesso à internet.

2.1 O ensino remoto para os que acessam a internet

Segundo dados da Cetic-Br (2019), tomando dados referentes às escolas urbanas⁹ (imagem 4), tanto públicas como privadas, onde estudam boa parte dos alunos, temos que dentre eles não chega a 42% o número de alunos cuja família possui um computador, logo a maior parte usa celulares para acessar a internet, corroborando dados de outras pesquisas. Por que desse levantamento sobre o acesso e uso da internet? Aqui tomamos esses dados para tentar explicar um dos possíveis motivos do porquê da baixa adesão a esse formato de ensino por parte dos alunos das escolas públicas, mesmo sabendo que se trata de uma situação de excepcionalidade.

Imagem 4



Fonte: https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em 15.10.20.

Como boa parte dos alunos que tem acesso à internet consegue as atividades escolares propostas por meio do celular (que pode ser de vários tipos, sendo que os mais antigos talvez não seja possível ter acesso a alguns apps ou programas ou ainda entrar em algumas plataformas

⁹ Segundo o mesmo levantamento apenas **44% dos domicílios da zona rural brasileira têm acesso à internet**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf acesso em 15.10.20.

educativas), a partir dos planos de internet comprados ou de carregamento de créditos, essa diferença tecnológica dada pelos tipos de celulares e ou possibilidade de pagamento pelo uso da internet implica a realização do processo de ensino-aprendizagem de forma remota.

Segundo o TIC-Domicílios (Cetic-Br, 2019), 59% dos que eles classificaram como domicílios de pessoas das classes D e E não conseguem navegar na rede, ou seja, a internet auxilia apenas para o uso do *WhatsApp* ou chamadas de vídeo.

O(s) celular(es) existente(s) na casa muitas vezes é (ou são) do(s) responsáveis, por isso, em muitos casos, os alunos só têm acesso às atividades e aos materiais enviados pelos professores quando os pais/responsáveis estão em casa. Em muitos relatos de professores, alguns dos poucos alunos que dão retorno das atividades propostas postam bem tarde da noite, pois dependem do equipamento do responsável para fazê-lo.

Isso faz com que os professores tenham ampliado sua jornada de trabalho. Boa parte, preocupados com os alunos, ficam praticamente à disposição em tempo integral, respondendo, quando não há outras alternativas de contato que não seja pelo *WhatsApp*, em horários que não seriam habituais, caso as aulas fossem presenciais¹⁰.

Além disso há relatos de alunos que, mesmo possuindo celular, só podem se logar quando os responsáveis chegam em casa, depois do trabalho, já que, como as escolas e creches não estão atendendo presencialmente, muitos alunos cuidam dos afazeres da casa (cozinhar, lavar roupas e limpeza no geral) e dos irmãos mais novos, não tendo tempo para participar das atividades escolares enviadas virtualmente durante o dia. Muitos desses jovens tendo trabalhado o dia todo nas tarefas de casa e nos cuidados com irmãos menores ficam desestimulados em ainda estudar à noite, após o retorno diário de seus responsáveis.

Dos que tentaram participar das atividades, há ainda registros de que muitos dos celulares que possuíam não eram compatíveis com as plataformas educacionais ou com os programas e apps enviados, impossibilitando o acesso às atividades enviadas, mesmo possuindo internet.

¹⁰ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-Covid-19.ghtml> acesso em 12.10.20

2.2 O ensino remoto para quem não tem acesso à internet

Se para os que possuem acesso à internet há dificuldades em participar das atividades propostas, para os que não têm acesso às dificuldades apresentadas acima acrescentam-se outras.

Alguns estados e municípios criaram, para esses alunos e/ou em complementação às atividades virtuais, materiais didáticos de apoio para que os educandos pudessem continuar suas atividades em casa, de forma autodidata ou com ajuda dos responsáveis, principalmente quando não conseguem contato virtual com seus professores.

Em alguns estados, algumas aulas remotas são transmitidas via rede de televisão educativa, de modo que ao menos assim alguns alunos possam acompanhar principalmente com o apoio aos materiais impressos.

Os materiais criados durante a pandemia, de modo a auxiliar os alunos, foram enviados pelos correios ou foi solicitado que os responsáveis os retirassem nas escolas. Esse foi o caso, por exemplo, da rede estadual de ensino de São Paulo e da rede municipal de São Paulo. Mas isso não foi procedimento geral de estados e municípios pois as diferenças econômicas e técnicas entre eles, no que diz respeito à produção e à impressão de materiais didáticos, são muitas.

Tomando o exemplo do estado de São Paulo, as escolas da rede receberam o material de apoio, mas nem todas as prefeituras desse estado tiveram capacidade financeira e/ou técnica de elaborar, imprimir e distribuir aos alunos os materiais, ficando a cargo das escolas e/ou de professores da escola enviar por *WhatsApp* aos pais e/ou alunos materiais e atividades, em geral elaboradas pelos professores das escolas aos alunos.

Pela dificuldade em ler na tela do celular e mesmo do uso do celular (às vezes dos responsáveis que o usam para trabalhar), muitas vezes a alternativa apresentada aos pais para que os alunos pudessem continuar os estudos era a de eles mesmos pagarem para imprimir as atividades enviadas, o que fazia, segundo relatos de professores do Pará¹¹, por exemplo, que em alguns municípios os pais tivessem que optar entre comprar alimentos ou tirar cópias de atividades escolares para seus filhos.

¹¹ Relato dado durante atividade de formação da XVII Semana de Geografia de Geografia USP, realizada em 30.09.2020.

A educação ainda é vista por boa parcela da população de mais baixa renda como uma oportunidade de ascensão social, daí o dilema entre pagar para imprimir a “lição mandada pelo professor” ou comprar comida. Estamos aqui falando em limites dados para a sobrevivência e a importância da educação e do espaço da escola como fundamentais enquanto projeto para a minimização das desigualdades socioespaciais.

3. A ausência da presença na escola revelando sua importância

Por causa da pandemia, do não acesso físico ao espaço formal da escola e da dificuldade da continuidade da aprendizagem de forma remota (pelas limitações técnicas/econômicas/sociais encontradas ao acesso e ao uso da tecnologia para o ensino remoto, tanto por parte dos alunos como dos professores também), bem como muitas vezes a impossibilidade de acompanhamento dos responsáveis na realização das atividades durante a pandemia, foi reforçada a importância do espaço da escola como imprescindível para o processo de ensino-aprendizagem e a formação do cidadão.

Para a sociedade como um todo, a importância do espaço escolar revelou-se justamente pela ausência do espaço físico escolar no processo de ensino-aprendizagem.

É na escola real, situada em um determinado lugar e contexto social, que as crianças e os jovens realizam parte do essencial à vida, que é o encontro, tanto na forma de brincadeiras e até rufas com os colegas, mas também pelo contato com os professores que, apesar das inúmeras dificuldades, buscam participar efetivamente da formação do cidadão, a partir da possibilidade de compartilhar, acessar o conhecimento produzido e, junto com os alunos, continuar a aprender (FREIRE, 1987) e, por que não, também juntos produzirem novos conhecimentos.

Nossas reflexões partem do processo dialético proposto por Lefebvre e do movimento das tríades, presente em muitas de suas obras (1961, 1983, 1995, 2001, 2013), a partir do qual é possível tentar entender o papel do ensino e da escola. A ausência dos espaços escolares durante a pandemia trouxe a consciência da importância da presença/existência real e física do espaço escolar para a possibilidade, mesmo plena de contradições, da realização do processo de ensino-aprendizagem.

Mesmo a escola tendo sido criada para formatar pessoas em nosso sistema, de modo que sejam força produtiva dócil, a partir de uma educação bancária (FREIRE, 1987), na prática socioespacial essa estratégia não se realiza da forma como foi concebida pelo Estado e pelas classes hegemônicas.

No espaço escolar há a articulação e a construção de diferentes dimensões: das estratégias dadas pelo Estado (em geral tidas como técnicas e sem intencionalidades políticas), da realidade cotidiana dos que da escola fazem parte (alunos, pais, professores, dirigentes) e do contexto socioespacial em que a escola está inserida, fazendo com que ações e resultados desta sejam o resultado da intercambialidade dessas dimensões, às vezes atendendo mais aos projetos estatais, que vão no sentido da formação de cidadãos que cumprem ordens, pouco questionando seu direitos; outras vezes subvertendo a lógica posta, fazendo a crítica social e, virtualmente, criando possibilidades para a realização de projetos por uma nova escola e sociedade em que o individualismo, o consumismo e a desigualdade não sejam as suas marcas.

Bibliografia

ALVES, G. A. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial a direito à cidade in CARLOS, Ana Fani A.; SIMONI SANTOS, Cesar; ALVAREZ, Isabel A. P.(orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**, São Paulo: Contexto, 2018, pp. 129-124.

ALVES, G. A. A resistência cotidiana no capitalismo com (e sem) a Covid-19, disponível em <https://diplomatique.org.br/a-resistencia-cotidiana-no-capitalismo-com-e-sem-a-covid-19/> de 13/07/2020.

CETIC BR. TIC Educação 2018: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação na escolas brasileiras, São Paulo: Núcleo de Coordenação do Ponto BR, 2019. Disponível em https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216410120191105/tic_edu_2018_livro_eletronico.pdf acesso em 12.10.2020.

CETIC BR. https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2019_coletiva_imprensa.pdf acesso em 15.10.20

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**, São Paulo: Boitempo, 2017.

IBGE, **Pesquisa Nacional Por amostra de domicílios contínua, 2017-2018**, disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-1>

LEFEBVRE, Henri, *Critique de la vie quotidienne*, Volume II Fondements d'une sociologie de la quotidianité, Paris; L'Arche editeurs, 1961.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**, Mexico: Fondo de Cultura Económica, México, 1983.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**, Madrid: Capitan Swing, 2013.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização in **Ensaio EEE**, 10(2), Porto Alegre, 1989, pp 303-335. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1381/1745>

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**, São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da Economia Política**. Lisboa. Ed. Estampa. 1988.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SEABRA, M E GOLDENSTEIN, L. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização in *Revista do Departamento de Geografia (USP)*,

n. 1, São Paulo: FFLCH, 1982, pp 21-47, disponível em <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47065>

SANTOS, M., & SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Links

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml> acesso em 12.10.2020

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/transferencia-para-escola-publica-em-sp-e-10-vezes-maior-do-que-em-2019.shtml> acesso em 09.10.2020

<https://www.bemparana.com.br/noticia/transferencias-de-alunos-de-escolas-particulares-para-rede-publica-sobem-882-no-parana#.X67NsshKiyI> acesso em 09.10.2020

PARTE II

ESTUDOS DE CASO

A CONTRARREVOLUÇÃO URBANA E O NOVO PAPEL DA CHINA: QUESTÕES PARA A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA¹

Rubens M. de Campos Pinto

Como forma de problematizar a urbanização brasileira contemporânea, este capítulo trabalha com duas questões: uma retrospectiva, considerando o capitalismo desde os anos 1970, e uma prospectiva, a partir do período que se abre com a crise de 2008.

Do ponto de vista retrospectivo, inicialmente é preciso considerar uma série de contribuições do pensamento crítico internacional acerca das transformações pelas quais o capitalismo vem passando desde a década de 1970. De um modo geral, a ideia de “reestruturação” permeou a produção científica crítica nas mais variadas áreas do conhecimento, o que gerou elaborações sobre problemáticas como as da globalização, da acumulação flexível, da mundialização financeira, da urbanização planetária, do neoliberalismo, do urbanismo neoliberal, entre muitas outras.

Nesse debate, a problemática urbana tem aparecido vinculada aos fenômenos centrais do período por uma série de caminhos. A crise dos anos 1970, por exemplo, entre suas muitas causalidades, tem na situação fiscal da cidade de Nova York um elemento crucial. Desde então, os processos de expansão e integração do capitalismo mundial estiveram associados à generalização da urbanização em uma relação direta com a expansão do capital fictício através dos mercados imobiliário e de terras. A crise de 2008, com centralidade no mercado imobiliário, marca um período de transformações em que o urbano passou a cumprir um papel distinto.

A mobilidade do capital internacional, especialmente sua forma financeira, viabilizada pela revolução nos meios de comunicação, permitiu que os centros urbanos, que concentravam a grande produção industrial, vissem boa parte da indústria migrar para novos espaços que ou não tinham tradição de organização sindical, ou estavam sob forte controle. A generalização da urbanização, portanto, foi acompanhada de um desmonte das organizações da classe trabalhadora e da implementação de uma nova racionalidade, produto de uma profunda reformulação programática realizada pelo neoliberalismo. O papel que o urbano cumpriu nessa grande reformulação pela qual o capitalismo passou nos sugere, revisitando a hipótese da revolução urbana em Henri Lefebvre, a ideia de uma contrarrevolução urbana. Encarar o último período desta forma significa identificar um papel de destaque para o urbano não apenas no processo de acumulação, mas a partir de uma dimensão estratégica. Essa dimensão nos traz novas perspectivas de análise também da urbanização brasileira.

Do ponto de vista prospectivo, é preciso considerar o crescimento recente da China e seu impacto sobre o Brasil. A urbanização chinesa, a maior e mais rápida que a humanidade conhece, tem sido um dos motores fundamentais dessa ascensão recente do país no espaço mundial. A rápida e intensa industrialização que acompanhou a urbanização gerou enorme acúmulo de capital no período e tem impulsionado o país aos investimentos estrangeiros, o que tem sido feito primordialmente por meio de grandes projetos de infraestrutura e de Investimento Direto Estrangeiro, mais recentemente ligados ao *Belt and Road Initiative*, chamado por alguns de Nova Rota da Seda.

Pelo papel que a construção de infraestruturas tem na produção do espaço e, particularmente, na urbanização, os projetos chineses nos colocam diante de novas questões. A localização estratégica de muitos desses projetos também nos exige analisar o processo de urbanização a partir de uma dimensão estratégica. Além de visitar a contrarrevolução urbana que o neoliberalismo produziu nas últimas décadas, é preciso considerar os novos elementos trazidos pelo desenvolvimento chinês recente.

Entre os espaços estratégicos das disputas recentes, a América Latina tem se destacado. Historicamente sob influência dos Estados

Unidos, a região tem visto crescer rapidamente o papel dos chineses. Isso coloca uma série de questões para o Brasil. Ainda que não sejam facilmente observáveis, estão colocadas, por exemplo, novas tendências para a expansão urbana brasileira. Da mesma forma, é possível identificar uma tendência a alterações substanciais na relação entre as regiões do país, com destaque para o papel que o Nordeste brasileiro, especialmente o Maranhão, tende a cumprir devido à sua localização estratégica, permitindo um acesso privilegiado ao Oceano Pacífico através do Canal do Panamá, que tem recebido grandes investimentos chineses. Portanto, a partir dos projetos chineses de infraestruturas na América Latina, sobretudo no Brasil, é possível problematizar tendências substancialmente distintas da urbanização brasileira e que estão em sintonia direta com as grandes tendências da transição mundial contemporânea.

Para desenvolver essa discussão, este capítulo se divide em mais três partes. Primeiramente, são apresentadas as bases do neoliberalismo e da ideia de contrarrevolução urbana (Seção 1) e, em seguida, as novas diretrizes do desenvolvimento chinês contemporâneo (Seção 2). Por fim, será apresentado um caminho de pesquisa para problematizar essas questões através do Investimento Direto Estrangeiro e dos projetos de infraestrutura chineses após 2008 no Brasil (Seção 3).

1. Neoliberalismo e contrarrevolução urbana

A ideia de revolução urbana tem origem na crítica radical feita por Henri Lefebvre entre os anos 1960 e 1970 ao urbanismo, concebido como uma racionalidade industrial ou empresarial aplicada ao urbano. Entretanto, faz parte desta elaboração também uma pesada crítica endereçada à burocracia socialista, fundamentalmente soviética, que tratava a ideia de revolução como sinônimo unicamente de estatização dos meios de produção. De um modo geral, Lefebvre considerava que, além de se concentrar nas relações capital-trabalho, nas relações de produção, era preciso compreender a reprodução das relações de produção, que se daria na prática espacial urbana, ou seja, o olhar deveria se direcionar ao lazer, à escola, ao trabalho, à casa, a espaços que vão muito além do local de trabalho, enfim, era preciso investigar o espaço urbano como um todo (LEFEBVRE, 2013).

As características da urbanização que Lefebvre via na década de 1960 se baseavam na cidade como valor de troca, na aplicação da racionalidade industrial à cidade, o urbanismo, assim como na ideologia da felicidade promovida pelo consumo (LEFEBVRE, 1999, 2011). Desse processo emergia uma cotidianidade que era submetida às exigências de acordo com uma racionalidade empresarial. Entretanto, no mesmo processo, Lefebvre via uma possibilidade de transformação social mais profunda, que inclusive permitia reconstruir a ideia de revolução, não mais se resumindo à estatização dos meios de produção, mas como um processo mais profundo, que permitiria ao valor de uso retornar ao primeiro plano, que seria a desforra do “princípio do prazer” sobre o “princípio da realidade”, baseado na prática da apropriação da cidade (LEFEBVRE, 1999, 2011). Isso tudo estava amparado na ideia de construção de uma sociedade urbana, que poderia ser desenvolvida a partir de uma revolução urbana e que traria uma racionalidade superior, a democracia urbana (LEFEBVRE, 1999, 2011). É somente neste contexto de transformação revolucionária que se poderia falar em direito à cidade.

Analisando as transformações que o capitalismo sofreu, particularmente após os anos 1970, é possível encontrar um papel de destaque para o processo de urbanização na realidade, assim como uma ruptura com o que Lefebvre chamava de racionalidade industrial ou sua aplicação à cidade. Entretanto, a nova racionalidade, que tem no urbano um de seus elementos distintivos, não se desenvolveu como parte de uma revolução urbana, mas como seu contrário, como um processo profundo de reformulação que transformou radicalmente a vida social a serviço do aprofundamento do processo de acumulação de capital, algo que podemos chamar de uma contrarrevolução urbana.

Um caminho para compreender esse processo contrarrevolucionário é buscar a relação entre a reformulação profunda pela qual o capitalismo passou e as transformações vividas pelos grandes centros urbanos no período. Esse caminho pressupõe compreender o neoliberalismo e o urbanismo neoliberal.

Apesar de o termo neoliberalismo ser bastante recorrente, alguns autores têm chamado atenção para um certo tom superficial que ele carregou (PECK, 2010). Nesse sentido, ele tem sido compreendido, em geral, como uma espécie de lugar-comum, um termo que procura

explicar de forma um tanto simplista o capitalismo contemporâneo, como um retorno do liberalismo clássico ou sinônimo de privatização e desregulamentação, ou, ainda, resumido à lista de medidas do Consenso de Washington impostas de cima para baixo pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial (PECK, 2010). J. Peck (2010) lembra que a palavra “neoliberalismo” aparece nas pesquisas mundiais no pensamento crítico há pouco tempo, ou seja, ao contrário do que parece, as elaborações sobre o tema são relativamente recentes. Por isso, para o autor, a abordagem sobre o neoliberalismo carece de grandes desenvolvimentos teóricos.

Sem dúvida, considerando as elaborações sobre o neoliberalismo, é preciso considerar o pioneirismo de Michel Foucault na década de 1970. Em *O nascimento da biopolítica*, o autor se debruça fundamentalmente sobre o surgimento de uma nova racionalidade, investigando seus embriões no Ordoliberalismo alemão, no Neomarginalismo austríaco, na Escola de Freiburg e na Escola de Chicago (FOUCAULT, 2008). O autor considera que não se pode cair na ilusão de que o neoliberalismo seria o ressurgimento de velhas formas econômicas liberais dos séculos XVIII e XIX, simplesmente reativadas (FOUCAULT, 2008), o que o faz investigar profundamente o que há de novo nessas ideias. Ainda que haja uma série de diferenças entre os neoliberais, Foucault procura identificar os elementos centrais deste processo profundo de reconstrução que vai dos anos 1930 aos anos 1970, portanto, muito antes da subida ao poder de Augusto Pinochet, Margaret Thatcher ou Ronald Reagan.

O neoliberalismo, sob esse ponto de vista, representa uma reelaboração de alguns elementos fundamentais do liberalismo clássico. Por exemplo, se no século XIX os liberais acreditavam que a tarefa central era estabelecer limites à intervenção do Estado, para os neoliberais isso não basta, é preciso fazer com que ele esteja sob supervisão do mercado, ou seja, o mercado passa a ser o princípio organizador e regulador do Estado em todos os seus níveis (FOUCAULT, 2008). Além disso, para os neoliberais, o princípio da troca deveria ser substituído pelo princípio da concorrência, assim como o *laissez-faire*, que considera o mercado como algo natural, passa a ser considerado uma ideia ingênua por muitos de seus elaboradores (FOUCAULT, 2008), ainda que esse seja um elemento de intensos debates internos. Para os neoliberais, o mercado e

o Estado não são esferas separadas, ao contrário, fazem parte do mesmo jogo (FOUCAULT, 2008). Como forma de compreender a realidade, os neoliberais propõem uma aplicação, tanto para a economia quanto para a sociedade, de uma racionalidade válida para as ciências da natureza, o que vem principalmente da tradição americana (FOUCAULT, 2008).

Essas profundas reformulações expressariam, para Foucault (2008), uma transformação que vai muito além da economia, constroem o que chama de um “governo de sociedade”, expressam um projeto de sociedade substancialmente distinto. Essa nova sociedade, que não é uma sociedade mercantil, é regulada pelo princípio da concorrência no mercado, e tem a empresa no lugar central (FOUCAULT, 2008). O mercado, a concorrência e a empresa seriam, assim, seu poder enformador. O elemento central no neoliberalismo para Foucault (2008) é a nova arte de governar, ou a nova racionalidade governamental que nasce desse processo de reformulação como uma nova “governamentalidade”.

É com essa racionalidade analisada por Foucault que se entende ser preciso confrontar o neoliberalismo a partir de sua relação com o poder após a década de 1970 e os processos de neoliberalização que se seguiram nas décadas seguintes. Isso não significa apresentar uma consideração final apressada que sugere que a teoria neoliberal era utópica e que, na prática, as coisas se desenvolveram de outra maneira, mas sim identificar as contradições entre o programa neoliberal de conjunto e as condições materiais de sua implementação ou as contradições entre o movimento do pensamento e o movimento da realidade.

Especialmente no século XXI encontramos algumas teses que permitem um aprofundamento nesse sentido. David Harvey (2008), por exemplo, procura explicar o neoliberalismo através da ideia de restituição do poder de classe, desenvolvida por Gérard Duménil e Dominique Lévy. Para explicar essa ideia, Harvey remonta às políticas redistributivas do período keynesiano, amparadas na ordem criada pelos Acordos de Bretton Woods. O elemento crucial da virada teria sido a década de 1960, quando tanto as economias domésticas quanto a economia internacional apresentaram sinais de uma séria crise de acumulação, e que se manifestou em grande desemprego e inflação, fenômeno conhecido como “estagflação”, no qual a OPEP, devido à crise do petróleo em 1973, teve um papel central (HARVEY, 2008). A partir dessa crise,

Harvey (2008) procura demonstrar como se deram as condições para a restauração da acumulação de capital e como o neoliberalismo se saiu vitorioso através de uma série de experimentos caóticos que culminariam no Consenso de Washington nos anos 1990. O autor assinala que, neste contexto, os partidos de esquerda vinham ganhando terreno, o que configurava uma ameaça política às elites econômicas, ao passo que a fatia cada vez maior da riqueza que ficava com os trabalhadores se configurava em uma ameaça econômica para as classes dirigentes (HARVEY, 2008). De acordo com essa visão, os golpes no Chile e na Argentina, com apoio dos Estados Unidos, seriam um tipo de solução possível para sair da crise, e seus efeitos redistributivos, como o crescimento da desigualdade, seriam uma característica persistente da neoliberalização.

Tentando compreender esse mesmo processo, Naomi Klein (2007) procura comprovar a existência de uma “doutrina de choque” no capitalismo contemporâneo, chamado pela autora de “capitalismo de desastre”. Analisando diversos casos, que vão da reconstrução de Nova Orleans após a passagem do furacão Katrina em 1999 às consequências no Sri Lanka do Tsunami em 2004, passando por casos como o do Iraque após a invasão americana e do Chile de Pinochet, entre outros, a autora procura identificar uma lógica que se repete, isto é, uma série de ataques orquestrados à esfera pública no auge de catástrofes, uma visão de que as crises são uma grande oportunidade de transformar medidas impopulares pontuais em reformas estruturais de longo prazo, de forma que não sejam percebidas, ou ainda, a transformação de mega-desastres em superlucros (KLEIN, 2007). Nesse sentido, graças aos crimes cometidos em seu nome, como chacinas, golpes e guerras, o termo “liberal” teria perdido seu sentido nessa forma fundamentalista de capitalismo cuja história foi escrita por meio de choques (KLEIN, 2007). Klein traz elementos bastante presentes, sobretudo nos países do Sul Global, como a violência, os golpes e os mais variados crimes cometidos a serviço do processo de acumulação. Certamente existe um grande diálogo entre a tese de Naomi Klein e a ideia de acumulação primitiva em Marx, algo que David Harvey chama de acumulação por espoliação.

Nesse debate, J. Peck (2010) argumenta que os processos de neoliberalização não se deram sobre uma tábula rasa, ou seja, não se trata

da imposição de um processo global de cima para baixo sobre um vazio. Peck (2010) retoma as elaborações de Neil Brenner e Nik Theodore que ressaltam as diferenças substanciais no que chamam de “neoliberalismo de fato existente”, o que se expressa em “neoliberalismos nacionais”, com exemplos que vão da Argentina ao Zimbábue. Essas distintas formas nacionais do neoliberalismo estão, entretanto, interdependentes e fazem parte de um mesmo modo contraditório de governança de mercado (PECK, 2010). Para o autor, fica evidente o desenvolvimento socioespacial desigual do neoliberalismo, ou seja, um processo inacabado e contraditório, repleto de conflitos. Dessa forma, mais do que o fim em si, as tentativas de alcançá-lo têm moldado as formas transitórias do neoliberalismo (PECK, 2010).

É desse caráter processual que J. Peck (2010) extrai uma concepção do neoliberalismo como um híbrido, contraditório e polimórfico, que só pode ser compreendido a partir de seu movimento e em diversas dimensões – filosófica, política e prática –, correspondendo a um exercício de geografia histórica, isto é, os espaços através dos quais o neoliberalismo vem se construindo são fundamentais. Sem dúvida, nesse processo, o Estado é central para formar uma ordem de mercado de livre comércio em benefício das corporações (PECK, 2010). Para o autor, isso representa uma reformatação e construção geográfica desigual do domínio neoliberal, o que colocaria um desafio metodológico intrinsecamente geográfico (PECK, 2010).

Como parte desse desafio geográfico, alguns autores têm chamado atenção para as relações entre o neoliberalismo e a urbanização. D. Harvey (2008) analisa o caso da crise fiscal de Nova York nos anos 1970 e os processos de reestruturação, desindustrialização e suburbanização que haviam corroído as bases econômicas da cidade, produzindo uma enorme crise urbana. Segundo o autor, as medidas que se seguiram, supostamente para superar a crise, transformaram a cidade de tal maneira que se pode considerar o caso de Nova York pioneiro na prática neoliberal, algo inclusive anterior ao governo Reagan. Harvey (2008) ressalta a ideia de William Tabb, para quem o governo Reagan nos anos 1980 foi o cenário de Nova York nos anos 1970 bastante ampliado, ou seja, a cidade de Nova York foi o laboratório de experimentação do neoliberalismo nos Estados Unidos.

J. Peck (2010) chama atenção para o processo de formação de uma das mais importantes *think tanks* nesse contexto de reformulação urbana de Nova York. O *Manhattan Institute* seria a primeira *think tank* com foco no urbano, isto é, teria como objetivos centrais “questões urbanas” como a reforma do Estado de bem-estar, policiamento, política escolar, relações raciais, reestruturação do governo local e cultura. Essas ideias seriam pioneiras da nova direita urbana, que recolocaria o debate acerca das cidades americanas, e chegaria ao governo com Rudolph Giuliani. Como consequência da vitória dessas ideias houve uma mudança dramática no caráter e no conteúdo do debate em torno da política urbana nos Estados Unidos (PECK, 2010).

A crise fiscal de Nova York teria representado um evento crucial para essa nova direita urbana e possivelmente para o projeto transnacional neoliberal (PECK, 2010). Nesse contexto, o *Manhattan Institute* representou uma nova cara para a crise urbana, com soluções neoconservadoras de livre mercado (PECK, 2010). Partindo da crítica ao keynesianismo no âmbito urbano, as soluções radicais trazidas pelos neoliberais apresentavam uma mensagem insistente que pregava uma “nova visão urbana”, propondo gastar menos, sempre combatendo a ameaça de um colapso fiscal (PECK, 2010). Essa nova direita se concentra fundamentalmente nas questões urbanas, vendendo ideias como “esperança” e prometendo um renascimento da cidade (PECK, 2010).

Em uma outra escala, o espaço urbano pôde contribuir para o redesenho neoliberal permitindo um desmonte da classe trabalhadora. Do ponto de vista da destruição das organizações de classe, a experiência chilena é a mais emblemática nesse sentido, entretanto o esmagamento das greves dos mineiros por M. Thatcher e dos controladores de voo por R. Reagan vão, ainda que em menor grau, no mesmo sentido. Os grandes centros urbanos se configuraram, nas décadas anteriores, em polos de resistência, que concentravam capital e trabalho assim como seus grandes choques. Nesse contexto, a desindustrialização, além de facilitar e expandir a acumulação, teve uma dimensão estratégica. Afastar as principais concentrações produtivas dos grandes centros urbanos significava controlar o trabalho. Nos Estados Unidos, por exemplo:

A transferência da atividade industrial das regiões Nordeste e Meio-Oeste, sindicalizadas, para os estados não-sindicalizados e “bons para trabalhar” do Sul, quando não para o México e o Sudeste Asiático, se tornou prática-padrão (subsidiada pela taxaço favorável sobre os novos investimentos e ajudada pela mudança de ênfase da produção para as finanças como a mola mestra do poder de classe capitalista). A desindustrialização das regiões industriais centrais antes sindicalizadas (o chamado “cinturão da ferrugem”) tirou o poder do trabalho. As corporações podiam ameaçar com o fechamento de fábricas e correr o risco - e em geral sair ganhando - de greves quando necessário (por exemplo, na indústria do carvão) (HARVEY, 2008, p.62-63).

A mobilidade do capital financeiro e as novas tecnologias da informação permitiram que esse movimento pudesse se realizar. Dentro desse processo, considerando o papel que o urbano cumpre, chama atenção também uma medida de M. Thatcher, dentro de seu leque de iniciativas para desmantelar o Estado de Bem-Estar, garantindo a:

[...] ampla venda de habitações públicas a seus ocupantes, o que produziu um vasto aumento do número de proprietários em uma década. Isso satisfaz o ideal tradicional de propriedade individual como o sonho da classe trabalhadora e introduziu no mercado imobiliário um dinamismo novo, e com frequência especulativo, muito do agrado das classes médias, que viram o valor de seus ativos se elevar - ao menos até a crise do começo dos anos 1990 (HARVEY, 2008, p.70-71).

Seria possível falar, portanto, em uma nova racionalidade urbana neoliberal? É a partir desta perspectiva que autores como Jamie Peck, Nik Theodore e Neil Brenner (2009) analisam os processos de reestruturação

das últimas décadas como parte de um movimento de destruição e criação que visa reestruturar a realidade tanto do ponto de vista institucional quanto infraestrutural, e que pode ser observado nas cidades, cujo caráter estrategicamente importante as configura como nós críticos e pontos de tensão que, apesar de não terem primazia, adquirem centralidade na reprodução, extensão e mutação do neoliberalismo. Segundo essa visão, as mudanças que ocorreram nas cidades nas últimas décadas, como a transformação das municipalidades de acordo com as políticas de austeridade fiscal, cortes de benefícios sociais e privatização de infraestruturas, por exemplo, se explicam pela incorporação da lógica do empreendedorismo urbano, representando a expansão do neoliberalismo, isto é, as cidades seriam incubadoras onde se experimentam e implementam as políticas neoliberais (PECK; THEODORE; BRENNER, 2009). A realidade urbana mundial contemporânea poderia ser explicada segundo o que os autores chamam de urbanismo neoliberal ou pelos processos de neoliberalização urbana (PECK; THEODORE; BRENNER, 2009).

A partir desse debate é possível problematizar a inserção brasileira no processo de neoliberalização urbana, que chega ao país a partir dos anos 1990. Entretanto, além desse movimento necessário, que abre um caminho para a compreensão das transformações recentes da urbanização brasileira, já se faz necessário considerar a emergência de um elemento novo, mas que, ainda, não é amplamente visível na esfera urbana: o papel que a China tende a cumprir.

2. A China como um fator diferencial

Neste início de século, a China vem sendo considerada um fator fundamental de explicação das dinâmicas do espaço mundial. Diversas análises sinalizam o caráter aberto dessas transformações, o que faz com que se proliferem as mais distintas hipóteses, muitas vezes beirando, como ressalta S. Halper (2010), a futurologia – nas quais se projeta um inevitável colapso do modelo chinês e a democratização, também inevitável, do país – ou o medo, especialmente nos EUA e na Europa (NOLAN, 2012).

Nesse debate, é possível identificar algumas tendências gerais, que apresentam ora uma irresistível ascensão da China rumo a uma nova ordem mundial centrada no domínio chinês (ARRIGHI, 2007) ou uma caracterização de que devido à enorme interdependência, tanto política quanto econômica (LAKE, 2018), e integração mundiais, o poder chinês é profundamente dependente das empresas multinacionais norte-americanas e europeias (NOLAN, 2012).

Essas hipóteses têm sido desenvolvidas em meio a alguns fatos que têm mostrado, ainda que superficialmente, o processo de transformação que parece viver o mundo contemporâneo. Especialmente a chamada “guerra comercial” entre Estados Unidos e China, que ganha corpo após a crise de 2008, tem dado o tom das disputas, com suas idas e vindas. Também os intensos debates em torno da implementação do 5G nos mais diversos continentes do mundo expressam o mesmo fenômeno. Por fim, a pandemia do novo coronavírus e a crise atual certamente trarão novas problemáticas.

Esses fatos, na realidade, são expressões de um processo que carrega diversas temporalidades, que passam pela milenar história chinesa, pelo período maoísta, pelas transformações pós-Deng Xiaoping, mas que, sobretudo após a crise de 2008, parece vivenciar uma inflexão importante, talvez com suas determinações fundamentais postas após 2020. Por exemplo, uma série de dados sinalizam mudanças importantes no desenvolvimento chinês após a crise de 2008. Segundo o relatório do *Mckinsey Global Institute*, por exemplo, a China tem se tornado menos dependente do mercado mundial, o que se sustenta por um acelerado processo de desenvolvimento da urbanização, da industrialização e, conseqüentemente, de seu mercado interno (WOETZEL; SEONG; LEUNG, 2019). Ao mesmo tempo, o mundo tem ficado mais aberto à China, sendo cada vez mais dependente de produtos chineses (WOETZEL; SEONG; LEUNG, 2019). Pesquisas recentes têm sinalizado o mesmo fenômeno, apontando uma especial relação da China com países ricos em recursos naturais e de menor desenvolvimento econômico, como os da Ásia e da América Latina, maiores receptores de investimentos chineses (HE; XIE; ZHU, 2015).

Dentro desse desenvolvimento mais recente, é preciso destacar o grande projeto de construção de infraestruturas chamado *Belt and Road*

Initiative (BRI). Iniciado por Xi Jinping em 2013, incorporado ao 13º Plano Quinquenal, o projeto vem sendo parcialmente implementado e tem gerado grandes transformações, assim como acaloradas discussões. Isso pois, além de alterar radicalmente as rotas de circulação de mercadorias entre Ásia, África e Europa, por se tratar de construções de infraestruturas em pontos geopolítica e geoeconomicamente estratégicos, tende a reconfigurar o espaço mundial a partir das diretrizes chinesas. Grande parte dos países pelos quais passam as rotas marítimas e terrestres do projeto são carentes em infraestruturas, ricos em recursos naturais e grandes mercados consumidores.

Ainda longe de sua fase final e carregando uma série de incertezas – devido a problemas que vão de resistências locais aos investimentos chineses (KLINGER, 2019) ao endividamento dos países que têm recebido infraestruturas, o que se agrava após a crise atual –, o projeto já tem, entretanto, provocado transformações substanciais. O continente africano, o Sudeste Asiático e a Ásia Central, por exemplo, já vivem crescimentos importantes em seu processo de urbanização (XU; NIU, 2018). Pesquisas ainda iniciais sinalizam um crescimento urbano chinês da costa leste em direção a novas regiões como a central, noroeste, sudoeste e oeste do país diretamente ligado aos investimentos da BRI (XU; NIU, 2018). A ligação por terra através da construção e do aprimoramento de pesadas infraestruturas partindo do Leste em direção à Ásia Central, portanto, já vem alterando os índices de crescimento urbano nessa direção (XU; NIU, 2018). Ainda que esse eixo de urbanização, na realidade, não seja uma novidade, pois a China vem tentando alterar sua composição regional ao longo das últimas décadas, a BRI representa um salto de qualidade nesse processo.

Essas transformações na urbanização chinesa são parte de um processo mais profundo que vem ocorrendo no país, especialmente após as reformas desde o fim da década de 1970, com destaque para o período posterior à década de 1990, e que tem no papel que a terra exerce no processo de acumulação um elemento fundamental (SHIN; ZHAO, 2018; WU, 2008, 2016). É possível identificar como aspecto central desse processo a transformação da terra em um bem comercializável, o que ocorreu nos anos 1990 (SHIN; ZHAO, 2018; WU, 2008, 2016) através de mudanças legislativas que tinham como finalidade adaptar

Pequim, como uma cidade internacionalizada, para os Jogos Olímpicos de 2008 (SHIN; ZHAO, 2018). A terra como um bem comercializável foi fundamental na construção de infraestruturas que atendessem aos novos interesses do mercado imobiliário (WU, 2015), que entrou na rota do processo de financeirização global (WU, 2015, 2016), expandindo a urbanização a partir de dispositivos que vinculam o mercado imobiliário ao mercado de capitais mundializado. A tentativa de superar a crise de acumulação empurrava a China para a maior expansão urbana que o mundo já viu, garantida, sobretudo, pelo Estado em seus diferentes papéis, como um regulador e planejador geral na escala nacional, e como empreendedor imobiliário e comerciante de terra em escala local, atraindo investimentos externos através da concessão de terra barata para a indústria e produzindo infraestruturas que dessem suporte a esse processo (WU, 2008, 2015, 2016). Isso coloca o urbanismo chinês, podendo ser observado na construção dos cordões verdes de Pequim para os Jogos Olímpicos de 2008, como uma espécie de urbanismo oficial, nos termos de Henri Lefebvre, neste caso, um projeto central do Estado (SHIN; ZHAO, 2018).

2.1 O novo papel da China no território brasileiro

Neste processo de transformação chinesa, a relação com o Brasil também passou e tem passado por mudanças profundas. Marcada pelas relações comerciais, sobretudo baseada na compra por parte da China de produtos agrícolas e minerais e na venda de produtos industrializados, após a crise de 2008 é possível observar um direcionamento dos investimentos chineses para a produção industrial e a construção de infraestruturas no Brasil (HIRATUKA, 2018). Isso ganha uma relevância sobretudo após 2010 e se dá ao mesmo tempo em que a China se torna o maior parceiro comercial do Brasil, assim como de boa parte dos países da América Latina (HIRATUKA, 2018).

Nesse sentido, considerando o impacto que a BRI já vem tendo na urbanização chinesa, vale destacar o papel que a América Latina pode cumprir nesse projeto e identificar tendências centrais semelhantes para o próximo período no Brasil. Como parte das relações entre a China e a América Latina e Caribe, em 2014 foi criado o Fórum

China-CELAC (Forum of China Community of Latin America and Caribbean States), com o objetivo de estabelecer relações bilaterais entre os países, em áreas como, por exemplo, comércio, finanças, infraestruturas e tecnologias, entre outras. Segundo a Declaração de Pequim, os países da América Latina e Caribe seriam uma extensão natural da BRI (FORUM CHINA-CELAC, 2015). Uma vez que a intenção chinesa é estender a BRI à América Latina, o que já vem ocorrendo com diversos países, e que esse megaprojeto de construção de infraestruturas tem uma relação direta com o processo de urbanização, o mercado de terras e o mercado imobiliário, cabe analisar os impactos desse processo sobre a urbanização latino-americana e brasileira.

3. Um caminho de pesquisa

A hipótese de que os centros urbanos e o processo de urbanização tiveram um papel crucial na consolidação da grande virada neoliberal das últimas décadas nos coloca diante de uma série de questões. A crise de 2008, tendo o mercado imobiliário como seu estopim, seria um marco de inflexão no processo de contrarrevolução urbana ou, ao contrário, seu momento de aprofundamento dramático? O novo papel que a China tende a cumprir fortalece os termos da contrarrevolução urbana ou aponta uma nova via? Em que se diferenciam os centros urbanos chineses e que impactos isso tende a gerar na urbanização brasileira? Um olhar estratégico para a construção de infraestruturas nos permite compreender esse fenômeno?

Um caminho possível para avançar no sentido de responder essas questões é analisar o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e os projetos de infraestrutura chineses no Brasil, particularmente após 2008. Entre os estudos que analisam os impactos da relação entre a China e o Brasil, do ponto de vista da produção do espaço, tem destaque a exportação brasileira de *commodities*, sobretudo a soja. Como lembra L. Fioravanti (2019), os estudos ligados ao agronegócio tendem a privilegiar o contexto agrário da produção do espaço, encarando o processo como expansão da fronteira agrícola de um modo geral. A pesquisadora, entretanto, demonstra como a produção do espaço urbano é crucial nesse processo (FIORAVANTI, 2019).

Nesse sentido, é importante considerar, por exemplo, que os chineses têm dado especial atenção para a construção de portos, rodovias, estradas, ferrovias e pontes no Brasil. Em São Luís do Maranhão, por exemplo, têm sido investidos vultosos recursos para a construção do Porto de São Luís, assim como estão previstos recursos para a construção e a melhoria de ferrovias ligando a produção agrícola do Centro-Oeste ao porto. Segundo veículos da imprensa chinesa, como a CGTN (China Global Television Network) e a Xinhuanet, os investimentos chineses na construção do porto já fazem parte da BRI. Além disso, é preciso destacar que os chineses têm investido no Panamá, o que atesta a localização estratégica do Maranhão para seus interesses. Esses fatos sugerem uma rota de comercialização distinta com o Brasil, pois a China tem acesso a boa parte dos países da América Latina pelo Pacífico, o que é dificultado no caso brasileiro pela Cordilheira dos Andes e pela Floresta Amazônica.

Uma vez que os grandes projetos chineses de infraestrutura têm expandido a urbanização em território chinês e pelos diversos países por onde têm se desenvolvido, e que o acúmulo de capital tende a ampliar ainda mais essa tendência, é possível trabalhar com a hipótese de que a urbanização na América Latina e no Brasil será diretamente impactada pelo desenvolvimento chinês. É possível, portanto, que ocorra uma expansão da urbanização brasileira a partir de novos eixos, como resultado dos investimentos chineses em infraestrutura. Pelas características regionais do Brasil, é possível que também ocorra uma alteração nas desigualdades regionais, principalmente porque os interesses chineses estão vinculados primordialmente à conexão entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste.

A urbanização e a regionalização do Brasil estão, desta forma, diretamente vinculadas aos processos de transformação que o espaço mundial vive desde 2008, e analisá-las nos permite contribuir para uma compreensão mais geral da transição contemporânea.

Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: lineages of the twenty-first century. New York: Verso, 2007.

FIORAVANTI, Livia Maschio. Concentração fundiária e dinâmica imobiliária em uma cidade que já surgiu como negócio: um estudo a partir de Primavera do Leste, MT. **Geosul**, [S. l.], v. 34, n. 71, p. 448–472, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p448>. Acesso em: 10 out. 2020.

FORUM CHINA-CELAC. **Beijing declaration**. 2015. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/t1230938.htm.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALPER, S. **The Beijing consensus**. New York: Basic Books, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HE, Canfei; XIE, Xiuzhen; ZHU, Shengjun. Going global: understanding China's outward foreign direct investment from motivational and institutional perspectives. **Post-Communist Economies**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 448–471, 2015.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise-global e impactos sobre a AL. **capítulos para discussão**, Campinas, p. 1–20, 2018. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/capitulos/3630/TD339.pdf>.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.

KLINGER, Julie Michelle. Environment, development, and security politics in the production of Belt and Road spaces. **Territory, Politics, Governance**, [S. l.], 2019.

LAKE, David A. Economic openness and great power competition: Lessons for China and the United States. **Chinese Journal of International Politics**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 237–270, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3ª reimpressão São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

NOLAN, Peter. **Is China Buying the World?** Cambridge: Polity Press, 2012.

PECK, Jamie. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PECK, Jamie. Cities beyond compare? **Regional Studies**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 160–182, 2015.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **SAIS Review of International Affairs**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–66, 2009.

SHIN, HyunBang; ZHAO, Yimin. Urbanism as a State project. *In: Chinese Urbanism*. [s.l.]: Routledge, 2018. p. 30–46. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781315505848/chapters/10.4324/9781315505855-3>. Acesso em: 16 jul. 2020.

WOETZEL, Jonathan; SEONG, Jeongmin; LEUNG, Nick. China and the world - Inside the dynamics of a changing relationship. **McKinsey Global Institute**, [S. l.], n. July, p. 33, 2019.

WU, Fulong. China's great transformation: Neoliberalization as establishing a market society. **Geoforum**, 2008.

WU, Fulong. Commodification and housing market cycles in Chinese cities. **International Journal of Housing Policy**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 6–26, 2015.

WU, Fulong. Emerging Chinese Cities: Implications for Global Urban Studies. **Professional Geographer**, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 338–348, 2016.

XU, Zhenzhen; NIU, Wentao. **The Internal Logic and Influence between the “Belt and Road” initiative, urbanization and Land Circulation**. *In*: 2018, Anais [...]: Clausius Scientific Press, Inc., 2018.

ZHENG, Yongnian. **Globalization and state transformation in China**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.

A LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA EM QUESTÃO: IMPLICAÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA¹

Tales Henrique Nascimento Simões

Um dos objetivos estratégicos da política externa brasileira a partir do início do século XXI tem sido o de elevar o país ao *status* de líder regional da América do Sul. Essa estratégia estaria enredada no desígnio mais amplo de fortalecer seu perfil internacional diante das transformações geopolíticas mundiais do pós-Guerra Fria, que permitiram a ascensão de países em desenvolvimento e alavancaram sua participação nos mecanismos decisórios da governança global. O Brasil, entusiasta e indutor das políticas de integração regional, apresentou-se como disposto e capaz de conduzir esse processo. A região sul-americana enquadrava-se como alicerce do projeto de poder brasileiro no cenário internacional, mediante a adesão dos demais países da região a uma suposta legitimidade brasileira para o desempenho de sua influência internacional. Contudo, a percepção de haver um consenso em torno do Brasil como líder hegemônico da região parece pecar por obliterar a avaliação dos países sul-americanos acerca dessa realidade.

A partir de uma perspectiva realista e crítica, tendo a Geografia Política como campo de reflexão conceitual e substrato teórico, este capítulo busca desenvolver uma reflexão acerca das dificuldades encontrada pelo Brasil na primeira década do século XXI para angariar a anuência

¹ Esse capítulo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “Liderança regional em questão: o Brasil na ótica dos países sul-americanas”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP).

dos demais países sul-americanos para seu projeto de liderança regional, por meio da análise das perspectivas de quatro países considerados “potências regionais secundárias”: Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. Concluímos que o anseio brasileiro de influenciar seu entorno geopolítico, almejando representar os Estados da região em instâncias internacionais, conformar espaços de integração e apresentar-se como mediador de controvérsias encontrou resistências por parte desses países. Essas ambições, na realidade, mostraram-se perniciosas para a criação de uma integração multifuncional que atendesse aos interesses de seus Estados.

1. Liderança regional e a política externa brasileira

No final da década de 1990, Samuel Huntington (1999) vaticinou que a política global passaria por uma ou duas décadas de uni-multipolaridade antes de entrar em um século XXI verdadeiramente multipolar. No pós-Guerra Fria, a ascensão de novos Estados ocorreu em meio a inconteste transformações da configuração do sistema internacional. Paulatinamente, os poucos e poderosos Estados deixavam de açambarcar o processo decisório e testemunhavam a ampliação da influência de atores anteriormente alijados das deliberações da política internacional. *Países como China, Índia, Brasil, Rússia e Turquia, além de articularem a distribuição de poder global, também tenderam a predominar em suas regiões em termos de recursos de poder, oriundos de seu território, população, economia e capacidade militar. Ao evocarem prerrogativas em suas regiões, esses Estados aspiraram ao papel de liderança em seus entornos geográficos.*

Com efeito, na América do Sul, o Brasil conferiu prioridade aos países da região como parte de uma estratégia para consolidar e ampliar seu prestígio internacional, seu desenvolvimento econômico e suas credenciais diplomáticas. Para Spektor (2014), na formação da identidade internacional brasileira, três noções são aventadas sobre os valores e a imagem do país: (1) a convicção de que o Brasil deve fazer jus a mais autoridade no sistema internacional; (2) o pertencimento ao mundo Ocidental; (3) o excepcionalismo brasileiro na América do Sul. Esses elementos traduzem os anelos globais do país, buscados com mais ou menos afincamento pelos governos alçados ao poder.

Apesar dos traços de continuidade na política externa, pode-se considerar ter havido uma mudança nesse perfil no governo Lula (2003-2010), em função da pretensão em exercer maior protagonismo na governança global. Em verdade, “[...] o que Luiz Inácio Lula da Silva retoma, em 2003, é o projeto geopolítico estratégico que pelo menos desde os anos 1930 vem sendo formulado por intelectuais do campo diplomático e militar no Brasil” (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 20), que estaria sendo adaptado para atuar no que Gelson Fonseca Jr. (2011, p. 18) chamou de “cenários obrigatórios”, quais sejam a América do Sul, o relacionamento com as potências e o plano multilateral.

O governo Lula construiu um projeto de ampliação da influência brasileira e do fortalecimento do poder nacional na correlação de forças no sistema internacional, por meio de uma diplomacia de alto perfil. Almejou objetivos ousados e multifacetados, expandindo sua interlocução com parceiros externos e ampliando sua voz nos processos decisórios globais, ao concatenar uma atitude pragmática e realista a uma visão mais kantiana da ordem internacional. Com efeito, pode-se ressaltar os esforços em prol da reforma das Nações Unidas; o protagonismo diplomático nas negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC); as investidas em coalizões Sul-Sul, em especial com a América do Sul, África e Oriente Médio; as coligações de diversos matizes, como os BRICS e o IBAS, o G-4 para a reforma do Conselho de Segurança (CSNU), o BASIC na esfera ambiental, a participação em missões de paz das Nações Unidas; as parcerias com países desenvolvidos; o adensamento das relações com a América do Sul e o inédito protagonismo, junto à Turquia, nas negociações de um acordo nuclear iraniano.

A América do Sul esteve historicamente no horizonte de projeção de influência internacional do Brasil. De acordo com Costa (2013), desde os pensadores militares do período clássico da geopolítica brasileira, o entorno regional era considerado um espaço de transbordamento de poder e influência. Essa concepção foi estruturada no pensamento diplomático brasileiro desde o período republicano, quando o Barão do Rio Branco afirmava a necessidade de construir uma liderança na América do Sul. Cervo (2008, p. 38) identifica na “cordialidade oficial no trato com os vizinhos” um dos principais elementos da identidade

internacional do Brasil. Desde o início do século XXI, a maior disposição para lidar com os vizinhos permitiu a abertura de canais de cooperação na integração regional, com o fortalecimento do Mercosul e a criação da Unasul, do Conselho de Defesa Sul-Americano e dos projetos de infraestrutura regional.

No entanto, a estratégia de conjugar as ações no espaço regional com uma inserção mais ativa no plano global foi sendo percebida como uma tática ambígua, pois elas mostrar-se-iam sobrepostas e, por vezes, excludentes. Lechini e Giaccaglia (2010) assinalam que a postura oficial do país sofre mudanças dependendo do cenário em que se insere. Na esfera internacional, o Brasil ambiciona refletir a imagem de líder da América do Sul com vistas a obter dividendos políticos e econômicos, ao alçar-se como Estado de envergadura comparável a seus pares no centro de poder mundial. Na esfera regional, por sua vez, o Brasil se apresenta como apenas mais um parceiro, posicionando-se no mesmo patamar de seus vizinhos e aludindo à cooperação e à concertação.

2. A perspectiva dos países sul-americanos sobre a liderança regional brasileira

Os países sul-americanos, cientes da desproporção da capacidade de poder geopolítico em benefício do Brasil, mostraram-se suspeitosos da expansão da influência brasileira na região. A percepção de que os frutos da cooperação decorrentes do multilateralismo regional eram realizados de forma assimétrica traduziram-se em sentimentos de desconfiança. Nesse diapasão, os países considerados potências médias sul-americanas – Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela – exerceram distintas estratégias para contrabalançar o Brasil e gerar novas dinâmicas no panorama geopolítico regional.

2.1 A perspectiva da Argentina

A relação entre Brasil e Argentina caracteriza-se por traços históricos em que a cooperação e a rivalidade entremeiam-se sem que uma anule a outra. A competição de Brasil e Argentina para alcançar o *status* de maior potência regional e de angariar países vizinhos para sua esfera

de influência resistiu à nova conjuntura regional advinda da redemocratização e da globalização, ainda que em intensidades e dinâmicas distintas. O contraste entre a relativa perda de poder da Argentina e a ascensão internacional do Brasil, sobretudo a partir do século XXI, balizou a percepção argentina sobre a alteração do equilíbrio de poder regional, impulsionando diferentes estratégias para manter-se em termos simétricos com o Brasil na dinâmica geopolítica sul-americana.

Historicamente, a inserção global argentina foi prejudicada por descontinuidades de governos e regimes políticos, como o peronismo, os regimes militares e os interregnos democráticos. Na Guerra Fria, houve recrudescimento das tensões regionais, sobretudo durante a ditadura militar de 1976 a 1983, com a questão de Itaipu com o Brasil, o Canal de Beagle com o Chile e a Guerra das Malvinas contra a Grã-Bretanha. Se nos casos de Brasil e Chile o desenlace deu-se por meios pacíficos, nas Malvinas, o regime militar, debilitado pela crise econômica e pelos desaparecimentos e mortes de opositores, buscou recuperar a legitimidade mediante a defesa da soberania. A derrota na guerra de 1982 foi o estopim para sua derrocada e a redemocratização do país.

O ambiente de confrontação seria substituído pela cooperação na América do Sul. As relações Brasil-Argentina enveredaram para um projeto de integração econômica e cooperação multisetorial que culminou, em 1991, na criação do Mercosul. No entanto, o legado econômico dos militares lançou a Argentina a abraçar o neoliberalismo e o alinhamento automático aos EUA, ilustrado na participação na Guerra do Golfo e na obtenção do *status* de aliado “extra-OTAN. Porém, o neoliberalismo acentuou seus problemas econômicos, e a pobreza, a fome e a desnutrição infantil alcançaram níveis sem precedentes no país (RAPOPORT; SPIGUEL, 2005), levando a rebeliões populares e à renúncia do presidente Fernando de la Rúa em 2001.

Nos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2008-2015), a Argentina tentou mudar o rumo econômico do país, mediante o fim do Estado neoliberal dependente dos EUA e a ênfase no mercado interno, com revigoramento da indústria nacional e de políticas sociais. Houve recuperação da atividade produtiva, com aumento substancial do PIB. As visões coincidentes entre Brasil e Argentina com a chegada quase simultânea ao poder de Lula e Néstor

Kirchner criaram condições para uma renovação das relações bilaterais e regionais. Contudo, o declínio econômico argentino gerou impactos sobre sua inserção internacional. Essa conjuntura coincidiu com a ascensão global do Brasil no início dos anos 2000 e com o período de crise do Mercosul, quando ambos os países implementaram medidas restritivas em seus mercados, desencadeando disputas comerciais no Mercosul e na OMC.

A crise econômica de 2001 gerara dificuldades consideráveis para a Argentina na renegociação da dívida externa, que a impossibilitou de obter crédito junto a instituições internacionais. Para contornar essas restrições, a Argentina orientou-se para uma colaboração efetiva do Brasil, principal parceiro comercial e aliado estratégico, mas encontrou no Chile e na Venezuela apoios muito mais satisfatórios. Desiludidos com a contribuição brasileira, os argentinos entabularam relações mais próximas com outros países, contribuindo para contrabalançar o crescente poder geopolítico brasileiro.

Evidenciou-se, assim, a estratégia argentina de desenvolver um “*soft-balancing*”, ou seja, um equilíbrio brando com o Brasil, por temer as consequências nocivas da distribuição desigual do poder entre os países. A presença argentina nas organizações sul-americanas foi considerada uma maneira de preservar seu poder geopolítico e de obter maior espaço de manobra na coalizão com outros Estados, de modo a sopesar a atuação do Brasil, com destaque em momentos decisivos da geopolítica regional, como nas ocasiões da intervenção colombiana no Equador e das bases militares dos EUA na Colômbia, e ao eleger como secretário-geral da Unasul o ex-presidente Néstor Kirchner.

No seio do Mercosul, suscitaram-se dúvidas quanto à possibilidade de o Brasil entabular acordos comerciais em desrespeito à Decisão 32/2000 do Conselho Mercado Comum, que estabelece a necessidade de negociação conjunta de todos os membros em acordos que impliquem concessões tarifárias. A Argentina sempre defendeu que o Mercosul deveria se apresentar internacionalmente de maneira coletiva, como uma só voz em fóruns e instâncias da governança global (BERNAL-MEZA, 2008).

A percepção de que o Brasil teria um projeto de liderança individual foi acentuada em função da falta de apoio à Argentina em diferentes

ocasiões. Em 2004, por exemplo, na Cúpula das Américas em Monterrey (México), a Argentina havia consultado o Brasil na esperança de obter respaldo para a questão de seu endividamento. Mas o Brasil não apoiou o pleito argentino nem emitiu opinião sobre o caso, ao alegar não ser o momento para confrontações. O país sinalizava não estar disposto a coordenar posições com os países sul-americanos, o que levou a desconfianças e mal-estar de seu principal aliado estratégico regional. Na esfera da defesa, demonstrações de força por parte do Brasil, como no exercício Fronteira Sul de 2009, em que mobilizações nas zonas de fronteira foram realizadas sem aviso prévio aos vizinhos, geraram afligimentos no lado argentino.

A relativa perda de espaço para o Brasil em questões regionais revelou reticências argentinas ante as ambições brasileiras em diversas esferas. Mas em nenhuma outra situação poderia ser mais clara essa posição do que a denegação da aspiração brasileira em tornar-se membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, a qual se deve essencialmente à intensificação da desigualdade de poder entre os países, estando a Argentina relegada a uma posição secundária ou subalterna na correlação de poder regional. O fato de o principal parceiro regional brasileiro ser um ferrenho oponente à sua candidatura representou um grave revés à sua almejada liderança regional.

A estratégia de contenção do poder brasileiro sinalizou uma resistência à configuração geopolítica regional que se delineava. Essa estratégia não esteve pautada por um obstrucionismo ressentido, mas pela defesa incondicional de seus interesses nacionais. A Argentina buscava preservar o status quo sul-americano e a ascensão do Brasil à liderança regional significaria uma diminuição proporcional do poder geopolítico argentino, que, por razões históricas e recentes, não se submeteria tão facilmente a ser liderada pelo Brasil na região ou em outras instâncias de poder global.

2.2 A perspectiva do Chile

A “amizade sem limites” caracteriza as relações entre Brasil e Chile por aproximadamente dois séculos. O engenhoso jogo de palavras, cunhado pelo Barão do Rio Branco, associa uma imensurável cordialidade com o fato de os dois Estados não possuírem fronteiras (limites)

(SOTO; NÚÑEZ; GARAY, 2012), o que permitiu aos países firmarem uma relação político-estratégica profícua ao longo do século XX, quando o Chile foi um ator importante para as pretensões brasileiras na América do Sul, pois as disputas hegemônicas com a Argentina balizavam sua projeção regional.

No entanto, durante a vigência dos regimes militares em ambos os países, Brasil e Chile mantiveram relações mais distantes. A brutalidade do regime de Pinochet (1973-1990) levou o Chile a um isolamento diplomático internacional durante todo o seu governo. A redemocratização dos dois países na década de 1980 permitiu o desenvolvimento de uma relação mais dinâmica e voltada ao compartilhamento de valores e desafios comuns, seguida por uma política para reverter esse isolamento, erigindo os direitos humanos, a paz e a democracia como valores axiomáticos de sua inserção internacional.

A nova inserção chilena teve no princípio do regionalismo aberto o seu principal pilar, ancorado em um modelo que permitiu potencializar a abertura econômico-comercial do país. O modelo econômico de inspiração neoliberal e centrado nas exportações levava o Chile a privilegiar suas relações com países desenvolvidos, alijando-o dos vizinhos sul-americanos. Com o fim do autoritarismo, houve uma reorientação geopolítica importante: a necessidade de superar desconfianças, que pressupunha entabular relações mais estreitas com a América do Sul. Contudo, a inserção chilena na economia mundial teve como escopo a liberalização comercial com baixo nível de integração, de modo a não subordinar suas negociações comerciais aos interesses de um bloco econômico. Optou, portanto, por firmar tratados de livre comércio, que lhe permitiram aumentar seu espaço de manobra, impor seus interesses e barganhar. Por esse motivo, o Chile escolheu não fazer parte do Mercosul e da Comunidade Andina como membro pleno, preferindo manter-se como membro associado. Nessa condição, seria possível atuar politicamente nos dois blocos e, ao mesmo tempo, preservar sua autonomia econômica.

Apesar de buscar a construção de vínculos dinâmicos e de um ambiente de cooperação e confiança mútua, seguiram existindo tensões com seus três vizinhos. Com a Argentina, depois de sanadas as controvérsias sobre questões limítrofes, foram poucas as desavenças. Contudo, o Chile manteve relações instáveis com Peru e Bolívia, em

razão dos litígios em torno das fronteiras marítimas advindas da Guerra do Pacífico (1879-1883). No caso da Bolívia, os dois países mantiveram interrompidas suas relações diplomáticas em razão da aspiração boliviana a uma saída soberana ao Oceano Pacífico.

As dificuldades chilenas para manejar sua política sul-americana foram agravadas pelo ceticismo sobre o porvir da região como configuração geopolítica. A incredulidade no projeto de integração regional constituiu um entrave para a pretensão brasileira de alçar-se à liderança regional. A abordagem chilena não representou uma afronta direta ao Brasil, mas evidenciou que suas escolhas estariam acima da visão brasileira como potência dominante. Na Unasul, o Chile logrou articular prioridades, controlar a agenda do bloco e criar mecanismos de contenção à estratégia hegemônica brasileira. Sua adesão à Aliança do Pacífico esteve vinculada à política de “equilíbrio brando” em relação ao Brasil, pois a potencial rivalidade com o Mercosul tornou-se uma questão mais política que econômica. O bloco também permitiria ao Chile consolidar-se como ponte do intercâmbio sul-americano com a Ásia, no qual poderia exercer protagonismo. O Chile ainda cultivou proximidade pragmática com os EUA nas áreas de defesa e segurança, percebida pelo Brasil como falta de comprometimento com a região.

No âmbito bilateral, as relações Brasil-Chile foram profícuas, com importantes trabalhos de cooperação. Em verdade, essas relações estiveram fortemente pautadas pelo comportamento da Argentina e pelas políticas reativas chilenas. As recorrentes dificuldades em lidar com seus vizinhos levaram o Chile a se considerar relativamente isolado na região. A articulação com esses países seria realizada por meio de relações “paravicinais”, ou seja, da aproximação com Estados que poderiam se tornar aliados em caso de disputas com os vizinhos (ACEVEDO; QUEZADA; RIQUELME, 2013). Assim, diante das controvérsias chilenas com Peru e Bolívia, os vínculos com Equador e Colômbia serviram para equilibrar o poder regional a seu favor. Do mesmo modo, a aproximação chileno-brasileira foi catalisada pelos desencontros com a Argentina. O apoio do Chile à candidatura brasileira no Conselho de Segurança da ONU não se tratou de um ato fortuito por parte do Chile, mas de uma reação à adesão argentina como aliado extra-OTAN, que havia reintroduzido as históricas desconfianças geopolíticas.

A abordagem chilena demonstrou que o país não aderiu a uma posição de alinhamento ao Brasil. Atento às mudanças estruturais e conjunturais na América do Sul em termos de equilíbrio de poder, o Chile adotou a estratégia de refrear a influência brasileira. O Chile nunca se sentiu representado pelo Brasil nas instâncias multilaterais. Ao contrário, percebia o país atuando para satisfazer seus próprios interesses, sem consultar os Estados sul-americanos ou abrir espaço para participações coordenadas. As assimetrias entre Brasil e Chile impulsionaram os chilenos a adotarem políticas de precaução e sobriedade, obstruindo o ambicioso ativismo brasileiro.

2.3 A perspectiva da Colômbia

A Colômbia é um país identificado pela linearidade política, compreendida ao se analisar duas características axiomáticas do Estado: a violência interna e a submissão de sua inserção internacional aos EUA. Em relação à violência interna, os combates fratricidas fazem-se presentes em grande parte da trajetória histórica da Colômbia, desde as disputas pelo poder estatal nos séculos XIX aos episódios brutais de violência em meados do século XX. Mesmo com acordos das elites para o exercício do poder nos anos 1960, não cessaram os focos de conflitos sociais, sobretudo devido à concentração fundiária, que levaram ao advento de grupos armados, responsáveis doravante pelos conflitos entre guerrilhas, paramilitares e forças armadas. Já o condicionamento de sua política externa aos EUA, consubstanciada na doutrina *respice polum* (“olhar para o norte”), desde o início do século XX, permaneceu praticamente incólume ao longo das décadas. Embora tenha permitido à Colômbia colher benefícios durante a Guerra Fria, o alinhamento diplomático à potência hegemônica significou abrir mão da aproximação dos países sul-americanos e de uma política externa autônoma e soberana.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a expansão e a consolidação dos grupos armados alterou a dinâmica social do território colombiano. Favorecido pela globalização, em pouco tempo o país tornou-se o principal eixo do narcotráfico global e as guerras entre os cartéis e as forças nacionais levaram a índices alarmantes de violência. Para enfrentar os flagelos socioeconômicos e a debilidade institucional, a Colômbia

voltou-se para os EUA, em congruência com a política externa do século XX. O principal resultado dessa cooperação foi o “Plano Colômbia”, pelo qual os EUA condicionavam o apoio financeiro ao combate ao narcotráfico. No governo Álvaro Uribe (2002-2010), a ofensiva antidrogas e antiterrorista ganhou novos contornos, sobretudo após os ataques de setembro de 2001, quando a “guerra às drogas” fundiu-se com a “guerra ao terror”.

Como país economicamente estável, com crescimento econômico superior à média sul-americana e elevados gastos militares, a Colômbia privilegiou a associação assimétrica com os EUA, mostrando-se reticente aos projetos de integração regional. A reprodução da doutrina *res-pice polum* no século XXI resultou na securitização das relações internacionais colombianas e seu consequente isolamento na região, o que levou o país a ser considerado a “Israel” da América do Sul (CARDONA, 2011). Na ordem geopolítica regional, a Colômbia obteve margem de manobra vis-à-vis o Brasil em diversos âmbitos, como no comércio, na defesa e nas instituições regionais. O *status* brasileiro de ator em ascensão, aspirante à posição de líder sul-americano, gerou reações adversas na Colômbia, que desenvolveu estratégias para defrontar essas aspirações.

Na área da defesa, substanciada no Plano Colômbia, a Colômbia aumentou a influência e o peso militar dos EUA na região, gerando desconfiças nos países sul-americanos. O auge das tensões ocorreu em 2008, quando as forças armadas colombianas invadiram o Equador e bombardearam um acampamento das FARC. A violação da soberania equatoriana gerou apreensões na Venezuela, que chegou a mobilizar tropas nas fronteiras, e impulsionou descontentamentos no âmbito regional, incluindo no Brasil. Essa apreensão foi igualmente direcionada para o aumento dos gastos militares colombianos, que saltaram de U\$ 5,3 bilhões em 2001 para U\$ 9,1 bilhões em 2010, tornando-se o segundo maior orçamento militar da América do Sul (SIPRI, 2019).

Embora a cooperação militar Colômbia-EUA não estivesse dirigida contra o Brasil, a presença de tropas estadunidenses na América do Sul teria efeitos perniciosos sobre os interesses geopolíticos brasileiros (FLEMES; WEHNER, 2012). A ascensão militar colombiana permitiu a diminuição da assimetria com o Brasil e a predisposição para desafiar iniciativas brasileiras. Em particular, a intenção de disponibilizar

sete bases militares para forças armadas dos EUA foi interpretada como um ato para contrabalançar o peso militar brasileiro. Do mesmo modo, a denegação inicial de integrar o Conselho de Defesa Sul-Americano, iniciativa brasileira, apenas foi superada por ações diplomáticas que alertavam para a intensificação do isolamento da Colômbia.

No que concerne à integração sul-americana, enquanto o Brasil privilegiava o Mercosul e vislumbrava a adesão, como associados ou permanentes, dos demais países da região, a Colômbia considerava a ampliação do bloco perniciosa para seu principal aliado, os EUA, e, portanto, para seus próprios interesses. Quando da criação da Unasul, em 2008, a Colômbia externou ceticismos, pois a instituição centrava-se mais em questões políticas que econômicas, além de servir de plataforma para os interesses de Brasil e Venezuela. A estratégia de não atrelamento aos interesses brasileiros foi perseguida adicionalmente pela adesão à Aliança do Pacífico e pela manutenção da ordem político-securitária regional pela Organização dos Estados Americanos (OEA), onde os EUA assegurariam seus interesses, confrontando o nascente prestígio da Unasul.

Em diversas ocasiões a Colômbia manteve posições antagônicas às brasileiras, opondo-se à adesão do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, ao preferir preservar o *status quo* do conselho, no qual tinha um aliado com poder de veto, e impedir um maior desequilíbrio na ordem geopolítica sul-americana. Na OMC, por sua vez, enquanto o Brasil articulava arranjos formados por países em desenvolvimento, como na Rodada Doha e no G-20 comercial, a Colômbia preferia escorar-se na defesa do livre-comércio e nas posições dos EUA sobre o comércio global. Analogamente, houve divergências durante as crises políticas na região, como na destituição do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, quando o Brasil coordenou a condenação ao rito sumário paraguaio, suspendendo o país dos órgãos e deliberações do Mercosul e da Unasul. A Colômbia, por sua vez, apenas lamentou a saída de Lugo, expressando não ter ocorrido ruptura democrática, em consonância com os EUA, que haviam reconhecido o novo governo paraguaio.

Grande parte das iniciativas brasileiras para a projeção de seu protagonismo na coordenação regional foi obstaculizada pela Colômbia.

A percepção colombiana de que a ascensão do Brasil à liderança sul-americana traria mais vantagens para si do que para a região condicionou seu comportamento no século XXI. Ao balancear os prós e os contras do *status* ansiado pelo Brasil, a Colômbia preferiu permanecer sob a égide geopolítica dos EUA. Atrair a Colômbia para sua esfera de influência, em comparação a Argentina, Chile e Venezuela, apresentou-se como o mais árduo desafio brasileiro.

2.4 A perspectiva da Venezuela

A Venezuela passou por uma transformação abrupta em sua política doméstica e em sua inserção regional e internacional a partir da ascensão de Hugo Chávez, em 1999. A elevação do preço internacional do petróleo, recurso medular da economia venezuelana, permitiu ao país aumentar sua capacidade de poder na América do Sul, ilustrada pelo impulso conferido a projetos regionais e internacionais, que colidiram com as aspirações brasileiras pela liderança regional.

Em 1999, Hugo Chávez Frias, oficial reformado do exército venezuelano e líder do fracassado golpe de 1992, chegou ao poder com seu projeto de “revolução bolivariana”, com a reorientação das políticas domésticas e internacionais. As alterações no arcabouço institucional do país, como a nacionalização de áreas estratégicas, as mudanças no Legislativo e no Judiciário e as relações entre civis e militares, geraram insatisfações em diversos setores da sociedade. Como resposta, greves patronais e uma tentativa de golpe irromperam em 2002, mas foram debeladas pelo apoio militar e popular que respaldavam Chávez. A partir de então, houve uma inflexão radical no governo, que adotaria uma orientação “socialista” e estratégias soberanistas (URRUTIA, 2006). Esse divisor de águas deu-se igualmente em sua inserção internacional. No primeiro lustro de seu governo, Chávez manteve as diretrizes da política exterior do país, lastreadas no equilíbrio internacional. Mas o envolvimento dos EUA no golpe de 2002 foi crucial para a adoção da retórica anti-EUA. As circunstâncias domésticas impeliram o governo a atuar de forma mais assertiva no cenário internacional, com o objetivo de elevar seu perfil e sua influência, mediante a instrumentalização dos recursos oriundos do petróleo.

A inserção venezuelana apresentava diversas diferenças quando comparada à brasileira, a exemplo da promoção da ordem multipolar e da integração regional sob os auspícios ideológicos do “bolivarianismo”. Ao contrário do Brasil, que desejava reformas nos mecanismos de governança global, onde poderia aumentar e consolidar sua presença, a Venezuela vocalizava pretensões mais ousadas, com transformações na correlação de poder internacional mediante a ascensão do Sul global. O pensamento econômico chavista esteve lastreado no fortalecimento do Estado como indutor do desenvolvimento e no rechaço do neoliberalismo, enquanto o Brasil, em uma postura pragmática e menos ideológica, embora tenha aumentado o grau de intervenção na economia e privilegiado gastos sociais, não rompeu com os princípios do liberalismo e do regionalismo aberto.

Para a Venezuela, a liderança regional passaria pela criação de uma coalizão regional como contraposição aos EUA, Brasil e México, países mais poderosos. Nessa tendência, figurou a formação da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) em 2004, composta por países sul-americanos, centro-americanos e caribenhos, unidos por questões ideológicas e pelo desejo de aumentar a cooperação regional. Na mesma lógica, a Venezuela optou por retirar-se da Comunidade Andina ao se mostrar insatisfeita com os acordos de livre-comércio que Peru e Colômbia haviam assinado com os EUA, e, em 2006, o país solicitou adesão como membro pleno ao Mercosul, apesar de Chávez criticar a organização por ser excessivamente neoliberal e pela falta de vontade em ceder soberania em prol de uma governança mais efetiva. Essa visão levou a um impasse que prolongou sua adesão, adquirida somente durante a suspensão do Paraguai do bloco, após a deposição do presidente Fernando Lugo, em 2012.

A inserção proativa venezuelana permitiu a delimitação de diversas iniciativas regionais sob sua égide, visando a difusão do “socialismo do século XXI”. Além da ALBA, foram projetados um banco de desenvolvimento regional (Banco do Sul), uma rede de comunicação regional (Telesur) e uma moeda comum (Sucre). Houve também uma série de acordos na área da energia, como a Petrocaribe, que geravam dependência política para com a Venezuela (FLEMES; WEHNER, 2012). Além disso, a concessão de apoio financeiro mediante a compra de títulos

públicos da Argentina e do Paraguai ofuscou a projeção brasileira, que hesitou em prover gastos robustos, limitando-se a aportes no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).

Entre as controvérsias entre os países na disputa pela liderança regional, figurou a questão dos biocombustíveis. Para contornar dificuldades no fornecimento de energia, o Brasil tinha no etanol um vetor de desenvolvimento. Mas seu protagonismo foi afetado após Chávez tecer críticas à produção de etanol e ao acordo entre Brasil e EUA para promovê-lo como alternativa ao petróleo. Em 2006, quando o presidente boliviano, Evo Morales, nacionalizou o gás natural e afetou os investimentos da Petrobrás, a Venezuela foi seu principal alicerce, ao apoiar a medida e garantir a assistência da petroleira venezuelana PDVSA. A influência sobre a Bolívia, historicamente sob a órbita brasileira, passou a pender para a Venezuela, sinalizando a deterioração da capacidade do Brasil em preservar sua atuação junto a alguns vizinhos (FLEMES; WEHNER, 2012). Sinalizou igualmente, para os países da região, que havia espaço para satisfazer seus interesses em meio à disputa brasileiro-venezuelana pela liderança sul-americana.

A aspiração venezuelana de fortalecer seu *status* global transitava por uma visão geopolítica de natureza militar-defensiva, a partir da percepção de que poderia sofrer uma intervenção dos EUA. O aumento expressivo dos gastos militares venezuelanos, que praticamente dobraram entre 2002 e 2010 (SIPRI, 2019), visava diminuir sua vulnerabilidade e salvaguardar a soberania territorial. O país tornou-se o segundo maior importador de armamentos, com o quarto maior gasto militar da América do Sul, diminuindo o hiato com as forças militares brasileiras. Ademais, construiu uma rede de alianças com países extrarregionais, como Rússia, China e Irã, por meio da qual logrou estreitar relações político-econômicas, adquirir tecnologia e ampliar os gastos militares.

Diante de suas conquistas, resta claro que houve por parte da Venezuela uma disputa pela liderança regional sul-americana com o Brasil, que se resignou a observar o advento de um potencial concorrente. Certamente, o *status* venezuelano não se mostrou sustentável, pois o colapso econômico, político e institucional que o país vem enfrentando desde 2013, após a queda do preço internacional do petróleo, aniquilou seu ativismo geopolítico. A hiperinflação, a queda drástica do PIB e o

recrudescimento do autoritarismo solaparam os esforços empreendidos. Mas, naquele período, a Venezuela apresentou-se como alternativa à liderança regional “[...] porque o lugar estava vago, por graça e vontade de um Brasil ausente” (BERNAL-MEZA, 2008, p.166).

3. Implicações das perspectivas regionais para a integração regional sul-americana

A heterogeneidade da ordem geopolítica sul-americana, expressa em termos políticos, econômicos, ideológicos e nos paradigmas de desenvolvimento e inserção internacional, impacta sobremaneira a evolução e a consolidação da integração regional. Os impactos da conjuntura global, a influência dos atores extrarregionais, as disputas históricas fronteiriças, as flutuações econômicas e a precariedade institucional são alguns fatores que contribuem para balizar os rumos desse processo. A esses fatores pode-se adicionar a instrumentalização do processo integracionista para atender a interesses autocentrados como um importante obstáculo ao aprofundamento da integração regional.

Trata-se do caso do Brasil, que buscava conduzir os esquemas regionais como expediente para alçar-se ao *status* de líder regional. Ao carecer de apoio entre seus parceiros estratégicos e sócios menores, a ambição brasileira revelou-se perniciososa aos mecanismos de integração, ao obstaculizar a conformação de políticas que atendessem aos anseios e interesses de todos os Estados envolvidos nas organizações regionais. O processo de integração sul-americano deveria ter como escopo a criação de um espaço regional harmonioso, para alavancar a inserção global de seus Estados, superar rivalidades, mitigar assimetrias, potencializar o desenvolvimento e debelar mazelas sociais. Ao prestar-se à satisfação dos interesses de um país, tornou mais difícil atingir esses objetivos e dotar a região de um perfil relevante na ordem geopolítica global.

O mote da integração regional esteve praticamente alijado do cerne do pensamento brasileiro até aproximadamente o final do século XX. As tentativas de aproximação sul-americana ao longo do século resumiam-se a mecanismos de cooperação ou a organizações incapazes de dar encaminhamento aos problemas regionais. Apenas com a redemocratização dos países sul-americanos, na década de 1980, a percepção

de que a integração poderia contribuir para fortalecer os Estados ganhou ímpeto. Os formuladores da diplomacia brasileira passaram a vislumbrar que o desenvolvimento, um dos vetores de sua conduta internacional, poderia ser alavancado pela integração regional. Mas essa noção sofreria resistências de outros vetores, a autonomia e a soberania nacional, que impediram o impulso a projetos regionais mais ambiciosos.

Mesmo no início do século XXI, quando houve transformações substanciais na inserção internacional brasileira, os vetores da política externa mantiveram-se incólumes. Como resultado, as ações de cooperação e integração sul-americana mostraram-se bastante módicas diante da retórica brasileira de proatividade e fortalecimento institucional. O Brasil presumiu erroneamente que, ao vincular o processo integracionista a questões de soberania nacional, o país estaria se protegendo de potenciais riscos oriundos das vicissitudes políticas e econômicas dos países vizinhos. A insistência em valorizar as ações nacionais e desprezar as iniciativas e projetos dos demais Estados sul-americanos simbolizaram o recrudescimento das assimetrias de poder interestatais.

A capacidade de poder brasileiro não resultou em uma lógica assentada no compartilhamento dos ganhos advindos da elevação de seu perfil internacional. As aspirações de seu protagonismo deveriam implicar um engajamento que envolvesse concessões e a disposição em atuar como *paymaster* da integração. Seu comportamento não se adequou aos custos do exercício da liderança, na divisão do poder com potências secundárias, permitindo sua participação ativa no processo decisório regional, na projeção de normas e valores e na articulação de uma agenda para o desenvolvimento da América do Sul. Essas dificuldades, somadas à atual conjuntura global em que prevalece a aversão ao multilateralismo e à globalização, em movimentos tendentes ao nacionalismo e ao protecionismo, colocaram a integração regional sul-americana em uma encruzilhada (COMINI, FRENKEL, 2016).

Além disso, a ordem regional sul-americana não passou incólume pela influência geopolítica das maiores potências globais, EUA e China, e suas disputas para atrair Estados e regiões para sua órbita. Por um lado, os EUA buscam preservar seu *status* na América do Sul, sobretudo na esfera econômica e militar, ao mesmo tempo em que encontram hostilidades perante uma relação marcadamente assimétrica. Por outro lado,

a China, cuja pujança econômica vem permitindo estreitar relações na esfera política e estratégica na região, mantém um intercâmbio comercial caracterizado pela interação nos moldes “centro-periferia”, que intensifica as exportações de *commodities* sul-americanas e enfraquece suas economias. A competição sino-estadunidense tem repercussões significativas na região, atuando como força centrífuga, uma vez que tende a debilitar os movimentos integracionistas com a atomização dos atores sul-americanos.

O regionalismo ainda subsiste como elemento importante da inserção internacional dos países, mas sob uma dinâmica mais incerta e sujeita a oscilações de diversas ordens. A heterogeneidade dos diversos projetos de integração regional vem conduzindo à fragmentação das relações interestatais e impedindo a convergência de posições políticas e a criação de um denominador comum para atuar com certa pujança na complexa ordem geopolítica global. As iniciativas regionais estariam, portanto, muito mais sujeitas a dissonâncias e antagonismos entre si do que propensas a assegurarem a harmonização e a confluência de ações em prol de uma integração regional coesa, conforme ilustra a atual encruzilhada em que se encontra a integração sul-americana.

4. Considerações finais

As atribuições enfrentadas pelo Brasil para angariar apoio de seus vizinhos em seu projeto de liderança regional no século XXI corroboram o entendimento de que compreender as vicissitudes dos Estados diante da necessidade de elaborar diretrizes para sua inserção internacional, em um cenário de mudanças regionais e globais, mostra-se imperativo na atual conjuntura internacional. A ideia de criar uma integração sólida e profunda seria suplantada por meros esforços de cooperação interestatal, que se prestariam essencialmente a atender aos interesses de curto prazo de alguns Estados.

Os países da região vêm limitando sua participação nos mecanismos com seus vizinhos enquanto se orientam em direção a atores extrarregionais. A prevalência de uma visão curto-prazista, objetivando amealhar benefícios imediatos, centrada mais em políticas de governo do que de Estado, sobretudo em meio a mudanças nos governos domésticos,

mostra-se contraproducente à configuração da integração regional. Esta, vista com imenso ceticismo e colocada recorrentemente em xeque, difere consideravelmente da integração presente nos discursos dos líderes da primeira década do século XXI.

Bibliografia

ACEVEDO, Irene; QUEZADA, Abraham; RIQUELME, Jorge. Una mirada a las relaciones paravecinales de Chile: los casos de Brasil y Ecuador (1990-2010). **Si Somos Americanos**, v. 13, n. 1, p. 149-170, 2013.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la política internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 154-178, 2008.

CARDONA, Diego. Introducción. ¿Puede tener Colombia una estrategia de política exterior? In: CARDONA, Diego (ed.), **Colombia: Una política exterior en transición**. Bogotá: Fundación Friderich Ebert en Colombia, FESCOL, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. Editora Saraiva, 2008.

COMINI, Nicolás Matías; FRENKEL, Alejandro. Unasur: De proyecto refundacional al fantasma del Sudamexit. **Anuario de Integración**, n. 13, p. 181-207, 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FLEMES, Daniel; WEHNER, Leslie. Drivers of strategic contestation in South America. **GIGA Working Papers**, n. 207, 2012.

FONSECA JR., Gerson. Política externa brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 29, p. 15-32, 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. The Lonely Superpower, **Foreign Affairs**, p. 35-49, 1999.

LECHINI, Gladys; GIACCAGLIA, Clarisa. El ascenso de Brasil en tiempos de Lula ¿Líder regional o jugador global? **Problemas del desarrollo**, v. 41, n. 163, p. 53-73, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A dimensão geopolítica da crise brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. **GEOgraphia**, v. 18, n. 37, p. 9-34, 2016.

RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. **Política exterior Argentina: poder y conflictos internos (1880-2001)**. Capital Intelectual, 2005.

SIPRI. **The SIPRI Military Expenditure Database**. 2019. Disponível em: <<http://milexdata.sipri.org/result.php4>>. Acesso em 18.09.2020.

SOTO, Ángel; NÚÑEZ, Rogelio; GARAY, Cristián. **Las relaciones chileno-brasileñas. De la amistad sin límites al pragmatismo del gigante (1945-1964)**. RIL editores, 2012.

SPEKTOR, Mathias. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides. (Org.). **Política Externa, Espaço e Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, v. 3, p. 17-58, 2014.

URRUTIA, Edmundo González. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, v. 205, p. 159-171, 2006.

OS “INVISÍVEIS” DO ESTADO: POBREZA, TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL

Elisa Favaro Verdi

No dia 9 de junho de 2020, Paulo Guedes, ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, afirmou: “Aprendemos durante essa crise que havia 38 milhões de brasileiros *invisíveis* e que também merecem ser incluídos no mercado de trabalho”. Guedes referia-se, na ocasião, aos brasileiros beneficiados pelo auxílio emergencial que não estavam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o banco de dados utilizado para definir o público-alvo das políticas de assistência social no país. Aproximadamente 60% de todas as pessoas assistidas pela política de transferência de renda implementada para proteger a população mais pobre, fortemente atingida pela crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19, não estava incluída no cadastro que tem o objetivo de, justamente, indicar e localizar quem são os pobres no Brasil. Os *invisíveis* de Paulo Guedes seriam, assim, aqueles que não estavam ainda ao alcance de uma visão estatal, ou seja, cadastrados, quantificados, transformados em estatística a partir de informações inseridas em um banco de dados.

Compreendendo que as estatísticas e a produção de dados são componentes fundamentais da gestão pública, de forma a constituir uma racionalidade homogeneizante produzida pelo Estado (Bachtold, 2017; Farias, 2016; Torres, 2010), este capítulo aborda o CadÚnico

como instrumento principal da gestão da pobreza¹, a qual é realizada majoritariamente por meio de políticas de transferência de renda. O objetivo do presente capítulo é argumentar acerca da concepção de pobreza do Estado brasileiro, que se revela a partir da análise do CadÚnico. A hipótese aqui desenvolvida é a de que este cadastro, apesar de sistematizar uma série significativa de características da população pobre, não revela dois conteúdos centrais da pobreza: a segregação socioespacial e a privação.

1. A transferência de renda como principal estratégia de combate à pobreza

A solução – temporária – elaborada para mitigar os efeitos da crise econômica e social decorrida do uso do distanciamento social como estratégia de combate à pandemia da Covid-19 foi a criação de uma política de transferência de renda chamada auxílio emergencial²: um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores individuais (MEI), pago entre abril e dezembro de 2020. Nos primeiros meses – de abril a agosto –, os

¹ O uso do termo *gestão da pobreza* tem por objetivo expor a tensão entre duas concepções subjacentes aos programas sociais anti-pobreza: por um lado, há o entendimento de que a pobreza se combate com a conformação de técnicas macroeconômicas encarregadas de promover o crescimento econômico (Lautier, 2013; Thomé, 2013; Garay, 2016); por outro, compreende-se que tais programas constituiriam um “governo dos pobres – de seus corpos e condutas – que se desdobra na instituição de uma moral dos pobres, em práticas e representações que pudessem conformar a figura exemplar do bom pobre, aquele que merece se tornar beneficiário dos programas sociais redistributivos” (Georges e Rizek, 2016, p. 58).

² Inicialmente, a proposta do Ministério da Economia era criar, de acordo com anúncio de 18 de março de 2020 do ministro Paulo Guedes, um vale de R\$ 200,00 mensais. Após mobilização e pressão de movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda, além de diversas negociações entre deputados e governadores, o valor do benefício ficou estabelecido em R\$ 600,00 e foi aprovado em votação na Câmara dos Deputados em 26 de março e no Senado (por unanimidade) em 30 de março. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, demorou mais de 72 horas para assinar o Decreto de criação do auxílio, o qual foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) somente em 2 de abril.

beneficiários receberam transferências no valor de R\$ 600,00 mensais por pessoa (ou R\$ 1.200,00 mensais para as famílias em que a mulher fosse a única responsável pelas despesas do domicílio); e de setembro a dezembro, o benefício foi reduzido à metade, ou seja, R\$ 300,00 por mês. Até duas pessoas de uma mesma família poderiam receber o auxílio, constituindo assim um valor máximo de R\$ 1.200,00 por domicílio. Para receber o auxílio, era necessário ter renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) e não receber benefício previdenciário, seguro-desemprego ou de outro programa federal de transferência de renda, com exceção ao Bolsa Família.

O auxílio emergencial contemplou, em 2020, aproximadamente 66,2 milhões de pessoas, ou seja, 31% da população brasileira. Foi, portanto, uma política mais ampla em termos de público e de orçamento do que o Programa Bolsa Família (PBF) que, até março de 2020, contemplava em torno de 13,1 milhões de famílias, 25% da população do país. O PBF, diferentemente do auxílio emergencial, tinha somente um critério de seleção: a renda. Para receber a transferência, era necessário ser considerado extremamente pobre (famílias com renda mensal per capita de até R\$ 89,00) ou pobre (famílias com renda mensal per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00). Além disso, os valores repassados pelo PBF eram significativamente menores do que do auxílio emergencial: havia um benefício básico de R\$ 89,00 mensais mais alguns benefícios variáveis – de aproximadamente R\$ 40,00 cada – que dependiam da quantidade de filhos e da idade destes. A média nacional era, assim, de R\$ 191,86 por mês para cada família beneficiária.

Uma outra diferença importante entre as duas políticas de transferência de renda está no âmbito das condicionalidades. No caso do auxílio emergencial, o recebimento do benefício não tinha nenhuma contrapartida por parte dos beneficiários. Já no caso do PBF, as famílias beneficiadas deviam comprometer-se a cumprir certas obrigações, tais como presença escolar dos filhos, vacinação e acompanhamento pré-natal de mulheres grávidas.

A comparação entre as duas políticas de transferência de renda é pertinente, pois ajuda a compreender qual é a concepção do Estado brasileiro de proteção social e da forma como as pessoas consideradas

pobres precisariam ser protegidas pelo Estado. O princípio de que o Estado deveria garantir uma segurança de renda para os cidadãos, independentemente da sua contribuição para o sistema de seguridade social (obrigatória apenas para os trabalhadores formais), foi inaugurado na Constituição Federal de 1988 (Barrientos, 2013). Trata-se do reconhecimento de que a segurança de renda é uma questão social e que necessita de um conjunto de iniciativas públicas para se realizar. Assim, imputou-se a responsabilidade específica ao Estado de proteger seus cidadãos, a partir da qual expandiu-se no Brasil a assistência social de caráter não-contributivo.

Pode-se afirmar que o auxílio emergencial tem um caráter substitutivo, visto que sua concepção parte do pressuposto de que uma parcela da população ativa esteve impedida de trabalhar devido à política de distanciamento social utilizada para diminuir os efeitos da pandemia de Covid-19. Sem trabalhar e, conseqüentemente, sem receber, essa população precisa ser protegida economicamente de uma piora na sua condição de vulnerabilidade³. Dessa forma, a intenção do auxílio emergencial foi substituir (temporariamente) o rendimento fruto do trabalho. O PBF, por outro lado, não substituiu a renda pelo trabalho, pois pressupunha-se que essa população possui capacidade de trabalhar e, com isso, gerar alguma renda, por menor e mais volátil que seja, de forma que apenas complementa-a com o objetivo de mitigar a condição de pobreza das famílias beneficiadas.

Ambas as políticas de transferência de renda tiveram o CadÚnico como instrumento de seleção de beneficiários. No caso do auxílio emergencial, todas as pessoas inscritas no cadastro cujo perfil cabia no critério de renda foram contempladas, incluídas as famílias que já eram beneficiárias do PBF.

No entanto, a demanda pelo auxílio emergencial demonstrou que há uma grande quantidade de trabalhadores que não estavam inscritos no CadÚnico: aproximadamente 38 milhões de pessoas ausentes

³ Utiliza-se aqui o termo *vulnerabilidade* de acordo com a definição de Ivo (2008, p. 30), que se refere aos “(...) riscos de um grande contingente [populacional] cair em estado de necessidade, limitando os objetivos mais amplos de um paradigma de desenvolvimento social mais igualitário”.

do cadastro solicitaram o benefício emergencial⁴. O perfil desses trabalhadores permite argumentar que trata-se de pessoas ou extremamente pobres, em situação de precariedade ainda mais difícil de acessar por meios institucionais, ou que viviam perto, porém acima da assim chamada linha de pobreza⁵ que serviu de parâmetro para as políticas sociais. Em contextos de crise econômica, essa massa de trabalhadores retorna para a linha de pobreza e, portanto, torna-se apta ao benefício de transferência de renda emergencial (Verdi, 2020). Sem o auxílio de R\$ 600,00, a pobreza atingiria 30% da população (Prates e Barbosa, 2020).

Esse fenômeno demonstra dois aspectos importantes: que a pobreza não é estática, pois existem variações tanto na quantidade de pessoas pobres quanto nas características da pobreza; e que os trabalhadores do setor informal, devido à precarização e à ausência de proteção social, circulam próximos da linha de pobreza, às vezes abaixo e às vezes acima dela (Souza e Osorio, 2013).

⁴ Cabe destacar que todos esses 38 milhões de trabalhadores não precisaram inscrever-se no CadÚnico para receber o auxílio. Para tanto, era necessário apenas fazer a solicitação por meio de um aplicativo desenvolvido pela Caixa Econômica Federal, órgão responsável pelo pagamento do benefício. Portanto, o diagnóstico de que existia esse grande contingente populacional excluído do cadastro, ou invisível aos olhos do Estado, não significou, até o momento, uma ampliação do CadÚnico em si.

⁵ Existem duas estratégias mais recorrentes para se medir a pobreza e a quantidade de pessoas pobres. Na primeira, utiliza-se uma única variável, como a renda. Nesse caso, define-se uma linha de pobreza, determinada por um valor mínimo de renda que deveria suprir as necessidades básicas de um indivíduo ou família. A partir dessa linha, separa-se quem é pobre e quem não é. De acordo com Ivo (2008), a definição da pobreza a partir de uma linha é um método que associa um patamar de renda a um consumo mínimo das famílias e/ou indivíduos. A ONU e o Banco Mundial definem periodicamente a linha de extrema pobreza em escala global. Em 2020, esta estava em US\$ 1,90 per capita por dia. Na segunda estratégia, utiliza-se um índice sintético, ou seja, parte-se do princípio de que não é possível mensurar a pobreza por uma única variável determinante, de forma a compor um índice a partir de duas ou mais variáveis, como educação, saúde, moradia, renda, entre outros. Nessa segunda estratégia, fica evidente a concepção multidimensional da pobreza, em outras palavras, o fato de esta apresentar uma pluralidade de características que não apenas a insuficiência de renda. Um exemplo de índice sintético para mensuração da pobreza é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que articula as variáveis renda, escolarização e longevidade para medir o nível de desenvolvimento dos lugares (Bachtold, 2017; Rocha, 2000).

2. Cadastro Único: identificar, classificar e localizar a pobreza no Brasil

A implementação e a gestão do PBF, política de assistência social de grande magnitude territorial e populacional, dependeu – e ainda depende – de um banco de dados centralizado do governo federal, o CadÚnico. Segundo Camargo *et al.* (2013), todas as informações sobre as famílias beneficiárias do PBF (perfil socioeconômico, acesso a serviços, vulnerabilidades de habitação, entre outros) são oriundas do CadÚnico. Dessa forma, tais informações do cadastro conformam um grande banco de dados sobre os domicílios em situação de pobreza no Brasil. O CadÚnico, assim, demonstra um esforço de padronização nacional de tais informações, revelando como o Estado classifica, organiza e, portanto, concebe a pobreza.

Campello (2013) define o CadÚnico como uma plataforma integrada de informações que surgiu da necessidade de unificar as bases de dados das políticas assistenciais já existentes e estruturar o cadastramento, processamento, atualização e fiscalização das informações inseridas na plataforma. Torres (2010) concebe o mesmo cadastro como uma estrutura institucional e tecnológica que visa a produção de estatísticas fundamentais para a definição do público-alvo das políticas de assistência social, ou, em outras palavras, para definir quem são os pobres brasileiros.

Criado em 2001 como uma ferramenta de identificação dos beneficiários de baixa renda⁶ dos programas sociais do governo federal, atualmente o CadÚnico reúne dados sobre a população considerada em situação de vulnerabilidade e seus respectivos domicílios, contemplando uma ampla gama de informações: as características construtivas da residência (ou seja, o material de construção das paredes e do piso) e o acesso a serviços como eletricidade, saneamento, coleta de lixo e água encanada são exemplos de informações referentes ao domicílio; já escolarização, trabalho, renda, principais despesas, se a família faz parte de grupos tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, entre outros), por

⁶ Para efeito de cadastramento, é considerada de baixa renda a família que apresenta renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até 3 salários mínimos.

exemplo, são as informações referentes aos habitantes de cada domicílio, portanto, de cada família. Além disso, o CadÚnico também informa a situação (rural ou urbana) dos domicílios e localiza-os por CEP e setor censitário, possibilitando um mapeamento bastante preciso das informações cadastradas. Todas as informações do cadastro totalizam 297 variáveis no banco de dados, cada uma delas dizendo respeito ou ao domicílio, ou a alguma das pessoas que habita em cada domicílio. Tais informações são atualizadas no máximo a cada dois anos a partir de documentos fornecidos pelas próprias famílias para assistentes sociais que preenchem o cadastro e assim alimentam esse banco de dados. A coleta de informações e atualização dos cadastros, dessa forma, é responsabilidade dos municípios, enquanto a coordenação e centralização dos dados é responsabilidade do ministério que esteja a cargo da assistência social – atualmente, do Ministério da Cidadania.

Nos termos de Camargo *et al.* (2013, p. 160) “o cadastro possibilita a constituição de um mapa detalhado e atualizado da pobreza brasileira, com informações sobre as principais características socioeconômicas das famílias e de cada um de seus integrantes, bem como aspectos relacionados ao acesso a serviços públicos”. Colin, Pereira e Gonelli (2013, p. 57) argumentam na mesma direção ao afirmar que “o CadÚnico reúne um conjunto de informações essenciais ao planejamento da política de Assistência Social, pois permite mapear a realidade das famílias e identificar as vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais”.

Em fevereiro de 2020, 28.174.603 domicílios estavam registrados no CadÚnico, sendo que, destes, 48% estavam em situação de extrema pobreza (renda per capita de até R\$ 89,00), 10% em situação de pobreza (renda per capita de R\$ 89,01 a R\$ 178,00), 21% eram considerados de baixa renda (renda per capita de R\$ 178,01 até meio salário mínimo) e 22% eram famílias na faixa acima de meio salário mínimo per capita. O cadastro contempla, assim, dados detalhados sobre aproximadamente 74,4 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 35% da população do país⁷.

⁷ O CadÚnico passou por grande expansão desde a sua regulamentação com o Decreto n. 6.137/2007: em 2010, eram 18 milhões de famílias cadastradas, já em 2013, eram 25,3 milhões, contemplando 40% da população brasileira (Camargo *et al.*, 2013; Campello, 2013).

Devido à magnitude e ao detalhamento, o CadÚnico constitui uma das maiores bases de dados do mundo sobre população em situação de vulnerabilidade econômica e social (Camargo *et al.*, 2013).

De acordo com Direito *et. al.* (2016), o desenvolvimento do CadÚnico pautou-se pela necessidade de dar sustentação, viabilidade e ampliar a escala de ação do PBF. Segundo Bachtold (2017), o CadÚnico e o PBF são diferentes, porém indissociáveis, pois constituíram-se mutuamente enquanto políticas públicas direcionadas à população de baixa renda. O cadastro é, em síntese, um instrumento do Estado que cumpre duas funções: (i) obter informações sobre determinada parcela da população brasileira – aquela considerada em situação de vulnerabilidade –, de modo a constituir uma base de dados para a formulação e monitoramento de políticas públicas; (ii) selecionar o público-alvo e as famílias beneficiárias das políticas públicas.

Segundo Barros, Carvalho e Mendonça (2009), o CadÚnico possui uma abrangência censitária, devido à focalização na população pobre, e uma natureza cadastral, visto que identifica e localiza, simultaneamente, a população inscrita. Dessa forma, a variedade de informações sobre as condições de vida das famílias “(...) pode ser utilizada para a elaboração de diagnósticos e definição da política social do país” (Barros, Carvalho e Mendonça, 2009, p. 5). Os mesmos autores argumentam que o CadÚnico contempla seis dimensões: a composição demográfica das famílias; o acesso ao conhecimento, pelas informações sobre escolarização; o acesso ao trabalho, diferenciando as ocupações formais das informais; a disponibilidade de recursos, definida a partir da relação entre renda e despesas; o desenvolvimento infantil, detalhado pelo acompanhamento escolar e de saúde das crianças; e finalmente as condições habitacionais, especificando a construção da residência e o acesso a serviços básicos de infraestrutura.

É a partir das informações inseridas no CadÚnico que as famílias podem ser elegíveis para diferentes programas sociais, dentre eles o PBF. As informações detalhadas sobre cada família presentes no cadastro tornam-se assim variáveis que, quando articuladas em composições pré-estabelecidas por cada programa ou política social, determinam se aquela família é pobre o suficiente para ser elegível ao benefício em questão.

O CadÚnico, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como instrumento central das políticas de assistência social no Brasil⁸. Desde 2016, 38 programas federais diferentes (além de diversos outros programas estaduais e municipais) utilizam-no como banco de dados base (Direito *et al.*, 2016). O PBF é o principal “programa usuário” do CadÚnico (Bachtold, 2017; Barros, Carvalho e Mendonça, 2009), porém é a existência do cadastro que permite a seleção das famílias pelos programas sociais e também o monitoramento do cumprimento das condicionalidades. O uso deste banco de dados para a definição quanto à elegibilidade das famílias para determinadas políticas assistenciais – especialmente para o PBF – é, portanto, fundamental para compreensão da forma como o Estado gere a pobreza.

As informações disponíveis no CadÚnico respondem a três questões fundamentais acerca da concepção estatal de pobreza: (i) quais são as características relevantes para definir uma situação de pobreza?; (ii) quais são os indicadores das necessidades básicas da população?; e (iii) qual a importância relativa de cada indicador na definição de pobreza? (Falcão e Costa, 2014). A partir destas perguntas, pode-se afirmar que o CadÚnico sintetiza as características da pobreza – pelo ponto de vista do Estado – dos domicílios e famílias, de forma que a sua análise torna-se instrumento potente para a compreensão da gestão da pobreza.

Analisando o cadastro, conclui-se que este está pautado no tripé *domicílio, renda e família*, de forma a apresentar os seguintes indicadores como as principais características da pobreza para o Estado brasileiro: situação da habitação e acesso à serviços de saneamento, no que tange aos domicílios; a relação entre rendimento médio e despesas, tratando-se da renda; e finalmente trabalho e escolarização, estes detalhados para cada pessoa que compõe a família. Além disso, pode-se argumentar

⁸ “Para além de quantificar as famílias e transferir renda, *verificou-se uma infinidade de possibilidades de utilização do CadÚnico*: direcionar vagas de cursos de qualificação profissional, oferecer serviços de assistência técnica e extensão rural, prover o acesso à água e a tarifas reduzidas de energia elétrica à população mais pobre do país, são apenas alguns exemplos. Neste sentido, *o CadÚnico consolidou-se como instrumento básico para identificação do público, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do plano*” (Paiva, Falcão e Bartholo, 2013, p. 40, grifos nossos).

que o PBF demonstra que a renda seria o indicador relativamente mais importante diante dos outros, de tal modo que a transferência direta de recursos monetários se torna a estratégia escolhida pelo Estado para combater a pobreza⁹. O cadastro revela, portanto, uma “construção institucional de uma noção de pobreza” (Torres, 2010, p. 16), definindo uma parcela da população como pobre a partir de características pré-determinadas. De acordo com Torres (2010, p. 19),

(...) o CadÚnico tornou-se gradativamente a principal referência de informações sobre as famílias em condição de pobreza no Brasil, para a gestão das ações sociais da administração pública. Atualmente, é a partir desse Cadastro que se define ‘quem são’ os *pobres e extremamente pobres* que constituem o *foco* dos programas sociais, e mais especificamente do Programa Bolsa Família. (grifos do autor)

⁹ A transferência de renda como estratégia de combate à pobreza remete às recomendações do Banco Mundial (BM) da década de 1990. Por dentro dos marcos do neoliberalismo, o BM estabeleceu que a pobreza era um problema a ser combatido por meio de políticas sociais, ou seja, um problema que precisaria da intervenção do Estado para ser solucionado. Para tanto, os Estados deveriam formular políticas sociais focalizadas, ou seja, direcionadas para uma parcela específica da população. A definição de uma linha de pobreza, por exemplo, serve para definir as pessoas que precisariam de proteção e as que não precisariam, ou as pessoas que têm direito a determinadas políticas sociais e as que não têm direito a acessar essas políticas. Pode-se dizer, assim, que a focalização é uma restrição e, nos termos do BM, os pobres são o público-alvo das políticas do Estado. Isso é relevante, pois evidencia um afastamento da concepção de direitos universais que estão mais próximas do Estado de bem-estar social. Não é à toa que a forma escolhida para o combate à pobreza nesse contexto é a transferência de renda e não a ampliação de direitos universais, como saúde e educação. A transferência de renda significa inserir parte da população no mercado, ampliando o acesso ao consumo. A escolha por essa forma de combate à pobreza fundamenta-se, portanto, no entendimento de que o Estado deve ser um facilitador do mercado. A regulação e o desenvolvimento seriam promovidos pelo mercado e não pelo Estado (Sen, 2010; Ugá, 2004). Essa concepção está presente na declaração de Paulo Guedes quando este afirma que os brasileiros invisíveis merecem ser incluídos no mercado de trabalho: pode-se depreender, da fala do ministro, que estar visível é estar incluído no mercado.

O trecho corrobora o argumento de que, a partir do CadÚnico, percebe-se que há uma definição institucional prévia das características da pobreza, as quais servem como um enquadramento para um público específico. Em síntese, o ato de conhecer a pobreza, visando a sua gestão, envolve a atribuição de características e a consequente classificação destas em variáveis hierarquizadas. O cadastro funciona como um filtro, ou seja, a partir das informações ali inscritas e de acordo com os critérios previamente estabelecidos, as famílias podem ou não ter acesso à ampla gama de políticas assistenciais que utilizam o CadÚnico como banco de dados.

Portanto, é possível compreender o CadÚnico como uma via de mão dupla: por uma via, as características previamente estabelecidas de pobreza, que constituem as variáveis do banco de dados, servem para enquadrar a diversidade de situações e famílias pobres existentes no Brasil em uma grade pré-definida; por outra via, as especificidades das diversas situações de pobreza se perdem ou são ignoradas, de modo que as condições de vida de cada família possam caber no cadastro, encaixar na grade, entrar no quadro. Em outras palavras, com o CadÚnico, "ser pobre é estar no cadastro" (Torres, 2010, p. 210).

3. Segregação socioespacial e privação do urbano

Alvarez (2013), Alves (2011), Carlos (2006; 2007; 2014; 2019), Damiani (2016), Milano (2017), Pádua (2011), Ribeiro (2014), Rodrigues (2014), Sampaio (2011), Simoni (2017) e Volochko (2011; 2015) argumentaram que a propriedade privada é o fundamento da segregação socioespacial na metrópole contemporânea, de forma a definir o acesso dos habitantes à cidade. Desdobrando a perspectiva marxista-lefebvriana e colocando a noção de produção do espaço no centro da problemática urbana, os autores mencionados constatam que a propriedade privada do solo urbano, transformado em mercadoria, determina a morfologia urbana, a vida cotidiana e, portanto, as formas de apropriação da cidade.

De acordo com Carlos (2009; 2015), a análise da constituição da sociedade urbana à luz da noção de produção do espaço revela dois momentos distintos, porém intrinsecamente relacionados, da acumulação

capitalista: em um primeiro momento, trata-se do espaço produzido como mercadoria, fragmentado como propriedade privada do solo urbano; em um segundo momento, trata-se do espaço como condição para a realização do ciclo do capital (produção, circulação, distribuição e troca). Nesse processo, o espaço é tanto o lugar possível de realização de investimentos produtivos quanto a própria mercadoria, consumível e acessada apenas pela troca. Tais momentos constituem uma contradição fundante da reprodução capitalista, que produz e reproduz espaço para ampliar-se constantemente.

A mercantilização do solo urbano é abordada por Lefebvre (2002; 2008) por meio da tríade homogeneização – fragmentação – hierarquização. O primeiro termo, homogeneização, é a própria constituição do espaço como mercadoria; todo o solo urbano torna-se, homogeneamente, mercadoria, portanto passível de troca (compra e venda) no mercado. O segundo termo, fragmentação, refere-se ao parcelamento do espaço já homogeneizado, ou seja, da sua divisão em fragmentos, os quais podem ser comercializados, trocados, vendidos e comprados. Já o terceiro termo, hierarquização, diz respeito à valorização desigual do solo, produzindo áreas mais ou menos valorizadas na cidade, o que se manifesta pelo preço dos fragmentos do espaço no mercado. Portanto, essa tríade é aspecto central para a compreensão da produção do espaço.

Sendo o solo urbano uma mercadoria específica, o acesso a ele depende do acesso à propriedade privada, ou seja, a propriedade privada da terra estende-se com a generalização do espaço mercantilizado. A própria existência da propriedade privada significa a divisão da cidade, sua fragmentação, e o acesso à propriedade, por depender das relações do mercado, determina a desigualdade do processo de produção do espaço urbano. De acordo com Carlos (2006, p. 79), o que funda a própria segregação é “(...) a existência da propriedade privada da terra que, em sua extensão, produziu a generalização do espaço-mercadoria e com ela a extensão da propriedade privada do solo urbano”.

No plano da morfologia, essa desigualdade é visível na paisagem na medida em que a hierarquização – fruto da valorização diferencial dos fragmentos da cidade – produz espaços desiguais de moradia destinados a classes sociais diferentes. Há, dessa forma, um imbricamento entre a morfologia espacial e a morfologia social que aparece

mais explicitamente na questão da habitação. O ato de morar concretiza de maneira inequívoca, portanto, a existência da propriedade privada (Carlos, 2007).

A generalização do espaço-mercadoria significa a ampliação e a espacialização da contradição entre valor de uso e valor de troca (Marx, 1985). O espaço, como qualquer outra mercadoria, adquire esse duplo caráter: por um lado, é valor de uso, pois é condição para a realização da vida, visto que todas as atividades humanas materialmente ocorrem em um espaço-tempo determinado; por outro, é valor de troca na medida em que é produzido enquanto espaço abstrato, homogêneo, passível de troca por outras mercadorias. O valor de troca submete o valor de uso a si no processo de produção social do espaço (realizada pelo conjunto da sociedade) quando este passa a ser apropriado privadamente, ou seja, subsumido à existência social da propriedade privada. É nesse sentido que a cidade constitui-se como um negócio (Carlos *et. al*, 2015). Quando o espaço é mercadoria, a realização e a valorização do valor espacializam-se, produzindo uma cidade em que a hierarquização desigual dos lugares objetiva reproduzir o capital. Dessa forma, o espaço-mercadoria é fundamento da cidade-negócio.

No plano da vida cotidiana, a desigualdade da produção social do espaço (mercantilizado) é vivida pela fragmentação dos espaços-tempos da vida, pela separação das atividades de habitação, trabalho, lazer. Esses momentos apartados da vida, aparentemente autonomizados, são característica da segregação da cidade contemporânea, a qual expressa, no nível do cotidiano, a mercantilização do espaço (Carlos, 2019). Com isso, a habitação – separada das outras atividades – é uma das expressões da determinação que a propriedade privada impõe à vida urbana. Todas as formas de privação do urbano são, assim como a moradia, fruto da generalização da propriedade privada e da forma mercadoria, que produzem a segregação socioespacial.

Define-se aqui a privação como a separação imposta aos sujeitos dos frutos do próprio trabalho – no caso, a cidade. Conforme indicado anteriormente, a cidade é produzida pelo conjunto da sociedade, porém é privadamente apropriada por aqueles que têm acesso à propriedade privada do espaço urbano. Tal contradição produz a privação do urbano, que se manifesta na vida cotidiana como pobreza.

A privação, assim, não se define pela ausência, ou seja, por aquilo que a população mais pobre da cidade não acessa ou não consome; e sim pela alienação, compreendida aqui como a separação entre os produtos do trabalho e os sujeitos que produzem (Marx, 1985). A classe trabalhadora, por ser alienada do produto do próprio trabalho, aliena-se também da produção social da cidade¹⁰ e, com isso, vive a privação do urbano.

Tanto a segregação socioespacial quanto a privação do urbano, conforme exposto anteriormente, fundamentam-se na existência da propriedade privada do solo urbano, que é a manifestação da generalização da forma mercadoria para todo o espaço, produzido portanto como uma mercadoria e carregando consigo todas as contradições dessa expressão concreta do capital. A propriedade, assim, constitui aspecto central da pobreza, pois é determinante daquilo que, na aparência, é vivido cotidianamente pela população em situação de vulnerabilidade: acesso precarizado aos serviços públicos e meios de sobrevivência na cidade.

No CadÚnico, dentre todas as 297 variáveis selecionadas para revelar a pobreza, apenas uma trata da relação de propriedade da família com o seu domicílio¹¹. Todas as variáveis espaciais do cadastro são localizacionais, de forma a não revelar com precisão as relações de propriedade e acesso à terra das famílias em situação de vulnerabilidade. Conclui-se, assim, que o CadÚnico é um banco de dados que permite localizar a pobreza, mas não revela a problemática da segregação socioespacial. Para o Estado brasileiro, o acesso à propriedade privada do solo não compõe as características da pobreza. Em outras palavras, justamente o que produz a pobreza – a propriedade privada – não está no cadastro.

¹⁰ Tal argumento constitui-se como um desdobramento da ampliação lefebvriana da noção de produção (Lefebvre, 2002), de seu sentido estrito (produção de mercadorias) para seu sentido lato (produção do humano). A classe trabalhadora é separada do produto do próprio trabalho tanto em sentido estrito quanto em sentido largo. Desse modo, ao colocarmos a produção do espaço enquanto prolongamento da noção marxiana de produção, no centro do processo de reprodução do capital, colocamos também no centro do problema a alienação do produto desse trabalho – o próprio espaço.

¹¹ Conforme consta no Dicionário de Variáveis do CadÚnico, refere-se aqui à variável ID 42 “espécie do domicílio”, a qual possui apenas três categorias: particular permanente, particular improvisado e coletivo.

Portanto, os *invisíveis* de Paulo Guedes constituem a população que empobreceu com a crise econômica brasileira da década de 2010, agravada pela pandemia da Covid-19, e que precisou de proteção do Estado por meio da proteção da renda. Essa invisibilidade estava dada pela inexistência dessa população no cadastro, o que explicitou a situação de vulnerabilidade das pessoas e, simultaneamente, a insuficiência do CadÚnico para aquilo que foi concebido: identificar a pobreza. Para além dessa insuficiência de ordem prática, contata-se também uma outra, teórica, que se revela pelas variáveis escolhidas para compor o cadastro e que demonstram que o Estado exclui o acesso à propriedade da lista de características definidoras da pobreza. Sem conhecimento sobre a propriedade privada, desconhece-se a segregação e a privação, conteúdos relevantes e não-arentes da pobreza.

Bibliografia

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. A.; CÔRREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea. Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013

ALVES, G. A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 2, 2011.

BACHTOLD, I. V. **“Precisamos encontra-los!” Etnografia dos números do Cadastro Único e dos cruzamentos de base de dados do governo federal brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Brasília/UnB. Brasília, 2017

BARRIENTOS, A. Transferências de renda para o desenvolvimento humano no longo prazo. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. Sobre as utilidades do Cadastro Único. **Capítulo para Discussão n.1414**, Ipea, 2009

CADASTRO ÚNICO. **Dicionário de Variáveis**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/documentos//Dicionario_de_Variaveis_CECAD.pdf> Acesso em: 22 de março de 2019.

CAMARGO, C. F.; CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MOSTAFA, J. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013

CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015

CARLOS, A. F. A. A “ilusão” da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, 2009

CARLOS, A. F. A. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, São Paulo, 2006

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007

CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 3, 2014

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015

CARLOS, A. F. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, 2019

COLIN, D. R. A.; PEREIRA, J. M. F.; GONELLI, V. M. H. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013

DAMIANI, A. L. A Produção do Espaço Urbano e a Propriedade Privada da Terra. **Revista Continentes**, n. 9, jul. 2016.

DIREITO, D. C.; KOGA, N. M.; LICIO, E. C.; CHAVES, J. C. P. N. O Cadastro Único como instrumento de articulação de políticas sociais. **Working Paper n.145**, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, jul. 2016

FALCÃO, T.; COSTA, P. V. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. **O Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), 2014

FARIAS, L. **O Cadastro Único: uma Infraestrutura para Programas Sociais**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016

GARAY, C. **Social policy expansion in Latin America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016

GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2016

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008

LAUTIER, B. Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine. Paris, **Revue Tiers Monde**, n. 214, 2013

LEFEBVRE, H. **La survie du capitalisme**. La reproduction des rapports de production. Paris: Anthropos, 2002

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MILANO, G. B. Conflitos fundiários urbanos no poder judiciário: estratégias discursivas no fundamento das decisões. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, out. 2017

PADUA, R. F. **Produção e consumo do lugar**: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011

PRATES, I.; BARBOSA, R. J. Covid-19: políticas públicas e as respostas da sociedade. **Nota Técnica n. 14**, Rede de Pesquisa Solidária, 3 jul. 2020

RIBEIRO, F. V. O discurso espacial como instrumento da produção capitalista do espaço: experiências em São Paulo e Barcelona. **EURE**, v.40, n.120, 2014

ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. **Capítulo para Discussão n. 720**, Ipea, 2000

RODRIGUES, A. M. Propriedade fundiária urbana e controle socioespacial urbano. **XIII Colóquio Internacional Geocrítica**. Barcelona, 2014

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana. Dissertação (Mestrado).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SIMONI SANTOS, C. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. **Economía, Sociedad y Territorio**. Toluca, v.17, n.55, set./dez. 2017

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013

THOMÉ, D. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

TORRES, J. C. E. **O CadÚnico na identificação e classificação social de quem são os pobres do Brasil**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia/UFBA. Salvador, 2010

UGÁ, V. D. A categoria 'pobreza' nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.23, nov. 2002

VERDI, E. F. Quem precisa de proteção social? In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020

VOLOCHKO, D. Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

VOLOCHKO, D. **Novos Espaços e Cotidiano Desigual nas Periferias da Metrópole**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011

HETEROGENEIDADE, CENTRALIDADE E TENDÊNCIAS DA VIDA DE RELAÇÕES DAS GRANDES PERIFERIAS FLUMINENSES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Daniel Pereira Rosa

Atualmente na região metropolitana do Rio de Janeiro um grupo de cidades periféricas diferenciadas por sua expressiva população vinham apontando para duas tendências que convidam à investigação: a sua consolidação como centralidades periféricas e a predominância de atividades econômicas terciárias que eclipsaram um relativo dinamismo industrial pretérito. No presente capítulo, discorreremos sobre estas duas características do recorte que convencionamos chamar de grandes periferias¹.

No presente capítulo, propomos olhar elementos da urbanização atual considerando outras dimensões da vida cotidiana para além dos indicadores de desempenho econômico que continuam sendo uma referência indispensável, dada a escala regional das interações urbanas, mas que não explicam sozinhos a consolidação de centralidades fora do núcleo metropolitano.

Parte-se da premissa de que uma cidade periférica em uma das maiores aglomerações urbanas do país, apesar de sofrer os rebatimentos da concentração excessiva de fixos e fluxos no núcleo metropolitano, não pode ser reduzida a um mero local de residência da força de

¹ O capítulo é um produto da tese de doutorado intitulada “De cidade-dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, defendida no programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no ano de 2018.

trabalho metropolitana. Neste sentido, os elementos que outrora serviram para identificar estas cidades como “dormitório” (CARNEIRO, 2004), (OJIMA, 2008), e (OSÓRIO et al., 2016) tornam-se anacrônicos diante da maior complexidade da vida de relações destas cidades.

Tendo então São Gonçalo como recorte espacial – discutindo um espelhamento dos processos também nas cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu –, lançamos um olhar sobre a complexidade destas cidades e o seu papel na vida metropolitana atual. O capítulo percorre então três etapas: inicialmente contextualizamos os elementos que caracterizam a passagem de subúrbio industrial (GEIGER, 1956) até as chamadas periferia-dormitório a partir dos anos 1970.

No segundo momento mostramos como, a partir dos anos 2000, elementos de modernização do território consolidam as centralidades periféricas pondo em xeque a ideia de que estas cidades seriam típicas cidades-dormitório. Embora Nova Iguaçu e Duque de Caxias também tenham sido tratadas como cidades-dormitório (SIMÕES, 2006) e (COSTA, 2009), é em São Gonçalo que esta pecha recaiu com maior simbolismo no imaginário social, tanto dos órgãos ligados às decisões e planejamento urbano como também nos habitantes da cidade.

Posteriormente, mostramos (ROSA, 2018) que este argumento não se sustenta hodiernamente, seja pela alteração na composição do fluxo pendular, pelos fixos que se instalam na cidade, pela sua modernização técnica e pela própria dinâmica de grande aglomeração² que constitui o motor de sua economia urbana.

Deste modo, defende-se que a centralidade (CASTELLS, 1983) seja atualmente uma categoria analítica mais consistente para exemplificar o caso de São Gonçalo, em detrimento da relação dicotômica

² Embora seja um dado elementar, na rede urbana brasileira cidades com mais de 500.000 habitantes são exceção e não regra, considerando-se o conjunto de 5.570 cidades do país. Entre estas poucas cidades com número superlativos, em 2010 (IBGE) São Gonçalo (16^a) com 999.728 habitantes, Duque de Caxias (18^a) com 855.048 e Nova Iguaçu (21^a) com 796.257 habitantes figuravam entre este grupo de cidades que se destacam pelo grande contingente populacional, mostrando a complexidade da rede urbana brasileira quando se tem cidades periféricas com números de aglomeração maiores do que algumas capitais estaduais cuja centralidade explica-se mais linearmente pela predominância da função de capital administrativa de suas unidades federativas.

entre um centro dinâmico e uma periferia como negação deste centro, a exemplo do tratamento conceitual dado às regiões metropolitanas no momento em que o centro e sua periferia passam a ser vistos como um único arranjo populacional (IBGE, 2015 & 2020).

Por fim, propomos avançar na compreensão sobre as grandes periferias, mostrando como a centralidade nos permite pensar a cidade para além da produção econômica, usando como mote a expansão de serviços educacionais como outro elemento que dinamiza o cotidiano citadino e passa a ter rebatimentos também sobre a retenção/atração de pessoas, evidenciando de forma empírica a consolidação da centralidade periférica.

Ao entender este processo de consolidação de centralidades criam-se bases para entender os desafios de construir estratégias de desenvolvimento socioeconômico em uma periferia cada vez mais heterogênea.

1. O passado como subúrbio industrial

A imagem de um centro urbano caracterizado pela chegada de transportes, equipamentos de saúde, rede elétrica, serviços educacionais, plantas fabris, mas ainda com reminiscências de chácaras que serviram, tanto à fase canvieira quanto à citricultura das primeiras décadas do século XX, caracterizam a transição de cidades como São Gonçalo para o que Geiger (1956) havia definido como subúrbio industrial.

Podemos então convencionar que a imagem deste subúrbio industrial se refere à instalação de plantas fabris em uma paisagem de transição das características rurais para as formas e funções urbanas, exemplificado por Pedro Geiger ao relatar e descrever que a “[...] conurbação Niterói-São Gonçalo e o amálgama dos aglomerados deu em consequência uma paisagem industrial viva que, apesar disso, ainda guarda traços de transição de paisagem rural para urbana”. (1956, p.70).

Em pouco mais de três décadas, São Gonçalo viveu um rápido processo de urbanização de seu território com substituição das fazendas por loteamentos que consorciavam capitais de construção civil, imobiliário e de transportes gerando grande fluxo de novos moradores. A ideia da “Manchester Fluminense” (PALMIER, 1940) aludia a este período em que o valor da participação da produção industrial da cidade era superior ao da capital do estado (Niterói) e identificava-se a

diversificação das atividades industriais que abarcavam desde alimentos e bebidas até móveis, essências, produtos farmacêuticos, conservas, tintas e cimento (PALMIER, 1940, p.121) fazendo da cidade “um dos mais importantes parques industriais do estado” (KELLER, 1953, p.165).

Nas décadas seguintes, este dinamismo destacado para algumas cidades do entorno da Guanabara ganha novos contornos. Por um lado, a atividade industrial perde relevância na dinâmica urbana da cidade e, por outro, o rápido crescimento que não encontra um paralelo na qualidade de serviços e equipamentos ofertados transfere a leitura da cidade de um subúrbio industrial para a interpretação desta, como sendo uma periferia classificada como dormitório.

2. Condição periférica e cidade-dormitório

Apesar da urbanização ser encarada como corolário da industrialização, Paul Singer (1979) alegara que é o setor de serviços que organiza a aglomeração urbana. Segundo o autor, este demonstraria uma tendência maior à aglomeração espacial do que a grande indústria.

Convém então compor o cenário de transformação de antigos subúrbios industriais como o caso de São Gonçalo para grandes periferias de economia mista baseadas em atividades terciárias. Ainda que esta transição não seja fruto de um planejamento específico ou de ações deliberadas, cabe lembrar que no contexto regional o estado do Rio de Janeiro perdera sua posição de hegemonia na atividade industrial para São Paulo ainda nos anos 1960 e as iniciativas do governo estadual na implantação de distritos industriais a partir dos anos 1970 deixam São Gonçalo à margem do processo de alocação destes. Seu perfil industrial pretérito foi desconsiderado e criaram-se novas áreas de concentração industrial como por exemplo os Distritos industriais de Campo Grande³, Santa Cruz⁴ na capital metropolitana e Duque de Caxias⁵ na Baixada Fluminense.

³ Criado em 1976.

⁴ Implementado em 1974.

⁵ Implementado nos anos 1960, tendo como marco a inauguração da Refinaria Duque de Caxias em 1961.

A criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁶ – que costuma ser um marco referencial da transformação do subúrbio industrial em periferia –, não pode ser vista como uma causa exclusiva desta relação na metrópole fluminense. É um dos eventos (SANTOS, 1996) entre um conjunto de outras ações e processos que mudaram o entendimento sobre estas cidades. Isto porque, apesar da institucionalização da região metropolitana em idos dos anos 1970, a disparidade entre o núcleo metropolitano e sua periferia já era sentida desde décadas anteriores, explicado em parte, mas não somente, pelo *status* regional da cidade do Rio de Janeiro que devido à sua condição de capital federal e, posteriormente, estado da federação, fez com que a cidade estabelecesse vínculos com outras escalas de interação sem no entanto beneficiar o fortalecimento de ligações com sua periferia imediata (ABREU, 1987).

Outro elemento a ser observado é que os pobres, subempregados e trabalhadores temporários podem ser recompensados em função da localização no espaço conforme lembrara Santos (1987). As grandes aglomerações urbanas ofereciam alguma ocupação aos pobres sobretudo no atendimento à demanda por serviços diversos e por esta razão, apesar de taxas de crescimento menores nos anos 1970 e 1980 do que nas décadas anteriores, a periferia metropolitana passa a ser definida tanto em comparação ao dinamismo do núcleo metropolitano como em função de suas carências no que tange às melhorias que impactassem na qualidade de vida de seus residentes.

Milton Santos (1987, p.151) alertara ainda para uma distribuição de serviços “gritantemente em desacordo com as exigências das populações”. Eclodem então nos grandes centros urbanos a constatação de que os lugares periféricos – aqueles em oposição ao centro –, seriam os locais que concentravam os pobres que não viveriam a metrópole em sua totalidade e que seriam privados da oferta de serviços de qualidade. Torna-se consenso a ideia de que “morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza” (SANTOS, 1987, p.143).

Ainda nos anos 1970 a periferia caracterizada como “efeito declinante da distância (CORREA, 2000 p.21) dá lugar a uma noção de

⁶ Lei complementar nº 20 de 1º de julho de 1974.

periferia influenciada por um saber geográfico mais crítico e engajado em entender as desigualdades socioespaciais.

Assim, conforme nos lembra Luciana Lago:

A noção de ‘periferia’, construída nos anos 70 nos marcos da sociologia urbana marxista e incorporada em seguida ao senso comum, qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar (LAGO, 2007, p. 175).

Morar distante do núcleo metropolitano acabou sendo uma alternativa para se ter acesso a um mercado de trabalho mais dinâmico e diversificado. Como a terra é também uma mercadoria e um produto cada vez mais caro nos arredores das áreas que oferecem as melhores oportunidades por concentrarem historicamente a maior densidade de serviços e postos de trabalho melhor remunerados, habitar lugares mais acessíveis, porém afastados, foi a estratégia encontrada também pelos pobres na metrópole. A periferização neste sentido é um processo claramente delineado nas metrópoles brasileiras da segunda metade do século XX, tendo sua percepção associada à:

[...] pobreza que se traduz no espaço urbano pelas habitações precárias, carência de equipamentos coletivos, periferias urbanas cada vez mais ampliadas e distantes, a impossibilidade da gestão urbana, a carência de recursos financeiros, a inadequação tecnológica, a especulação imobiliária e uma infinidade de dilemas que o capitalismo insiste em remediar. (SOUZA, 1988, p.9)

O descompasso entre crescimento populacional e crescimento dos serviços, bem como a comparação direta com o núcleo metropolitano, construiu uma identidade periférica que para além da distância passou a denotar uma condição socioeconômica nestas cidades.

No caso de São Gonçalo, as comparações qualitativas geraram uma visão distorcida da importância regional da periferia fluminense

após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e a institucionalização da Região Metropolitana. Pode-se exemplificar a questão conforme o diagnóstico de Carneiro (2004) que, ao falar sobre este processo, comentara que:

Niterói, com um passado de capital, continua dependendo dos empregos do RIO (sic), porém se beneficia de não ter que carregar o lastro de uma periferia essencialmente pobre, já que o município de São Gonçalo faz bem este papel, que em caráter normal gera pouco imposto e demanda muitos serviços. Vale aqui recorrer a São Paulo que ao instituir sua Região Metropolitana tinha em seu entorno um ABCD que sempre produziu bens e gerou empregos de qualidade em quantidade (CARNEIRO, 2004, p.4-5).

Tornaram-se comuns leituras sobre São Gonçalo constatando que:

[...] é nesta cidade dormitório, com largas faixas de ocupações subnormais, grande contingente de população de baixa renda, mão-de-obra farta e com postos de trabalho mais qualificados fora do município, que alguns projetos se colocam dentro das expectativas da população de São Gonçalo. (TECHNUM, 2006, p.36).

Construiu-se a visão de que o crescimento dos municípios periféricos os converteram em núcleos residenciais esvaziados de sociabilidade, condicionados pelos empregos concentrados no núcleo metropolitano. Sobre este processo, por exemplo, Fany Davidovich identificara que “cidades dos municípios da periferia imediata converteram-se sobretudo em núcleos dormitórios, com funções predominantemente residenciais de classes menos favorecidas” (1986, p.349).

Rodrigues vale-se da mesma premissa: o declínio industrial e a expansão populacional, para caracterizar cidades da chamada Baixada Fluminense. Assim, “em torno da metade do século XX, com seu declínio

econômico, os municípios da Baixada se tornaram cidades dormitórios, com uma parcela expressiva de sua população orbitando em atividades produtivas na capital fluminense”. (2018, p.118).

Duque de Caxias era percebida da mesma forma como em Costa (2009, p.187) ao discorrer que “[...] apesar da industrialização que experimentou, DC continuava a ter como uma de suas principais características, a de cidade-dormitório, celeiro de mão-de-obra farta e barata para a economia carioca”.

De fato, o crescimento intenso da população destas cidades não pode ser desconsiderado. Em 1940 a população de São Gonçalo correspondia a 2,37% da população estadual. Cinquenta anos depois, já representava 6,09% do total estadual. Duque de Caxias saltou no mesmo intervalo temporal de 0,82% para 5,21% e Nova Iguaçu de 0,83% para 4,92%. Já o município do Rio de Janeiro, que em 1940 representava 48,84%, em 1991 reduziu sua participação para 42,79%. No âmbito regional esta mudança foi mais acentuada, uma vez que o núcleo metropolitano representava 80,24% da população do que correspondia à área metropolitana em 1940 e em 1991 este percentual reduziu-se para 56,56%, evidenciando uma desconcentração populacional em direção à periferia da metrópole, sobretudo aquelas de urbanização mais antiga.

É mister ressaltar que tomar alguns indicadores de forma separada podem acarretar leituras apenas parciais e até conflitantes do processo de expansão e consolidação da periferia, sobretudo em relação ao movimento pendular, que tem sido utilizado como evidência da condição dormitório na periferia fluminense.

São Gonçalo chega ao ano 2000 tendo o maior contingente de saída diária por motivos de trabalho e estudo no país. Entre as 149.379 pessoas que se deslocavam diariamente na cidade, 60.960 dirigiam-se para o Rio de Janeiro e 74.396 para Niterói (IBGE, 2000).

No entanto a narrativa de que a instituição da região metropolitana e a ligação rodoviária entre Niterói e Rio de Janeiro teria acelerado o crescimento periférico não se confirma. Os anos 1950 (6,89%) e 1960 (5,67%) marcam as maiores taxas de crescimento populacional em São Gonçalo, correspondendo então ao período anteriormente citado, onde aceleram-se os loteamentos e o emprego industrial passara a ser um grande atrativo na cidade. Após os anos 1970, a cidade tem um declínio

de sua taxa de crescimento, que vai de 3,64% em 1970 para 1,65% nos anos 2000. Duque de Caxias e Nova Iguaçu têm comportamento semelhante, tendo suas maiores taxas de crescimento antes da fusão de estações e da institucionalização da região metropolitana⁷.

Pelos fatores já listados, a comparação com o núcleo metropolitano, a outrora capital federal, eclipsara a vida de relações da sua periferia. Mas, desde os anos 2000 notam-se elementos que apontam para uma maior heterogeneidade entre as cidades e identificam uma vida urbana dinâmica que pouco tem a ver com a ideia de vazão residencial associada à caracterização de cidades-dormitório.

Nesse sentido, analisar as cidades periféricas a partir da sua centralidade e não a partir da dicotomia centro-periferia parece uma abordagem mais profícua e coerente com o papel destas grandes periferias (ROSA, 2018) na divisão territorial do trabalho na metrópole.

3. Heterogeneidade e centralidade atual das grandes periferias

Ao buscar caracterizar as regiões metropolitanas ainda nos anos 1970, Castro, Rocha e Sant'anna (1977) incluíram – para além do núcleo – Niterói, São Gonçalo, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti como centros urbanos dinâmicos tanto em relação ao porte da população quanto à dimensão da atividade econômica, destacando o maior nível da renda relacionando esta à maior distribuição de equipamentos urbanos⁸.

⁷ Duque de Caxias possui suas maiores taxas de crescimento populacional registradas na década de 1940 (12,06%) e 1950 (10,17%), chegando aos anos 2000 com taxa de crescimento de 1,90%. Já Nova Iguaçu segue a mesma tendência, com o maior crescimento tendo sido verificado em 1940 (10,22%) e 1950 (8,83%), chegando aos anos 2000 com 2,63% de crescimento da população do município.

⁸ As autoras classificaram Duque de Caxias em um grupo abaixo das cidades citadas. Em sua metodologia, esta cidade foi incluída entre os municípios “que possuem centros urbanos dinâmicos, à semelhança do que ocorre no primeiro grupo, embora o desenvolvimento qualitativo do processo de urbanização não tenha sido proporcional a este dinamismo. O desenvolvimento do equipamento urbano básico e a distribuição da renda não têm acompanhado, satisfatoriamente, a expansão dos núcleos urbanos”. (Revista Brasileira de Geografia, 1977, v_4, p.75)

Também a noção de periferia como espaço homogêneo de pobreza não deve ser tomada em termos absolutos. Desde os anos 1980, as maiores aglomerações desta área metropolitana atraem e recebem residentes de classes de renda variadas. Assim, constata-se:

[...] o surgimento de uma classe média oriunda da própria população moradora da periferia, que alcançou maiores rendimentos em função do crescimento das atividades industriais, comerciais e de serviços que ocorreram, sobretudo, nos distritos sede dos mais populosos municípios que compõe a área metropolitana (FURLANETTO et al, 1987, p. 27).

Manoel Simões, ao analisar a formação da periferia oeste em processos de desmembramento político-territorial, discorre que “o conceito de cidade-dormitório é completamente equivocado para qualquer um dos núcleos urbanos da Baixada” (SIMÕES, 2006, p. 194). Consideramos também inadequado o uso de periferia para classificar esta parte da região.

Já a questão do declínio industrial foi problematizada por Freire & Freire (2003), que investigaram o papel regional de São Gonçalo na esfera industrial, mostrando que a cidade, entre os anos 1990 e 2000, em um contexto de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro, destacara-se pelo seu variado portfólio de atividades industriais.

Mesmo no período em que as cidades foram chamadas de dormitório, atesta-se um grande volume de atividades comerciais e industriais. Como nos lembra Carlos (1999, p. 66), “os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer”. As centralidades, entendidas “pelo estabelecimento das formas urbanas, cuja lógica é servirem de canais para os processos internos ao aparelho institucional do espaço urbano” (CASTELLS, 1983, p.317) nos permitem olhar com maior coerência para a distribuição de fixos e fluxos na área metropolitana.

É nesse sentido que a convergência entre circulação, consumo e redes técnicas é um processo de cunho espacial que chama atenção para a consolidação de centralidades fora do núcleo metropolitano, como têm mostrado Lago (2008), Sobral (2012) e Rosa (2018).

É importante destacar o potencial da própria aglomeração como elemento dinamizador da economia urbana. Como afirma Montenegro (2011, p. 13):

[...] cidades mais populosas correspondem a mercados maiores e mais extensos, assim como a uma segmentação da economia urbana mais complexa, onde múltiplas divisões do trabalho coexistem em um meio construído fragmentado e, ao mesmo tempo, integrado.

Esta complexidade é o que temos identificado como *heterogeneidade* da periferia na medida que convivem atividades de comércio, consumo, serviços e lazer tanto as mais simples como também as mais complexas como serviços médicos, editoriais e laboratoriais, por exemplo.

Estas grandes aglomerações passam também a serem percebidas pelo seu potencial de consumo de produtos diversos que vão desde bens de consumo imediato como alimentos e vestuário até produtos de maior valor agregado como computadores, automóveis e imóveis, rebatendo o entendimento destas cidades como meros centros residenciais.

Destaca-se também que há na literatura exemplos e debates consolidados sobre a influência dos *shopping centers* na geração de centralidades como em Pintaudi (1987) e Beinstein (2001). Eles alteram os fluxos de deslocamento na medida em que produtos e serviços acessíveis apenas no núcleo metropolitano ou em Niterói passam a ser ofertados também em outros centros urbanos.

No início dos anos 1990, Niterói era a única cidade fora do centro metropolitano a ter *shopping centers*. Na periferia oeste, chegam em 1995 o shopping Grande Rio em São João de Meriti e o Top Shopping em Nova Iguaçu (1996). Nos anos 2000 chegam o Caxias Shopping (2008) e o Shopping Nova Iguaçu (2016) na cidade homônima. Em São Gonçalo, seu primeiro *shopping center* surge em 2004⁹. Em 2010

⁹ São Gonçalo Shopping Rio.

a cidade recebe o segundo empreendimento¹⁰ deste porte, e em 2013 recebe seu terceiro empreendimento¹¹.

Outro elemento que evidencia uma evolução qualitativa das centralidades periféricas (TAVARES, 2013) é a expansão da rede bancária destas cidades. São Gonçalo, por exemplo, possuía 11 agências até 1999. Entre 2000 e 2016¹², a cidade recebe 35 novas agências, destacando-se também o fato da periferia passar a abrigar agências com serviços ‘Prime’ (Bradesco), ‘Personnalité’ (Itaú), ‘Van Gogh’ (Santander) e ‘Estilo’ (Banco do Brasil), denotando um outro perfil de habitante periférico.

Assim, verifica-se uma mudança no entendimento do papel regional das grandes periferias fluminenses. Estas cidades de grande porte têm aumentado, sobretudo a partir do início deste século, a sua oferta de serviços. Usando metodologias diferentes, mas tendo a centralidade como mote, Sobral (2012) evoca uma metrópole polinucleada.

Lago (2008), ao estudar as tendências no mercado de trabalho metropolitano, alude a uma periferia que virou centro. Queiroz Ribeiro (2012), ao analisar o nível de integração dos municípios brasileiros, cria a categoria de *extensão dos pólos* identificando municípios que se “destacam pela escala dos fenômenos demográficos, econômicos e de mobilidade, com volume e intensidade muito maiores do que os observados nos demais grupos” (2012, p.23) e que representam “um processo de metropolização bastante avançado no contexto das aglomerações analisadas, com elevada integração aos pólos efetivos, constituindo-se uma extensão destes”. (IDEM, p.20).

O IBGE também corroborou a consolidação de centralidades para além do núcleo metropolitano ao identificar os arranjos populacionais (IBGE, 2015), superando a visão dicotômica entre centro e periferia, dando ênfase na integração entre os centros urbanos da área metropolitana.

¹⁰ Inaugurado como Boulevard Shopping, atualmente nomeado como Partage Shopping.

¹¹ Pátio Alcântara.

¹² Dado do Banco Central. 2017.

Mesmo o movimento pendular deve ser visto com ressalvas para caracterizar a periferia. Estas mudanças nos fixos urbanos têm como rebatimentos a redução do movimento diário de saída de trabalhadores para fins de trabalho e estudo. Os bancos com suas agências, os shoppings com suas salas de cinema que outrora só estavam disponíveis na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói, o movimento direcionado pelas ligações ferroviárias em Duque de Caxias e em Nova Iguaçu, além da diversificação do seu setor de serviços passam a contribuir para o aumento dos deslocamentos intrametropolitanos de ordem periferia-periferia, como mostrado por Silva (2011).

Em geral, costuma-se ver representações de migração pendular com fluxos direcionados da periferia para o núcleo metropolitano. Este tipo de representação induz à equivocada consideração de que as grandes cidades periféricas são apenas emissoras de fluxos.

A consolidação como centralidade periférica é evidenciada também pelos fluxos de entrada. Em (ROSA, 2018) verificou-se que São Gonçalo (IBGE, 2015) recebe diariamente um expressivo contingente de trabalhadores e estudantes vindos de todos os municípios metropolitanos e também de outras cidades como Mangaratiba e Saquarema.

3.1 A centralidade periférica nos serviços de educação

Em estudo recente (IBGE, 2020), os três grandes municípios periféricos¹³ (e também Niterói) são caracterizados pela sua alta centralidade na rede urbana considerando a oferta de produtos e serviços avançados, sendo diferenciados por serem municípios que mais ofertam do que buscam produtos e serviços¹⁴.

As grandes periferias se destacam dos demais municípios metropolitanos no que tange aos serviços educacionais. Esta oferta mostra a expansão de equipamentos públicos e privados nestes municípios, diversificando-se em tamanho, tipologia e cursos ofertados. Torna-se inegável

¹³ São Gonçalo, Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu

¹⁴ Região de Influência das Cidades. IBGE, 2020, p.74.

a sua importância na expansão do mercado de trabalho e na inversão de fluxos pendulares.

No início dos anos 2000, por exemplo, apenas o núcleo metropolitano possuía unidades de ensino da rede federal. Eram 19 unidades. Atualmente, Duque de Caxias (2), Nova Iguaçu (1), São Gonçalo (1) e Niterói (3) possuem unidades federais. Assim, estudantes que antes se deslocariam para o núcleo metropolitano para cursar seus estudos em unidades federais como o Colégio Pedro II ou Instituto Federal de Educação passaram a contar com esta opção em seus próprios municípios. Outro fato a se observar é que há uma movimentação pendular periferia-periferia e também do núcleo para a periferia de profissionais de educação atraídos para estas cidades pelos salários pagos pela rede federal de ensino.

Nos últimos vinte anos nota-se também a expansão das redes privadas e municipais de ensino¹⁵.

Entre os municípios periféricos, São Gonçalo (615), Duque de Caxias (567) e Nova Iguaçu (519) destacam-se dos demais municípios periféricos na quantidade de unidades escolares. Este dado corrobora a importância destas grandes periferias não só como local de moradia, mas também como local de trabalho e estudo.

Outro dado que chama atenção é a expansão dos serviços de ensino superior nestas cidades. Considerando-se as empresas educacionais com sedes nos municípios, Duque de Caxias (3), Nova Iguaçu (2) e, no leste metropolitano, Niterói (4) e São Gonçalo (3) descolam-se dos demais municípios¹⁶. A centralidade se justifica, na medida em que Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis e Tanguá, por exemplo, não possuem nenhuma sede de empresa ou instituição de ensino superior instalada em seu território.

Convém também mobilizar os polos e *campus* universitários instalados nestes municípios. Olhando apenas para as sedes, por exemplo, os *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em São Gonçalo e Duque de Caxias não entrariam no escopo do levantamento. Assim,

¹⁵ INEP. Censo escolar da educação básica. 2019.

¹⁶ Dados do Censo da Educação Superior. INEP, 2018.

Nova Iguaçu (43) e Duque de Caxias (38) destacam-se na quantidade de polos de ensino superior¹⁷, o que pode ser explicado não só pela dimensão da aglomeração, mas pelo fato de estes municípios serem acessíveis por linha férrea, possuindo entroncamentos ou oferecendo baldeação para outros municípios da baixada fluminense. No Leste metropolitano, destacam-se Niterói (38) e São Gonçalo (36) na quantidade de polos ou campus instalados que recebem estudantes e trabalhadores dos municípios vizinhos.

4. À guisa de considerações finais

Nosso intento foi mostrar que atualmente é inconsistente tratar cidades listadas entre as maiores aglomerações do país como centros meramente residenciais ou, como foram anteriormente chamadas, de cidades-dormitórios. Embora até hoje esta adjetivação seja utilizada no senso comum, no imaginário popular e em campanhas políticas que prometem retirar a cidade desta condição, mobilizar as centralidades em detrimento de uma noção homogeneizante de periferia é uma abordagem mais coerente com a importância destas grandes aglomerações como São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Optamos também por adicionar outra camada de compreensão sobre as grandes periferias. Olhar para os dados de fixos educacionais tem nos permitido pensar a cidade para além da economia urbana e da divisão territorial do trabalho. A expansão de empresas educacionais, *campus* universitários ou polos de educação semi-presencial, bem como a desconcentração da rede federal de ensino básico na área metropolitana, reforçam a necessidade de se pensar a periferia também como lugar de trabalho e não apenas como local de residência da classe trabalhadora.

Por fim, é compulsório lembrar que, no presente ano, as grandes aglomerações foram severamente impactadas tanto pelas questões sanitárias relativas à Covid-19 como na sua dinâmica urbana, com paralisação de atividades diversas de forma mais intensa nos meses de março, abril e maio. Sendo assim, este capítulo oferece também um registro parcial do papel destas cidades antes da pandemia, de modo

¹⁷ O dado inclui polos presenciais e de educação semi-presencial.

que se possa posteriormente partir da caracterização aqui construída para entender os impactos deste evento na organização destas cidades e na sua dinâmica urbana.

Bibliografia

ABREU, M. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

BIENESTEIN, G. **Shopping Center: O fenômeno e sua essência**. Revista Geographia, Niterói, 2001.

CARLOS, A. F. A. **O consumo do espaço**. In: Novos caminhos da Geografia, São Paulo: Editora Contexto, 1999.

CARNEIRO, A.J de Carvalho. **O Rio e sua região metropolitana: Um resgate de 60 anos de informações Demográficas**. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro. 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1983.

CASTRO, Iná Elias; ROCHA, Maria do Socorro; SANT'ANNA, Marina. **Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização**. Revista Brasileira de Geografia, v39_n4. Rio de Janeiro, 1977.

CORREA, R.L. **Região e organização espacial**. 7ª ed. Ática. São Paulo, 2000.

COSTA, P. A. **Duque de Caxias (RJ) de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico- político do início dos anos 1950**. Tese de Doutorado. UFF, 2009.

DAVIDOVICH, F. **Transformações do quadro urbano brasileiro: Período de 1970 -1980**. In: Revista Brasileira de Geografia, v49 n4, Rio de Janeiro, 1986.

FURLANETTO, D. A et al. **Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro**. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1987.

GEIGER, P.P. **Urbanização e industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara**. Revista Brasileira de Geografia, V.18, ed. 4. 1956.

IBGE. **Arranjos Populacionais e concentrações urbanas do Brasil**, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Região de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação básica 2019**. Brasília, 2020.

KELLER, E. C. S. **Crescimento da população do estado do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia. V15, n1, 1953.

LAGO, L. C. **Repensando a periferia metropolitana à luz da mobilidade casa-trabalho**. Anais, 31º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2007.

_____. **O mercado de trabalho na metrópole do rio de Janeiro: a periferia que virou centro**. Anais do Encontro da ABEP, 2008. OJIMA, Ricardo, et al. **Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais?** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, 2008.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

OSÓRIO, Mauro; RABELO, Henrique; VERSIANI, Maria Helena. **Centralidades da região metropolitana**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. 2016.

PALMIER, L. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia e estatística.** Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

PINTAUDI, S.M **Os Shopping centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano.** Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, São Paulo. 1987.

QUEIROZ RIBEIRO. L. C de. Et alli. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RM's RIDE's e AUs à dinâmica da metropolização.** Observatório das metrópoles. Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES. A. L. **Homicídios na Baixada Fluminense : Estado, mercado, criminalidade e poder.** In: PENALVA, Angela et alli. Rio de Janeiro uma abordagem dialógica sobre o território fluminense. EdUERj. Rio de Janeiro, 2018.

ROSA, Daniel Pereira. **De cidade – dormitório à centralidade da grande cidade periférica: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ).** Tese de doutorado. FFLCH. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora, 1978.

_____. **O espaço do cidadão.** 1ª Ed. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA. E.T. **Movimentos populacionais metropolitanos e algumas relações socioespaciais.** Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, 2011.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada: Restruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense.** Tese de Doutorado. UFF, 2006.

SINGER, P. **A economia dos serviços.** Estudos CEBRAP. São Paulo n.24, p. 127-135, 1979.

SOBRAL, B.L.B. **Ciclo de investimentos e o papel das estratégias de grandes agentes econômicos: O caso da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1995- 2010,** Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2012.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Governo urbano.** São Paulo: Nobel, 1988.

TAVARES, A. M. P. C. **Centralidades Periféricas.** Revista Iberoamericana de Urbanismo, nº10, 2013.

TECHNUM Consultoria. **Estudos para o plano diretor de São Gonçalo.** Brasília. 2006.

GEOGRAFIAS DO ANTICAPITAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MOVIMENTOS DA FRONTEIRA NO LESTE MATO-GROSSENSE¹

Andrei Cornetta

A geografia que se produziu entre os domínios do Cerrado e da Amazônia, a partir dos diferentes movimentos da fronteira agropecuária experimentados entre os anos 1950 e 1970, resultou em uma reorganização espacial relativamente homogeneizadora que se espraiou por parte significativa do Centro-Norte do Brasil, tendo como expoente desse processo a expansão e o adensamento de um complexo produtor/escoador de monoculturas.

Diante deste cenário, o presente capítulo parte da constatação de que, ao mesmo tempo em que se produziu uma complexidade geográfica pautada pelas *commodities* agrícolas e de sua suposta importância à agenda econômica nacional², surgem um sem número de desdobramentos

¹ Este capítulo é parte da pesquisa de pós-doutorado “Ajustes espaciais e fronteira agrícola: uma análise sobre o agronegócio e a modernização ecológica no Centro-Norte do Brasil” (CNPq/PDJ. Processo 151731/2018-7), desenvolvida junto ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp).

² Apesar da centralidade do setor à balança comercial, os efeitos na arrecadação dos estados e municípios é contestada. A partir da edição da LC 87/1996, a chamada Lei Kandir, estabeleceu-se o fim da cobrança do ICMS referente às exportações de produtos primários. Estima-se uma perda de arrecadação no entorno de R\$ 260 bilhões entre 1997 e 2016. Em 20 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal homologou um acordo entre União e estados referente às compensações previstas na Lei. O referido acordo prevê um repasse de R\$ 65,6 bilhões da União para os estados (CRUZ; BATISTA Jr., 2019; VALENTE, 2020).

territoriais que vêm comprometendo outras formas de produção e de organização social, como o camponês e o indígena, impulsionando conflitos por terra, o desmatamento sem-termo e a apropriação de bens comuns.

Visto por outro lado, nota-se que estas transformações impulsionadas pelas diferentes temporalidades da fronteira no leste mato-grossense são profundamente marcadas por aquilo que iremos chamar de “geografias do antivalor”, cujo traço fundamental reside na imobilidade espacial (ou na própria negação) do capital no curso de sua valorização. Evidentemente que não se pretende esgotar esta discussão aqui, mas sim levantar questões para se pensar uma “geografia do anticapital”.

Para essa discussão, nos valem de uma perspectiva crítica, baseada em Marx (1984; 2011) e alguns de seus interlocutores, especialmente os que buscam uma discussão sobre a reprodução do capital do ponto de vista espacial (HARVEY 1990, 2014, 2018; MORAES, 2000; 2005), e que reconhecem a particularidade geográfica na qual o capital é produzido, assim como o papel que as estruturas espaciais oferecem à sua reprodução (MARTINS 2009; OLIVEIRA 1998; 2011; PAULANI, 2011; 2016).

De maneira essencial, esta perspectiva crítica entende que o capital só existe enquanto capital à medida em que percorre “os diferentes momentos de sua transformação, [...] e essas próprias fases são fases de sua valorização – mas, ao mesmo tempo, [...] são fases de sua desvalorização” (MARX, 2011, p. 451).

Entender a desvalorização ou a negação do valor como parte da reprodução do capital significa entender que as trajetórias do valor em movimento incluem momentos de imobilidade, ou de criação de obstáculos, cujos limites/barreiras podem representar uma “válvula de escape” dentro da lógica expansiva do capital.

Nesse sentido, o papel da fronteira é emblemático, pois ao mesmo tempo em que expressa um movimento de territorialização do capital (seja em seu movimento expansivo, ou em seu adensamento territorial) também cria espaços antagônicos a si, resguardando, em alguns casos, espaços heterotópicos³ nos interstícios do desenvolvimento capitalista.

³ Incorporamos o sentido proposto por H. Lefebvre (1991) enquanto espaços-outros, de oposição, de alteridade, enfim, um conceito que nos permite avançar na compreensão da heterogeneidade espacial.

Além deste aspecto espacial do antivalor, o adensamento da fronteira em termos de fixação de capital no território cria estruturas que imobilizam a circulação do valor, visto que sua permanência enquanto produto acabado, o capital deixa de atuar enquanto tal, manifestando-se, portanto, em sua própria negação (MARX, 2011).

Estes traços dos movimentos da fronteira, detalhados adiante por meio do estudo de caso sobre a valorização do espaço entre os vales do Araguaia e do Xingu, leste mato-grossense, denotam que a circulação do capital não se desenvolve de maneira homogênea – como pode se apresentar na aparência da paisagem –, tampouco sem interrupções abruptas. A circulação do capital, considerada a partir de uma leitura dialética de sua reprodução, pressupõe a negação de si mesmo como o sujeito das distintas transformações:

Capital não circulante. Capital fixo, mais propriamente capital fixado, fixado em uma das distintas determinabilidades, fases, que tem de percorrer. Enquanto persiste em uma dessas fases – a própria fase não aparece como passagem fluida –, e cada fase tem sua duração, não é circulante, é fixo. Enquanto persiste no processo de produção, não é capaz de circular; e [é] potencialmente desvalorizado (MARX, 2011, p. 519).

A concepção de capital *dormant*, como Marx explica, significa sua inatividade parcial, ou temporária, em uma dessas determinações como condição para que o capital sempre esteja parcialmente inativo. Trata-se de um paradoxo da acumulação do capital, cuja massa de capital fisicamente imóvel aumenta em relação ao fluxo contínuo de capital. O capital fixo e o capital circulante estão em contradição permanente, tendo em vista a dependência mútua entre eles, isto é, o fluxo da parte do capital que facilita a circulação deve ser freado para que o movimento do capital circulante se acelere (MORAES, 2000; HARVEY, 2014) – “como capital circulante, ele próprio se fixa, e como capital fixo, circula” (MARX, 2011, p. 519).

A unidade contraditória do capital, expressa em suas diferentes fases, se desdobra espacialmente em relação ao território como formas

mais ou menos duradouras e que, invariavelmente, irão confrontar-se com outras formas do antivalor, a exemplo dos espaços heterotópicos. Trata-se de uma contradição em que o “descongelamento” da fração eminentemente geográfica do capital – modo como Santos (1988) se refere ao capital fixo – passa a demandar porções territoriais, cujos arranjos internos escapam ao domínio completo da lei do valor; uma expressão geográfica do anticapital.

De maneira semelhante ao que ocorre com os fundos públicos, que será comentado na seção a seguir, a utilização destas porções territoriais funciona como uma espécie de “acumulação primitiva” estrutural, embora haja diferenças significativas em relação às formas pelas quais o antivalor se expressa espacialmente, assim como as maneiras como são apropriados pelo capital no ciclo de sua (des)valorização.

Uma tipologia de uma “geografia do antivalor” poderia ser elaborada a partir de diversos parâmetros e feições espaciais, a exemplo dos equivalentes históricos que Oliveira (1988) estabelece para demonstrar a função do fundo público dentro da reprodução do capital:

A formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma “acumulação primitiva” desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades da Igreja desde Henrique VIII até a Revolução Francesa (OLIVEIRA, 1988, p. 9).

No entanto, para a análise geográfica que nos propomos aqui, nos interessa um enfoque sobre as relações antagônicas entre os antivalores representados pela densificação do capital fixo em termos de estruturas de produção e escoamento de *commodities* agrícolas, e as Terras Indígenas, enquanto espaços heterotópicos que circunscrevem a expansão territorial da lógica capitalista.

Particularizando estas questões, consideramos a relação entre dois movimentos da fronteira na porção oriental do Mato Grosso, onde o

deslocamento do capital que avançou progressivamente entre o vale do rio Araguaia e o Alto Xingu, contraditoriamente, desdobrou-se, também, em formas espaciais antagônicas (e conflitantes entre si) ao seu desenvolvimento; seja com a constituição de Terras Indígenas, incidindo sobre áreas demarcadas em parte do território ancestral de povos originários, uma série de regulamentações que se opõe aos movimentos da acumulação do capital, seja com o adensamento de capital fixo no território, enquanto capital negado, ou dormente, materializado no complexo de estruturas e máquinas destinadas à produção, à armazenagem e ao escoamento de grãos de exportação.

No primeiro caso, tem-se o avanço do processo modernizador, desencadeado pelo programa Marcha para o Oeste, tendo como ponta de lança a Expedição Roncador-Xingu, instituída em 1943, com o objetivo de levar a urbanidade ao Brasil Central. Ao mesmo tempo em que se cumpria os propósitos de acessar fundos territoriais no Centro-Norte do Brasil como parte fundamental de um projeto de “unidade nacional”, criou-se de maneira pioneira o Parque Indígena do Xingu, em 1961, como uma virtual barreira geográfica para o que viria se estabelecer com os caminhos da fronteira em direção a Amazônia.

As vias de acesso abertas por aquela expedição, especialmente a que deu origem a BR-158, proporcionou, décadas mais tarde, o avanço da fronteira agropecuária a partir dos projetos de colonização privada, levados a cabo por cooperativas agrícolas do Rio Grande do Sul. A frente pioneira que se deslocou para o Mato Grosso, no início dos anos 1970, contribuiu de maneira significativa com o processo modernizador inaugurado pela Marcha para o Oeste, abrindo caminho para um modelo agrícola/agrário que se expandiu para o Centro Norte do Brasil.

Nesse sentido, consideramos estes dois momentos históricos da fronteira no leste mato-grossense, desde o seu momento de embate entre duas realidades conflitantes até a sua continuidade por meio de processos de redefinição das fronteiras internas de reprodução do capital. Compreendemos a fronteira não apenas por seu movimento expansionista em termos absolutos, mas também por seu adensamento endógeno, dentro dos próprios limites da reprodução do capital (MARTINS, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Ambos movimentos, criam e colocam em choque feições geográficas do antivalor, na medida em que a formação de um complexo produtor de *commodities* agrícolas, envolvendo cada vez menos trabalhadores⁴, passa a pressionar as barreiras geográficas representadas pelos territórios indígenas dispostos entre o Alto Xingu e o rio das Mortes (bacia Araguaia-Tocantins), com o objetivo irrestrito de liberar campos em potencial para uma fração inerte do capital.

A análise desta geografia ancora-se, na seção a seguir, em um marco teórico que se ocupa em discutir aspectos espaciais da reprodução do capital, especialmente no que se refere às relações entre o valor e o antivalor. A segunda parte, à luz da primeira e com base em pesquisas empíricas realizadas no Mato Grosso, discute as maneiras pelas quais as referidas feições geográficas do antivalor foram constituídas historicamente na porção oriental daquele estado.

1. Elementos para discutir a geografia do anticapital

Para além de seu papel de oposição, o antivalor possui uma função-chave na definição e na garantia do futuro do capital, considerando a necessidade de acessá-lo como uma força impulsionadora da reprodução do valor (HARVEY, 2018; MENDES, 2014; OLIVEIRA, 1988). Apesar do caráter universal das relações entre o valor e o antivalor na circulação do capital, sobretudo pela sua recorrência histórica, estas se manifestam carregadas de particularidades em seus momentos histórico-geográficos.

O fundo público, cujas funções se mostraram vitais para a manutenção do capital, talvez seja o exemplo mais proeminente de antivalor na história contemporânea do capitalismo, menos na perspectiva de que o sistema não produza valor, mas essencialmente no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos de sua negação.

⁴ Comparando os dados dos últimos dois Censos Agropecuário, houve uma redução de 1,5 milhão de postos de trabalho na agricultura. Em 2006 o número era de 16,56 milhões de empregados no setor e, em 2017, 15 milhões. Por outro lado, o Censo de 2017 mostra um incremento no setor de 49,7% na compra de tratores, atingindo um número de 1,22 milhão de unidades (IBGE, 2017; 2006).

Com o desenvolvimento do Estado de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial, o fundo público encarregou-se de uma função primordial nas políticas macroeconômicas, assegurando a fortificação de uma política anticíclica, por meio do incremento da capacidade de financiamento das políticas sociais.

Inspirado pelas mudanças instituídas na Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere aos direitos sociais, Oliveira publica um artigo no mesmo ano, no qual ressalta o papel do fundo público no financiamento da força de trabalho, atrelado ao bem-estar social, como um aspecto estrutural do capitalismo no Brasil. Desse modo, o fundo público assumiria uma função de anticapital, no sentido de que a produção do excedente social incorpora novas formas inexoráveis à sua expansão⁵.

No Brasil é notória a atuação do Estado na estruturação e no funcionamento da economia, especialmente nos setores estratégicos de sustentação econômica, como algo que foi decisivo para o processo de urbanização e industrialização do país. No atual contexto, ao mesmo tempo que as relações entre o Estado e as forças de desenvolvimento do capital ganham novos contornos, em função de certas particularidades criadas por reformas estruturais e regulatórias⁶, preserva-se os traços essenciais do Estado enquanto agente ordenador territorial, ao assegurar o processo contínuo de acumulação de capital (MANDEL, 1982; PAULANI, 2016).

O entendimento do papel estruturador do Estado, particularmente no que se refere ao caráter de capital fixo materializado em

⁵ A rigor, segundo Oliveira (1988), trata-se de uma relação *ad hoc* entre o fundo público e cada capital em particular. Essa relação *ad hoc* leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: essa contradição entre um fundo público que *não é valor* e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

⁶ Aqui nos referimos principalmente às Reformas Trabalhista e da Previdência pós-2016. Para uma leitura crítica a respeito deste assunto ver: RAMOS *et al.* (orgs). O golpe de 2016 e a reforma da previdência: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6/CLACSO, 2017; RAMOS *et al.* (orgs). O golpe de 2016 e a reforma trabalhista: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6/CLACSO, 2017.

rodovias, portos, plantas energéticas, o próprio melhoramento de certas condições ambientais etc., o que exige a mobilização das “alavancas da dívida”⁷, é uma das maneiras possíveis de elucidar as associações entre os recursos públicos e os interesses privados, e o próprio caráter contraditório do fundo público.

No sentido desta crítica, Oliveira (1998) argumenta que o fundo público, ao se apresentar como sustentação da produção e da reprodução do valor, reúne, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor. Ou seja, ao mesmo tempo em que sua finalidade não é gerar lucro, tampouco sua ação resulta na extração imediata de mais-valia, outra fração se mostra vital para a reprodução tanto do capital quanto do trabalho.

Ainda no que se refere às relações entre o antivalor e a produção do valor, é preciso evidenciar o papel do crédito e do sistema de dívidas em reanimar o capital-dinheiro entesourado. Sobre isso, Marx ressalta que a massa de dinheiro entesourada nas mãos de um grande capitalista é impelida na circulação quando da compra do capital fixo. Trata-se de uma “distribuição sempre mutante do tesouro [...], que funciona alternadamente como meio de circulação e depois novamente é excluído da massa do dinheiro circulante como tesouro” (MARX, 1984, p. 133).

Pode-se considerar, assim, que o antivalor da dívida – considerando que dinheiro entesourado é capital morto, desvalorizado – apresenta-se como um dos principais estímulos para alavancar a futura produção de valor e mais-valor. Isto é, a antecipação dos resultados futuros do trabalho, como questiona Marx nos *Grundrisse*, não é uma decorrência das dívidas do Estado, tampouco uma intervenção exógena do sistema de crédito: “*Ela tem a sua raiz no modo específico de valorização, de rotação, de reprodução do capital fixo*” (MARX, 2011, p. 612, grifo original).

A partir deste raciocínio, Harvey (2018) evidencia o papel do financiamento por venda de títulos de dívida, estatal e privada, na sustentação e na continuidade da produção do valor. Conforme diferentes

⁷ Conforme Harvey (2018, p. 87) explicita, “inicialmente o capital criou o endividamento como antivalor para solucionar problemas específicos, como o perigo do entesouramento excessivo quando se lida com diferentes tempos de rotação do capital em diferentes indústrias. O poder do antivalor foi usado para liberar todo o valor dormente e garantir a continuidade tanto quanto fosse possível”.

autores analisam, foi justamente o que ocorreu em grande parte dos países capitalistas no período após a Segunda Guerra Mundial até início dos anos 1980 (ARRIGHI, 2013; MANDEL, 1982; *et al.*). Houve, portanto, uma irredutibilidade da dívida pública nas economias centrais, financiando as frentes de desenvolvimento capitalista (OLIVEIRA, 1988).

No entanto, um dos aspectos que diferenciam o atual capitalismo financeirizado do capitalismo monopolista estatal que se formou no período pós-guerra é que há uma mobilização maciça de antivalor do sistema financeiro, direcionado a garantir a produção futura de valor (HARVEY, 2018). No curso da história do capitalismo, o dado concentrador de capital, invariavelmente, se volta à transição, fato que deve ser não apenas reproduzido, como renovado. A persistência da concentração de capital, conforme Moreira (2016) enfatiza, é produzida nas transições, de modo que este é o momento histórico de instituição, “e a acumulação primitiva o *continuum* da reprodução da estrutura que se instituiu” (MOREIRA, 2016, p. 224).

Nota-se na história recente do capitalismo uma progressiva acumulação de dívidas, que precisam ser reiteradamente mobilizadas, em detrimento de uma produção real de riquezas. Paradoxalmente, como bem observa Paulani (2016), este capitalismo de características rentistas, cujo ideário apregoa a ausência das ações do Estado na economia, “é o avesso do mercado, da concorrência, do risco capitalista”, afinal é por meio do poder público que se viabiliza os negócios, no sentido de atar o rentismo ao poder do Estado, como uma forma de assegurar a retomada de liquidez e segurança, “poder e dinheiro cada vez mais juntos” (PAULANI, 2016, p. 131)

Neste contexto, o que se verifica é uma importante alteração no caráter de antivalor do fundo público em função dos distintos interesses por parte do capital portador de juros e de sua necessidade de criar lastros para o capital fictício acumulado. Ao discutir sobre o lugar dos fundos públicos no Brasil, autores como Behring (2009), Lavinhas e Gentil (2018) e Salvador (2010) reafirmam o seu caráter de anticapital, tendo em vista o crescente interesse financeiro sobre estes, particularmente no que se refere à seguridade social, algo que temos assistido de maneira acentuada nos últimos anos.

Para além da seguridade social, outros setores que compõem o universo dos recursos públicos e bens comuns – e que, portanto, possuem propriedade de antivalor – têm sido abalados de maneira impetuosa nas últimas duas décadas, a exemplo do setor energético, dos recursos hídricos, das terras públicas, dos ecossistemas, enfim, tudo aquilo que pode ser absorvido no interior das forças reprodutivas do capital.

Em diversas partes do mundo, a crise estrutural que se instalou no final da primeira década do século XXI, entendida como uma crise de sobreacumulação, gerou situações em que significativos volumes de capitais, sem encontrar vias para a sua valorização, passam a requisitar novas plataformas para se realizar enquanto tal. Estas plataformas referem-se àqueles campos que ainda preservam seus funcionamentos, em diferentes proporções, alheios à mercantilização completa, que vão desde a saúde, a educação, passando pela apropriação dos direitos trabalhistas, até a liberação de estoques de terras que vem limitando, em certa medida, o processo de expansão capitalista. A seguir, o exemplo do leste do Mato Grosso, particularmente a valorização do espaço que ocorre entre o vale do Araguaia e o Alto Xingu, nos permitem avançar nestas questões.

2. Os movimentos da fronteira no leste mato-grossense e as tensões do antivalor

O programa brasileiro para integrar a Amazônia com as demais regiões do país é paradigmático no que se refere à atuação do Estado na busca por fundos territoriais como uma maneira de disponibilizar terras e recursos para a ocupação e decorrente implantação de sistemas técnicos de produção. Como sintetiza Moraes (2005), modernizar o território brasileiro significou, essencialmente, valorizar o espaço, recobrando-o da lógica capitalista.

Os movimentos da fronteira em direção à Amazônia tiveram na porção oriental do Mato Grosso um espaço privilegiado para a sua expansão, contando com fortes intervenções estatais que se iniciam antes mesmo das políticas desenvolvimentistas do Estado Novo. A primeira intervenção experimentada se deu a partir da construção da Linha Telegráfica Cuiabá-Araguaia, em 1890, conjuntamente com a ligação

com Cuiabá, como parte das chamadas “estradas interprovinciais”, construídas no período de expansão do Estado imperial (MORAIS, 2010; DALOSTO; PASQUALETTO, 2019).

Um segundo movimento da fronteira, este muito mais intenso e decisivo para as transformações geográficas que se seguiram, foi instituído pelo programa Marcha para o Oeste, e conduzida pela Expedição Roncador-Xingu (ERX), a qual se estabeleceu às margens do rio Araguaia e de lá penetraria pelo vale do rio das Mortes, passaria pela serra do Roncador, atingindo as cabeceiras do rio Xingu e prosseguindo até o rio Tapajós (VILLAS BÔAS, 2012).

A orientação do programa Marcha para o Oeste introduziu uma renovação das ideias de conquista do território e da própria busca pela unidade nacional, agora sob um novo padrão de interpretação do país orientado pelo conceito de modernização. O movimento da fronteira impulsionado por este programa marca o declínio da frente de expansão em favor do aumento da frente pioneira, caracterizada pela intervenção direta do Estado, em direção a territórios ainda não incorporados pela lógica econômica dominante (MARTINS, 2009; MORAES, 2005).

Pode-se dizer que esta expedição foi o movimento que permitiu a base para os futuros processos de fixação de capital no Mato Grosso, sobretudo na porção que viria a se converter em uma das principais regiões produtoras de *commodities* agrícolas do Brasil. As estratégias para isso foram formuladas e estabelecidas pela Fundação Brasil Central, agência que surge na esteira da ERX, com o propósito de desenvolver programas de colonização no maciço central brasileiro em direção às bordas do domínio amazônico.

O programa que se iniciou em 1943 com a ERX surpreendeu por sua extensão – “foram abertos cerca de 1.500 quilômetros de picadas e construídos dezenove campos de pouso, dos quais transformaram-se em bases militares, servindo de controle ao tráfego aéreo” (VILLAS BÔAS, 2012, p. 18). No rastro da ERX foram formadas 42 vilas e cidades que hoje somam mais de um milhão de habitantes. Neste percurso a expedição estabeleceu contato com dezoito povos indígenas, sendo onze deles no Alto Xingu.

Tendo a plena consciência do que virtualmente representaria para aqueles povos o programa em curso, a proposta da criação de um parque

indígena no Alto Xingu ganhou corpo em meados dos 1950, sendo criado apenas em 1961, em uma área significativamente menor do que a projetada inicialmente⁸. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 1989, Cláudio e Orlando Villas Bôas reconhecem a ambiguidade daquelas ações governamentais:

Métodos predatórios e o imediatismo destruíram as condições naturais do meio em que vive o índio, e não se poderia esperar sua continuidade em áreas devastadas pelo desenvolvimento [...]. De que forma se poderiam conciliar as duas sociedades: uma estável, ajustada ao meio, equilibrada, apoiada em padrões culturais bem definidos; e outra adventícia, desordenada, que chega para transformar florestas em pastagens, e cujos membros não mantêm entre si nenhum vínculo, exceto o mesmo e persistente propósito de obter lucro (VILLAS BÔAS *apud* FREIRE, 2005, p. 278).

De fato, a fronteira que se formou a partir dos caminhos da Expedição Roncador-Xingu, décadas mais tarde, se densificou em termos de novas estruturas fixadas no território a partir da colonização que se estabeleceu nesta parte do estado. No início dos anos 1970, colonos descendentes de alemães, do município de Tenente Portela, Rio Grande do Sul, passaram a se organizar em torno de uma cooperativa agrícola, liderada pelo pastor luterano Norberto Schwantes, em busca de novas terras para colonização.

Com o apoio institucional do Incra, a Cooperativa de Colonização (Coopercol) adquiriu, em 1971, uma área no leste do Mato Grosso de 42 mil ha, cujo recorte se configurou em 81 lotes de 470 ha, os quais foram vendidos aos associados da Cooperativa. Entre 1972 e 1978, as áreas colonizadas sob a liderança de Schwantes somavam cerca de meio milhão de hectares, abrigando mais de mil famílias.

⁸ O projeto original do Parque Indígena do Xingu era de 4,5 milhões de hectares. Pressões políticas e econômicas o reduziram a 2,6 milhões de hectares, deixando grande parte das cabeceiras dos rios que o cortam fora dos limites demarcatórios.

Como desdobramento dessa frente pioneira, surgiram cidades como Canarana, Água Boa e Terra Nova. Tratou-se, no período, do maior movimento de colonização privada realizada em toda a região amazônica (JEPSON, 2006).

Importante mencionar que, naquele momento⁹, as estratégias de inclinação geopolítica se aprofundaram durante os governos militares, incorporando juntamente aos objetivos dos Planos de Desenvolvimento Nacional as iniciativas de colonização privada. Além dos incentivos que passaram a ser concedidos pelo governo federal para a modernização da agricultura, como a venda a preços módicos de grandes extensões de terras a colonizadoras privadas, o governo dispôs de capitais procedentes do sistema financeiro internacional, que possibilitaram, por meio do endividamento externo do Estado, a concessão de créditos subsidiados, atrelados à constituição dos denominados complexos agroindustriais (DELGADO, 2012).

A expansão deste modelo agrícola que fora adotado por aquela frente pioneira, o que significou a implantação dos pressupostos da Revolução Verde, resultou em uma configuração de um complexo produtor/escoador de *commodities* agrícolas entre os vales do Araguaia e do Xingu.

Diante desta geografia que se formou no leste mato-grossense, mais precisamente entre o rio das Mortes e o Alto Xingu, a questão indígena, especialmente as questões territoriais, apresenta-se como um assunto indispensável para a compreensão das temporalidades da fronteira, assim como as maneiras como se estabeleceram relações conflitantes entre duas formas espaciais do antivalor, isto é, o adensamento de capital fixo no território e a formação de espaços heterotópicos, representados pelas Terras Indígenas.

Ao mesmo tempo que a frente pioneira se consolida, introduzindo grandes estruturas e equipamentos técnicos voltados à produção de

⁹ Durante os governos militares (1964-85), a modernização da agricultura tornou-se uma das prioridades das políticas públicas, tendo em vista a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1968 – 1973) e sua continuação com o II PND (1975 – 1979).

commodities agrícolas, 14 Terras Indígenas¹⁰ foram criadas nesta parte do estado entre os anos de 1961 e 2016. A partir do momento que as Terras Indígenas demarcadas surgem como barreiras espaciais para a territorialização do capital, esta passa a “contorná-las” por meio do incremento de sistemas técnicos para a produção e o escoamento de *commodities* agrícolas.

Conforme Moraes (2000) assinala a respeito da fixação de capital no território, a busca constante por inovações, por novos sistemas técnicos, “substitui o papel da expansão territorial como margem de superlucros (logo, como alavanca) do modo de produção capitalista na atualidade” (MORAES, 2000, p. 100).

No entanto, na atual conjuntura político-econômica, a busca vertiginosa por lastros para o capital fictício acumulado tem impulsionando movimentos que ameaçam o caráter de anticapital das Terras Indígenas enquanto potenciais campos de aplicação de capital.

Neste contexto, nota-se que situações de conflitos por terra têm se acirrado de maneira significativa, em grande medida por certas ações do atual governo federal, como a que pretende “empurrar” a fronteira para o interior de Terras Indígenas a partir da regulamentação de uma série de atividades econômicas. O Projeto de Lei (PL nº 191/202), encaminhado ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2020, prevê que atividades como mineração, lavras de petróleo e gás, geração de energia elétrica, turismo, agricultura e pecuária sejam autorizadas em terras indígenas, sem que estes tenham poder de veto.

No caso do Povo Xavante, territorializados há 180 anos entre a Serra do Roncador e os vales dos rios das Mortes, Kuluene, Couto de Magalhães, Batovi e Garças, este cenário ganha contornos particulares em função da proximidade de seus territórios com os centros urbanos das cidades de Primavera do Leste, Poxoréu e Barra do Garças (GOMIDE, 2011). O avanço das monoculturas nas últimas duas décadas nesta parte do Mato Grosso tem se destacado pela dimensão das

¹⁰ São elas: São Marcos (Xavante); Parabubure (Xavante); Areões (Xavante); Marechal Rondon (Xavante); Ubawawe (Xavante); Pimentel Barbosa (Xavante); Marãiwatsédé (Xavante); Sangradouro/Volta Grande (Xavante; Bororo); Merure (Bororo); Bakairi (Bakairi); Pequizal do Naruvôtu (Naravute); Batovi (Wauja); Wawi (Kisêdjê); Parque do Xingu (Wauja, Trumái, Yawalapití, Mehináku, Aweti, Yudjá, Kisêdjê, Ikpeng, Matipú, Kuikuro, Nahukuá, Tapayuna, Kaiabi, Kamayurá, Kalapalo).

obras de infraestrutura, assim como o aumento de maquinários e o uso exacerbado de agrotóxicos nas lavouras de soja, milho e algodão¹¹.

Para além deste processo, desde 2019 vêm ocorrendo ofensivas por parte de grupos ruralistas, com o intuito de introduzir monoculturas no interior de Terras Xavante, tendo como referência a produção de soja realizada na Terra Indígena Utiariti, do povo Paresi, oeste do Mato Grosso¹². Esta movimentação vem sendo conduzida por grupos políticos locais, em conjunto com representantes do governo federal e grandes produtores da região, com o objetivo de incutir lideranças indígenas para que se concretize o que já se denominou por “projeto agrojavante”. No caso específico da TI Sangradouro/Volta Grande, localizada às margens do rio das Mortes, as tensões têm se aprofundado em função da cooptação de lideranças para que se desenvolva produções de soja no interior da TI, além da implantação de três Pequenas Centrais Hidroelétricas nos rios das Mortes e Cumbuco.

Mais ao Norte, no entorno do Território Indígena do Xingu (TIX), as lavouras de soja e milho já atingem seus limites demarcatórios, e vêm comprometendo de distintas maneiras os 16 povos que vivem no interior do TIX, especialmente aquelas comunidades que vivem nas bordas do território. Para além do desmatamento que já sufocou cerca de 40% das nascentes dos rios que cortam o TIX, o comprometimento da qualidade da água, em função do uso exacerbado de agrotóxicos, tem sido motivo de grande preocupação às comunidades¹³. O crescimento

¹¹ Mato Grosso é o estado que mais consome agrotóxicos no Brasil. A média anual de uso nas lavouras do estado é de quase 200 mil toneladas (BOMBARDI, 2017). A exposição média a agrotóxicos per capital/ano chega a 46 litros, quantidade 6 vezes maior que a média nacional (PIGNATI, 2017).

¹² Em 2005 os Paresi iniciaram o monocultivo de soja no interior da TI Utiariti. Atualmente plantam soja, milho, feijão e girassol em 14.600 hectares e têm sido apresentados pelo governo federal como exemplo para a questão indígena (ZANINI, F. Índio pró-Bolsonaro querem ampliar lavoura de soja e desafiam fiscalização. Folha de S. Paulo, Ambiente, p. B7. 20 mai. 2019).

¹³ A partir da coleta de água realizada durante os trabalhos de campo da pesquisa que deu origem ao presente capítulo foi constatada em análise que os rios Aguar e Kuluene, lado leste do TIX, apresentaram concentrações de Alumínio, Ferro e Chumbo total acima dos valores estabelecidos pela resolução n.º 357/2005

exponencial de monoculturas no Alto Xingu, um aumento de 135% na última década, tem demandado a construção de grandes infraestruturas para a armazenagem e escoamento das *commodities* agrícolas (SIRAD X, 2019).

Na parte Sul do Território, planeja-se a expansão da rodovia BR-242, cujo traçado original se sobrepõe a vários sítios arqueológicos tombados pelo IPHAN, lugares considerados sagrados aos povos xinguanos. Junto a BR-242, está previsto também a ampliação da Ferrovia de Integração do Centro Oeste (FICO), via transversal que compõe o complexo Transoceânico, que busca conectar o litoral atlântico brasileiro ao litoral peruano do Oceano Pacífico. Ao Norte, a MT-322, rodovia aberta durante os governos militares, passa por um processo de pavimentação. À Oeste, paralelo à BR-163, o governo federal pretende implantar a Ferrogrão, uma via com alta capacidade de escoamento da produção de *commodities* agrícolas, que se conecta a hidrovía Teles Pires-Tapajós, parte importante do complexo Arco Norte.

Este enredamento que tem acometido as terras indígenas no Brasil, evidenciado aqui pelo exemplo do leste mato-grossense, aponta para movimentos recentes do capital, que implicam em processos de reestruturações geográficas, envolvendo o redirecionamento do fluxo de capital entre diferentes espaços, em busca de escoamento para capitais acumulados.

Notadamente, estas reestruturações dependem fundamentalmente do papel mediador das instituições financeiras e estatais, no sentido de viabilizar a construção de novas configurações espaciais, cujos movimentos implicam tensões entre formas distintas do antivalor. De um lado, o capital fictício acumulado que busca vazão em novas materialidades, representado por construções e equipamentos que não podem ser desmontados, de outro, os espaços heterotópicos, representados pelas Terras Indígenas, que se encontram compelidas pelo apetite territorial intrínseco à expansão da fronteira.

do Conama. O rio Batovi, que corta a aldeia Piyulaga, etnia Wauja, apresentou o Alumínio dissolvido, Arsênio e Zinco acima dos padrões impostos pela resolução do Conama n. 357, de 17 de março de 2005.

3. Considerações

As maneiras pelas quais se deram o avanço da fronteira e a decorrente modernização do Brasil Central, a abertura dos novos espaços por meio do impulsionamento da fronteira agropecuária e da colonização, constitui-se num episódio emblemático para se compreender a forma como o capital se expande a partir de um *continuum* de espoliação, incorporando aspectos exógenos à sua lógica de reprodução.

Neste processo, é importante considerar que tanto a abertura de fronteiras “externas” como as “internas”, possuem papel idêntico dentro das dinâmicas de expansão do capitalismo, sobretudo na formação de periferias (MORAES, 2000; OLIVEIRA, 2011). As diferenças, no entanto, estão nos processos de acumulação do capital que envolve tanto a absorção de arranjos espaciais “externos”, que no limite estão baseados em relações sociais não capitalistas, quanto no adensamento do capital imobilizado no território. Pode-se afirmar, assim, que os distintos movimentos da fronteira, seja na conquista de territórios externos ou no aumento da exploração interna, envolvem mecanismos de acumulação que se realizam entre o valor e o antivalor.

Conforme discutido ao longo do texto, o resultado do desenvolvimento da economia espacial do capitalismo se vê, a todo momento, sitiado por inclinações contraditórias. De um lado, busca-se superar as barreiras geográficas e as distinções regionais, por outro, os meios para alcançar tal feito, resultam em novas heterogeneidades, que formam novas barreiras que têm de ser superadas. Conforme Harvey (2018) evidencia, os capitalistas estão presos, portanto, em uma contínua relação conflitiva entre o valor e o não valor, isto é, a busca não se limita a produção de valores, mas inclui a própria superação da sua negação em potencial.

Ao mesmo tempo em que o capital circula e se expande, cria espaços que se opõe a sua lógica reprodutiva. Há, portanto, um paradoxo político crucial neste movimento, que diz respeito ao antagonismo dos movimentos do capital. O caráter dialético do antivalor, em suas diferentes formas, sinalizam para uma corrosão interna ao sistema. Assim, os espaços do anticapital, para além da resistência, apontam para possibilidades que escapam à lógica da valorização do valor, revelando alternativas históricas de um sistema que se reproduz, cada vez mais, por meio das distintas formas de despossessão.

Bibliografia

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. ‘

BEHRING, E. R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I.; *et al.* (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 44-63.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. *et al.* **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

BOMBARDI, L. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3kULFDa>>. Acesso em 03 ago. 2019.

CRUZ, L. S.de S.; BATISTA Jr, O. A. (Org.). **Desonerações de ICMS, Lei Kandir e o pacto federativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2019.

DALOSTO; J. D.; PASQUALETTO, A. Ocupação e infraestrutura de transporte: O desenvolvimento da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2019, Natal. **Anais XVIII ENANPUR**. Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tvz4u8>>. Acesso em 20 jul. 2020.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura a Economia do Agronegócio** - Mudanças Cíclicas em Meio Século. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

FREIRE, C. A. da R. **Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no séc. XX**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/ MN/. Rio de Janeiro. 2005.

GOMIDE, M. L. C. Território no mundo A'uwe Xavante. Confins [Online], 11. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3wRkgZx>>. Acesso em 10 de abr. 2020.

HARVEY, D. **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México, DF: Fondo de Cultura, 1990.

_____. **Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo**. Quito: IAEN, 2014.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JEPSON, W. Private agricultural colonization on a Brazilian frontier, 1970-1980. **Journal of Historical Geography**. 32 (2006) 839e863.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000. A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**. V. 37, n. 02, mai.-ago. 2018.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982;

MARTINS, J de S. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. **O Capital**. Livro II. São Paulo: Abril cultural, 1984.

_____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos 1857-1858. Esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, A. O fundo público e os impasses do financiamento da saúde universal brasileira. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.4, p.1183-1197, 2014.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo, geografia e meio ambiente.** 2000. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Território e história no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, V. **Estradas Interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870).** 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2010.

MOREIRA, R. **A Geografia do espaço-mundo.** Conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

OLIVEIRA, F. de.. O surgimento do antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos.** nº 27 – julho, 1988.

_____. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Crítica à razão dualista.** O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULANI, L. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas. In: Oliveira, F. de.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política,** vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.

PIGNATI, W.; *et al.* Distribuição espacial de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para vigilância em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. 22(10): 3281-3293, 2017.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIRAD X. Sistema de indicação por radar de desmatamento na bacia do Xingu. **Rede Xingu +**. Boletim n. 13. mai-jun, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2HYyzGo>>. Acesso em 03 nov. 2019.

VALENTE, F.. Supremo homologa acordo entre União e estados sobre a Lei Kandir. **Consultor Jurídico**. 20 de ma. de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3mIxsd6>>. Acesso em 29 out. 2020.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. **A Marcha para o Oeste**. A epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

WERNER, D. Estado, capitais privados e planejamento no setor elétrico brasileiro após as reformas setoriais das décadas de 1990 e 2000. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 52, jan./jun. 2019.

MERCADO IMOBILIÁRIO E VIDA COTIDIANA NAS CIDADES MATO-GROSSENSES QUE TÊM DONOS¹

Lívia Maschio Fioravanti

Este capítulo expressa uma perspectiva teórico-metodológica que considera o urbano como ponto de partida no estudo de cidades que atualmente despontam como grandes produtoras do chamado “agronegócio”². Se muitos estudos a respeito da produção do espaço dessas cidades em meio a extensas plantações monocultoras são realizados a partir de uma visão simplista do agrícola, este caminho de investigação considera uma perspectiva crítica da produção do espaço. Neste sentido, aponta a concentração de terra, de poder e de capital como cerne dos processos que ajudam a compreender esse conjunto de cidades. Embora seja onde esteja concentrada a maior parte da mão de obra, serviços e infraestrutura, não cabe considerar, nesta abordagem, essas cidades em uma especialização subordinada e atendendo às demandas das atividades agrícolas e do campo.

Presumindo que estamos diante de uma sociedade urbana – como assevera Lefebvre (2006) – e colocando a primazia do urbano nos processos da produção do espaço, inverte-se o caminho investigativo

¹ Trabalho oriundo da tese de doutorado da autora publicada em 2018 e intitulada “Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço”.

² O emprego das aspas advém da forte carga ideológica que exalta o “agronegócio” e considera a agricultura capitalista como um “negócio” invariavelmente produtivo e propulsor do crescimento econômico e desenvolvimento social.

geralmente empreendido nos estudos dessas cidades e que, muitas vezes, sobrestima o papel do “agronegócio”. Trata-se de um urbano não meramente necessário à expansão agrícola, mas que se tornou também sua própria finalidade por meio de uma rentável “invenção” de cidades.

Tendo como base uma reflexão que pode ser extrapolada para outras cidades instituídas nas últimas décadas do século XX no contexto da expansão territorial da acumulação capitalista em direção ao Centro-Oeste do Brasil, relativiza-se, neste capítulo, o papel da agricultura capitalista nos processos de urbanização das cidades mato-grossenses de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Primavera do Leste. Na medida em que o foco está nos negócios com a propriedade privada da terra, é preciso esmiuçar os processos vinculados à ocupação capitalista do território mato-grossense, intensificada a partir da década de 1970 e com contundentes consequências aos processos atuais de urbanização.

Ainda hoje, loteamentos inteiros pertencem aos mesmos grupos de empresas ou às mesmas famílias. Tal concentração fundiária, nas mãos dos muitos dos hoje considerados “pioneiros” desse conjunto de cidades, dificulta ainda mais o acesso de pessoas de menor renda à moradia e à propriedade, acirrando a segregação espacial e configurando-se em um dos conteúdos que as particularizam em relação aos conteúdos fundantes da urbanização brasileira.

De modo imbricado a esse domínio fundiário, há um extremo controle em relação à produção das periferias e à população mais pobre. Um elemento fundamental que corrobora para a vigilância em relação à população mais pobre é a ideologia do pioneirismo, que produz espaços e tempos bastante específicos nessas cidades. Revestida de um discurso meritocrático, concebe os ditos “pioneiros” como modelos de sucesso a serem seguidos pelos habitantes e tende a estigmatizar a população mais pobre, os nordestinos, os negros e os indígenas – no geral vistos como não tendo a legitimidade de morar ou sequer de pertencer a essas cidades. Vale destacar que se utiliza, neste texto, o termo “pioneiro” entre aspas justamente por partir da perspectiva capitalista e da propriedade privada da terra, ignorando os povos indígenas e os posseiros na precedência do território.

Por meio de ações e discursos em grande medida empreendidos ou avalizados pelos que ainda hoje fortemente dominam os poderes

político e econômico, consolida-se nessas cidades mato-grossenses um espaço homogêneo, que nega a diferença e exacerba desigualdades já existentes.

1. A ocupação capitalista do território de Mato Grosso

O processo de produção do espaço de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso – localizadas no eixo da BR-163, que atravessa Mato Grosso sentido norte-sul – e Primavera do Leste – no sudeste do estado – caracteriza-se pelas severas implicações oriundas da ocupação territorial capitalista de Mato Grosso. Desse modo, para a compreensão das contradições espaciais dessas cidades é preciso desvelar alguns dos elementos da ocupação capitalista do estado, quando houve a chegada de grandes empresários, que se tornariam “pioneiros” das cidades ao lotearem as terras que adquiriam naquele momento.

A partir da década de 1970, houve um incisivo papel do Estado como idealizador e indispensável financiador dos projetos e políticas territoriais nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Direcionavam-se, dessa forma, capitais urbano-industriais excedentes do Centro-Sul para o que era, diante de interesses econômicos e geopolíticos, estrategicamente visto como um “espaço vazio”.

Mato Grosso foi contemplado, principalmente durante a ditadura militar, com programas de incentivos fiscais da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e projetos de colonização pública e privada. Delineava-se uma ruptura com as relações socioespaciais até então estabelecidas no estado e a adesão a uma dinâmica já retratada em diversos trabalhos, na qual havia uma rápida e intensa inserção do território mato-grossense – e amazônico como um todo – às estratégias do capital. Dentre esses trabalhos, destacamos Becker (1982), Castro (1994), Oliveira (1997), Barrozo (2010), Martins (2014), Azevedo (2015) e Girardi (2015).

Com a atração de empreendimentos para o estado, empresários predominantemente do Sudeste e Sul do Brasil tornavam-se também latifundiários. Esse processo, concretizado através de inúmeros mecanismos de burla, corrupção e grilagem – como já amplamente demonstrado por autores como Martins (1993), Oliveira (1997) e Moreno (2007) – ocorria

por meio de generosos incentivos fiscais, da venda a preços irrisórios ou cessão de terras. Sob um discurso de ocupar espaços – efetivamente já ocupados na Amazônia, sobretudo pelos indígenas –, consagrava-se, como expõe Oliveira (1997), justamente o seu contrário: o vazio do latifúndio e o emprego da terra como reserva de valor e patrimonial. Ademais, as atividades financiadas pelo Estado naquele momento eram constituídas principalmente pela pecuária, caracterizada pela dissimulação frequente do uso produtivo da terra e pelo baixo emprego de mão de obra e de investimentos para sua manutenção.

Neste sentido, o objetivo da expansão territorial da acumulação não foi, de fato, o fortalecimento da produção agropecuária, mas sim o usufruto das políticas de incentivos governamentais (isenções fiscais, obtenção de crédito, acesso aos financiamentos bancários) e da própria terra como alternativa para fonte de investimento (BECKER, 1982; MARTINS, 2010; 2011; 2014; OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007; SANTOS, 2015). É neste contexto que Santos (2015) afirma que é fundamental considerar esses projetos e políticas territoriais levando em conta que a articulação de incentivos fiscais, de terras baratas e subsidiadas e de um excedente de força de trabalho transformava “a urbanização expandida no território num negócio em si mesmo” (SANTOS, 2015, p. 93).

Os efetivos interesses em jogo no deslocamento das frentes de investimento capitalistas em direção ao Centro-Oeste e ao Norte do Brasil, calcados no uso especulativo e na vazão de capitais urbano-industriais, permitem, inclusive, questionar a expressão “fronteira agrícola” (BECKER, 1982; SANTOS, 2015). Para Martins (2010), o emprego do termo “agrícola” contribui inclusive para escamotear o que denomina de “caráter rentista” da sociedade brasileira. A mercadoria que ditava a tônica dos grandes projetos agropecuários e minerais principalmente após a década de 1970 era a própria terra e a possibilidade de realização da renda capitalista fundiária. Não se tratava, dessa forma, essencialmente da produção agropecuária, mas sim da “produção de fazendas” – segundo expressão de Martins (2014).

Essas fazendas, conforme eram loteadas e, tal como se aprofunda neste capítulo, resultavam em uma rentável e estratégica “produção de cidades”. Não havia, vale dizer, somente a compra e venda de terras de

forma dispersa e fragmentada, mas um planejamento e implantação de cidades como projeto, em um rentável negócio. À medida que as terras dessas fazendas eram loteadas para a criação dos núcleos urbanos, sendo consideradas como urbanas e passando por um processo ainda maior de valorização, proprietários das fazendas transformavam-se também em proprietários dos terrenos nos núcleos urbanos ou próximos deles. Ainda hoje, é comum encontrar nas cidades mato-grossenses exemplos de capitalistas que são proprietários tanto de grande parte dos terrenos urbanos quanto de fazendas lindeiras a eles, muitas delas aguardando apenas a expansão da mancha urbana ou alterações no zoneamento para que seja possível o parcelamento e a venda dos lotes.

O modo pelo qual ocorreu a configuração e a monopolização da propriedade privada da terra, em grande velocidade e magnitude – segundo Oliveira (1997), Moreno (2007) e Girardi (2015) –, agudizou o controle do mercado fundiário e dos processos de urbanização, engendrando até hoje um forte domínio do espaço da própria cidade. Assim, as entranhas da aliança da terra, do poder e do capital trouxeram consigo não somente uma terra que tem dono – conforme Martins (2010) ao se referir à configuração do “cativeiro da terra” a partir de meados do século XIX no Brasil –, mas cidades que também passam a ter donos.

Devido a este controle fundiário delineado a partir da década de 1970, esses donos conseguem ainda hoje exercer um rigoroso domínio do espaço dessas cidades, determinando onde e quando serão instaurados os vetores de expansão do mercado imobiliário. Tal poder, vale lembrar, efetivou-se pela violência e às custas da usurpação dos territórios indígenas e da terra do posseiro, bem como do extermínio de grande parte desses povos. Neste sentido, o gozo rentista desses capitalistas teve como condição e consequência uma população expropriada de sua própria terra e de suas condições de sobrevivência, reverberando atualmente em dinâmica imobiliária acentuadamente concentrada e excludente.

É neste contexto que a urbanização nessa gama de cidades de urbanização recente em Mato Grosso somente pode ser entendida à luz da questão agrária brasileira, cujos fundamentos foram muito bem destrinchados por Silva (1996), Oliveira (1997; 2016) e Martins (2010; 2011; 2014). Dentre esses fundamentos, destacam-se a concentração

fundiária, o caráter rentista da propriedade privada da terra e a utilização de mecanismos vinculados propriamente à produção de capital.

Como alguns de desses mecanismos, pode-se elencar brevemente a grilagem de terras, a pequena exigência de investimentos, viabilizada pelos subsídios fiscais e demais auxílios fornecidos pelo Estado (abundantes para as empresas que se instalassem e investissem na Amazônia) e práticas como a escravidão por dívida, como expõe Martins (2011). Além desse confisco de terras e do tempo de trabalho, pode-se citar a extração de madeira (mediante desmatamento) e de minerais (por meio da ação de grandes empresas ou do garimpo). Essa produção propriamente dita do capital, que ocorre em determinados momentos da reprodução ampliada do capital, foi imprescindível para a expansão territorial capitalista e ainda hoje se revigora e se perpetua com ares de modernidade – sob a veneração nauseante de que *o agro é pop, o agro é tech, agro é tudo*³.

2. Estratégias fundiárias e o domínio do espaço

A concentração da propriedade privada é uma marca do processo de urbanização no Brasil. Todavia, nas cidades-negócio de Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso consolidaram-se, desde o início da ocupação dessas cidades, imensos patrimônios fundiários nas mãos de poucos “pioneiros”, possibilitando um domínio ainda maior sobre os negócios imobiliários.

Para efeitos de comparação, 1% dos proprietários de imóveis de São Paulo concentrava 45% do valor imobiliário da cidade de São Paulo no ano de 2016, o que representava 820 mil imóveis nas mãos de 22,4 mil pessoas (BURGARELLI *et al.*, 2016). Por sua vez, na produção do espaço dessas cidades mato-grossenses, que já surgiram como grande negócio, essa concentração fundiária é muito maior: além de apresentarem bem menos imóveis e habitantes do que São Paulo, a

³ Slogan da campanha de marketing da Rede Globo intitulada “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, veiculada em rede nacional desde 2016. Evidenciando uma postura da emissora coadunada aos interesses do “agronegócio”, a campanha contou com patrocinadores como o Grupo JBS e a Ford (POMPEIA, 2020).

concentração está restrita a pouquíssimas famílias ou “pioneiros” – no caso da cidade de Nova Mutum, por exemplo, é apenas uma família. Esses poucos proprietários exercem tamanha ingerência que se configuram como donos, orquestrando uma tutela sobre uma grande quantidade de terras em termos proporcionais às metrópoles.

Além disso, de modo diverso ao que ocorre nas metrópoles ou outras cidades de ocupação mais antiga, onde há uma relativa diversificação dos agentes responsáveis pela incorporação imobiliária, nessas cidades que têm dono, é comum que uma única pessoa, família ou empresa seja, ao mesmo tempo, o proprietário de terras, o loteador, o corretor imobiliário (atuando nas imobiliárias e/ou incorporadoras e construtoras) e, em razão do poder econômico que se torna também poder político, até o próprio Estado.

Somada à concentração da propriedade em pouquíssimos proprietários, a ingerência dos ditos “pioneiros” no espaço urbano torna-se ainda mais incisiva diante do processo de urbanização relativamente recente. Há um maior controle na implantação de novos loteamentos, no tamanho dos lotes e em seus preços. No geral, estabelecem-se preços elevados e homogêneos a grande parte das cidades na medida em que os “pioneiros” e as imobiliárias (antigas colonizadoras) contribuem para determinar as formas de aquisição (se em poucas ou várias parcelas), os tamanhos dos terrenos e as metragens mínimas das construções.

A magnitude da ingerência exercida pelos “pioneiros” nessas cidades empreendidas como negócio remete à diferenciação entre “proprietário” e “dono” exposta por Martins (2014), na medida em que a dimensão patrimonialista e rentista se manifesta com força nesses espaços e vai além da propriedade privada da terra. De acordo com o autor (2014, p. 119-120), dono tem “(...) também o antigo sentido de **dom**, de senhor, aquele que **dá**, aquele que **permite**, que **consente**, que tem o **senhorio**, o **domínio** sobre algo, e não o que definimos hoje como propriedade (grifos do autor)”. Uma vez que são imbuídos de grande poder pessoal e tecem formas de dominação patriarcal sob as mais diversas nuances, estes “pioneiros” são mais, portanto, do que proprietários: são, em certa medida, donos da cidade. Detendo um controle que perpassa as dimensões econômica e política e social, efetivam ou legitimam práticas de

controle de vários aspectos da vida cotidiana, vinculados principalmente ao trabalho e à moradia.

Os laços dessas cidades que têm donos são revigorados a cada dia em um processo no qual esses “senhores” da terra, do capital e do poder (cf. Martins, 2011) exercem, como tendência, papel hegemônico na produção do espaço. Assenhorando-se não apenas das terras, dominam tendencialmente muitos dos aspectos da vida cotidiana com um poder pessoal que permite fazer alusão às práticas dos coronéis do século XIX. Nas cidades tratadas neste capítulo e como estratégia para assegurar e ampliar a valorização do solo urbano, houve o emprego de diversas táticas espaciais, como doação de lotes ou venda a preços baixos, e que continuam salvaguardando o monopólio da dinâmica fundiária e imobiliária.

Como mencionado, em Nova Mutum, a concentração fundiária é notória. A JAR Empreendimentos Imobiliários controla territorialmente mais de metade da mancha urbana, conforme verificou-se em trabalhos de campo, material de divulgação publicitário e depoimentos de corretores imobiliários. A JAR Empreendimentos Imobiliários foi criada a partir da colonizadora que deu origem à cidade e deve seu nome às iniciais do “pioneiro” José Aparecido Ribeiro, empresário paulista responsável pela aquisição de 169 mil hectares de terras na década de 1960. Além do centro da cidade e de mais oito loteamentos já implantados, a JAR contava, em 2017, com sete outros previstos para implantação.

A doação de terrenos urbanos era uma prática recorrente entre as empresas de colonização que pretendiam incentivar a valorização das terras e a ocupação do núcleo urbano (CUSTODIO, 2005). Uma das maneiras de assegurar o retorno dos investimentos realizados pela Colonizadora Mutum – valorizando o próprio investimento – era a doação de dois lotes urbanos para quem adquirisse um lote para uso agrícola (CUSTODIO, 2005; VOLOCHKO, 2013). Atualmente, a JAR também concede descontos, que variam de 30% a 50% no valor do lote, caso o comprador construa em três anos seu imóvel e siga a metragem mínima de área construída. Dessa forma, aqueles que não seguem o que é preconizado pela empresa – inclusive devido aos elevados custos para aquisição da propriedade e construção das casas – acabam sendo “penalizados” ao pagarem preços mais altos. Neste sentido,

Volochko (2013, p.30) aponta que esses “descontos” são uma estratégia de valorização e contribuem para uma “espécie de monopólio da especulação imobiliária” e um “visual e uma estética urbana elitizada” (VOLOCHKO, 2013, p.30),

Na década de 1970, junto com outros migrantes do Sul do Brasil, a família “pioneira” da cidade de Sorriso adquiriu terras que somavam aproximadamente 27 mil hectares e que originariam o município por meio de um projeto de colonização particular (CUSTODIO, 2005). Fundada pela família, a atual Imobiliária Feliz, antiga Colonizadora Feliz, foi a responsável pela instituição de todo o núcleo urbano inicial da cidade. Ao longo desses anos, implantou mais de dez loteamentos: seis deles com ocupação já consolidada e outros quatro entregues desde 2016. Atualmente, a família “pioneira” continua atuando nos negócios imobiliários e loteando a fazenda adquirida há mais de cinco décadas. Além da comercialização de lotes rurais e urbanos e em empreendimentos da construção civil, também diversifica os investimentos nos ramos da suinicultura, extração e comercialização de madeira e atividades agrícolas.

Em Primavera do Leste, a doação de terrenos também foi prática comum desde o início da formação do núcleo urbano. Houve significativas doações de lotes em três dos primeiros loteamentos da cidade (empreendidos por Castelli, Riva e Cosentino) como uma forma de incentivar a ocupação e alavancar a valorização desses espaços. Ainda hoje, contribuindo para novas frentes de expansão do mercado imobiliário, há a cessão de terrenos para a implantação de prédios públicos.

Também havia a venda por preços considerados menores que o habitual, em uma rentabilidade assegurada aos “pioneiros” pela elevada quantidade de lotes comercializados e pelos preços baixos pelos quais foram adquiridas inicialmente. Como outra tática espacial pode-se também citar a abertura gradual de loteamentos: a Cosentino lançou um dos principais loteamentos da cidade entre 1980 e 1990, ao passo que a sua quinta etapa foi lançada somente em 2020. Dando uma ideia desse controle em relação ao mercado imobiliário e de como implantar cidades era um rentável negócio, uma das principais imobiliárias de Primavera do Leste, que leva o sobrenome de um dos considerados “pioneiros” da cidade, apenas iniciou a venda de casas e lotes que não fossem de sua

propriedade no ano de 2009. Ou seja, 23 anos após a emancipação política-administrativa de Primavera.

Ademais, as imobiliárias, ainda hoje comandadas pelos “pioneiros” e seus familiares, corroboram a segregação espacial da cidade ao criarem loteamentos destinados a estratos de renda distintos. Nos bairros para população de maior poder aquisitivo os lotes alcançam até 600 metros quadrados, sendo vendidos mediante pagamento a vista ou em até três parcelas. Já nos bairros mais afastados e para a população mais pobre, os lotes são de 200 metros quadrados e podem ser adquiridos com financiamento em várias vezes. Essas táticas espaciais, que alavancam a valorização presente e futura desses espaços e conferem mais rentabilidade aos negócios urbanos, acarretam um domínio ainda maior do próprio planejamento urbano pelas poucas famílias: em Primavera do Leste, são essencialmente cinco famílias ou empresas que dominam a expansão de grande parcela dos loteamentos.

Tal controle, como se desvenda neste capítulo, abrange aspectos econômicos, políticos e sociais (tratados mais detalhadamente no próximo tópico). Em relação aos aspectos políticos, muitos “pioneiros” dessas cidades mato-grossenses são hoje prefeitos ou ocupam demais cargos públicos. Em Lucas do Rio Verde, um dos acionistas majoritários de uma das maiores empresas agrícolas do país, foi prefeito por dois mandatos consecutivos (de 1997 a 2004), ficando novamente no cargo entre 2013 e 2016. Seu irmão também foi prefeito de Nova Mutum, onde está uma parcela das terras dessa empresa. Esses “pioneiros” têm significativo poder político e seus interesses estreitamente assegurados nos âmbitos estadual e nacional, interferindo direta ou indiretamente nas tomadas de decisões. Neste sentido, um dos pioneiros de Primavera do Leste chegou a afirmar em depoimento que não almejava cargo político algum, “já que tinha a mão dele em tudo [toda cidade]”.

Em Lucas do Rio Verde, o próprio prefeito parece ter sido o responsável pela abertura de loteamentos. A Novo Tempo Imobiliários Ltda., da qual ele era proprietário até o início de sua gestão em 2017, foi implantada em 2007 a partir de um projeto de loteamento de uma área de um milhão de metros quadrados. Essa área, que até então era uma fazenda de propriedade do prefeito, foi inserida nos limites do perímetro urbano, alavancando os negócios imobiliários. Segundo

informações do site da própria imobiliária Novo Tempo, são 544 lotes para fins comerciais e residenciais, todos acima de 800 m² e destinados para pessoas de alto poder aquisitivo. Esse novo loteamento, denominado de Loteamento Parque dos Buritis, é contíguo ao prédio da Prefeitura Municipal e ao novo centro cívico da cidade, também concebidos nesse fragmento da cidade como forma de alavancar a valorização do solo urbano. O prefeito, conforme divulgado em jornais locais em janeiro e abril de 2017, além de ter sido acusado de usar o cargo para favorecimento próprio, aprovando alterações nos próprios loteamentos da Novo Tempo Empreendimentos pouco mais de um mês após a sua posse, no mesmo ano também solicitou à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística a pavimentação e a drenagem em uma avenida localizada justamente entre os dois loteamentos recém-lançados pela imobiliária.

Da mesma forma que em Nova Mutum, com José Aparecido Ribeiro, e em Primavera do Leste, com os Cosentino, são várias as cidades de Mato Grosso onde a urbanização foi marcadamente controlada por poucos “pioneiros”. Dentre elas, Sinop, com Ênio Pipino; Alta Floresta, com Ariosto Riva; Matupá, com os Ometto; e Sapezal, com a família Maggi. Como descreve Oliveira (1997) ao citar alguns desses “pioneiros”, esse processo está relacionado ao modo como ocorreu a dominação privada e a monopolização das terras de Mato Grosso. Ainda segundo o Oliveira (1997), desvelar tal controle ajuda a compreender que cada parte dessa região, e na visão explicitada neste texto, cada cidade, tenha um dono.

Muitas famílias pioneiras das cidades tratadas neste capítulo já sofreram denúncias, como descrito por Fioravanti (2018), por práticas que envolvem grilagem de terras, extração irregular de madeira e relações de trabalho análogas à escravidão. Além disso, também houve situações que envolviam compra de votos em período eleitoral e relações de corrupção para aprovação de loteamentos. Nesse sentido, mecanismos de acumulação do capital ligados a práticas de acumulação primitiva continuam atuais – sendo, inclusive, necessários para a reprodução da acumulação capitalista – e se reitera, dia após dia, a histórica manutenção de privilégios e de práticas clientelistas que perpassa a formação territorial brasileira.

3. Discurso meritocrático do pioneirismo

O domínio do espaço realizado pelos “pioneiros”, proprietários e, em larga medida, donos das cidades vai além da propriedade privada, mesmo que a tenha como fundamento, e se realiza também por meio de uma reprodução das relações sociais ligadas à meritocracia que se entranha na vida cotidiana. A cidade, produzida socialmente, tem seu aspecto privado ainda mais reforçado nessas cidades e em tantas outras que já nascem como negócio.

Problematizando a imbricação entre o público e privado, pode-se afirmar que as cidades tratadas nesse capítulo surgem como cidades essencialmente privadas, uma espécie de bem pessoal. O próprio ato de morar ou de ter legitimidade para permanecer na cidade (inclusive em espaços públicos, como praças) é regulado. Como tratado por Guimarães Neto (2002), Cerutti (2004), Custódio (2005), Almeida (2013 e Rocha (2010), nessas cidades de Mato Grosso são recorrentes práticas higienistas que relegam os mais pobres para as periferias ou, inclusive, expulsam-nos da cidade.

A esse respeito, pode-se citar práticas de expulsão de moradores de rua dessas cidades enaltecidas pela “prosperidade”, mas nas quais nem todos são bem-vindos. Cerutti (2004) e Fioravanti (2018), a partir de relato de moradores, afirmam que em Primavera do Leste, ao menos nos anos 1990 e 2000, moradores de rua eram obrigados a entrar em ônibus e caminhões durante a madrugada e eram deixados em cidades vizinhas. Outra prática recorrente em algumas dessas cidades mato-grossenses era a compra de passagens para migrantes pobres retornarem para suas cidades natais (ARUZZO, 2005).

No processo de ocupação capitalista do território mato-grossense e como outro mecanismo de controle explícito da população, também se determinava, ao menos tendencialmente, quem era bem-vindo para trabalhar e morar. Como afirma Abreu (2015), havia a imposição, por meio do controle da propriedade e daqueles de que chegavam, de diretrizes para a reprodução da vida econômica, frequentemente, segundo Cerutti (2004, p. 23), “distribuindo no espaço quem migra ou expulsando aqueles que os responsáveis pelas empresas de comercialização da terra consideram como indesejáveis”. Esse domínio do espaço nas cidades que

surgiam era crucial para assegurar aos “pioneiros” o sucesso dos negócios urbanos – e da própria cidade como negócio – e garantir o controle pelos agentes hegemônicos, segundo Guimarães Neto (2002), da propriedade privada da terra (e não dos migrantes pobres).

Com frequência, estabelecem-se periferias planejadas e controladas, usualmente do outro lado da rodovia em relação ao centro, próximas a silos ou dos distritos industriais. A população de menor renda fica, muitas vezes, longe dos demais olhares dos habitantes da cidade, que a tolera, geralmente, somente como mão de obra barata e em usos restritos do espaço e do tempo, sempre controlados e vigiados. Dois residenciais do conglomerado *BRFoods* retratam bem essa situação. Em Lucas do Rio Verde, as 1.500 “casas da Sadia”, como conhecidas pelos moradores locais, localizam-se no extremo noroeste da cidade. Já em Nova Mutum, as 521 “casas das Perdigão” localizam-se atrás dos silos da BR-163. Ambos abrigam uma população profundamente estigmatizada pelos demais habitantes dessas cidades. Já em Sorriso, as 1.271 casas do Residencial Mário Raiter, do Programa Minha Casa Minha Vida, foram implantadas em local ainda mais distante do centro, após a concentração das infraestruturas destinadas ao uso industrial e ao armazenamento e beneficiamento de grãos.

Além da expulsão de moradores de rua e de migrantes pobres, bem como da produção de periferias planejadas, foram empreendidas também práticas mais tênues de controle do espaço. Os próprios projetos de colonização fomentados pelo Estado visavam atrair o “colono ideal”, isto é, em geral, o sulista, visto como desbravador e trabalhador, ensejando permanecer na cidade e prosperar. Como afirma Souza (2006) a respeito de Sinop, os migrantes eram selecionados no Sul do Brasil e havia um controle nas aquisições de terra com o intuito de frear migrações espontâneas e não desejáveis na visão da colonizadora. Por um lado, a mídia e empresários locais exercem papel considerável na difusão de um discurso de que essas cidades são “terras de oportunidades” que esbanjam “qualidade de vida”. Por outro, como foi retratado por Custódio (2005) e Fioravanti (2018) a partir de reportagens veiculadas tanto na mídia local quanto nos jornais televisivos em rede nacional, também há uma preocupação em não se atrair muitos migrantes, principalmente aqueles mais pobres e vistos como mão de obra pouco qualificada.

Para Martins (1993), para a compreensão dos processos vinculados à expansão territorial capitalista rumo ao Centro-Oeste do Brasil se deve elucidar o que denomina de “universo pioneiro”, ligado “intimamente às exigências de reprodução da sociedade capitalista” (MARTINS, 1993, p. 20). Foi justamente esse universo que contribuiu para legitimar medidas de vigilância e repressão durante a ocupação do estado de Mato Grosso.

A produção de representações tanto a respeito daqueles que chegavam, os “pioneiros”, quanto em relação aos espaços que passavam a ser incorporados de forma incisiva à lógica capitalista – com a construção mítica da Amazônia como “terra prometida” e “paraíso” – constituía-se em um “poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes” (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 25). Assim, o controle do espaço amazônico como um todo – atrelado a interesses econômicos e geopolíticos nacionais e executado por meio de projetos e planos de colonização – exigia e somente se realizava por meio de uma pesada fiscalização e vigilância no plano do lugar, na vida cotidiana.

O mesmo discurso que glorifica o “pioneiro”, colocando-o na condição de audaz desbravador do Cerrado e exemplo de “sucesso” pessoal e profissional, também condena, neste sentido, os mais pobres, vistos como “preguiçosos”, “invasores” e “violentos”. Nessas cidades, há a construção de um discurso que menospreza o indígena, o negro, o pobre e todos aqueles que supostamente não seriam predispostos ao trabalho árduo ou imbuídos de persistência, ousadia e coragem. Cerutti (2004) destaca, nessa direção e a respeito de Primavera do Leste, uma série de reportagens veiculadas em jornais locais de modo a classificar os moradores de rua e trabalhadores temporários como “indesejáveis”, desempenhando importante papel na difusão de determinadas percepções em relação à população mais pobre.

A ideologia do “pioneirismo” inferioriza quem não está inserido, ou quem se insere precariamente, na lógica da propriedade privada capitalista da terra e no mundo do trabalho. Dessa forma, não são considerados como “pioneiros” os migrantes mais pobres que são força de trabalho barata em determinadas atividades e serviços (inclusive do próprio “agronegócio”). Também não são vistos como pertencentes ao “universo do pioneirismo” aqueles que teriam “fracassado” ao não terem enriquecido ou terem retornado às suas cidades de origem. Os “pioneiros” passaram

a deter a legitimidade como donos dessas cidades por serem portadores de títulos de propriedade privada e “das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado” (MARTINS, 1980, p.75). Não raro se comportam, segundo Martins (1980, p.69), “ante os primeiros ocupantes como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios” (1980, p. 69).

O papel do Estado como grande financiador da expansão territorial capitalista em Mato Grosso, com generosos incentivos fiscais que tornavam o “sacrifício pioneiro” bastante rentável, é deixado de lado diante de uma construção idílica que se aproxima à do bandeirante em busca de uma terra prometida, desbravando um espaço inóspito e vazio.

Os “pioneiros” – ou seus familiares – ainda desempenham importante papel nas relações econômicas, políticas e sociais dessas cidades-negócio de Mato Grosso. Ocupam cargos estratégicos, emolduram colunas sociais locais, são vistos como modelos a serem seguidos (tanto em relação ao dito árduo trabalho, mas também em relação ao suposto bom gosto para eventos ou locais que frequentam na cidade). Para Abreu (2015) e Rocha (2010), ao se configurarem como modelos de comportamento acabam, em última instância, impondo ideais “civilizatórios” àqueles que chegaram ou moram na cidade. Assim, esses “pioneiros” não são abstrações de um passado distante: estão dentre os principais agentes dos processos de urbanização e reproduzem estratégias econômicas com implicações reais na vida cotidiana.

Difundido pela mídia, pelo poder público e por parcela da população, o discurso do “pioneirismo” compõe uma narrativa hegemônica sobre a cidade, vinculada ao dito “progresso”, que convenientemente esquece dos pobres, do extermínio indígena e da violência do processo de ocupação capitalista do território rumo ao Norte e ao Centro-Oeste do Brasil. Reconta-se uma história elitizada, que camufla tensões e conflitos sociais latentes, e compõe uma memória oficial que medra trabalho e riqueza.

O discurso do pioneirismo está vigorosamente presente nas relações sociais dessas cidades mato-grossenses, reforçando uma racionalidade homogeneizante nos comportamentos e valores e fazendo emergir questões relativas ao espaço e ao tempo na medida em que forja uma sociabilidade pautada pela reprodução do capital e na qual o espaço é o do negócio e o tempo é o trabalho e o do dinheiro.

4. Considerações finais

No geral exaltadas pela considerada pujança econômica resultado do “agronegócio”, as cidades tratadas neste capítulo e outras cidades mato-grossenses tendem a perpetuar – e mesmo ampliar – a concentração de terra, de poder e de capital. Oriundas da violência, da grilagem de terras e do vazio do latifúndio, essas cidades-negócio expressam o domínio do espaço por uma elite econômica e política, longe de constituir um desejo coletivo e democrático.

A reprodução do capital por meio da produção do espaço se realiza de maneira particular nessas cidades-negócio mato-grossenses devido ao processo de urbanização recente e intenso e à centralidade da propriedade privada (tanto no mercado imobiliário quanto na vida cotidiana) ainda mais recrudescida. A monopolização da propriedade fundiária, concentrada em muitos dos hoje “pioneiros” e donos da cidade, teve como consequência tanto um arraigado poder sobre a dinâmica do mercado imobiliário quanto um domínio do espaço que alcança as relações concretas da vida cotidiana. Nesse sentido, além de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Primavera do Leste, brevemente tratadas neste capítulo, descortina-se a possibilidade de novas pesquisas sobre as particularidades de outras cidades concebidas e reproduzidas como cidades que têm dono.

Efetivam-se mecanismos de repressão e controle que apenas se legitimam devido à ideologia do “pioneirismo”. Preenchida de mentalidade meritocrática, essa ideologia contribui para reproduzir a lógica capitalista uma vez que os “pioneiros” despontam como exemplos de que seria possível, no capitalismo, que todos enriqueçam e a todo momento. O próprio ritmo da vida cotidiana nessas cidades parece se vincular a uma ânsia desesperada pela redenção pelo trabalho e pela reescrita do que aparece como uma página em branco, na qual foram apagados os conteúdos da violência inerente à instauração e à monopolização da propriedade privada da terra. Oculta-se o fato de que a dita heroica história de “pioneirismo” – e a própria produção do espaço dessas cidades – apenas se realizou pela concentração fundiária e pela expropriação e extermínio das populações locais. Trata-se de uma história movida de contradições e empreendida pela destruição, cega e dolorosamente vista como progresso. Assim, se por um lado, no discurso e no senso comum, essas cidades são aclamadas por

esbanjarem “qualidade de vida”, por outro, continuam agrilhoadas ao rentismo e a relações sociais entorpecidas de patriarcalismo e meritocracia.

Bibliografia

ABREU, Rafael Assumpção de. **A boa sociedade: história e interpretação sobre o processo de colonização no norte de Mato Grosso durante a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 298p.

ALMEIDA, Luciana Schleder. **Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. “Modernização agrícola, trabalho e organização especial na BR-163”. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). **Geografias da soja: BR-163. Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

AZEVEDO, Doriane. **Políticas territoriais, redes técnicas e políticas na estruturação do espaço em Mato Grosso**. São Paulo, 2015. Tese em Arquitetura de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 326 p

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BURGARELLI, R. *et al.* **1% dos donos de imóveis concentra 45% do valor imobiliário de São Paulo**. O Estado de S.Paulo, 13 agosto 2016. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/>

geral,1-dos-donos-de-imoveis-concentra-45-do-valor-mobiliario-de-saopaulo10000069287>. Acesso em: 28 set. 2017.

CASTRO, Sueli Pereira *et al.* **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 1994

CERUTTI, Leandro Genoíno. **Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste – MT**. Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso, 109f. Cuiabá, 2004.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re)inventada Mato grosso – pós 1970**. Cuiabá, 2005. Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso

FIORAVANTI, Livia Maschio. Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço. São Paulo, 2018. Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GIRARDI, Eduardo Paulon. “Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso”. **Confins [Online]**, n. 25, 2015. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10446?lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Cativoiro da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A política do Brasil: lúmpen e místico.** São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS).** São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana), Universidade de São Paulo.

MORENO, Gislaíne. **Terra e Poder em Mato Grosso: Políticas e Mecanismos de Burla 1892 – 1992.** Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. 495f. Tese (Livre – Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** Iânde Editorial, São Paulo, 2016.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 26, n. 56, p. 195-224, abr. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832020000100195&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2020.

ROCHA, Betty Nogueira. **“A trama do drama”. A trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT.** Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SANTOS, César Ricardo Simoni. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: PPGH – USP/FAPESP/ Annablume, 2015.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

VOLOCHKO, Danilo. “Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso”. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n.16, p. 18-38, 2013.

O USO DOS SMARTPHONES NO BRASIL: O PAPEL DOS PROVEDORES REGIONAIS NA CAPILARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO TERRITÓRIO

Mait Bertollo

A propalada democratização da informação, no que tange às condições tecnológicas de acesso para a maior parte da população, até há pouco mais de uma década estava distante de se atingir, e o surgimento do *smartphone* trouxe uma verdadeira transformação nesse sentido. Uma vez que é um sistema informacional cada vez mais elaborado, muito intuitivo, simples de se usar e mais acessível, diferentemente dos computadores, o *smartphone* oportunizou para muitos segmentos sociais afastados da internet a possibilidade de acessá-la e, assim, passaram a incorporar nas suas práticas cotidianas novas lógicas espaciais como a comunicação instantânea entre grupos, conhecimento rápido das notícias do mundo e, inclusive, para trazer benefício econômico como mostram os estudos sobre o circuito inferior da economia urbana atual.

No presente capítulo, nosso interesse é explorar uma estrutura técnico-organizacional importante que permitiu oferecer essa conectividade em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos ou em periferias das cidades, e de segmentos sociais de menor poder aquisitivo, e sem a qual não adiantaria muito ter a posse de um *smartphone*: os Provedores Regionais de conexão à internet (PRs). Como estamos assistindo, junto à ampliação do acesso às redes técnicas, é preciso políticas públicas mais amplas também relativas à educação e à saúde. Esperamos colaborar com o debate trazendo as condições técnicas que aceleradamente vêm integrando mais cidadãos às redes.

1. O crescimento no acesso às redes pelo *smartphone* e novas interações espaciais

A popularização do uso do *smartphone* está relacionada às múltiplas funções que esse objeto técnico proporciona para uso cotidiano, como aplicativos para comunicação, para localização com uso de GPS, agenda e cronogramas, para transações bancárias, trocas de mensagens de voz, vídeo e texto por meio de redes sociais, acesso à internet por navegadores etc. Esses usos estão condicionados pela conexão e pelo funcionamento da internet, assim como a capacidade de tráfego das informações. Esse fluxo tem cifras que crescem exponencialmente: entre os anos de 2017 e 2019, o tráfego nas redes no mundo móveis ultrapassou a unidade *zetabytes* (10^{21} bytes) (CISCO, 2019).

A magnitude do volume de dados pode ser caracterizada como um “dilúvio informacional” (LÉVY, 2000), em que a significância e o valor da informação no cotidiano alteram as práticas da sociedade num contexto em que também aumentam sua criação e difusão.

No Brasil, a partir de 2014, os *smartphones* se tornaram os aparelhos preferenciais para a conexão à internet, ultrapassando os computadores e, em 2019, 58% do total dos acessos foram somente pelo *smartphone*, sendo 79% na zona rural, e nas classes D e E¹ (na zona urbana e rural) 85% fazem esse uso exclusivo (CETIC, 2020).

Em 2019, o número de *smartphones* no Brasil que se conectaram à internet foi de 227 milhões, com uma densidade de 107 *smartphones* para cada 100 habitantes (TELECO, 2020). Nesse mesmo período, verificou-se que dos 71% de domicílios que acessam a internet no Brasil (CETIC, 2020), 44% fazem por meio de fibra ótica ou cabo, 27% por meio de conexão móvel via modem ou chip 3G e 4G e 6% DSL².

Ao analisar a renda e o uso do *smartphone* constata-se que 61% das pessoas que recebem menos de um salário mínimo acessam a internet; 86% entre os que recebem de três a cinco salários mínimos e 94%

¹ Na classe de renda pesquisada, o CETIC (2020) define os estratos de renda D e E num mesmo grupo.

² DSL (*Digital Subscriber Line*) é a conexão que utiliza linha telefônica para acessar o serviço de internet, com estrutura de fios de cobre.

entre os indivíduos com remuneração acima de dez salários mínimos fazem uso do *smartphone* para acessar a internet. Dentre aqueles que integram parte da força de trabalho em atividade, 81% realizam conexão, enquanto 64% dos que estão fora das atividades laborais acessam a rede por esse aparelho (CETIC, 2020).

Esses são dados que apontam para profundas transformações no que se refere às interações entre sociedade e espaço, uma vez que são informações que indicam como a população que apresentava baixo grau de acesso às redes vão passar a acessá-las abrindo um novo campo de possibilidades.

Nesse contexto, o *smartphone* tem o papel de conector e ponto de acesso, numa lógica de rede, que afeta os movimentos de produção, consumo, distribuição, sob a influência das relações interescares por meio de ordens e intencionalidades de agentes envolvidos no controle dessa rede.

Os acessos, trocas, recebimento e produção de informações podem proporcionar emancipação, aproximação etc. mas também fica cada vez mais evidente que há uma parte dessa população se inserindo recentemente no “mundo informacional”, que, pelo tipo e qualidade de conexão e de recebimento de informações, estão submetidas a diversas formas de influência, e que chegam agora a pontos do território brasileiro que antes não tinham nenhum tipo de uso de objetos técnicos que promovessem a profusão de interatividade como a internet por meio do *smartphone*, como é o caso do crescimento dos serviços pelos provedores regionais.

2. Os provedores regionais como alternativas para conexão dos *smartphones* à internet

Os usos do *smartphone* e a qualidade da conexão são diferenciados segundo a classe social, em que há marcas claramente definidas sobre quem tem acesso livre a variados tipos de serviços e quem não tem, impactando em vários âmbitos como no direito essencial ao acesso à internet, à informação e aos serviços disponibilizados por esse meio.

O principal fator de restrição para aqueles que não estão conectados é o alto valor não só do aparelho, mas da conexão, que é o preço por

megabyte. Até o momento, a alternativa viável para satisfazer a necessidade de comunicação e acesso à informação é a contratação de planos pré-pagos pela maioria dos usuários.

Por meio dos vários planos, um instrumento utilizado considerando a baixa qualidade de conexão e alto valor do serviço é o chamado *zero rating*. Isso permite que não haja desconto na franquia de dados³ para conexão de alguns aplicativos com acesso irrestrito e gratuito em parceria com empresas e operadoras de telecomunicações, aumentando sua influência e capacidade de vigilância sobre os cidadãos que usam esses aplicativos.

Operadoras como Tim, Vivo, Claro e Oi oferecem, por exemplo, o uso do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* sem desconto na franquia, inclusive nos planos de, em média, R\$ 20,00 por mês, e esse instrumento passa a ser requisito fundamental no serviço de telefonia móvel.

A partir da política de *zero rating*, o aplicativo *WhatsApp* é incluído em planos pré e pós-pagos por todas as operadoras brasileiras, além de ter uma vantagem estratégica perante os outros aplicativos de comunicação.

Assim, diante de um serviço de conexão caro para a renda média da população, esse aplicativo é “gratuito”, pois não se descontam os dados da franquia do indivíduo. Tecnicamente, as funções do *WhatsApp* podem ser ativadas mesmo que o sinal da internet não seja eficiente, e é possível trocar mensagens de texto quando o sinal está na função Edge, ou seja, em 2,5 G. Por isso também ele é muito usado por todos os estratos sociais e em várias porções do território brasileiro.

O acesso patrocinado por meio do *zero rating* é fruto de um acordo comercial entre as operadoras e os provedores de aplicações de internet. Geralmente são as próprias empresas donas dos aplicativos que pagam pelo acesso ilimitado para expandir sua influência e seu poder de divulgação de propagandas.

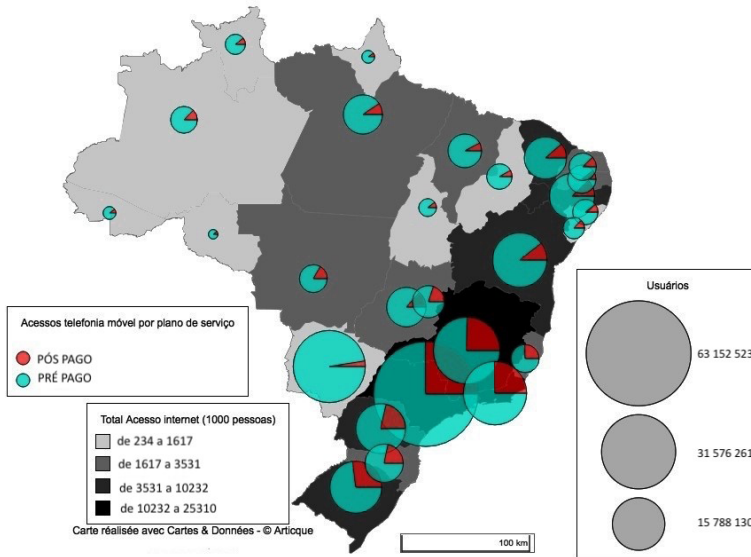
³ A franquia de dados significa o limite de dados que pode ser usado para acesso à internet, e é medida em *bytes* e seus múltiplos. Quando esse limite é atingido, a operadora reduz a velocidade da internet ou cobra mais caro pelos dados a mais que forem utilizados. O plano de dados é o serviço oferecido por operadoras de internet para acesso móvel por meio de rede 3G, 4G ou fixa.

Assim, os vários planos de conexão permitem usar o *WhatsApp* sem ônus no pacote de dados, mesmo quando terminam os dados de internet do celular. Quando isso acontece, só é possível acessar esse aplicativo, mas não é liberada a abertura de *links*, fazer uma simples pesquisa na internet ou ler notícias em portais ou em outras fontes, por causa do recurso de *zero rating*.

Esse recurso pode beneficiar os cidadãos de baixa renda por dar acesso gratuito parcial à internet por meio de alguns aplicativos, mas restringe o acesso a todo o conteúdo disponível na internet, o que aumenta as possibilidades de manipulação na medida em que a interatividade diminui muito. Esse mecanismo faz com que as *fakes news* ganhem ainda mais força.

A maior parte das conexões por *smartphone*, em todas as unidades da federação, se utilizam de planos pré-pagos para conectar-se à internet (TELECO, 2020). Em geral, se atribui esse comportamento ao alto custo do serviço, e esses planos permitem controlar melhor os gastos, porém essa “vantagem” é também um canal que aumenta a vulnerabilidade por meio de manipulações com notícias falsas e sem fontes confiáveis. O Mapa 1 demonstra como ocorrem os acessos aos planos pré-pagos no final de 2018, que, comparados com dados ainda não consolidados de 2020, permanece com essa configuração.

Mapa 1 – Número de pessoas com acesso a telefonia móvel, por plano e por unidade da federação, Brasil, 2018.

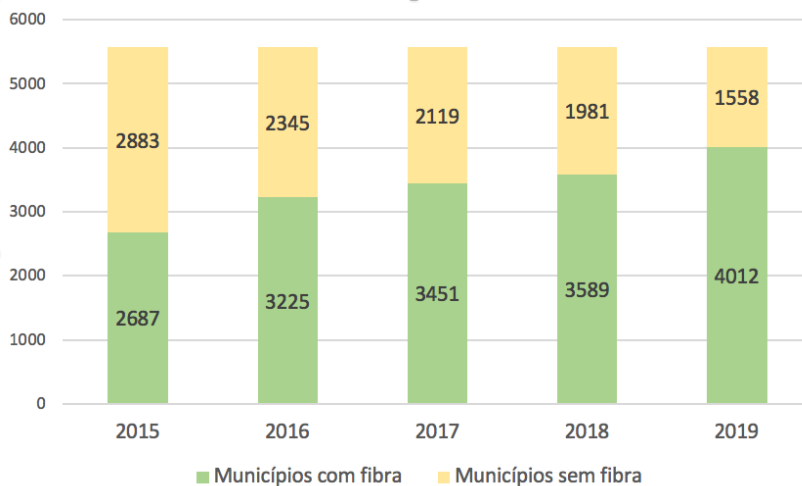


Fonte: BERTOLLO, 2019.

Nesse contexto, para que as infraestruturas das redes de telecomunicações possam prestar seus serviços, é importante que a rede de *backhaul*⁴ seja difundida para capilarizar a conexão à internet. O número de municípios com *backhaul* de fibra ótica vem crescendo ao longo dos últimos anos, atingindo 70% dos municípios do país, conforme retratado no Gráfico 1.

⁴ O backhaul é um elemento importante desse funcionamento, pois ele liga o *backbone* e a chamada última milha, que é o cabo entre o roteador e a prestadora de serviços de internet. Ele liga o núcleo da rede, ou *backbone*, e as sub-redes periféricas e é a parte do sistema que distribui o tráfego com mais capilaridade.

Gráfico 1 – Evolução do número de municípios com presença de fibra ótica, Brasil, 2019.



Fonte: Anatel, 2019.

Os provedores regionais estão expandindo suas redes utilizando a fibra ótica e estão presentes em 2.633 municípios. Parte destes municípios, que somam 875, são atendidos por fibra exclusivamente por esses provedores, o que corresponde a 15,7% dos municípios do país (ABRINT, 2020).

Nem sempre todo o sistema técnico necessário para a conexão, como *backhaul* para essas prestadoras, estão disponíveis para a comercialização da conexão em atacado. Assim, ainda que o provedor tenha como utilizar a infraestrutura com fibra ótica em um município não significa que haja condições para atender ao mercado de forma massiva.

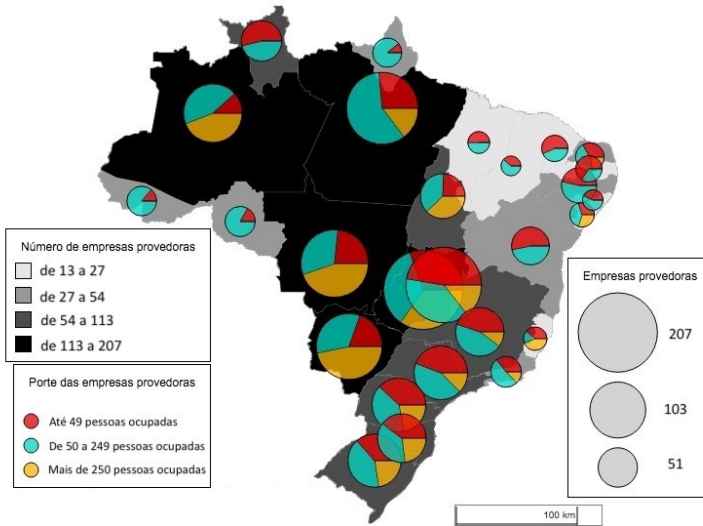
A crescente demanda por conexão ocorre numa conjuntura em que não há um oferecimento eficiente, em quantidade e qualidade, de serviços de grandes empresas provedoras em regiões com menos infraestrutura, com menor densidade populacional e/ou onde os habitantes têm menor poder aquisitivo.

Essa circunstância resultou no surgimento de provedores regionais, que atendem até 50 mil clientes e têm condições especiais para adquirir a licença de funcionamento (CGI, 2016).

A maior participação de provedores regionais onde a conexão é insatisfatória e não há fornecimento de serviços pelas grandes empresas

de telecomunicação faz parte das ações do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em 2010 (ANATEL, 2020), como um movimento de capilarização das redes suporte⁵ pelo território para que provedores regionais possam fornecer o sinal e a conexão à rede serviço⁶ aos usuários de cada *smartphone*. Os provedores regionais no Brasil, em 2018, somavam 92.116 pontos (TELEBRASIL, 2018), com um crescimento de 7% em 2020 (TELECO, 2020). No Mapa 2, vemos a distribuição dos provedores segundo seu porte, por unidade da federação do território brasileiro.

Mapa 2 – Porte das empresas provedoras de internet, por número de pessoas ocupadas e por unidade da federação, Brasil, 2018.



Fonte: BERTOLLO, 2019.

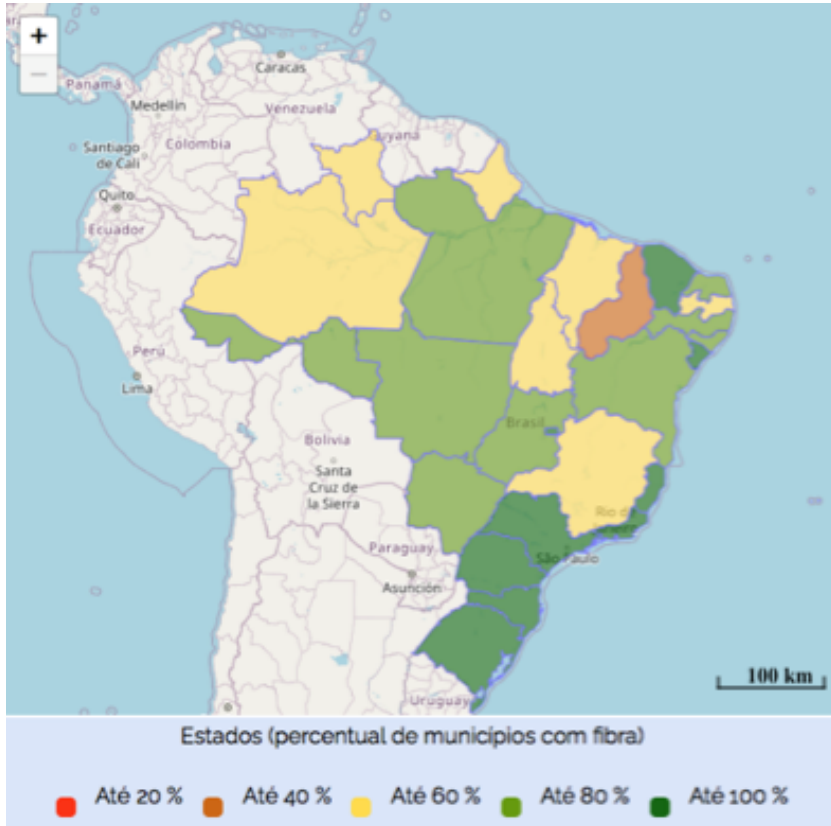
⁵ A rede suporte constitui as redes de infraestrutura que permite transportar elementos tangíveis e não tangíveis através de linhas e nós, como por exemplo as antenas chamadas de Estações Rádio Base (ERB).

⁶ A rede serviço é aquela que fornece as aplicações que são usadas por meio de smartphones como aplicativos, conexão à *web*, e-mails, mensagens instantâneas, vídeos em tempo real, jogos *on-line*, compartilhamento de arquivos, televisão, *login* remoto etc.

Em 2018 os provedores regionais ativaram 85% dos 2,3 milhões de novas conexões brasileiras por meio de fibra ótica auxiliando na conexão de lugares até então com pouca ou nenhuma infraestrutura de conexão (GOMES, 2019).

Para compreender o processo atual de expansão dos serviços de conexão dos provedores regionais, o Mapa 3 apresenta a presença em percentuais da infraestrutura de fibra ótica nos municípios para cada unidade da federação.

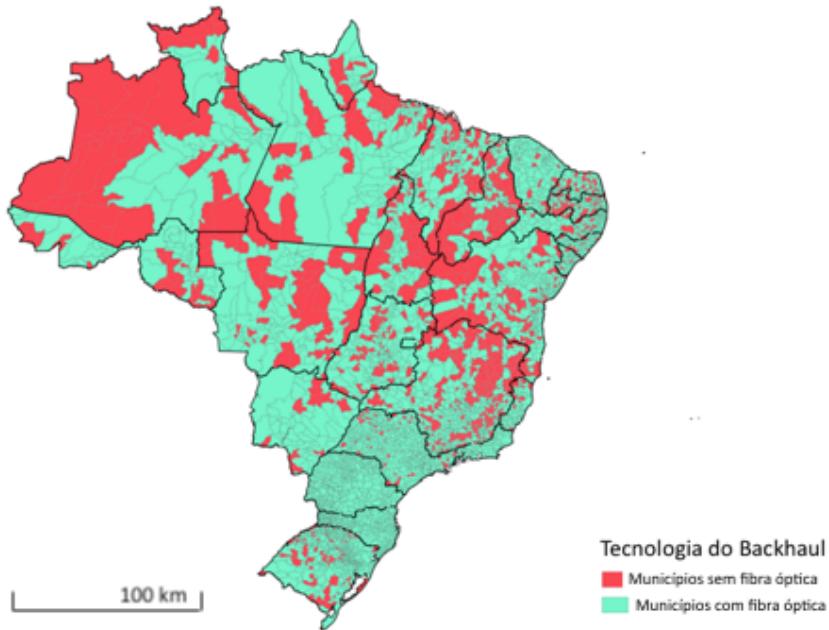
Mapa 3 – Presença de fibra ótica nos estados brasileiros – percentual de municípios com fibra, 2019.



Fonte: Anatel, 2019.

Para maior detalhamento, o Mapa 4 apresenta os municípios com *backhaul* de fibra ótica, cuja implementação vem aumentando e chega a 70% dos municípios do país.

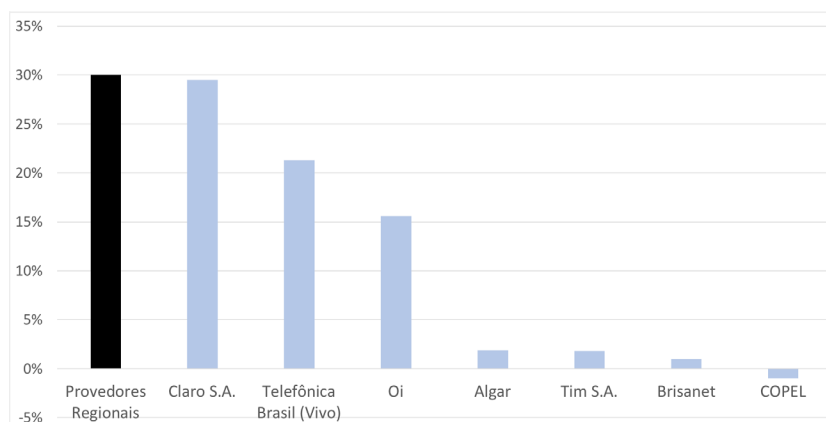
Mapa 4– Tecnologia do *Backhaul* com e sem Fibra Ótica no território brasileiro, 2019.



Fonte: Anatel, 2019.

Verifica-se a potência que os provedores regionais têm para atender a demanda de internet do país, assumindo 30% dos contratos de assinantes de internet no Brasil no mês de fevereiro de 2020, cujo *ranking* de grupos de prestadoras para contratos nesse período está representado no Gráfico 2. Cabe ressaltar que, desses contratos, mais de dez milhões correspondem a 32,7% das assinaturas, e são para serviços com tecnologia de fibras óticas (MHEMANN, 2020).

Gráfico 2 – *Ranking* do grupo de prestadoras com contratos fechados com assinantes de internet em fevereiro de 2020.



Fonte: MHEMANN, 2020. Elaboração da autora.

3. O desenvolvimento dos provedores regionais para a capilarização da informação

Antes da consolidação dos provedores regionais, no começo da segunda década dos anos 2000, havia serviços disponíveis somente das empresas Embratel, Brasil Telecom e Telemar, conformando um oligopólio sobre as redes e sobre o preço do *megabyte*. Assim, o provedor regional contratava esse serviço e utilizava sinal de rádio⁷ para distribuir aos seus consumidores. Contudo, a falta de internet de alta qualidade a preço baixo impedia que o serviço fosse capilarizado e que muitos cidadãos pudessem se conectar.

Assim, para que o serviço de conexão à internet dos provedores regionais fosse eficiente, houve uma junção de pequenos provedores em associações, como a Associação Nacional para Inclusão Digital (Anid),

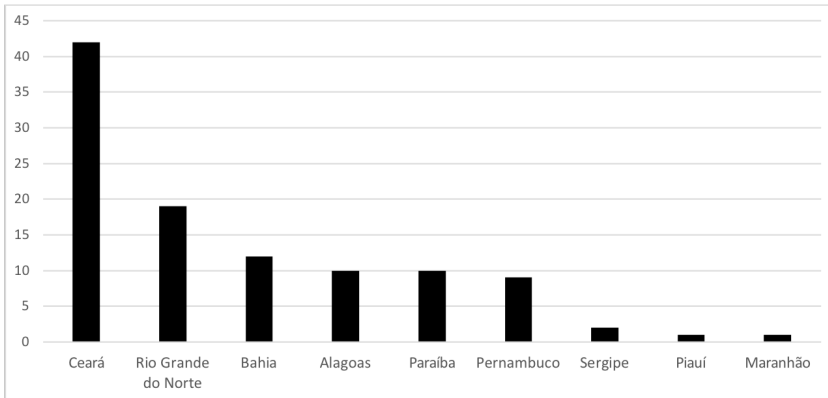
⁷ O sinal de rádio é transmitido por torres instaladas em pontos altos e, para receber a internet, uma antena é colocada no domicílio que capta o sinal emitido por uma das torres. A antena é conectada a um modem, que transforma o sinal e o transmite para a placa de rede do computador ou *smartphone*, e para que a conexão seja razoável, o provedor deve ter várias torres para fornecer internet via rádio, distribuídas pelo perímetro em que vai operar.

para negociar com grandes provedores de internet a venda do sinal no atacado, formando consórcios para contratar preços menores, já que comprariam grandes volumes de *megabyte* e serviços de internet. Esse movimento decorria da periferia para o centro, uma lógica espacial de expansão oposta dos planos de atuação das grandes operadoras, e assim os provedores regionais atuavam em regiões desatendidas, como municípios de menor porte e/ou com população com baixa renda na periferia das cidades, por exemplo.

Cabe ressaltar que a conexão de internet do Brasil com outros lugares do planeta vem sobretudo de cabos submarinos, os *backbones*⁸, que circulam pelas infraestruturas em redes das grandes corporações de telecomunicação e em seguida são levados para o interior do país pelas infraestruturas (*backhaul*) em rede dos grandes e dos pequenos provedores. Isso era geralmente realizado pelos pequenos provedores por meio de torres de rádio, e mais recentemente, para obter velocidade, a tecnologia de fibras óticas foi implantada. Um caso é o da empresa Brisanet que em 2011 implantou fibra ótica em toda a cidade de Pau dos Ferros (RN) por meio de crédito facilitado pela empresa chinesa *Fiber Home*, para financiar a implantação da fibra pelas pequenas empresas provedoras de internet com dificuldades de crédito.

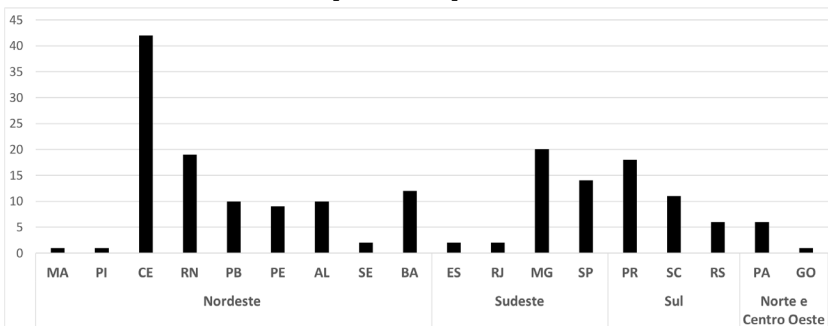
Esse movimento de capilarização da informação por meio dos provedores regionais resultou num crescimento importante tanto na região sudeste quanto na região nordeste nos índices de acesso à internet por fibra no Brasil, como demonstra o Gráfico 3 em relação ao crescimento do uso da fibra por estado.

⁸ *Backbone* é frequentemente designado como espinha dorsal da internet. É um conjunto de pontos que transportam os dados entre diversos lugares. São ligações centrais de um sistema amplo, com alta performance para interligar diferentes tipos e fluxos de dados, como voz, imagem, texto etc. Os *backbones* podem ser hierarquicamente divididos entre as ligações intercontinentais, que derivam nos *backbones* internacionais objetivados nos cabos de fibra ótica submersos nos oceanos conectando os continentes, que por sua vez resultam nos *backbones* nacionais. O *backbone* é a central que liga as operadoras aos servidores externos (BERTOLLO, 2019).

Gráfico 3 – Estados com empresas que implantaram fibra ótica em 2019.

Fonte: GOMES, 2019. Elaboração da autora.

Nesse contexto, nenhum dos municípios que receberam a implantação de fibras óticas é capital de estado e estão no interior, como Sobral (CE), com 150 mil habitantes, que teve recentemente extensa implantação de fibra ótica. No Gráfico 4 é possível verificar, no ano de 2019, que das cidades que têm fibra ótica no Brasil por estado, 106 estão na região nordeste, 38 na região sudeste, 35 na região sul e 7 na região norte e centro-oeste.

Gráfico 4 – Número de cidades por estado que têm fibra ótica no Brasil em 2019.

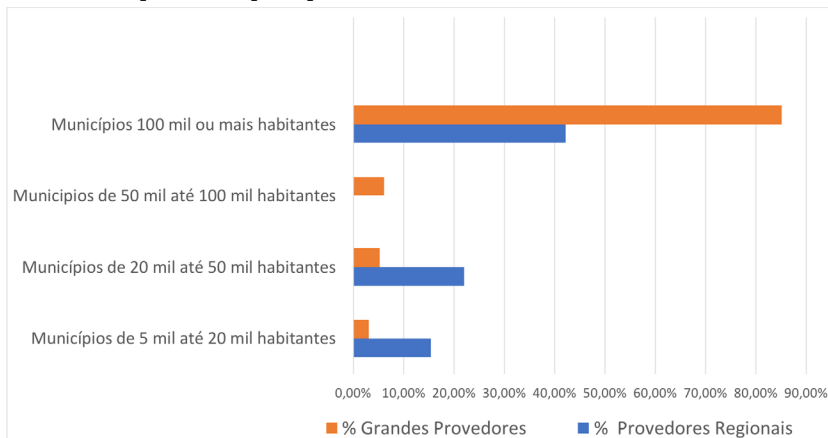
Fonte: GOMES, 2019. Elaboração da autora.

Tal densidade técnica e impactos no uso de equipamentos e acesso à internet traz possibilidades de mudanças inclusive nas dinâmicas econômicas onde são implantadas, aumentando as possibilidades de geração

de emprego e intensificando dinâmicas econômicas, em que prestadores de pequeno porte contribuem com a expansão da internet com chances de ser mais fluida e acessível em termos de valor por *megabyte*.

As cidades de 5 mil até 50 mil habitantes são as que mais usam o serviço desses provedores, onde existe demanda de conexão, mas não há atendimento por grandes empresas, ou então o valor do serviço é muito alto para a renda da população. No Gráfico 5, a distribuição dos provedores regionais por município, de acordo com o número de habitantes, apresenta a importância desses serviços em cidades menores.

Gráfico 5 – Distribuição dos provedores regionais, por município e por número de habitantes, Brasil, 2018.



Fonte: BERTOLLO, 2019.

Do total de acessos dos provedores regionais, 60% provêm de municípios com até 50 mil habitantes, onde as grandes empresas suportam 15% dos acessos. Não há *backhaul* de fibra ótica em 2.345 municípios no Brasil, e a maioria deles se concentra no norte do estado de Minas Gerais, no interior da região nordeste e na região amazônica (ANATEL, 2019).

4. Considerações sobre o uso do *smartphone* no território brasileiro e as redes de conexão e acesso pelos provedores regionais

Fica cada vez mais evidente que as redes são definidoras da vida cotidiana e com crescente importância na circulação e comunicação de informações. Essas redes informacionais também são produto e condição social, historicamente construídas e dotadas de intencionalidades, isto é, com capacidade de condicionar os comportamentos de indivíduos e grupos. No caso da conexão do *smartphone* à internet, seu uso só se concretiza se existe uma conexão satisfatória.

Os usos do *smartphone* e a qualidade da conexão são diferenciados segundo a classe social, em que há marcas claramente definidas sobre quem tem acesso livre a variados tipos de serviços e quem não tem, impactando em vários âmbitos como no direito essencial ao acesso à internet, previsto no Marco Civil da Internet⁹.

Apesar da grande expansão no acesso às redes, ainda há um contingente importante de pessoas que estão desconectadas, somando 35 milhões em áreas urbanas (23%) e 12 milhões em áreas rurais (47%), e entre classe D e E, há 26 milhões (43%) de pessoas que não têm acesso à internet (CGI, 2020).

Ressalta-se que no contexto do isolamento social como medida de prevenção à pandemia de Covid-19, milhões de brasileiros dependem ainda mais da conexão à internet para realizar trabalho remoto, atividades de ensino à distância, acesso a diversos serviços *on-line* e também para acessar o auxílio emergencial.

Contudo, a dificuldade de acesso e o uso unicamente por meio do *smartphone*, principalmente nas classes D e E, expõe as desigualdades relacionadas ao acesso à internet, à informação e à comunicação no território brasileiro, que também impactam nas políticas públicas de combate à pandemia. As crianças e adolescentes em idade escolar de famílias de

⁹ “Art. 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção: I - do direito de acesso à internet a todos; II - do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados” (CGI, 2014).

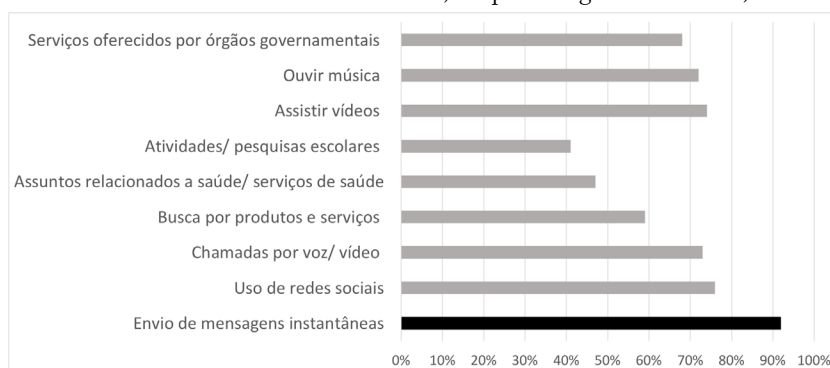
baixa renda e sem acesso à internet são um exemplo de como são afetadas no período de isolamento social por não poderem assistir as aulas *on-line* e não terem acesso a outros elementos importantes da escola, como materiais e acompanhamento de professores (FIOCRUZ, 2020).

Quando se qualifica o tipo de acesso à rede serviço por meio do *smartphone*, principalmente por aplicativos no Brasil, 92% dos acessos são para mensagens instantâneas (CGI, 2020). Há uma importante mudança nas práticas culturais e na comunicação entre as pessoas conectadas, como mostra o Gráfico 6. Essa interatividade é uma das características marcantes que trouxeram novas práticas e interações espaciais (CORRÊA, 2016), pois cada vez mais assistimos a um uso banal da simultaneidade, e que interfere diretamente nos comportamentos.

Em todas as faixas de renda se usa *smartphone*, esse objeto técnico que reúne as funções do telefone e de computador, e é esse uso massivo que estabelece novas práticas de comunicação e da capilarização da informação no Brasil.

Segundo o Gráfico 6, em todas as regiões do país, a maior parte dos acessos visa o envio de mensagens instantâneas, o que acontece por meio de redes sociais como o *WhatsApp*, em primeiro lugar.

Gráfico 6 – Acessos à internet no Brasil, em porcentagem de usuários, 2020.



Fonte: CGI, 2020. Elaboração da autora.

Em todas as faixas de renda, prevalece o envio e recebimento de mensagens instantâneas (CGI, 2020), mostrando a força desses aplicativos nas relações comunicacionais no cotidiano dos indivíduos e do coletivo.

Com uso crescente, as redes sociais são ferramentas de propagação de informações que condicionam vários tipos de engajamento, potencializam debates e induzem o crescimento do volume e da velocidade das informações produzidas em rede, conformando uma lógica da ação comunicacional e informacional no território.

Para que essas redes sejam criadas e acessadas, há um importante impacto dos componentes técnicos e políticos dessa infraestrutura, principalmente naqueles lugares que recebem a capilarização das redes de provedores regionais e cuja população se conecta à internet. A banalização das tecnologias da informação e comunicação promove de modo cada vez mais intenso o uso corporativo do território, de forma mais racionalizada e regulada pelos agentes hegemônicos.

Por meio do uso massivo do *smartphone*, a maior parte da população foi inserida num cotidiano mediado pela informação, e é importante levar em conta que, se por um lado esse acesso oportuniza uma conexão massiva, por outro oculta a perversidade aí embutida: a vulnerabilidade de grande parte dos cidadãos em lidar com a racionalidade das informações produzidas por tais agentes.

Assim, essa situação impõe considerar os fatos técnicos e políticos que são ao mesmo tempo dialéticos e conexos: do mesmo modo que a informação é carregada de intencionalidades articuladas pelos agentes hegemônicos, esta nova tecnologia também abriu novas possibilidades e contra-racionalidades (SANTOS, 1996) que expressam a reação dos agentes não-hegemônicos, como é o caso da atuação e influência dos provedores regionais na maior parte do território nacional, em cidades de 5 mil até 50 mil habitantes.

Portanto, esses provedores têm o potencial de popularizar o acesso em cidades que ficam distantes de grandes centros urbanos e na periferia das cidades, numa conjuntura em que se abrem possibilidades para os “pequenos” dentro de uma rede hegemônica. No entanto, o acesso à informação viabilizado pelos provedores regionais às populações de menor renda não torna o nexo informacional menos perigoso ou mais emancipador, de modo geral.

Nesse contexto, o uso do *smartphone* para acesso à internet tem o poder de redefinir setores da economia urbana, como as atividades marginais, tradicionais ou recentemente marginalizadas. E nos espaços

menos modernos e mais “opacos” propiciam uma adaptação criadora à realidade existente (SANTOS, 1988).

Logo, há possibilidades para os trabalhadores do circuito inferior da economia (SANTOS, 2004; SILVEIRA, 2015; MONTENEGRO, 2012), considerando as bases materiais do período que são a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta (SANTOS, 2000), que poderão servir a outros objetivos sob fundamentos sociais e políticos.

Para esses circuitos e seus trabalhadores, os impactos do acesso à internet se dá, por exemplo, nas formas de crédito e débito via cartão, cheque e boletos bancários e atividades que se baseiam nas variáveis do período atual como a informação, a publicidade, as finanças e o consumo (SILVEIRA, 2009), resultando em novos serviços oferecidos aos clientes em que as técnicas de informação são integradas às atividades do circuito inferior como instrumento de trabalho, como objeto de consumo ou de comercialização (MONTENEGRO, 2006). Tais ações no circuito inferior contam com nível de capital baixo, estoque pequeno de produtos a serem comercializados, e compras realizadas em atacadistas para ter maior margem de lucro.

O acesso às técnicas de conexão à internet abre possibilidades para emancipação social, em que o indivíduo que usa o *smartphone* pode também produzir e difundir informações, com diferentes conteúdos (textos, imagens, sons), ter alcance ao conhecimento para constituir redes e até mesmo a viabilidade de elaborar aplicativos para uso de grupos locais ou regionais.

Levar em conta as contrarrazionalidades para emancipação social demanda uma reflexão sobre o movimento de totalização do período atual, em que há correspondente condicionamento entre transformações técnicas e transformações sociais. Temos assim a sucessão contínua da concepção espaço-tempo que Santos (1996) analisava como “conjuntos de sistemas de objetos indissociáveis dos conjuntos dos sistemas de ações” para caracterizar o movimento da produção material da sociedade. Por isso é sempre importante ter em conta que, no período atual, a informação é o principal nexos que estabelece a inseparabilidade entre a sociedade e sua produção material e imaterial que constitui o espaço geográfico.

Bibliografia

ABRINT. Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - **Provedores regionais teriam 11,8 milhões de acessos não notificados**, 2020. Disponível em <http://www.abrint.com.br/abrint-na-midia/provedores-regionais-teriam-11-8-milhoes-de-acessos-nao-notificados> Acesso em 4 set. 2020.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações. **Mapeamento das redes de transporte**, 2019. Disponível em <https://www.anatel.gov.br/dados/mapeamento-de-redes> Acesso em 30 set. 2020.

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. **Plano Nacional de Banda Larga**, 2020. Disponível em <https://www.anatel.gov.br/setorregulado/telefoniamovel/208-universalizacao-e-ampliacao-do-acesso/plano-nacional-de-banda-larga> Acesso em 31 out. 2020.

BERTOLLO, M. **A capilarização das redes de informação no território brasileiro pelo smartphone**. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

CETIC. **Acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais**. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 2020. Disponível em https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf Acesso em 13 out. 2020.

CGI – COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019**, 2020. Disponível em <https://cgi.br/noticia/releases/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/> Acesso em 1 nov. 2020.

_____. **Pesquisa sobre o setor de provimento de serviços de internet no Brasil - TIC Provedores 2014**. NIC.BR/ CETIC.BR, 2016.

Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-setor-de-provimento-de-servicos-de-internet-no-brasil/>>. Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Lei do Marco Civil da Internet no Brasil**. Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014, 2014. Disponível em <https://www.cgi.br/lei-do-marco-civil-da-internet-no-brasil/> Acesso em 22 nov. 2020.

CISCO. Cisco **Visual Networking Index: Global Mobile Data Traffic Forecast**, 2017–2022, 2019. Disponível em <https://www.cisco.com/c/en/us/solutions/collateral/service-provider/visual-networking-index-vni/vni-forecast-qa.html> Acesso em 16 out. 2020.

CORRÊA, L. R. **Processos, formas e interações espaciais**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-143, jan/ jun. 2016.

FIOCRUZ. **Recursos insuficientes para merenda**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/recursos-insuficientes-para-merenda> Acesso em 10 nov. 2020.

GOMES, H. S. **Pequenos provedores de internet levam internet ultrarrápida para interior do Brasil**. Universo online, ago. 2019. Disponível em <https://www.uol.com.br/tilt/reportagens-especiais/donada-para-um-tudo/index.htm#internet-nos-rincoes-do-pais> Acesso em 10 out. 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

MHEMANN - Assessoria para Provedores. **Provedores Regionais são o maior grupo do mercado de internet do Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.mhemann.com.br/2020/04/provedores-regionais-sao-o-maior-grupo-do-mercado-de-internet-do-brasil-acompanhe-os-dados-divulgados-pela-anatel/> Acesso em: 16 out. 2020.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Dissertação Mestrado em Geografia Humana. São Paulo, 2006.

_____. **A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização.** Revista Geográfica Venezolana, Vol. 53(1), 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2ª ed. , São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil.** Espaço & Debates, n. 25, p. 58-62, 1988.

SILVEIRA, M. L. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo.** Cadernos CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

_____. **Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana.** GEOUSP: espaço e tempo, v. 19, p. 245-261, 2015.

TELEBRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES. **Mapas das ERBs Brasil, 2018.** Disponível em: <<http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/mapa-de-erbs-antenas>>. Acesso em: 16 set. 2020.

TELECO – Inteligência em Telecomunicações. **Estatísticas do Brasil – Geral, 2020.** Disponível em <https://www.teleco.com.br/estatisticas>. Acesso em 13 set. 2020.

A EXPANSÃO TERRITORIAL DA MINERAÇÃO CAPITALISTA EM TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS NO SUDESTE PARAENSE

Marcelo Fernando Terence

A mineração em grande escala, com características industriais, cresceu rapidamente nas últimas décadas na mesorregião do Sudeste Paraense, em grande medida por meio da apropriação de terras públicas federais. O presente capítulo trata dos processos de expansão territorial de projetos de mineração no Sudeste Paraense, a partir do uso privado de terras federais, seja em Projetos de Assentamentos do Incra, Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, e do agravamento de conflitos sociais e ambientais na mesorregião referida.

Desde os anos 1960, o Sudeste Paraense se destacou em relação à descoberta de reservas minerais e, em uma evolução crescente desde então, na instalação de projetos minerários e no volume da produção comercializada. Os números do Quadro 1 demonstram o crescimento da produção do estado do Pará nos últimos anos em comparação com o estado de Minas Gerais, agora o segundo estado que mais comercializa substâncias metálicas no Brasil.

Quadro 1 – Valor da produção comercializada em bilhões de R\$ das principais substâncias metálicas, nos anos de 2005, 2015 e 2018, nos estados do PA, MG e no Brasil

	2005	2015	2018	Crescimento entre os anos de 2005 e 2018
Pará	6,8	25,0	49,6	629%
Minas Gerais ¹	13,8	32,8	42,8	210%
Brasil	31,4	67,5	102,9	227%

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro, Agência Nacional de Mineração (ANM), 2018

Apesar dos desastres das barragens da Vale S/A em Minas Gerais e da desaceleração do crescimento da mineração nesse estado, em relação ao minério de ferro extraído das minas de Carajás, no Sudeste Paraense, as notícias continuam sendo alvissareiras, pelo menos para o grande capital aplicado nessa atividade econômica. Com maior teor de ferro do que o minério extraído em Minas Gerais, o minério extraído no estado do Pará, nas serras de Carajás, atende melhor as expectativas das usinas siderúrgicas, nas quais é usado como matéria-prima na produção do aço carbono:

O aumento das margens das siderúrgicas, [...] e a continuidade das restrições ambientais impostas durante 2017 levaram as siderúrgicas a buscar minério de alta qualidade, como *o minério de ferro da Vale das operações de Carajás, com teor de cerca de 65% de ferro contido*, que permite alta produtividade e menores níveis de emissão. Enquanto a média de US\$ 40,5/t do índice de referência de preço de minério de ferro Metal Bulletin 58% em 2018 representou uma queda de 13% em relação à média de 2017, a média do índice Metal Bulletin 65% foi de US\$ 90,4/t em 2018. (Vale, 2019, p. 375).

¹ O estado de Minas Gerais continuou aumentando suas vendas em Reais mesmo com rompimento da barragem da empresa Samarco S/A (da qual a Vale S/A detém 50% das ações), no município de Mariana/MG, no ano de 2015. No entanto, a própria Vale S/A admite uma diminuição de 92 milhões de toneladas na produção desse estado devido à interrupção da atividade de alguns empreendimentos como consequência do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho/MG, no início do ano de 2019 (VALE, 2019).

Em relação ao estado paraense ressalta-se a retomada do crescimento entre os anos de 2015 e 2018, consequência do início das atividades, nesse intervalo de tempo, de gigantescos projetos minerários como o Complexo S11D Eliezer Batista (minério de ferro), situado no município de Canaã dos Carajás/PA e do projeto Salobo II (cobre), situado no município de Marabá/PA, ambos localizados na mesorregião do Sudeste Paraense.

Além disso, os dois municípios paraenses com maior valor comercializado de substâncias metálicas se localizam nessa mesorregião: Parauapebas e Canaã dos Carajás, este último município tendo recentemente ultrapassado Parauapebas ao romper a barreira dos R\$ 10 bilhões de produção de minério por ano. Os projetos de extração minerária S11D, o Salobo e o Onça Puma (níquel), todos localizados no Sudeste Paraense, estão entre os primeiros do mundo em volume de minério extraído e entre os mais modernos nos métodos empregados para a mineração. São vistos ainda, por diversos sujeitos sociais ali presentes – como lideranças políticas, empresários e parte da população – como imprescindíveis para o desenvolvimento regional e para a criação de empregos.

Do ponto de vista da contrapartida da mineração às finanças públicas, a principal é o pagamento de *royalties* pelas mineradoras, com o nome de Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Essa contribuição constitui parcela importante para o orçamento dos municípios onde se localizam os projetos minerários, para o cofre estadual paraense, e mesmo para o governo federal, dado que o aumento dessa arrecadação tem se mostrado significativo. Mas são desprezíveis se comparados com a riqueza apropriada pelas mineradoras e, principalmente, como veremos, se cotejados com os impactos sociais e ambientais dessa atividade econômica no Sudeste Paraense².

² Para os municípios, esses parcos *royalties* fazem toda a diferença nas pobres receitas municipais do interior do Pará: “Na escala atual, a era mineral permitiu a Canaã ter a maior receita de *royalty* da sua história: 15 milhões de reais no primeiro semestre. A receita total de 2016 da compensação financeira pela exploração mineral foi de R\$ 19,4 milhões [...]. É algo como 1% do valor bruto do minério. No meio da comemoração pela façanha em um período de vacas magríssimas, dá uma ideia de grandeza na correlação entre a riqueza que vai e a riqueza que fica (O gigante e o anão – Lúcio Flávio Pinto, 26 de julho de 2017).

Os dados do crescimento vigoroso da produção mineral no Sudeste Paraense ocultam a forma e as consequências da expansão territorial dessa atividade. Os conflitos com outros sujeitos sociais pela posse de terras públicas (camponeses sem-terra, assentados e povos indígenas) e a usurpação de outros usos possíveis da terra (Unidades de Conservação, PAs e TIs) apontam para uma outra face do processo de acumulação capitalista realizado nas ricas e modernas instalações das grandes mineradoras na região, em grande parte financiado pelo capital internacional. O discurso e a propaganda das grandes empresas mineradoras exaltando os ganhos de produtividade, principalmente de novos empreendimentos como o S11D, mal conseguem disfarçar a utilização de meios não econômicos e a interferência estatal no sentido de garantir os fatores necessários à continuidade e ao crescimento da atividade minerária capitalista no Sudeste Paraense.

1. Acumulação espacialmente expansiva e o mito liberal da acumulação capitalista

A expansão da mineração em grande escala, da forma como vem ocorrendo no Sudeste Paraense, possui o padrão da denominada acumulação originária³, que é aquela realizada por meios não econômicos, incluindo a coerção física, a fraude, a privatização de bens comuns ou públicos⁴. A acumulação originária efetiva-se pela ação de forças sociais

³ A utilização do termo “originária” se dá pelo fato de que “primitiva” era como os autores da economia política clássica denominavam a forma idílica da acumulação antecedente à I Revolução Industrial: nessa perspectiva, os burgueses teriam acumulado porque pouparam, sacrificando seu consumo para poder acumular. Daí o título, crítico, do capítulo de Marx: “A assim chamada acumulação primitiva” (GRESPLAN, 2015).

⁴ Para ficarmos apenas com alguns dos exemplos de formações territoriais com essas características lembremos que a grilagem de terras públicas contribuiu decisivamente para a produção de capital seja na expansão do café para o Oeste Paulista em fins do século XIX, no avanço da soja no Centro-Oeste brasileiro no final do século XX e início do século XXI ou no crescimento vertiginoso da produção pecuária no Sudeste Paraense nas primeiras décadas do século XXI. (MARTINS, 1998 e OLIVEIRA, 2016).

como o Estado, as empresas capitalistas nacionais ou multinacionais ou por simples aventureiros. *Nas palavras de De Angelis (2016):*

Podemos dizer, portanto, que a acumulação primitiva para Marx é um processo social instigado por algum ator social (o Estado, classes sociais particulares, etc.) dirigido às pessoas que têm alguma forma de acesso direto aos meios de produção.

No campo brasileiro, seja na atividade minerária industrial ou na agropecuária, a acumulação originária assume a forma da *expansão territorial* da produção voltada para a exportação, sendo essa expansão fortemente marcada pela grilagem, a fraude, a violência e a apropriação ilegal de terras públicas, ocupadas ou não por camponeses ou povos indígenas. Essa é uma das formas da acumulação originária e que pode ser denominada de *acumulação expansiva espacialmente*, quando a utilização de métodos extraeconômicos pelas empresas da mineração capitalista objetivam a reserva de grandes extensões de terras específicas, no caso em exame para o acesso aos seus subsolos, únicos em sua riqueza, e imprescindíveis para o desenvolvimento de suas atividades atuais ou futuras. O que não impede que, obtidas as terras para a mineração, e extraído o minério, este seja absorvido e utilizado nas cadeias produtivas mais modernas do capitalismo mundial (indústrias automobilísticas, tecnológicas, bélicas, etc).

Portanto, trata-se de dois momentos distintos de um mesmo processo acumulativo. Não há dualidade entre o momento da acumulação originária e o desenvolvimento pleno da acumulação capitalista. Primeiro a obtenção da terra por meio de coação, fraude e a pilhagem dos recursos naturais, depois a venda do minério para os grandes mercados mundiais e a produção moderna capitalista⁵.

⁵ Rosa Luxemburgo, pensando na totalidade da reprodução social do capital, apontava para esse duplo aspecto em relação à acumulação do capital: “Um deles se desenvolve nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico” (1985, p. 308). A outra face da acumulação capitalista seria aquela em que interferem os fatores extraeconômicos, como o Estado

No contexto aqui estudado, a acumulação dita originária ocorre por meio da expropriação das terras públicas e da privatização de terras e recursos naturais por parte de grandes mineradoras, em ambos os casos com a chancela do Estado brasileiro.

Pode-se argumentar que a mineração participa de um processo diferente da grilagem tradicional pois raramente a empresa mineradora almeja a propriedade do solo. No entanto, concretamente, as empresas mineradoras inviabilizam ou estão prestes a inviabilizar outros usos sociais (agricultura camponesa, conservação, ocupação indígena) em milhões de hectares no Sudeste Paraense, em PAs, UCs e TIs. Sendo que grande parte dessa reserva territorial das multinacionais do minério foi obtida sem custos ou a custos bem inferiores aos de mercado, tratando-se de terras com os subsolos mais ricos em minerais de todo o país.

1.1 A formação do território para a exploração minerária: o protagonismo da Vale S/A

A exploração efetiva e em grande escala das riquezas minerais da mesorregião do Sudeste Paraense, apesar de planejada durante a ditadura civil-militar no Brasil, teve início ao final desse período no âmbito do Programa Grande Carajás, criado pelo Decreto-Lei nº 1.813 de 24/11/1980⁶. Para garantir a exploração dos diversos minerais encontrados na denominada Província Mineral dos Carajás e a expansão

ou setores das classes sociais dominantes e tem como marcas distintivas: “[...] a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces [...]”. (LUXEMBURGO, 1985, p. 309). A partir dessa abordagem, não há que se falar em desenvolvimento capitalista para a superação do atraso ou em modernização capitalista. O que convencionou-se denominar, do ponto de vista econômico e social, de moderno e de atraso, andariam juntos e seriam, portanto, reproduzidos pelo desenvolvimento e pela expansão das relações capitalistas e pela mercantilização dos recursos naturais.

⁶ O Programa Carajás do governo federal, inspirado no Programa Ferro da CVRD, era composto pela estrutura da exploração do minério de ferro e a construção de uma ferrovia com 840 quilômetros de extensão ligando as minas de Carajás ao Terminal Marítimo de Ponta de Madeira, em São Luiz/MA, também

futura desta atividade, foi pensada a criação de diversas UCs, formando um entorno de segurança para a operação da mineradora responsável pela exploração mineral, a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A formação da área de segurança para as operações da CVRD começou com a criação das seguintes UCs:

- Floresta Nacional do Tapirapé/Aquiri: criada pelo Decreto 97.720/89, com 196.503 ha, situada nos municípios de Marabá (85,74%) e São Félix do Xingu (14,26%);
- Reserva Biológica do Tapirapé: criada pelo mesmo Decreto da Flona Tapirapé, possuindo 99.271 ha e situada no município de Marabá;
- Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado: criada pelo Decreto nº 2.486/98, situada no município de Parauapebas, medindo 23.284 ha;
- Floresta Nacional de Itacaiúnas: com 141.400 ha, criada pelo Decreto nº 2.480 e situada no município de Marabá;
- Floresta Nacional dos Carajás: com 411.949 ha, criada pelo Decreto nº 2.486/98, situada nos municípios de Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás e Parauapebas⁷.

Como reporta o ICMBio, órgão responsável pelas UCs referidas, a finalidade da criação delas foi garantir a atividade de extração mineral e não a preservação ambiental:

Foi proposto ao governo (pela estatal CVRD) que fosse demarcada uma superfície objetivando a garantir o desenvolvimento da Província Mineral de Carajás,

da empresa mineradora. O Programa original previa a construção de inúmeras siderúrgicas em toda essa região.

⁷ A Flona Carajás é a detentora do subsolo mais rico em minerais entre essas UCs. Ela foi criada após a privatização da CVRD, no ano de 1997, em área sobreposta e coincidente à área sobre a qual havia uma Concessão de Direito Real de Uso que tinha a CVRD como concessionária. A concessão foi feita pelo Senado e ratificada, no ano de 1997, por meio de um decreto do presidente FHC (ICMBIO, 2016, p. 53).

inclusive regulando o direito sobre as terras necessárias ao complexo industrial e à respectiva infraestrutura do projeto, de modo a prevenir eventuais conflitos com terceiros, pela posse de áreas na região. Além disso, foi sugerido a criação de UCs no entorno da Província Mineral (ICMBIO, 2006, p. 21).

Estas cinco UCs formaram o núcleo inicial do território da Vale S/A na região. Como exemplo do que se repete em todos os Planos de Manejo, segue a reprodução, no Quadro 2, de um trecho do Plano de Manejo da Flona Tapirapé-Aquiri, que expressamente considera atividades conflitantes todas aquelas que interferem na exploração pela Vale S/A:

Quadro 2 – Atividades existentes na área de criação da Flona Tapirapé-Aquiri

Pesquisa Mineral	Pesquisas realizadas pela Salobo Metais S/A
Atividades conflitantes	Extração de madeira/Caça e pesca/Garimpagem de minerais

Fonte: ICMBio, 2006, p. 2.1. (Reprodução)

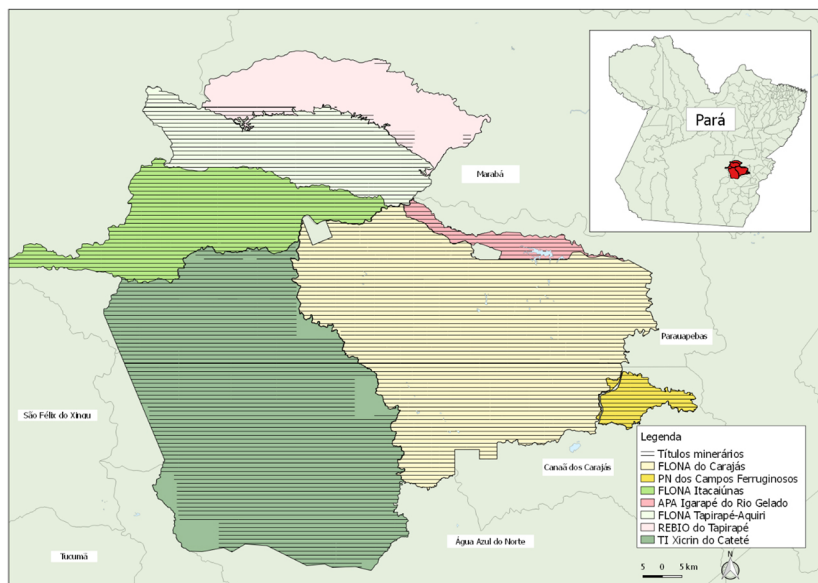
Em decorrência da pesquisa mineral referida no quadro acima foi criado na Flona Tapirapé/Aquiri o maior empreendimento de extração de cobre da Vale S/A no mundo, descrito desta forma pela empresa aos seus investidores:

A mina a céu aberto e a usina concluíram o ramp-up no quarto trimestre de 2016 para uma capacidade de 200.000 toneladas de cobre no concentrado com a total implementação da expansão de Salobo II. *Mais um projeto em expansão.* Ambos incluem obviamente em seus processos de mineração o descarte de resíduos, em áreas altamente sensíveis próximas a áreas indígenas e florestas nacionais, quando não inseridas nelas. (VALE, 2016, p.).

Com exceção da Rebio Tapirapé, uma área de proteção integral, a situação se repete em todas as UCs citadas, com grandes

projetos minerários em execução em suas áreas⁸. No entanto, do ponto de vista ambiental, o pior ainda está por vir. Como demonstra o Mapa 1, quase que a integralidade da extensão das UCs possuem títulos minerários concedidos:

Mapa 1 – Títulos minerários sobrepostos às UCs do Mosaico dos Carajás



Fonte: MMA e DNPM, 2018. Org. Marcelo Terence.

Além das UCs já citadas, podem ser notadas mais duas áreas per-
tencentes formalmente à União que se encontram com sua área total ou
parcialmente sobreposta com títulos minerários concedidos pelo então
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): a TI XiKrin
do Cateté e o recém-criado Parque Nacional dos Campos Ferruginosos

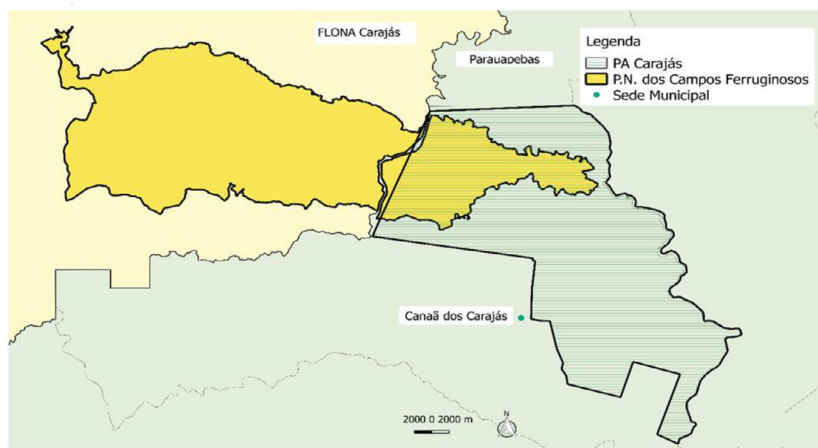
⁸ O próprio ICMBio, no caso da APAIG, por exemplo, admite isso: “Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), existem 32 processos minerários na área da APAIG, associados às seguintes substâncias minerais: cobre, ouro, fosfato, manganês, diamante, chumbo, minério de tântalo e ferro” (ICMBio, 2017). Destaque-se ainda que cerca de 10% dessa APA estava, desde sua criação, destinada para a instalação de “Barragens de Mineração”, para serem utilizadas nos Projetos da Vale S/A na Serra Norte em Carajás.

(PNCF). Sobre este último são importantes algumas considerações para que se possa introduzir o tema da exploração mineral capitalista em terras de PAs da Reforma Agrária.

O PNCF foi criado no ano de 2017, por meio do Decreto s/nº de 06 de junho de 2017, com uma área de 81.560 ha e está situado nos municípios de Parauapebas/PA e Canaã dos Carajás/PA. Apesar de estar todo comprometido com a concessão de títulos minerários é considerado de proteção integral e a finalidade de sua criação foi a compensação ambiental exigida pelo Ibama para a liberação das atividades do projeto S11D, localizado no interior da Flona Carajás e com grande potencial de expansão e, portanto, de degradação ambiental dessa UC⁹. Ou seja, o PNCF foi criado pela Vale S/A por meio da apropriação de terras que eram públicas para que a empresa mineradora pudesse transformar as montanhas de Carajás em um “retrato na parede” (PINTO, 2016). Além disso, o PNCF está situado nas imediações do Projeto Níquel do Vermelho da mesma empresa e serviria como um entorno de segurança para esse empreendimento. Uma das peculiaridades do referido parque é que ele foi criado, em parte, sobreposto à área do PA Carajás, conforme exposto no Mapa 2.

⁹ O nome do projeto S11D faz referência ao corpo “11” da Serra Sul, no interior da Flona Carajás. E a letra “D” é porque esse corpo da serra foi dividido pela Vale S/A em “A”, “B”, “C” e “D”. Conforme notícia da agência Reuters de maio de 2019: “Vale considera dobrar produção na Serra Sul de Carajás após 2020”. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1SK27Y-OB RTP>. Acesso em 14/12/2019.

Mapa 2 – Parque Nacional dos Campos Ferruginosos e o PA Carajás



Fonte: MMA e DNPM, 2018. Org. Marcelo Terence.

Ou seja, a Vale S/A avançou sobre terras públicas de um antigo PA e o transformou em área de compensação ambiental por suas explorações na Flona Carajás, com a chancela do governo federal ao criar oficialmente o PNCF. Essas terras de domínio federal foram compradas pela Vale S/A, em sua maioria, da mão de assentados, de posseiros e de grileiros presentes no interior do PA Carajás. O fato ocorreu a partir dos anos 2000 com a perspectiva da instalação dos projetos minerários Níquel do Vermelho e Sossego (cobre e ouro). No total foram comprados 130 lotes sem que o titular do domínio das terras, o Incra, fosse comunicado oficialmente (CEPASP, s/d). A legalização dessa situação deu-se pela criação do PNCF, ampliando assim a área do chamado Mosaico de Carajás. De qualquer forma, como nos casos das outras UCs que formam o Mosaico, a Vale S/A ficará responsável, em parceria com o ICMBio, pela manutenção, pela vigilância e pelo planejamento das ações referentes ao parque. Resumindo: *a Vale S/A comprou o que não podia, doou o que não era dela e vai permanecer com influência e controle sobre a área*¹⁰.

¹⁰ A ironia maior é que o PA Carajás foi criado, na década de 1980, com o intuito de compensar famílias camponesas que haviam sido prejudicadas com as operações da exploração mineral dentro da Flona Carajás.

Esse é um exemplo de que a Vale S/A está há décadas em um processo contínuo de apropriação territorial no Sudeste Paraense, independentemente do uso social a que tais terras foram destinadas ou a quem elas pertençam, sejam UCs ou PAs¹¹. A fome por terras da empresa é insaciável: segundo dados da ANM, o extinto DNPM, sem contar os títulos de suas subsidiárias, a Vale S/A possui 370 títulos minerários com uma extensão total de 1,8 milhão de hectares no Sudeste Paraense, boa parte deles no denominado Mosaico de Carajás (ANM, 2017). Todas as outras mineradoras somam 17 milhões de ha no Sudeste Paraense, que tem uma extensão total de 30 milhões de ha.

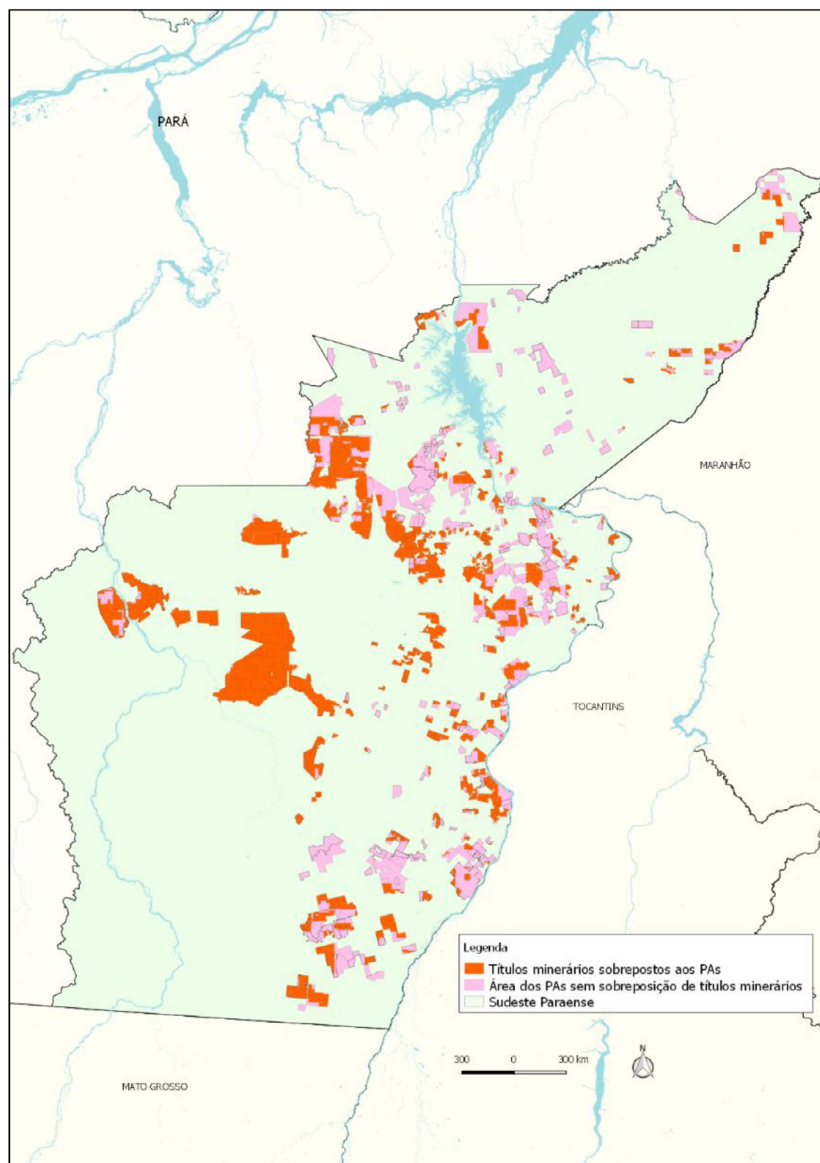
2. A ameaça aos Projetos de Assentamentos do Sudeste Paraense

A mesorregião do Sudeste Paraense coincide em 37 dos seus 39 municípios com a área sob jurisdição da Superintendência Regional-27 do Inca (SR-27), sediada no município de Marabá. Como consequência direta de uma história de luta de camponeses, seus movimentos organizados e entidades de apoio (Sindicatos, movimentos de luta pela terra, CPT e outros), a SR-27 criou ou reconheceu 514 Projetos de Assentamento até os dias atuais, somando uma área total de 4.282.244,54 ha¹². O problema que se coloca com a expansão territorial da mineração é que PAs e títulos minerários concedidos ocupam, em inúmeros casos, o mesmo lugar no território. Conforme o Mapa 3 expõe, são 1.402 títulos minerários nas mais diversas fases que se sobrepõe aos PAs do Inca no Sudeste Paraense.

¹¹ Os números declarados pela própria Vale S/A demonstram o caráter territorialmente expansivo de suas atividades na busca de resguardar reservas futuras para seus empreendimentos. No ano de 2016 a mineradora declarou possuir uma área de 574.967 ha em concessões minerárias somando-se as minas em atividade a as áreas chamadas de áreas de amortecimento. Já no ano de 2018 esse número havia crescido para 595.523, um aumento de mais de 20.000 ha em apenas dois anos.

¹² Informação oficial do Inca com dados atualizados até 31/12/2018. Disponível em: <http://painel.inca.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 13/12/2019.

Mapa 4 – Títulos Minerários sobrepostos aos PAs do Sudeste Paraense



Fonte: DNPM, 2017 e Inbra, 2017. Org. Marcelo Terence

Desse total de títulos minerários situados em terras de reforma agrária, são 1.164 títulos concedidos após a criação dos PAs e 218 títulos concedidos anteriormente à criação deles¹³. A área total de títulos minerários sobrepostos aos PAs soma 2.450.473 hectares. Em ambos os casos chama a atenção a negligência dos órgãos federais, seja o DNPM (atual ANM), seja o próprio Inca, ao não prever os conflitos que inevitavelmente surgiriam dessa destinação dupla para as terras, sendo óbvia a contradição e a impossibilidade da convivência entre as terras de moradia e trabalho de famílias camponesas e a extração mineral em grande escala exercida por empresas capitalistas. Em relação aos títulos minerários em fase de concessão de lavra, ou seja, já autorizados a extrair o minério, há 27 deles sobrepostos aos PAs da SR-27 do Inca, ocupando uma área total de 236.695 ha em nove municípios da região¹⁴.

Para expor o potencial de desestruturação dos PAs devido ao caráter expansionista da mineração capitalista no Sudeste Paraense vamos utilizar o exemplo de três municípios dessa mesorregião – Marabá, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás. A escolha desses municípios se deve ao fato de serem aqueles com maior área de PAs sobrepostas aos títulos minerários concedidos, um verdadeiro estoque territorial ocupado por famílias camponesas e, se forem efetivados os direitos dos detentores dos títulos minerários, reservado para a expansão territorial da mineração¹⁵. Serão apresentados os dados gerais para cada um dos municípios e os dados do PA que possui a maior área com sobreposição de títulos dentro daquele município. Vejamos:

¹³ A área total de sobreposição entre títulos minerários e PAs é de 2.450.473 hectares, lembrando que muitos títulos estão sobrepostos entre si (DNPM, 2017).

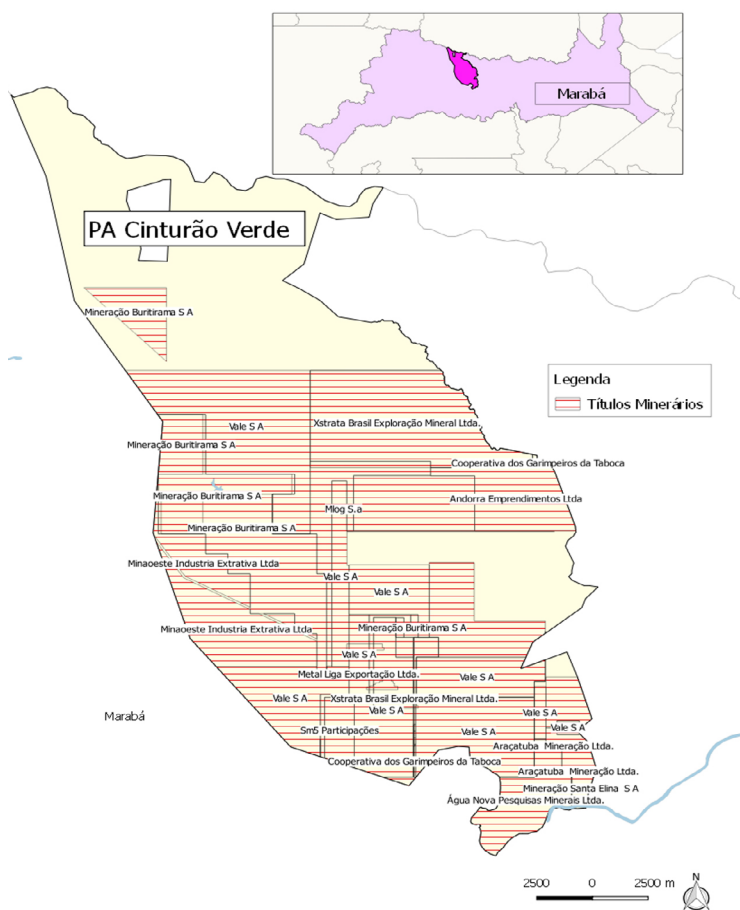
¹⁴ São eles: Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Rio Maria, Floresta do Araguaia e Marabá.

¹⁵ São as seguintes as fases dos títulos minerários: a) Requerimento de pesquisa; b) Autorização de pesquisa; c) Requerimento de lavra; d) Licenciamento e e) Concessão de lavra. Em todas essas fases há custos para as mineradoras, o que torna claro o desejo de exercerem o direito à extração dos minérios desde que demonstrada a viabilidade econômica dos achados. Sobre as fases de um título minerário, ver site Agência Nacional de Mineração. Disponível em: <http://anpo.com.br/main.asp?link=noticia&id=11>. Acesso em 20/07/2020.

2.1 Títulos minerários nos PAs do município de Marabá

São 227 os títulos minerários somando uma área total de 266.129 ha sobrepostos aos PAs do município de Marabá. Neste município, apenas 12 PAs não possuem títulos minerários sobrepostos, sendo o PA Cinturão Verde um dos mais afetados, como pode ser observado no Mapa 5:

Mapa 5 – Títulos minerários no PA Cinturão Verde



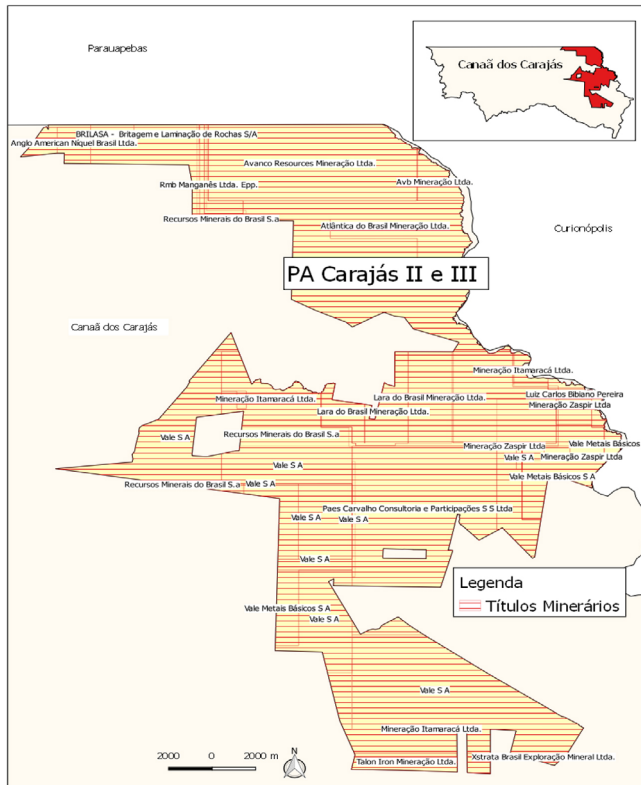
Fonte: DNPM e Inbra. Org. Marcelo Terence

2.2 Títulos minerários nos PAs do município de Canaã dos Carajás

Nesse município há 178 títulos minerários concedidos, somando 446.430 ha, ocupando todo o território municipal.

Isso significa que todos os PAs situados nesse município correm o risco de serem transformados em empreendimentos minerários capitalistas, pois 100% da área dos PAs está sobreposta com títulos minerários. O PA Carajás é o destaque nesse município devido ao seu tamanho, um dos maiores PAs da SR-27, e pelo fato de estar totalmente sobreposto com títulos minerários, conforme o Mapa 6:

Mapa 6 – Títulos minerários sobrepostos ao PA Carajás



Fonte: DNPM e Inkra. Org. Marcelo Terence

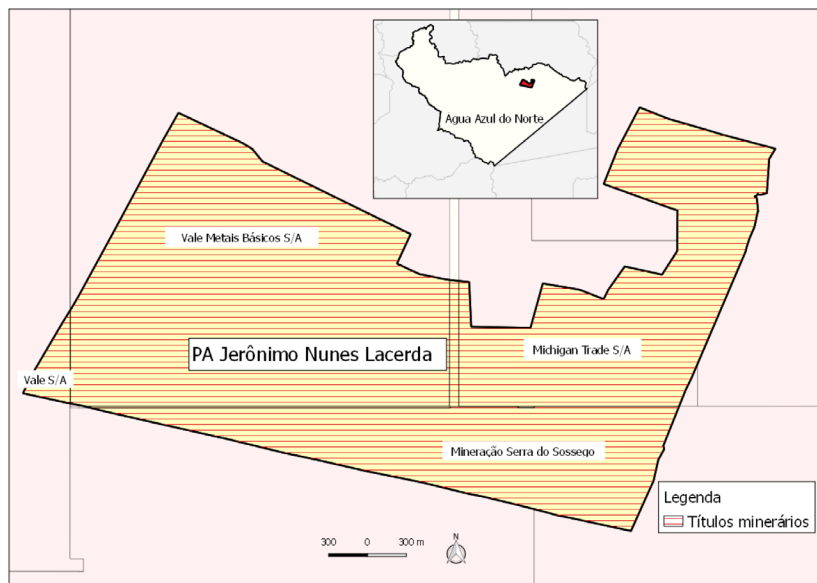
No PA Carajás há 58 títulos minerários sobrepostos.

2.3 Títulos minerários nos PAs do município de Água Azul do Norte

São 54 títulos minerários nos PAs de Água Azul do Norte, ocupando uma área de 44.066 hectares sobrepostos às terras públicas federais destinadas à reforma agrária nesse município.

Apenas cinco dos PAs do município não estão totalmente recobertos por esses títulos. No Mapa 7 o exemplo de um dos maiores PAs do município, o PA Jerônimo Nunes Lacerda, com 100% do seu subsolo dividido por empresas mineradoras:

Mapa 7 – PA Jerônimo Nunes Lacerda totalmente recoberto por títulos minerários



Fonte: DNPM e Inkra. Org. Marcelo Terence

Os mapas e os dados apresentados evidenciam o potencial da expansão territorial da atividade minerária no Sudeste Paraense. Se levarmos em consideração o que já está ocorrendo em PAs nos quais a lavra já está ocorrendo, percebe-se o risco que correm os PAs que contêm títulos minerários ainda nas fases de pesquisas e estudos de viabilidade.

O resultado da disputa territorial entre a mineração e a ocupação camponesa são centenas de assentados sofrendo interferência direta

em seu modo de vida. Há relatos e estudos acadêmicos sobre problemas dessa ordem no Sudeste Paraense, por exemplo, nos PAs Tucumã, Campos Altos, Carajás, Capivara, Joncon Três Irmãos e PA Cosme e Damião (OLIVEIRA, 2017 e TERENCE, 2018).

Nas áreas dentro dos PAs onde a mineração já se instalou, as famílias que não tiveram suas terras compradas pelas mineradoras passaram a enfrentar problemas como a poluição ambiental – dos rios e do ar –, a fuga de animais das matas para os lotes devido às explosões e o despovoamento das áreas compradas pelas empresas. Para piorar, como consequência da rarefação da população nessas localidades constata-se ainda o fechamento de escolas, de postos de saúde e a diminuição do número de atravessadores que compram os produtos das famílias camponesas (CPT, s/d).

Percebe-se, portanto, que a desterritorialização camponesa em decorrência da mineração capitalista já é realidade há algum tempo. O que se quis mostrar com esse trabalho é o quanto esse processo pode avançar nos próximos anos no Sudeste Paraense com a fome por terras das grandes mineradoras, com destaque para a Vale S/A. Essa empresa e as demais mineradoras apresentam como solução para o problema a compra dos lotes dos assentados, pagando muitas vezes valores relativamente altos para a realidade dos assentados. Mas isso não resolve o problema daqueles que possuem lotes em áreas próximas às minas e que não têm suas terras compradas pelas mineradoras e, além disso, os valores são irrisórios se comparados aos lucros obtidos pela empresa. Vejamos um exemplo: a Vale S/A pagou, no ano de 2012, R\$ 44,5 milhões por 88 lotes no PA Campos Altos, no município de Ourilândia do Norte, uma média de R\$ 7.539,00 o hectare e R\$ 500.000,00 cada lote, enquanto o Incra apontava um valor de mercado médio de R\$ 1.859,00 para o hectare nesse município, no ano de 2010. Essa aparência de compensação justa paga pela Vale S/A se desvanece com as informações prestadas pela própria mineradora de que o valor contábil do projeto Onça Puma, desenvolvido na área onde se situavam os lotes adquiridos, era de 6,76 bilhões no ano de 2016, com uma produção anual de níquel de 24,1 mil toneladas métricas.

A partir dos dados apresentados é possível retomar a discussão feita acima sobre o padrão de acumulação presente nesses processos de

apropriação de terras públicas federais e o papel do Estado brasileiro. Na verdade, cabe a esse último resguardar as condições para a territorialização do capital, ao conceder os títulos minerários em áreas onde famílias já estão assentadas e priorizar a exploração minerária ou ao garantir a criação de UCs com permissão de mineração em seu interior. Sem essa força social, o capital (representado aqui pelas mineradoras) teria mais dificuldades em lidar com os outros sujeitos sociais que se interpõe àquilo a que as empresas julgam ser seu direito natural de explorar as terras com minérios, mesmo se forem em áreas em disputa, como se refere um relatório da Vale S/A:

Algumas de nossas operações minerárias estão localizadas em territórios cuja propriedade pode estar sujeita a disputas, ou em áreas destinadas à agricultura, ou para fins de reforma agrária, o que pode levar a desentendimentos com os proprietários de terras, movimentos sociais [...]. Desentendimentos ou disputas judiciais com grupos locais, e movimentos sociais organizados podem causar atrasos ou interrupções em nossas operações, [...] ou *prejudicar nossa capacidade de desenvolver nossas reservas* e conduzir nossas operações. (Vale, 2016, p. 5).

Por isso, devido àqueles que são vistos como um empecilho para os negócios da empresa, ela conta com a atuação estatal para que, com o verniz da legalidade, proceda-se a desterritorialização dos sujeitos sociais em seu caminho.

3. Considerações finais

No Brasil, historicamente, o moderno e o atraso sempre estiveram interligados. A escravidão, a desigualdade social estrutural, a grilagem de terras, para ficarmos nos exemplos mais clássicos, eram ou são momentos ou consequências de processos econômicos tidos como os mais modernos então existentes na economia mundial, seja a expansão colonial, a formação de uma economia-mundo capitalista, a industrialização ou o

abastecimento de mercados internacionais de *commodities*. A apropriação de terras públicas por parte das empresas mineradoras no Sudeste Paraense e o papel exercido pelo Estado brasileiro atual apresentam uma articulação semelhante entre o atraso e o moderno. A aquisição de terras públicas de forma ilegal e a expropriação camponesa são os meios utilizados para a obtenção de terras e então inicia-se a extração mineral por meios modernos, com capital intensivo financiado por grandes investidores internacionais, culminando com o abastecimento do mercado mundial de minérios e a produção siderúrgica internacional. Tudo isso com a chancela do Estado brasileiro a partir da concessão dos títulos minerários.

O avanço da mineração capitalista sobre terras públicas no Brasil cumpre esse papel de permitir, por meios não capitalistas – não determinados diretamente pelos imperativos do mercado –, a expansão territorial da produção voltada para o mercado internacional e para abastecer a produção siderúrgica capitalista mundial. A fome por terras das mineradoras demonstra, há décadas, a continuidade de uma acumulação espacialmente expansiva que assimila ou ressignifica diferentes relações sociais e amplia as bases territoriais da acumulação capitalista.

Bibliografia

DE ANGELIS, M.. Marx e acumulação primitiva - o caráter contínuo das “vedações” do capital. In: O comuneiro. Nº 26, 2018. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr26_2_MassimodeAngelis.html#_ftn0. Acesso em 03/08/2020.

CEPASP. Cartilha da Mineração. Marabá, (mimeo), s/d.

CPT. Relatório da Pesquisa de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais da Mineração no Sudeste Paraense. (mimeo.) s/d.

LUXEMBURGO, R.. A acumulação do capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARTINS, J. de S. O cativo da terra. São Paulo, Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, Iãnde Editorial, 2016

OLIVEIRA, L. M. de. Mineração e assentamento de reforma agrária: conflitos, território e (des) envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará. In: Anais Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2017.

PINTO, L. F. Carajás 2: a ameaça, 12/12/2016. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/12/12/carajas-2-a-ameaca/>. Acesso em 25/06/2017.

VALE. Relatório anual, 2019. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/annual-reports/reference-form/Paginas/default.aspx>. Acesso em 12/08/2020.

A MALDIÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O PROJETO GRANDE CARAJÁS

Tiago Soares Barcelos

A história da mineração se confunde com a própria evolução da humanidade, na qual se sabe que os períodos mais relevantes são datados pela utilização dos recursos naturais. A idade da pedra (8.000 A.C), idade do bronze (3.000 A.C), idade do ferro (2.000 A.C), idade do carvão (1.600 D.C), idade do petróleo (1850, D.C) e idade do urânio (1.950, D.C). Em todos esses períodos, a espécie humana fez uso de recursos minerais para criação de artefatos. Sabe-se que foi a partir da idade do bronze que a espécie humana se tornou mais organizada nas questões referentes às pesquisas, aos desenvolvimentos e aos beneficiamentos dos minerais, operando inclusive em minas subterrâneas. Ainda que os primeiros relatos de atividades minerárias venham da época dos egípcios, com a lavra de turquesa utilizada para inúmeros fins (CASTRO; NALINI JÚNIOR; LIMA, 2011, p. 30).

A mineração consiste em um desafio para a gestão pública e privada, pois é uma atividade que modifica o ambiente natural, provocando com maior ou menor intensidade diversos impactos ambientais, como: desmatamento, erosão, movimentação de terra, assoreamento de corpos d'água, instabilidade de taludes, alteração dos aquíferos subterrâneos, contaminação das águas e solos, entre outros que afetam a fauna, flora e outras áreas. Por esses motivos a mineração é uma atividade que constitui grandes conflitos e disputas

nos territórios, apesar de que, por outro lado, é fundamental para o crescimento econômico e equilíbrio da balança comercial. Logo, o desafio consiste em garantir o suprimento de matérias-primas assegurando a qualidade ambiental e social. As soluções passam invariavelmente pelo poder público, com políticas que “[...] contemplem o planejamento, ordenamento e aprimoramento tecnológico da mineração” (SINTONI, et al., 2003, p. 7).

Dito isso, a mineração é uma atividade essencial para a sociedade moderna, não há como negar. Todavia, o poder público se apresenta como elemento norteador, responsável pela ordem da forma jurídica de forma inclusiva, calcado na ordem técnica, mas sem desconsiderar a ordem do simbólico. Para Santos (2017, p. 82), apesar da imposição da ordem técnica e da ordem da forma jurídica com dados, “a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico”. Neste agir simbólico, continua o autor, da força da afetividade, surgem os modelos de significação e representação.

Nessa perspectiva é que nasce o problema da pesquisa: a mineração no Grande Projeto Carajás é uma dádiva ou maldição à ordem do simbólico (espaço banal)? Para responder essa pergunta, o trabalho foi dividido em quatro seções, incluindo essa introdução. Iniciamos no próximo capítulo uma análise com relação à mineração no território paraense. Após essa explanação, foi tratado sobre a doença holandesa e a desindustrialização, pensados da totalidade geográfica brasileira ao local. Por fim, nas conclusões apresentamos o prognóstico relacionado à problemática em questão.

1. A mineração no território paraense: dádiva ou maldição?

Partimos da constatação que o setor mineral foi consolidado no Brasil por políticas de saque e espoliação, da era colonial até o momento do retorno à democracia. A mineração, por ser uma atividade intensiva em capital e com elevado desperdício de natureza, carece de mecanismos de regulação, fiscalização e controle, para que suas riquezas sejam distribuídas de forma justa aos territórios impactados, dentro de um projeto de país. Além disso, sabemos que a mineração é um importante elemento para as balanças comerciais

brasileiras, que representa aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB), métrica calcada no crescimento econômico. Essa visão de crescimento econômico é insustentável, é impossível crescer de forma sustentável, *ad eternum*, afinal, os recursos são escassos e limitados. Esse tipo de abordagem (re)cria os mais diversos conflitos, pois o ambiente se torna um território em constante disputa, dado aos grandes projetos, com efeitos colaterais latentes que geram externalidades negativas às comunidades locais, sem promover um real desenvolvimento.

No entanto, no momento em que o mundo vivia uma espécie de euforia desenvolvimentista do pós-segunda guerra, foram descobertas as jazidas de ferro e outros minerais no sudeste do Estado do Pará, conhecido como Complexo Carajás. Nesse momento a região amazônica, parte de um país periférico da economia mundial, representava uma das últimas fronteiras para a exploração mineral. Isso despertou o interesse de diversas empresas multinacionais, mas que, por óbvio, seus objetivos não tinham qualquer compromisso com o desenvolvimento nacional brasileiro, seguindo apenas suas próprias estratégias. Nota-se, portanto, que as nações desenvolvidas construíram seu poder e sua riqueza a partir dos recursos minerais não só do seu território, mas sim da exploração de países distantes. Não se pode desconsiderar essa verdade histórica, pois se torna necessário a industrialização voltada para o desenvolvimento do mercado interno, de forma soberana, com evoluções substanciais na melhoria de vida de sua população (SANTOS, 1982).

Canto (2016) lembra que ao se pensar na Amazônia, os grandes projetos têm apresentado nas dinâmicas territoriais graves conflitos socioambientais, desde o século passado, como por exemplo: a *Ford Company* e a Fordilândia, substituindo milhares de hectares pelo cultivo de seringueiras, na Amazônia Baixo Tapajós no Pará (entre 1928 e 1945); a Indústria e Comércio de Minério S.A, com a extração de manganês na Serra do Navio (Amapá), entre 1947 e 2003; o Projeto Jari-Florestal, mineral e agropecuário no Pará e Amapá (a partir da década de 1970); Mineração Rio Norte (MRV), no município de Oriximiná (a partir da década de 1970); da mineradora Alcoa no município de Juriti (a partir da década de 1970); da antiga Companhia

Vale do Rio Doce (hoje Vale S.A.), no município de Parauapebas (a partir da década de 1980) e Canaã dos Carajás (a partir da década de 2000), entre outros.

O questionamento que nos propomos se relaciona com esses grandes projetos, afinal, durante e após a extração desses bens minerais os municípios necessitam de um desenvolvimento pleno, real, em devir, demonstrando que há uma dívida nos territórios com abundância em recursos naturais. Caso isso não ocorra, o que se perpetua é uma maldição dos recursos naturais, tornando uma região rica em um dado momento, pobre no momento subsequente. É importante destacar que os passivos ambientais e as externalidades negativas para as populações são futuros passivos fiscais ao Estado, sendo uma espécie de riqueza no curto prazo (privado) a crédito no longo prazo (público). Logo, a articulação entre as políticas públicas inclusivas e os mecanismos de mercado são fundamentais para se garantir benefícios reais para as presentes e futuras gerações, com equidade intergeracional.

Todavia, isso não é simples, afinal, a relação entre o Estado e as empresas, em muitos momentos, está em completo descompasso com os interesses da sociedade. Rodrigues e Rodrigues (2019) percebem que devido às instituições fracas do Estado e ao clientelismo entre os agentes responsáveis pelo desenvolvimento, é criada uma espécie de maldição dos recursos naturais em escala local, que podemos ampliar para uma perspectiva nacional. Pereira, Afonso e Neto (2010) lembram que o discurso dominante é que essas empresas são meios essenciais ao crescimento econômico e tecnológico do país, mas tudo que se observa é exatamente o contrário.

Para exemplificar, vamos considerar a empresa finlandesa Metso Outotec, maior fornecedor de equipamentos das plantas industriais da mineração. Essa empresa de alta tecnologia possui inúmeras unidades no Brasil, para venda e revenda, além da assistência técnica, todavia, seus produtos mais tecnológicos em sua maioria são produzidos em sua origem, chegando de navio ao Brasil. Mesmo com os discursos oficiais de que a mineração é um símbolo do desenvolvimento, do progresso e da geração de empregos, a realidade é que o país caminha a passos largos para a desindustrialização.

Para piorar, na Amazônia os grandes projetos foram beneficiados com a infraestrutura (estradas, ferroviárias, hidrovias, portos, energia, entre outros) por parte do Estado, ou seja, financiadas com dinheiro público, créditos subsidiados, isenção de impostos, etc. Dessa forma, as empresas controlam “a coisa pública”, além dos principais meios de comunicação e extensos territórios, exercendo uma gestão autônoma e (re)criando os mais diversos enclaves na região, comprometendo a articulação social e o meio ambiente. Com isso, percebemos que o maior impacto da mineração é no local, pois desestrutura diversos arranjos produtivos e ao mesmo tempo estrutura um modo de produção que só interessa às empresas exploradoras. Elas se aproveitam da conveniência e da submissão do Estado, que, por sua inação, amplificam as vulnerabilidades das populações dos municípios em que se instalam, cometendo diversas injustiças. Além disso, utilizam estratégias de desengajamento moral, através de discursos de manipulação da consciência das pessoas, levando a crer que os investimentos irão gerar o desenvolvimento da região (PEREIRA; AFONSO; NETO, 2010).

Hoje o minério da região amazônica já não fica no Estado, tão pouco no país, e que em troca de migalhas (Fundo de Compensação Financeira – CFEM) os governos aceitam passivamente projetos extrativistas de curta duração, sem agregação de valor e desenvolvimento tecnológico, permitindo todas as consequências deletérias da sociedade de risco. Além disso, o tão prometido desenvolvimento não chega às regiões, afinal, economias primárias há muito tempo não são a base de qualquer economia desenvolvida, especialmente aquelas que se encontram na periferia do capitalismo moderno. Pochmann (2016, p. 17) reforça essa tese afirmando que “não há registro contemporâneo de país soberano e desenvolvido assentado apenas na eficiência das atividades relacionadas à agropecuária ou mineral, à robustez do sistema financeiro ou à consistência da economia de serviços”.

Nos tempos atuais é praticamente impossível visualizar um país que se desenvolveu nas últimas décadas unicamente com extração de recursos minerais, outro fator que reforça a tese da maldição dos recursos naturais. Por mais rico que um determinado país seja em recursos naturais, os que se desenvolveram, como é o caso do Inglaterra, EUA, Canadá, Finlândia, Noruega e Austrália, utilizaram como alternativa

arranjos produtivos tecnológicos, com alta agregação de valor aos seus bens, rompendo a dependência mineral e exportando tecnologia ao mundo. No atual estado que se encontram os fatores de produção na região amazônica, o que há é um grande desestímulo à indústria, como siderurgia e metalurgia, setores importantes para agregar um pouco mais de valor aos minérios *in natura*. Essa agregação de valor é um dos pilares de políticas desenvolvimentistas, mas que há muito tempo estão sendo desconstruídas no Brasil, abrindo mão de tornar mais dinâmica a sua economia.

Muito desse desestímulo se deve à Lei Kandir, que desonerou as mineradoras de alguns tributos, sendo que hoje o único retorno ao Estado é a CFEM. Costa, Zurutuza e Silva (2017) consideram que essa lei gera uma dupla perversidade com relação ao desenvolvimento regional, prejudicando o equilíbrio da arrecadação e a oferta de bens públicos, resultando em desigualdades regionais. Assim, os autores, ao analisarem o período de 1997 a 2016, verificam que as perdas corrigidas de todas as unidades federadas (UFs) aproxima-se a 270 bilhões de reais. Conforme o estudo dos autores, 82% das perdas totais com relação à Lei Kandir se concentram em cinco estados, vejamos: Minas Gerais com R\$ 64,65 bilhões; Rio de Janeiro com R\$ 60,70 bilhões; Pará com R\$ 35,72 bilhões; Mato Grosso com R\$ 30,88 bilhões; e Espírito Santo com R\$ 28,33 bilhões.

Nesse sentido, o que se percebe na região do Complexo Carajás é que já não existem indústrias nascentes à base de mineração, como a metalurgia e a siderurgia, setores essenciais para a ampliação das infraestruturas logísticas tão necessárias ao país. Devido à desoneração desses impostos, se tornou muito mais viável as empresas exportarem os recursos *in natura*, visto que ao agregar valor por meio de processos industriais mais sofisticados serão oneradas, inviabilizando diversos projetos. Logo, toda a riqueza mineral da Amazônia é enviada a outros países, que irão utilizar esses recursos em processos produtivos de alta tecnologia, desenvolvendo os seus territórios. Podemos afirmar que hoje o Brasil, em especial a região amazônica, exporta diversos minérios *in natura*, em especial o ferro, para importar itens necessários para construção, agricultura, ciência e tecnologia, transporte, comunicações, manufaturados, bens de consumo, objetos artísticos e até para a própria mineração.

Sabemos que no mundo moderno as indústrias estão perdendo espaço para o setor de serviços, entretanto nem mesmo nessa linha o Brasil se atentou. Empresas de tecnologia estão revolucionando a economia, deixando para trás antigas gigantes industriais, e mesmo com essa tendência não se vê por parte do poder público políticas de incentivo a novos entrantes, estimulando a destruição criativa schumpeteriana, baseando a estrutura econômica nacional na dependência dos setores do agronegócio e da mineração. O que permanece são políticas extrativistas, de curto prazo, tornando o Brasil um país que renunciou à sua industrialização e, conseqüentemente, aos novos modelos de *clusters* empresariais do moderno capitalismo, calcado no progresso tecnológico e nas cadeias globais.

Dessa forma, não há como negar que hoje, devido ao ordenamento político construído, a mineração se apresenta como uma maldição aos territórios. A mineração é uma atividade essencial para a sociedade moderna, todavia ainda carece de debates mais qualificados, principalmente com relação ao projeto de país e às políticas públicas. Um passo importante se refere à mudança de paradigma com relação a estrutura, processo, função e forma dos empreendimentos. Para tal, Veyret (2015, p. 180) considera duas relações, sendo a primeira no sentido da empresa-sujeito ao território-objeto, que privilegia a estratégia das empresas. O território é o seu meio ambiente, que oferece recursos (materiais e energéticos) para o seu sistema de produção. Seus efeitos, conforme a autora, são relacionados aos “[...] impactos econômicos e financeiros (benéficos), de empregos (benéficos ou pressões conforme a conjuntura), de danos, poluições ou riscos (ameaças)” (VEYRET, 2015, p. 180).

A segunda relação é o território-sujeito à indústria-objeto, sendo uma relação que privilegia as estratégias da sociedade (VEYRET, 2015). A autora considera que, nesse sentido, a medição passa a ser relacionada “[...] em termos de informação, de imagem, de representações, de aceitação ou rejeição da indústria, mas também da organização do território” (VEYRET, 2015, p. 180).

Por não considerar o território-sujeito à indústria-objeto é que se percebe o fracasso com relação ao Projeto Grande Carajás. Coelho (2015) compreende que esse projeto apresenta trinta anos de desenvolvimento frustrado, pois o que se observa empiricamente é um o

desenvolvimento do subdesenvolvimento no território, resultantes na desindustrialização e na reprimarização das exportações. Portanto, a região de Carajás teve seu desenvolvimento hipotecado, frustrando as expectativas da sociedade, dado o custo de oportunidade, trilhando um caminho de absoluta dependência. Nesse sentido, “tudo em Carajás é grandioso, principalmente a tragédia humana [...] a mais rica província mineral do planeta testemunha a depleção da rica hematita, fonte de acumulação privada e da pobreza da maioria” (COELHO, 2015, p. 152). Portanto, que por meio da recusa e da revolta do agir simbólico possamos (re)construir uma sociedade pautada no desenvolvimento em devir.

2. Da doença holandesa à desindustrialização nacional

A mineração no Complexo Carajás apresenta diversas características da doença holandesa, que conforme Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2016, p. 1) refere-se à “[...] crônica sobre apreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos”. A doença holandesa é considerada uma falha de mercado, atingindo na sua maioria os países em desenvolvimento abundantes em recursos naturais. Devido ao foco na atividade primária, a doença holandesa acaba atrapalhando a industrialização do país, devido ao declínio de arranjos produtivos de maior agregação de valor, como a manufatura. Esse fenômeno está diretamente ligado às questões cambiais, que, a depender da sua precificação e sobreapreciação, intensifica as receitas relativas às exportações de matéria-prima, gerando externalidades negativas a outros setores, tanto exportadores como importadores.

Podemos perceber que no atual momento em que o dólar está em sua cotação recorde (Real desvalorizado), valendo aproximadamente R\$ 5,70 (final do mês de outubro de 2020), atrelado à valorização das *commodities*, em especial o minério de ferro (Figura 1), cria ao setor mineral o estímulo a produzir o máximo possível, independentemente das consequências socioambientais e dos conflitos com populações. Inclusive, dentro da nossa história recente, tivemos dois gigantescos impactos da atividade mineradora à sociedade e ao ambiente natural, relativos ao rompimento das barragens da Samarco (2015) e da Vale (2019), sendo atrelados aos ciclos econômicos.

Figura 1 – Série histórica da cotação da *commodity* de minério de ferro.

Fonte: Elaboração própria a partir do Index Mundi.

Com o objetivo de entender a dinâmica entre os ciclos econômicos do setor mineral e o rompimento das barragens de rejeitos, Davies e Martins (2009) apontam para indícios quantitativos de um aumento no rompimento de barragens, visto que, ao considerar uma análise dos últimos 45 anos (1965-2009), perceberam uma relação entre a desvalorização do preço do minério e o aumento do número de rompimentos de barragens. No momento de alta dos preços das *commodities* e desvalorização cambial, as empresas intensificam a sua exploração, buscando o lucro extraordinário dessa operação. Desconsideram a capacidade de suporte, exploram sua força de trabalho ao máximo e assumem os riscos inerentes à operação, apesar de intensificarem sua gestão de risco, como monitoramento e controle. No momento de queda nos preços, os mecanismos de monitoramento e controle e a própria gestão de riscos são reduzidos, afinal, necessitam cortar custos para manter o lucro, e é nesse momento que os crimes corporativos se materializam em sua maior amplitude.

A desvalorização da moeda nacional (Figura 2), por mais que beneficie os setores primários, é um fator importante para a desindustrialização de um país conforme a tese da doença holandesa. A importação de produtos tecnológicos se torna mais cara, logo, é mais complexo

investir. Além de ser péssimo para a indústria é igualmente perverso para a sociedade, pois uma moeda fraca reduz o poder de compra das famílias. Hoje, final de 2020, o Real é uma das moedas mais desvalorizadas do mundo, nos fazendo refletir se essa desvalorização é natural ou artificial. Vale lembrar que o atual Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Dólar chegaria a R\$5,00 apenas se o governo fizesse muita besteira. Apesar disso, aparentemente ele se demonstra satisfeito com o câmbio, e nos indagamos: por quê? A sua própria linha econômica de formação (escola de Chicago) é avessa a isso.

Percebemos assim o alinhamento do Estado para com os setores do agronegócio e mineração, desconsiderando em absoluto a sociedade e o ambiente natural, em uma relação que mescla o clientelismo e o bandidismo. Ambos os setores empregam pouco, não agregam valor aos seus produtos, são intensivos em capital, mas, devido à escravidão na métrica do crescimento econômico e ao seu poder financeiro, corrompem os agentes políticos, forçando a sociedade para um modelo insustentável em devir.

Figura 2 – Relação do Real e do Dólar dos últimos 25 anos



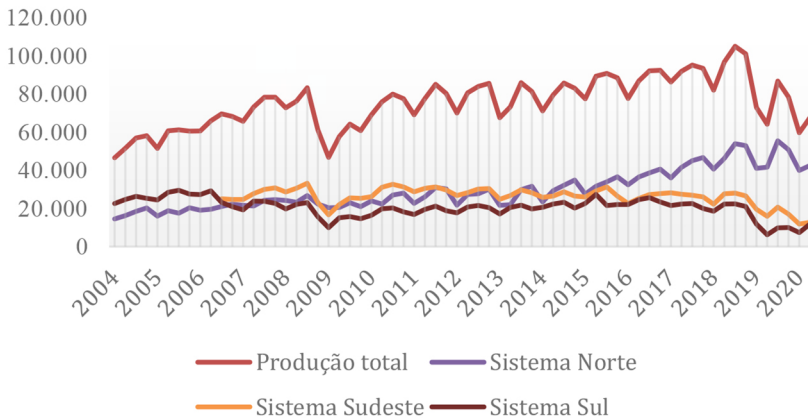
Fonte: Banco Central. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/currency>. Acesso: 26, out. 2020.

Para demonstrar empiricamente as afirmações anteriores, iremos realizar uma análise simplificada da produção de ferro, das finanças e do mercado da maior mineradora do Brasil, a Vale S.A. Conforme podemos

perceber na Figura 3, em 2015, momento do rompimento da barragem da Samarco, há uma retração na expansão da produção de minério de ferro, em especial no sistema sudeste e sul, que entram em colapso. Para compensar essa retração produtiva, a empresa intensifica a exploração no sistema norte, vindo a ter uma grande redução em termos globais em 2019 devido ao rompimento em Brumadinho. Depois de períodos turbulentos a empresa inicia uma franca recuperação, que só tem uma retração em 2020 devido ao desaquecimento global por causa da pandemia de Covid-19, mesmo sem pararem suas operações.

Figura 3 – Produção de minério de ferro pelos principais sistemas produtivos da Vale S.A.

Produção de Minério de Ferro - Vale S.A



Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios de produção da Vale S.A.

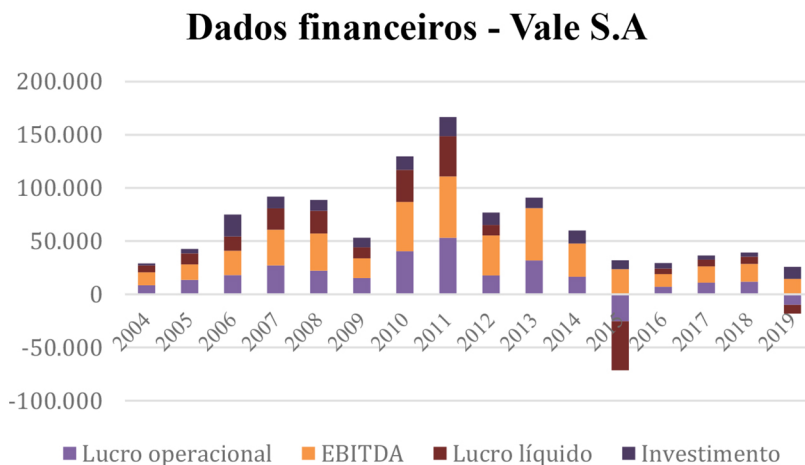
Os resultados financeiros da empresa (Figura 4) apresentam uma visão relacionando os lucros operacionais, EBITDA¹, lucro líquido e investimentos. Percebemos que nos anos das rupturas das barragens, em 2015 e 2019, em especial em 2015, houve uma queda acentuada do lucro

¹ Esse termo deriva da língua inglesa, sendo *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português é conhecida como Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização ou LAJIDA. Esse indicador auxilia na compreensão dos balanços financeiros e operacionais da empresa e sua potencial geração de caixa e produtividade.

(operacional e líquido), retração dos investimentos, mas um EBITDA positivo. No relatório 2T20 é curioso notar que, apesar de excluírem US\$ 130 milhões em despesas com Brumadinho e US\$ 85 milhões de doações relacionados à Covid-19, o EBITDA ajustado proforma totalizou US\$ 3,586 bilhões, ficando US\$ 545 milhões acima do 1T20. A receita operacional líquida passa de US\$ 6.969 bilhões, no primeiro trimestre do ano, para US\$ 7.518 bilhões no segundo semestre de 2020.

Mesmo com uma queda acentuada na demanda internacional, a empresa consegue um lucro líquido de US\$ 239 milhões no primeiro trimestre do ano, ampliando para US\$ 995 milhões no segundo trimestre de 2020. Demonstra assim uma franca recuperação pós-crime corporativo de 2019 que fechou o ano com um prejuízo de aproximadamente US\$ 8 bilhões. Caso o ritmo de alavancagem financeira se mantenha nessa proporção, provavelmente no primeiro semestre de 2021 já terão se recuperado do crime corporativo de 2019, mesmo inseridos nesse momento de retração da demanda devido à pandemia. Tudo isso sem as resoluções jurídicas e legais pelos seus atos.

Figura 4 – Dados financeiros, operacionais e de investimento da Vale S.A.



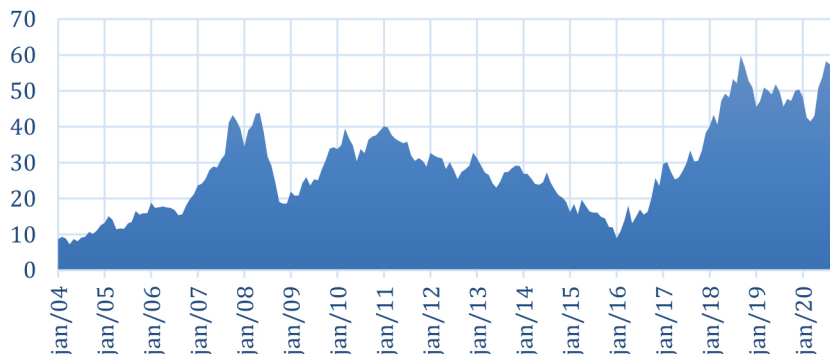
Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios financeiros da Vale S.A.

Por fim, é interessante notar que, apesar dos crimes socioambientais no passado e da pandemia que assola o mundo no presente, o mercado financeiro se mantém otimista para com a empresa (Figura 5). As ações da Vale S.A. estão cotadas ao final de outubro de 2020 no valor de R\$ 62,50, maior valor histórico. Nesse sentido, fica claro que as políticas econômicas do atual governo estão favorecendo de sobremaneira esse setor, pois além de uma desvalorização substancial da moeda, a taxa básica de juros (Taxa Selic) se encontra no menor patamar histórico, apenas 2% ao ano. Isso cria uma pressão inflacionária ao final de 2020 e juros reais negativos, provocando uma reação adversa do objetivo, estímulo econômico.

Uma redução na Taxa Selic representa mais dinheiro na economia, em especial, no mercado financeiro, pois os agentes econômicos buscam modelos de risco e retorno mais favoráveis para seus investimentos. Acreditamos que ninguém é contrário a uma redução da taxa de juros, todavia a atual Taxa Selic não é compatível com a estrutura econômica do momento, demonstrando ser uma redução artificial que pode criar os mais diversos problemas no longo prazo, como por exemplo a elevação da inflação e a já observada desvalorização da moeda. É a taxa de juros correta para a economia errada.

Hoje o que percebemos é que o Banco Central virou uma espécie de *Trader* com relação à nossa moeda, com aval do Ministério da Economia, possuindo variações diárias na ordem de 2 até 4% ao dia, com alta volatilidade mensal, algo no mínimo incomum, impensável quando se trabalha pela estabilidade monetária (moeda forte). Pensando no ano de 2020, do início de janeiro ao final de outubro a variação foi de aproximadamente 44% frente ao dólar. O atual governo já desvalorizou o real frente ao dólar algo próximo a 50%, o que demonstra descontrole das políticas cambiais e monetárias, mesmo utilizando as reservas financeiras para amenizar os impactos.

Figura 5 – Série histórica da cotação das ações da Vale S.A.
Evolução das Ações da Vale - VALE3.SA
(em R\$)



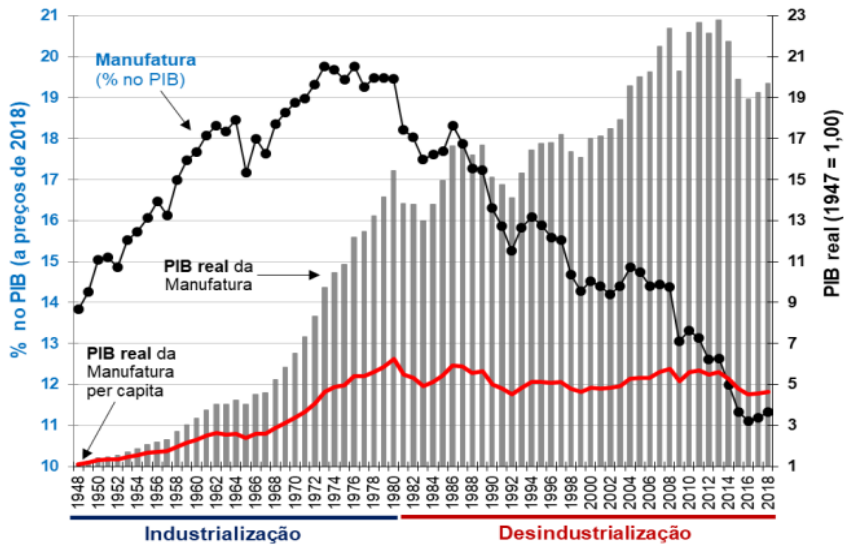
Fonte: Elaboração própria a partir do Yahoo Finanças.

Percebemos conforme os dados acima que o atual governo está impulsionando, por meio de suas políticas econômicas, a intensificação de um modelo econômico focado na reprimarização, beneficiando de sobremaneira os setores financeiros e primários da economia. Esse não é um problema apenas desse momento. Pochmann (2016, p. 175) afirma que “nas atuais condições de estrutura de poder, a expansão econômica tende a atender aos segmentos sociais já privilegiados e que se beneficiam da lógica de curto prazo gestado pela dominância financeira”. O que se verifica são políticas públicas inadequadas a um sistema produtivo dinâmico, intensivo em mão de obra, de alta agregação de valor, com base tecnológica, optando por sistemas de incentivos a setores que não estão verdadeiramente engajadas pelas pautas ecológicas e sociais.

Enquanto a economia primária lucra com as políticas econômicas atuais, a indústria de manufatura luta pela sobrevivência, perdendo espaço a cada dia em relação à sua contribuição no PIB brasileiro (Figura 6). Morceiro (2018) apresenta que após o pico da industrialização em 1980 houve dois períodos de desindustrialização intensa para a indústria de transformação, entre 1981 a 1999 e 2009 até 2018. Após o golpe de 2016 há uma pequena melhora, todavia a partir de 2019 há uma acentuada queda da atividade industrial no Brasil, por diversos

erros do governo e, posteriormente, reforçado pela pandemia de Covid-19. Parte desses erros estão apresentados acima, afinal, foi uma opção política garantir o faturamento dos setores primários, considerados “os motores da economia”, em detrimento da indústria de transformação e de base tecnológica.

Figura 6 – (Des)industrialização e PIB real da manufatura, Brasil, 1948-2018



Fonte: MORCEIRO, Paulo (2018, p. 26)

Por fim, retornando a análise aos grandes projetos na Amazônia, como o Grande Projeto Carajás, não é possível verificar que a mineração venha se apresentando ao território como força desenvolvedora. Conforme exposto, a exploração está se ampliando no sistema norte, todavia esse setor se apresenta como um grande enclave às economias locais, dificultando o desenvolvimento regional. A doença holandesa é uma realidade que está sendo intensificada no atual governo, gerando uma distribuição desigual de riquezas e oportunidades, calcado no crescimento econômico de curto prazo, com uma herança renunciada em devir.

Portanto, dentro da pergunta de Enriquez (2007) relacionando se a mineração é uma dádiva ou maldição, tudo leva a crer que, infelizmente, dadas as estruturas política, institucional e financeira, a mineração

se transformou em uma maldição aos territórios. Se observa um elevado nível de dependência e vulnerabilidade dos municípios, baixo desenvolvimento humano, elevados índices de desigualdades das populações e a intensificação da criminalidade em seu entorno. Além disso, a ordem do simbólico é desconsiderada, fonte dos mais diversos abusos e absurdos da ordem técnica e do poder econômico para com a sociedade e o ambiente natural. Tudo isso com anuência do poder público, apresentando um ordenamento da forma jurídica extrativista ao país, à sociedade.

O que se verifica é um privilégio das estratégias empresariais, com o sentido da empresa-sujeito ao território-objeto. Nesse modelo se perpetua a indiferença e a exclusão, sendo necessária a transição para o território-sujeito à indústria-objeto, focado nas estratégias da sociedade. Enquanto esse modelo durar, as riquezas minerais continuarão a ser uma maldição para os territórios, em especial para as populações amazônicas dados os grandes projetos de espoliação e saque. Logo, parafraseando o lema do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), lutemos “por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”.

3. Considerações finais

Percebemos que a mineração é historicamente ligada às políticas de Estado e, apesar das privatizações do setor em 1997, o setor público continua como parceiro constante das mineradoras. Quando a mineração era estatal, na época do “milagre econômico”, o que se tinha era o Estado investindo em uma indústria altamente poluente, com elevado desperdício de natureza e grande geradora de conflitos socioambientais. Nesse momento, o Estado se articula com outros projetos e formas de poder, deixando de fora os membros mais vulneráveis e fragilizados da sociedade. No momento da mineração privada, o que se verifica é a inação do Estado, sendo permissivo a abusos e absurdos, sem a efetiva atuação, ou deliberada inação, amplificando os danos e efeitos colaterais iniciados em outros momentos. As instituições do Estado que licenciam, fiscalizam e regulamentam em muitos momentos optam pela forma política do poder hegemônico, passando por cima do ordenamento jurídico e técnico, desconsiderando o espaço banal e a ordem do simbólico.

Diante do apresentado, torna-se um desafio para a gestão pública mediar esses conflitos e incentivar o desenvolvimento em devir, sendo necessárias análises interdisciplinares que apresentem alternativas nas quais todos os agentes apresentem a mesma força e representatividade, de modo a gerar os maiores benefícios coletivos com os menores custos sociais e ambientais. Um bom sistema de pesos e contrapesos são essenciais para um país soberano, com uma democracia pulsante, evitando assim uma ordenação mineral endêmica com elevados custos ambientais, sociais e até econômicos, visto que muitos modelos apresentam enclaves.

O Projeto Grande Carajás é um exemplo, pois o minério é exportado *in natura* para os mais diversos países, gerando fracos elos produtivos e não criando cadeias de valor. Agregar valor é um ponto central para qualquer política de longo prazo, mesmo com a indústria perdendo mercado para o setor de serviços. Todavia, ambos podem evoluir conjuntamente, há espaço para sua expansão com responsabilidade ecológica e social, por meio de um Estado forte, com um claro projeto de país, de forma soberana na busca pelo desenvolvimento em devir. O Brasil ainda carece das mais diversas infraestruturas, além de outras regiões na América Latina, e o sudeste paraense poderia por exemplo ter um grande polo metalúrgico e siderúrgico, agregando valor ao minério de maior qualidade do planeta, atuando nessa perspectiva logística.

Por não gerar esses elos industriais verificamos que o Brasil caminha a passos largos para a desindustrialização, amplificando a já presente doença holandesa de forma desigual nos territórios. No atual cenário político, que se desdobra ao final de 2020, percebemos o erro crasso de manter uma estrutura econômica calcada no setor primário, com nítidos retrocessos socioambientais, e sem nenhuma perspectiva desenvolvimentista. Cegos pelo crescimento econômico, que por si só é insustentável, os agentes públicos fazem de tudo para beneficiar as bases hegemônicas do poder financeiro. Por mais que o Ibovespa apresente os mais diversos recordes históricos, a miséria bate na porta de diversas famílias, sendo que a indústria de transformação pouco consegue reagir, devido ao real desvalorizado, à retração da demanda e a políticas econômicas confusas e improvisadas, amplificando o já elevado índice de desemprego.

Não é pela mineração e pelo agronegócio que essa situação irá melhorar, pois não adianta vender ferro para comprar parafuso, ou exportar

soja para importar óleo. Vale lembrar que tanto a teoria das vantagens absolutas como as comparativas são baseadas nos centros do capitalismo, não sendo um axioma para as economias periféricas, como é o caso do Brasil. Isso deriva de uma nítida distribuição desigual (econômica e ecológica) nos processos de criação de riqueza. Os mais afetados dessa distribuição desigual, como sempre, são os mais vulneráveis da sociedade, representantes legítimos do espaço banal, força propulsora da ordem do simbólico, que estão constantemente sendo excluídos por uma correlação de forças sempre desfavorável, carecendo de significação e representação.

Percebemos um problema recorrente referente a como medir essas forças e quais alternativas se deve ter para contrabalancear a balança, principalmente quando pende só para um lado, nesse caso, o econômico. Não por acaso apresentamos a necessidade de trabalharmos pela perspectiva território-sujeito à empresa-objeto, pois a empresa-sujeito ao território-objeto não está de fato mitigando os conflitos sociais, tão pouco melhorando as condições econômicas e ecológicas.

Uma constatação disso são os recentes rompimentos com as bargagens da Samarco S.A. (2015) e Vale S.A. (2019), pois a depender da mineradora, apesar de todo discurso midiático, pouco ou nada fariam. Logo, todo o suposto desenvolvimento aos territórios se torna questionável, demonstrando nitidamente os custos do crescimento econômico e sua incapacidade de compensar os impactos socioambientais. De fato, a mineração pode desencadear o desenvolvimento regional, entretanto o atual modelo não o faz, carecendo dos mais amplos debates. Apesar dos avanços quanto ao tema, há muitos obstáculos a serem superados, como a lei Kandir e os mecanismos de distribuição dessa renda. Portanto, levantamentos como esse podem contribuir, mesmo que minimamente, para debates nesse sentido, buscando um modelo pautado na soberania popular da mineração.

Compreender as complexidades, desafios e inconsistências do atual modelo é um caminho, tornando a reflexão sobre a estrutura, o processo, a função e a forma da questão mineral mais robusta. “Sem a industrialização, a democracia não funciona adequadamente. Mas para haver industrialização é necessário existir um Estado forte, o que contraria o Consenso de Washington e joga contra a construção de uma sociedade superior” (POCHMANN, 2016, p. 176).

Bibliografia

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.; MARCONI, Nelson.; OREIRO, José Luís. Neutralização da Doença holandesa. In: Structuralist Development Macroeconomics a ser publicado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>. Acesso em: 22 set, 2019.

CANTO, Otávio do. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Belem: NUMA/UFPA, 2016.

CASTRO, Paulo de Tarso Amorim; NALINI JÚNIOR, Hermínio Arias; LIMA; Hernani Mota de. Entendendo a mineração no quadrilátero ferrífero. Belo Horizonte: Ecológico, 2011.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. ZONTA, Márcio (Org.); TROCATE, Charles (Org.) – Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

COSTA, Eduardo José Monteiro da.; ZURUTUZA, José Dias de Carvalho.; SILVA, Tatiane Vianna da. A lei Kandir e a derrocada do federalismo brasileiro. Belém, PA: Marques Editora, 2017.

ENRIQUEZ, M. A. R. S. Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2007.

MORCEIRO, Paulo Cesar. (Des)industrialização e estagnação a longo prazo da manufatura brasileira. Informações Fipe, v. 459, p. 25-30, 2018.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Rev. Econ. Polit. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis.; AFONSO, José Batista Gonçalves.; NETO, Raimundo Gomes Cruz. A exploração mineral e suas

consequências na Amazônia brasileira. In: Fórum do Carajás. Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais, p. 63-71, 2010.

POCHMANN, Márcio. Brasil sem industrialização: a herança renunciada. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. A privatária tucana. São Paulo: Geração editorial, 2011.

RODRIGUES, Alexandre de Cássio; RODRIGUES, Suzana Braga. Riqueza mineral, instituições fracas e clientelismo: a maldição dos recursos naturais nos governos locais. Revista de contabilidade e organizações, v. 13, e:153089, p.1-21, 2019.

SANTOS, Breno Augusto dos. Carajás: Patrimônio Nacional. Quarto Ensaio. In: CHAVES, F. R; et al. A questão mineral na Amazônia: seis ensaios críticos. Brasília, CNPq, Assessoria editorial e divulgação científica, p. 95-131. 1982.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. 4ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2017.

SINTONI, Ayrton; et al. Importância dos recursos naturais. In: TANNO, Luiz Carlos (Org.); SINTONI, Ayrton. Mineração e Municípios: bases para o planejamento e gestão de recursos minerais. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), p. 3-8, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS, CIRCULAÇÃO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS RETRÓGRADAS: DESAFIOS À AMAZÔNIA

Ivan Gomes da Silva Viana

1. Políticas territoriais como campo de análise para a Geografia

Compreendemos que o Estado é o agente central de intervenção no território, por isso acreditamos na análise das políticas públicas (PP) como uma interessante ferramenta metodológica.

Entretanto, em especial no que propusemos tratar nesse trabalho, encontramos uma questão paradoxal. O Estado brasileiro ao implementar políticas territoriais aquaviárias (em destaque a partir da década de 1990) incentiva abertamente a implantação de projetos locacionais de empresas, ou seja, a instalação de terminais portuários privados. Isso representaria o Estado produzindo políticas públicas para diminuir sua autonomia sobre a circulação em seus territórios?

De fato, as respostas não são simples, por isso conhecermos que as estratégias que balizam a construção das PP são importantes para compreendermos melhor como o Estado brasileiro projeta a matéria dos transportes aquaviários na atualidade.

1.1 Categorias das políticas públicas: a escolha pelas territoriais

Com efeito, existe um rol de possibilidades de categorização das políticas públicas, por isso julgamos ser oportuno discorrer brevemente sobre as tipologias e explicar a escolha de determinada categoria na qual o território é elemento central.

As políticas públicas podem ser tipificadas pela identificação de seus objetivos e de seus campos básicos de ação, não deixando de considerar que existem interconexões entre elas. Alguns exemplos de tais políticas são: as políticas econômicas (monetária, salarial etc.), as políticas sociais (saúde, educação etc.), e a política exterior, entre outras (MELLO, 2006)¹. Pode ser estabelecida uma tipologia de três grandes campos das políticas públicas: as econômicas, as sociais e as territoriais. Segundo Mello-Théry (2011), verdadeiramente, todas essas têm uma espacialidade, todavia as políticas territoriais, por modelarem o espaço, servem como suporte para outras espacializações, tais como de transporte, ambiental, urbana etc. Dessa maneira, por certo que o espaço é o fundamento de várias categorias de políticas públicas².

Três elementos balizadores justificam nossos horizontes de investigação no campo das políticas territoriais: (1) a análise das ações de vários atores, na perspectiva dos grupos de pressão que projetam suas estratégias (e diferentes poderes) sobre o espaço, (re)configurando territórios; (2) a reflexão sobre a chegada de novos atores e com eles formas de apropriação que desencadeiam relações de poder no espaço, e conseqüentemente, levam a conflitos³; e (3) a abordagem de pontos, redes e circulação, trabalhando sobre atributos de dominação do espaço (RAFFESTIN, 1993), ou seja, ferramentas para efetivar as territorialidades dos atores.

Consideramos que, no campo das políticas territoriais, uma análise geográfica sobre o contexto atual das questões hidroviárias e portuárias na Amazônia pode contribuir de forma satisfatória. Tal análise revela a tentativa de viabilização de um novo processo de “incorporação nacional” da Amazônia, particularmente agora com destaque para o

¹ Baseada nas concepções apresentadas inicialmente por Wanderley Messias da Costa (COSTA, 1996).

² Alguns autores, como Steinberger (2006), utilizam inclusive a expressão “Políticas Espaciais”.

³ As ideias de limites territoriais e sobreposição de territórios são importantes para nossas interpretações.

aproveitamento do potencial hidrográfico da região para circulação no plano da economia global.

As políticas territoriais estão associadas a conjuntos de estratégias, a médio e longo prazo, a fim de intervir e manipular intencionalmente o território (SÁNCHEZ, 1992). Nessas políticas, o componente espacial é explícito, pois buscam como resultado, em grande parte, que as formas espaciais sejam adequadas aos interesses do poder(es) político(s) que se sobressaem em seu projeto de uso dos recursos territoriais.

Dentro do nosso escopo investigativo, é possível identificarmos ações sobre o território desenvolvidas por empresas, com destaque para as *tradings companies*. Ainda assim, para a concretização da política territorial *privada*, em outras palavras, a efetivação de seus projetos de construção de instalações portuárias e a configuração das suas redes de circulação de *commodities*, políticas públicas territoriais precisaram ser construídas. Como já sublinhamos, na década de 1990, esse arcabouço de PP começou a ser edificado.

Mesmo que abordemos as políticas territoriais nacionais, compreendemos que a instalação de terminais graneleiros na Amazônia revela elementos de uma estratégia territorial do Estado nacional sob interferência de elementos globais. É preciso atentarmos para a dinâmica de circulação de *commodities* agrícolas no mundo, e a posição/papel do Brasil nessa conjuntura.

O patamar alcançado de maior exportador de soja (mesmo triturado) do planeta, com cerca de 45% do total global (OEC, 2020), apenas para citar um tipo de grão, pode ser interpretado dialeticamente como consequência e causa do modelo de gestão territorial adotado pelo Estado nas últimas décadas, o qual pode ser compreendido com a análise das PP.

As políticas territoriais direcionadas para viabilizar a exportação de *commodities* agrícolas sustentam a valorização de alguns tipos de usos dos territórios, a partir da (re)organização das infraestruturas, das instituições públicas, do aparato normativo-territorial e dos serviços. Implantam um modelo de desenvolvimento que será por vezes conflituoso com vários tipos de territórios produzidos por distintos momentos históricos, por diversas dimensões, e em diferentes escalas.

2. Grupos de pressão e a circulação de *commodities* pela Amazônia

Existe uma diversidade de atores que podem ser categorizados e que influenciam no processo de construção das políticas públicas. Ao exercerem suas funções e mobilizarem os recursos que dispõem, esses atores defendem seus interesses próprios ou dos grupos que representam, valendo-se das mais diversificadas estratégias políticas. Desse modo, estão envolvidos em disputas por recursos e bens públicos, tendo algo a ganhar ou a perder com as decisões tomadas (RUA, 1998).

Os grupos de pressão (ou de interesse) podem ser compreendidos como organizações apartadas do governo, contudo em muitos casos com estreita relação com os órgãos governamentais. São formados por um conjunto de indivíduos organizados que procuram defender seus interesses ou causa comum nas instâncias governamentais, sem, contudo, almejar necessariamente a administração direta do aparelho estatal, daí a diferença desses para os partidos políticos.

2.1 A atuação de grupos de pressão: vetor econômico

Apontada como uma variável importante, a quantidade de recursos financeiros que determinado grupo de interesse dispõe pode exercer uma pressão considerável no interior do sistema político-administrativo, potencialmente influenciando no processo de formulação de políticas em seu favor e, conseqüentemente, mudando o plano original da política.

No âmbito desse pensamento, podemos depreender sobre as articulações entre os empresários do agronegócio e a os atores políticos, as quais fizeram consolidar uma bancada numerosa, conexas e atuante nas casas legislativas brasileiras a favor desse grupo de interesse⁴, portanto fundamental na dimensão da *politics*⁵

⁴ O exemplo mais clássico é a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mas podemos citar também o Movimento Pró-logística e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

⁵ Conceito que está ligado ao objetivo da manutenção dos recursos necessários para o poder, sendo esse sentido de política “o mais presente no imaginário das pessoas de língua portuguesa: o de atividade e competição política” (SECCHI, 2010, p. 1).

Ainda dentro do enfoque das articulações políticas entre atores (*politics*), uma das estratégias dos grandes grupos que operam na logística de movimentação de grãos (também denominados de *trading companies*), tais como a Bunge e Cargill, para citar apenas duas gigantes internacionais, é a aproximação com o poder político⁶ dos locais receptores de seus empreendimentos.

As *tradings* enquanto grupos de pressão com grande capacidade de articulação local, mesmo que operando em redes internacionais, estabelecem um controle sobre a circulação nas áreas onde estão instalados seus terminais, constituindo um uso corporativo e seletivo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Nesse caso, tal uso se vê amparado, a partir dos anos 2000, por políticas públicas territoriais que os resguardam e incentivam, em detrimento de outras dinâmicas territoriais locais.

2.2 A atuação de grupos de pressão: o vetor não-econômico

Existem algumas maneiras de classificação dos grupos de pressão, uma delas pode ser de acordo com o tipo de benefício. Nesse sentido, Santos (2002) destaca que existem organizações que prezam pela questão econômica, como os setores industriais e empresariais assim como organizações não-econômicas, quer dizer, aquelas que almejam objetivos culturais, políticos, humanitários, religiosos ou políticos, mesmo que eventualmente necessitem lidar com questões econômicas.

Nesse sentido, no contexto atual de instalações de terminais graneleiros na Amazônia, em especial na bacia do rio Tapajós, cabe destacarmos algumas instituições/organizações que mostram-se atuantes na defesa dos direitos socioterritoriais das populações locais: a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Terra de Direitos; e a Actionaid.

⁶ Concebemos também a existência de grupos que compõem o poder político local e não estão dentro das casas legislativas ou ocupando cargos no executivo.

Os grupos de interesse têm a capacidade de influenciar diretamente no comportamento dos *policymakers*⁷, os quais podem mudar suas decisões para não desagradar um grupo de pressão com o qual mantém relações políticas.

Isso posto, no horizonte de um trabalho geográfico, concebemos que a identificação dos grupos de pressão, assim como a percepção de suas ações e interesses no ciclo das políticas, contribui para subsidiar nossas compreensões sobre as políticas públicas territoriais, especialmente daquelas com caráter mais setorial e que desencadeiam rearranjos nos territórios alvos de suas implementações.

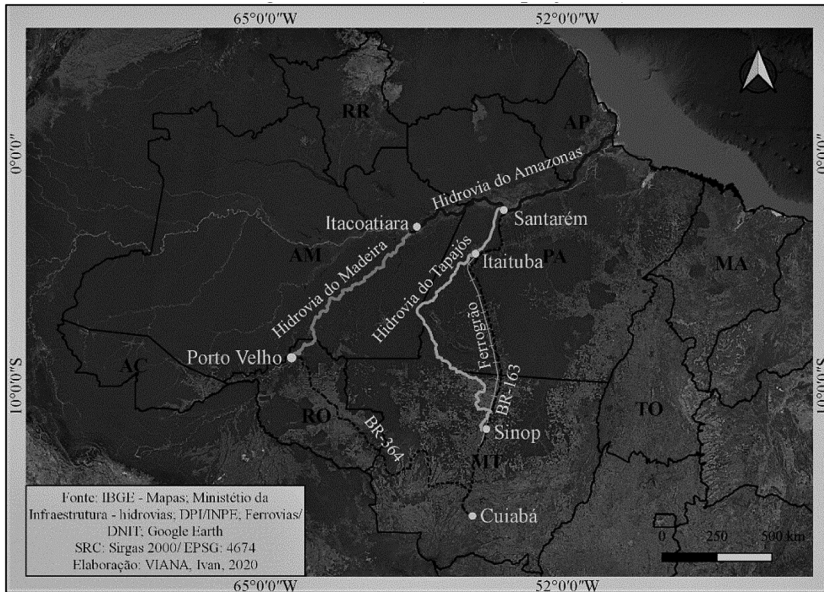
3. Amazônia: um novo pulso de incorporação está em curso?

Novos territórios na Amazônia passam a ser alvos, notadamente nas duas últimas décadas, de políticas territoriais com o intuito de inserção destes em corredores intermodais para circulação de *commodities* agrícolas. A localização geográfica de municípios como Itaituba-PA e Santarém-PA (figura 1) passa a ser um atrativo para a instalação de empreendimentos portuários, haja vista a navegabilidade do baixo Tapajós para embarcações de porte significativo (com capacidade de até 900 toneladas) nos trechos em que ele atravessa os dois municípios, apresentando uma extensão aproximada de 280 quilômetros (BRASIL, 2016). Outro elemento estratégico é o acesso ao rio Amazonas, tendo em conta que o rio Tapajós é afluente desse.

Atentos a essa potencialidade, grupos do agronegócio mato-grossense, principalmente os ligados ao cultivo da soja e do milho, e *tradings* nacionais e internacionais enxergam no oeste paraense e, nos municípios citados, espaços para a viabilização logística do escoamento de grãos para o mercado internacional resultando, conseqüentemente, um aumento da lucratividade com a redução dos custos de deslocamento, ou seja, uma saída pelo Norte.

⁷ Atores que protagonizam a gênese de determinada política são os que estão à frente do processo de construção de determinada diretriz (KINGDON, 1984).

Figura 1 – Corredores multimodais de escoamento de grãos em operação e a Ferrogrão– EF 170 (corredor projetado)



Fonte: Elaboração própria (2020)

Compreendemos que essa incorporação é idealizada pelos grupos corporativos do agronegócio a partir de eixos ou corredores intermodais (logísticos), com a utilização, por exemplo, da BR-163, da BR-364, da Ferrogrão (EF-170), das Hidrovias Tapajós Teles-Pires, do Madeira e do Amazonas (figura 1). A opção pela denominação “incorporação” e não “integração”⁸ é pelo fato de avaliarmos que esses corredores são predominantemente produzidos a partir de demandas político-econômicas que não estão coordenadas com políticas de desenvolvimento local/ regional e, da forma que estão projetados, não são suficientes para uma integração intrarregional.

Nessa conjuntura, impulsionadora do planejamento estatal, os anos iniciais do século XXI são marcados por uma série de políticas públicas territoriais pautadas em investimentos na infraestrutura

⁸ Denominação muito comum nas políticas públicas de implantação de infraestruturas.

nacional de transporte. No que se refere ao setor aquaviário (portos e hidrovias), a investigação de alguns planos e programas revela certas dinâmicas recentes vivenciadas em alguns espaços da Amazônia.

Ao observarmos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Nacional de Logística e Transporte – PNLT (2007), o Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH (2013), o Plano Hidroviário Estratégico – PHE (2013), o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP (2015) e o Plano Nacional de Logística - PNL (2018), ficou evidente que, com o estabelecimento dessas políticas públicas territoriais para os transportes aquaviários, há a constituição de novas dinâmicas e (re)arranjos territoriais em outras escalas, como a local⁹.

É notório que há uma associação entre o aumento da importância do setor logístico de transporte brasileiro com o crescimento da economia do país nas últimas décadas. Esse fator repercute diretamente na visão estratégica de planejamento do Brasil no início do século XXI para o transporte aquaviário. Estima-se um crescimento de demanda para os portos brasileiros no período de 2015 a 2042 de aproximadamente 92%, o que pode levar à movimentação de 1,8 bilhões de toneladas em 2042. Entretanto, a capacidade de movimentação dos portos está estimada em 1,4 bilhões de toneladas nesse horizonte. Isso deixa evidente a necessidade de investimentos contínuos (BRASIL, 2015).

Os planos abordados explicitam as diretrizes das políticas territoriais brasileiras para superar os entraves logísticos. Nesse cenário, o Estado lança mão de estratégias de intensificação de investimentos em infraestrutura e incentivo à instalação de novos empreendimentos portuários, suscitando também ampla participação da iniciativa privada por meio das Parcerias Público-Privadas (PPI)¹⁰.

A reflexão tendo como enfoque os municípios de Itaituba e Santarém demonstra o quadro atual vivido em alguns espaços da região

⁹ O Terminal de Uso Privado da Cargill instalado em Santarém, as Estações de Transbordo de Cargas instaladas no distrito de Miritituba-Itaituba-PA, bem como os mais de 20 projetos direcionados para novos empreendimentos portuários para o baixo rio Tapajós exemplificam tal questão.

¹⁰ Um exemplo desse incentivo é a participação da iniciativa privada no projeto de construção da Ferrogrão (EF-170)

amazônica no que diz respeito ao crescente aproveitamento do seu potencial hidroviário pelos grupos econômicos nacionais e internacionais ligados à movimentação de cargas, destacando-se para os municípios em questão a movimentação de granéis sólidos agrícolas.

Nesse cenário de avanço de infraestrutura para circulação de grãos pela Amazônia¹¹, podemos inferir sobre a importância adquirida pelo rio Tapajós para o escoamento de grãos, assim como a sua relevância como eixo estratégico dentro do que tem se projetado como “Arco Norte”. Os dados dos Anuários Estatísticos Aquaviários da ANTAQ corroboram a nossa assertiva. O anuário estatístico de 2010 demonstrava que no referido ano, nos portos e terminais situados ao longo da rede hidrográfica desse rio, circularam 39.477 toneladas em cargas. Já o anuário de 2018 apresentou valores que chegaram a 8.113.852 de toneladas movimentadas (ANTAQ, 2018), o que representa um aumento exponencial.

3.1 Arco Norte e as ações estratégicas sobre o território

No ano de 2016, a Câmara dos Deputados, via Centro de Estudos e Debates Estratégicos, lançou o estudo denominado “Arco Norte: Um Desafio Logístico”, que tinha como eixo central a discussão sobre as alternativas para o que o documento compreende como a “já saturada” estrutura brasileira de transporte de cargas.

Assim, o projeto Arco Norte é apresentado como uma proposta para a implantação de uma nova logística intermodal de transporte que vai, a um só tempo, diminuir a pressão sobre os portos da região Sudeste e aproximar mais os produtores nacionais dos parceiros comerciais internacionais.

O projeto Arco Norte trabalha com a perspectiva de estabelecimento de eixos logísticos de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) que destinariam uma parte significativa das cargas brasileiras para portos situados acima do paralelo 16º S.

¹¹ Podemos citar: o surgimento de Estações de Transbordo de Cargas e Terminais de Uso Privado nos rios amazônicos; o aumento de investimentos em hidrovias e estradas conectando o Centro-Oeste com o Norte do país; os projetos de construção de hidrelétricas com eclusas; o projeto da Ferrogrão (ligando Mato Grosso e Pará).

De fato, o projeto Arco Norte já vem se concretizando. Em 2011, o volume de soja e milho escoado para o mercado internacional pelos portos que o compõem foi de 8%. Em 2016, os valores chegaram a 20% (BRASIL, 2016), com tendências de pleno crescimento ano após ano.

Essa ascensão evidencia que as estratégias macroeconômicas do Estado com os processos de autorização de terminais, incentivos fiscais, financiamento público, execução de obras de infraestrutura rodoviária, portuária e hidroviária têm logrado êxito via planejamento e implementação de políticas públicas. Por sua vez, essas ações inserem a região nos circuitos comerciais internacionais e no tempo acelerado do capital financeiro, repercutindo em novos usos do território na Amazônia.

4. Incertezas e preocupações diante do novo pulso de incorporação da Amazônia

A literatura científica (em variadas áreas do conhecimento) já evidenciou a eficácia das áreas protegidas¹² como territórios de garantias da perpetuação dos modos de vida das sociedades tradicionais e da proteção à biodiversidade e às funções ambientais.

Da mesma forma, já são amplamente conhecidas as possibilidades de pesquisa e aproveitamento biotecnológico da diversidade biológica, com geração de recursos para o país, bem como o potencial a curto prazo da geração de divisas com os mecanismos internacionais de pagamento por retenção de carbono florestal.

Por certo, boa parte dessas questões já são consideradas na política ambiental brasileira, todavia algumas circunstâncias contemporâneas ligam um “sinal de alerta”. Justificamos nossas preocupações devido a dois fatores que consideramos importantes: (i) a articulação de projetos de infraestrutura logística com os de barramentos para construção de hidrelétricas; e (ii) os retrocessos em curso na política ambiental com o atual governo federal, empossado em 01 de janeiro de 2019.

¹² Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e Território Quilombolas (TQs).

4.1 Hidrelétricas, hidrovias, estradas e a logística do agronegócio na Amazônia: complementariedades ameaçadoras<Subtit2>

É possível deduzir que as rodovias, a partir de meados do século XX, foram as infraestruturas iniciais representativas da incorporação capitalista da Amazônia. Com efeito, foram os principais vetores para a configuração espacial do desmatamento que se tem hoje.

O que resultaria, então, da junção de várias infraestruturas para a circulação na Amazônia?

Para se ter uma ideia, em uma porção ainda bastante preservada da Amazônia brasileira projeta-se a nova fronteira hidrelétrica do país. Estamos nos referindo à bacia do rio Tapajós, onde, entre planejados ou em construção, existem 43 projetos hidroelétricos (GREENPEACE, 2016; FEARNESIDE, 2016).

A construção de hidrelétricas envolve uma conjunção de impactos ambientais e sociais. No caso da bacia citada, as barragens afetariam diretamente várias Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Em relação a essas últimas, para não incorrer em problemas de ordem legal, os governos têm adotado¹³ a estratégia de desafetação das UCs que, na prática, na imensa maioria das vezes, consiste na redução de suas áreas¹⁴.

As hidrelétricas são peças chaves para o sistema agro-*business*-logístico projetado para região amazônica, pois as eclusas são mecanismos fundamentais para viabilizar as hidrovias, e por conseguinte o escoamento de grãos para as instalações portuárias do Arco Norte.

As políticas de infraestrutura logística e de construção de barragens na agenda governamental marginalizam as políticas de constituição e/ou regulação de áreas protegidas na Amazônia.

Essas políticas para a circulação parecem caminhar de maneira célere. Por outro lado, como estamos no campo da política ambiental?

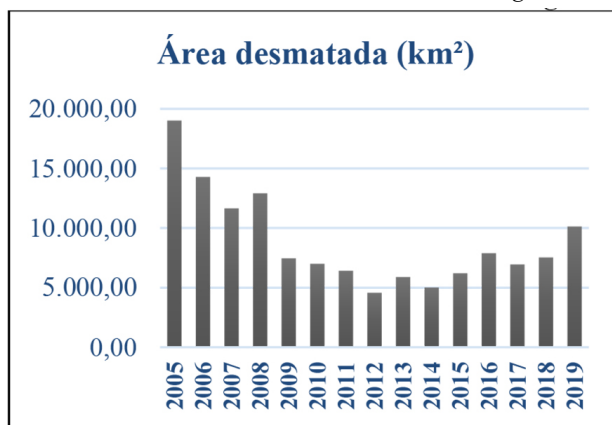
¹³ Prática que torna-se mais frequente a partir do governo Dilma Rousseff.

¹⁴ Exemplo disso é a Lei nº 12.678, de 25/06/2012, que alterou os limites de algumas UCs na Amazônia. (BRASIL, 2012).

5. Ações governamentais reacionárias e os empreendimentos em avanço

A aprovação do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) é um dos pilares representativos de um período de retrocessos ambientais no Brasil. Conforme o monitoramento da Plataforma Terra Brasilis (INPE/PRODES), o desmatamento na região, após oito anos consecutivos de redução, de 2005 a 2012, reverteu a tendência em 2013 e iniciou uma curva de crescimento (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal entre 2005 e 2019



Fonte: Plataforma Terra Brasilis/PRODES/INPE (2020).

A interpretação é que a reformulação da citada lei criou um sentimento de impunidade, pois anistiou os responsáveis por desmatamentos ilegais ocorridos até 2008. Ou seja, áreas indevidamente desflorestadas no passado não precisarão ser recuperadas e, assim, continuarão sendo utilizadas nas atividades agropecuárias.

Dentro dos problemas atinentes às questões ambientais na região amazônica, um fator a ser considerado é que os estados do Pará e Mato Grosso são alvos de muitos projetos para construção de usinas hidrelétricas e de obras de infraestrutura logística, além de que, em seus domínios, avança a fronteira da produção de grãos, sendo que tais estados carregam o “rótulo” de líderes disparados no desmatamento acumulado da região,

respondendo por 34,12% e 32,77%, respectivamente (PLATAFORMA TERRA BRASILIS, 2020).

A retirada de florestas pode se agravar em porções do território onde não existe um respaldo legal efetivo, que resulte em uma gestão direta do Estado, como nas terras públicas não destinadas. Situação que tende a piorar caso ocorra a aprovação da Medida Provisória nº 910, de 10 de dezembro de 2019, conhecida como a “MP da grilagem”¹⁵, pois permite, dentre outras questões, que terras da União sem destinação (de até 2.500 hectares) tornem-se, seguindo alguns critérios, propriedade de quem as ocupou, mesmo que de maneira irregular.

Onde o ordenamento territorial se fez presente (Ex.: UCs, TIs, áreas quilombolas demarcadas) sempre existiram ameaças externas, sobretudo de atividades ilegais. Contudo, parte-se do pressuposto que essas áreas contam com uma relativa segurança normativa e institucional.

Todavia, com a posse do atual governo federal, um conjunto de ações tem abalado as estruturas construídas, gradativamente, pelas políticas de cunho ambiental no país.

Um levantamento elaborado pelo Greenpeace (2019)¹⁶ mostrou detalhadamente as ações efetivadas (e as projetadas) nos primeiros 100 dias do presente governo que representam retrocessos ambientais. Iremos apontar alguns elementos apresentados pelo estudo e complementar com outros identificados através de diferentes fontes.

Primeiramente, trataremos sobre o enfraquecimento institucional dos órgão de proteção ao Meio Ambiente. Nessa questão, podemos apontar o esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a extinção de importantes secretarias, a saber: Secretaria de Mudanças do

¹⁵ Cunha (2019), ao fazer uma análise entre os governos Lula e Michel Temer, da Política de Regularização Fundiária da Amazônia (PRFA), que já se mostrava controversa na origem (Lei Federal nº 11.952/2009), constatou um enfraquecimento nos critérios de proteção ambiental a partir da Lei nº 13.465/2017. O cenário atual indica que o autor estava correto ao prognosticar que esse enfraquecimento prosseguiria e se agravaria com o atual governo federal.

¹⁶ Mais informações, como a descrição dos instrumentos para tais ações, estão disponíveis em: <https://www.greenpeace.org/brasil/press/governo-bolsonaro-100-dias-de-retrocessos-ambientais/>.

Clima; Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; e Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Além disso, ocorreu a transferência da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esse último comandado por Tereza Cristina Dias, representante assídua da bancada ruralista e da agroindústria, setores que, historicamente, apresentam resistências em relação às políticas de proteção às florestas.

Essas ações fragilizam iniciativas de proteção ambiental, pois causam o afastamento do MMA da gestão direta e da proteção dos recursos hídricos, assim como a transferência do serviço florestal diminui a importância dos critérios ambientais nos processos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e das concessões florestais gerenciadas pela União.

Os retrocessos caminham também por meio da perda de autonomia de órgãos como o Ibama e ICMBio. Essa perda de autonomia foi explicitamente manifestada com a demissão do diretor do INPE (Ricardo Galvão), em agosto de 2019, após a instituição publicar a elevação das taxas de desmatamento na região amazônica naquele ano.

As ações retrógradas visam alcançar também a política indigenista e as destinadas para as comunidades quilombolas. Com a Medida Provisória nº 870 e o Decreto nº 9.667 de 02 de janeiro de 2019, se estabeleceu que o processo de licenciamento ambiental nas terras quilombolas e indígenas passa a ser competência da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), também do MAPA. Essa secretaria torna-se, pelo decreto, uma instância supervisora do Incra.

Para os Territórios Quilombolas, parece seguir a mesma lógica de atrofia das ações governamentais para proteção. O Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, estabelece que os processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas sai da competência do Incra, órgão com experiência técnica importante, e passa a ser de responsabilidade do Departamento de Políticas Étnico-Raciais do Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Seguindo a linha de ações para o retrocesso, foi lançado o Decreto nº 10.239 de 11 de fevereiro de 2020, o qual transferiu o Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República. Com isso, possivelmente serão esmorecidas as ações do MMA e de suas autarquias (com destaque para o ICMBio e Ibama) sobre a região.

Além disso, a nova composição do conselho estabelecida pelo decreto não integra os governadores dos estados que compõem a Amazônia brasileira e nem representantes da sociedade civil. Dessa forma, instituições públicas estaduais e privadas (como as ONGs), que historicamente atuam na conservação da biodiversidade, das florestas e dos modos de vida tradicionais da região, perdem margem de participação na política ambiental.

6. Considerações finais

Parece-nos que um dilema se aprofundará na sociedade brasileira: como garantir a proteção da sociobiodiversidade amazônica com esses pleitos por circulação e as ações governamentais recentes?

Em um horizonte de alerta, os descabros das políticas governamentais somam-se ao voraz avanço das demandas por fluidez territorial¹⁷ pela região amazônica, envolvendo, como elucidamos, projetos para construção de terminais portuários, ampliação da malha rodoviária, ferroviária e hidrovial e implantação de hidrelétricas.

A escolha do Estado em pensar o futuro da Amazônia tendo como alicerce a circulação corporativa, isto é, a sustentada no pleito de fluidez para ampliação da acumulação de capital, aprofundará as disparidades intra e inter-regionais. Ao mesmo tempo, isso levará a uma pressão demasiada sobre as áreas protegidas que, como destacamos, são territórios ainda mais ameaçados no contexto das ações governamentais de hoje.

Tal como os demais pesquisadores comprometidos com as pautas de proteção à sociobiodiversidade da região, esperamos que, ao nos livrarmos desse obscurantismo tutelado estrategicamente pelos atores

¹⁷ Trabalhamos o conceito de fluidez territorial baseado em Arroyo (2005).

políticos dirigentes do atual governo federal, o Estado brasileiro retome as ações afirmativas sobre as áreas protegidas na Amazônia.

A (re)afirmação dessas áreas representa o resguardo de suas polivalências, posto que garantem: a preservação da biodiversidade e suas funções sistêmicas; o aproveitamento biotecnológico-econômico, potencialmente com alto valor agregado; a reprodução da existência das sociedades tradicionais (sociodiversidade), com perspectiva de melhorias da qualidade de vida das mesmas; a mitigação das taxas de desmatamento na Amazônia e a atração de fundos internacionais e capitais (inclusive com o estoque de carbono florestal); e as chuvas que irrigam a agricultura e reabastecem os reservatórios das hidrelétricas em outras regiões do país.

As políticas para circulação no território precisam respeitar a necessidade de manutenção dos elementos intrínsecos à circulação nos sistemas naturais (fluxos de matéria e energia), com seus variados serviços ambientais.

A despeito das preocupações levantadas, cabe expressarmos nossas esperanças nos órgãos brasileiros de proteção ambiental, os quais paulatinamente foram estruturando-se desde a Política Nacional de Meio Ambiente (**Lei nº 6.938, de 31/08/1981**) e com a Constituição Federal de 1988. Acreditamos que a seriedade de seus quadros técnicos permitirão serem mitigadas as implementações de políticas que ameaçam a razão da existência dessas instituições.

Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). **Anuário estatístico 2018**. Brasília: ANTAQ, 2018. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/Anuario/>. Acesso em: 25 mai. 2017.

ARROYO, Maria Mônica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. *In*: SILVEIRA, M. L. (org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 209-242.

BRASIL. **Lei nº 12.678**, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12678.htm. Acesso em: 28 set. 2019

BRASIL. **Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**. Brasília: Secretaria de Portos (SEP/PR), 2015.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Arco Norte: o desafio logístico**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Logística (PNL). Empresa Brasileira de Portos S.A., 2018. Disponível em: <https://www.epl.gov.br/plano-nacional-de-logistica-pnl>. Acesso em: 17 jun. 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

CUNHA, Paulo Roberto. O novo governo e a Amazônia: desproteção ambiental e privatização de terras públicas. **Confins**, editorial nº 501, 2019.

FEARNSIDE, Philip Martin. Os planos para usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia do Tapajós: uma combinação que implica a concretização dos piores impactos. *In*: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Maurício (orgs). **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós**. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016

GREENPEACE. **Hidrelétricas na Amazônia: um mau negócio para o Brasil e para o mundo**. 2016. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/hidretricas-na-amazonia-um-mau-negocio-para-o-brasil-e-para-o-mundo/>. Acesso em 12 abr. 2020.

GREENPEACE. **Governo Bolsonaro**: 100 dias de retrocessos ambientais. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/press/governo-bolsonaro-100-dias-de-retrocessos-ambientais/>. Acesso em 15 jul. 2020.

KINGDON, W. John. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston: Little Brown, 1984.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e gestão ambiental na Amazônia**: Terras públicas e os dilemas do Estado. 1a. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

OEC - THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Soja**. 2020. Disponível em: <https://oec.world/pt/profile/hs92/1201/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PLATAFORMA TERRA BRASILIS – PRODES/INPE. **Prodes Desmatamento**. 2020. Disponível em: http://terrabilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 23 abr. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: PEIXOTO, João Paulo (org.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografia Política**. Madrid: Editorial Síntesis S.A., 1992.

SANTOS, Hermílio. Grupos de interesse e redes de políticas públicas: uma análise da formulação de política industrial. **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, ano 2, n. 1, p. 193-210, jun. 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília; Paralelo 15 e LGE, 2006.

AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E MODELIZAÇÃO GRÁFICA NA BACIAS ITACAIÚNAS E BAIXO CURSO DA BACIA DO TOCANTINS

Abraão Levi dos Santos Mascarenhas

Os modelos gráficos de territórios revelam estruturas e dinâmicas (BRUNET, 1980; 1993; 1997; 1986; 2001) – esses modelos têm seu subsídio em uma cartografia temática (MARTINELLI, 1991; 2005; 2007; 2009; 2014) representada ao representar de forma sintética os elementos físico-ambientais e os sociais que são dinamizados pelas formas de uso e ocupação. A cartografia qualitativa e quantitativa por cores, hachuras e símbolos proporcionais são essenciais na representação de temas centrais que revelam de forma sintetizada.

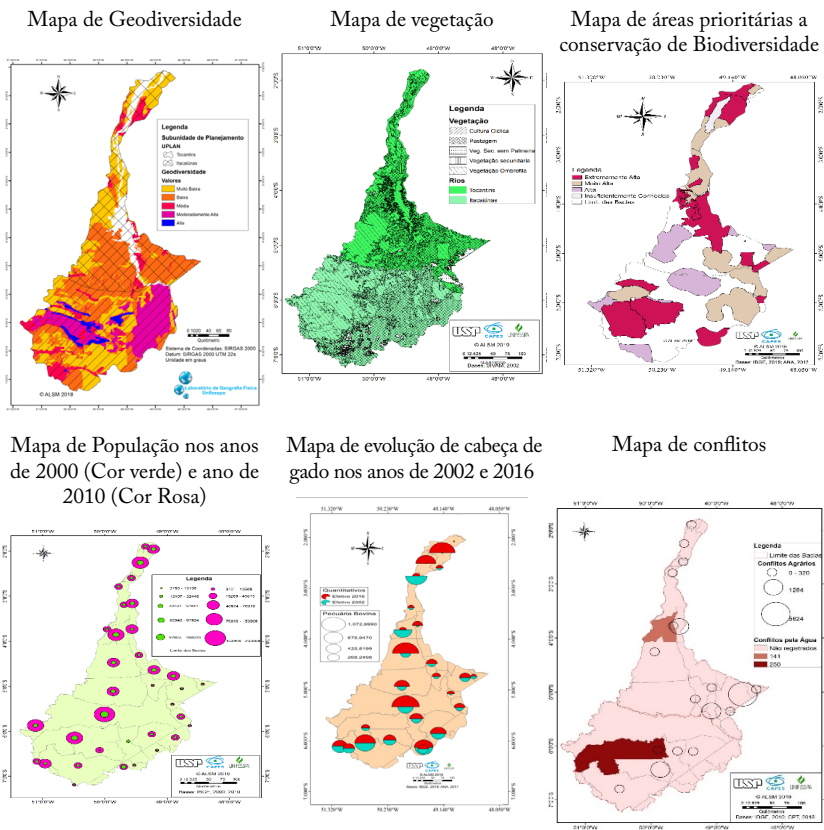
O panorama dessa dinâmica tem vista à compreensão das mais variadas formas de apropriação dos recursos naturais por parte que vive e compartilha o espaço da bacia hidrográfica, possibilita compreender a espacialização dos atores e das suas complexas redes de articulação política e econômica na dinâmica do espaço.

As dinâmicas ambientais e sociais estão imbricadas e se relacionam mutuamente gerando pontos de inflexões e no território, gerando estruturas territoriais bem definidas.

A partir da reunião das unidades territoriais que compõem o território é possível estabelecer um conjunto de elementos gráficos que sejam capazes de revelar a configuração territorial das bacias estudadas. Assim, apresenta-se, em um primeiro momento, a Figura 1 com os mapas temáticos tradicionais e, posteriormente, a Figura 3 representa a modelização gráfica da dinâmica territorial contida nas bacias hidrográficas.

Os modelos gráficos são formas de representar os arranjos e as dinâmicas territoriais, onde os modelos de sistemas ambientais são, e devem complementar, os sistemas dos coremas, ou seja, para cada unidade gráfica elementar haverá modelos gráficos que representam de forma abstrata o espaço – sendo capazes de representar as dinâmicas e as estruturas territoriais, revelando a análise espacial em formas gráficas (THÉRY, 1988; 2004 a,b, 2005; 2017; THÉRY, H. E.; MELLO-THÉRY, 2018).

Figura 1 – Síntese dos elementos físico-ambientais e sociais na bacia hidrográfica Itacaiúnas e Tocantins.



Fonte: Mascarenhas, 2020.

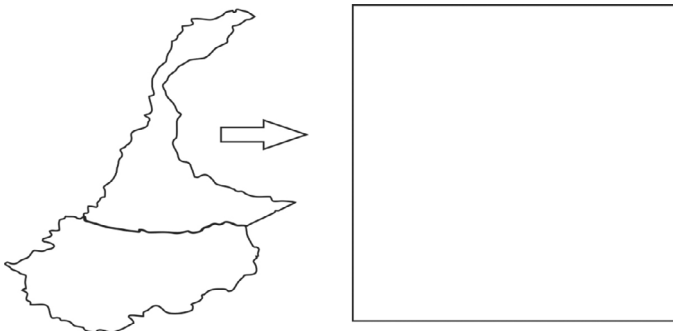
1. Percurso metodológico e a produção de modelos de representações espaciais

Antes da construção dos elementos elementares gráficos (coremas), é necessário que os limites da bacia sejam ajustados à figura geométrica de um quadrado. A princípio, pensamos que seria possível realizar esse ajuste geométrico com a figura de um triângulo, pois assim conservaria (em parte) os limites da bacia, mas conforme a construção dos modelos coremáticos elementares foi evoluindo, optou-se pelo quadrado (ver Figura 2).

Grande parte dos coremas a seguir tem ligação com a pesquisa clássica de Roger Brunet (1990), seguidos dos trabalhos de Hervé Théry (1988; 2004); a mais recente obra de Théry e Mello-Théry (2018), a tese de doutorado de Eduardo Paulon Girardi (2008), contando ainda com os trabalhos de Ludmila Girardi Alves (2013; 2019), são pesquisas que trabalham diretamente com os modelos coremáticos estabelecidos pelo *Groupement d'intérêt Public Reclus – GIP Reclus*.

Representar graficamente os usos múltiplos da água e os fatores influenciadores que representam as dinâmicas extra-bacia ainda tem sido um desafio para os mapeamentos sistemáticos, pois estão amarrados em padrões cartográficos que não os permitem “sair do padrão”. As legendas são detentoras de poder organizativo que aprisionam o fazer cartográfico e, por mais que o *map marker* (WRIGHT, 1942) possa ser o mais isento ao plotar informações aos mapas, eles sempre irão servir a um fim.

Figura 2 – Transposição geométrica dos limites da bacia para a linguagem coremática.



Fonte: SEMMAS (2006). Elaborado pelo autor (2018).

2. Panorama de ocupação da Bacia Araguaia-Tocantins e as novas formas de uso conformando estruturas territoriais complexas

As bacias Araguaia-Tocantins sempre tiveram um valor geopolítico estratégico para a nação brasileira. As ocupações no Centro-Oeste no século XVI ao XVII e as ocupações pela foz do Rio Amazonas do século XVI dão conta de como os rios eram vias navegáveis e entrada para se conhecer os territórios. Por isso as atividades econômicas seguiam a rede hidrográfica.

No Sudeste do Pará as atividades extrativistas vegetais (Borracha, Caucho e castanha) deram origem a uma área bem dinâmica, conhecida como polígonos dos castanhais. Área essa que viria a se tornar uma das mais complexas socialmente nos anos de 1960, alterando os padrões rural-urbano e possibilitando os padrões hierárquicos das cidades; e nas Bacias Itacaiúnas-Tocantins não foi diferente.

Após esse período de atividade agroexportadora houve um novo projeto geopolítico que ficou conhecido como política de integração nacional. Grandes projetos foram pensados para a região, em especial projetos de abertura de estradas de rodagem federais (BR-010 e depois a BR-230), a construção da ferrovia Carajás e construção da maior UHE Tucuruí. Esses dois últimos empreendimentos ligados ao Projeto Carajás.

Cidades como Marabá, que nos anos de 1980 sofriam influência do projeto Carajás, se beneficiaram grandemente das atividades de extração e beneficiamento de minério de ferro, extração do ouro, diamante e da produção pecuarista.

Nos anos de 1988 teve seu território desmembrado dando origem a municípios como Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Tucuruí, Breu Branco, etc., cidades que refletem suas atividades de usos múltiplos nas Bacias Hidrográficas Itacaiúnas e Tocantins, concentradas na parte Sudeste da Unidade de Planejamento Itacaiúnas/Tocantins.

Assim, a influência das cidades e seus aspectos urbano-rural são reflexos das atividades minerometalúrgicas e dos projetos agropecuaristas que dinamizam as redes urbanas onde os padrões de desenvolvimento deixam muito a desejar, já que os níveis de desenvolvimento humano municipal.

A permanência de áreas pecuárias/mineração (extração de areia e seixo), tornando baixa a mudança das formas de uso do solo, revelam

a faceta de atividades marginais na economia regional, mas que trazem grandes impactos ambientais.

A pecuária em declínio da área está associada ao fato de essa atividade perder seu poder de capitalização, capaz de modernizar a produção, baixo preço dos valores da carne e leite, dificuldade de escoamento dessa dita produção, bem como a degradação do solo que traz perda à produtividade das pastagens, sendo representada pelo coremas de sinais (-/+), as áreas em declínio e baixa transformação de uso do solo. (Figura 3).

Alta mudança das atividades regionais refletida nas formas de uso do solo é representada pelo coremas de sinais sinal (+/-). Nessa área as mudanças acontecem pela brusca conversão de áreas degradadas para o plantio da soja e a mudança da produção pecuária que tem no melhoramento do gado sua maior aposta. (Figura 3).

Os municípios de Abel Figueiredo, Rondon do Pará e Bom Jesus do Tocantins-PA fazem parte do conjunto de municípios que estão, de forma direta, influenciadas pelos territórios do agronegócio dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia definido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com o acrônimo das sílabas iniciais dos referidos estados, assim denominada MATOPIBA, ao passo que enfrentam mudanças estruturais rápidas. Entre as principais mudanças estão a recuperação de pastos, processos de seleção de bovino com a função de ser matrizes de reprodução como conexão direta com as empresas de biotecnologia/melhoramento genético.

As novas políticas de integração nacional constroem vetores de expansão, os quais tratamos como eixo de propagação do agronegócio da soja com toda a sua cadeia produtiva. Por essa dinâmica é possível falar em eixo de propagação das atividades graneleiras e seus insumos de produção.

O eixo de propagação, contendo a forma gráfica de uma seta amarela de três pontos que aponta para as áreas de interesse da cadeia da soja, da qual busca se estabelecer no sul e sudeste do Pará, assim, reverte-se de forte influência em políticas estruturantes nas áreas adjacentes que ainda não foram anexadas às áreas do agronegócio e que ainda precisam de infraestruturas estatais para dar suporte ao desenvolvimento dessas atividades. (Figura 3).

O paralelo 16⁰ é usado como referência aos estados que fazem parte do planejamento do governo brasileiro em estruturar todo o setor

de transporte modal na região Norte. Há um movimento de ampliação de portos privados, melhoria de estradas, licitações para construção de hidrovias, ou seja, toda a logística de transporte necessária ao transporte de grãos.

O complexo da soja e do milho – que corresponde também ao farelo e óleo – exerce profunda influência sobre as políticas públicas do setor de transporte e pensam o território para seu uso e abuso, pois no decorrer de todas essas questões não se pensa na possibilidade de inclusão das realidades locais, apenas cogita-se melhorias em portos de passageiros ou construção de inclusas ou até mesmo sinalização de hidrovias.

Atualmente a discussão em torno das infraestruturas de transporte na Região Amazônica sustenta a argumentação de uma política de integração que pesa a estruturação de portos, ferrovias e estradas, além da construção de hidrovias. Nesse sentido, temos os estudos de viabilidade do setor de transporte realizado pela Câmara dos Deputados Federais, intitulado “Arco Norte, um desafio logístico”.

Se atentarmos para o título, a questão do “desafio” que envolve ações sobre a região, e se nos reportarmos aos documentos do IIRSA, veremos que os desafios estão associados às barreiras físico-naturais e às questões das terras públicas e das populações locais, pois remete sempre aos desafios das interconexões de fluxos e não de integração regional.

Outro argumento associado ao Arco Norte é a necessidade de alterar Leis Ambientais (licenciamento ambiental) e Leis de Licitações (Contrato de consultorias, garantia de implementação de empreendimento), para completar o ordenamento do território, dando mais fluidez ao escoamento da produção, permitindo que as empresas operem no território de forma a manterem os “bons negócios”.

Por isso, ao falarmos da política do Arco-norte, o paralelo 16º, como a continuação do IIRSA (2002), os eixos Amazônia e Eixo escudo das guianas passam exatamente nas Bacias Itacaiúnas/Tocantins, por isso a região Sudeste do Pará vem enfrentando novas mudanças nas formas de uso e ocupação como: construção de portos (porto municipal de Marabá) e ampliação de outros (Ampliação e adaptação do porto de Tucuruí), projetos de ferrovias como a Ferrovia do Pará Sociedade Anônima (FERPASA), da qual optou pelo corema

de representação da superfície de tendência das formas de uso, associada a uma grande seta amarela que se desloca de jusante para a montante da bacia.

Para todos projetos idealizados no IIRSA lançados no ano de 2010 – onde já se referia às populações originárias da Amazônia, como contingências sociais – era necessário que os governos dessem condições para os empreendimentos se instalem, de forma a não comprometer os investimentos, acabam dinamizando ainda mais o quadrante Leste, Sudeste das Bacias Itacaiúnas/Tocantins como veremos mais à frente.

Portanto, diante da existência de uma superfície de tendência provocada pela MATOPIBA, com vetores da infraestrutura da soja, buscamos representar essa superfície de expansão que segue o curso do Rio Itacaiúnas e do Rio Tocantins, direcionados ao Porto de Vila do Conde no município de Barcarena-PA.

Com esse elemento coremático elementar é possível apreender os processos de mudanças na estrutura dos territórios, como surgimento de novas áreas de plantação de soja, com as mudanças na paisagem advindas dessa atividade, doação de terras e incentivos fiscais para a dotação/ampliação de portos municipais, duplicação de ferrovia ou construção de novas, construção de hidrovias etc.

O forte tropismo, representado por um pequeno círculo apontando quatro setas em diferentes direções, estando associado a atividade de pecuária moderna, produção de soja e atividades de silvicultura, se revelam, aqui, como permanência de atividades rurais, mas que tem no urbano grande dependência espacial. Assim, essa área está encravada entre as áreas de produção de minério e energia, mas apontam mudanças gerais em áreas pouco exploradas no conjunto geral das Bacias Itacaiúnas/Tocantins.

Áreas de transição podem ser vistas exatamente na parte Norte e Nordeste da Itacaiúnas-Tocantins, simbolizando as possíveis áreas a serem anexadas a toda dinâmica da região Sudeste do Pará. O cenário tendencial é que haja a expansão da soja e que a estruturação de portos, rodovias e ferrovias desloque o eixo do tropismo para áreas que se encontram inertes, ou seja, áreas que aguardam novas políticas de desenvolvimento compatíveis com a aptidão econômica.

Podemos elencar que as questões do tropismo vêm sendo vistas pelas dinâmicas dos movimentos por acesso a recursos naturais de uma forma em geral, assim os conflitos que envolvem indígenas e camponeses têm relação direta com as questões dos recursos hídricos e com a necessidade de acessar a terra para garantir a reprodução.

O modelo traz essas dissimetrias espaciais de conflitualidade bem marcantes nos últimos anos e tem se concentrado próximo à área de empreendimentos de larga escala, da qual as políticas têm gerado grandes processos de injustiça ambiental.

Outra característica marcante da dissimetria dos conflitos ambientais é a sua relação com as questões de identidades culturais. Nesse assunto, os problemas indígenas e os pequenos agricultores são tomados por um sentimento de pertencimento territorial que os tornam potencialmente contrários às mudanças de seus espaços.

Vetores de conflitos são representadas por linhas de conflitualidade, semi-envolvida por linhas de pontos em suas extremidades, e tendem a aumentar em toda a calha do Rio Tocantins e nas áreas de nascente do Rio Itacaiúnas, haja visto que só o prenúncio de instalação de empreendimentos industriais (hidroelétricas, portos, ferroviários, etc.) tem mobilizado o comércio ilegal de venda de terra, especulação imobiliária e aumento nos preços de alimentos. Todos esses fatores sociais trazem em seu bojo as questões da contradição de pensamento e de interesses.

A questão da água e as dinâmicas globais de uso intensivo dos recursos hídricos reverbera significativamente em escala local. Reafirmamos que as macropolíticas dotadas de eixo de integração tendem a aumentar os conflitos ambientais, já que essas políticas não costumam levar em consideração os interesses e as culturas locais.

É necessário que sejam incluídas na agenda dos gestores públicos as reais necessidades dessa parcela da sociedade, a qual ajuda no desenvolvimento local de forma sustentável. Por isso, a participação nos fóruns, debates e nas audiências públicas devem ser garantidas, a fim de diminuir tensões ou que possa haver uma negociação dos movimentos que almejam alcançar a justiça ambiental.

A síntese final do território seria representada pela justaposição de todos os coremas que trazem aos olhos a dinâmica territorial das Bacias

Itacaiúnas/Tocantins, e o marco referencial da análise está calcado nas novas políticas de desenvolvimento regional que dinamizam processos econômicos locais.

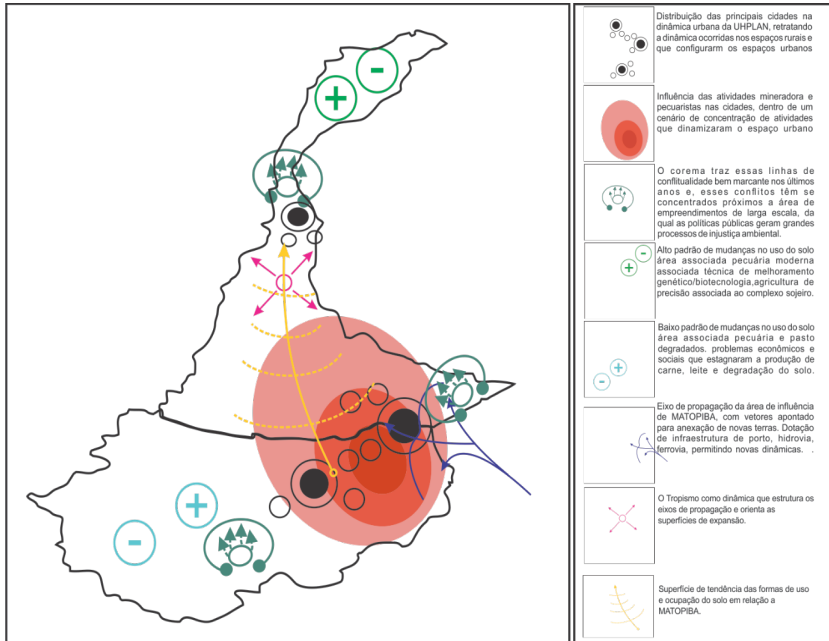
As áreas em branco são com florestas ombrófilas bastante preservadas que estão entre um conjunto de terras indígenas, onde tem-se preservados serviços ecossistêmicos importante para a estabilização ambiental dos regimes hídricos, via nascente do Rio Itacaiúnas e do Rio Parauapebas, que é seu principal afluente.

O modelo representativo do espaço revela as dinâmicas das bacias hidrográficas, possibilitando pensar novas formas de ordenamento territorial no sentido da organização social – não é gratuita a ideia de superfície de tendência e eixos de propagação na modelagem e presta-se a auxiliar as decisões dos planos e programas das políticas públicas.

Não se resume ao plano de gestão dos recursos hídricos, que apesar de contê-lo, é o retrato, o quadro geográfico da unidade de planejamento com suas contradições e dinamismos revelados pelos agentes que condicionam as leis e as estruturas do espaço (Figura 3).

A complexidade como emergência sistêmica possibilita analisar os elementos da paisagem. Aqui optamos pelas variações da geodiversidade regional, que tem na análise geomorfológica o elemento delimitador das influências hidrológicas. A análise dos componentes socioeconômicos nos traz a possibilidade de análise das configurações dos ditos elementos territoriais, que nos traz o mapa com linguagem dinâmica passível de olhar e ver o espaço.

Figura 3 – Mapa Síntese da análise espacial dos componentes da Bacia Itacaiúnas-Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Algumas áreas na bacia ainda têm revelado baixa densidade populacional, refletindo grande número de extensas propriedades rurais, produto de políticas públicas voltadas para as atividades da pecuária. As unidades de conservação e as terras indígenas estão sendo pressionadas por atividades de desmatamento ilegal, caça indiscriminada e, em alguns casos, sobrepesca.

3. Considerações finais

A riqueza metodológica da Ciência Geográfica nos possibilita dimensionar e estudar o espaço a partir das estruturas e dinâmicas do território. No transcurso percorrido até aqui, nos deparamos com a possibilidade de imprimir novas formas de ver e entender esse espaço com a ajuda das técnicas de mapeamento.

As seletividades dos espaços na bacia hidrográfica para o desenvolvimento de políticas estruturantes pelo Estado brasileiro dinamizam as formas de Ab(usos) pelos grupos sociais que trazem em seu conjunto de normas/negociações impondo formas predatórias de exploração dos recursos terra/água - apesar de que o pano de fundo é o uso dos recursos hídricos essas dinâmicas extrapolam para os demais recursos naturais.

Os elementos físico-ambientais das Bacias Itacaiúnas-Tocantins revelaram-se como base essencial da existência das atividades de reprodução social e que têm contribuído com a manutenção das funções básicas dos serviços ambientais e que de outra maneira é evocado pelos movimentos sociais como sendo lugar de externalidade dos projetos em larga escala, sendo necessário buscar a equidade ambiental.

É urgente e necessário, cada vez mais, lançarmos mãos de todo conhecimento cartográfico para exercermos avaliações prospectivas e geográficas das bacias hidrográficas, assim, exercendo o olhar e o sentido da Geografia no sentido de se aproximar do sublime que há no espaço, sem deixar de lado a dimensão da paisagem.

A paisagem compõe a perspectiva físico-natural com todas as suas questões sistêmicas, ou seja, a paisagem vista pelos elementos físicos, sem perder a dimensionalidade da verticalidade que são os próprios elementos que a animam. Por isso usar a geodiversidade como ponto de referência para compreender tais dinâmicas.

Os elementos sociais completam essas plêiades de elementos que nos fazem ver e ler as contingências sociais, dos quais os modelos gráficos foram essenciais nessa questão e nos quais estão imbricados leis e acordos sociais que são dinâmicas territoriais responsáveis em (re)estruturar o espaço geográfico e faz-nos apreender as ordens desses mesmos elementos.

As múltiplas formas de uso dos recursos hídricos, via políticas públicas, culturas e maneiras de apreender os recursos contidos na paisagem dinamizam e estruturam as formas territoriais, que têm se tornando campo de conflitos ambientais - os movimentos sociais/ecológicos têm protagonizado articulações que combatem tais injustiças, onde os novos estudos de viabilidade econômica de empreendimentos de larga escala não poderão mais negar a existência dos mesmos.

O desafio é construir uma agenda de interesses exequíveis ao desenvolvimento sustentável que busque minimizar as variabilidades

climáticas que impõem sérias restrições às atividades econômicas. Estudos em escalas topológicas são essenciais para definição de novas análises e planejamento ambiental, sobretudo nas questões de geodiversidade, ajustes de metodologias dos coremas em microbacias e uso de geoinformação associada à tomada de decisões.

A aplicação dos coremas em Unidades Hidrográficas auxiliadas pelos sistemas geoinformativos trouxe um novo elemento para a modelagem gráfica. Muito da modelagem aqui realizada visa delimitar elementos ambientais, por isso foi essencial discutir limites das metodologias cartográficas e suas representações espaciais.

As oitos unidades elementares espaciais, os coremas, de forma individualizada, pontuam as estruturas construídas pelos conjuntos de fatores sociais e humanos. Em combinação, essas mesmas unidades revelam a intensa dinâmica encontrada na bacia permitindo uma visão ampla dos setores onde tais ocorrências existem.

Ficou claro que a produção de cartas/mapas tem uma base filosófica, conceitual e empírica bastante discutida no âmbito das metodologias da Geografia e que tem se prestado a compreender o espaço através da racionalidade objetiva do olhar/ver os elementos que dão forma, estruturam e dinamizam os processos sociais.

As representações gráficas e as cartas temáticas foram construídas com os subsídios das influências metodológicas de Hervé Théry; e a análise das disparidades e dinâmicas territoriais analisadas a partir de diversas fontes de dados e muito trabalho de campo possibilitaram apreender as configurações territoriais concretizadas nas Bacias Itacaiúnas-Tocantins.

As metodologias de representação espaciais francesas, anglo-americanas e russo-soviéticas se complementam no sentido de esboçar análises espaciais, ambientais e de estruturas territoriais que permitem propor modelos de evolução e práticas de gestão e ordenamento.

As bases de dados minerados em vários órgãos oficiais e a produção da cartografia temática foram viabilizados pelos *Softwares* de SIG, que muito contribuíram no entendimento e na análise das formas territoriais e na espacialização da realidade social da bacia.

Do ponto de vista operacional, os coremas situam estruturas, dinâmicas e disparidades que vêm ocorrendo nos últimos anos e que carecem de estudos mais aprofundados que estão desde pensar os limites

do desenvolvimento regional e que pouco têm impactado nos modos de vida urbano, no sentido de dar melhores condições de habitabilidade para as populações originárias.

Já está mais do que na hora de pensar políticas de ordenamento territorial que avancem na proposta do zoneamento ecológico-econômico para além das questões de aptidões. Urge pensar formas de ordenamentos que levem em consideração tais realidades.

A análise espacial em seu conjunto com os sistemas geoinformativos construíram uma narrativa cartográfica, em meio às concepções teóricas e conceituais aportadas em Bertin e Brunet, que são essenciais no entendimento e nos rearranjos dos elementos territoriais, no sentido de apreender as dinâmicas dos agentes sociais, dos quais são importantes na compreensão e descrição do espaço geográfico em suas formas de produzir ordenamento ao território.

Bibliografia

ALVES, L. G. **Redes de comunicação e território**: a formação e a organização socioespacial da internet no Brasil. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo.

ALVES, L. G. Estruturas e dinâmicas espaciais da organização da internet no território brasileiro. **Revue Confins** [On-line], 23, p.1-22, 2015. DOI: 10.4000/confins.9976. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRUNET, R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. **Espace géographique**, t. 9, n. 4, p. 253-265, p.253-265, 1980. Disponível em: www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1980_num_9_4_3572. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRUNET, R. La carte-modèle et les chorèmes. **Rev. Mappemonde**, Maison de la Géographie de Montpellier, Montpellier-FR, v. 4, p.2-6, 1986.

BRUNET, R. Building models for spatial analysis. **Espace géographique**: Espaces, modes d'emploi. Two decades of l'Espace

géographique, an anthology, Special issue in English, p. 109-123, p. 109-123, 1993. Disponível em: www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1993_hos_1_1_3194. Acesso em: 06 set. 2016.

BRUNET, R. Territoires: l'art de la découpe / Pinking shears applied to territories. **Revue de géographie de Lyon**, v. 72, n. 3, p. 251-255, 1997. DOI <https://doi.org/10.3406/geoca.1997.4699>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRUNET, R. **Le déchiffrement du Monde**: Théorie et pratique de La géographie. Paris-FR: Editions Berlin, 2001 [1990].

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórica-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

THÉRY, H. Modélisation graphique et analyse régionale: une méthode e um exemple. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 32, p.111-208 1988. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/021952ar>. Acesso em: 10 fev. 2017.

THÉRY, H.; MELLO, N. A. **Atlas do Brasil**: Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

THÉRY, H. E. Dieux est Brésilien, et Le Brésil est Le paradise dès cartographes. In: BORD, J. P.; BADUEL, P. R. (Org.). **Les Cartes de La connaissance**. Paris: Ed. Karthala, 2004a.

THÉRY, H. E. Modelização gráfica para a análise regional: um método. **Rev. GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 179-188, 2004b.

THÉRY, H. E. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Rev. Estudos Avançados USP**, v. 19, n. 53, p.37-49, 2005.

WRIGHT, J. K. Map makers are human: Comments on the subjective in maps. **Geographical Review**, 32, n.4, p. 527-544, 1942.

PERIFERIAS URBANAS E SOCIALIZAÇÃO NEGATIVA

Rinaldo Gomes Pinho

Este capítulo é fruto de nossa pesquisa do mestrado e do doutorado e tem como objetivo discutir novos fundamentos para analisar as periferias urbanas das metrópoles brasileiras e a complexidade desses espaços pauperizados nos dias atuais. Propomos pensar a relação centro-periferia a partir de um novo quadro de desenvolvimento desse período – marcado pela hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo – e a partir da consolidação de uma unidade crítica na metrópole.

Na produção teórica brasileira sobre esse tema, é hegemônica a reiteração do pensamento sobre a relação centro-periferia marcada pela exploração e pela não integração das periferias no espaço urbano. Essa percepção – cristalizada nas elaborações teóricas e na prática política dos movimentos sociais e dos partidos políticos – denuncia a precariedade urbana e a não integração dos espaços periféricos nas metrópoles como face material mais expressiva da dominação e da exploração de classe. A afirmação dessa dualidade se dá a partir de oposições como: espaços opacos x espaços luminosos, espaços precários x centralidade dotada de serviços, espaços da dominação x espaços dominados, cidade formal x cidade informal; ou ainda a partir de termos como: espaços não integrados, territórios adormecidos ou como novos quilombos urbanos.

De forma geral, procuramos identificar as raízes desse pensamento e dessa prática social baseada na afirmação deste dualismo no espaço urbano, principalmente a partir da crítica às leituras influenciadas pela análise marxista que conceberam esses espaços precarizados como expressão material da contradição de classe na formação das metrópoles brasileiras. Escolhemos, como caminho interpretativo, pensar as periferias urbanas imersas num movimento de reprodução crítica do capitalismo e buscamos debater como o pensamento hegemônico

atua sobre a relação centro-periferia no interior das metrópoles. Além disso, procuramos pensar essa relação imersa no que a partir de Kurz (1993) denominamos de simultaneidade negativa, uma lógica de mediação social que atinge a todos nas metrópoles. Esse caminho interpretativo busca ir além das perspectivas que acentuaram a diferenciação socioespacial, enfatizando mais a perspectiva material como viés explicativo do que uma leitura que coloque o fetiche da mercadoria como centro da análise.

Nessa perspectiva, o pensamento sobre o espaço urbano e em especial aquele desenvolvido na Geografia de orientação marxista, conforme afirma Alfredo (2011):

[...] não deixou de acentuar a questão da materialidade a partir do desenvolvimento do materialismo histórico e dialético, afirmando muito mais aqui o materialismo do que a dialética, deixando de pensar o espaço a partir das formas abstratas de sociabilidade e, assim, deixando de lado uma possibilidade de aprofundar o fetichismo, no sentido de avaliar uma realidade não só concreta, mas posta na contradição entre o concreto e o abstrato se apegando à concretude do mundo e sobre a reprodução material do mundo, não realçando o espaço como veículo das abstrações do moderno e da modernização. (ALFREDO, 2011, p. sem paginação)

A concepção de uma periferia não integrada, distante das centralidades urbanas – não só espacialmente, mas também em relação ao mercado do consumo – e diferenciada do restante da cidade e do centro, percorre toda a discussão acerca desses espaços. Afirmamos que, se esse discurso expressou alguma realidade para os anos 1970 e 1980, a noção de periferias urbanas utilizada em grande parte das pesquisas atuais não responde mais à complexidade que esses espaços ganham no período atual. Esse novo momento, para nós, rompe com o entendimento de que a acumulação estaria baseada no consumo das parcelas das populações com maior poder aquisitivo, até então consideradas como classes

médias pelo entendimento tradicional das pesquisas sobre as periferias urbanas. Para nós, essas limitações se devem ao fato de essas pesquisas utilizarem as construções teóricas tributárias de um modelo de análise ainda baseado num modo de acumulação sob a hegemonia do capital produtivo e baseado na centralidade da luta de classes, expressando essa contradição na dicotomia do par centro e periferia nos estudos sobre o urbano nas metrópoles. Apoiadas nesses pressupostos, as pesquisas sobre o tema focaram na questão das periferias urbanas da metrópole a partir da sua concepção como um lugar excluído e, na maioria das vezes, com a ênfase na precariedade dos equipamentos de consumo coletivo. Esse pensamento afirmava a exclusão desses espaços como “um lugar outro” na cidade. O acento na exclusão e na separação desses espaços da cidade teve como centro da análise a sua conceitualização como lócus da classe trabalhadora e como lugar do exército industrial de reserva e nesse sentido como espaços da transformação social na perspectiva baseada na luta de classes. Para nós, essas análises que partem desses pressupostos acabaram por obscurecer um processo de inclusão dessas populações e desses espaços num processo de socialização negativa através do consumo e do crédito, mesmo dentro de um quadro de crescimento da miséria.

Procuramos demonstrar que esses espaços periféricos estariam num movimento intenso de inclusão e de integração onde os indivíduos são consumidos pelo mundo da mercadoria através dos mecanismos de expansão das formas creditícias. Além disso, esse movimento indicaria uma mudança nos termos da própria noção de exploração na forma como o marxismo da luta de classes afirmou. Nesse sentido, a discussão proposta procura mostrar que esses processos de inclusão negativa dessas parcelas da população acabam por implodir a visão tradicional da relação centro-periferia e colocam novos desafios para entender esses espaços nas metrópoles brasileiras. Pensamos que a lógica da valorização do valor a partir da ficcionalização e da financeirização da economia explode/ implode essa relação dicotômica na metrópole. Assim, nossa pesquisa procura tensionar a visão desses espaços como marginais ou como “terceiras pessoas”, como é comum na crítica teórica buscar colocá-los imersos na lógica comum do período atual, afirmando as periferias urbanas não como “eles”, mas como “nós”: na primeira pessoa do plural.

1. Periferias urbanas e totalidade crítica nas metrópoles

O que nos move nesta pesquisa é contribuir para a discussão das periferias urbanas a partir de uma crítica mais ampla acerca do período do capitalismo atual. Procuramos, assim, pensar essa questão sobre esses espaços com base na simultaneidade entre pobreza e riqueza na metrópole e com base no processo da reprodução do capitalismo baseado no capital fictício, que Postone (2014) define como a constituição crítica de uma dinâmica totalizadora da sociedade capitalista. Desse modo, procuramos compreender as diferenciações socioespaciais que ocorrem na metrópole, dentro da totalidade crítica e não como um espaço diferenciado ou como uma forma que seria um outro no interior do capitalismo ficcionalizado. Temos, como ponto de partida, a concordância com o que Kurz (2008) diz sobre o limite e a obsolescência da crítica contra o capitalismo, tecida com base nos pressupostos da luta de classes e na necessidade de construção de uma crítica radical ao capitalismo a partir de sua expressão como crise estrutural no período atual. O debate que fazemos a respeito das periferias urbanas só vem reafirmar que as críticas hegemônicas sobre as separações intraurbanas não conseguem se distanciar de si mesmas e se conformam com uma leitura interposta pelas perspectivas distributivistas e com uma visão da justiça socioespacial apenas como uma crítica mediada pela distribuição justa e, sendo assim, dentro do invólucro da forma social capitalista.

Para Jappe (2014), por exemplo, é necessário fazer uma crítica às categorias das correntes do marxismo que não conseguiram ultrapassar a sua análise para além da distribuição desigual da mais valia e não fizeram a crítica de base à modernização capitalista. Segundo o autor:

[...] Nos tempos da Segunda Internacional (1889-1914), a teoria de Marx foi transformada em uma ideologia centrada na “luta de classes” e na reivindicação de uma redistribuição diferente do sobrevalor. Desde então, continuou-se a utilizar as análises de Marx essencialmente com esta meta: obter maior justiça social. Em sua formulação clássica, o sujeito histórico dessas reivindicações correspondia à classe operária, essencialmente assimilada, neste caso, ao proletariado

industrial. Nos últimos decênios tal esquema foi aplicado frequentemente sob nova forma, ao fazer referência a outras figuras da exploração e da dominação (os povos do “Terceiro Mundo”, os “subalternos”, as mulheres). Pode-se observar, entretanto, que em todos esses casos, não é verdadeiramente o conteúdo da reprodução capitalista que está posto em questão, mas antes o acesso a seus resultados. (JAPPE, 2014, p. 5)

Nossa pesquisa dialoga com a produção de um grupo de autores reunidos na denominada “crítica do valor”¹. Tais autores procuram discutir a crise do capital fundamentando-se, principalmente, no que eles denominaram de obra madura de Marx, sobretudo no *Grundrisse* e em *O Capital*, procurando acentuar a perspectiva marxiana do capital como uma contradição em processo e estabelecendo uma crítica à luta de classes como paradigma central. Para Marx, “o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p. 588).

Procuramos discutir a potência da crítica sobre o período atual, colocando o acento nas dominações abstratas, ou, como nos diz Alfredo (2010), as abstrações como elemento identitário do moderno, em contraponto a uma visão baseada na dominação concreta e personificada com a ontologização da luta de classes, conforme o marxismo hegemônico apregoou. Junto da personificação e da concretude da dominação, nós acrescentaríamos uma concretude das periferias como lócus da exploração. Postone (2014), Jappe (2006) e Kurz (2010), entre outros autores, discutem que o capitalismo atual criou uma nova forma de dominação social, crescentemente abstrata, subordinando pessoas à estrutura de produção que não pode mais ser captada pelos termos da dominação concreta. Assim, para Postone (2014), as teorias mediadas pelo marxismo da luta de classes:

¹ Principalmente Robert Kurz, Moishe Postone e Anselm Jappe, além das pesquisas desenvolvidas sob orientação dos professores Anselmo Alfredo e Carlos de Almeida Toledo, no Departamento de Geografia da USP.

[...] são incapazes de explicar a visível e crescente produção da pobreza em meio à abundância e ao grau em que importantes aspectos da vida moderna têm sido modelados e subordinados aos imperativos de forças sociais abstratas e impessoais, mesmo que se tenha ampliado substancialmente a possibilidade de controle coletivo sobre as circunstâncias da vida social (POSTONE, 2014, p. 5).

A questão das abstrações concretas traz importantes questionamentos sobre o modo de reprodução do capitalismo atual e ilumina questões centrais para a discussão acerca da nossa perspectiva sobre a relação centro-periferia no espaço urbano. A nosso ver, não é possível discutir a reprodução do capitalismo atual e, mais ainda, a reprodução nos espaços pauperizados, ou as teorias atuais sobre as periferias, sem pensar nas relações fetichistas que efetivam e dominam a sociabilidade moderna. Por outro lado, é preciso pensar que a análise das periferias urbanas tem um componente muito forte na sua formulação de um espaço concreto e geométrico; do espaço absoluto enquanto mediador dessa categoria – pensando, assim, as periferias enquanto lugar distante, enquanto lugar apartado, enquanto o “lugar outro”.

Pensamos aqui que o que se designa de periferias urbanas e espaços pauperizados da metrópole estão inseridos num quadro mais crítico, no qual essas camadas empobrecidas estão totalizadas pela lógica da mercadoria e do consumo, pela dinâmica da valorização do valor como mediação social, que totaliza a todos. Procuramos desenvolver, neste trabalho, que a situação de miserabilidade nos diversos espaços pauperizados da metrópole não muda essa nossa afirmação, já que pensamos aqui que a diferença, de modo geral, é, a nosso ver, quantitativa e de fato diz respeito a um menor ou maior grau de acesso à forma dinheiro. Assim, essa diferença seria relacionada à inserção que essas pessoas têm na maneira de consumir e de viver, mediada pela mesma lógica crítica comum que as considera como sujeitos monetarizados, mesmo que sem dinheiro.

Essas questões tensionam a análise sobre o entendimento das periferias urbanas, marcadas por um quadro em que o trabalho se

escasseia e muda de qualidade e no qual o capital produtivo perde lugar para um processo de financeirização e ficcionalização da economia. Esse quadro se aprofunda no momento em que o capital se expande ao mesmo tempo em que nega o trabalho, gerando formas de reprodução crítica num mundo em que o trabalho vivo contribuiria de maneira secundária para o processo produtivo, dado o aumento exponencial da cientificação na produção com a revolução da microeletrônica (terceira revolução industrial) intensificada a partir dos anos 1980. Esse quadro cria um movimento de reprodução crítica para os trabalhadores e para todos os pobres, no qual é preciso viver do trabalho num mundo sem trabalho e no qual os trabalhadores que tinham lutado contra a exploração têm que lutar agora contra a falta dela.

É importante notar que as construções teóricas sobre o urbano baseadas no marxismo da luta de classes nas Ciências Sociais que incluem a Geografia ainda estão presas a esse processo e a essa perspectiva de inserção dos trabalhadores, no geral, subempregados, no mercado formal, de modo a integrá-los à massa de trabalhadores e fortalecer os operários como sujeitos da ação transformadora. Dialeticamente, é justamente nesse período que o mercado, na sua reprodução crítica, procura inserir esses trabalhadores como sujeitos monetarizados (KURZ, 1993), como consumidores a fim de realizar os capitais ociosos. Sendo assim, as elaborações que colocam como perspectiva inclusiva desses setores a partir da luta por direitos – apesar da sua justeza e que os movimentos sociais e os setores da academia têm denominado como “direito à cidade” – trazem no seu bojo um processo de inclusão das formas das mercadorias através desse processo de financeirização e ficcionalização da economia. O “direito à cidade”, pensado a partir dessa lógica, transforma-se num direito a participar e a ser incluído de forma capitalista e crítica do capital. Deste modo, essas leituras que se aproximam das lutas por direitos de inclusão no espaço urbano não conseguem transpor o invólucro da crítica da má distribuição da mais-valia e dos direitos sociais urbanos como fim.

Para nós, a redefinição dessas categorias nesse novo momento aponta para a quebra da leitura de uma visão do marxismo que, por conta de sua base teórica – seja como uma estratégia ou como uma prática –, enxergava a forma de agir nesses espaços para a transformação

social. Entendemos que, apesar da continuidade do processo de reprodução crítica e dos resultados nefastos do capitalismo, vivemos num momento em que essa contradição não pode mais ser vista sob os mesmos pressupostos do assim chamado marxismo da luta de classes, que se pautou no proletariado como sujeito da revolução e na luta de classes como eixo explicativo.

É preciso frisar que essa perspectiva foi muito importante para a luta dos movimentos sociais urbanos, para a criação de condições dignas de moradia e de sobrevivência de amplas parcelas do operariado e dos subempregados. No entanto, a sua crítica sempre apontou para uma integração à cidade e para a conquista de equipamentos urbanos, mas não teve potência de superação crítica da integração desses espaços ao mercado e ao consumo. Parece que o movimento baseado na positividade do trabalho e mediado pela exclusão – focando na luta pelos equipamentos coletivos combinada com a luta pela inclusão – trouxe consigo um processo de inclusão pelo consumo individual e uma integração à sociedade de consumo que não encara a pobreza como uma relação de exploração, mas sim como consumidores de crédito, por meio de uma inserção na dinâmica totalizadora.

O momento atual coloca para nós a necessidade de pensar na crise dos conceitos e, nesse ínterim, pensar que a relação centro-periferia segundo essa lógica perde em capacidade analítica. A crise do trabalho e a crise da centralidade da luta de classes com sua dicotomia burguesia-proletariado colocam também em crise a relação centro-periferia. Nosso trabalho aponta para o processo de integração negativa dos pobres, dos trabalhadores e de toda a sociedade mediada por essas relações abstratas. Nesse sentido, a integração negativa esfuma o pensamento do proletariado como ontologia positiva, pela integração das massas empobrecidas ao consumo e pela construção de uma subjetividade mediada pela mercadoria e pela valorização do valor, que faz com que essas parcelas, cada vez mais, sejam socializadas negativamente.

Podemos ainda afirmar que o pensamento sobre as separações intraurbanas no interior da Geografia de orientação marxista, bem como no das outras Ciências Sociais que tratam do tema nas suas diversas matizes, não conseguiu construir sua crítica sem se desvincular da forte influência da materialidade na análise das periferias urbanas. Assim, a

materialização do conflito de classes – baseada na afirmação e no acento da exploração desigual, na crítica da distribuição desigual espacializada e nos espaços sem equipamentos sociais – mediou esse debate e ofuscou o que temos compreendido aqui como a conformação dessa dinâmica totalizadora da sociedade capitalista. Nesse sentido, nossa contribuição a essa discussão é pensar os espaços precarizados da metrópole dentro de um período de desenvolvimento do capitalismo onde a substância do trabalho desaparece e onde a crise do sistema se aprofunda; um mundo em que, dialeticamente, ocorre um processo de criação dessa identidade abstrata mediada pelo consumo que ao mesmo tempo aumenta a precarização e a violência dos espaços empobrecidos e que aumenta a concentração da riqueza.

Podemos destacar que o eixo principal para a realização dessa crítica se refere ao processo de aprofundamento da crise da reprodução social, em que, segundo Alfredo (2010, p. 25), a violência do trabalho pelo não-trabalho impõe uma sociabilidade monetarizada pelo valor, sem necessariamente produzir valor.

2. Periferias urbanas e financeirização da sociedade

Vamos centrar-nos na análise do processo de financeirização e de crise do modo de acumulação no caso brasileiro e na metrópole paulistana. Procuramos discutir tal processo com base em um prisma mais geral, que é a reprodução crítica e ficcionalizada da economia. Desse modo, pretendemos demonstrar a simultaneidade crítica das relações entre pobres e não-pobres, no qual ambos se socializam, visto que o consumo e o crédito se generalizam nos espaços periféricos. Espaços esses que foram considerados por muito tempo como lócus da classe operária, como cidades dormitórias, enfim, como participantes marginais de uma lógica que domina a todos de forma indiferenciada, mesmo considerando as diferenças de renda dentro da metrópole. Assim, esses valores e essa subjetividade mediada pelo dinheiro e pelo crédito universalizam a todos a partir da constituição do fetiche da forma mercadoria como forma universal da consciência.

O processo de imposição da valorização do valor na metrópole paulista tem gerado, assim, formas de criação da identidade, dos valores e

do modo de consumir pelos diferentes estratos de renda nas metrópoles. Se esse modo de consumir e de se endividar é realizado à vista ou em 72 vezes no crediário, não importa, como também não importa se o celular e outros desejos de consumo comprados são originais ou falsificados. Entretanto, por conta da simultaneidade do consumo e do crédito através da dívida, as populações consideradas periféricas e as moradoras de áreas centrais ou com maiores rendas cada vez mais se assemelham do ponto de vista da reprodução crítica da sociedade moderna. O crédito, para nós, aparece como tentativa fictícia de superação da crise, através da realização desses capitais ociosos, e como forma geral de reprodução da sociedade. Segundo Bastos (2019):

[...] o movimento tautológico do dinheiro a juros representa a mundialização do capital e o desdobramento do processo crítico por trás do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, de modo que os crescentes níveis de produtividade e a concorrência fazem a produção empresarial, e o próprio consumo individual, demandarem cada vez mais esta forma (crítica) do dinheiro que é o crédito, subvertendo o elo essencial entre o dinheiro e o valor. (BASTOS, 2019, p. 224)

Do mesmo modo, Alfredo (2018) busca compreender a realização da massa de capital ocioso sem trabalho a explorar; haveria, na sua visão, uma simultaneidade entre crise e acumulação do capital:

[...] A constituição urbana das periferias como o lócus de uma população prestadora dos mais diversos serviços não expressa necessariamente uma forma de baratear a realização ou produção de mais valia, porque se trata de serviços pessoais e não empresariais. Mas sim, segundo o que estamos buscando expressar, é justamente o ato de como uma divisão social do trabalho que estabeleceu esta urbanização não foi efetiva na socialização pelo trabalho (relação capital x

trabalho), mas pela posição de indivíduos subsumidos pela forma monetária de realização social, cujo sentido primordial foi a subsunção a um mundo do trabalho em sua face como não trabalho (ALFREDO, 2008, p. 13).

Nesse sentido, não é possível distinguir uma especificidade de tais espaços empobrecidos no que se refere à sua plena inserção no consumo através das formas creditícias, como consumidores de crédito. Pensamos, a partir dessas questões, que se inverte a lógica desses espaços vistos como espaços apartados, segregados ou inseridos de forma marginal no processo de reprodução crítica do atual período. Assim, compreendemos, no caso das metrópoles brasileiras, que a relação centro-periferia se coloca como uma unidade da crise, como uma unidade da reprodução crítica entre os setores considerados como classes médias ou empobrecidos, no que se refere a essa lógica do consumo do dinheiro excedente.

Esse quadro marca uma simultaneidade entre setores mais desenvolvidos e outros vinculados aos pequenos empreendimentos pessoais na metrópole. Essas novas características vão indicar que a dinâmica da economia metropolitana, que era baseada no setor produtivo industrial, apoia-se hoje no amplo crescimento do setor terciário moderno – serviços, comércio, setor financeiro –, como condição de desenvolvimento de uma totalidade crítica e ficcionalizada. A lógica do consumo e da ficcionalização da economia impõe uma leitura sobre o urbano que acen-tua esse processo de instauração da totalidade crítica do capital; assim, as formas de “inclusão e exclusão” constituem uma só unidade. Desse modo, pensamos que a máquina produtora de mercadoria e a sociedade fetichista imprimem, com violência, uma única e uniforme compreensão do sujeito do trabalho, do dinheiro e da concorrência. Nesse sentido, a realização da acumulação crítica põe a realidade dos setores empobrecidos no centro e não nas margens desse processo que totaliza a todos na metrópole.

O crédito e o processo de mobilização das populações pobres nas regiões metropolitanas são ligados a um movimento de dependência estrutural do acesso às formas de crédito e ao endividamento e à mobilização dessas populações enquanto sujeitos do consumo e do processo

mais amplo de financeirização da economia. Pensamos isso como forma de expressar um processo mais amplo de uma totalidade social negativa nessa reprodução crítica capitalista que envolve a todos de forma geral e não de forma marginal, mesmo que esse processo se dê de maneira quantitativamente diferente. A forma de inclusão e de saída da marginalização dessas populações pobres tem se realizado por meio do que o mercado tem denominado de acesso a “cidadania financeira”, através da socialização dessas populações a partir do crédito, como sujeitos do consumo. Desse modo, procuramos afirmar na nossa pesquisa esse processo de expansão do consumo e do crédito como expansão crítica e como expansão da crise de valorização do valor. Procuramos destacar que essa forma de “inserção”, mesmo que tomada como “civilizatória” ou inclusiva, ocorre pela realização do sujeito como consumidor: seja dos equipamentos de consumo coletivo, seja das mercadorias que o integram à cidade formal, a qual é mediada pelo direito de consumir e de viver pela lógica da troca. Essa forma de inclusão destrói os resquícios da troca comunitária, representada pelos mutirões de construção e pela presença na rua, transformando a comunidade numa mimetização atomizada dos bairros com maiores extratos de renda. As palavras de Debord acerca da “sociedade do espetáculo” expressam essa forma de inclusão negativa pelo consumo: “O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que elas não conseguem se liberar” (DEBORD, 1997, p. 29).

A crítica, mesmo que superficial, ao processo visto hoje no país como a formação de uma nova classe média brasileira e como forma de inserção social e de diminuição das desigualdades sociais – principalmente a partir do ano 2000 até o presente período – é parte desse processo. Essa crítica mostra os limites do marxismo operário que coloca como eixo da práxis prática e elaboração teórica a luta pela justiça social ou ainda a ressignificação do conceito lefebvriano mais amplo do “direito à cidade” como *slogan* e bandeira da luta por direitos que não conseguem se desvencilhar da lógica da valorização crítica do valor. Pensamos que, com dinheiro ou não, essa população não está à margem, ou, ainda, não é periférica em relação a essa dinâmica totalizadora. Assim, procuramos desenvolver aqui que a questão da diferenciação entre centro e periferia

perde seu sentido explicativo ao caracterizarmos a totalidade crítica do capitalismo que envolve classes de maior renda, trabalhadores formais de todos os matizes, trabalhadores informais e aqueles que estão desempregados. Procuramos analisar os espaços da metrópole a partir dessa forma dominante de mediação social, que não pode ser devidamente explicada como relação de exploração de uma classe sobre a outra.

As pesquisas sobre esse tema geralmente enxergam o que se denomina “periferias” como espaços dependentes ou espaços derivados, como lugares da predominância de relações não capitalistas, do predomínio do valor de uso. Essas pesquisas acabam por reclamar, de forma incisiva, de processos de integração social que não conseguem se desprender de uma integração mediada pela lógica da mercadoria e do dinheiro e buscam na ação do Estado as saídas do processo de exploração, através de políticas inclusivas que se inserem, de maneira geral, na lógica da justiça socioespacial.

Essas perspectivas, que para nós acentuaram a denúncia contra a exploração e a miséria, não conseguiram reconhecer essa população e esses espaços precarizados integrados como partes intrínsecas da lógica da valorização do valor – e não apartados dela –, como sujeitos da valorização, mesmo que sem dinheiro. Assim, na perspectiva da justiça socioespacial, o caminho teórico não conseguiu enxergar esse processo que domina de forma universal tanto o lado objetivo quanto o lado subjetivo da reprodução e da sobrevivência no que se denomina “periferias urbanas”.

Partimos dessa premissa ao avaliar que essa inserção se baseia em um pressuposto distributivista e, antes de tudo, está imbuída pela lógica da inserção à forma do valor, ao direito de ser inserido na sociedade como os extratos mais abastados e como sujeitos que almejam ter o direito de se inserir na sociedade do consumo. Tal perspectiva acaba por dificultar a construção de uma crítica radical ao processo de imposição da forma valor e a construção de uma crítica negativa dessa forma de inserção. O que sugerimos aqui é uma perspectiva que ultrapasse a concentração física da miséria, ou da ausência de direitos, ou, ainda, de acesso ao consumo, para pensar, num nível abstrato, que essas populações – ou, se preferir, as classes exploradas – são estruturadas pela mediação social totalizadora, que, por sua vez, age sobre elas.

A integração de parcelas expressivas das populações pauperizadas na denominada “nova classe média” – tão bajulada como grande conquista dos governos dos presidentes Lula e Dilma entre 2003 e 2016 – teve a função de ser veículo da realização do capital ocioso desse período e da inserção pelo crédito. O processo de mobilização das camadas mais pobres para a lógica do endividamento no consumo por crédito através desta forma de inclusão negativa pelo processo de bancarização, de acesso ao crédito e ao endividamento tem mudado de forma estrutural as relações no pequeno comércio local e rede de serviços, que se adequa a esse período e também utiliza de maneira intensa as formas de crédito, tais como cartões de crédito, de débito e outras formas de financeirização. Acreditamos que essa inserção ocorre de maneira estrutural, e não apenas conjuntural, no atual momento no país e na metrópole. Esse processo tem forçado a criação de um mercado interno vigoroso, na sua maior parte, pertencente ao que se convencionou chamar de “setores periféricos” e também à denominada “nova classe média”. Esse movimento rompe, assim, com a ideia vigente nos anos 1970 e 1980 de que, a partir do modelo de produção das periferias voltado para o capital industrial, a reprodução do capital em países dependentes podia se estabelecer mediante o consumo de uma pequena parcela da população e relegam o consumo do “proletariado” às formas básicas de consumo para sua subsistência.

Sciré (2009) afirma que o período presente seria marcado pela “financeirização das dinâmicas cotidianas”, na qual as famílias dispõem do que ela denomina de “valor fictício” a mais todo mês. Esse valor acaba se tornando parte do orçamento doméstico, revelando, assim, uma lógica do endividamento como forma de reprodução nesse processo de dependência estrutural do crédito. Tal processo indica uma mudança qualitativa nas estratégias de socialização negativa das camadas pobres para o consumo de forma direta nesses espaços. O pequeno varejo – representado por mercadinhos, bares e outros pequenos comércios, e mesmo pelos vendedores informais (camelôs) – não ficará imune a esse movimento e se adaptará ao novo momento. Ele passa a fazer parte do processo de financeirização e de dependência geral do crédito, instalando máquinas de empresas de cartão de débito e crédito nos mesmos moldes que o grande varejo.

A expansão do crédito para os espaços considerados como periferia se põe como fetiche do crescimento e da inclusão dos pobres e, a nosso ver, coloca o que se denomina “setores periféricos” no centro da reprodução crítica do capital. A socialização negativa faz surgir o pobre consumido pelos signos do mercado e do “espetáculo”, através desse processo fetichista que a mercadoria envolve atualmente. É necessário afirmar que, se somos todos consumidores, somos todos consumidos, devido à prevalência de uma subjetividade mediada pela mercadoria e também porque o processo de autonomia do consumo levaria à consumação do indivíduo.

Assim, nossa abordagem procura construir argumentos para uma reflexão que vá além da visão de uma explicação física baseada na concretude do espaço. Essa visão é, em grande parte, invocada como explicação da diferenciação socioespacial da metrópole nas Ciências Sociais que discutem o urbano tentando interpretar essa relação a partir das mediações abstratas que são reprodutoras das relações estabelecidas na metrópole como uma unidade crítica. Entendemos que o acesso ao consumo se dá por meio dessa ficcionalização, que envolve as populações mais pobres a partir do consumo de crédito e da sua inserção num processo de criação de dívidas para pagar outras dívidas, num movimento tautológico que marca esse período da financeirização e da generalização do endividamento geral da sociedade, envolvendo a reprodução crítica de pobres e não pobres na metrópole.

Para Alfredo:

[...] O que reitera a necessidade de se considerar a importância própria de uma sociabilidade que estaria passando pelas determinações de um capital não necessariamente produtivo, mas onde a extensão do crédito, constituindo o que Marx denomina de capital fictício, teria um papel primordial no processo de reprodução crítica da forma valor. Trata-se, para se referir ao problema em outros termos, de uma racionalização necessária à reprodução cuja resultante mais fenomênica redundava num processo de brutal redução do trabalho (relativa e absolutamente) no

interior do processo produtivo como um todo. [...] A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação à sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor (ALFREDO, 2011).

Desse modo, é necessário pensar o atual modelo de reprodução do capital – pautado em uma acumulação baseada em bolhas especulativas e em um processo tautológico de criação de novas dívidas – como uma irracionalidade imanente que afirma a perspectiva de crise e de contradição objetiva de tal modelo. Os pobres da metrópole procuram fugir da sua situação de miséria num mundo que, a todo o momento, cobra que se integrem como consumidores. Esses pobres constroem, assim, um imaginário de que vencer na vida, sair da miséria ou ser aceito como um cidadão é sempre sinônimo de acesso aos bens de consumo coletivo, aos bens de consumo durável e, principalmente, acesso ao crédito ao consumo de dinheiro.

Os dados empíricos do avanço do crédito e do endividamento na sociedade em geral e nesses espaços procuram mostrar apenas reflexos de um processo que – apesar de se revelar pela sua materialidade e pela sua forma quantitativa – é movido muito mais por essa lógica abstrata e de uma reprodução que precisa resolver seu problema de valorização fictícia, por uma mediação que ultrapassa a lógica das relações de classe. A expansão do crédito para os habitantes dos espaços considerados periféricos, num quadro de precarização do trabalho, tem se sustentado por meio de altas taxas de endividamento e de comprometimento da renda. Essa situação faz com que as populações desses espaços tenham que se empenhar com gastos que, na maioria dos casos, ultrapassam muito sua renda familiar.

As estatísticas do Banco Central mostram que, no fim de 2019, havia no país 123 milhões de cartões de crédito ativos, o que representa um aumento de 18% em relação ao ano de 2018. No caso dos cartões de

débito, eram 132 milhões de cartões, uma alta de 14%. Em relação ao número de transações, houve alta de 33% no caso do crédito e elevação de 20% no cartão de débito. Tais dados parecem indicar que o processo de creditização tem crescido para além do processo de bancarização da população, que, por sua vez, também é uma forma de acesso ao crédito. Ribeiro e Lara (2016) identificam esse processo de endividamento nas famílias de menor renda com a concepção de uma “tendência crescente de bancarização dos indivíduos”, que reflete bem a nossa preocupação sobre esse processo de financeirização da pobreza. Para além da inserção do consumo, esse processo de bancarização, através de programas sociais, da aposentadoria e de outros benefícios como o Programa do Auxílio Emergencial, tem gerado um processo de creditização pelo acesso a contas correntes pelo vínculo do cartão de recebimento dos benefícios aos cartões de crédito e por formas de endividamento oferecidas por empréstimos bancários.

Esse processo de bancarização e de formalização das relações creditícias se deve em grande parte ao acesso das classes C e D aos produtos bancários e às formas creditícias. Esse fenômeno de acesso ao crédito – que é parte desse processo mais amplo de financeirização e de ficcionalização da economia – realiza-se substituindo e incorporando as velhas formas do crédito, assim como incluindo não só os trabalhadores formais e informais, mas também uma gama de beneficiários dos programas sociais, o que quebra os velhos entendimentos presentes nas pesquisas sobre as denominadas periferias urbanas em relação ao consumo e ao crédito. De acordo com os dados do Banco Central brasileiro, esse processo de bancarização já vinha crescendo desde 2019 e, a partir do advento da pandemia de Covid-19 e do auxílio emergencial no ano de 2020, cerca de 10 milhões de brasileiros iniciaram um relacionamento com contas bancárias. O acesso ao auxílio por celulares e por contas virtuais abertas pelo aplicativo “Caixa Tem” estimularam mais ainda esse processo, que ganha novos impulsos com a criação de instrumentos bancários como o Pix, um meio que dispensa o cartão físico e utiliza os celulares para acessar os pagamentos virtuais. Essas novas modalidades de pagamento e relacionamento monetário prometem criar um processo mais dinâmico de inserção de dependência das formas creditícias no cotidiano de toda a sociedade, incluindo os setores denominados periféricos.

É importante notar, porém, que o reverso desse crescimento de formas “maduras do crédito” está no grande endividamento dessas camadas mais pobres e na crescente inadimplência, o que tem gerado a restrição de crédito para tais camadas. Segundo os dados da CNC – Confederação Nacional do Comércio:

[...] O percentual de famílias com dívidas aumentou em junho de 2020 e alcançou novo recorde histórico. Também é maior o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso, assim como o percentual de famílias que relataram não ter condições de pagar suas contas em atraso. O percentual de famílias que relataram ter dívidas (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro) alcançou 67,1% em junho de 2020, aumento de 0,6 ponto percentual em relação aos 66,5%, observados em maio, e de 3,1 pontos percentuais comparativamente aos 64,0% registrados em junho de 2019. A proporção de endividados em junho é a maior da série histórica do indicador, iniciada em janeiro de 2010. (CNC, 2020)

Esse acesso ao crédito, por exemplo, é comemorado como inclusão, como democratização e até como inserção cidadã. Assim, a perspectiva da integração dessas populações pauperizadas acaba se colocando e se positivando através do que denominamos “socialização negativa”. Deste modo, ao pensar estes espaços a partir do vetor do consumo do dinheiro neste período crítico de ficcionalização da economia, procuramos contribuir para um diálogo renovado sobre a metrópole e sobre a crítica da relação centro-periferia a partir dos fundamentos de uma sociedade que se move pela crise da valorização do valor.

3. Considerações finais

Nossa pesquisa debateu a questão das periferias urbanas nas metrópoles cotejando esta questão com o debate mais amplo sobre

a crise imanente do capital, procurando assim identificar a crítica de seus fundamentos que hegemonicamente privilegiou um entendimento das separações intraurbanas como expressão da contradição de classes. A discussão a partir do debate com os teóricos marxistas, sobre a natureza da reprodução capitalista e do seu colapso, a partir do seu limite interno ou da ação consciente do sujeito revolucionário, procurou retomar os fundamentos que moveram as construções teóricas sobre estas divisões intraurbanas e iluminaram nossa discussão para entender estes espaços, neste período de reprodução crítica. De forma geral, retomamos o debate sobre a crise imanente do capitalismo, a partir da teoria do valor de Marx como fundamento para entender este período de reprodução ficcionalizada e crítica do capital.

Nossa pesquisa procurou, assim, superar a perspectiva da análise destes espaços pela concretude e desigualdade social como vetor central da discussão sobre as periferias urbanas das metrópoles na produção geográfica e nas ciências sociais e incluir o papel das abstrações e do fetiche como mola mestra do processo de reprodução social. Reafirmamos a crítica à visão hegemônica destes espaços como territórios reservas, como espaços apartados da metrópole ou como espaços com uma inserção marginal ao processo de reprodução capitalista. Assim, ao discutir estes espaços a partir desse novo momento crítico, a partir do vetor do consumo e do crédito neste período crítico de ficcionalização da economia, procuramos contribuir para um diálogo renovado a partir da geografia sobre as metrópoles e sobre a crítica da relação centro-periferia a partir dos fundamentos de uma sociedade que se move pela crise da valorização do valor.

Bibliografia

ALFREDO, Anselmo; SILVA, Ana C. Mota. **Modernizações e contradições espaço-temporais. Centralidades e periferias na metrópole de São Paulo. Três momentos, um percurso: aldeamentos indígenas, industrialização e periferia urbana.** In: Boletim Paulista de Geografia-BPG. São Paulo/SP, n.91, jul.2011, pp. 159-188

ALFREDO, Anselmo. “**Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização**”. *In*: Cidades: revista científica/Grupo de Estudos urbanos, Presidente Prudente, V.6 – 2010.

ALFREDO, Anselmo. Crítica á economia política e ao desenvolvimento do espaço. São Paulo, mimeo, 2008.

ALFREDO, Anselmo. Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil e modernização crítica”. (Capitulo elaborado para apresentação em mesa redonda na XX Semana de Geografia, da Universidade Estadual de Maringá, 2011, sobre o tema Cidade e Cidadania).

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BASTOS, Anselmo B. S. **Urbanização e modernização crítica. Heliópolis e a juridificação da crise do trabalho na expansão do consumo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, São Paulo, 2019

CNC – Confederação Nacional do Comércio - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – junho de 2020. Disponível em <http://www.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-0>. Acessado em 29/10/2020

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HARVEY, David. O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, 1982.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Lisboa: Antígona, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KURZ, Robert. **Razão Sangrenta**: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

KURZ, Robert. **Cinzentá é a Árvore Dourada da Vida e Verde a Teoria**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acessado em 04/10/2008

LEFEBVRE, Henri. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Póvoa de Varzim: Editora Ulisseia, 1972.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Periferia revisitada (depoimento)**. **Espaço e debates**, revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, ano XVII, nº. 42, pp. 75-85, 2001

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINHO, Rinaldo G. **As transformações na relação centro-periferia e a ficcionalização da miséria na metrópole paulistana**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINHO, Rinaldo G. **Crise do trabalho e a abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. **Tempo Trabalho e Dominação Social**: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes & LARA, Ricardo. “O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório”. In: **Serviço Social & Sociedade**, nº 126 abr jun 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.072>. Acesso em 12/09/2016

ROCHA, Alexandre Souza. **Centralidade e periferia na Grande São Paulo**: Abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH-USP. São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SCIRÉ, Claudia D’Ipolitto de Oliveira. **Consumo popular, fluxos globais**: Práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. FFLCH-USP. São Paulo, 2009.

AS GEOGRAFIAS DOS EXCEDENTES DO CAPITALISMO EM DAVID HARVEY

Raimundo Jucier Sousa de Assis

As sementes na forma de alguns capítulos marxistas do geógrafo David Harvey, em destaque nos ensaios escritos de 1975 a 1985, tornam-se um cultivo complexo para a juventude ou um leitor maduro que se depara com o solo árido das ideias de um novo entendimento sobre o que é a Geografia. Nessa germinação, encontra-se um Harvey que tem em Marx sua fonte de estudo e referência de genialidade, ao mesmo tempo considerado como um clássico que, parafraseando Calvino (1993), *não terminou de dizer o que tinha para dizer* sobre o mercado mundial, os Estados e suas relações com o espaço geográfico. Ainda nessa produção nos deparamos com um autor que busca encontrar em capítulos de Hegel, de Luxemburgo e de Lenin respostas teóricas e históricas que o possibilite preencher as lacunas deixadas por Marx. Em geral, Harvey revela nos seus clássicos marxistas os fundamentos para a descoberta do domínio do território e da expansão geográfica como dimensões essenciais tanto para apreender a acumulação de capital quanto para entender as soluções operacionalizadas pelos principais agentes mundiais nos momentos de crise¹.

A unidade dessa ideia ganha, aqui, com o termo “geografias dos excedentes do capitalismo” uma locução principal que enseja interpretar e

¹ Aqui selecionamos para a análise os ensaios “A geografia da acumulação capitalista (1975)”, “Ajuste espacial (1981)”, “On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto” (1984) e “Geopolítica do capitalismo (1985)”. No Brasil parte desses materiais estão reunidos na coletânea HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Esses ensaios foram acompanhados e cotejados com o livro “Os limites do capital”, obra base que Harvey escreveu entre 1972 a 1982.

buscar resumir uma década de percurso criativo de Harvey. A partir dessa expressão temos o desejo de reconstruir as bases do marxismo harveyniano em três momentos: primeiro, cabe apresentar, minimamente, que o “Marx de Harvey” é aquele que revela o excedente de capital e de força de trabalho como o agente principal da acumulação e das crises do capitalismo; segundo, rastreamos como as obras de Hegel, Luxemburgo e Lenin são lidas e citadas por Harvey, em destaque, na sua busca pela captura das hipóteses sobre a exportação do capital e dos trabalhadores excedentes (para os territórios diferentes e desiguais em suas ecologias, economias, regimes políticos e formas distintas de relações sociais) como saídas para as crises; e, por fim, cabe discutir como esses fundamentos teóricos e históricos permitem a Harvey elaborar uma perspectiva sobre a acumulação e as crises com base nos domínios e nas produções hegemônicas das geografias nos centros e nas periferias do capitalismo, como assinala Vieillescazes, uma proposta que “espacializa o marxismo e marxiza a geografia”².

1. David Harvey e as contradições internas do capital

A história de Harvey na constituição da sua teoria da geografia pode ser lida como a de um cientista fora da moda intelectual. Harvey adere ao marxismo no momento em que ler Marx já não era uma das tendências, por muitas situações, ditas libertadoras. E, de 1970 a 1990, já percebia que ler Marx não representava nem atividade política nem acadêmica para a maioria dos intelectuais que aderiram à “virada cultural” nas ciências humanas. Mesmo assim, comenta o autor que enfrentou com os estudantes e por conta própria um ato de ler Marx como “um cego conduzindo outro cego”³, sendo esse processo o caminho que lhe permitiria, mais à frente, tornar o

² VIEILLESCAZES, Nicolas. Spatialiser le marxisme, marxiser la géographie: le matérialisme historique-géographique de David Harvey. In: HARVEY, David. *Geographie de la domination*. Paris: Les Pairies Ordinaires, 2008.

³ Em entrevista cedida a *New Left Review*, em agosto de 2000, Harvey relata que começou a ler *O Capital* num grupo de estudos, em 1971, com os estudantes. “O grupo de leitura foi uma experiência maravilhosa, mas eu não estava em condições de ensinar a ninguém. Enquanto grupo, éramos um cego conduzindo outro cego”. (p. 22). Mesmo após escrever seu primeiro livro em 1973, claramente com base em formulações marxistas, Harvey admitiu que, após o *Justiça Social e*

seu percurso em uma das linhas mais fortes da reinvenção da Geografia e de contribuição aos estudos contemporâneos nas ciências humanas⁴.

Marx, dessa maneira, torna-se o “bloco teórico” central da sua obra, sendo com base nele que o autor conseguiu “friccionar outros intelectuais” e fazer seu fogo abstrato e investigativo próprio para pensar a realidade. Marx é, assim, o ponto de partida que tem permanência nos capítulos de Harvey que analisamos, logo dos extratos que realizou dessa leitura, sendo necessário à compreensão da exposição de alguns elementos centrais que o autor agrega de Marx à sua obra. Entre eles, cabe destacar a seguir que a elaboração da teoria da Geografia de Harvey tem como núcleo o entendimento e a análise das contradições internas do capitalismo pensadas por Marx. Isto é, implica a compreensão de como ocorre a valorização contínua do capital, bem como suas irrupções e destrutividade (as crises e desvalorizações).

Na compreensão sobre as contradições internas do capitalismo se tem a apreensão da ideia de que “a continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias”, produzidas com base na exploração do trabalho vivo e na separação dos trabalhadores dos meios de produção (maquinário, matérias-primas, insumos de energia, do solo etc.), relação que se constitui, assim, o núcleo dessa acumulação. A separação entre os trabalhadores e os meios de produção, ambos existentes no mercado em quantidades excedentes, é um modo que representa a própria luta de classes específica no capitalismo entre aqueles que vendem sua força de trabalho como a única mercadoria para viver (os trabalhadores) e aqueles que exploram a força de trabalho e renovam os meios de produção para obtenção de lucros com base nos direitos de propriedade relativos às mercadorias produzidas (possuidores de capital). Ao final da negociação das mercadorias, cabe aos

a Cidade, percebia “que não entendera Marx e precisava corrigir isso” (p. 24-25), comentando que fez esse mergulho sem relação alguma com corporações intelectuais, ou outro orientador, conduzindo o processo entre o grupo de estudos e por conta própria. HARVEY, David. A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da *New Left Review*. In *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 22 / 24-25.

⁴ POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. **Revista Novos estudos – CEBRAP**, n.81 São Paulo, 2008, p. 79-97.

compradores de força de trabalho reinvestir parte dos lucros em salários, matérias-primas, tecnologias, propriedades privadas, investimentos em infraestruturas de circulação e nos demais custos de produção que lhes permitam acumular de modo crescente⁵.

A inovação tecnológica se expressa na acumulação de capital como necessária, estratégica e contraditória para os capitalistas. *Necessária* por possibilitar aumentar a produtividade do trabalho, “dá aos capitalistas individuais vantagens sobre seus rivais”, aperfeiçoar a produção e acelerar a circulação de mercadorias até o consumo. *Estratégica* por expulsar trabalho vivo da produção, induzir o desemprego, controlar, desse modo, as intensidades, as habilidades, os salários e preparar uma reserva de trabalhadores flutuantes, isso além de fomentar a competição intercapitalista por novos mercados. *Contraditória* pelo fato de essa inovação se constituir expulsando ou diminuindo, exatamente, o trabalho vivo gerador de valor. Essa inovação tecnológica e a substituição dos trabalhadores por máquinas acelera a própria produção de crises periódicas de sobreacumulação, momento em que os excedentes de capital (na modalidade de finanças, bens de consumo e tecnologias) e de trabalho (homens, mulheres e crianças que vendem a força de trabalho para sobreviver) não podem mais ser absorvidos pelo mercado⁶.

“O fato de que há um excesso de capital, relativo às oportunidades de emprego desse capital, significa que houve uma superprodução de capital em estágio precedente e que os capitalistas estão investindo em excesso e subconsumindo o excedente”⁷. As crises, assim, geram momentos de desvalorização do capital (queda da taxa de lucros), se transformando em períodos de tensões sociais e provocando trágicas consequências “na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos, inflação, concentração crescente de poder econômico e político, queda dos

⁵ Essa síntese pode ser encontrada em diversos capítulos de Harvey, em destaque, nos dez pontos que o autor seleciona para interpretar as principais características do modo de produção em Marx. HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. *In: A Produção Capitalista do Espaço*, Tradução de Carlos Szlak, São Paulo, Annablume, 2005, p. 130-133.

⁶ *Ibidem*, p. 132-133.

⁷ *Ibidem*, p. 46.

salários reais e desemprego”⁸. A crise é a síntese de um período em que a “produção pela produção” precisa renovar as “condições de acumulação”. Em termos contrários, sobrevive-se no contexto da produtividade decrescente, do maquinário sem renovação e desvalorizado, do desemprego e do subemprego crônico, das impossibilidades de investimentos lucrativos e, até mesmo, da destruição física dos excedentes não absorvidos⁹.

Dessa forma, o excedente de capital em quantidades sempre maiores torna-se, igualmente, tanto a base do capital vinculada ao mecanismo de “progresso infinito da acumulação”, como é a “base para os fenômenos que se mostram nas crises”¹⁰. O excedente torna-se crise “quando nem todo valor a mais integra o novo capital”¹¹, quando o limite mais elevado da produção capitalista perde o sentido da valorização do valor e penetra a desvalorização do capital. O excesso de produção não ameaça apenas o indivíduo, mesmo que o desemprego, as falências, os estoques cheios, a queda dos preços, entre outros fenômenos, despertem para essa análise. O fenômeno da sobreacumulação ameaça a sobrevivência do próprio capital como totalidade “formalmente estabelecida”, ao mesmo tempo em que revela o efeito da potência de formulação e desmoronamento do mundo baseado no impulso da acumulação. “Como sujeito que tem em si próprio seu fim e forças para adequar suas formas de existência à realização dele, o capital é o ‘conteúdo fundado’, o interior a partir do qual se exteriorizam as determinações contraditórias, inclusive a crise”¹².

As saídas para o excedente de capital e da força de trabalho, como adverte Harvey baseado em Marx, são assim momentos de racionalizações arbitrárias sobre o desenvolvimento econômico capitalista. Faz-se necessário elaborar “um outro nível de demanda efetiva” que estaria na capacidade do capital penetrar em “novas esferas” da produção, produzir novas

⁸ *Ibidem*, p. 47.

⁹ *Ibidem*, p. 133.

¹⁰ GRESPAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 121.

¹¹ *Ibidem*, p. 121.

¹² *Ibidem*, p. 131.

condições de circulação, criar “novos desejos e necessidades de consumo”, equilibrar o crescimento da classe trabalhadora e expandir-se geograficamente “para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou de *mercado mundial*”¹³. Na análise de Harvey, entretanto, Marx pouco se deteve sobre as transformações externas que seriam provocadas pelas contradições internas do capitalismo. Mesmo deixando claro que havia uma força violenta que se projetava no palco mundial provinda da irrupção e da autodestruição do capitalismo que recriariam as contradições em escalas mais amplas, estava ausente de Marx uma teoria que revelasse as modalidades dos domínios territoriais e das expansões geográficas como medidas para a administração das contradições internas do capitalismo¹⁴.

Exatamente nesse último item, vinculado com “a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação”¹⁵, é que Harvey despende trabalho intelectual para pensar como a natureza das contradições internas do capital, compreendida por Marx, abre as possibilidades para se elaborar uma teoria da Geografia que responda às consequências da continuidade de uma sociedade baseada na produção de excedentes de capital e força de trabalho e da sobrevivência de um modo de produção que carrega em si seu fim. Harvey, com efeito, busca em Marx e em outros interlocutores, como Hegel, Luxemburgo e Lenin, as bases para a elaboração de uma teoria que considere as produções das geografias, nos centros e nas periferias do capitalismo, vinculadas ao “triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e força de trabalho”¹⁶.

¹³ HARVEY, David. Geografia da acumulação capitalista. *In: A Produção Capitalista do Espaço*, Tradução de Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005, p. 48.

¹⁴ POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. *Revista Novos estudos – CEBRAP*, n.81 São Paulo, 2008, p. 79-97.

¹⁵ HARVEY, David. Geografia da acumulação capitalista. *In: A Produção Capitalista do Espaço*, Tradução de Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005, p. 48.

¹⁶ *Ibidem*, p. 134.

2. Outros interlocutores sobre os excedentes de capital e de trabalho

Em termos investigativos, antes mesmo de Marx, já havia observado Harvey que Hegel (1770 – 1831) foi um dos primeiros a entender que os Estados modernos em formação se deparavam com a necessidade de pensar estratégias para a resolução dos problemas das contradições internas de uma sociedade civil-industrial¹⁷. Em seu livro *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel apreendeu que esses problemas eram apresentados, por um lado, pela concentração de capital e o aumento da produção de riqueza e, por outro, pela crescente massa de miseráveis que se acumulavam, liberados pelo uso das técnicas e da especialização do trabalho, ambos sem absorção no interior de um mesmo Estado¹⁸. Hegel, citando o exemplo da Inglaterra, discordava da noção de que a resolução para essa contradição fosse resolvida pela manutenção de instituições pela classe rica, como hospitais, fundações etc., para os miseráveis sem trabalho. Examinava, no entanto, que a incorporação de mais trabalho na indústria resultaria na produção do excesso de produtos e não eliminaria a ampliação da pobreza, sendo esse “o mal que assim crescia duplamente”¹⁹.

Hegel compreende, dessa forma, que a sociedade civil é impelida para ultrapassar ela própria, “obrigada a procurar fora de si os consumidores e, portanto, os meios de subsistir, recorrendo a outros povos que lhe são inferiores nos recursos que ela possui em excesso, em geral na indústria”²⁰. Essa busca colonialista também serviria como uma porta para os miseráveis acumulados no país industrial, tratada por Hegel como uma

¹⁷ HARVEY, David. Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: A Produção Capitalista do Espaço, Tradução de Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005, p. 99-100.

¹⁸ HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 208.

¹⁹ *Ibidem*, p. 209.

²⁰ HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 209-210.

possibilidade que permitiria “uma parte da população regressar, num novo território, ao princípio familiar e de, ao mesmo tempo, obter novas aplicações para o seu trabalho”²¹. Harvey é contundente ao dizer que Hegel foi o primeiro a propor as práticas expansionistas “como soluções necessárias para as contradições acumuladas que assediam qualquer sociedade civil madura”²². No panorama de instabilidade social, de conflitos acirrados entre as classes, de excesso de produção de riqueza e do inexpressivo consumo ante as capacidades de produção, a “sociedade civil é forçada a buscar uma transformação *externa* por meio da expansão geográfica”²³.

O colonialismo era, consoante Hegel, um instrumento para resolver os problemas da sociedade civil com base no domínio territorial de outras partes do mundo. Tal proposta, no entanto, é mencionada por Harvey como a única porta que fora aberta por Hegel que não foi fechada. Dizendo em outras palavras, o autor menciona que Hegel não apresenta um desenvolvimento desse argumento sobre como a relação entre o mercado mundial e a expansão geográfica poderia garantir estabilidade ao capitalismo. Para Harvey, “Hegel deixa em aberto a relação exata entre os processos de transformação interna e externa e falha em indicar se a sociedade civil pode ou não resolver permanentemente seus problemas internos mediante a expansão espacial”²⁴. Em consequência dessa falha, permanece um sentido de incompletude no argumento, “o fantasma de Hegel”, que não permite se avaliar os limites e as barreiras das possibilidades de manutenção da acumulação com suporte no expansionismo geográfico pelos Estados modernos.

Harvey retorna sempre a Marx para buscar averiguar que respostas já foram dadas à porta aberta por Hegel. E apreende, pelo menos, dois momentos em que Marx trata do colonialismo para a sua análise: o primeiro referente aos capítulos publicados por Marx, relacionado ao domínio britânico na Índia, e o segundo alusivo ao último capítulo d’*O Capital*,

²¹ *Ibidem*, 211.

²² HARVEY, David. **Os limites do capital**, Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 524.

²³ *Op. Cit.*

²⁴ HARVEY, David. **Os limites do capital**, Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 524.

sendo uma resposta de Marx à porta aberta por Hegel. A tese central de Marx entendia que o assentamento das bases materiais do novo mundo recriaria as contradições semelhantes nos territórios colonizados²⁵. De efeito, a longo prazo, não haveria *solução externa* para as contradições internas do capitalismo, pois as taxas de lucros seriam alvos de queda a longo prazo, a solução para a crise não estaria resolvida e a acumulação cessaria seu funcionamento novamente²⁶. Entende Harvey, todavia, que adiantar isso no final do século XIX foi uma lacuna em Marx sobre o papel que as transformações espaciais teriam para a acumulação, já que o limite externo ao capital estaria distante de ocorrer, pela quantidade de possibilidades que o mundo apresentava para as expansões, ou mesmo pela força bruta que o próprio processo de acumulação criaria, ligado às crises, forçando as expansões de poder dos Estados, ou mesmo as guerras, recriando as desigualdades espaciais pelos conflitos geopolíticos.

Nas palavras de Harvey,

[...] o limite externo a esse processo está no ponto em que toda pessoa em todo canto do mundo [estivesse] espremida dentro da órbita do capital. Até que esse limite seja alcançado, as resoluções externas para a resolução interna do capitalismo parecem inteiramente factíveis²⁷.

O que permanecia em aberto exigia uma resposta teórica que tratasse acerca de como a expansão geográfica poderia trazer uma solução efetiva para as crises e os processos de desvalorização do capital a longo prazo. Assim, destaca na sua obra a importância de outros interlocutores, como Rosa Luxemburgo, por tratar do expansionismo e do domínio territorial como uma necessidade inerente para uma realidade em que o excesso de produção capitalista caminha como um “bêbado às curvas”,

²⁵ MARX, Karl. O domínio britânico na Índia. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [s./d.], p. 286-291.

²⁶ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 844.

²⁷ *Op. Cit.*

tendo a instabilidade de preços e as crises “uma única função na sociedade: integrar a produção privada caótica no contexto mais geral sem o qual a sociedade rapidamente se desintegraria”²⁸. Para Harvey, Luxemburgo foi a principal produtora da ideia de que “o espaço novo para a acumulação que o capitalismo tem de definir existe apenas sob a forma de sociedades pré-capitalistas, que proporcionam mercados virgens para a absorção do que é a tendência permanente a superprodução”²⁹.

Dessa maneira, na interpretação de Luxemburgo, faz-se necessário decompor a premissa teórica de Marx da divisão e projeção da sociedade em apenas duas classes (burguesia e proletariado), sendo essa alteração uma compreensão de que outros modos de produção coexistem organicamente com o modo de produção capitalista quer nos centros quer nos territórios colonizados. Com efeito, as saídas para a sobrevivência da acumulação estaria na expansão para esses distintos territórios com outras relações sociais de produção, trocas comerciais e outras ordens políticas locais em que a “classe capitalista pode escoar o excedente de mercadorias para trocar a mais-valia em dinheiro e, assim, acumular capital”³⁰.

Sobre esses territórios “onde a produção capitalista apenas lançou raízes”³¹, assinala Luxemburgo:

Não só todos estes modos de produção coexistem, e coexistem localmente com o capitalismo, como se observa também um intenso comércio de tipo específico entre eles (...) Os países capitalistas mais avançados participam nesta *caça a áreas de acumulação*, quanto mais rara se tornam as zonas capitalistas ainda

²⁸ LUXEMBURGO, Rosa. “A Acumulação de Capital – Uma Anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e Acumulação de Capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 74.

²⁹ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 58.

³⁰ LUXEMBURGO, Rosa. “A Acumulação de Capital – Uma Anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e Acumulação de Capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 79.

³¹ *Ibidem*, p. 79.

abertas à expansão do capital e mais se agudiza a concorrência; as suas incursões transformam-se numa cadeia de catástrofes econômicas e políticas: crises mundiais, guerras, revolução³².

A busca por espaço novo diz respeito às compreensões teóricas sobre a participação do desenvolvimento geográfico desigual do globo para pensar as saídas para a acumulação contínua e as crises do capital. De tal maneira, Luxemburgo fazia uma leitura mais paciente sobre a ideia de que não havia mais espaço a curto prazo para a expansão do capitalismo – como tornava a se compreender com amparo nas premissas de Marx – propondo uma análise da acumulação de capital vinculada aos processos concretos e variações geográficas de cada território. “A acumulação de capital enquanto processo histórico”, assinala Luxemburgo, “desenvolve-se no meio de várias formações pré-capitalistas, numa constante luta política e através de relações econômicas recíprocas”³³. Os territórios abertos aos centros do capitalismo eram vistos, assim, como novas fronteiras de consumidores para o excedente da produção industrial e reservatórios para a renovação da própria acumulação desde a apropriação dos recursos naturais “sobre as ruínas de modos de produção de nativos”³⁴.

Harvey, no entanto, em todos os seus trabalhos aqui analisados, rejeita a *tese do subconsumo*, de Luxemburgo, como a principal atitude dos centros da acumulação de capital para a solucionar as crises a longo prazo. E, assim, discorda da tese segundo a qual as sociedades pré-capitalistas serviriam apenas como terceiros mercados para o excedente de mercadorias dos centros. Primeiro, entende que a penetração e a destruição das sociedades pré-capitalistas dependeriam das resistências político-econômicas dessas sociedades e, ainda, de que tipo de conexão ou função tinham elas com os centros do capitalismo. Segundo, apreende que o capitalismo não se destruiria ao transformar os territórios pré-capitalistas incorporados em novos territórios capitalistas. Para Harvey, a variedade geográfica do globo

³² *Ibidem*, p. 79-81.

³³ *Ibidem*, p. 83.

³⁴ *Ibidem*, p. 82.

continuará, sobretudo, pelos territórios que concentram e controlam os excedentes de capital e aqueles que, mesmo independentes e capitalistas, participam, política e economicamente, subordinados na própria lógica da acumulação global. A tendência inata à superacumulação de capitais e, assim, de novas crises, exprimia que o próprio capitalismo fundava novas desigualdades entre os territórios como um dos seus aspectos externos³⁵.

Ao refutar ambas as hipóteses de Luxemburgo, Harvey busca em Lenin uma proposição teórica que recupere a leitura das contradições internas e das crises reveladas por Marx, agora articuladas à história da dinâmica geopolítica entre os Estados nacionais. A tese central de Lenin afirma que existe uma concentração e dominação do excedente de capital financeiro nos países que predominavam a grande indústria, criando uma forte assimetria mundial entre os “Estados financeiramente poderosos em relação a todos os restantes”³⁶. No limiar do século XX, demonstrava que a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha possuíam 80% do capital financeiro mundial, além dos principais monopólios dos ramos industriais. Quase todos os restantes, os outros países, recém-independentes ou territórios diretamente colonizados, tinham dívidas públicas com um desses Estados, servindo esses territórios para a exportação de capital financeiro, com a finalidade de alargar os superlucros dos bancos, abrir mercados para os produtos industrializados e preservar as assimetrias do poder econômico e político no espaço mundial.

Dessa maneira, Harvey incorpora, com suporte em Lenin, a ideia de que as principais modalidades de exportação de capital não se fecham às mercadorias, isto é, os centros selecionam os espaços dos quais têm o domínio ou que constituíram relações assimétricas para investir, sobretudo, financeiramente nos territórios em que os capitais são escassos, as terras são baratas, os custos com a força de trabalho e as matérias-primas são baixos. Se as crises “aumentam, por sua vez, em proporções enormes, a tendência para a concentração e para o monopólio”, como atestou Lenin, com as falências e fusões das instituições financeiras e produtivas nos centros do capitalismo, as periferias, por sua vez, passaram a ter a função de

³⁵ HARVEY, David. **Os limites do capital**, Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 545-549.

³⁶ LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. Revisão da tradução: Miguel Makoto Yoshiba. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 89.

evitar o processo de desvalorização dos capitais acumulados das empresas e dos Estados, traduzindo a disputa de absorção do excedente no exterior como os palcos de “lutas econômicas, políticas e militares entre os Estados-nações”³⁷. O excedente de capital, revelado como base da superacumulação, mostra politicamente que, em períodos de crise, existe um lado canibal do capitalismo que aflora nos conflitos pelos territórios.

Em tempo de desvalorização selvagem, a busca de ajuste espacial se converte em rivalidades interimperialista, que sustentam o impacto da desvalorização. A exportação do desemprego, da inflação e da capacidade produtiva ociosa se tornam as fichas num jogo ameaçador. As guerras comerciais, o *dumping*, as tarifas e cotas, as restrições ao fluxo de capital e ao câmbio exterior, as guerras associadas às taxas de juros, as políticas de imigração, a conquista colonial, a subjugação e dominação de economias tributárias, a reorganização forçada da divisão internacional do trabalho nos impérios econômicos e, finalmente, a destruição física e a desvalorização forçada do capital de um país rival por meio da guerra, são algumas opções a mão³⁸.

Para Harvey, no entanto, Lenin introduziu as dimensões geográfica e espacial vinculadas à compreensão do excedente de capital, principalmente a exportação do capital após o aparecimento das primeiras grandes depressões, como as ocorridas de 1873 a 1900, processos que explicariam as mudanças no estágio do capitalismo, bem como a Primeira Guerra Mundial. Mesmo com uma porção de *ajustes ad hoc*, Lenin conseguiu afirmar que “o capitalismo passa por seu curso específico de desenvolvimento dependendo das condições nesse ou naquele território, e que a dinâmica fundamental do capitalismo força as principais potências capitalistas a

³⁷ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 125.

³⁸ *Op. Cit.*

lutas e confrontações geopolíticas”³⁹. Tendo sido assim, Lenin também introduziu o conceito de Estado como expressão de poder sobre uma territorialidade, equivocando-se, inclusive, para Harvey, com questões de cunho nacional, tanto para pensar o capital como a organização da classe trabalhadora. Na perspectiva de Harvey, “Lenin deu expressão geográfica à dinâmica da acumulação de capital à custa de reabrir a questão histórica da relação entre sociedade civil e Estado”⁴⁰.

3. David Harvey e as geografias dos excedentes do capitalismo

A travessia de estudos sobre as obras de Hegel, Marx, Luxemburgo e Lenin fez, em nosso entendimento, Harvey estabelecer as suas bases teóricas do que interpretamos aqui de “geografias dos excedentes” como parte da crítica da economia política. Além de *ajustes ad hoc*, o problema-chave de Harvey está em constituir uma resposta que revele qual o papel da dominação territorial, da produção do espaço e da expansão geográfica para a formação e a absorção do excedente de capital e de trabalho e, assim, para pensar as administrações das crises. Esse processo abre um poderoso enigma sobre a sobrevivência do capitalismo por meio da *intensificação*, com amparo na procura de espaços novos no interior dos territórios dos centros do capitalismo e, sobretudo, pela via da *expansão*, ao buscar soluções externas arri-madas nos acordos internacionais, nas trocas desiguais ou nos conflitos geopolíticos entre os Estados nacionais e as empresas nas margens do mundo.

O papel do imperialismo e do colonialismo, da expansão geográfica e da dominação territorial, na estabilização geral do capitalismo, não está resolvido na teoria marxiana. Na verdade, ele continua sendo objeto de intensa controvérsia e com frequência de debates amargos. Uma resposta abrangente e irrefutável ao problema que Hegel colocou tão claramente muitos anos atrás ainda tem de ser construída. Será que existe

³⁹ *Op. Cit.*

⁴⁰ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 144.

um “concerto espacial” para os problemas do capital? Se não existe, que papel desempenha a geografia nos processos de formação e resolução da crise?⁴¹

A análise da dominação territorial e da expansão geográfica torna-se, desse modo, a peça empírica para as abstrações teóricas sobre as contradições internas do modo de produção capitalista. A tese geral dessa teoria afirma que para a sobrevivência do capitalismo e a efetivação da vida cotidiana como conhecemos se faz necessária a criação de infraestruturas físicas (sistemas ambientais não-naturais, urbanos, de transportes, etc.) e sociais (os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública) que, por um lado, sustente e amplie a circulação de capital e a reprodução da força de trabalho, evitando assim interrupções na produção, na mobilização e na absorção de ambos em períodos evidentes de crescimento econômico⁴². E, por outro, se constitua como uma saída nos momentos de crise, “quando os excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho coexistem”⁴³, tornando-se em novos canais e caminhos dos investimentos produtivos dos excedentes do capitalismo sem absorção.

As infraestruturas físicas e sociais são investimentos em que os retornos demoram um longo prazo. Com a utilização do crédito e do capital fictício (debêntures, hipotecas, ações, dívida pública, entre outros) se vende um produto presente ou futuro (uma ferrovia, edificações, capitais produtivos, projetos de ciência, inovações tecnológicas, educação, saúde, serviços sociais, justiça, militar, etc.), permitindo converter capitais excedentes distintos na construção e empregar a força de trabalho excedente⁴⁴. Em outras palavras, as formas lucrativas, de absorção e ampliação do excedente de capital, primeiro só podem ser alcançadas “por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis

⁴¹ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 526.

⁴² HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 130.

⁴³ *Ibidem*, p. 136.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 137-139.

(sistemas de transporte, informações, etc.). Em segundo lugar, nos defrontamos com a contradição: a organização espacial é necessária para superar o espaço⁴⁵, em especial as barreiras construídas no período anterior das crises. Em síntese, “o mais-valor deve também ser produzido e realizado dentro de um determinado domínio geográfico”⁴⁶.

Interessa ao autor propor uma ampliação da teoria do valor e, assim, da teoria da crise numa fricção entre as abstrações teóricas (“clareza conceitual”) e a realidade concretamente produzida (“confusões aparentemente infinitas da prática política”). As novas maneiras buscam entender “a circulação do capital em áreas construídas, o papel do crédito e dos mecanismos (como a renda) que medeia a produção das configurações espaciais”⁴⁷, isto é, a depender do crédito os bancos antecipam capitais para os Estados, os proprietários de terra, empresários construtores, os capitalistas da produção, entre outros agentes, que são utilizados para produção da organização do espaço. O controle do excedente do capital financeiro funde-se com o monopólio da propriedade privada, a especulação sobre o solo se combina com a produção de infraestruturas físicas e sociais, a construção e a destruição de outras infraestruturas tornam-se uma primeira fronteira da absorção do capital⁴⁸.

Consoante Harvey, o Estado aparece como um dos principais mediadores, servindo para administrar um conjunto de alianças internas de classes que têm “diversos interesses dentro de um território”. O Estado, assim, serve para defender “os valores já materializados”, a “acumulação adicional”, intensificar os “fomentos” públicos para a produção do espaço pelos possuidores de capital, ou mesmo para assumir obras que os capitalistas não podem ou não querem assumir. O Estado é utilizado também para fortalecer os setores produtivos que estão “fixos”

⁴⁵ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 145.

⁴⁶ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 526.

⁴⁷ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 35.

⁴⁸ Interessante também assinalarmos como Lenin (2012, p. 85-86) também destaca a questão da relação entre capital financeiro e a cidade como estratégia capitalista de produção da cidade.

nos territórios, criando espaços novos para a acumulação de capital no interior de uma sociedade civil. O Estado ainda participa diretamente da produção ideológica, local, regional ou nacionalista, fomentando a produção de vários discursos sobre as necessidades das transformações materiais dos locais, das reestruturações dos espaços regionais, do desenvolvimento do território nacional, das atrações, ou mesmo dispersão do capital e do trabalho para outras regiões⁴⁹.

Efetivamente, Harvey desdobra que, dentro das possibilidades para encontrar soluções rentáveis para os investimentos lucrativos do excedente, um aspecto da sua teoria da geografia pode ser evidenciado no interior dos centros da geopolítica do capital com a reestruturação dos espaços relacionados às cidades. Na compreensão do autor, “a urbanização proporciona um caminho para resolver o problema”⁵⁰, como foi a experiência de seus estudos mais tarde sobre Paris⁵¹, revelando a íntima relação entre a política do chefe de Estado ligada à abertura de investimentos produtivos em programas e políticas territoriais para implantação de infraestruturas físicas e sociais que permitissem resolver a questão do capital excedente e da força de trabalho desempregada a médio e longo prazo com gastos produtivos. Na compreensão da cidade como expressão dessa “geografia da acumulação”⁵², como analisou Carlos, Harvey resume as cidades a “uma função econômica: a de ser fonte/receptáculo de investimentos (capital fixo) e geradora de lucro (força produtiva)”⁵³.

⁴⁹ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁵⁰ HARVEY, David. A liberdade da cidade. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Geosp – espaço e tempo**, nº 26, 2009, p. 10.

⁵¹ HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵² CARLOS, Ana Fani Alessandri. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (143).

⁵³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 98-99.

Harvey, no entanto, elabora mais um aspecto da sua teoria geográfica com base na hipótese de que somente as intensificações dos investimentos de capital no interior dos Estados nacionais, quer com as reestruturações das cidades quer com a urbanização de forma mais ampla, não seriam capazes de evitar o colapso da sobreacumulação nos territórios⁵⁴. O excedente de capital, drenado de vários pontos da superfície do planeta para os centros do capitalismo, sabe que a única maneira de manter o poder político dos Estados e dos possuidores de capital, principalmente em períodos de depressões, é buscando “uma solução externa para os problemas”⁵⁵. Dessa maneira, afirma que “o capitalismo se destina a se expandir por meio tanto da intensificação dos relacionamentos nos centros capitalistas de produção, como de expansão geográfica desses relacionamentos no espaço”⁵⁶. Para o último caso, além do Estado, utilizado para produzir arranjos institucionais externos que favoreçam a desigualdade nas trocas comerciais, outras instituições “hierarquicamente aninhadas”, como das finanças, com a hierarquia de moedas lastreadas entre os Estados; as “firmas multinacionais”, com perspectivas de acumulações globais que precisa interagir com vários locais; e os “arranjos governamentais regionais, municipais e comunitários”, tornam-se em “poderosos mediadores entre a universalidade do dinheiro no mercado mundial e as particularidades de trabalhos concretos realizados”⁵⁷.

⁵⁴ Sobre a combinação entre a acumulação de capital vinculada às reformas urbanas e aos processos externos estabelecidos pelos Estados Nacionais e possuidores de capital como saídas para a sobreacumulação, pode-se consultar a pesquisa de Assis (2017) sobre a relação entre as reformas e reestruturações urbanas em Chicago relacionadas com a gênese das relações geopolíticas entre Brasil e Estados Unidos na primeira grande depressão dos excedentes de capitais (1873 a 1895). Ver ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos**: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

⁵⁵ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 153.

⁵⁶ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**, Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 62.

⁵⁷ HARVEY, David. **Espaços de esperança**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 55.

O novo aspecto que se mostra, na segunda face da teoria da Geografia, é um entendimento da crise como um processo de desvalorização que pode ser estabilizado temporalmente com a expansão geográfica, isto é, na medida em que as instituições hierárquicas passam a entender que para a sobreacumulação “o mercado externo é a fronteira-limite de expansão do capitalismo”⁵⁸. Esses capitais concentrados no interior das instituições financeiras, da produção de mais-valia e no controle dos Estados nos centros do capitalismo são capazes de “determinar onde vão surgir certos tipos de trabalhos concretos e relações de classe, ditando “padrões de desenvolvimento geográfico desigual por meio do controle da reunião de capitais e fluxos de capitais”⁵⁹. O que importa sempre para a análise, atesta o autor, é como o processo de incorporação desigual de novos lugares e regiões, como partes concretas da totalidade do mercado mundial, permite realizar uma nova leitura da formação e da resolução das depressões ligadas “às qualidades materiais do espaço social como estão definidas nas relações capitalistas de produção e troca”⁶⁰.

A busca do capital pelas regiões certas no momento certo no curso da história do capitalismo é uma maneira utilizada pelos seus possuidores para evitar o processo de desvalorização do excedente. Mesmo que o capital procure internamente modalidades lucrativas, extrapolando as fronteiras ou criando frentes de absorção com a urbanização, “a desvalorização [só] é evitada por transformações externas sucessivas e ainda mais grandiosas”⁶¹. Para Harvey, os ritmos regionais diferentes na dinâmica mundial, mesmo que apresentem algumas regiões em crescimento e outras em declínio, fragmentam a unidade da leitura abstrata da crise e criam, pela interpretação do desenvolvimento geográfico, a compreensão

⁵⁸ TEIXEIRA, Francisco. Os Limites do Capital de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises. **Revista Crítica Marxista**, n. 39, São Paulo, 2014, p. 165.

⁵⁹ *Op. Cit.*

⁶⁰ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 536.

⁶¹ *Ibidem*, p. 539.

de que um *crash* global, por exemplo, pode ser compensado e encontrar saídas mitigadoras com suporte nesse jogo desigual entre as regiões e os territórios. Como assinala Harvey, “a geografia do desenvolvimento desigual ajuda a converter as tendências à crise do capitalismo em configurações regionais mitigadoras da acumulação e desvalorização rápidas”⁶².

A saída para a absorção do excedente de capital, com base na reestruturação geográfica, requer um mundo aberto. Os fechamentos das fronteiras, na defesa da “inércia geográfica” com o estrangeiro e das alianças políticas nas regiões, são forçados a se abrirem nos períodos de sobreacumulação. “As alianças locais tendem a ser drasticamente reorganizadas”, “as incorporações tecnológicas repentinamente alteradas”, “as infraestruturas físicas e sociais totalmente reconstruídas” e “a economia de espaço da produção, distribuição e consumo capitalistas totalmente transformadas”⁶³. Assim, a abertura de regiões alarga para o capital excedente novas zonas de investimentos lucrativos para o crédito, para sistemas de transportes e comunicações e, igualmente, para os avanços nas privatizações e expropriações das fontes de matérias-primas e alimentos, utilizando métodos da própria acumulação primitiva de capitais. Ainda existe a possibilidade de forjar novas regiões produtivas nas periferias, tornando-as capazes de estabelecer trocas mais volumosas e de servir como consumidora de produtos de alta tecnologia dos centros. Abrem-se, também, as possibilidades para investimentos e modernização das forças militares, integrando mais capitais ligados às tecnologias de segurança e da guerra.

Como assinala Harvey, “o capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões”⁶⁴ que tanto servem para imobilizar o capital em investimentos de longa duração como também para abrir mercados de consumos produtivos e ofertas de alguns produtos que os centros têm maiores dificuldades. E ainda assinala:

⁶² *Ibidem*, p. 540.

⁶³ *Ibidem*, p. 541.

⁶⁴ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** Tradução de Carlos Szlak. São Paulo, Annablume, 2005, p. 117.

[...] o único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital⁶⁵.

4. Considerações finais

As produções das “geografias dos excedentes”, com efeito, ocasionadas pela urbanização ou como espaços “fora de si” que podem ser incorporados, tornam-se a nova referência possível para excedentes sem absorção. Constitui uma saída plausível que o capital tem encontrado para as crises, ampliando a configuração periódica do globo, sobretudo nos momentos em que a produção excedente de mercadorias, tecnologias e finanças ultrapassa as condições de utilidade. Mesmo que a expansão geográfica não possa “curar as contradições herdadas do capitalismo”⁶⁶, Harvey entende que “seus impactos podem ser disseminados e até certo ponto mitigados pelo deslocamento dos fluxos do capital e do trabalho entre setores e regiões ou por uma reconstrução radical das infraestruturas físicas e sociais”⁶⁷. O excedente de capital, sem saídas lucrativas internas, utiliza-se das assimetrias entre os Estados nacionais para sua sobrevivência, avança politicamente as fronteiras para desenvolver as forças produtivas e novas relações sociais, a fim de reestabelecer um “concerto” para os problemas objetivos da desvalorização inerente à acumulação capitalista.

⁶⁵ *Op. Cit.*

⁶⁶ HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 543.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 544.

O desdobramento dessa interpretação geográfica de Harvey sobre as crises, como assinala Ricardo Musse, estabeleceu uma renovação do materialismo histórico. Compôs, segundo o autor, uma “interpretação original da teoria marxiana” e sua “obra ultrapassou a condição de mera geografia do capital”, consistindo sua preocupação primordial em “buscar respostas para os desafios impostos ao marxismo pela crise econômica”⁶⁸. Nos estudos das crises, Harvey compreendeu que as assimetrias entre os Estados nacionais produzem, além das distintas modalidades de concentração do excedente de capital, atitudes políticas, diplomáticas, embates ideológicos e até intervenções militares como parte das estratégias, tanto para absorver o excedente de capital como para produzir um conjunto de novos ativos produtivos. A resolução dos excedentes, ao mesmo tempo em que produz a “desvalorização de ativos e a destruição de regiões configura uma nova paisagem espaço-temporal para acomodar a perpétua acumulação de capital e, sua companheira inseparável, a acumulação interminável de poder”⁶⁹.

A tese dos investimentos lucrativos requer uma transformação das geografias dos Estados que são centro da geopolítica do capitalismo e, concomitantemente, da formação de novas regiões produtivas ordenadas pelas dinâmicas da produção, da circulação e do consumo de excedentes de capital. Sem a possibilidade de comandar e produzir espaço, o capital entraria em profundo processo de desvalorização e caos, com inflações, superlotação dos estoques e queda dos preços, ociosidade de infraestruturas físicas, subutilização e paralisação da tecnologia de produção e circulação, além das altas taxas de desemprego, subemprego, tensões sociais e a exportação da desvalorização com apoio em conflitos bélicos. Mesmo, porém, utilizando do recurso da produção do espaço para protelar a crise e sustentar a acumulação, arremata Harvey: “o resultado final, devo concluir, é que as crises se tornam mais globais em escopo,

⁶⁸ MUSSE, Ricardo. David Harvey: para além de uma geografia do capital. **Revista de Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 04, p. 55 – 69, junho, 2014, p. 57.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 64.

enquanto os conflitos geopolíticos se tornam parte dos processos de formação e solução da crise”⁷⁰.

Nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e supranacionais), do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc. Apenas desse modo podemos entender como as configurações territoriais e as alianças de classes são formadas e reformadas; como os territórios perdem ou ganham poder econômico, político e militar; quais são os limites externos à autonomia interna do Estado; ou como o poder do Estado, depois de constituído, pode, em si, tornar-se uma barreira para a acumulação livre de capital ou um centro estratégico em que pode ser travada a luta de classes ou as lutas interimperialistas⁷¹.

Para Harvey, “a construção de uma crise verdadeiramente global do capitalismo depende do esgotamento das possibilidades para novas transformações revolucionárias ao longo do curso do capitalismo”⁷². Em outras palavras, a problemática central do autor é a de que “a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica”⁷³ e, enquanto houver possibilidades de reconfiguração da geopolítica da acumulação de capital no globo, nem que seja com base na destruição das

⁷⁰ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, p. 144.

⁷¹ *Ibidem*, p. 144.

⁷² *Ibidem*, p. 118.

⁷³ HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 40.

formas de vidas tradicionais ou da demolição de paisagens geográficas por meio da guerra, o capitalismo utiliza-se das suas forças destrutivas para refazer as hierarquias e renascer dessas cinzas. Eis o desfecho que o faz considerar a “substituição do modo capitalista de produção (...) como condição necessária para a sobrevivência humana”⁷⁴.

Referências

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **A iminência da subordinação aos Estados Unidos**: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. 2ªed. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (143).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 98-99.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica da Marx á à Economia Política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, David. On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto. **Professional geographer**. n. 1, Vol. 36, 1984, p. 1-11.

⁷⁴ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo Annablume, 2005, p. 162.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Geosp** – Espaço e Tempo, nº 26, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Espacios del capital**: hacia una geografía crítica. Traducción Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. Revisão da tradução: Miguel Makoto Yoshiba. São Paulo: Expressão Popular, 2012

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação de Capital – Uma Anticrítica. *In*: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e Acumulação de Capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972.

MARX, Karl. O domínio britânico na Índia. *In*: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [s./d.]. P. 286-291.

MARX, Karl. Futuros resultados dos domínios britânicos na Índia. *In: Obras Escolhidas*. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [s./d.], p. 292-297.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSSE, Ricardo. David Harvey: para além de uma geografia do capital. **Revista de Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 04, p. 55-69, junho, 2014.

POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. **Revista Novos estudos – CEBRAP**, n.81 São Paulo, 2008, p. 79-97.

TEIXEIRA, Francisco. Os limites do capital de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises. São Paulo: **Crítica marxista**, n. 39, 2014, p. 163-172.

VALENÇA, Márcio Moraes. Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyneano acerca da urbanização do capital. In SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 185-190.

VIEILLESCAZES, Nicolas, “Spatialiser le marxisme, marxiser la géographie: le materialisme historico-géographique de David Harvey”, *In: HARVEY, David. **Geographie de la domination***. Paris: Les Pairies Ordinaires, 2008.

DA PROMESSA DA REGIÃO AO SEU COLAPSO: DEBATE SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO A PARTIR DA OBRA DE PASQUALE PETRONE¹

Cecilia Cruz Vecina

No presente capítulo apresentaremos como, no caso particular da pesquisa geográfica no Brasil, em seu momento particular do método regional, o ensejo dos estudiosos buscava tanto as qualidades que caracterizariam as áreas em apressa (a busca por nação reduzida à escala regional) como se viam impelidos a apontar quais caminhos deveriam ser tomados para que se combatessem os males que a affligiam. Chegaremos ao fim, não exatamente ao atual governo miliciano, mas ao como, dada a totalidade do capital, o método regional se revelou enquanto estratégia de gestão populacional, que nos dias de hoje se revela, defendemos, no confinamento de sujeitados e endividados sujeitos. Pretendemos fazer aqui, desta forma, uma crítica ao próprio sujeito formulador, o pesquisador.

Para tanto, partiremos da obra de Pasquale Petrone sobre a Baixada do Ribeira (1966), fruto de seu doutorado, a qual debateremos o suficiente para expor nossa crítica. Teórico ativo no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, tributário do prof. Pierre Monbeig e crítico das “trincheiras” criadas dentro da ciência (PETRONE, 1994), sua produção seguiu caminhos semelhantes aos de seus contemporâneos quanto à

¹ O presente capítulo deriva de versão ampliada ainda em avaliação para ser publicada em revista acadêmica sob o título: “A crítica ao pesquisador e seu exemplo na geografia regional: a proposta de Pasquale Petrone para o Vale do Ribeira”.

incorporação do debate regional em seus trabalhos. Discutiremos o como o autor analisa a realidade enquanto representante desta vertente, com o intuito não de sugerir uma “melhor interpretação” de nossa parte, mas sim de colocar em questão o como esta forma de compreensão é ainda atual e reproduz as contradições do capital.

A escolha por seu trabalho também se dá dada nossas próprias experiências de trabalho de campo na Baixada ao longo de nossa pós-graduação, na qual estudamos o processo de *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al*, 2014) nas comunidades quilombolas e grandes propriedades hoje com trabalho assalariado, o que nos possibilitou, de certa forma, acompanhar os desdobramentos nos dias atuais das reflexões de Petrone da década de 1960. Frisamos, por fim, que se problematizamos o método regional através do trabalho deste autor, não o fazemos nos colocando de fora: somos, tanto quanto ele, pesquisadores fetichistas mediados pela lógica da mercadoria (SCHOLZ, 2004).

1. A Região em Pasquale Petrone

Petrone inicia seu trabalho com o capítulo “Explicação”, no qual apresenta o que serão as duas principais questões que irão nortear sua pesquisa: por quê, apesar de possuir retro-terras suficientes para alimentar seus portos, a Baixada do Ribeira se constituiria em um verdadeiro “sertão do litoral”, isolada tanto do planalto, estando “à margem do império do café” (como nomeia um de seus subitens), quanto do próprio mar; e do porquê dos recorrentes insucessos das experiências de sua colonização.

A fim de explorar tais questões, uma em especial precederia, segundo o autor: a existência ou não de uma “região” do Ribeira. E com esta, o debate que nos interessa: como o conceito de região é compreendido pelo autor e os desdobramentos que tal acarreta para a sua apreensão da realidade.

Cabe destacar, desta forma, a posição de Petrone quanto ao procedimento de delimitação da região, uma vez que, apesar de defender que esta deveria se revelar ao pesquisador ao final da análise, como uma das últimas partes em um trabalho e não como uma das primeiras como fez, salienta que sua escolha se deu a fim de viabilizar o trabalho de campo. Explicita, com isso, o paradoxo do próprio conceito em questão: a região

se apresentaria ao pesquisador, porém, contraditoriamente, e este deveria elencar os elementos “significantes” (se lembramos aqui de Hartshorne, 1969) (naturais, econômicos e da paisagem cultural), para então interpretá-los e, finalmente, compará-los com “áreas contíguas àquela”, o que se apresenta na obra de Petrone como objetivo último. O autor defende assim que haveria:

Em face do que tivemos oportunidade de verificar nas excursões que realizamos na área que é objeto do presente estudo, não temos dúvida em caracterizá-la como uma região cultural bem definida, de unidade extraordinariamente marcante [...].

Partimos, assim, do questionamento levantado por Toledo (2008) quanto à existência objetiva de uma região e se esta seria negada pela formulação subjetiva do pesquisador.

A delimitação e a afirmação da existência de uma “região”, enquanto área que apresenta uma unidade coerente, andam assim par a par com o debate proposto por Toledo (2008) quanto ao papel do sujeito pesquisador na delimitação e na definição das áreas. A suposição de uma região em si, “de unidade extraordinariamente marcante”, se confunde com o próprio olhar do sujeito pesquisador: apresentaria a região tal unidade se outros *elementos empiricamente significantes* (HARTSHORNE, 1978) fossem escolhidos para a delimitarem? E, conseqüentemente, teria esta o mesmo “caráter”?

Desta forma, se em parte já anunciamos o como encaminharemos a análise crítica da obra do autor, por outro, é preciso apresentar quais elementos ele irá elencar, para então adentrarmos em sua tese e ao questionamento sobre a que cabe o conceito de região na sua obra. Isto é, o que dizem as escolhas dos elementos “empiricamente significantes” sobre o olhar intencionado do autor e seu momento histórico. Com isso, pretendemos desenvolver um debate quanto à possibilidade de uma concepção negativa de sujeito, entendendo este enquanto sujeito e, portanto, sem qualquer possibilidade de apreensão positiva do objeto.

Voltamos com isso ao trabalho em análise, no qual o autor considerava como característica marcante a definir a região como um todo, o seu

“ralo” povoamento, com a presença de “vazio’ e ‘semi-vazios’ demográficos, que chegam quase a caracterizar a Baixada como uma verdadeira ‘ilha’ demográfica dentro do conjunto do Estado”.

O autor, para tanto, defende que a região da Baixada do Ribeira, quanto à população, poderia ser caracterizada como de um crescimento “mediocre” diante da dinâmica do estado de São Paulo, ainda “não satisfatoriamente articulada” ao restante deste, que apesar do recente desenvolvimento de certas cidades seria “predominantemente rural”, mas com áreas em processos de “rejuvenescimento” (evidenciada com o crescimento da presença de homens) somadas a “áreas velhas” (dada a maior presença de mulheres). Com um processo de “embranquecimento” em ritmo inferior ao do Estado, muito por ter a região “escapado do processo de substituição da população”, visto o insucesso dos projetos de colonização. “Prevalecendo o elemento negro” em relação à sua presença no Estado, fato que se dá também pelas características rurais da Baixada, que igualmente contribuem para um maior índice de analfabetismo, representando a escola para os moradores uma “subtração de braços”.

O que facilmente salta aos olhos com a exposição realizada até aqui é que, se em um primeiro momento Petrone havia debatido os problemas para a delimitação da região da Baixada do Ribeira, a definindo como facilmente caracterizável pelos seus “vazios” populacionais, ao longo da exposição esta em realidade se define (ou melhor, é definida) na relação com os dados referentes ao estado de São Paulo. A região por um lado existiria em si e, simultaneamente, por outro lado, se definiria em relação/comparação ao Estado.

As conclusões aqui delineadas sobre o “método regional” não são novidade, muito já se escreveu sobre a herança lablachiana e seus tradicionais conceitos de *gênero de vida* e *habitat*². O que, porém, nesse momento gostaríamos de acrescentar ao debate, e tendo em mente a elaboração teórica de Roswitha Scholz (2004) com base em Marx (1983), é que o método regional, ao ter por ponto de chegada a comparação entre as partes, não apenas se presta a mostrar o “atraso” da região da Baixada do Ribeira diante do dinâmico estado de São Paulo – hierarquizando

² Para tanto vide, por exemplo, Lencioni (1999).

aquela parte, “mediocrementemente” ocupada, em relação a esta –, mas que ao fazê-lo reproduz e positiviza a lógica da mercadoria.

Se retomarmos os escritos de Marx, lemos logo nos quatro primeiros capítulos de *O Capital* (1983, v. I, t. 1) como a troca de mercadorias se dá, como dois produtos de qualidades diferentes se podem prestar a serem trocados e, mais adiante, como o dinheiro vem a acelerar tais relações. Assim, vale lembrar as inquietações de Aristóteles apresentadas por Marx: como “5 almofadas” podem ser iguais a “1 casa”? Como “coisas de espécies tão diferentes” podem ser comensuráveis? É a este incômodo, que há muito não sentimos em nosso cotidiano pois o naturalizamos, que Marx irá se deter.

Assim, a possibilidade de equiparação entre áreas diferentes, entre Baixada do Ribeira e estado de São Paulo (partindo do pressuposto que até mesmo esta delimitação é problemática, como já apontamos anteriormente), ou ainda, entre populações em números abstratos (isto é, abstraídas as qualidades de cada indivíduo que compõe as estatísticas), só pode ser realizada em uma sociedade em que a troca é naturalizada, em que “partes” diferentes do espaço podem ser recortadas, quantificadas e são acriticamente equiparadas. O método regional adotado por Petrone expõe assim o próprio fazer moderno: o caráter fetichista de nossa sociedade, que na necessidade de equiparar para trocar, de abstrair para quantificar, apaga as relações sociais que a compõem.

Roswitha Scholz (2004), partindo do formulado por Marx sobre a abstração real do modo de produção capitalista, critica o sujeito moderno que apaga as diferenças, colocando a todos o valor enquanto referência. Para Scholz (2004), por sua vez, é preciso ver a relação entre particularidade e totalidade numa dialética que não subsume a parte ao todo e nem que aquela seja dessa derivável, defendendo que se trate do problema das diferenças nos diversos planos (individual – enquanto indivíduo inconfundível e singular –, estrutural – “que diz respeito a diferenças entre disparidades econômicas, racismo, antissemitismo e sexismo” – e fundamental – no âmbito do valor-dissociação, que “admite por si o particular e as diferenças”).

Não entraremos aqui nos pormenores da formulação da autora quanto à sua teoria do valor-dissociação, nos interessa, porém, salientar

que Scholz (2004) define como fulcral para sua teoria exatamente o problema da equiparação (tendo por ponto de partida o debate feminista)³: o como a totalidade é compreendida pela autora enquanto *contraditória em si e fragmentada*.

Scholz (2004) vai assim na contramão tanto de concepções hegelianas (que compreende a totalidade enquanto congruente consigo própria) como daqueles que formulam o capitalismo enquanto um processo posto por uma dialética interna-externa (que acabam por externalizar o par da contradição); como também argumenta que não haveria um “fora” da lógica do capital que estaria subsumido (um sujeito que poderia se pôr enquanto externo às relações modernas e por isso revolucionário e tão pouco “imanente”, isto é, derivável do conceito/valor), mas sim um fragmentado/dissociado que é constituído e constituinte do valor e que possui particularidade. Desta forma, meras equiparações fogem aos propósitos da teoria crítica do valor-dissociação.

Queremos assim realçar o que consideramos como um dos pontos problemáticos do método de análise regional: a equiparação.

Voltamos ao trabalho de Petrone, que se foca em reconstituir a “marcha do povoamento e as transformações paisagísticas” da Baixada. O autor, andando de par ao que se considera ser uma monografia regional, passa a apresentar o processo histórico de constituição da região, vindo desde o período pré-colombiano até o século XX. Apresentação da história da Baixada que se faz pelos produtos comercializados (do ouro para o arroz) e não pelas relações sociais e suas transformações. São as coisas produzidas a determinar o processo e não os sujeitos sujeitados à lógica do capital a produzi-las.

A tais considerações do autor serão somadas os olhares do viajante Martim Francisco Ribeiro de Andrade, que em 1805 realiza

³ Debate feminista que, segundo autora, não dá conta de superar a lógica da reprodução capitalista, uma vez que ao defender seja a equiparação das mulheres aos homens, seja o aparentemente oposto, a diferença entre os sexos, acaba por ou manter como referência o valor (o homem) ou apagar o processo histórico de constituição dessas diferenças, tratando-as enquanto ontológicas. Ambos debates (a defesa da igualdade ou das diferenças), não fugiriam assim à lógica da mercadoria, que tem por pressuposto a equiparação entre os diferentes e a naturalização dos processos que são, em realidade, sociais.

excursão pelo sul do Estado de São Paulo, o qual Petrone destaca que realiza “observações interessantes para que se perceba em que condições se encontrava a região”. Viajante e suas colocações que, selecionadas por Petrone, concluem que em Cananéia a “indolência é geral” e que “seguramente esta vila tende à sua extinção total, se acaso se não fomentar de novo amor do trabalho”. Observações que são generalizadas para a população de toda a área e concluída pelo viajante como consequências de uma “preguiça do país”. “Interessantes” colocações, às quais Petrone não realiza qualquer ressalva, apenas acrescenta as características que permaneceram no povoamento adentro do Vale do Ribeira no início do século XIX: exclusivamente por via fluvial, “única possibilidade de comunicação”, e com base numa “agricultura itinerante predatória”.

Conclui-se, desta forma, que a “região” do início do século XIX era composta para o autor por um problemático cenário, um misto de falta de alternativa de “vias de comunicação” com um povo sem “amor ao trabalho” e “preguiçoso”.

É interessante desta forma notar que, se por um lado Petrone destaca inúmeras vezes o histórico baixo adensamento da região, justificado por uma economia que a isso não favorecia e evidenciado pela baixa presença de escravos, por outro lado escapa à sua análise a presença de inúmeras comunidades formadas rios adentro por escravos fugidos ou aforriados, lado a lado a fazendas de escravos. Comunidades responsáveis pelo abastecimento das propriedades escravocratas, localizadas par a par uma das outras (PAES, 2007), que não tiveram atenção de Petrone, apesar da importância que representavam para a reprodução das visadas “atividades comerciais”.

A Baixada do Ribeira adentra o século XX com os mesmos problemas tantas vezes repetidos por Petrone: o parco povoamento e a ausência de vias de comunicação alternativas. Entretanto, se até aqui apresentamos os argumentos que justificam a tese do autor quanto à região se configurar em um “sertão do litoral”, resta entrarmos no segundo ponto de interesse do autor pela área: as recorrentes tentativas de colonização, seja por particulares ou oficiais, e seus insucessos, configurando-se a Baixada uma “verdadeira área-laboratório”.

Para tanto, o autor irá apresentar os pormenores de quatro projetos de colonização⁴. Não iremos nos deter nas minúcias de cada projeto, visto que o que nos interessa não são exatamente seus históricos, mas sim como Petrone interpreta seus insucessos.

Cabe apenas destacar as referências de colonização do autor, das quais se apreende dois pontos que Petrone tem como positivo: por um lado, as consideradas bem sucedidas colônias do Sul, nas quais os imigrantes conseguiram se fixar na terra graças às condições encontradas para suas produções comerciais; e, por outro, as famílias de colonos destinados à produção de café em terra alheia no oeste paulista, na qual a “dinâmica economia” é o paradigma do autor. Fixação e produção comercial, em outras palavras, povoamento da área, consideradas como em si positivas. Voltaremos a este ponto adiante, gostaríamos antes apenas de apresentar os motivos que são elencados por Petrone para o “fracasso” das colônias.

O autor apresenta as possíveis dificuldades que os colonos estrangeiros tiveram, defendendo que o abandono das terras teria ocorrido, principalmente, por não encontrarem aqueles condições satisfatórias na Baixada para realização da produção dado o pequeno tamanho das propriedades, somado à adoção de técnicas proveniente dos caboclos (de queima e derrubada e uso exclusivo da enxada, em lugar da tração animal) e a impossibilidade de escoamento da pouca produção, ficando a mercê dos comerciantes.

Questões de circulação da mercadoria que irão retroalimentar a não utilização de melhores técnicas, perpetuando no Vale “um sistema primitivo de rotação de solos”, configurando um “acaboclamento” dos estrangeiros, considerando as técnicas caboclas como em si negativas, dada a suposta degradação do solo diante das experiências estrangeiras perdidas no contato com o nacional.

Vale ainda destacar a oposição que o autor realiza entre os projetos voltados para a ocupação da Baixada (como o de Pariquera-Açú), e

⁴ Realizado pelos confederados Norte-Americanos entre 1865 e 1870; a colônia de Pariquera-Açú, de iniciativa do governo imperial em 1861; de Santa Maria, empenhada empresa nacional privada em 1925; e as Japonesas, organizada pela Companhia Imperial Japonesa de Imigração a partir de 1912.

os de “caráter eminentemente especulativos” (como o de Santa Maria), sendo estes apresentados como projetos problemáticos (com falsas propagandas e que teriam apenas por finalidade a obtenção do lucro por parte da empresa responsável), e aqueles o mais próximo do paradigma das colônias do Sul do país.

Acreditamos, por fim, que por pressuposto a estes três dualismos (técnicas caboclas *versus* estrangeira, povoamento *versus* vazio populacional e ocupação da Baixada *versus* projetos especulativos) não há na formulação do autor uma problematização quanto ao processo de formação do mercado de terras, em outras palavras, de constituição da propriedade privada na região.

Assim, se as técnicas caboclas são pejorativamente apresentadas dada a suposta degradação que seu sistema de queimas e rotação geram no solo, vale salientar que em região em que a posse predominava (e com ela a possibilidade de acesso a maiores áreas), o rodízio de terras se dava com um maior número de parcelas e de tempo de pousio entre elas, reconstituindo o solo e possibilitando aos posseiros a abertura de roças em áreas de mata fechada com o auxílio do fogo (MUNARI, 2009). A “técnica” torna-se uma questão quando o acesso à terra é limitado nas pequenas parcelas dos colonos. É de se questionar, desta forma, se é um problema das origens da técnica, ou da finalidade da técnica (subsistência ou comercial) e de seu contexto (de terras livres, passando para o processo de formação do mercado de terras).

Lembramos aqui também as conclusões do autor em seu trabalho sobre o processo de colonização antiga no estado do Espírito Santo⁵, que, após também constatar que o povoamento desse estado teria ficado “à margem”, destaca que os colonos italianos e alemães teriam se entregue a uma “completa assimilação” das técnicas “caboclas”, levando ao “desaparecimento de qualquer possibilidade de formação dos tão discutidos quistos étnicos”. Petrone conclui assim seu texto de forma a se aproximar do discurso oficial do período de embranquecimento da população:

⁵ Trata-se de relatório realizado no âmbito da XII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1957, no qual Petrone, junto a uma equipe sob sua supervisão, realiza trabalhos de campos a algumas cidades de ocupação antiga do estado do Espírito Santo, especificamente ao sul do Rio Doce.

Julgamos, todavia, que a cabocização não é a assimilação desejada, indiscutivelmente não é o que convém ao país. Não é para isso que levas de colonos deslocaram-se para cá e é extremamente prejudicial o nivelamento bitolado pelos padrões dos nossos caboclos.

Petrone realiza, por fim, uma defesa explícita do capital produtivo e suas consequências (exploração do trabalho – seja familiar ou do diarista – e concorrência entre os produtores), diante do especulativo, que se apresenta, junto a uma má gestão das colônias pelo Estado, como um dos vilões para o fracasso da região.

Salientamos que quando nos posicionamos críticos a uma defesa do capital produtivo e, conseqüentemente, à exploração do trabalho por Petrone, não o fazemos, como argumenta Moishe Postone (1993), *do ponto de vista do trabalho*, mas sim *críticos ao trabalho*. Isto é, partimos da compreensão que a exploração do trabalho não se torna uma questão apenas quando da separação dos sujeitos dos meios de produção, mas sim que o trabalho considerado como trans-histórico é em si problemático. Realizamos, assim, uma crítica *ao trabalho*, considerando este não uma característica imanente aos homens, ontológica, mas formada junto ao capitalismo.

Por último, a defesa do autor pela ocupação da Baixada diante de seu “vazio populacional” tem por pressuposto (assim como também o é para os outros dois pares), que se forme uma “economia dinâmica” considerada em si positiva por Petrone. Não critica, desta forma, o processo de exploração do trabalho para que tal se dê, nem tão pouco a decorrente especulação e grilagem de terras que tal gera (como inclusive se observou na Baixada do Ribeira, principalmente a partir da década de 1960 – VECINA, 2018).

Por fim, dado o apresentado pelo autor, o “saldo” geral de tais colônias foi de um baixo “índice de fixação” e solos esgotados em decorrência da “identificação cultural e técnica aos caboclos da Ribeira”, além de um crônico “problema da mão de obra” decorrente da ausência de braços “disponíveis”.

Este último “problema” ocorreria por se encontrar na Baixada proprietários/posseiros que trabalham para si ao invés de venderem sua força

de trabalho para outrem. Há assim, mais uma vez, o/a pressuposto/defesa pela expropriação do trabalho. Valeria então o questionamento levantado por Gaudemar (1977): “por que razão se presta o trabalho, ou antes a força de trabalho dos homens, a todas as variações de duração, intensidade, produtividade, que levam ao nascimento da mais-valia?”. Não que ao trabalharem para si os agricultores não estejam sendo expropriados de seu trabalho, mas há uma, por assim dizer, gradação na violência quando também expropriados da terra trabalham para outrem, suprimindo o “problema da mão de obra” das propriedades chamadas “científicas” por Petrone.

Ao dito acima, podemos somar a opinião do professor instalado em 1969 na comunidade quilombola de Ivaporunduva (localizada na cidade de Eldorado), entrevistado por Queiroz (2006):

Eles são acostumados igual índio. Trabalham a hora que acham que têm necessidade. Precisa comprar arroz, roupa e outras coisas, eles saem para trabalhar. Tem arroz, feijão, não tem necessidade de trabalhar, todo mundo pára. Eles não pensam no futuro.

O professor se instala como funcionário do estado de São Paulo, a fim de instituir uma rotina que levasse a uma “melhora na vida dos moradores”. Responsável por não só alfabetizar, como também por inseri-los formalmente no mundo do trabalho (viabilizando de casamentos a documentos e encaminhamento dos doentes e mães grávidas ao Centro de Saúde), como também os “educando” para o *ethos* do trabalho e, para isso, reprimindo seus costumes. As preocupações do professor andam assim lado a lado com às de Petrone sobre o “problema da mão-de-obra”:

Gente habituada à rotina da utilização do solo dentro de sistemas e técnicas primitivos, não pode, de um momento para outro, sem prejuízo para quem a emprega, ser utilizada em iniciativas baseadas em sistemas e técnicas novas.

Assim, o que para nós são formas particulares com que se territorializa o capital (como este mobiliza terra e trabalho), para Petrone e

o professor seriam falta de, por assim dizer, *territorialização do capital* (HEIDEMANN *et al*, 2014) e sua violência característica.

Voltando ao trabalho de Petrone (1966), ou melhor, ao método regional, que se presta à preocupação de quais seriam os “problemas” que as produções encontrariam e a buscar qual seria a melhor lavoura para que a região prosperasse em termos capitalistas, a região é assim caracterizada pelo produto principal presente em sua área, em outro termo, muito usado pelos técnicos da Baixada do Ribeira que entrevistamos: pela sua vocação.

Não por acaso, a história da Baixada do Ribeira (como analisamos anteriormente) é organizada a partir da evolução das produções, e não pelas transformações das relações sociais de trabalho.

Por fim, após apontar os “problemas” da Baixada e seu histórico, Petrone (1966) se volta para seu último capítulo, sua esperança: “A ‘redescoberta’ da região do Ribeira e sua valorização recente”. O que se lê é a conclusão de um estudo que, após tantas vezes salientar quanto aos aspectos “arcaicos” das técnicas dos locais e a ausência de vias satisfatórias de circulação, encontra na evolução das estradas de rodagem a possibilidade de interesses pelas terras da Baixada. Para além da dualidade (terra para produção *versus* terra para especulação) já discutido por nós, o que nos interessa neste capítulo derradeiro é seu especial otimismo:

Acreditamos que a diversificação regional da Baixada do Ribeira [...] pode propiciar a criação de quadros novos de organização econômica, escudados em técnicas apropriadas, justificando a integração da região dentro do conjunto geo-econômico do Estado de São Paulo não mais como uma área ‘sub-desenvolvida’ mas sim como uma sua parcela economicamente atuante e ativa.

Uma busca por desenvolvimento, que problematizaremos a partir de nossos atuais trabalhos de campo realizados, majoritariamente, com os que Petrone (1966) chamou de “capuavas”: os personagens considerados “arcaicos” da relação com o capital.

2. A região redescoberta ou a região do colapso

– E por que foi escolhido a pupunha?

Técnico – Porque naquela época foi falado de búfalo....
é o que tinha vocação.

– Mas o DRS não veio direto com a pupunha... Por
que veio antes o maracujá se a pupunha é a vocação?

Técnico – O maracujá também era uma vocação, já
tinha o maracujá antes. Só que daí hoje, por causa da
virose, o maracujá fica um ano e olhe lá. [...] Mas já era
tradição do pequeno produtor.

No trecho acima, o técnico agrícola é funcionário da Secretaria da Agricultura da cidade de Eldorado; DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) é um dos primeiros programas de financiamento a pequenos e médios produtores (de articulação entre prefeituras e Banco do Brasil) da cidade do técnico; e a conversa acima foi realizada em abril de 2017, na qual questionamos qual era a vocação da “região”, ou melhor: os discursos que organizavam quais eram, afim de validarem o porquê para um e não para outro tipo de cultivo deveria ir o financiamento. E, por fim, se tradição ou vocação, o que se acompanhou dessa entrevista foi que seja maracujá ou pupunha, todas eram momentâneas e dependiam do crédito do programa para serem implementadas e conseguirem se realizar no mercado diante dos outros “produtos-vocação”.

E com isso questionamos: como garantir que todos os sujeitos que implementarem as “vocações” irão conseguir realizar suas produções? Que, através do mercado, concorram uns contra os outros, garantindo que ao final obtenham o capital necessário para pagar salários, juros do empréstimo, receber lucro e, ainda, garantir uma parcela para reiniciar o próximo ciclo produtivo?

Desta forma, para que a “redescoberta” da região se realizasse, foi preciso distribuir crédito a fim de garantir os níveis satisfatórios de

desenvolvimento técnico requeridos pelo processo produtivo, garantindo rendimentos diante da concorrência.

Com isso, se os produtos concorrem no mercado prometendo serem mais vantajosos, simultaneamente fica aos trabalhadores concorrerem entre si, prometendo maior exploração. Para os “capuavas” que não conseguem se qualificar ou obter e realizar suas próprias porções de hipotecas de trabalho futuro (créditos), fica a “liberação” de seus trabalhos (como se refere a Economia Clássica criticada por Marx, 1984).

Assim, se anteriormente nos remetemos aos relatos do professor enviado à comunidade de Ivaporunduva (QUEIROZ, 2006), que como Petrone (1966) protestava pela formação do trabalhador, “ensinando” capuavas que mais valia se mobilizarem para outros do que manterem seu “modo de vida arcaico”; com a “redescoberta” da Baixada, observamos duas possibilidades: ou se automobilizam, eles e suas famílias, na tentativa de se tornarem pequenos empresários, produzindo as “vocações” na promessa de acumularem, desde que, é claro, consigam pagar as dívidas do empréstimo e ganhar na concorrência; ou voltam-se para trabalhar para terceiros, possibilidade esta cada vez mais escassa dado o desenvolvimento técnico e a decorrente dispensa de trabalho do processo produtivo.

Com isso, de “problemas de mão-de-obra”, os moradores da Baixada do Ribeira passam a redundantes trabalhadores ou endividados gestores de confinadas plantações (pois já não podem se utilizar das grandes posses que antes faziam uso, dada a formação do mercado de terras) (VECINA, 2018).

Desta forma, o modelo de “região” pregada pela geografia regional, aqui personificada por Pasquale Petrone (1966 e 2004), não apenas homogeneiza as diferenças, apaga as relações de trabalho e positiviza a concorrência – não problematizando a violência econômica (que impele ao trabalho os sujeitos), ao não considerar que para que a “região” deixe de estar “à margem” é preciso que sejam realizadas as mercadorias nela produzidas –, como acaba por idealizar desenvolvidas regiões de mobilização do trabalho em nível ótimo e de sujeitos fartamente nutridos por mercadorias.

Tal formulação apaga, por fim, a contradição fundamental do capital, isto é, que, se por um lado, o capital tem por fim último a valorização do valor, a criação de riqueza, contraditoriamente, por outro lado, para

atingir tal objetivo, exclui em quantidades sempre crescentes a substância responsável por tal processo, a força de trabalho (SCHOLZ, 2004).

O que observamos em nossos trabalhos de campo na Baixada do Ribeira, junto a quilombolas, técnicos agrícolas e agentes bancários, é que a grande maioria dos primeiros permanece inadimplente com o banco (podendo inclusive ter sua dívida securitizada por este), conseguindo quitar apenas aqueles que possuem aposentados em suas famílias e que têm acesso a outros programas federais de compra de seus produtos e/ou acesso a auxílios (VECINA, 2019). E por isso questionamos: não seria hoje, dada a dinâmica do capital explicitada acima, o *colapso* a única caracterização possível à região?

Esta qualidade caracterizaria a Baixada, mas não estaria apenas a ela circunscrita, dada a totalidade do capital, impondo a todos a marginalidade em relação à sua reprodução, porém a cada um com conteúdos distintos (a superprodução de doutores diz do momento da concorrência entre os trabalhadores complexos e o fim da promessa do funcionalismo público, possível até certo momento somente graças à injeção de capital fictício na economia).

Esperamos não apenas termos nos diferenciado do método regional, mas, e principalmente, o analisado sob um viés que também o legitima como teoria que fornece à pesquisa um olhar que igualmente diz sobre a realidade. Se Petrone, apesar de seus dualismos, já apontava rapidamente para a possibilidade da grilagem de terra com a atração dos “capitais especulativos”, por outro faltou apontar os desdobramentos na realidade em questão quando da atração dos “produtivos”.

Por fim, a escolha dos “elementos empiricamente significantes” (HARTSHORNE, 1978) pelo pesquisador, a fim de melhor gerir a realidade, diz respeito ao fetiche deste, que crê na possibilidade de autonomização do sujeito e sua realização pelo/no trabalho, não compreendendo este como socialmente constituído e determinado pelo capital.

Bibliografia

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARTSHORE, Richard. O que se entende por geografia como o estudo da diferenciação de áreas. In: **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 13-22.

HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de A.; BOECHAT, Cássio A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, 2014, p. 55-67.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. EDUSP: São Paulo, 1999.

MAMIGONIAN, Armen; ZEFERINO, Augusto C.; MACHADO, Ewerton; BUSS, Maria D.; PEREIRA, Raquel M. F. do A. Entrevistas com o professor Pasquale Petrone. Em: **Revista GEOSUL**, n.8, 1993, pp. 103- 137.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MUNARI, Lucia C. **Memória Social e Ecologia Histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciência na Área de Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAES, Gabriela S. M. **A “Recomendação das Almas” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas**. 2007. 137 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. 1966, 444 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

PETRONE, Pasquale. Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estud. av.**, São Paulo, v.8, n. 22, p.139-150, Dec. 1994.

PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo**. Vitória: IHGES. 2004.

POSTONE, Moishe. **Time, labor and social domination: a reinterpretation on Marx critical theory**. Cambridge University Press, 1993.

QUEIROZ, Renato da S. **Caipiras Negros no Vale do Ribeiro: Um Estudo de Antropologia Econômica**. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHOLZ, Roswitha. A nova crítica social e o problema das diferenças. **Revista EXIT!**, n.1, 2004. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm. Acesso em: 22 mar. 2017.

TOLEDO, Carlos de A. **A região das lavras baianas**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)– Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VECINA, Cecília C. **As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas**. 2018. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VECINA, Cecília C. A expansão da disponibilidade de crédito PRONAF às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP como expressão da crise imanente do capital. **Geografares**, jan/jun, 2019, pp.264-290.

ASPECTOS POLÍTICOS E GEOGRÁFICOS DA CRISE DO LIVRO NO BRASIL

Felipe Cabañas da Silva

Vivemos em 2020 a convergência de múltiplas crises. Na realidade, não é a primeira vez na história, nem será a última, em que diversas crises convergem e abalam as bases de sustentação do mundo moderno. A novidade trazida pelo ano de 2020 é a crise sanitária global, que produz uma crise econômica comparável à de 1929, aprofundando desigualdades e desafiando as políticas de austeridade que têm pautado as ações de diversos governos e organismos multilaterais neste início de século XXI.

No Brasil, que vive grave tensão política desde 2013 e esteve marcado por uma agenda neoliberal, com ataques contra direitos trabalhistas e previdenciários, congelamento do investimento público em saúde, educação e infraestrutura, cortes no orçamento de ciência e tecnologia e um projeto de aprofundamento de privatizações, a crise sanitária ganha contornos graves. Ela escancara a gravidade do *apartheid* social brasileiro, que uma normalidade fictícia já não pode mais obnubilizar. Aliás, talvez seja este o principal impacto desta crise: expor o caráter fictício da normalidade, que condena um contingente populacional a viver sem nenhum tipo de estrutura.

Tais tensões são acompanhadas por uma crise da cultura e esta também tem dimensões globais. Não por acaso, nossa era é definida como a “era da pós-verdade”, momento em que “os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais¹”. Enfrentamos uma crise de legitimidade da razão que coin-

¹ Dicionário Oxford. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: jun. 2020. Tradução nossa.

cide com o retorno, tanto na América Latina quanto na Europa e nos EUA, de grupos e lideranças de extrema-direita, que têm a desinformação como *modus operandi*. Este é o panorama em que se agrava a chamada “crise do livro”. A carência cultural mantém níveis de alienação em massa, viabilizando múltiplas formas de manipulação popular e a ascensão de arrivistas, populistas e demagogos de diversos matizes.

Não podemos esquecer, neste sentido, que o conhecimento é um recurso e, como tal, participa “do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem” (SANTOS, 2004a, p. 243). Nessa constatação, Santos se refere à detenção dos recursos técnico-científicos por agentes hegemônicos e seus impactos na diferenciação do território. Podemos estendê-la, no entanto, à esfera política: detentores de conhecimento hegemonomizam não detentores. Assim se exerce o poder simbólico, “forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder” (BOURDIEU, 1977, p. 411).

O objetivo central deste capítulo é o de produzir uma visualização espacial da crise do livro no Brasil, por meio do tratamento dos dados e da confecção de material cartográfico pertinente. Essa visualização é importante para identificar os matizes da crise no território, bem como os pontos mais críticos, colocando a questão do livro no centro da formulação de políticas públicas da área cultural em âmbito federal, estadual e/ou municipal. A geografia, afinal, deve assumir um compromisso com o futuro:

Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro. Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, *para todos os homens* e não só para um pequeno número deles. Se o homem não for, também, um projeto, retorna ao homem animal (...) quando não comandava as forças naturais (SANTOS, 2004b, p. 261).

Tendo em vista essa contextualização histórica e a formulação desses objetivos, gostaríamos primeiramente de refletir de forma mais

minuciosa sobre o significado de uma crise do livro no quadro atual de uma sociedade de consumo, onde a cultura se torna cada vez mais valor de troca e menos de uso.

1. Hipóteses e significados da crise do livro

Se não podemos ignorar o momento histórico atual, também não podemos deixar de contextualizar a crise do livro no quadro de uma sociedade de consumo, que substituiu o valor de uso pelo valor de troca. É importante compreender a relação da cultura com a arte e a posição que esta vem a ocupar, que revela problemáticas. A forma como o livro se insere (e é consumido) na sociedade tem relação com a cultura em geral e a arte em particular. É necessário compreender a cultura, a arte e o livro como indissociáveis.

Para Benjamin, a obra de arte tem, originalmente, uma unicidade e autenticidade: “as mais antigas obras de arte nasceram a serviço de um ritual, inicialmente mágico, depois religioso”, e “o valor da unicidade próprio à obra de arte ‘autêntica’ se baseia nesse ritual que foi originariamente o suporte de seu valor de uso” (BENJAMIN, 2000, p. 228-229). Em princípio, a arte é essencialmente valor de uso, o que se transforma no âmbito de uma sociedade mercantil ancorada na reprodutibilidade técnica.

Este é, em linhas gerais, o panorama em que se insere a arte na modernidade e a relação que passa a se estabelecer entre o artista e a sociedade na era do consumo e da massificação. Evidentemente, estamos falando de estruturas que se transformaram a partir da segunda metade do século XX, levando à definição da pós-modernidade (HARVEY, 2005; SOJA, 1993). Sem adentrar esta extensa discussão, gostaríamos de ressaltar os elementos da modernidade que seguem pautando, no início do século XXI, a produção artístico-cultural: a reprodutibilidade técnica, o consumo e a massificação – todos intensificados pelas novas possibilidades de troca material e simbólica.

Com a consciência das contradições envolvidas na interpretação do momento histórico e concebendo criticamente as estruturas socioeconômicas que impactam a produção artística e cultural, gostaríamos de formular algumas hipóteses mais específicas para compreender a crise do

livro na atualidade. Há um quadro geral em que devemos situar a arte, o artista, a cultura e o livro, e há um quadro mais específico, envolvendo elementos do cotidiano, do comportamento e dos costumes.

A primeira hipótese para a existência de uma crise do livro é a mais evidente, e também a mais insuficiente. A crise do livro acompanha a crise econômica e a retração do consumo. Numa sociedade de mercado, o livro é uma mercadoria e, como tal, está sujeito às flutuações de preços, de mercado, de trabalho, renda e poder aquisitivo. Não sendo, além do mais, produto de uso básico e essencial, como os alimentos e os remédios, é um dos primeiros produtos a deixar a lista de compras dos consumidores.

A crise econômica geral é certamente um dos elementos da crise específica do livro, mas não a explica na totalidade. Quando fazemos a análise dos índices de volume e receita nominal do varejo em geral e do setor de “livros, jornais, revistas e papelaria” em particular, entre 2010 e 2019, vemos que o setor livreiro apresenta reiteradamente números negativos. No acumulado 2010-2019, o setor livreiro registra queda de 42,3% no índice de volume, enquanto o varejo em geral registra alta de 30,5%. Na receita nominal, queda de 0,7% do setor livreiro e alta de 111,5% do varejo em geral (IBGE, 2020), o que indica dissociação.

Sendo insuficiente a explicação econômica *per se*, faz-se necessário contextualizar esta crise também no plano simbólico. A crise de legitimidade da razão, da ciência e da informação é, no plano simbólico, o grande panorama desta crise. Mas também há algumas especificidades deste quadro geral que precisam ser debatidas. Vivenciamos, nas últimas duas décadas, a massificação da telefonia móvel e da internet. A internet, antes restrita ao microcomputador, adentrou o universo da telefonia móvel, integrando no mesmo dispositivo a telecomunicação e a informática. É preciso refletir sobre a dimensão deste fenômeno e suas inter-relações com o contexto da pós-verdade.

Através dessa massificação, chegamos também à massificação das redes sociais. E é no ambiente das redes que a pós-verdade encontra seu terreno mais fértil. A espetacularização da vida privada, a publicização e o conseqüente ganho de magnitude das convicções pessoais produzem a ilusão de legitimidade do conteúdo das redes. Este universo de informação horizontal ganha legitimidade diante das estruturas verticais de

informação: a imprensa, a ciência, a literatura, as instituições de Estado etc. Além deste panorama simbólico, há uma questão prática: as redes sociais tomam cada vez mais tempo do cotidiano e substituem outras formas de lazer, entre as quais a leitura.

Outra questão importante é a questão do utilitarismo. É principalmente esta face dos tempos modernos que está na origem da crise do artista, análoga à crise do artesão diante da industrialização. Por qualquer prisma que se interprete os tempos atuais, pós-modernidade ou modernidade, o utilitarismo segue sendo o diapasão das relações sociais. A educação e a cultura são valorizadas sobretudo em função do capital simbólico que podem fornecer ao indivíduo para sua inserção no sistema produtivo. Mais do que um recurso dialógico, o livro se torna um meio para um fim.

Porém, também como aporte de capital cultural e meio de desenvolvimento de competências e habilidades exigidas para crescimento material no mundo do trabalho, o livro tem perdido espaço para outras formas de comunicação, mais fáceis, rápidas e gratuitas. O resultado é que o livro fica escanteado também como forma de divulgação de conteúdos, mais facilmente encontrados em outros meios. Isso afeta inclusive o universo pedagógico, com o crescimento dos canais de aulas *on-line*.

Evidentemente, nenhuma dessas hipóteses exclui a outra. Fenômenos complexos exigem explicações complexas. Há aspectos econômicos e aspectos simbólicos, uma vez que estamos tratando de um produto material-simbólico: o livro. Essas são reflexões iniciais que precisam ser aprofundadas, mas que fogem ao nosso escopo.

2. Dados e metodologia

Como afirmamos, o objetivo central deste capítulo é o de evidenciar os aspectos geográficos da crise do livro. Buscar analisá-la e expressá-la geograficamente. Neste sentido, nosso trabalho deve ser alimentado pelos dados objetivos, que expressam a crise em números, relacionados, sobretudo, ao consumo e à retração do número de estabelecimentos comerciais relacionados.

A pesquisa de mercado mais completa e abrangente que possuímos no Brasil neste momento sobre o setor editorial é realizada

por parceria entre a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e a Nielsen Company, consultoria especializada em consumo e análise de mercado. A pesquisa se chama “Produção e vendas do setor editorial brasileiro” e teve início em 2006, reunindo assim um amplo banco de dados sobre produção e consumo do setor no Brasil. A pesquisa analisa indicadores de produção em números, por temática, o comparativo de produção com o ano anterior, e também os indicadores de vendas em volume, por setor (mercado e governo), por canais de distribuição e por subsetores. A pesquisa é muito completa e indica claramente, no histórico 2006-2019, a crise do setor no Brasil. O seu problema, para nós, é que ela só tem abrangência nacional. Não possui dados regionais e/ou estaduais. A crise nacional está posta e é bem conhecida. Por isso, queremos estender a investigação e a compreensão da crise para os domínios regionais e estaduais.

Outra pesquisa de grande valia para os nossos objetivos é a que se relaciona ao número de livrarias. A retração desse tipo de estabelecimento é um indicador fundamental para expressar e compreender a crise. Esta pesquisa foi realizada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e demonstrou que, entre 2008 e 2018, houve uma queda de 34% no número de livrarias e papelarias no país. Esta pesquisa, ao contrário da anterior, teve abrangência nacional e estadual e será central para construirmos uma visão geográfica da crise.

Desta forma, voltamo-nos às pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com abrangência nacional, estadual e regional. Há duas importantes pesquisas que podem subsidiar a construção de uma visão geográfica da crise do livro no Brasil: a Pesquisa Industrial Anual (PIA) e a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). A PIA reúne dados produtivos de atividades de impressão, entre elas “impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas”. A PMC, por sua vez, reúne os dados de consumo no setor de “livros, jornais, revistas e papelaria”.

Como se pode notar, há nas duas pesquisas certa abrangência em relação aos dados coletados, que não são exclusivamente relacionados aos livros. A pesquisa mais específica do mercado de livros no Brasil é a da CBL/SNEL/Nielsen, mas não tem abrangência estadual e/ou regional. Mesmo na pesquisa da CNC, nota-se que também há abrangência,

pois ela engloba também as papelarias. De qualquer maneira, estes são os dados à disposição, hoje, para construir esta visão geográfica da crise do livro no Brasil, e acreditamos que, mesmo que eles possuam certos limites, são suficientes.

Entre a PIA e a PMC, tivemos de fazer uma escolha. Entendemos, primeiramente, que a análise dos dados no universo do consumo é mais coerente com as outras pesquisas que embasam este capítulo, da CBL/SNEL/Nielsen e da CNC. Além do mais, entendemos que é o consumo que dita o ritmo da produção. Outro fator importante é que na PMC temos dados regionais/estaduais mais completos. A PMC, embora não alcance todos os estados do Brasil, analisa os dados nacionais e de 12 unidades federativas: Ceará (CE), Pernambuco (PE) e Bahia (BA), no nordeste; Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP), no sudeste; Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS), no sul; e Goiás (GO) e Distrito Federal (DF), no centro-oeste. Temos, assim, três estados importantes do Nordeste, todo o Sul-Sudeste e parte importante do Centro-Oeste. A PMC é mensal. Usamos como referência todos os meses de dezembro entre 2010 e 2019 e a variação acumulada no ano, tendo como base igual período do ano anterior.

Essas 12 unidades federativas concentram aproximadamente 163 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 75% da população brasileira. Assim, embora representem pouco menos da metade do total de unidades federativas brasileiras, reúnem 2/3 da população do país, constituindo um universo amostral adequado para subsidiar uma compreensão da crise no país. Além do mais, esse universo amostral será cotejado com o universo amostral da abertura/fechamento de livrarias e papelarias, este sim com dados de todas as unidades federativas do país.

É importante, também, destacar que decidimos excluir o ano de 2020 da análise. Os dados das pesquisas utilizadas contemplam um período de aproximadamente 10 anos, até dezembro de 2019. Embora haja dados de 2020 tanto na PMC quanto na pesquisa da CBL/SNEL/Nielsen, entendemos que este ano poderia inflar os dados negativos por conta de um cenário novo, externo a esta crise: a pandemia de Covid-19. Assim, compreendemos que é necessário um estudo sobre a crise do livro fora do cenário da pandemia, e outro dedicado a compreender os impactos dessa nova variável no setor. Este capítulo se dedica à primeira missão.

3. Abertura e fechamento de livrarias e papelarias no Brasil (2008-2018)

A pesquisa da CNC sobre o número de livrarias e papelarias em cada estado do país no ano de 2018, bem como a abertura/fechamento desse tipo de estabelecimento entre 2008 e 2018 em cada UF, em números absolutos e percentuais, oferece um panorama para compreendermos aspectos geográficos da crise. A abertura ou fechamento de livrarias e papelarias é um indicativo importante sobre o varejo de livros, jornais e revistas e sobre os resultados do setor, apontando expansão ou retração do consumo. Tais dados comprovam a existência de uma crise do livro no país e indicam aspectos geográficos importantes.

A pesquisa da CNC mostra que, entre 2008 e 2018, houve retração do número de livrarias e papelarias em todas as unidades da federação, exceto no estado do Amazonas. Em todos os outros estados, houve retrações que variaram de 7% (37 estabelecimentos, em números absolutos) no Piauí, a 42% (2.727 estabelecimentos, em números absolutos) no Rio Grande do Sul. A partir dos dados da CNC, pudemos elaborar mapas de símbolos pontuais proporcionais (mapas 1 e 2) representando essas diferenças em todo o país, tanto em números absolutos quanto percentuais².

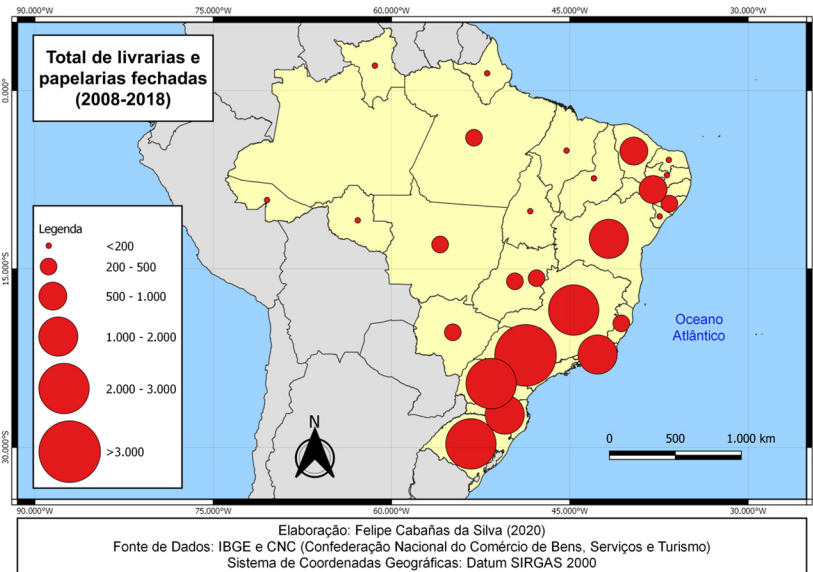
É fundamental, primeiramente, contrapor os números absolutos aos percentuais. Quando realizamos essa contraposição, observamos que muitos estados registram um número absoluto pequeno, mas que tem um grande peso percentual. É o caso dos estados da região norte: Roraima (RR), que perdeu 44 estabelecimentos, um número pequeno se comparado aos 9.854 que fecharam em São Paulo (SP). Porém, em termos percentuais, a proporção de estabelecimentos fechados em Roraima é próxima à de São Paulo: 31% no estado do norte; 39% no estado do sudeste. O Amapá (AP) é outro caso interessante: 77 estabelecimentos fechados, mas em termos percentuais, a segunda maior cifra da federação: 41%, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Também acontece

² Nos mapas 1 e 2, desconsideramos o estado do Amazonas, tendo em vista ter sido o único estado da federação que, no período, não registrou fechamento, mas abertura de livrarias e papelarias.

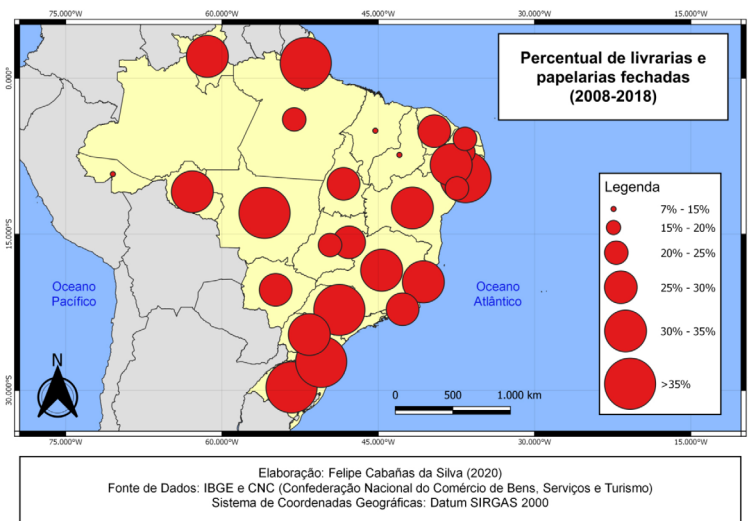
movimento semelhante em Rondônia (RO), no Tocantins (TO) e no Centro-Oeste. Os números absolutos indicam uma concentração do fechamento de livrarias e papelarias no Sul, Sudeste e Nordeste, mas os percentuais demonstram uma crise generalizada.

Adicionalmente, os mapas 1 e 2 nos permitem visualizar que as 12 unidades federativas que compõem a PMC, Ceará (CE), Pernambuco (PE), Bahia (BA), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF) tiveram perdas importantes no número de livrarias e papelarias, tanto em números absolutos quanto percentuais. O primeiro mapa, principalmente, mostra uma concentração de perdas no Sul-Sudeste e no Nordeste, a faixa litorânea do país, também a mais urbanizada, onde se concentra o circuito varejista do setor editorial.

Mapa 1 – Total de livrarias e papelarias fechadas (2008-2018)

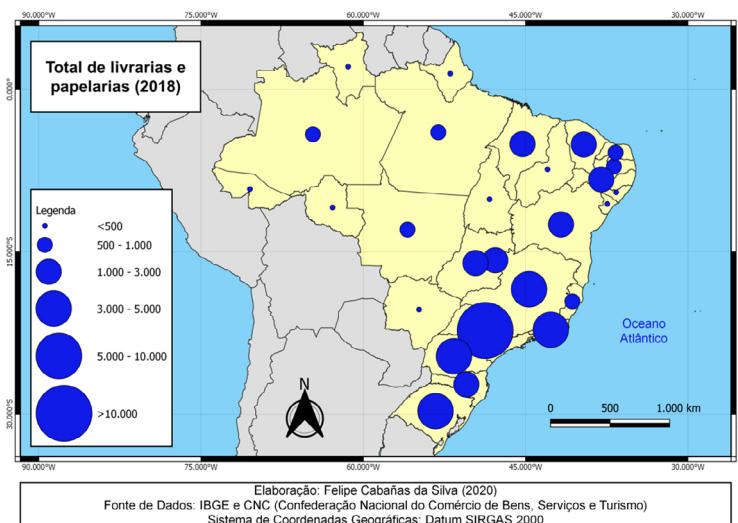


Mapa 2 – Percentual de livrarias e papelerias fechadas (2008-2018)



Assim, podemos dizer que a crise do livro se concentra nas regiões mais urbanizadas, que é também onde se encontra o maior número de livrarias e papelerias, conforme podemos observar no mapa 3:

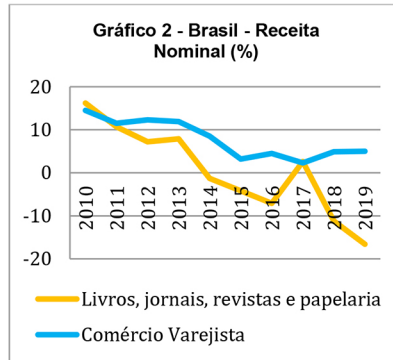
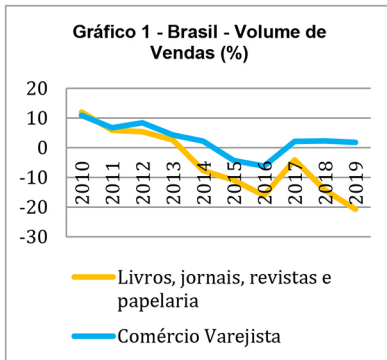
Mapa 3 – Total de livrarias e papelerias (2018)



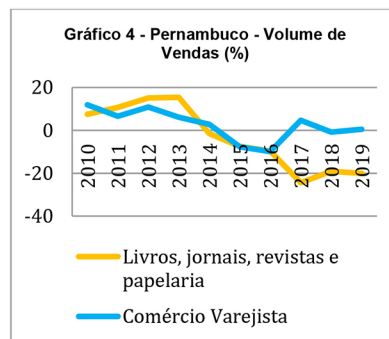
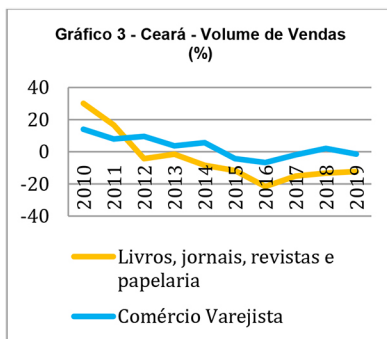
Este mapa mostra que há concentração do mercado editorial na faixa mais urbanizada do país, onde há maior densidade demográfica e onde se encontram as 12 unidades federativas que integram a PMC. Evidentemente, nesta faixa, encontraremos um maior número absoluto de livrarias e papelarias fechadas. Somadas, as 12 unidades federativas da PMC registraram o fechamento de 23.118 livrarias entre 2008 e 2018, o que corresponde a 91,9% do total de 25.147 estabelecimentos fechados no período em todo o Brasil. Também somadas, essas 12 unidades federativas possuem 42.115 estabelecimentos, o que corresponde a 86,3% do total de 48.761 estabelecimentos.

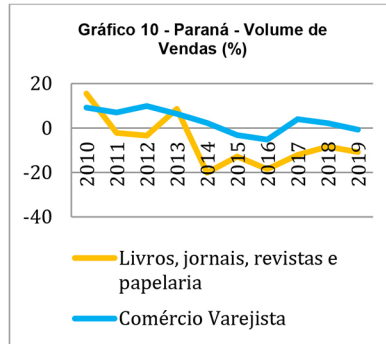
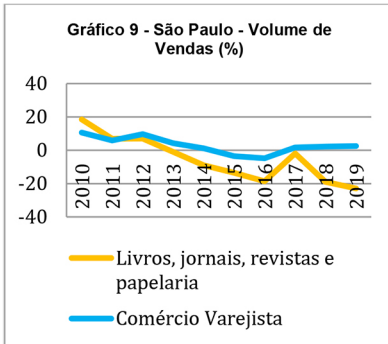
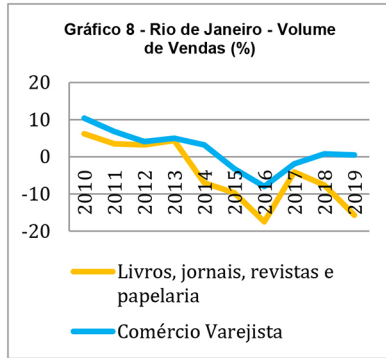
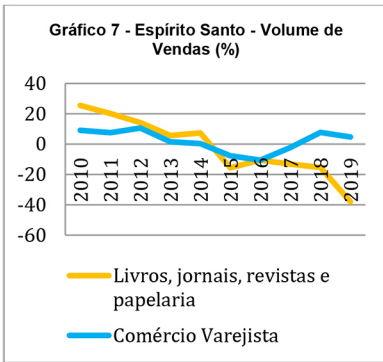
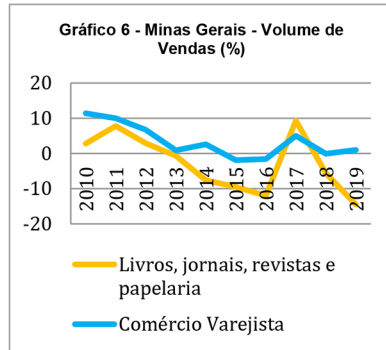
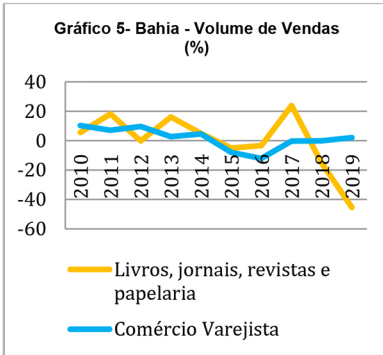
4. Retração do setor varejista de livros, jornais, revistas e papelarias entre 2010 e 2019: crise do livro ou da leitura?

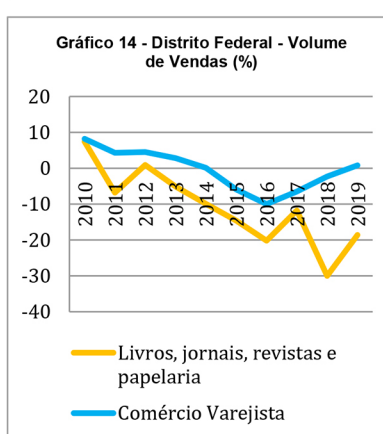
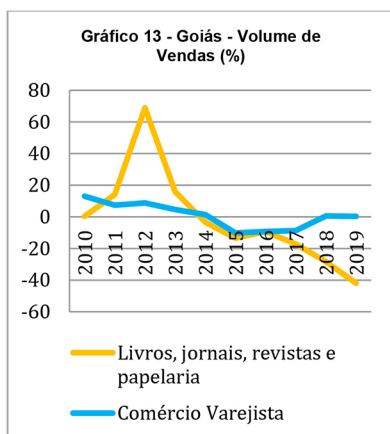
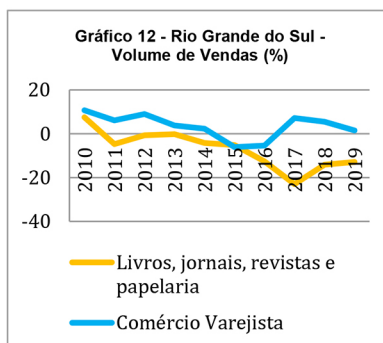
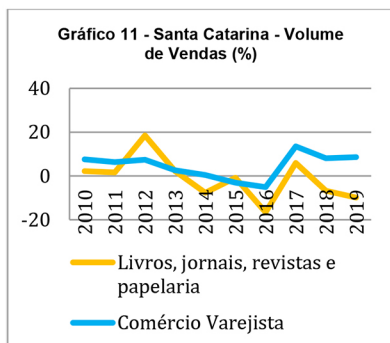
A segunda pesquisa fundamental para compreendermos a crise do livro no Brasil é a PMC. Pesquisa muito completa, ela analisa os resultados do setor varejista como um todo e de setores específicos, com dados nacionais e para as 12 unidades federativas já mencionadas. Os livros estão incluídos no setor de “livros, jornais, revistas e papelaria”. Só há dados exclusivos do setor de livros na pesquisa da CBL/SNEL/Nielsen, mas esta pesquisa não tem dados estaduais e/ou regionais. Os dados da PMC para o setor de “livros, jornais, revistas e papelaria”, porém, são muito contundentes ao apontar uma crise constante do setor nos últimos 10 anos. A pesquisa da CBL/SNEL/Nielsen, por sua vez, mostra resultados negativos especificamente para os livros no mesmo período. A análise em conjunto dos dados dessas pesquisas comprova a existência de uma crise do livro em escala nacional e também regional. A PMC considera os índices de volume e receita nominal de vendas no setor varejista. Optamos por privilegiar os índices de volume, que indicam a queda ou aumento do consumo. Entendemos que a queda da receita nominal pode não acompanhar a queda de volume, por conta das flutuações de preço e da inflação, como podemos observar nos gráficos 1 e 2, abaixo:



Nota-se que, tanto no comércio varejista em geral quanto no setor de livros, jornais, revistas e papelaria, a variação de receita nominal é constantemente maior (ou apresenta menores perdas) que a variação de volume. Mas também fica claro que, especificamente no setor de livros, jornais, revistas e papelaria, a partir de 2014 registram-se quedas constantes tanto de volume quanto de receita, excetuando-se o ano de 2017, em que o setor livreiro teve queda de volume e modesto crescimento de receita. Nos gráficos 3 a 14, abaixo, analisamos os dados de volume nos 12 estados integrantes da PMC:







No Ceará (gráfico 3), registro de quedas constantes no índice a partir de 2012, mais acentuadas em 2016, 2017, 2018 e 2019, mostrando leve recuperação nos últimos três anos – insuficiente, entretanto, para gerar números positivos no setor. Também nota-se que, excetuando-se 2010 e 2011, os resultados do setor livreiro são piores que do setor varejista em geral, embora os resultados do varejo como um todo sejam também muito modestos nos últimos sete anos, o que reflete a crise econômica que o país atravessa.

Em Pernambuco (gráfico 4), vê-se cenário parecido, com quedas constantes a partir de 2014. As quedas em Pernambuco começaram mais tarde, mas, em compensação, com quedas mais acentuadas nos últimos três anos: -24,4% (2017), -19,1% (2018) e -20,1% (2019), em Pernambuco; -15,1% (2017), -13,3% (2018) e -12,3% (2019), no Ceará.

Os resultados do setor livreiro também são frequentemente piores que os do varejo em geral, com alta discrepância em 2017, 2018 e 2019.

Na Bahia (gráfico 5), o cenário foi um pouco diferente. Não foram registradas quedas constantes, inclusive com registro positivo de variação no ano de 2017. No entanto, entre as 12 unidades federativas incluídas na PMC, a Bahia foi a que registrou queda mais acentuada em 2019: -45,4%, um ano em que o setor varejista em geral registrou alta (modesta, mas alta) de 2,1% no estado.

Em Minas (gráfico 6), também se registram quedas constantes no setor livreiro a partir de 2013, interrompidas somente pelo resultado positivo do ano de 2017 (curioso que números positivos em 2017 só foram registrados na Bahia, em Minas e Santa Catarina). A queda mais acentuada de Minas também é em 2019, mas é menor que a registrada na Bahia: -14,5%. Em compensação, em 2010, em geral um ano de bons resultados no setor, Minas registrou um crescimento de apenas 2,8% do setor – no Brasil como um todo, o índice de volume do setor cresceu 12% em 2010.

No Espírito Santo (gráfico 7), as quedas constantes se iniciam em 2015, com a queda mais acentuada em 2019, como na Bahia. Na realidade, o Espírito Santo teve a terceira maior queda em 2019 (-38%), atrás apenas da Bahia (-45,4%) e Goiás (-42%). Mas é interessante destacar que, no Espírito Santo, o setor livreiro registra resultados mais positivos que o varejo em geral de 2010 a 2014. De 2015 a 2019, os resultados do setor são sempre piores que do varejo em geral, excetuando-se 2016, em que há praticamente igualdade: -10,5% no setor livreiro; -10,6% no varejo em geral.

No Rio de Janeiro (gráfico 8), também podemos identificar quedas constantes a partir de 2014, a maior queda sendo registrada no ano de 2016. Em 2017, nota-se uma recuperação, insuficiente, porém, para alcançar números positivos. Em seguida, retoma-se o movimento de queda, que se agrava em 2019 (o segundo pior ano no estado desde 2010). Também no Rio, os resultados do setor livreiro são constantemente piores que os do comércio varejista em geral.

Em São Paulo (gráfico 9), quedas constantes a partir de 2013, com os piores resultados sendo registrados em 2019, a exemplo do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Bahia e do Brasil em geral. Os resultados

do setor livreiro são também frequentemente piores que os do varejo em geral, excetuando-se os anos de 2010 e 2011.

No Paraná (gráfico 10), os resultados são um pouco diferentes. Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal são as únicas unidades federativas a apresentarem números negativos em 2011. Resultados do setor livreiro também são sempre piores que do varejo em geral, excetuando-se os anos de 2010 e 2013.

Santa Catarina (gráfico 11) foi o estado que apresentou melhores resultados para o setor entre as 12 unidades federativas estudadas na PMC. Como a Bahia, apresentou cinco anos de variação positiva no período. Mas nos anos em que teve perdas, teve perdas menores, de no máximo -16,6%. Porém, o setor de livros, jornais, revistas e papelaria só teve desempenho melhor que o varejo em geral no estado nos anos de 2012 (18,5% a 7,4%) e 2015 (-0,8% a -3,1%).

O Rio Grande do Sul (gráfico 12) foi um dos estados com maiores perdas para o setor no período. Só registrou variação positiva no ano de 2010. Em 2012 e 2013, a retração foi pequena, de 0,7% e 0,2%, respectivamente. Os resultados mais negativos foram registrados em 2017, 2018 e 2019, embora os dois últimos anos tenham demonstrado uma tendência de recuperação.

Goiás (gráfico 13) apresentou comportamento bastante peculiar. No ano de 2010, em geral um ano positivo para o setor, registrou o mais baixo crescimento entre as 12 unidades federativas estudadas: 0,3%. Em compensação, em 2012, registrou o maior crescimento: 68,9%. De qualquer maneira, a partir de 2014, o estado registrou sucessivas baixas que mostram tendência de agravamento nos últimos três anos.

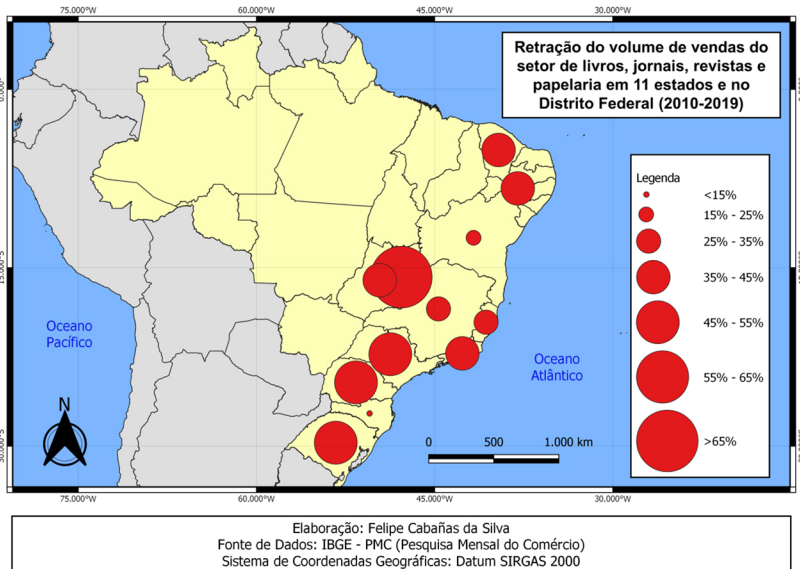
O Distrito Federal (gráfico 14) foi a Unidade da Federação que registrou as maiores perdas no período: na variação acumulada entre 2010 e 2019, uma queda de 70,4%, o ano de maior queda sendo 2018. Ao contrário de outras unidades federativas, o Distrito Federal não registrou em nenhum ano melhor desempenho do setor de livros, jornais, revistas e papelaria em comparação ao varejo em geral.

É importante destacar que não está havendo uma transferência desse mercado físico ao digital. O conteúdo digital representa somente 4% do mercado editorial brasileiro. No ano de 2016, por exemplo, o faturamento do setor digital correspondeu a apenas 1,09% do mercado

editorial. Entre 2006 e 2019, o setor editorial brasileiro encolheu 20%, ou seja, a fatia do mercado digital não é suficiente para absorver as perdas do mercado físico, mesmo considerando outros produtos além dos livros.

No mapa a seguir, calculamos a variação acumulada entre 2010 e 2019 (lembrando que a nossa referência é o mês de dezembro de cada ano e a variação acumulada no ano, com base em igual período do ano anterior) para cada uma das 12 unidades federativas da PMC e elaboramos o mapa 4, abaixo, para representar as diferenças regionais:

Mapa 4 – Retração do volume de vendas do setor de livros, jornais, revistas e papelaria em 11 estados e no Distrito Federal



Nota-se que o mapa 4 acompanha o padrão dos outros mapas de símbolos pontuais proporcionais sobre o fechamento de livrarias e papelarias, corroborando a associação entre o fechamento de estabelecimentos e a queda do consumo no varejo, os dados que, combinados, confirmam a presença de uma séria crise do livro no Brasil nos últimos 10 a 12 anos. Na realidade, pela abrangência das pesquisas, podemos diagnosticar não uma crise do livro exclusivamente, mas uma crise da leitura, parte da crise maior da cultura que temos atravessado neste princípio de século XXI.

5. Considerações finais

Fizemos a contextualização histórica da crise do livro na primeira parte do capítulo. Os dados que utilizamos se concentram no período 2008-2019, mas a série da pesquisa “Produção e vendas do setor editorial brasileiro” identifica encolhimento de 20% no faturamento total do mercado editorial. Uma crise deste início de século, portanto, que não está separada de outras crises, entre elas a econômica e, principalmente, a crise de legitimidade da razão, da ciência e da informação, escancarada pela pandemia de Covid-19, em que ficou patente o negacionismo científico, a promoção e o estímulo a comportamentos de risco, tratamentos sem comprovação científica e a desinformação.

A crise do livro é causa ou consequência? Ambas. Vivemos um ciclo de retrocessos cognitivos, e a crise do livro faz parte do processo. Não é um simples corolário da queda do consumo e nem uma simples transferência de mercado para o formato digital. A sociedade brasileira tem se distanciado do livro, da cultura, da arte, da literatura, da ciência e do pensamento crítico. Os aspectos geográficos não se dissociam dos aspectos políticos e não há nenhum acaso no fato de que o Ministro da Economia de Jair Bolsonaro propõe uma reforma tributária que acabará com a isenção de impostos para os livros, vigente no país há 70 anos.

Em relação aos aspectos geográficos, vemos claramente que a crise, apesar de nuances regionais e/ou estaduais, tem uma dimensão nacional. Entendemos que o mapa mais importante que produzimos é o do “Percentual de livrarias e papelarias fechadas (2008-2018)”, pois ele mostra claramente que, proporcionalmente, há perdas equivalentes para todos os estados. Evidentemente, o mapa “Total de livrarias e papelarias (2018)” mostra que há maior concentração de estabelecimentos justamente na faixa mais urbanizada do país, onde há maior concentração demográfica. O Sul-Sudeste e boa parte do Nordeste concentram maior número de estabelecimentos, o que indica maior consumo de livros. Essas regiões também têm maiores perdas absolutas em número de livrarias, o que pode dar a falsa impressão de que a crise é localizada.

Na PMC, também há nuances, mas o sentido descendente do índice de volume entre 2010 e 2019 é muito claro, para as 12 unidades federativas e também para o Brasil em geral. A mesma linha

descendente, com pequenas nuances, também é percebida no varejo em geral, mas o nível da linha do setor de livros, jornais, revistas e papelaria é com frequência mais baixa, como mostram os gráficos produzidos. Isso demonstra uma dissociação entre a crise do setor e do varejo em geral.

Se há uma proposição que pode ser feita é a de que políticas públicas relacionadas ao setor devem estar no centro da gestão cultural em âmbito federal, estadual e municipal. Como o setor demonstra uma clara tendência à concentração, podemos dizer que governos municipais de grandes capitais devem capitanear essas políticas, estimulando que elas sejam aplicadas em outras localidades. Ações de incentivo à cultura, à leitura, promoção de eventos relacionados ao livro e estímulo ao pequeno empreendedor são ações que podem contribuir. O mercado de livros deve ser visto como um setor essencial para a construção de uma sociedade mais educada, mais consciente, mais justa e democrática.

Bibliografia

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. In: LIMA, L.C. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, P. **Sur le pouvoir symbolique**. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 32^e année, n. 3, 1977. pp. 405-411

Câmara Brasileira do Livro (CBL); Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Nielsen Company. Pesquisa “Produção e vendas do setor editorial brasileiro”. Disponível em: <https://snel.org.br/pesquisas/>. Acesso em: Out.2020

_____. Pesquisa “Conteúdo digital do setor editorial brasileiro”. Disponível em: <https://snel.org.br/pesquisas/>. Acesso em: Out.2020

Câmara Brasileira do Livro (CBL); Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Pesquisa “Censo do livro digital”. Disponível em: <https://snel.org.br/pesquisas/>. Acesso em: Out.2020.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Pesquisa “Livrarias e papelarias no Brasil”.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: Out. 2020

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2004b.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL); Nielsen Company. Pesquisa Painel do varejo de livros no Brasil. Disponível em: <https://snel.org.br/pesquisas/>. Acesso em: Out.2020

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOBRE OS AUTORES

BIOGRAFIAS

Parte I

Ana Fani Alessandri Carlos

Professora Titular Sênior do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. Títulos de mestre (1980), doutora (1987) e livre docente (2000) em Geografia Humana. Pós-doutorado na Universidade de Paris VII em 1989 e Universidade de Paris I em 1994. Dentre os livros publicados destaca-se: “Espaço-tempo na metrópole” (menção honrosa do prêmio Jabuti em Ciências Sociais de 2002). Atualmente é coordenadora do GESP - geografia crítica radical da FFLCH-USP (e da coleção de livros Metageografia) e coordenadora do GT “Teoria Urbana crítica” do IEA- Instituto de Estudos Avançados da USP.

Anselmo Alfredo

Geógrafo de formação e professor Livre Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde exerce sua docência, pesquisa e extensão desde 2007. Atua em pesquisas a respeito do espaço-tempo e modernização e pesquisa a relação sociedade natureza, especialmente do ponto de vista da crítica social através da crítica -negativa - do valor.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Graduado em Geografia, Doutor (Geografia Humana), Livre-Docente e Professor Titular em Geografia pela FFLCH - USP (1998). É Pesquisador nível 1A - CNPQ, Pesquisador Visitante Nacional Senior - CAPES e Professor Senior - USP. Orientador de mestrado e doutorado em Geografia Humana na FFLCH-USP. Autor dos livros “Agricultura Camponesa no

Brasil”, “Geografia das Lutas no Campo”, “Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária”, “Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen”, “A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência”, “A Mundialização da Agricultura Brasileira”, “Terras de Estrangeiros no Brasil”, entre outros.

César Ricardo Simoni Santos

Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), fez seu doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH) da USP, realizando parte de seu trabalho de pesquisa vinculado à Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle. Atualmente é membro do Grupo de Estudos de Geografia Urbana Crítica Radical (GESp) e membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. Fez parte da rede internacional Spatial Justice/Justice Spatiale, nucleada na França, e é coordenador do convênio acadêmico firmado com o Geographischen Institut da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, da Alemanha. É autor do livro “A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil” e co-organizador do livro “Geografia urbana crítica: teoria e método” e do “Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana”, na revista “Geosp: espaço e tempo (online)”.

Élvio Rodrigues Martins

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, professor livre docente lotado junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, desenvolve pesquisa estabelecendo relação entre os diferentes horizontes da ciência geográfica e a filosofia, além dos temas relacionados a história do pensamento geográfico e demais aspectos teórico-epistemológicos da disciplina.

Fábio Contel

Geógrafo formado pelo Departamento de Geografia da FFLCH/USP, realizou parte do doutorado na *Friedrich-Schiller-Universität Jena* (Alemanha) em 2005, onde foi também professor/pesquisador visitante (*Gastwissenschaftler*) no ano de 2007. Desde 2008 é docente

do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. Realizou estágio de pós-doutorado (*Academic Visitor*) na *The School of Geography of the University of Oxford* em 2017/2018. É também diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo (AGB-SP) desde 2015.

Glória da Anunciação Alves

Doutora e mestre em Geografia Humana pelo Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP. Professora do Departamento de Geografia da FFLCH-USP e do PPGH-FFLCH-USP. Pesquisa sobre a questão urbana e também sobre o ensino de Geografia. Faz parte do GESP- Geografia Urbana Crítica Radical e é coordenadora do Projeto de extensão “Semana de Geografia”, ligado ao ensino de Geografia.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em geografia (1973), mestrado em Geografia (1973) e doutorado em Geografia pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (1976) e *Habilitation à diriger des recherches* (Livro docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor na USP (PPGH). Co-coordenador editorial da revista *Confins* (<https://journals.openedition.org/confins/>, Issn 1958-9212). Tem experiência na área de Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia do Brasil, geografia política, cartografia temática, modelização gráfica.

Marta Inez Medeiros Marques

É professora no Curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e Coorda. do Laboratório de Geografia Agrária no Depto. de Geografia da FFLCH/USP; além de Coorda. do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq “Desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo: o campo e a cidade em movimento”. Realizou Mestrado e Doutorado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural pela Université de Paris I - França e Pós-Doutorado pela City University of New York – EUA. Tem pesquisado e publicado sobre os seguintes temas: produção da natureza, produção

do espaço e desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, territorialização do capital no campo, propriedade da terra, questão agrária, campesinato, movimentos sociais no campo e relação campo-cidade.

Neli Aparecida de Mello-Théry

Professora titular na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo. Participa de redes e laboratórios de pesquisa no Brasil e na França. Foi professora visitante na Université de Paris X, Nanterre, Université de Rennes 2 e na Université Paris Sorbonne-Nouvelle. Sua experiência abrange principalmente os seguintes temas: Amazônia, dinâmicas territoriais, políticas ambientais e territoriais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas internacionais, gestão urbana e ordenamento territorial. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Políticas públicas, territorialidades e sociedade do Instituto de Estudos Avançados. Autora dos livros Território e Gestão Ambiental na Amazônia: Terras públicas e os dilemas do Estado (2011), Políticas Territoriais na Amazônia (2006) e co-autora do Atlas do Brasil - Disparidades e Dinâmicas do Território (2005, 2008, 2018) entre outros.

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Mestre, Doutora e Livre Docente pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, onde atua como docente principalmente nas áreas de Geografia Regional e Geografia do Turismo. Coordenadora do Laboratório de Estudos Regionais e Coordenadora do Grupo de Pesquisa certificado no CNPq “Turismo em tempos de pandemia: uma análise geográfica multi e trans-escalar”.

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

Concluiu os cursos de graduação, mestrado e doutorado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio PDEE na Université de Pau et des Pays de l'Adour (França). Foi professor substituto na Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista recém-doutor no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde 2009, é Professor Doutor no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Sua área prioritária de pesquisa é a Geografia Cultural, com enfoque em temas como guerra cultural, heterotopias e indústria cultural.

Valeria de Marcos

Doutora em Geografia e Planejamento Territorial pela Valorização do Patrimônio Histórico e Ambiental pela Università degli Studi di Genova, Italia. Profa. do Depto. de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana FFLCH USP. Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana (GEAU) – IEA/USP.

Últimas publicações: MARCOS, V. Campesinato, modo de vida e território. In: Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz. (Org.). *A necessidade da Geografia*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2019, v. , p. 93-106; MARCOS, V. de. O campesinato, a (u)topia da produção coletiva e comunitária no século XXI e os desafios para a construção da sociedade pós-capitalista. In: ZAAR, Mirian; CAPEL, Horacio. (Org.). *Las ciencias sociales y la edificación di una sociedad post-capitalista*. 1ed.Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocritica, 2018, v. , p. 1-21; MARCOS, V. Peasants and the production of food: new values and ways of thinking about the relationship between food, agriculture and the environment. *Geotema*, v. -, p. 46-56, 2016.

Wagner Costa Ribeiro

Wagner Costa Ribeiro é geógrafo e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo, onde obteve os títulos de Mestre, Doutor e Livre Docente.

É professor Titular do Departamento de Geografia da USP, autor de vários livros e artigos acadêmicos, bem como de coleções didáticas para o ensino fundamental e médio.

PARTE II**Abraão Levi dos Santos Mascarenhas**

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Geógrafo pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Líder do Grupo de Pesquisa Geoecologia das Paisagens e Sistemas Geoinformativos. Atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará coordenando projetos de pesquisa e extensão em

representação espacial, recursos hídricos na Amazônia, geomorfologia e ambiente com uso de sistemas geoinformativos. <https://orcid.org/0000-0003-0546-8836>

Andrei Cornetta

Possui graduação (2006) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado (2010) e doutorado (2017) em Geografia Humana pela mesma universidade. Realizou estágio de pós-doutorado (2019) pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp), desenvolvendo pesquisa sobre as dinâmicas da fronteira agrícola na Amazônia mato-grossense. Atuou como pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2013-15) e no Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso) (2008-09/2012-13). Atualmente é professor adjunto do curso de Geografia da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Possui experiência na área de Ciências Humanas, com ênfase em Geografia Humana, Teoria e Método da Geografia, Estudos Territoriais, Mudanças Climáticas e Educação.

Cecília Cruz Vecina

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo n. 2019/20521-1). Foi professora substituta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) durante o ano de 2019. Mestre (2018) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, e bacharel (2014) em Geografia pela mesma universidade.

Daniel Pereira Rosa

Professor adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. É mestre em Geografia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo onde desenvolveu tese sobre as centralidades periféricas e economia urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Pesquisas, ensino e extensão relacionam-se aos seguintes temas: Geografia da educação, profissão docente, mobilidade socioespacial,

centralidades periféricas e economia urbana, com foco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Elisa Favaro Verdi

Doutoranda em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), onde pesquisa segregação socioespacial e políticas sociais, com foco em políticas de transferência de renda como gestão da pobreza. É mestra em Geografia Humana pela USP, tendo desenvolvido pesquisa sobre a história do Departamento de Geografia da FFLCH/USP durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Durante o mestrado, fez estágio de pesquisa no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, da Universidade de Paris III, Sorbonne-Nouvelle. Tem bacharelado e licenciatura em Geografia, também pela USP. É membro do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical).

Felipe Cabañas da Silva

Doutor em geografia pela USP. Desenvolve pesquisas sobretudo na área de geografia e literatura, com enfoque em autores da literatura brasileira, como Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade. Residiu na França por 4 anos e, após retorno ao Brasil, tornou-se também tradutor e professor de francês. Atualmente, é professor de geografia no ensino básico.

Ivan Gomes da Silva Viana

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)

Lívia Moschio Fioravanti

Doutora e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharela e Licenciada em Geografia também pela USP. Recebeu por seu doutorado o prêmio Tese Destaque USP - 2019 (Categoria Ciências Humanas). É docente no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) desde 2014, atuando como líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e

como Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Urbano, do IFMT Campus Várzea Grande.

Mait Bertollo

Doutora e Mestre em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP); Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Marcelo Fernando Terence

Docente do Instituto Federal de São Paulo, com graduação em História pela USP e Mestrado e Doutorado em Geografia pela mesma universidade. Foi professor do EJA na prefeitura de São Paulo e trabalhou por muitos anos no INCRA no Sudeste Paraense. Realiza pesquisas na área de Geografia Agrária, com ênfase nos processos de desestruturação dos projetos de assentamentos e na grilagem de terras públicas devido à expansão da economia capitalista em áreas da Amazônia Legal.

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Professor do Curso de Graduação em Geografia e do Programação de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Coordenador do projeto de pesquisa “A China e a incorporação do Sudoeste do Piauí na Geopolítica Contemporânea (2008 – 2021)” e líder do Diretório de Pesquisa “Geopolítica Contemporânea e Ordenamentos Territoriais”, ambos vinculados ao CNPq.

Rinaldo Gomes Pinho

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (2016). Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011) e bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (1995). Tem sua pesquisa centrada em Geografia Urbana e nos espaços periféricos da RMSP. Possui experiência em mapeamento e elaboração de diagnósticos socioeconômicos de habitações de Interesse social e de Trabalho Técnico Social com famílias de conjuntos habitacionais de interesse social no estado de São Paulo

Rubens M. de Campos Pinto

Bacharel em Geografia pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 2009; licenciado em Geografia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em 2009; mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo em 2018; doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Professor das redes pública e privada da Grande São Paulo. Tem se dedicado a temas como capitalismo contemporâneo, mundialização financeira, mercado imobiliário, neoliberalismo, mundialização urbana, urbanização brasileira. E, mais recentemente, urbanização chinesa, relação China-América Latina, Investimento Direto Estrangeiro chinês no Brasil e projetos chineses de infraestrutura no Brasil.

Tales Henrique Nascimento Simões

Mestre em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP) e doutorando em Geografia Humana pela mesma instituição. Membro pesquisador do Laboratório de Geografia Política da Universidade de São Paulo (GEOPO - FFLCH/USP) e integrante do Grupo de Estudos sobre Ásia do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI-USP). Possui pesquisa e especialidade nas áreas da Geografia Política, Geopolítica e Relações Internacionais, com enfoque na América do Sul e na Ásia, e nos temas do regionalismo, política externa, segurança e defesa e geopolítica global.

E-mail institucional: taleshenrique@usp.br

Tiago Soares Barcelos

Doutor em Geografia Humana - USP; Mestre em Sustentabilidade - UFOP (2014); MBA em Gestão Estratégica de Projetos - UNA (2009); Bacharel em Administração e Economia. Docente da Faculdade de Administração da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenador do Núcleo de Estudos em Sustentabilidade e Gestão Ambiental - NESGA. Hoje é membro filiado da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco), integrando a Direção do Eixo Norte da EcoEco

ANEXO FOTOGRAFICO

Apresentação

Para compor a capa do livro Brasil, presente!, solicitamos aos autores que nos enviassem imagens fotográficas do Brasil, de sua autoria, feitas em tempos recentes.

Além disso, alguns outros membros do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana também contribuíram.

Em poucos dias recebemos diversas imagens, não sendo, todavia, possível o aproveitamento de todas elas para a capa.

Assim, diante do acervo de imagens reunidas, decidimos criar este anexo e concluir o livro com este breve ensaio, que, embora modesto, soma-se aos capítulos deste livro na revelação do Brasil do presente, de suas belezas e também de suas contradições.

Fotos que compõem a capa deste livro

Vista panorâmica a partir de um edifício na Vila Romana, com Serra da Cantareira ao fundo, São Paulo, abr 2021.



Autora: Rita de Cássia Ariza da Cruz

Manifestações de rua na cidade de São Paulo, 2016.



Autora: Mait Bertollo

Prédio da Geografia e História, Cidade Universitária, USP, 2019



Autora: Ana Fani Alessandri Carlos

Ocupação às margens da *Avenida das Flores*, em Manaus-AM, 2020.



Autor: Eduardo Henrique Freitas Braga.

Ocupação no bairro da Luz, São Paulo, 2018.



Autora: Tais Domingos dos Santos Rodrigues

Recepção de calouros na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da-
FFLCH/USP, 2017.



Autora: Luenne Neri

Acampamento Cascavel, Conceição do Araguaia/PA, Reserva Legal do Projeto
de Assentamento Padre Josimo Tavares, antiga fazenda Bradesco, 2013.



Autor: Marcelo Terence

Casa da comunidade Caicubi, em Caracará, Roraima, em maio de 2019



Autor: Wagner Costa Ribeiro

Porto de Tabatinga, Amazonas, 2014



Autor: Hervé Théry

Queimadas no entorno do Território Indígena do Xingu, Rio Xingu. MT, jul. 2019.



Autor: Andrei Cornetta

Edifício antigo na orla de Fortaleza, 2020.



Autor: Denys Silva Nogueira

Outras Imagens do Brasil do presente...

Manifestação de rua na Avenida Paulista, 2019



Autora: Glória da Anunciação Alves

Manifestação de rua, Estudantes, 2016



Autora: Mait Berthollo

Manifestação de rua, Mulheres, 2018



Autora: Mait Berthollo

Manifestação de rua, Protestos, 2018



Autora: Mait Berthollo

Conjunto Habitacional City Jaraguá, subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.
Vista do Conjunto e de veículo destinado a trabalho de reciclagem, 2019.



Autor: Rinaldo Pinho

Vista de assentamento urbano informal Cidade Azul, Jardim Itacolomi, Jabaquara, cidade de São Paulo, com unidades auto construídas e Empreendimento vertical de interesse Social, 2019.



Autor: Rinaldo Pinho

Jardim da Paz. Loteamento clandestino em área de expansão urbana na região da subprefeitura de Perus, cidade de São Paulo. Vista de casas autoconstruídas e ruas sem asfaltamento, 2017.



Autor: Rinaldo Pinho

Vista parcial de Cidade Tiradentes, Zona Leste, cidade de São Paulo, 2017



Autora: Tatiana Reis

Vista parcial do bairro de Mãe Luiza, cidade de Natal (RN)



Autora: Tatiana Reis

Fronteira agrícola, rio das Mortes. Primeiro plano colheita do algodão; ao fundo à direita Terra Indígena Sangradouro, etnia Xavante. MT, Jul. 2019.



Autor: Andrei Cornetta

Arquitetura Xinguana. Aldeia Kuluene, etnia Kalapalo. Território Indígena do Xingu. Mato Grosso, jan. 2019.



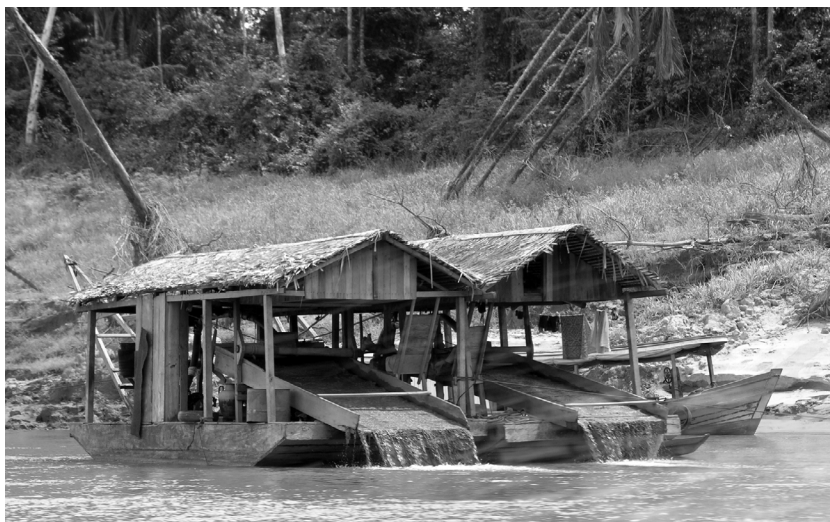
Autor: Andrei Cornetta

Fronteira agrícola, Alto Xingu. Em primeiro plano, campo de cultivo de milho; ao fundo, Território Indígena do Xingu. Mato Grosso, jul. 2019.



Autor: Andrei Cornetta

Balsas de garimpeiros no Rio Madeira, 2009



Autor: Hervé Théry

Família em Acauã, Piauí, 2010



Autor: Hervé Théry

Placa de sinalização em Rodovia na Amazônia, 2004



Autor: Hervé Théry

Vista parcial do rio Branco, Roraima, 2019



Autor: Wagner Costa Ribeiro

Entrada da Escola Municipal Belizio Melo Sobrinho, comunidade Terra Preta,
Caracaraí, Roraima, 2019



Autor: Wagner Costa Ribeiro

Cruzamento das ruas Marcílio Dias e Teodoro Souto, área central de Manaus, evidencia a prosperidade e a decadência do período da borracha, 2019



Autor: Lucas Ebessen

Torres de transmissão da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, município de Breu Branco, Pará, 2020.



Autor: Abraão Levi S. Mascarenhas

Canoas utilizadas para pesca com vertedouros da Usina Hidrelétrica de Tucuruí ao fundo, Município de Breu Branco, Pará.



Autor: Abraão Levi S. Mascarenhas

Terminal de ônibus em Salvador, 2018



Autor: Lucas Ebessen

Recife (PE), vista do rio Capibaribe, 2018



Autor: Wagner Costa Ribeiro

